

Anais do 1º Fórum
do Programa de
Pós-Graduação
em Sociologia do
IFCH/Unicamp

**CADERNO DE
TRABALHOS
COMPLETOS**

2014

40 ANOS DO PROGRAMA DE MESTRADO E 10 ANOS DO
PROGRAMA DE DOUTORADO EM SOCIOLOGIA DA UNICAMP

1 FPPGS

Anais do 1º Fórum do Programa de
Pós-Graduação em Sociologia do
IFCH/Unicamp

CADERNO DE TRABALHOS COMPLETOS

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

2014

40 ANOS DO PROGRAMA DE MESTRADO E 10 ANOS DO PROGRAMA DE
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA DA UNICAMP

1FPPGS

1º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp

Comissão Organizadora

Camila Teixeira Lima
Flávia Paniz
Henrique Pasti
Lidiane Maciel
Luã Ferreira Leal
Nara Roberta da Silva
Prof. Dr. Fernando Lourenço
Profa. Dra. Mariana Chaguri
Prof. Dr Mário Augusto Medeiros
da Silva
Prof. Dr. Sílvio Camargo

Realização

Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas (IFCH)
Universidade Estadual de
Campinas (Unicamp)
Reitor
Prof. Dr. José Tadeu Jorge
Diretor do IFCH
Prof. Dr. Jorge Coli
Diretor Associado do IFCH
Prof. Dr. Jesus José Ranieri

Apoio

Departamento de Sociologia
(IFCH/Unicamp)
Secretaria de Eventos
(IFCH/Unicamp)
Setor de Publicações
(IFCH/Unicamp)
Direção (IFCH/Unicamp)
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas

Edição: *Caderno de Resumos* Lidiane Maciel • *Caderno de Trabalhos Completos* Henrique Pasti

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH/UNICAMP

Bibliotecária: Neiva Gonçalves de Oliveira CRB/8 nº 6792

F779a Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp (1. : 2014 :
Campinas, SP).

Anais do 1º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 25 a 27 de
março de 2014. Campinas, SP : UNICAMP/IFCH, 2014.

490 p.

ISSN 2357-8033

1. Sociologia. 2. Teoria social. 3. Cultura. 4. Tecnologia – Aspectos sociais. 5.
Subjetividade. 6. Migração. I. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. II. Título

CDD — 301

Índice para catálogo sistemático

Sociologia	301
Teoria Social	301.01
Cultura	301.2
Tecnologia — Aspectos sociais	
Subjetividade	301.243
Migração	301.326

Sumário

GT 1 Subjetividades 1	19
Trabalho e precarização: O processo de adoecimento entre trabalhadores da construção civil Érika L. Almeida Soares	21
Nuances do privado — trabalho doméstico, autonomia e afeto Julia de Souza Abdalla	27
A mulher na gestão pública brasileira Kassoum Diémé	47
Educação Mediada: A relação entre agente e estrutura Raul Vinícius Araújo Lima	53
Novos objetos, novos desafios: Experiências de pesquisa em sociologia da saúde e em sociologia da infância Tatiana de Andrade Barbarini	67
GT 2 Subjetividades 2	81
Fundamentos Sociológicos da Psicanálise de Jacques Lacan: Marx, Durkheim e Lévi-Strauss Danilo M Farias da Silva	83
Pedaço de carne: estudo de representações e práticas envolvendo mulheres e animais entre trabalhadores de abatedouros industriais Laura Sant'Anna Luedy Oliveira	103

Uma aproximação ao sujeito libertário	109
Mario Guillermo Massini	
Trabalhadores de Suape: Estudo sobre a diversidade de experiências de política operária (apresentação de resultados parciais)	111
Pedro Henrique Santos Queiroz	
A formação da classe e da consciência de classe: Reflexões sobre as lutas operárias e populares em Campinas entre 1977 a 1984	129
Ricardo Colturato Festi	
GT 3 Práticas culturais entre tradição e modernidade	131
A inversão do Nordeste: notas críticas à tese de Durval Muniz de Albuquerque Jr.	133
Camila Teixeira Lima	
“Jardim florido de amor e saudade”: tons cariocas sobre a música popular brasileira	147
Luã Ferreira Leal	
“Desbunde” e Contracultura: A MPB “pós-tropicalista” no contexto do AI-5 (1969-1974)	165
Sheyla Castro Diniz	
Existência e Resistência: o Teatro Militante Paulistano	167
Thiago Barbosa Aoki	
A reinvenção do Folclore boliviano em São Paulo	173
Willians de Jesus Santos	
GT 4 Intelectuais e Circulação de Ideias	193
Sobre a cognição de processos globais como objeto sociológico	195
Danilo Arnaut	

Notas preliminares sobre a obra de Gabriel Cohn Flávia Xavier Merlotti Paniz	211
O ovo do ornitorrinco: a trajetória do sociólogo Francisco de Oliveira Flávio da Silva Mendes	229
Entre o mágico e o cruel: A Amazônia no pensamento marxista brasileiro Luiz Fernando de Souza Santos	231
Antonio Carlos Pacheco e Silva: um psiquiatra na Escola Livre de Sociologia e Política Paulo Silvino Ribeiro	245
Sociologia, marxismo e teoria crítica da sociedade brasileira em Florestan Fernandes Ricardo Ramos Shiota	263
GT 5 Teoria Social	265
A determinação originária da ideologia Gilberto Leandro Busso	267
Sociologia da religião: Estudo comparativo entre Durkheim e Weber Jean Fabien	287
A importância do agir comunicativo na concepção de democracia em Habermas. Joice Vanini	293
Pierre Bourdieu e a teoria materialista do simbólico Juliana Closes Miraldi	313

GT 6 Migração	333
Movimento Internacional de Trabalhadores Haitianos: Do Acampamento na Amazônia Acreana à Agroindústria da Carne no Centro-Sul do Brasil	
Letícia Helena Mamed	335
Processos migratórios entre trabalhadores rurais do Alto Médio Canindé piauiense para Região Central do Estado de São Paulo	
Lidiane M. Maciel	341
Força de Trabalho Qualificada Imigrante: O caso do Brasil como país receptor	
Maria Bernadete Fin Ferreira Campos	343
Categorias analíticas para o estudo do trabalho imigrante: Classe social, raça/etnia e gênero no caso de kassegui	
Mariana Shinohara Roncato	349
Polarização da demanda atual de trabalho imigrante no Brasil	
Patricia Villen	355
GT 7 Desenvolvimento e Meio Ambiente	377
Respostas aos desafios das mudanças ambientais globais em níveis locais: os casos de São Paulo e Pequim	
Alberto Matenhauer Urbinatti	379
Polo Industrial de Manaus: Empresariamento da biodiversidade na fase da modernidade reflexiva	
Antônio Pereira de Oliveira	381
Projetos de intervenção urbanística no Centro Velho de São Paulo: estudo sobre seus impactos nos movimentos sociais por moradia	
Leianne Theresa Guedes Miranda	403

China: Reconstrução Histórica da Internalização da Problemática Ambiental (1978-1992)	
Lisandra Zago	409
O desenvolvimento econômico da Índia, entre a tradição e modernidade: Um encontro entre as castas e a meritocracia.	
Mariana Faiad Batista Alves	427
Trabalho e natureza: relações entre estranhamento, fetichismo da mercadoria e crise ambiental	
Pedro Martins Vicente	451
GT 8 Tecnologia, Internet e Políticas Públicas	457
A articulação entre o meio cinematográfico e o Estado no século 21: a razão econômica como base da política pós-Embrafilme	
Ana Paula da Silva e Sousa	459
Apontamentos sobre o movimento <i>Occupy Wall Street</i>: Crise econômica e ideologia	
Nara Roberta da Silva	467
Marco Civil e Reforma da Lei de Direito Autoral: A relação entre sociedade e Estado no meio cibernético	
Raphael de Souza Silveiras	469

Apresentação

É com alegria que trazemos a público este caderno de trabalhos completos (artigos e resumos expandidos) do **1FPPGS** – 1º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp.

O Fórum ocorreu entre os dias 25 e 27 de março de 2014 e contou com oito Grupos de Trabalho. No dia 25 de março a *conferência de abertura* foi ministrada pelo Prof. Dr. Gabriel Cohn (USP) e a *conferência de encerramento*, realizada no dia 27 de março, foi apresentada pelo Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos (Unicamp). Durante o evento, prestamos homenagem ao Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves, recentemente aposentado pelo Departamento de Sociologia do IFCH.

Neste ano de 2014 comemoram-se 40 anos da criação do Programa de Mestrado em Sociologia da Unicamp e 10 anos do seu Programa de Doutorado e da unificação de ambos no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (criado em 2004).¹

O **1FPPGS** também participou das comemorações com a *mesa redonda “Gerações do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Formação e Experiência Intelectual”*, formada pela Profa. Dra. Wilma Peres Costa (Unifesp), pelo Prof. Dr. Sérgio Schneider (UFRGS) e pelo Prof. Dr. André Botelho (UFRJ), no dia 26 de março.

O objetivo do Fórum era criar espaços para que os alunos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH pudessem dialogar, saindo dos círculos habituais de debate, e, com isso, tecer conexões entre as pesquisas desenvolvidas no interior do Programa.

Esse princípio que pautou todo o desenvolvimento do Fórum foi também o critério utilizado na distribuição dos Grupos de Trabalho. Com isso, buscou-se sempre promover o intercâmbio de ideias e estimular o contato tanto entre as várias linhas de pesquisa do Departamento de Sociologia quanto entre alunos ingressantes e veteranos no PPG.

-
1. Como parte das atividades de celebração da data ocorreu, durante o **1FPPGS**, a mesa redonda *Gerações do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Formação e Experiência Intelectual* e foi lançado um *portal de egressos* visando registrar e divulgar a história do PPGS e seus egressos, o qual pode ser acessado em <<http://www.ifch.unicamp.br/ppgs40/>>.

Este caderno de trabalhos completos integra, junto com o caderno de resumos publicado no decorrer do evento e do registro audiovisual (ambos disponíveis na página do **1FPPGS**, em <<http://www.ifch.unicamp.br/1fppgs>>), a memória do 1º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp.

Uma vez que procuramos aproximar a data do Fórum do início do período letivo, vimo-nos na dificuldade de fazer com que também os alunos ingressantes no primeiro semestre pudessem participar. Para isso, trabalhamos com prazos e diretrizes separadas para alunos ingressantes e alunos já vinculados ao programa anteriormente a 2014. Nesse sentido, estipulou-se um formato mais reduzido para os trabalhos dos ingressantes, na forma de um resumo expandido, enquanto aos alunos já vinculados ao PPG eram solicitados um resumo simples acompanhado de um artigo. Também com o intuito de promover a maior participação possível dos estudantes vinculados ao Programa, e a fim de efetivamente funcionar como espaço de integração, procuramos deixar os autores livres para escolher se enviariam ou não os artigos completos ou se teriam apenas os resumos simples publicados, sem prejuízo em sua participação no evento. Daí a diferença que se verificará no formato das várias contribuições aqui presentes: artigos completos, resumos expandidos e resumos simples.

Nos GTs 1 e 2, Subjetividades 1 e 2 agrupam-se trabalhos de várias linhas de pesquisa que tocam, de alguma maneira, na questão da construção da subjetividade no contemporâneo.

Na primeira seção, ERIKA L. ALMEIDA SOARES discute o processo de adoecimento entre trabalhadores da construção civil em Manaus, mediante a análise de relatos em prontuários médicos e a partir da sociologia do trabalho. JULIA DE SOUZA ABDALLA apresenta um balanço dos debates hodiernos a respeito do reconhecimento do trabalho doméstico familiar a partir de uma análise crítica da literatura contemporânea que visa a transformação das representações e papéis sociais que não permitem às mulheres desvincularem-se das relações tradicionais. KASSOUM DIÉMÉ mostra como a condição de gênero afeta a trajetória profissional de mulheres na gestão pública, enfrentada enquanto elemento do mercado de trabalho como um todo, discutindo a própria definição de *gênero*, a partir de estudo de cunho teórico e da análise de dados. RAUL VINÍCIUS ARAÚJO LIMA discute a mediação

entre agente e estrutura na análise sociológica da educação, a partir do conceito bourdieusiano de *habitus*. Por fim, TATIANA DE ANDRADE BARBARINI apresenta uma reflexão sobre o percurso de sua pesquisa que propõe uma análise sociológica do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), enfatizando os desafios da inserção em áreas pouco exploradas da sociologia, como a sociologia da saúde e a sociologia da infância. Foi debatedor o professor DR. MICHEL NICOLAU NETTO.

Na segunda seção, DANILO MANOEL FARIAS DA SILVA apresenta a tese de que elementos da psicanálise de Lacan podem servir como teoria social na medida em que contribuem na apreensão epistemológica da subjetividade, discutindo, para tanto, o que considera as bases sociológicas do sistema lacaniano, nomeadamente: os pensamentos de Marx, de Durkheim e de Lévi-Strauss. LAURA SANT'ANNA LUEDY OLIVEIRA discute a hipótese de uma conexão entre um especismo antropocêntrico e um sexismo hierarquizado, enquanto sistemas de marcação de indivíduos que se estabelecem em relação a, respectivamente, o humano e o gênero masculino (na forma de polos mais valorizados), propondo-se a pôr tal hipótese à prova num estudo de cunho etnográfico com trabalhadores de abatedouros que buscará correspondências entre essas categorias simbólicas. MARIO GUILLERMO MASSINI discute a noção de sujeito libertário em ampla literatura da filosofia e teoria social, sobretudo contemporâneas, com ênfase na relação que se estabelece entre as subjetividades e a ordem estruturada na constituição desse sujeito. PEDRO HENRIQUE SANTOS QUEIROZ apresenta e discute dados sobre os conflitos trabalhistas entre 2008 e 2012 nas categorias da construção pesada e da construção naval situadas no Complexo Industrial Portuário de Suape (PE), enfatizando, a partir da noção thompsoniana de *experiência*, o sentimento, a percepção e a elaboração dessas lutas pelos trabalhadores. RICARDO COLTURATO FESTI apresenta reflexões sobre a construção da consciência de classe a partir da análise de lutas trabalhistas em Campinas entre 1977 e 1984, tendo por foco principal as dificuldades no estabelecimento de relação entre as esferas da produção e da reprodução no estudo da classe trabalhadora. Os trabalhos foram debatidos com o professor DR. JOSUÉ PEREIRA DA SILVA.

No GT 3, *Práticas culturais entre tradição e modernidade* estão reunidos trabalhos de diferentes linhas de pesquisa que tomam por objeto a produção e circulação de bens culturais, sobretudo nacionais. CAMILA TEIXEIRA LIMA discute a tese de Durval Muniz de Albuquerque Jr. que vê o Nordeste como uma elaboração discursiva de uma elite intelectual que visa à manutenção de uma dominação ameaçada, criticando-o por não levar em consideração as bases materiais da existência e pelo que considera um discurso apologético da modernidade que falha em fazer uma crítica lúcida à imagem de um Nordeste da tradição e do atraso. LUÃ FERREIRA LEAL discute a centralidade do Rio de Janeiro nos debates sobre a autenticidade da música popular brasileira nos anos 1950, num contexto de formação da sigla MPB, analisando os agentes e instâncias de legitimação da escrita da história da música popular. SHEYLA CASTRO DINIZ estuda a geração contracultural de artistas do período conhecido como pós-tropicália, marcados pelo termo “desbunde”, sua produção cultural e inclinações políticas num contexto marcado tanto pela vigência e atuação mais violenta do AI-5 quanto por um intenso crescimento econômico que favoreceu a constituição e consolidação da indústria fonográfica, com ênfase na relação desses artistas com uma certa ideologia nacional-popular a partir da transformação do que Raymond Williams chama “estruturas de sentimento”. THIAGO BARBOSA AOKI debate a constituição de discursos contestatórios no campo de produção teatral em São Paulo a partir dos anos 1990, investigando o florescimento do teatro militante e os novos papéis do artista engajado nas últimas décadas contestando uma hipotética tendência ao desaparecimento da arte política e do artista militante no Brasil após a redemocratização. WILLIAMS DE JESUS SANTOS discute a produção e reelaboração de símbolos em fraternidades folclóricas de bolivianos e seus descendentes em São Paulo, buscando compreender como a tradição folclórica é reinventada na cidade a fim de constituir permanência e convívio no novo contexto. Debateram os trabalhos os professores DRA. MARIANA CHAGURI e DR. MICHEL NICOLAU NETTO.

O GT 4, *Intelectuais e circulação e ideias*, traz estudos que focam na produção e circulação de ideias e seus portadores. DANILO ARNAUT apresenta alguns dos desafios metodológicos enfrentados em sua pesquisa de mestrado sobre a sociologia da globalização de Octavio Ianni e Ul-

rich Beck, discutindo, para tanto, desde aspectos como a construção do objeto até os desafios no trato de escritos, oferecendo uma reflexão sobre a prática interpretativa de explicações sociológicas. FLÁVIA XAVIER MERLOTTI PANIZ apresenta sua pesquisa sobre o pensamento de Gabriel Cohn, visando demonstrar, através de uma análise imane, que existe uma teoria sociológica corrente em seus escritos, com um conjunto de fundamentos sociológicos que permeiam toda a sua obra. FLÁVIO DA SILVA MENDES apresenta uma análise da obra do sociólogo Francisco de Oliveira, visando relacionar a produção intelectual do autor ao contexto dos desafios políticos e econômicos colocados à sociedade brasileira e que envolveram a consolidação das ciências sociais no país durante a segunda metade do século XX. LUIZ FERNANDO DE SOUZA SANTOS traz um balanço e reflexão crítica acerca da construção e interpretação da Amazônia no pensamento marxista brasileiro, em especial em Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e José de Souza Martins. PAULO SILVINO RIBEIRO aborda o papel dos médicos, mais especificamente de Antonio Carlos Pacheco e Silva, nos anos de formação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e a sua relação com a institucionalização das ciências sociais em São Paulo na década de 1930. RICARDO RAMOS SHIOTA apresenta o que considera uma teorica crítica da sociedade brasileira na obra de Florestan Fernandes a partir de uma análise de sua epistemologia. Quem debateu os trabalhos foram os professores DRA. ELIDE RUGAI BASTOS e DR. MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS.

No GT 5, *Teoria Social*, estão os trabalhos dedicados à teoria social clássica e contemporânea. GILBERTO LEANDRO BUSSO busca compreender a determinação originária do conceito de ideologia no contexto de sua gênese na Revolução Francesa, analisando as circunstâncias sociais em que tal gênese se dá e visando uma revisão da interpretação da relação entre verdade objetiva e falsa consciência proposta da interpretação tradicional do conceito na literatura marxista. JEAN FABIEN propõe uma análise comparativa das sociologias da religião de Émile Durkheim e Max Weber, com ênfase na distinção entre religião e magia, procurando possíveis influências recíprocas. JOICE VANINI propõe uma análise do conceito de agir comunicativo e do modelo de análise bidimensional da sociedade (mediante a distinção entre sis-

tema e mundo da vida) na *Teoria do Agir Comunicativo* e em *Direito e Democracia* de Jürgen Habermas, buscando compreender a maneira pela qual a teoria social ali elaborada pode servir à resolução de problemas políticos concretos. JULIANA CLOSEL MIRALDI discute a relação que se estabelece entre as esferas econômica e simbólica da vida social no pensamento de Pierre Bourdieu, defendendo a atribuição de uma determinação da esfera econômica que, no entanto, não cai no economicismo precisamente devido ao esforço filosófico do autor em construir uma epistemologia materialista. Foi debatedor o professor DR. SÍLVIO CÉSAR CAMARGO.

O GT 6, Migração, traz trabalhos que focam, de diferentes perspectivas, a temática da migração, sobretudo no mundo do trabalho. LETÍCIA HELENA MAMED analisa a constituição do movimento internacional de trabalhadores haitianos na Amazônia Ocidental desde a experiência do acampamento de imigrantes no Acre até sua inserção na agroindústria da carne no Centro-Sul do Brasil, visando compreender o fluxo internacional de trabalhadores haitianos e as novas formas de exploração do trabalho com ele engendradas, a partir da investigação das relações entre os ajustes estruturais do capital e as metamorfoses no mundo do trabalho. LIDIANE M. MACIEL discute os processos migratórios entre a microrregião do Alto Médio Canindé, no Piauí, e a Região Central do Estado de São Paulo, visando as trajetórias migratórias de famílias de pequenos agricultores para colheita da laranja que fazem com que suas vidas sejam fragmentadas em dois tempos e espaços sociais, a partir de uma metodologia quali-quantitativa e com vistas a compreender a construção de identidades. MARIA BERNADETE FIN FERREIRA CAMPOS aborda a força de trabalho qualificado estrangeira que imigra para o Brasil, visando a construção de um panorama sobre esse tipo de imigração, relativamente pouco estudada, e dos desafios que a envolvem. MARIANA SHINOHARA RONCATO discute o fenômeno *dekassegui* no Japão — brasileiros descendentes de japoneses que migram para trabalhar no Japão — a partir das categorias analíticas de classe social, raça/etnia e gênero, enfatizando como uma análise que prescindir de alguma dessas chaves não é capaz de dar conta da violenta sinergia entre essas contradições (manifestas na forma de racismo, machismo e barreiras econômicas) que acomete a trabalhadora e o trabalhador *dekassegui*. PATRICIA VILLEN analisa a

polarização da demanda por trabalho imigrante no Brasil entre um polo de trabalhos qualificados com melhores condições de trabalho (o polo do “cérebros produtivos”) e outro com baixa remuneração e condições precárias de trabalho (o polo dos trabalhos precários), explorando as aberturas analíticas que emergem dessa polarização e oferecendo uma interpretação crítica que estabelece esse fenômeno como um movimento estrutural do atual processo de acumulação. O debatedor foi o professor DR. FERNANDO ANTONIO LOURENÇO.

O GT 7, *Desenvolvimento e meio ambiente*, traz trabalhos que abordam a temática da relação entre desenvolvimento e meioambiente. ALBERTO MATENHAUER URBINATTI investiga as respostas às mudanças climáticas em São Paulo e Pequim, visando compreender a integração de diferentes níveis — local, nacional e global — na busca por alternativas que visam a redução dos efeitos das mudanças ambientais e a prevenção de riscos. ANTÔNIO PEREIRA DE OLIVEIRA analisa as novas diretrizes do Polo Industrial de Manaus relativas à incorporação da biodiversidade amazônica no universo fabril contemporâneo, a partir da teoria da modernização reflexiva e da sociedade de risco de Ulrich Beck. LEIANNE THERESA GUEDES MIRANDA estuda projetos de intervenção urbanística no Centro Velho de São Paulo entre 2005 e 2013 visando compreender as formas com que a especulação imobiliária apoiada em parcerias público-privadas impacta na vida dos trabalhadores empobrecidos da região. LISANDRA ZAGO analisa as implicações ambientais do acelerado crescimento da economia chinesa, sobretudo após as reformas de 1978, e as medidas de proteção ambiental utilizadas pelo governo central nesse cenário, considerando o modelo chinês como um modelo de crescimento econômico pautado na produção de riscos. MARIANA FAIAD BATISTA ALVES discute a relação que se estabelece entre indústria de tecnologia de ponta, sobretudo a de tecnologias da informação e comunicação (TICs), e uma estrutura de estratificação de tradição milenar na Índia contemporânea, com especial atenção à forma com que a indústria de TICs se apoia no sistema de castas e como os discursos meritocráticos acabam por fortalecer este último. PEDRO MARTINS VICENTE debate a relação entre crise ambiental e trabalho no capitalismo contemporâneo visando compreender como as noções de trabalho alienado/estranhado e fetichismo da mercadoria se relacionam com a problemática ambi-

ental. Os trabalhos foram debatidos com a professora DRA. LEILA DA COSTA FERREIRA.

No GT 8, *Tecnologia, internet e políticas públicas*, os trabalhos discutem, de diferentes abordagens, o papel de novas tecnologias nas relações sociais e a formação de políticas públicas. ANA PAULA DA SILVA E SOUSA analisa o papel dos artistas e profissionais do setor de cinema no desenvolvimento da política cinematográfica brasileira entre 2001 e 2011, visando compreender as mudanças na atuação dos atores envolvidos nas disputas do setor. NARA ROBERTA DA SILVA investiga as práticas do movimento *Occupy Wall Street* — uso da internet e redes sociais como ferramentas de organização, defesa da horizontalidade, ausência de demandas formais, construção de unidade mediante a indignação, etc. — visando, a partir do movimento, uma melhor compreensão do fenômeno da ideologia. RAPHAEL DE SOUZA SILVEIRAS discute a atuação do Estado e da sociedade civil nas consultas públicas sobre o Marco Civil da Internet e para a reforma da Lei de Direito Autoral, tendo como referência teórica a concepção de poder em Michel Foucault e visando compreender em que medida essas consultas apontam para uma outra relação de poder entre Estado e sociedade civil. Foi debatedor o professor DR. PEDRO PEIXOTO FERREIRA.

A todos os estudantes que nos confiaram seus escritos e nos brindaram com suas reflexões, e a todos aqueles que construíram conosco este 1º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, nosso muito obrigado!

— A Comissão Organizadora

GT 1

Subjetividades 1

Trabalho e precarização: O processo de adoecimento entre trabalhadores da construção civil

ÉRIKA L. ALMEIDA SOARES
erika1857@bol.com.br

Resumo

Empreender um estudo sociológico, de caráter exploratório-descritivo, a respeito das novas configurações do mundo do trabalho e as suas relações com o processo de adoecimento entre trabalhadores do setor da construção civil, na cidade de Manaus-AM, constituiu o cerne deste texto. A partir de uma abordagem qualitativa, utilizou-se como fonte de pesquisa, os relatos de 44 (quarenta e quatro) trabalhadores, atendidos pelo CEREST/Regional, entre os anos de 2005 a 2010. Entre as situações relatadas como desencadeadoras de adoecimentos, destacam-se: as quedas; o transporte de carga com excesso de peso; a permanência prolongada de posições; e o contato com produtos químicos. Por fim, pôde-se ratificar que os contornos da precarização do trabalho revelam-se através da experiência de dor frequente entre os trabalhadores.

Empreender um estudo sociológico, de cunho exploratório-descritivo, sobre as novas configurações do mundo do trabalho e as suas relações com o processo saúde-doença entre trabalhadores do setor da construção civil, na cidade de Manaus-AM, constituiu o cerne deste texto. Como fonte de pesquisa documental, foram consultados os relatos de experiências de adoecimentos de 44 (quarenta e quatro) trabalhadores, atendidos no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST/Manaus), no período de 2005 a 2010. Tentou-se realçar a dimensão *social* do processo de adoecimento relacionado ao trabalho a partir de uma abordagem qualitativa.

Em um contexto de reestruturação produtiva do capital, o modelo flexível, que incide da gestão à organização da produção, repercute

por toda a morfologia do trabalho (ALVES, 2000; ANTUNES, 2001 e 2004), dos diferentes setores da economia – da indústria ao setor de serviços. Em se tratando da construção civil, pode-se dizer que há uma espécie de amálgama de modelos de organização da produção e do trabalho, onde o *novo* e o *velho* coexistem. Por isso, contraditoriamente, a construção civil não condiz com um setor econômico que se organiza somente em bases e princípios tradicionais quanto ao processo de produção. Ao contrário, este setor sempre experimentou “métodos e técnicas de racionalização dos processos de trabalho ao longo dos anos” (VILLELA, 2007, p. 11).

Dito de outro modo, o processo de reestruturação produtiva na indústria da construção civil evidencia que a velocidade e o ritmo das mudanças ocorrem, mas de modo particular, de diferentes modos e em tempos distintos. Se, por um lado, constata-se a manutenção de determinados materiais e sistemas construtivos tradicionais, por outro, o *moderno*, representado pelas inovações técnicas e tecnológicas, em especial nos materiais e produtos, ganha força e se reproduz de forma acelerada, no contexto de (re) organização do trabalho nos canteiros de obras. Como bem ressalta Soares *apud* Villela (2008), é nítida a “(...) a permanência de vários processos de trabalho considerados arcaicos, obsoletos ou antiquados”, mesmo com o avanço de novos modos de organizar a produção e o trabalho no setor. O processo de reestruturação produtiva em curso na construção civil pressupõe a inserção de estratégias de racionalização, como a “(...) a ampliação do domínio do processo de trabalho por parte das empresas, orientados para um incremento da produtividade, a redução de custos e a garantia da qualidade, sem alterações significativas da composição orgânica do capital” (VILLELA, 2008, p. 146).

Essas estratégias de racionalização provocam mudanças significativas nos modos em que se organizam a produção e o trabalho, assim como afetam o cotidiano de acidentes, doenças e mortes nos canteiros de obra. A ocorrência de agravos que afetam à saúde do trabalhador, sejam os relacionados aos acidentes de trabalho, sejam os oriundos de doenças agravadas ou decorrentes do trabalho, não se trata de um fenômeno social recente no setor da construção civil. Ao contrário, historicamente, esses trabalhadores realizam sua atividade laboral em ambiente insalubre e de modo arriscado (SANTANA *et al.*, 2005). Os sintomas relacionados à dimensão musculoesquelética, às dermatites,

às intoxicações por chumbo e à exposição a asbestos, segundo Santana e Oliveira (2004), predominam na lista de agravos que afetam a saúde desses trabalhadores.

Num cenário marcado por um crescente processo de precarização nas relações de trabalho, em certos casos, há o aprofundamento de antigos problemas de saúde e segurança no trabalho e, em outros, constata-se novos traços no processo de adoecimento dos trabalhadores (GOMES e LACAZ, 2005).

Pode-se afirmar, então, que “as condições de saúde e segurança também não têm apresentado grandes avanços, e ainda há uma alta ocorrência de acidentes de trabalho no setor e os trabalhadores são submetidos, muitas vezes, a condições muito precárias” (DIEESE, 2010, p. 22). Na verdade, em certas situações parece que há regressões. Contraditoriamente, “enquanto os projetos, a especificação de materiais e as técnicas construtivas tendem a se sofisticar dia-a-dia, a execução, as ferramentas e as condições de trabalho nos canteiros de obras permanecem, em muitos casos, rudimentares, sendo empregados métodos e formas de trabalho improvisadas” (FRANCO *apud* VILLELA, 2007).

Assim, as pretéritas situações de riscos graves à vida e à saúde do trabalhador permanecem, mesmo que amalgamadas à inserção de técnicas e tecnologias modernas e às novas formas de gestão da produção e do trabalho. No período entre os anos de 2005 a 2010, o CEREST/Manaus atendeu 44 (quarenta e quatro) trabalhadores oriundos do setor da construção civil, sendo 41 homens e 03 mulheres. Quanto ao nível de escolaridade, registrou-se que trinta e seis deles se quer concluiu o ensino fundamental e somente dois deles têm o ensino médio completo. Em relação à renda mensal, 35 desses trabalhadores informou que recebem até dois salários mínimos, enquanto cinco trabalhadores recebem acima de três salários mínimos.

Esse dado, de certo modo, ratifica que historicamente os trabalhadores da construção civil ainda obtêm rendimentos baixos no contexto da massa assalariados dos ocupados no país (DIEESE, 2010). Ponchmann *et. al.* (2007) diz que, entre os anos de 1960 e 1980, a recomposição do mercado de trabalho urbano, no Brasil, contou com o ingresso de milhões de imigrantes rurais. Em sua maioria, este contingente de trabalhadores tinha baixa escolaridade e qualificação profissional. Uma parte significativa desses trabalhadores terminou

por massificar as ocupações de serviços pessoais e na construção civil. Disso depreende-se que a dinâmica das ocupações de trabalho no setor da construção civil historicamente tem contado com farta mão-de-obra disponível num contexto desigual de mercado geral de trabalho, como é o caso do Brasil.

Na verdade, o trabalhador da construção civil, ainda hoje, pode ser identificado com o perfil apresentado em décadas pretéritas, ou seja, como do sexo masculino, com média de idade superior aos demais setores da economia, com baixa escolarização e, em geral, é migrante (DIEESE, 2001 e 2010). Entre as queixas referenciadas pelo trabalhador da construção civil, a *dor na coluna* (dorsal, cervical ou lombar) foi a mais frequente. Em seguida, as queixas referentes à *dor no joelho e nos membros superiores*, como mãos, punhos, ombros e braços foram as mais informadas. Nesse sentido, as dificuldades para movimentar membros superiores e/ ou inferiores e a diminuição de movimentos da coluna, de modo geral, impõem novos limites aos seus corpos. A situação de convivência permanente com a dor se agrava principalmente nos casos em que o trabalhador tem que permanecer no desempenho de suas funções no trabalho e/ ou quando há dificuldades de acesso à assistência à saúde.

Por certo, a vida e a saúde (e, por consequência, o corpo) do trabalhador sofrem um intenso processo de desgaste no capitalismo. Se anteriormente o capital utilizava como meio de extração de mais-valia as extenuantes jornadas de trabalho, hoje, a penosidade do/ no trabalho se dá também pela intensidade do processo de trabalho (LI-NHART, 2011), o que pode acarretar níveis alarmantes de desgaste no corpo do trabalhador, ao ter lidar com tarefas que exigem carregar pesos acima do que o corpo suporta, sob um ritmo de produção intenso e de uma jornada diária extensa.

Ao serem perguntados sobre a situação de acidente ou o momento que teria desencadeado algum desconforto ou dor, as situações mais citadas pelos trabalhadores são as seguintes: os (1) acidentes decorrentes de *quedas*; (2) *carregar peso excessivo*; a (3) *permanência prolongada de posições* (em pé, sentado ou agachado); e o (4) *contato com produtos químicos*.

O quadro exposto acima revela que os efeitos no processo saúde-doença entre os trabalhadores da construção civil devem ser explicados a partir da lógica da reprodução capitalista — com a necessidade

de geração de mais-valor — e os seus efeitos sobre o trabalho e a vida dos trabalhadores.

Nesse contexto, diante da “*enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho*” (ANTUNES, 2007, p. 04), o trabalhador é submetido à realização de tarefas e ao exercício de funções intrinsecamente relacionados à prescrição da dinâmica da produção capitalista, mesmo que isso custe a convivência com a dor, às vezes, durante anos, limitações de movimentos dos membros ou, em muitos casos, a sua própria vida. Por fim, como apontava Karl Marx ao analisar os primórdios do capitalismo moderno, perdura ainda nos tempos atuais um desperdício da vida e, conseqüentemente, da saúde do trabalhador.

Referências

- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho — reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- . *A Dialética do Trabalho — escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- . *Dimensões da reestruturação produtiva — ensaios de sociologia do trabalho*. São Paulo: Práxis, 2007.
- DIEESE. *Estudo Setorial da Construção Civil*, n. 51, mai/ 2010. São Paulo: 2010. Disponível em: <http://www.dieese.org.br>.
- GOMEZ, Carlos M. e LACAZ, F. A. de Castro. Saúde do Trabalhador: novas-velhas questões. In: *Revista Ciência & Saúde coletiva*, v. 10, n. 04, Rio de Janeiro: ABRASCO, 2005.
- LINHART, Danièle. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- POCHMANN, M.; GUERRA, Alexandre; AMORIM, Ricardo; ALDRIN, R. (Orgs.). *Trabalhadores Urbanos: Ocupação e Queda na Renda*. Vol 1. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

- SANTANA V. S. e OLIVEIRA, R. P. Saúde e trabalho na construção civil em uma área urbana do Brasil. In: *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 20 (3): 797-811, mai-jun, 2004.
- SANTANA V. S. et. al. Acidentes de trabalho no Brasil entre 1994 e 2004: uma revisão. In: *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 4, out/dez 2005.
- VILLELA, Fábio Fernandes. *Indústria da Construção Civil e Reestruturação Produtiva: Novas Tecnologias e Modos de Socialização Construindo o Intelecto Coletivo ("General Intellect")*. Tese de Doutorado, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 2007.

Nuances do privado — trabalho doméstico, autonomia e afeto

JULIA DE SOUZA ABDALLA

juh.abd@gmail.com

Resumo

A proposta desse trabalho é apresentar algumas das conclusões e temas que emergiram ao longo da minha pesquisa de mestrado, cujo objetivo é analisar as propostas de reconhecimento do trabalho doméstico familiar, problematizando-as e evidenciando as concepções subjacentes a cada uma delas. Essa forma de trabalho, situada no lar e no seio das relações familiares, parece resistir às transformações ocorridas na esfera pública, e representando o âmbito no qual as mulheres ainda não conseguiram se desvincular das relações tradicionais e do determinismo biológico. Defendo que sua transformação é crucial para a alteração das representações e papéis sociais assumidos por mulheres e homens, e também que cada uma das propostas para seu reconhecimento está relacionada a um projeto distinto de sociedade. Assim, pretendo aqui apresentar alguns aspectos da pesquisa até então, especialmente o balanço já realizado de algumas propostas e as reflexões oriundas desse balanço, e temas que surgiram ao longo dela, como o papel do envolvimento afetivo no estudo do trabalho doméstico e a dificuldade que a teoria sociológica tem para lidar com o âmbito privado.

Palavras-chave trabalho doméstico; feminismo; igualdade de gêneros.

Abstract

This work's goal is to present some of the themes and preliminary conclusions that have emerged throughout my master's degree research, with the theme of domestic

and family work. We intend here to discuss and shed light on some of the conceptions and theoretical problems correlated to the development of this research. This type of work is situated in the home and developed within the family relations, and it seems to be resistant to the changes in the public sphere, representing the field where women still could not free themselves from traditional relations and biological determinism. I defend that the transformation of this sphere is critical to the altering of gender roles and representations, and also that each proposal for the recognition of this work is situated in a broader project for society as a whole. Therefore, I intend to present some aspects of my research so far, especially the reflections already made on some of the proposals.

Keywords domestic labour; feminism; gender equality.

1 O privado é político

A questão da divisão sexual do trabalho está presente desde o princípio dos movimentos feministas, seja como o direito ao trabalho assalariado ou analisando as clivagens sociais que impediam as mulheres de alcançar o mesmo status social que os homens. Ainda que há muito tempo fosse visto como um âmbito de diferenciação, o trabalho doméstico, talvez por se situar principalmente no âmbito privado e por estar mais profundamente embebido por padrões de gênero que o acesso ao trabalho assalariado, demorou a se tornar uma bandeira desse movimento, o que ocorreu a partir dos anos 1970, atingindo seu auge na década seguinte, especialmente na academia. Podemos dizer que o trabalho foi uma das questões fundantes do movimento feminista, evidenciando a diferença entre homens e mulheres num sentido social:

Para começar, lembremos alguns fatos: não foi tratando a questão do aborto, como usualmente se diz, que o movimento feminista começou. Foi a partir da tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres; que esse trabalho era invisível; que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do

amor e do dever maternal. E a denúncia (pensemos no título de um dos primeiros jornais feministas franceses: *Le Torchon Brûlé* [o pano de prato está queimando]) se desdobra numa dupla dimensão: basta de executar aquilo que se conviria chamar “trabalho”; é como se sua atribuição às mulheres, e somente a elas, fosse automática e isso não fosse visto nem reconhecido (KERGOAT, 2009: 68-9).

A princípio, portanto, essa “tomada de consciência” a qual se refere Kergoat teve como aspecto principal a percepção de uma injustiça social mascarada pelo determinismo biológico, possuidor de uma dupla ação: por um lado, relegava às mulheres as funções estritamente domésticas e de cuidados, como se fossem naturalmente aptas (e mais, interessadas) a realizá-las, restringindo suas oportunidades, e, por outro, essa naturalização trazia consigo a desvalorização dessas atividades, como se não houvesse necessidade de retribuir quem as exercia. Se o trabalho profissional assalariado era visto como um “assunto de homens”, o trabalho doméstico era inteiramente responsabilidade feminina. Por esse ponto de vista, ambos estavam marcados por ideologias e clivagens baseadas em papéis de gênero.

Foi especificamente ao longo da segunda onda feminista, entre o início dos anos 1970 e o início da década de 1990, que o trabalho das mulheres se tornou pauta do movimento. Essa onda foi marcada por uma crítica multifacetada aos Estados de bem-estar social pós-1945, dividida em quatro âmbitos. A primeira crítica feminista era ao economicismo do Estado, que pensava as questões sociais apenas em termos de classe, obscurecendo outras dimensões e eixos de injustiças. Unindo-se a outros movimentos sociais, elas trouxeram a ideia de que “o privado é político”, expandiram a visão do que era uma injustiça social e denunciaram outras clivagens da sociedade. A politização do privado é baseada na exposição de uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que o lar é considerado um local próprio da liberdade em relação ao Estado, onde os indivíduos podem tomar suas decisões acerca do que consideram ser a vida boa, isso só é válido para os homens, pois este também é o local por excelência da submissão das mulheres e seu confinamento da vida pública, onde são tomadas as decisões políticas que regulamentam a vida comum. As feministas cunharam o jargão “o privado é político” como uma forma de mostrar que, para as mulheres, a presença do olho público no espaço domés-

tico, considerada indevida, era necessária para a transformação de relações de sujeição e violência a que estavam submetidas.¹ A crítica se estendeu ao androcentrismo da cultura política da época. Nessa medida, mostrou-se que o tipo ideal de cidadão era o homem trabalhador cujo salário permitia a sobrevivência e reprodução de toda a unidade familiar. Os efeitos dessa clivagem eram banir a mulher do trabalho profissional, reforçar o poder dos homens sobre as mulheres e obscurecer a relevância social do trabalho não pago realizado no lar. Era importante, portanto, não apenas descentralizar o mercado de trabalho, mas também a valorizar o trabalho não pago. Em terceiro lugar, criticava-se o estatismo, mostrando que a centralização de poderes no Estado para a criação de políticas públicas resultava em uma “cultura despolitizada, que tratava questões de justiça como assuntos técnicos” (FRASER, 2009, p. 102),² pois via os cidadãos apenas como clientes, receptores passivos das medidas estatais. Nesse ponto, “o objetivo, portanto, era menos de dismantlar as instituições estatais do que transformá-las em agências que promoveriam, e, de fato, expressariam, a justiça de gênero” (FRASER, 2009, p. 105).³ Por fim, as feministas criticavam o westfalianismo do Estado, que mantinha as reivindicações por justiça aprisionadas dentro dos Estados nacionais, obscurecendo as questões transnacionais. Podemos, então, resumir as críticas postas pelo feminismo de segunda onda nos seguintes termos: evidenciar clivagens sociais não econômicas, reivindicar o acesso das mulheres aos trabalhos remunerados na esfera pública, valorização do trabalho não pago por elas exercido, inserção dos valores feministas na agenda das instituições estatais e superação das barreiras nacionais nas demandas (FRASER, 2009).

A emergência desse feminismo combativo e preocupado com as questões sociais coincidiu, entretanto, com uma transformação no *modus operandi* do capitalismo, que, progressivamente, deixava de lado o Estado-providência e se tornava o “Estado competição” (FRASER, 2009: 107). Ainda assim, o feminismo conseguiu, nesse contexto

-
1. Ver, a respeito disso, RÖSSLER (2004).
 2. Tradução própria. No original: “(...) a depoliticized culture, which treated questions of justice as technical matters”.
 3. Tradução própria. No original: “The goal, accordingly, was less to dismantle state institutions than to transform them into agencies that would promote, and indeed express, gender justice”.

de um capitalismo repressivo a manifestações populares e reivindicações por justiça, ganhar as multidões e se tornar próximo a um movimento de massa. Muitas mudanças culturais e vitórias sociais foram obtidas também nessa época, como a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a transformação nas visões comuns de família, trabalho e dignidade. Entretanto, segundo Fraser (2009), essas vitórias estão condicionadas não à ultrapassagem do cenário neoliberal pelo feminismo, mas a cooptação do segundo pelo primeiro, através de uma afinidade eletiva que resignificou as demandas feministas. Em primeiro lugar, as demandas por justiça foram progressivamente acomodadas em um paradigma de reconhecimento identitário, o que, em vez de desembocar em um duplo entendimento das injustiças sociais, marginalizou o âmbito econômico e a teoria social, transformando-a em um culturalismo sem preocupações distributivas. A crítica às instituições, por sua vez, foi exacerbada ao ponto de considerá-las entraves à liberdade. A crítica ao estatismo despolitizou os grupos locais e deu origem às ONGs, responsáveis por ações afirmativas, mas incapazes de transformar as relações em questão. Em uma palavra, o atendimento de algumas demandas feministas se deu a custa da despolitização do movimento em geral e colocou o novo cenário social como resposta a algumas das críticas realizadas. Dentre elas, a mais marcante, sem dúvida, é a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, que mostra claramente a ambiguidade de certas conquistas, na medida em que ocorreu às custas da despolitização da bandeira. Suas demandas

Longe de ter como objetivo apenas a plena incorporação das mulheres na sociedade capitalista como assalariadas, (...) buscavam transformar as estruturas profundas do sistema e os valores que as animavam — em parte através da descentralização do trabalho pago e da valorização das atividades não pagas, especialmente o trabalho de cuidados socialmente necessário que as mulheres realizavam (FRASER, 2009: 105).⁴

4. Tradução própria. No original: “Far from aiming simply to promote women’s full incorporation as wage-earners in capitalist society, (...) sought to transform the system’s deep structures and animating values — in part by decentring wage work and valorizing unwaged activities, especially the socially necessary carework performed by women”.

Marcado por essa afinidade eletiva entre o feminismo de segunda onda e o neoliberalismo em ascensão, entretanto, o resultado foi, no mínimo, duvidoso. Por um lado, as mulheres efetivamente fizeram sua entrada no mercado de trabalho e, com isso, romperam as amarras que determinavam sua participação exclusiva no âmbito privado. No entanto, o fizeram como quaisquer outros trabalhadores, sendo submetidas à mesma dinâmica exploradora. O trabalho precarizado como tal, bem como “as estruturas profundas do sistema”, não sofreram qualquer feito transformador e o modelo do “salário familiar” foi substituído pelo da família sustentada por dois assalariados, agora sujeitos a condições ainda piores de trabalho do que anteriormente. Sobre o trabalho doméstico, nada foi feito. A partir daí surge a dupla ou tripla jornada de trabalho, na qual, além de assalariadas na esfera pública, as mulheres permanecem responsáveis pela maior parte da carga de trabalho doméstico.⁵

Assim chegamos à atual situação das mulheres, contraditória como é: ao passo que a esfera pública foi transformada por sua participação, ainda que não totalmente, pouco se alterou na esfera privada.

Na ladeirada despolitização, os estudos e reivindicações acerca do trabalho doméstico, tão presentes no cenário intelectual dos anos 1980, se perderam quase completamente, acompanhados por parte da teoria social feminista, e foram substituídos por um foco recente nos estudos de sexualidade e diferença identitária. Essa situação se dá a despeito da persistente necessidade de equalização das condições sociais e econômicas de mulheres e homens, o que pode ser visto, por exemplo, nos dados que constam no Comunicado do IPEA nº 149.⁶ Segundo esse estudo, 90% das mulheres realizam trabalho doméstico, contra 50% dos homens. O número de horas por semana, em média, é de 26,6 horas para mulheres e 10,5 horas para homens, menos da metade do tempo. Também é interessante notar que essa discrepância se mantém mesmo quando a mulher está no mercado de trabalho, tem renda alta ou contrata uma empregada doméstica. Em todos esses casos, ela ainda realiza mais horas de trabalho doméstico semanal do que o homem: na maior parte dos casos o número de horas perma-

-
5. Tanto a reconstituição histórica das críticas e bandeiras do feminismo de segunda onda quanto ao argumento a respeito de sua afinidade eletiva com o neoliberalismo estão em FRASER (2009).
 6. Referente aos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2009.

nece duas vezes ou mais o dos homens. A força dos papéis de gênero é especialmente visível através da ideologia da maternidade: mulheres com nenhum filho dedicam 25,9 horas semanais ao trabalho doméstico, contra 11,7 dos homens; a partir do primeiro filho, esse número aumenta para 29,4, enquanto que o número de horas masculino cai para 10,4. A progressão continua: quanto mais filhos, mais horas as mulheres dedicam ao trabalho doméstico, enquanto que os homens funcionam na proporção inversa. Isso pode demonstrar que, com a chegada dos filhos, os papéis sociais de gênero têm seu peso e ação amplificados.

Assim, ainda que o tema da divisão sexual do trabalho tenha sido já amplamente discutido ao longo da história do feminismo, ele está longe de pertencer ao passado, tanto na teoria, quanto na vida prática das mulheres. A persistência do tema na agenda política do feminismo pede por abordagens que privilegiem políticas públicas, e, ao que me parece, o papel da teoria nessa empreitada é o de analisar os esforços práticos e situá-los num projeto de sociedade pós-neoliberal, para a qual, segundo Nancy Fraser (2009), nos encaminhamos ao longo dessa década. Nessa perspectiva, analisaremos os projetos desenvolvidos para o reconhecimento do trabalho doméstico, organizando-as em três perspectivas: em primeiro lugar, as propostas que visam à remuneração do trabalho doméstico; depois, aquelas que se contrapõem a essa possibilidade; por fim, aquelas propostas que, não situadas especificamente em nenhum desses extremos e discutirão o trabalho doméstico através de perspectivas multifacetadas. Essa terceira parte, no entanto, ainda está em desenvolvimento no meu trabalho de mestrado, e não será abordada.

Como veremos, a análise dessas propostas visa a mais do que tomar uma decisão a favor de qualquer uma delas, mas a problematizar a questão do trabalho doméstico por vários ângulos, compreendendo-a melhor.

2 Os encaminhamentos para o trabalho doméstico

No primeiro foco do debate, apresentaremos as autoras que se posicionam a favor da remuneração — a feminista finlandesa Hilkka Pietilä e a cientista política Ann Shola Orloff.

Hilkka Pietilä desenvolve, em paralelo, uma história das mulheres e uma crítica econômica. Em ambos os estudos, a autora parte da opressão às mulheres como um fenômeno geral na estrutura da sociedade, não apenas existente em suas formas visíveis (violência, trabalho, etc.). Como tal, deve ser objeto de uma reflexão e medidas que visem, também, transformar a sociedade como um todo.

A opressão seria resultante principalmente da passagem para as sociedades industrializadas, momento no qual a produção familiar perdeu sua importância e foi quase totalmente substituída pela indústria. As mulheres, já desde o primeiro momento confinadas ao lar, deixam de ser as gerenciadoras da produção — ou, em uma palavra, as provedoras principais das necessidades de sobrevivência — para se tornarem escravas da esfera privada, cada vez mais marginalizada pela indústria. Esse processo, por sua vez, amplia a centralidade do mercado, cada vez mais o provedor universal de todas as necessidades humanas. É nesse enlace que se encontram os dois projetos teóricos da autora: no crescimento desmedido do poder do mercado, marginalizando outras formas econômicas (nominalmente, a economia doméstica e a de cultivo), bem como as mulheres, que perdem seu posto e são presas a uma situação de desigualdade evidente.

A solução também vem nesse duplo desenvolvimento. Pietilä propõe que se promova uma economia holística, capaz, ao mesmo tempo, de incluir as atividades até então marginalizadas e reduzir significativamente a importância do mercado. O cerne da proposta é que a produção daquilo que é necessário para a sobrevivência seja feita principalmente no lar, retomando o conceito de produção familiar, e, paralelamente, retirando parte do poder do mercado de ser o único meio de satisfazer as necessidades humanas. Na verdade, o lar, hoje centro da dominação e da opressão, deve se tornar o local por excelência da transformação da sociedade, competindo com o mercado e fazendo-lhe oposição. Isso por si só já aumentaria a valorização do trabalho doméstico que, segundo Pietilä, seria responsável por 42 a 46% do PIB finlandês caso fosse remunerado.

Em paralelo, as medidas em relação à mulher devem ser perseguidas por políticas públicas estatais, sendo a primeira delas o estímulo à inclusão no mercado de trabalho. Mais do que postos de trabalho, isso implica em transformações na educação e treinamento das mulheres, bem como na construção de creches que deem conta dos filhos e cen-

tros de cuidados para idosos e doentes. Em uma palavra, a inclusão no mercado de trabalho passa pela desoneração da mulher em relação ao trabalho doméstico. Depois, as políticas deveriam se voltar para a equalização da participação de homens e mulheres nesse mercado, tanto no que diz respeito à escolha de profissões — pois as mulheres ainda escolheriam profissões de baixo status e remuneração, quanto no sentido de garantir a remuneração igualitária e outros direitos. A dupla jornada deve ser extinta, porém não são indicadas maneiras para realizar isso. Por fim, o trabalho doméstico deve ser remunerado, pois não há motivo para crer que algumas mulheres não vão preferir ficar em casa. Isso é essencial para promover o lar como um espaço de emancipação e autonomia, e estimular as iguais relações entre homens e mulheres.

De forma diferente da primeira autora, Ann Orloff parte de um problema teórico: o desencontro entre as pesquisas comparativas acerca dos Estados de bem-estar social e a pesquisa feminista. Ela aponta os grandes avanços realizados tanto pelo feminismo, que trouxe a prática política “de volta ao campo prático da ação e da mudança social” (ORLOFF, 2009, p. 318),⁷ quanto pelo estudo dos Estados de provisão reais, que incluiu em sua metodologia a análise comparativa e chegou mais próximo de compreender a ação desses Estados em diversos âmbitos do social. No entanto, a ausência de diálogo entre essas duas vertentes causou, em ambas, lacunas que precisam ser preenchidas: a escola dos recursos de poder (escola de estudos comparativos dos *welfarestates*) ignora o caráter de gênero presente no Estado, ao passo que o feminismo critica esses mesmos Estados sem chegar a apreender suas características reais. Desse modo, uma conversa entre ambos poderia ser extremamente frutífera. Frente a esse quadro, a proposta da autora é de construir um esquema teórico que dê conta desse diálogo. Com isso, seria possível analisar em que medida os Estados reais de fato contribuem para a igualdade de gêneros ou a evitam e, com isso, abrir campo para a formulação de políticas inclusivas mais guiadas.

Para pensar o Estado de bem-estar social, Orloff seleciona as formulações de Gösta Esping-Andersen. O pressuposto desse esquema

7. Tradução própria. No original: “back into the grounded fields of action and social change”.

é a divisão da sociedade em capital, um recurso específico do mercado, desigualmente distribuído, e direitos políticos, representando a oposição dos cidadãos ao mercado e sua luta pela expansão dos direitos. Os regimes se dividem em três categorias: liberal, conservador-corporativista e socialdemocrata.⁸ Esses três tipos dizem respeito à forma de ação predominante do Estado em relação aos três critérios de avaliação articulados. São eles: a) a relação entre o Estado e o mercado, que diz respeito ao quanto cada um desses âmbitos é responsável pela satisfação das necessidades dos cidadãos — ou seja, o quanto cada um desses poderes fornece para a sobrevivência; b) estratificação social — o potencial do Estado de reordenar as relações sociais determinadas pelo mercado; c) direitos de cidadania e “desmercadorização” do trabalho; aqui os direitos são vistos como possibilidades de libertar o trabalhador da sujeição ao mercado, fornecendo-lhe poder de barganha para negociar suas condições. Nessa medida, “desmercadoriza” o trabalho por permitir que os indivíduos possam negociar as condições de sua inserção no mercado de trabalho. Esses direitos se dividem em três tipos: os universais, cujo único critério de acesso é ser natural daquele país ou espaço geográfico; os com base na renda, ou seja, atrelados à condição de trabalhador; e, finalmente, os direitos com base nas necessidades, para os quais se deve comprovar incapacidade de manter a si mesmo e à sua família sem auxílio. De modo geral, quanto mais direitos universais existirem, menos sujeitos ao mercado os cidadãos estão. A expansão desses direitos, por sua vez, é parte da cidadania, sendo que é a partir da luta social — levada a cabo pelos cidadãos — que ela é obtida.

Por sua vez, a teoria feminista e as críticas dela ao esquema do grupo de recursos de poder mostravam que esse esquema era cego para as hierarquias de gênero, relegando-as a um segundo plano em relação às diferenças de classe. Em uma crítica igualmente válida para outras vertentes teóricas, elas mostraram que o cidadão, cujo critério de definição é a independência, era, implicitamente, um trabalhador homem. Analisando as perspectivas acerca do trabalho, elas evidenciam a exclusão do trabalho doméstico não pago e mostram que o Estado negligencia formas de trabalho específicas às mulheres

8. Para os fins do texto presente, acreditamos não ser necessário explorar mais essas distinções conceituais, que podem ser encontradas em ORLOFF, 1996.

(o trabalho em tempo parcial, por exemplo). Por fim, elas evidenciam as relações de poder na família, as quais, omitidas pela teoria padrão, exercem grande influência na vida das mulheres. Ainda que estejam divididas no que diz respeito ao sentido fundamental da ação do Estado, as autoras mostram que essa ação tem muito peso no quesito relações de gênero. Analisando vários aspectos delas, tentam mostrar as relações do Estado com estruturas fundamentais para a vida das mulheres, como o casamento tradicional, o salário familiar e a divisão sexual do trabalho. Elas também compartilham uma abstração das características dos Estados reais.

Para adequar esse esquema para pensar as hierarquias de gênero, Orloff revisitou as categorias de Esping-Andersen, analisando sua validade para o caso das mulheres, e fez algumas propostas. Na primeira dimensão, a autora inclui a família, pensando, assim, sobre as relações entre o Estado, o mercado e a família na satisfação das necessidades dos indivíduos. Isso porque o trabalho doméstico não pago realizado no âmbito doméstico — executado majoritariamente pelas mulheres e sem o qual os homens não poderiam se dedicar exclusivamente ao trabalho assalariado — consiste em um serviço de provisão social não reconhecido. Além disso, é imperioso contradizer Esping-Andersen em sua visão do trabalho doméstico, que não é contemplado como um serviço de bem-estar oferecido pelas mulheres, pois é visto como uma escolha. Ora, nas palavras de Orloff, “em nenhum lugar no Ocidente industrializado as mulheres casadas e mães escolhem *não* se engajar no trabalho de cuidados e no trabalho doméstico” (ORLOFF, 1993, p. 313).⁹ É, ao contrário, uma restrição às suas escolhas. Nessa medida, a dimensão a ser acrescida no esquema de Esping-Andersen deve avaliar em que medida os Estados alteram a divisão sexual do trabalho. Em termos de estratificação, a autora mostra que os Estados estimulam a diferença entre os gêneros privilegiando o trabalho em tempo completo e reforçando a divisão sexual do trabalho. Isso é feito através do acesso aos benefícios de bem-estar, onde as mulheres tem acesso aos benefícios baseados em problemas familiares, como a falta de um provedor masculino, privilegiando formações familiares tradicionais e estigmatizando outras. Além disso, elas têm mais

9. Tradução própria. No original: “Nowhere in the industrialized West can married women and mothers choose *not* to engage in caring and domestic labor”.

dificuldade que os homens para acessar benefícios sociais relativos à condição de trabalhador. Nessa medida, ainda que a dimensão da estratificação seja útil, ela precisa ser retificada para incluir questões pertinentes às mulheres. No que diz respeito aos direitos sociais e à “dermercadorização” dos trabalhadores, as críticas anteriores são novamente trazidas. Essa dimensão é útil, portanto, para os trabalhadores homens. Para as mulheres, é evocado o “direito de ser ‘mercadorizada’”, ou seja, o direito e a possibilidade — levada a cabo pelo Estado — de acessar o mercado e fazer parte dele. Esse cenário ofereceria às mulheres a possibilidade, através da autonomia financeira, de decidir mais livremente acerca de suas próprias vidas, liberando-as da compulsão de entrar e manter relações indesejadas por razões financeiras. Por fim, a autora adiciona uma nova dimensão, a *capacidade de formar e manter um lar autônomo*. Essa dimensão se divide em duas, o acesso ao trabalho pago e a serviços de auxílio que permitam o exercício desse trabalho, e a remuneração do trabalho doméstico para aquelas que desejarem ficar em casa.

Quando lidamos com questões que se inserem num panorama tão amplo, dois tipos de questões aparecem. Por um lado, representada pela perspectiva de Sen (2009), temos a ideia de que as “pequenas” injustiças que encontramos no dia a dia podem ser remediadas sem necessidade de uma alteração do quadro geral da sociedade, apenas tornando-a mais justa através de ajustes. Por outro lado, isso pode nos levar a abandonar a perspectiva global do problema que, no caso das mulheres, perpassa toda a estrutura social e, como já vimos, pode ter efeitos perniciosos se tratado apenas como fenômeno específico. No caso do trabalho doméstico, essa duplicidade é bastante válida e deve ser considerada quando se pensa em uma solução. Em primeiro lugar, quando pensamos em reconhecer o trabalho doméstico, podemos assumir duas posturas distintas. Se seguirmos pela primeira, buscamos o reconhecimento do trabalho doméstico *enquanto trabalho*. Argumentamos por seu valor social e pela importância que ele tem na formação dos cidadãos que continuarão a história de nossas sociedades, falamos de valores como a porcentagem do PIB que ele representaria, etc. Por essa perspectiva, chegamos em propostas que

negligenciam um elemento fundamental desse trabalho, qual seja, o de que esses cidadãos, responsáveis pela continuidade das nossas sociedades, estão sendo formados pelo trabalho exaustivo e quase exclusivo das mulheres. Nessa perspectiva, mais importante do que todo esse montante de trabalho não reconhecido é o efeito que ele tem sobre a vida dessas mulheres, constringendo suas escolhas, determinando suas trajetórias e impedindo-as de fazer “algo *mais* de suas vidas” (RÖSSLER, 2007, p. 144). Assim como nas propostas, teremos aqui, também, que lidar com esse duplo viés para se pensar a questão e fazer uma escolha.

Essas duas propostas, unificadas pela remuneração, trazem à tona uma contradição: ao mesmo tempo em que postulam a imperatividade da mulher sair da casa para trabalhar como forma de libertação, postulam a remuneração, que pode muito bem desembocar em um fortalecimento do trabalho doméstico enquanto alternativa econômica e resultar no confinamento das mulheres ao lar como antes de sua inserção no mercado de trabalho. Isso porque a realização dessas tarefas está relacionada aos papéis de gênero, como discutimos. Nessa medida, a remuneração é uma forma de definir que, sendo esse trabalho digno de valorização, as mulheres podem continuar a realizá-lo, agora reconhecidamente.

Na obra de Pietilä, a operação é ainda mais confusa: ao passo que se determina que as mulheres devem ir à esfera pública, fala-se do fortalecimento da economia doméstica como forma delas retomarem seu status de provedoras. Dito de outro modo, o fortalecimento da produção familiar como oposição ao poder do mercado esbarra na proposição da autora de que as mulheres devem ir ao mercado para equalizar suas condições econômicas. Nessa medida, estamos falando ou da ampliação da dupla jornada (a qual a autora diz, numa proposição vaga, que deve acabar, sem maiores esclarecimentos) ou dos homens serem responsáveis pela produção familiar, deixando dúvidas a respeito da tese das mulheres retomarem o status de provedoras através da produção familiar. Além disso, como a autora pouco menciona modos para a transformação dos papéis de gênero e ideologias, podemos nos perguntar também de que adianta fortalecer um lar embebido pelo machismo sem realizar qualquer medida para transformá-lo previamente. Isso está na contracorrente do que buscou o movimento feminista ao estabelecer que o privado é político.

Entrar no mercado significa mais do que “ganhar o próprio dinheiro” — que, por si só, já aumenta o poder de negociação dentro da família. Significa ter uma existência na sociedade, participar da esfera pública e ser elevado à condição de cidadão, ganhando acesso a direitos e sendo incluído nos deveres para com a coletividade. Como as duas autoras destacam, as mulheres não escolhem ficar em casa, mas são “destinadas” a ela, entre outras coisas, pela falta de possibilidade de realizar outras atividades e ganhar seu sustento. Nessa medida, a remuneração me parece ter mais o efeito contrário do pretendido, pois, especialmente em tempos de emprego escasso, não haveria razão para as mulheres saírem da esfera privada, onde seriam pagas pelo seu trabalho. Isso, de fato, prenderia as mulheres em casa. Além disso, a remuneração esbarra numa série de questões acerca da lógica desses trabalhos: por mais que a autora desenvolva uma série de métodos de cálculo dessa remuneração, ele dificilmente se enquadraria na lógica do trabalho assalariado comum (8h, feriados, férias, licenças, etc.). Como se pode remunerar um trabalho que não pode ser calculado? Como se pode fazê-lo em um trabalho cujo exercício é a qualquer horário?

É importante salientar que, por mais importante que seja, o trabalho doméstico não pode construir cidadania senão de uma forma diferente daquela conferida pelo trabalho assalariado, haja visto todas as suas diferenças estruturais. Desse modo, me parece, ainda que preliminarmente, que a remuneração como a tentativa de equiparar o trabalho doméstico com o trabalho assalariado, não pode ser realizada mais do que residualmente — como podemos construir status de cidadania iguais sobre origens tão diversas? Nessa medida, remunerar o trabalho doméstico não apenas põe em risco o que as mulheres já obtiveram — a libertação, ainda que parcial dos laços privados, como tende a transformar o trabalho doméstico, possivelmente retirando dele os aspectos mais importantes da socialização e da maternidade: o afeto, os sentimentos e o fornecimento de sentido. A participação da sociedade e do Estado na maternidade arrisca a possibilidade de cada mãe passar os seus valores pessoais para seu filho e criá-lo dentro de um espaço de determinação, alienando aspectos essenciais desse trabalho.

Nessa medida, parece-nos que, ao postular a remuneração, as autoras pensam o reconhecimento do trabalho doméstico em si do que a

emancipação dos sujeitos envolvidos. A remuneração pode ser vista como uma medida paliativa, na medida em que intenta igualar as condições econômicas de homens e mulheres. Essa igualdade pode servir de base para a construção da igualdade de gênero de forma mais ampla, mas não a realiza por si, impondo, inclusive, uma série de riscos de retrocesso.

O segundo enfoque de nossa discussão é nos encaminhamentos que rejeitam a remuneração como solução para o problema do trabalho doméstico. Argumentando que essas propostas têm potencial de prender as mulheres em casa, que não representam o pedido das mulheres quanto ao reconhecimento do trabalho não pago e que economicizam esferas que não estão sujeitas à lógica do mercado, os dois autores que serão apresentados nessa parte problematizam a questão mostrando que o trabalho doméstico e o assalariado obedecem a lógicas distintas e têm diferentes funções na vida dos indivíduos.

Essa distinção entre as diversas lógicas às quais obedecem formas distintas de trabalho é uma das preocupações centrais de André Gorz na obra *Metamorfoses do Trabalho*. Ali, o autor indicará que a crise da modernidade — tida como uma crise da Razão — se deve ao avanço indistinto da racionalidade econômica, particular aos modos de produção capitalistas, que ultrapassou os limites dos âmbitos em que sua ação é pertinente e tomou outros, invadindo, por exemplo, a vida privada, e impondo sua lógica mercantil ao “tecido relacional do qual dependem a integração social, a educação e socialização dos indivíduos” (GORZ, 2004, p. 107-8). Nessa medida, o autor se dedicará a definir com precisão os âmbitos em que a racionalidade econômica deve prevalecer e aqueles nos quais sua ação não é bem vinda, sob risco de aniquilar sua função de fornecer sentido e levá-las à crise.

A racionalidade econômica está ligada ao cálculo contábil, que quantifica a produção e permite que ela seja ampliada, maximizada, que busque o rendimento máximo. Ela também se relaciona a possibilidade de controlar o trabalho na produção de valores de troca. É preciso, portanto, em primeiro lugar, definir aquilo que é econômico e, em seguida, distinguir tudo “que se convencionou chamar trabalho”, evidenciando as diferenças entre as formas de atividade que possuem relevância social.

Ele, então, determina que a ação da racionalidade econômica seja reservada a atividades que: a) criam valor de uso; b) têm em vista uma troca mercantil; c) realizam-se na esfera pública; d) realizam-se em um tempo mensurável e com o maior rendimento possível. Essas atividades — nomeadas *trabalho no sentido econômico como emancipação*¹⁰ — têm por fim principal a obtenção da sobrevivência através da remuneração. Serem realizadas na esfera pública é especialmente importante, pois isso retira os liames privados da produção, e onde quer que eles existam, ela será marcada por outros laços que não aqueles da racionalidade econômica — a saber, o contrato de trabalho. Qualquer atividade cujo fim seja a própria realização (pelo prazer, satisfação, afeto ou qualquer outra razão) é considerada uma atividade não mercantil e, como tal, não se sujeita à racionalidade econômica.

Remunerar o trabalho doméstico, e, portanto, sujeitá-lo à racionalidade econômica, não é desejável pois:

Há atos que não posso *produzir* à vontade, nem sob encomenda, e pelos quais só posso ser pago pelo simulacro. São os atos relacionais necessariamente privados pelos quais alguém participa afetivamente daquilo que experimenta um outro e fá-lo assim existir como sujeito absolutamente singular: compreensão, simpatia, afeição, ternura, etc. Essas relações são essencialmente privadas e, além disso, refratárias a qualquer medida de rendimento (GORZ, 2004, p. 148).

Tendo por função a reprodução material e, adicione, simbólica da sociedade, o trabalho doméstico, sendo remunerado, é posto sob risco de perda de sentido. Ele, além das atividades relativas ao lar (de manutenção, cuidados, etc.), através das quais, para Gorz, criamos o nosso âmbito privado e nos apropriamos dele (“os cuidados que exigem os objetos pessoais, que não são meus, de fato, senão quando eu mesmo cuido deles, utilizo-os ou conserto-os” [GORZ, 2004, p. 157]), também remete à função materna e aos cuidados afetivos, “nos quais é impossível distinguir entre a labuta (lavar, mudar a fralda, dar comida) e a troca afetiva e o lúdico” (GORZ, 2004, p. 157). Em relação ao lar e aos objetos, quase tudo já foi transferido para a esfera pública e assumido

10. Essas atividades são chamadas emancipatórias pois trazem o indivíduo, antes envolto pelos laços privados, para a esfera pública, onde ele adquire o status de cidadão, recebendo uma série de direitos e deveres.

por terceiros através de serviços, empregadas domésticas, serviços de *delivery*, etc., levando a uma perda crescente da privacidade e de seus limites. Acerca da “função social da maternidade”, o argumento da perda de sentido é complementado pela perda de autonomia: quando é feita em nome da relevância social da maternidade, torna a mãe uma servidora da sociedade ao fornecer-lhe os cidadãos de que essa necessita para sua continuidade; através desse procedimento, a sociedade compra não apenas seus cidadãos, mas o direito de legislar sobre como estes serão formados, tirando da mãe, responsável por uma criança em particular pela qual nutre sentimentos afetivos que não pode ter por qualquer outra, a plena autoridade sobre seu filho e sua vida privada.

As formulações de Beate Rössler a respeito da questão complementam as de Gorz. Tomando como inquestionável a relevância social do trabalho doméstico, e colocando que o questionamento a respeito dessa relevância esconde outra pergunta (nominalmente, se esse é um serviço pelo qual a sociedade deveria pagar), a autora mantém a questão acerca da remuneração pela perspectiva da racionalidade desse trabalho, comparando-a com a do trabalho assalariado e do trabalho em geral. Divergindo do autor francês, Rössler acredita que as atividades domésticas e de cuidados podem indubitavelmente ser consideradas trabalho, mas destaca que elas também o são em um sentido muito diverso do que se empresta ao trabalho assalariado:

O trabalho familiar não permite um dia de oito horas; não oferece fins de semanas livres, nem semanas de cinco dias; nada de feriados fixos ao longo do ano, nem de licença remunerada em caso de doença. O que pode ser chamado de uma racionalidade diferente se deve, ao menos a primeira vista, ao fato de que o trabalho familiar não é “operacionalizável”, não pode ser estipulado em um contrato, ao menos não para aqueles que trabalham em suas próprias famílias. Viver com suas crianças pode às vezes ser extremamente anárquico e tomar até 24 horas em um dia. Em outras palavras, não se pode estruturar um começo e um fim para o dia de trabalho. Uma criança precisa e espera cuidado, de fato, o dia inteiro. É difícil imaginar um contrato estipulando as horas aqui — a menos para os pais cui-

dadores, e é apenas com eles que estamos preocupados aqui (RÖSSLER, 2007, p. 141).¹¹

Mais do que considerar a inserção da racionalidade econômica danosa para esse trabalho, a autora a considera impossível, na medida em que, quando se fala do trabalho de cuidados com uma criança, por exemplo, não há viabilidade em transformar o cuidado permanente em um trabalho de oito horas diárias — o que acontece nas outras 16 horas do dia?

Além disso, através da análise de biografias de mulheres, a autora sinaliza que a remuneração não corresponde aos seus desejos, reduzindo o querer “algo *mais* de suas vidas além do trabalho familiar, algo que uma pessoa possa descrever como recompensador” (RÖSSLER, 2007, p. 144)¹² a uma questão unicamente financeira. Ora, a questão do trabalho doméstico está para além da emancipação financeira da mulher e de sua autonomia nesse sentido — fosse assim, o problema teria sido resolvido com a entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Sendo assim, ambos os autores negam a remuneração e propõem outra saída. Para Gorz, o trabalho doméstico é essencial à construção da privacidade e para que os indivíduos tomem posse de suas vidas. Ao mesmo tempo, o reconhecimento passa pela inclusão de todos igualmente nesse trabalho. Nessa medida, Gorz situa o trabalho doméstico em sua utopia para a sociedade, na qual todos trabalham menos — e por isso tem acesso a empregos significativos e dignificantes — e todos realizam trabalho doméstico nas horas livres. Para Rössler, não basta dar condições econômicas para as mulheres, é preciso *construir uma sociedade* na qual elas sejam iguais aos homens.

-
11. Tradução própria. No original: “Family work allows no eight-hour day; it offers no free weekends, no five-day week, no fixed holidays a year, no paid sick leave. What can be called a different rationality owes at least *prima facie* to the fact that family work is not really operationalizable, cannot be stipulated in a contract, for those who work in their own families. Living with one’s own child can at times be extremely anarchic and can easily take up twenty-four hours in a day. In other words, no beginning or end can be structured into the working day. An infant, for instance, needs and expects care all day long. It is hard to imagine a contract stipulating working hours here — at least not for the caretaking parents, and we are only concerned here with them”.
 12. Tradução própria. No original: “something *more* from their lives than family work, something that a person can describe as rewarding”.

Nessa medida, ela aponta a solução de Nancy Fraser para esse trabalho, um programa composto de nove pontos, que será analisado na sequência da pesquisa.

A respeito da proposta de Gorz, o que pode ser apontado é certa imprecisão no que diz respeito à passagem para a divisão igual do trabalho doméstico. Ora, como o autor aponta, não basta ceder espaço para que isso ocorra, mas a transformação das relações de gênero é condicionada pela alteração dos papéis de gênero. Isso, além da ação dos movimentos, pode sofrer a interferência do Estado através de programas e medidas. No entanto, o autor, cujo foco não é especialmente no trabalho doméstico, não abre a discussão para esse ponto, de modo que sua proposta é meramente uma indicação a ser mais desenvolvida.

Referências

- FRASER, N. After the family wage. In.: *Justice Interruptus: critical reflection on the "postsocialist" condition*. Londres: Routledge, 1997, pp. 41-69.
- . Feminism, capitalism and the cunning of history. In.: *New Left Review*, v. 56, Mar/Abr, 2009.
- GORZ, A. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica* Trad. Ana Montoia). São Paulo: Annablume, 2007.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho (verbete) In.: HIRATA, LABORIE, LE DOARÉ, SENOTIER (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- ORLOFF, A.S. Gender and the social rights of citizenship: the comparative analysis of gender relations and welfare states. In.: *American Sociological Review*, v. 58, n. 3 (Junho, 1993), pp. 303-328.
- . Gender in the welfare state. In.: *Annual Review of Sociology*, v. 22, pp. 51-78, 1996.
- . Citizenship, policy and the political construction of gender interests. In.: *International labour and working-class history*, n. 52 (Outono, 1997), pp. 35-50.
- . Gendering the comparative analysis of welfare states: an unfinished agenda. In.: *Sociological Theory*, v. 27, n. 3, Setembro de 2009, pp. 317-343.

- PIETILÄ, H. Tomorrow begins today. In.: *IFDA Dossier*, v. 57/58 (Janeiro-Abril, 1987). pp. 37-54.
- *Patriarchy as a state of war. The role of the peace movement and the peace research in this war?*. Apresentado na Conferência de 25 anos da IPRA, em Gronningen, 1990. Retirado do website: <<http://www.hilkkapietila.net/en/index.html>>.
 - *Basic elements of human economy - a sketch for a holistic picture*. Disponível em: <<http://www.hilkkapietila.net/en/index.html>>, 2002.
 - *The constant imperative: provisioning by cultivation and households: ontological presupposition of sustainable economics?*. Apresentado na Nona conferência *Ecological Sustainability and human well-being*, em Nova Delhi, 2006. Disponível em: <<http://www.hilkkapietila.net/en/index.html>>.
 - *The unpaid work in households - a counterforce to market globalization*. Retirado do website: <<http://www.hilkkapietila.net/en/index.html>>, 2007a.
- RÖSSLER, B. Work, recognition, emancipation. In.: VAN DEN BRINK, V; OWEN, D. (Eds.) *Recognition and power. Axel Honneth and the tradition of critical social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, pp. 135-163.
- Gender and privacy: a critique of the liberal tradition. In.: —. (Ed.) *Privacies*. Stanford: Stanford University Press, 2004, pp.52-72.
- SEN, A. [2009] *A ideia de justiça*. Trad. Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- SILVA, J.P. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. Capítulo 4 (Trabalho e cidadania social). São Paulo: Annablume, 2008.

A mulher na gestão pública brasileira

KASSOUM DIÉMÉ

kdieme@hotmail.com

Resumo

Este estudo teve como objetivo principal mostrar que a condição de gênero pressupõe uma comparação de situações diferentemente vividas por homens e mulheres no mercado de trabalho, mas particularmente na gestão pública. A análise da gestão pública, subconjunto do mercado de trabalho previamente analisado, é parte fundamental na busca de entendimento da condição gênero no Brasil nos dias atuais. Portanto, antes de se debruçar sobre a condição da mulher neste subconjunto no Brasil, foi mostrada também a própria condição de gênero no país e analisada a relação gênero e educação a nível nacional. O trabalho é de cunho teórico baseado sobre a literatura e dados secundários de instituições relativos a aspectos aqui considerados. Se a primeira discussão deste estudo girou em torno do próprio conceito de gênero e sua diferença e preferência em relação ao termo sexo, ambas os termos querem, em última instância, mostrar que na sociedade ocidental as mulheres são dominadas pelos homens.

Palavras-chave Condição de Gênero, Gestão Pública, Brasil, Reconhecimento e Negação.

Este estudo teve como objetivo principal mostrar que a condição de gênero pressupõe uma comparação de situações diferentemente vividas por homens e mulheres no mercado de trabalho, mas particularmente na gestão pública. A análise da gestão pública, subconjunto do mercado de trabalho previamente analisado, é parte fundamental na busca de entendimento da condição gênero no Brasil nos dias atuais. Portanto, antes de se debruçar sobre a condição da mulher neste subconjunto no Brasil, foi mostrada também a própria condição de

gênero no país e analisada a relação gênero e educação a nível nacional. O trabalho é de cunho teórico baseado sobre a literatura e dados secundários de instituições relativos a aspectos aqui considerados. Se a primeira discussão deste estudo girou em torno do próprio conceito de gênero e sua diferença e preferência em relação ao termo sexo, ambas os termos querem, em última instância, mostrar que na sociedade ocidental as mulheres são dominadas pelos homens. No contexto brasileiro, os dois Planos Nacionais de Políticas para Mulheres de 2004 e 2008 apresentam um quadro geral da condição de gênero, através de suas preocupações e objetivos que consistem, respectivamente, em evidenciar a situação de subordinação injustificável da mulher e o atendimento das condições almejadas pelas cidadãs brasileiras. Antes destes Planos muitas pesquisadoras brasileiras se empenharam em desvendar a subordinação da mulher pelo homem em diversas esferas. Ao analisar o mercado de trabalho brasileiro percebeu-se que a condição de gênero aponta a precariedade do trabalho exercido pelas mulheres, por um lado, e uma maior proteção dos homens, em particular, os de cor branca, por outro. As mulheres são ainda vistas, inclusive por si mesmas, como mais aptas para atuarem na esfera doméstica ou em ramos da esfera pública que lembram as atividades tradicionalmente reservadas para elas. De acordo com a Fundação Perseu Abramo (FPA) “Ao todo, cerca de 1/3 (36%) não acredita na capacidade de uma mulher governar o país” (FPA, 2001: 20/21).

Tal constatação não é reveladora de uma “inclinação natural maior por algumas atividades do que por outras”, pois neste caso não haveria a necessidade de “leis ou persuasão social” para orientar a conduta das mulheres neste sentido (MILL, 2006). Segundo este autor,

Os senhores de mulheres queriam mais do que simples obediência e eles usavam a força da educação para atingir seus propósitos. Todas as mulheres são criadas, desde muito cedo, de que seu caráter ideal é o oposto do caráter masculino: sem vontade própria, e governadas pelo autocontrole, com submissão e permitindo serem controladas por outros (MILL, 2006:32).

Entretanto, Devreux (2005) ressalta que a divisão do trabalho apresenta dois ramos: o *produtivo* e o *reprodutivo*. Ela possibilita, consoante o momento, a integração no ou a exclusão do mercado de

trabalho as mulheres quando é conveniente para este, mostrando assim que a vulnerabilidade as afeta historicamente muito mais do que dos homens. O notável acesso de mulheres à educação formal contribuiu evidentemente para a mudança favorável à mulher do quadro que se tinha sobre sua presença no mercado de trabalho em geral, mas, sobretudo na gestão pública.

De acordo com Bruschini (2007), “A expansão da escolaridade, à qual as brasileiras vêm tendo cada vez mais acesso, é um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho.” (BRUSCHINI, 2007:547). Sendo a gestão pública a esfera política mais relevante e, que a rigor demanda a aquisição de uma formação acadêmica prévia, este estudo estabelece uma relação entre ela e o gênero antes de concluir que tanto no mercado de trabalho quanto na gestão pública, a condição de gênero aponta a precariedade, a exploração, a vulnerabilidade, a restrição e a subordinação como marcas, no fundo, próprias ao sexo feminino. O profissionalismo e a *natural* responsabilidade na esfera pública que, por muito tempo, foram considerados importantes elementos masculinos e, portanto, mais valorizados, deixaram ligeiramente de ser atribuídos ao sexo masculino, apesar da inquestionável e progressiva qualificação das mulheres que ainda hoje não tem o proporcional reconhecimento social, sobretudo no âmbito da gestão pública indexado como espaço onde as trabalhadoras encontram condições mais imparciais de acesso, de trabalho e de crescimento na carreira. Na gestão pública a presença de mulheres é ainda hoje menor por ser uma esfera na qual as decisões, capazes de alterar o rumo da *coisa pública*, são tomadas com fortes possibilidades de serem executadas. De acordo com o segundo PNPM (2008):

No Brasil, atualmente, a presença das mulheres ocorre de forma mais expressiva no âmbito das organizações e associações na sociedade, é menor nos partidos políticos e, menor ainda, nos parlamentos e governos. Estas frentes configuram-se como espaços públicos privilegiados de discussão, decisão e intervenção política. São caminhos que, embora não assegurem, obrigatoriamente, a realização das mudanças desejadas, tornam-se indispensáveis para que elas ocorram (II PNPM, 2008:116).

Alguns razões são apontadas para o entendimento desta situação que revela a baixa representatividade de mulheres nesta esfera. Se-

gundo o II PNPM (2008:116) destacam-se fatos como *a persistência da cultura patriarcal que associa os homens ao espaço público e as mulheres ao espaço privado* (II PNPM, 2008:116).

Referências

- ACCO, M. A. de C. et al. *Diagnostico da situação da mulher na Administração Pública Federal — ENAP*. Brasília-DF, 1998.
- ARAÚJO, C. SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre a família e trabalho pago no Brasil. In ARAÚJO, C. SCALON, C. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- AZEVEDO, N.; FERREIRA L. O. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *Cadernos Pagu*, v. 27, 2006, pp. 213-254.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos, *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, 2007, pp. 537-572.
- CORSEUIL, C. H. L. et al. Um panorama do mercado de trabalho brasileiro em 2009, in IPEA. *Mercado de trabalho conjuntura e análise*. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt45_09_completo.pdf> Acessado em: 21 de janeiro de 2011.
- COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reforma. *RAP — Rio de Janeiro*, v. 42 (5), 2008, 829-74.
- COUTINHO, V. F; CAMPOS, M. T. O S. *Brasil século XXI: a construção de um Estado eficaz*. Brasília: ENAP, 1996.
- DEVREUX, A.-M. Teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Revista Sociedade e Estado*, v. 20 n. 3, 2005, 561-584.
- FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas Públicas. *Estudos Feministas*, v. 12 (1), 2004, 47-71.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO - Núcleo de Opinião Pública. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. Outubro de 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 1980.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 2000.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Radar Social*. Brasília, 2005.
- LOUIS, M.-V. Diga-me o que significa Gênero?. *Revista Sociedade e Estado*, v. 21, n. 3, 2006, 713–726.
- MILL, S. *A sujeição das mulheres*. São Paulo: Escola, 2006.
- NOGUEIRA, C. M. *A feminização no mundo do trabalho — entre a emancipação e a precarização*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, 2004.
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, 2008.
- SANTOS, R. S. *A gestão pública no Brasil: o vício, o paradigma e a lição*. Disponível em: <<http://www.reginaldosouza.com.br/artigos/JORNAL%20A%20TARDE/A%20Gestão%20Pública%20no%20Brasil%20-%200%20vício,%20o%20paradigma%20e%20a%20lição.pdf>>. Acessado em 21 de janeiro de 2011.
- SORJ, B. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acessado em 30 de setembro de 2009.
- THERBORN, G. *Os campos de extermínio da desigualdade*. *Novos Estudos*. CEBRAP 87, julho 2010.

Educação Mediada: A relação entre agente e estrutura

RAUL VINÍCIUS ARAÚJO LIMA
raulvinicius.al@gmail.com

Resumo

A mediação entre agente e estrutura, para este estudo, é o foco central na análise sociológica sobre o campo educacional. Entendemos o habitus, na acepção de Pierre Bourdieu, o fator responsável pela mediação na relação estrutura/agente. Neste sentido, buscamos discutir a contribuição do habitus, enquanto princípio matriz de práticas e interpretações, sobre a configuração e a reconfiguração das práticas dos agentes dentro da estrutura social, mais especificamente dentro da escola, para além de uma mera reprodução. Uma vez que o habitus organiza a relação entre as condições sociais de existência e a posição ocupada pelo sujeito dentro de um determinado campo social, acreditamos que no campo da educação as ações executadas por indivíduos não são, apenas, respostas aos seus pares, nem respostas aos anseios da sociedade. Assim, a prática educativa transformar-se no resultado da história social, desigualmente construída, de um indivíduo em interação com os determinantes sociais e com os outros indivíduos. Sendo assim, nossa intenção é discutir essa fina e tênue linha mediadora que permeia os campos sociais.

Palavras-chave habitus; educação; mediação entre agente/estrutura

Abstract

The mediation between agent and structure, for this study, is the central focus on the sociological analysis of the education field. We understand the habitus within the meaning of Pierre Bourdieu, responsible for mediating factor in the structure / agent.

In this sense, we discuss the contribution of habitus, as a principle of practices and interpretations matrix over the configuration and reconfiguration of the practices of agents within the social structure, more specifically within the school, beyond a mere reproduction. Once the habitus organizes the relationship between the social conditions of existence and the position occupied by the subject within a particular social field, we believe that in education the actions taken by individuals are not merely responses to their peers, or responses to expectations of society. Thus, the educational practice transformed into the result, unevenly constructed, an individual's interaction with the social determinants and other individuals social history. Thus, our intent is to discuss this mediator thin and tenuous line that permeates the social fields.

Keywords habitus, education, mediation between agent/structure.

1 Por uma análise pós-estruturalista da educação

Tema caro a várias ciências, a educação é para esse texto não apenas objeto de análise, contudo fragmento e instrumento da construção da realidade social. A educação aqui não será vista apenas como um dos espaços de disputa de poder, espaço de coerção social, espaço para a reprodução da desigualdade social, tão pouco será analisada apenas enquanto instrumento de ascensão social (como na verdade acontece e ao contrário do que muitos denominam de mudança social). Buscaremos aqui refletir um pouco sobre como o campo da educação pode ser analisado para um maior entendimento da construção social da realidade.

Sendo a educação uma parte ligada a engrenagem do todo social, pensar em sua configuração e em sua importância é fundamental se almejamos entender como a educação pode servir na e para a sociedade (entenda-se aqui sociedade não apenas como a sobreposição da estrutura sobre os agentes ou o contrário apenas, mas a prática dos sujeitos frente ao conglomerado socialmente construído no decorrer da história).

Partindo do pressuposto de que a educação é mais que um espaço da grande engrenagem social, os sujeitos que constituem e são constituídos por esse espaço não podem ser analisados de maneira gene-

ralizada, pois, cada possibilidade de conflito de interesses entre esses sujeitos, por exemplo, entre professores e alunos, entre professores e o Estado, entre o Estado e alunos, ou seja, cada prática das classes envolvidas é delimitada por diferentes *habitus*. Desta forma, esse produto da história, o *habitus*, organiza a relação entre o sujeito e a estrutura.

Analisar qual a função e como o *habitus*, dentro do aporte teórico desenvolvido por Pierre Bourdieu, dá conta da relação entre estrutura e agência parece-nos o caminho de fuga face às interpretações demasiadamente objetivas e subjetivas. Tendo em vista que o *habitus* engendra práticas, gostos e diversas interpretações, dentro e acerca de uma mesma parcela da realidade social, precisamos compreender como as diferentes histórias e condições de vida dos diferentes sujeitos, constroem e são construídas por esse espaço social. Neste sentido, trazemos aqui uma discussão a respeito do empreendimento construído entre agência e estrutura com a intenção de demonstrar como a prática educativa sofre graves embates produzidos pelos diversos interesses que a compõem.

Essa análise da construção da realidade social através da abordagem pós-estruturalista, por um lado, vai contra a uma abordagem estruturalista, encontrada em autores como Marx e Durkheim, por exemplo, que propunham discutir a construção da realidade social através da sobreposição coercitiva da estrutura social frente ao sujeito, na qual este responderia, apenas, aos anseios e coerções de toda aparelhagem da sociedade. E, por outro lado, a abordagem pós-estruturalista também se opõe a uma mera concepção subjetivista, encontrada, por exemplo, em Max Weber, na qual a relação sujeito/sujeito determinaria todo o desenvolvimento da lógica e racionalidade social.

Sendo assim, o *habitus*, enquanto grande maestro da realidade social, constituído historicamente pelas condições de vida e posição dos sujeitos na estrutura, delimita cada prática consciente e inconsciente. Esse princípio formulador de práticas classificáveis é também sistema de classificação das mesmas práticas. É a partir dessa dupla delimitação do *habitus* que encontramos a construção da realidade social, ou “do espaço dos estilos de vida” (BOURDIEU, 2011a: 162).

2 Para além do objetivismo e subjetivismo

Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber constroem suas teorias de modo a pensar e a determinar a sobreposição de um ou outro lado da dupla constituição da realidade, ou seja, hora encontramos a estrutura social exercendo seu poder determinista sobre os sujeitos, hora encontramos na interação entre sujeito e sujeito, o fator motriz da realidade social. Tendo em vista a força e a vasta produção desses autores, buscaremos apenas delimitar alguns traços e críticas sobre suas concepções do todo social.

Durkheim (1999), frente ao pouco tratamento dado aos fatos sociais, buscou elevar a sociologia além do senso comum. Momento no qual os fatos sociais deixariam de ser destituídos de valores científicos. Ele procurou nos sinais exteriores ao indivíduo, através dos quais pudesse comprovar que a vida social existe no todo e não nas partes. Delimitando que nem todo acontecimento dentro de uma sociedade é um fato social, o autor nos traz a ideia de que esses consistem em modos de agir, pensar, capazes de exercer uma influência coercitiva e que são reconhecidos por cada sujeito.

Dotado de uma força de coerção demasiada, o fato social exerceria sua influência de maneira imperceptível e quando violados garantiriam uma repressão sobre os transgressores. Sendo o fato social um fator exterior e coercitivo, caberia a um deles confirmá-los e reproduzi-los, caberia à educação, pois, esta consiste justamente na força contínua para impor às crianças modos de sentir, práticas cotidianas, nas quais elas não chegariam por si sós. Assim, se os hábitos desses sujeitos são produto de tal coerção externa, e que com o passar do tempo não seriam mais perceptíveis, pois aqueles seriam gerados por essa força instituída além dos sujeitos (DURKHEIM, 1999).

A sociologia imposta por Durkheim busca ir além das concepções subjetivas, sendo assim necessário tratar os fatos sociais como coisas para podermos chegar às leis da realidade social, caso contrário, teríamos apenas meras ideias da realidade. Deveríamos nos afastar de todas as prenoções, pois, a realidade presente não poderia ser conhecida como tal sem seu estudo sistemático, pois, não faria sentido entendermos algo já conhecido. Precisaríamos então observar nosso objeto sociológico e não partir de nossas concepções subjetivas (DURKHEIM, 1999). A respeito da educação e para além dessa visão

simplicista da teoria durkheiminiana, gostaríamos de trazer a baila um pressuposto indicado pelo autor.

Sendo a educação o fato social responsável pela reprodução das regras e convenções da sociedade, o autor nos confirma que:

A educação é ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina (DURKHEIM, 2011: 41).

Expostos esses argumentos de Durkheim, não apenas da função da educação, como um pouco de sua teoria sociológica, temos que nos portar ante essas concepções, visto que em uma sociedade heterogênea, baseada em um sistema não apenas desigual em classes, não podemos falar em educação sem levar em consideração toda a história, os conflitos, as transformações, as posições e interesses pessoais de cada indivíduo, ou de seus grupos. Contudo, também não podemos nos fechar em uma concepção multifacetada da realidade, de maneira simplista e afastada das práticas e condições de existência de cada sujeito.

Nosso próximo autor abordado acerca de concepções teóricas como estruturais, é Karl Marx. Tenderemos em um mesmo sentido da reflexão sobre Durkheim, mostrar de modo rápido, como a teoria funcionalista de Marx deixa a relação entre sujeito e estrutura sem uma mediação, ou seja, caberia apenas a um dos dois exercer um papel guia na construção da realidade social.

Marx (1988) desenvolve seu argumento imerso em uma crítica à sociedade burguesa, esta enquanto detentora dos meios de produção e dos meios de exploração da força de trabalho proletariado, em outras palavras, a classe que sai em prol da obtenção de lucro sobre o valor da força de trabalho explorado. Para Marx, a relação de exploração, capitalista e trabalhador, aparece em qualquer momento nas relações sociais. Neste sentido:

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, este tem de ser contínuo ou percorrer, sempre de novo, as mesmas

fases. Uma sociedade não pode parar de consumir tampouco deixar de produzir. Considerado em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto ao mesmo tempo, de reprodução (MARX, 1988: 153).

Para o autor toda história é a existência de indivíduos humanos, diferentes dos animais por produzirem seus meios de vida, e a manifestação e reprodução desses meios de vida são os próprios indivíduos, tanto o que produzem e como produzem. O que os indivíduos são depende das condições materiais de sua produção. Ademais, a produção de ideias e de consciência estaria fortemente ligada à atividade material, na qual os indivíduos estariam submetidos a um poder que lhes é estranho, o mercado mundial, este que só teria seu fim por obra da revolução comunista e com a superação da propriedade privada (MARX; ENGELS, 1977).

De maneira breve e simples explanamos algumas das indicações da teoria marxista sobre a construção da realidade social, ou em outras palavras, a forma pela qual acontece ou deveria acontecer à relação estrutura e agente. Contudo, por mais que a desigualdade de classes e a exploração da força de trabalho humano sejam parte da mediação do todo social, não podemos resumir a educação, enquanto parte deste todo, às relações de produção e exploração material. Precisamos enxergar a questão do materialismo histórico, concomitantemente ligada às outras engrenagens do todo social, por exemplo, à raça e ao gênero de cada indivíduo, e não havendo assim a sobreposição de um aspecto a outro da realidade social.

Max Weber (2004) por sua vez não toma o capitalismo propriamente dito, como o fez Marx, mas sim o espírito do capitalismo. Ele não efetua uma análise materialista e econômica das condições de produção da realidade social, mas busca explicar as concepções éticas e religiosas dos agentes para promoverem o capitalismo moderno. Weber examina como os calvinistas, puritanos e batistas, lançaram-se na aventura do capitalismo. O autor explica o que fiéis religiosos faziam com o capital poupado e acumulado, eles proporcionavam um investimento em seus próprios investimentos para gerarem mais lucro. Em outras palavras, a religião liderava não somente a ética, mas

também toda prática ascética dos indivíduos, econômica e cotidianamente (WEBER, 2004).

O ascetismo constituía-se através da forma de um forte controle ativo e racional da vontade, visando libertar o homem de seus instintos, prendendo-o numa precisa esfera de práticas e devoções que guiavam todo o seu dia. Ou seja, em nome da glória de Deus, os puritanos regiam suas vidas em uma em uma conduta extremamente rigorosa e moral. Contudo, toda essa devoção desencadeava em um desencantamento do mundo, que seria a condição para uma racionalização da vida. A racionalidade produz resultados que contradizem as aspirações emancipatórias da modernidade (WEBER, 2004).

Weber (1991; 2006) postula em sua teoria a Sociologia como a ciência que busca compreender e interpretar a ação social, explicando-a no seu decorrer e nos seus efeitos. Esta ação se configura na e pela interação do comportamento humano, ou seja, há ação social quando a ação do sujeito se refere ao comportamento de outro sujeito e por ele orienta seu curso. Há nesses fundamentos de Weber, uma subjetividade alicerçada em um agente historicamente constituído. A ação do agente, neste caso, é racionalmente orientada a um fim, por mais que seja difícil a compreensão dos valores e fins que guiam a ação. Toda construção da ação rigorosamente racional desencadeia o *tipo ideal* de ação.

Vemos aí nessa exposição das ideias de Max Weber sua importância para a construção e desenvolvimento da mediação da relação entre agente e estrutura. Contudo, não seria possível apenas através do subjetivismo weberiano nós alcançarmos tal mediação. Em um movimento convergente entre a teoria dos três autores, Marx, Weber e Durkheim, é possível enxergarmos um pouco de como Bourdieu vai traçar sua teoria do *habitus* e desenvolver tal mediação. De forma alguma nos cabe aqui alimentar a superação ou valorização de uma teoria sobre outra, ao contrário, acreditamos que todo desenvolvimento sociológico apresentado aqui é de extrema importância para entendermos como podemos e o quanto temos ainda por alimentar e desenvolver cada vez nossa imaginação sociológica em prol de um maior entendimento da construção da realidade social.

Contudo, indo numa direção pós-estruturalista (ou de síntese das três teorias acima, como muitos costumam dizer), a teoria apresentada por Bourdieu, por um lado vai construir uma crítica não somente

à teoria da prática objetivista, na qual o ator social constitui-se enquanto um subproduto negativo e um mero executante de algo já determinado pela estrutura. Como por outro lado, vai além do pensamento fenomenológico que toma o contexto social constituído por uma intersubjetividade, que passa a existir apenas quando as ações dos indivíduos são executadas em função de outro indivíduo que compartilha da mesma concepção de contexto social. Neste sentido, gostaríamos de discorrer sobre essa linha tênue mediadora.

3 Do *opus operatum* ao *modus operandi* (da passagem do produto para a produção da prática)

A análise da construção da realidade social através da relação entre o sujeito e a estrutura, ou do micro com o macro, ou numa perspectiva pós-estruturalista, nos permitiu uma observação bastante tênue, porém em um nível de profundidade na qual as diferenças, as disputas de poder, as condições de produção material, as normas e valores, bem como a racionalidade da sociedade contemporânea ficam a disposição do observador atento.

A teoria da prática como prática evoca, contra o materialismo positivista, que os objetos de conhecimento são construídos, e não passivamente registrados e, contra o idealismo intelectualista, que o princípio dessa construção é o sistema das disposições estruturadas e estruturantes que se constitui na prática e que é sempre orientado para funções prática (BOURDIEU, 2011b: 86).

A observação do espaço social através dessa perspectiva nos permite uma imagem do todo, da engrenagem social, a partir da relação de suas partes, de seus grupos sociais e dos seus sujeitos individualmente constituídos, contudo, para explicarmos essas relações individuais, ou mesmo a relação do indivíduo com o todo, temos que prestar atenção redobrada em todo o sistema que perpassa o espaço social, pois, esse espaço social está constituído não apenas das relações visíveis e matéricas, mas também de relações e forças simbólicas capazes passarem despercebidas a um observador desatento.

Sendo assim, o espaço social é uma realidade formada por diferenças, no qual as classes estão, a todo tempo, em disputa pela legitima-

ção dos seus modos de viver. Os sujeitos e suas práticas encontram-se dentro de uma estrutura que distribui desigualmente os diferentes tipos de capital. Neste sentido:

[...] o espaço social organiza-se de acordo com três dimensões: na primeira dimensão, os agentes distribuem-se de acordo com o volume global do capital possuído, aí incluído todos os tipos; na segunda, de acordo com a estrutura desse capital, isto é, de acordo com o peso relativo do capital econômico e do cultural no conjunto de seu patrimônio; na terceira, de acordo com a evolução, no tempo, do volume e da estrutura de seu capital (BOURDIEU, 2011c:30)

A realidade aí é composta por cada espaço social, estes permeados de conflitos e diferenças, construindo assim um espaço hierarquizado. O *habitus* surge aí como princípio gerador organizador das mais diversas práticas. Nos produtos estruturados (*opus operatum*) e nas práticas distintivas (*modus operandi*) está a sistematicidade dos estilos de vida.

Necessidade incorporada, o *habitus* é produzido pelas mais diversas condições de existência de cada indivíduo. Enquanto princípio produtor de práticas, ele consegue com que cada indivíduo, ou um grupo deles, seja capaz de perceber, interpretar, apreciar e classificar as obras que fazem parte de seu espaço. Em outras palavras, o *habitus*, enquanto produto da incorporação de classes é responsável por engendrar os diferentes estilos de vida e as distâncias diferenciais que existem entre os sujeitos, ou grupos destes (BOURDIEU, 2011a). Assim:

[...] todas as práticas e as obras do mesmo agente são, por um lado, objetivamente harmonizadas entre si, fora de qualquer busca intencional da coerência, e, por outro objetivamente orquestradas, fora de qualquer concertação consciente, com as de todos os membros da mesma classe (BOURDIEU, 2011a:164).

Através dessa harmonia entre as práticas, há duas práticas que refletem bem sobre a distinção entre as classes e seus estilos, o consumo cultural e o consumo alimentar. Sobre o espaço do consumo cultural os dois grandes princípios de organização para explicá-lo são o volume global do capital e a estrutura do capital (meios de apropriação

e preferências). No consumo alimentar a oposição se coloca entre as diferenças de renda, que dissimula a oposição secundária baseada entre capital cultural nas classes ricas e em capital econômico nas menos ricas (BOURDIEU, 2011a).

O verdadeiro princípio das diferenças que se observam no campo do consumo, e muito além dessa área, é a oposição entre gostos de luxo (ou de liberdade) e os gostos de necessidade: os primeiros caracterizam os indivíduos que são o produto de condições materiais de existência definidas pela distância da necessidade, pela liberdade ou, como se diz, às vezes, pelas facilidades garantidas pela posse de um capital; por sua vez, os segundos exprimem, em seu próprio ajuste, as necessidades de que são o produto (BOURDIEU, 2011a:168/69).

O gosto de necessidade vai desenvolver um estilo de vida que se coloca como negativo, o que implica a legitimação de outro estilo como positivo, seja pela falta de privação ou por suas necessidades primárias. Os diferentes gostos são adotados por uma classe e re-negado por outra justamente no intuito de estabelecer distinções e hierarquias (BOURDIEU, 2011a). Assim, por exemplo, a escolha de uma escola e não outra, ou a escolha de um diretor e não outro fazem inconscientemente com que algumas famílias fomentem um futuro para seus herdeiros, ou mesmo a escolha que um governo faz ao planejar metas ou políticas públicas para educação estejam agindo de acordo com o gosto, de acordo com os interesses de uma classe “[...] seria ingênuo supor que todos os praticantes do mesmo esporte — ou de qualquer outra prática — conferem o mesmo sentido à sua prática ou, até mesmo praticam, propriamente falando, a mesma prática” (BOURDIEU, 2011a:198).

Pensar no espaço social reservado para educação não é excluir os outros espaços da realidade, ao contrário, o espaço escolar reflete e faz emergir práticas que constituem e são repercutidas em toda realidade social. Este espaço social possui suas próprias regras, valores, capitais, conflitos e hierarquias, como qualquer outro espaço social e por isso ele influencia e é influenciado por toda a realidade social. Os sujeitos inseridos dentro do campo social da educação também são parte do todo social, ou seja, suas práticas não só refletem seus *habitus*, engendrando seus gostos e estilos de vida, como são produtos

das condições de existência de cada sujeito e da posição ocupada por esse sujeito na estrutura.

Para nós, os sujeitos que compõem o espaço reservado à educação passam por mães, pais, alunos, diretores, professores, escolas, universidades, até todo o aparato governamental institucionalizado que promove e constrói políticas e normas para o funcionamento da educação, seja ela pública ou privada. Neste sentido, os *habitus* que permeiam este espaço são os mais variados, bem como suas práticas exercidas. Por isso, acreditamos que pensar na educação requer atenção não somente as nuances próprias, mas também a todo o aparato que é interiorizado da estrutura, como tudo aquilo que exteriorizado como produto das práticas.

Como poderíamos pensar em políticas públicas para escolas, por exemplo, partindo do pressuposto que cada região geográfica de um país possui culturas, práticas, estilos de gestão diferentes? Seria certo tomarmos uma posição homogeneizadora ou a execução de políticas que privilegiassem as diferenças, necessidades específicas? Nossa intenção não é determinar uma verdade, nem ao menos elencar as melhores ou piores respostas. Contudo, nossa intenção é deixar mais exposto que as mais variadas categorias sociais e hierarquias de classe permeiam o espaço social educacional, assim como qualquer outro e que isto implica uma análise detalhada da realidade educacional.

Trata-se de escapar ao realismo da estrutura ao qual o objetivismo, momento necessário da ruptura com a experiência primeira e da construção das relações objetivas, conduz necessariamente quando hipostasias essas relações ao tratá-las como realidade já constituídas fora da história do indivíduo e do grupo, sem recair, no entanto, no subjetivismo, totalmente incapaz de dar conta da necessidade do mundo social: para isso, é preciso retornar à prática, lugar da dialética do *opus operatum* e do *modus operandi*, dos produtos objetivados e dos produtos incorporados da prática histórica, das estruturas e dos *habitus* (BOURDIEU, 2011b: 86).

Na educação essas diferenças de estilos de vida, capitais acumulados, por exemplo, não devem ser as únicas abordadas. Devemos perceber que as diferentes hierarquias que regem a realidade social vão além do materialismo. É necessário que prestemos atenção às

disputas de poder simbolicamente estabelecidas e engendradas por questões de raça, gênero, sexualidade, religiosidade, territorialidade, opiniões políticas, dentre outras categorias sociais que permeiam e configuram o todo.

O *habitus*, enquanto produto da história, ao produzir práticas coletivas ou individuais, garante que qualquer tipo de pensamento, interesse, discriminação ou fim seja perpassado de geração em geração, sem que sejam percebidos os verdadeiros motivos do sucesso que essa garantia possa gerar para uma determinada classe. Assim:

[...] neste caso, a ordem social repousa principalmente sobre a ordem que reina nos cérebros e o *habitus*, isto é, o organismo que como grupo dele se apropriou e que ele é de antemão atribuído às exigências do grupo, funciona como a materialização da memória coletiva reproduzindo nos sucessores a aquisição dos predecessores (BOURDIEU, 2011b: 90).

A que grupo nós pertencemos? Qual o nosso *habitus*? Qual a direção da nossa prática? Dentro de uma escola é possível diferentes *habitus* (professores, alunos, políticas, por exemplo) convergirem, ou apenas divergirem em prol de um único objetivo? Esses diferentes *habitus* estão o tempo todo em conflito ou possuem um mesmo interesse? Se eles tiverem um mesmo interesse (bom ou mau), eles fazem parte de uma mesma lógica, a lógica de classe?

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2ed. Porto Alegre: RS. Zouk, 2011a.
- . *O senso prático*. 2ed. Petrópolis: RJ. Vozes, 2011b.
- . *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 11ed. Campinas: SP. Papyrus 2011c.
- DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo, Martins Fontes: 1999.
- . *Educação e Sociologia*. Petrópolis: RJ. Vozes, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Vol. I, O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec: 1977.

- WEBER, Max. *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.
- Volume I, Capítulo I. Conceitos sociológicos fundamentais. In: *Economia e sociedade*. Brasília, Ed. UnB, 1991.
 - *A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais*. São Paulo: Ática: 2006.

Novos objetos, novos desafios: Experiências de pesquisa em sociologia da saúde e em sociologia da infância

TATIANA DE ANDRADE BARBARINI

tati.barbarini@gmail.com

Resumo

Neste artigo, proponho-me a relatar minhas experiências de pesquisa acerca de uma análise sociológica do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) infantil, comumente tido como objeto de investigação e intervenção, por excelência, do campo médico. Traço algumas linhas gerais sobre as opções teóricas e metodológicas adotadas, as linhas argumentativas seguidas e os resultados obtidos em minhas pesquisas de mestrado e de doutorado e aponto o incômodo enfrentado ao se adentrar campos “estranhos” e lhes proponho modos diversos de apreender e compreender determinadas realidades. Além disso, busco compartilhar inquietudes referentes à inserção do pesquisador em áreas da sociologia ainda pouco reconhecidas, como a sociologia da saúde e a sociologia da infância. Dessa forma, o objetivo último deste trabalho é incorporar elementos em uma discussão sobre as potencialidades da sociologia frente à tendência cada vez mais contundente de especialização dos saberes.

Palavras-chave TDAH; sociologia; saúde; infância.

Abstract

In this paper, I propose the description of my research experiences about a sociological analysis on Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) in children, which is

commonly considered as an investigation and intervention object from medical field, par excellence. I sketch some general considerations about theoretical and methodological options adopted, the argumentation followed, and the results achieved in my master and PhD researches, and I indicate the discomfort faced when we enter “stranger” fields and propose them different ways in perceiving and understanding some realities. Besides, I aim to share some concerns about the entrance of the researcher in sociological fields still little recognized, such as sociology of health and sociology of childhood. Thus, this paper’s final object is to incorporate some elements into a discussion about the potentialities of sociology in opposition to the incisive tendency of knowledge specialization.

Keywords ADHD; sociology; health; childhood.

1 Introdução

Desenvolver um estudo sociológico sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) tornou-se um desafio ao final de minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas, quando algumas colegas e eu experimentamos realizar um estágio de licenciatura em um ambulatório psiquiátrico infantil, com a finalidade de lá desenvolver atividades pedagógicas e lúdicas. Foi também um momento acadêmico em que entrei em contato com o conceito de biopoder, de Michel Foucault.

A teoria e a prática responsáveis pela definição predominante do TDAH no Brasil concentram-se no campo médico psiquiátrico e têm como guias os grandes manuais psiquiátricos, tais como o *Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais* — DSM-IV-TR (APA, 2002) e o DSM-V (APA, 2013). Esses manuais definem o TDAH como um transtorno mental caracteristicamente infantil (uma vez que ele se manifesta pela primeira vez na infância), cujos sintomas são desatenção, hiperatividade e impulsividade. Suas causas ainda são misteriosas, mas tais manuais e muitos estudos médicos defendem a hipótese de uma causa neurobiológica, uma falha em neurotransmissores responsáveis por funções atencionais e regulatórias, enquanto fatores psicossociais seriam secundários. Essa hipótese é fortemente aceita

pelo campo neuropsiquiátrico devido à ação eficaz de medicamentos psicoestimulantes que atuam nesses neurotransmissores. É o caso do metilfenidato (mais conhecido como Ritalina®), psicofármaco que, usado em baixas doses, permite controlar os sintomas que caracterizam o TDAH.

O ponto de confluência entre aquelas experiências acadêmicas e o conhecimento da definição do TDAH foi a indagação sobre a real necessidade (e o significado dessa necessidade) de se diagnosticar e medicar crianças extremamente agitadas como portadoras de um transtorno mental chamado TDAH. Foi esse contexto que suscitou minha proposta de desnaturalizar o TDAH e seu tratamento psiquiátrico e medicamentoso a partir de um estudo sociológico, iniciado com a pesquisa que resultou na dissertação *O controle da infância: caminhos da medicalização* (BARBARINI, 2011) e no projeto de doutorado em desenvolvimento, provisoriamente denominado *Contextos sociais, estratégias de poder e estratégias de resistência no Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)*, ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, orientados pela Prof.^a Dr.^a Maria Lygia Quartim de Moraes e financiados pela Capes e, posteriormente, pela FAPESP.

Neste artigo, portanto, descrevo algumas considerações gerais sobre tais pesquisas e os incômodos causados pelo fato de o TDAH ser tido como objeto de estudo e intervenção médicos, por excelência. Entrar nesse “outro” campo fez se revelar um embate entre diferentes campos do conhecimento e a importância de se questionar a possibilidade e a importância de tencionar o lugar do sociólogo frente a seus objetos de estudo e de refletir sobre seu papel na relação entre teoria e prática.

2 Traços gerais das pesquisas e incômodos provocados

A dissertação de mestrado *O controle da infância: caminhos da medicalização* (BARBARINI, 2011) resultou da análise de dados obtidos em pesquisa de campo realizada no Ambulatório de Psiquiatria Infantil do Hospital das Clínicas da UNICAMP a partir das seguintes opções metodológicas: observação feita no ambulatório (salão de espera, sala

das crianças e sala de reunião dos profissionais de saúde), entrevistas semiestruturadas com profissionais de saúde e pais, conversas informais com pais e crianças e desenhos infantis. A análise desses dados teve como apoio conceitual e teórico as noções de medicalização (CONRAD, 1976; FOUCAULT, 1963), de relações de poder-saber (FOUCAULT, 1974-75) e de estigma (GOFFMAN, 1963).

O conjunto da análise permitiu considerar que os sintomas do TDAH são comportamentos inaceitáveis em uma sociedade competitiva e de desempenho. O que se buscou em todo o percurso da dissertação foi dispor de evidências de que tanto a infância quanto o TDAH são construções sociais e mostrar os modos como, em um ambulatório psiquiátrico, essas construções modulam as formas de ser, de se ver e de compreender o mundo de crianças que recebem tal diagnóstico e que são tratadas medicamentosamente por serem consideradas desatentas, hiperativas e/ou impulsivas. Mas também foram detectadas possibilidades de escapar às imposições da relação de poder-saber (da qual o TDAH e a Ritalina® foram identificadas como mecanismos de exercício de um poder psiquiátrico), sendo elas apontadas pelas próprias crianças.

Essa possibilidade de resistência foi a motivação inicial para continuar a perseguir o TDAH e a medicalização como objetos no doutorado. As obras de Foucault continuam a ter importância na investigação, particularmente na proposta de elaborar um esboço da genealogia do TDAH e na composição do método de análise dos dados obtidos. O esboço da genealogia desse transtorno compreende a busca das condições históricas de existência do que hoje se denomina TDAH, associadas às histórias da psiquiatria, da infância, da família e da escola contemporâneas.

Outros dois conceitos também ganham evidência: medicalização e subjetividade. A medicalização é uma noção que vem sendo cada vez mais assimilada por diferentes discursos (midiático, de luta, dos campos médico e pedagógico), o que faz surgir a necessidade de avaliar suas atualizações e sua aplicabilidade sociológica, isto é, sua função potencial de, como ferramenta analítica, colaborar para o diagnóstico de nossa sociedade. A subjetividade, por sua vez, aparece como novo elemento em minha carreira investigativa sobre o TDAH e se insere na análise das formas contemporâneas de ser, de se governar e de ser governado. Nesse sentido, a medicalização parece demandar uma so-

ciologia da saúde (mental), enquanto a subjetividade se relacionaria a uma sociologia da infância.

Venho tentando compreender se e de que forma a sociologia (brasileira) assumiu (ou assume) alguma posição nessas genealogias e nas discussões desses conceitos. No caso da medicalização (e de conceitos associados, como o de biopoder contemporâneo, biomedicalização e farmacêuticalização), os sociólogos de língua inglesa (CONRAD, 2013; CLARKE et al., 2003; GABE, 2013; ROSE, 2007) se destacam na tarefa de atualizar sua definição e sua aplicação enquanto ferramenta analítica. Já a subjetividade é mais característica das discussões de psicanalistas (BIRMAN, 2012, entre outros); contudo encontra alguma relação com as noções de infância e de criança propostas pela sociologia da infância, nascida em países anglo-saxões e na França no final da década de 1980 e início dos anos 90 (CORSARO, 1997; QVORTRUP, 2010; SIROTA, 2005).

Entre as opções metodológicas adotadas, encontram-se as genealogias (construídas a partir de referências bibliográficas e de questões que se apresentam na pesquisa de campo) e a pesquisa qualitativa em escolas (observação, entrevistas individuais e coletivas): até o momento, uma escola estadual de ensino fundamental ciclo I, uma escola municipal de ensino fundamental ciclo II (em Campinas e em Moji-mirim, respectivamente) e uma instituição de educação não formal (em Campinas).

A opção de ir às escolas se deu pelo limitado acesso aos pontos de vista dos professores no ambulatório psiquiátrico (feito apenas por meio de relatórios por eles escritos), mas revelou outra limitação: o difícil contato com os pais. Isso torna perceptível a existência de uma relação entre psiquiatria, família e escola que, apesar de apresentar um vínculo íntimo desde o final do século XIX, é fragmentada nas instituições de educação formal que estão sendo visitadas, exceto no nível do discurso e das práticas adotadas a partir desses discursos. Em outras palavras, o contato direto entre pais, professores e especialistas ocorre, nessas instituições, apenas em momentos “críticos”, quando não se sabe mais que medidas tomar quando uma criança causa “problemas”; entretanto, a referência discursiva de um aos outros é constante, especialmente quando se buscam culpas e explicações sobre um “mau comportamento”, um fracasso escolar ou um diagnóstico psiquiátrico.

Ressaltam-se, entre os dados já obtidos, algumas categorias criadas a partir das observações naquelas escolas e das falas de seus professores: o poder-saber no laudo médico; um sentimento de impotência ou de desconhecimento dos adultos em relação às crianças (com TDAH); a tensão entre família e escola contemporâneas; o diagnóstico e o medicamento como solução, culpabilização do outro e desresponsabilização de si mesmo; o questionamento da validade do diagnóstico psiquiátrico do TDAH e de seu tratamento medicamentoso; e as infâncias que estão sendo construídas. Nota-se que se cria um “vazio” onde a criança se encontra devido a um sentimento de crise de autoridade de pais e professores, vazios esse preenchido parcialmente pelos diagnósticos psiquiátricos e pelas intervenções de especialistas. A partir disso, entende-se que a ciência apresenta-se como novo referencial social de sentido, em uma sociedade em que cada um é responsável pelo seu próprio sucesso (EHRENBERG, 1995) e em que o ótimo desempenho pode ser alcançado pela otimização molecular dos genes e dos neurotransmissores (ROSE, 2007). Portanto, o TDAH mostra-se como uma ferramenta analítica que permite traçar um diagnóstico nossa sociedade atual.

Contudo, dado o fato de que o TDAH é tido como um objeto de conhecimento e de intervenção da medicina, e a infância e a criança-aluna (sujeito que ocupa essa “fase da vida”), objetos da pedagogia e da psicologia, surgem dificuldades, incômodos e desafios para o sociólogo. Dificuldade de se inserir e fazer parte de outros campos de conhecimento, incômodo de não ser reconhecido ou sempre questionado sobre o que faz um sociólogo e, conseqüentemente, o desafio de refletir sobre quem é o sociólogo e qual é seu papel. A pergunta que sempre acompanhou minhas visitas aos campos, emitida por diferentes sujeitos, reflete isso: por que uma socióloga estuda o TDAH (infantil) se não é médica, psicóloga ou (psico)pedagoga, seja dentro de um ambulatório psiquiátrico, seja em uma escola? Algumas pessoas já me perguntaram se eu era a nova estagiária da escola, pois eu assistia às aulas das crianças. Outras acreditavam que, quando entrevistava alunos, eu estava realizando uma consulta clínica.

Essas indagações sempre me causaram incômodo, mas também me faziam pensar sobre a origem da questão: a difusão generalizada da ideia do TDAH como uma entidade clínica, o desconhecimento social do papel do sociólogo ou em ambos? Por que os próprios sociólo-

gos, que não adotam esses objetos de estudos, mas que são profundamente críticos às sociedades neoliberais, têm dificuldades de olhar essas questões por outro ponto de vista ou de aceitar que o TDAH e a infância sejam objetos sociológicos? Por que temos que recorrer a pensadores estrangeiros ou de outras áreas do conhecimento para lidar com esses objetos?

Dessa forma, essas dificuldades e incômodos permitem questionar o papel da ciência na sociedade contemporânea e o que define um saber como científico, porém também perguntar qual é o papel do sociólogo hoje, que tipo de teoria e de intervenção (se é que a intervenção social é uma função do sociólogo) vem sendo produzida, pelo menos em um campo tão conflituoso e interdisciplinar como o do TDAH.

3 A sociologia da saúde e a sociologia da infância

O TDAH é um elo entre saúde (mental), infância e sociedade. Se assim é, por que temos dificuldade em adotar a saúde e a infância como objetos sociológicos de estudo? Por que não temos uma sociologia da infância brasileira? Por que a sociologia da saúde brasileira parece ter estagnado logo em seu início?

A sociologia da saúde no Brasil data dos anos 1970 e teve a influência dos filósofos e sociólogos franceses que se dedicavam, de modos particulares, ao estudo de elementos da saúde humana ou da medicina, tais como Georges Canguilhem, Michel Foucault e Luc Boltanski, e dos sociólogos médicos estadunidenses originários da segunda geração da Escola de Chicago, como Robert Strauss, Howard Becker, Anselm Strauss e Erving Goffman.

Cecília Donnangelo é considerada a pioneira na construção teórica de um pensamento social brasileiro na saúde, como afirma Nunes (2008) - sociólogo cuja atuação no campo da saúde também foi considerada fundamental - no título de um de seus artigos. Segundo Barros (2013), Donnangelo mesclou a tradição francesa, os estudos estadunidenses e o materialismo histórico para escrever suas teses de doutorado e de livre docência (publicada como *Saúde e sociedade* em 1976) e construir a gênese de uma sociologia da saúde brasileira em

um contexto de emergência de ideais reformistas que culminariam na criação e implantação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na mesma década, Roberto Machado e colegas (1978) publicaram um trabalho inédito no país, sob influência de Foucault, acerca da constituição da medicina social no Brasil. Também se citam Sérgio Arouca e Madel Luz como precursores da inserção dos estudos sociais no campo da saúde.

Entretanto, vale notar que nenhum desses autores desenvolveu seus trabalhos em um instituto ou programa de ciências sociais, mas sim de filosofia, medicina preventiva ou saúde coletiva. Esses intelectuais (com exceção de Machado e seus colegas) são o que se chamam de “sociólogos ou cientistas sociais na saúde”, isto é, graduados em ciências sociais e humanas que atuam diretamente no campo da saúde. Já os “sociólogos da saúde” são os graduados em ciências sociais e humanas que estudam a saúde dentro de seus próprios programas e institutos.

Dentre os “sociólogos na saúde”, Barros e Spadacio (2011) consideram que há três gerações: de 1960 a 1988, geração constituída por profissionais das ciências sociais engajados na produção da concepção sistêmica e universalista do SUS; de 1988 a 1998, período em que os cientistas sociais ingressaram no campo da saúde para auxiliar a operacionalização e o funcionamento do SUS e a formação de seus profissionais; a partir de 1998, quando os cientistas sociais passam a atuar no campo da saúde para construir os capitais técnicos, políticos, simbólicos, econômicos e sociais do SUS e na formação acadêmica de graduandos e pós-graduandos em saúde (medicina, enfermagem, saúde pública, saúde coletiva, entre outros), em um contexto de reforma disciplinar dos cursos dessa área de conhecimento.

Vivenciei a experiência de ser PED¹ em uma das disciplinas do segundo ano do curso de medicina na UNICAMP, denominada *Saúde e Sociedade* e centralizada no departamento de saúde coletiva da Faculdade de Ciências Médicas, o que me permitiu observar a tensão, por um lado, entre ciências da saúde e ciências sociais e, por outro, entre “sociólogos na saúde” e “sociólogos da saúde”. Barros (2013) descreve essas tensões a partir da ideia de fronteira, algo poroso: “é preciso

1. Programa de Estágio Docente. Trata-se de um programa de formação e de aperfeiçoamento didático disponível aos alunos regulares de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas.

se manter [o cientista social na saúde] no diálogo com as ciências sociais, mas, ao mesmo tempo, não é possível transportar esse diálogo diretamente para a saúde, porque seus interlocutores mais imediatos vêm de outra tradição de pensamento”. Esse diálogo é difícil, ainda segundo Barros, pois a medicina, como campo de aplicação, utiliza os conceitos sociológicos como insumos, de forma descontextualizada e pouco refletida.

Mas o diálogo também é difícil com a saúde pública/coletiva, a meu ver. Apesar de serem consideradas como um dos pilares da constituição da saúde pública e da saúde coletiva nos anos 70 e subsequentes, as ciências sociais se deparam com uma posição subordinada naquele campo, onde lhes é exigida a oferta de respostas imediatas sem que possam apresentar suas próprias perguntas ou demandas (MARSIGLIA, 2013:38). Como consequência, os conceitos e as metodologias sociológicas e antropológicas são assimiladas de modo adaptado, às vezes “frouxo”, sem respeitar o rigor da aplicação de seus conceitos, métodos e análises.

O problema parece se intensificar quando se observa que a saúde pública e coletiva atém-se sempre aos mesmos autores, seja de seu próprio campo, seja da sociologia ou da antropologia. É nesse sentido que vejo uma “parada” na produção teórica e metodológica nacional em termos de estudos da saúde. Parece não haver (ou haver de forma muito tímida) uma renovação teórica (e prática) por parte dos pesquisadores de ambos os campos, presos a pensadores estrangeiros (particularmente no campo da sociologia) ou intelectuais brasileiros de outras décadas que hoje atualizam suas ideias, mas sem produzir algo propriamente novo.

A sociologia da infância, por sua vez, surgiu no final dos anos de 1980 nos países anglo-saxões e no início da década de 90 na França, sendo adotada em seguida pelos sociólogos brasileiros que tomam a infância como seu objeto de estudo. A proposta desse campo da sociologia é subverter as influências funcionalistas e unilaterais sobre a criança, que passaria a ser vista como ator social, como indivíduo que assimila os valores e as normas sociais de sua época e de seu contexto, mas também como sujeito que contribui ativamente para a produção e modificação social por meio de aspectos inovadores e criativos de sua participação na sociedade e de processos de negociação com seus pares e com os adultos (CORSARO, 1997).

Propõe também retirar a noção de infância do domínio da psicologia (que a define como fase inicial da vida caracterizada pelo desenvolvimento em direção à vida adulta) e lhe conferir um caráter estrutural, isto é, compreender a infância como uma estrutura geracional, um espaço social por onde as crianças passam, mas que não deixa de existir quando elas se tornam adultas, já que outras ocuparão seus lugares. Nessa nova proposta, a infância seria vista como uma categoria social, formada e modificada por outros aspectos sociais estruturais (aspectos econômicos, políticos, históricos, culturais; de constituição da família; da “utilidade” social da criança) e que influencia as formas de conhecer e agir sobre a criança e que continua a existir quando as crianças tornam-se adultas.

Critica-se, portanto, a noção durkheimiana de socialização da criança por meio da educação (criança vista como uma cera que deveria ser moldada pela impressão de valores morais e normas sociais e comportamentais para tornar-se, no futuro, um adulto inserido na sociedade), que influenciou por muito tempo a forma de lidar com a criança e sua educação. Isso colaborou para a aceitação das concepções biológicas da psicologia do desenvolvimento de que a criança é um ser em formação, que passa por determinadas fases até chegar a seu ponto final e ideal de desenvolvimento (o indivíduo adulto).

No Brasil, entre as décadas de 1960 e 1980, a infância teve espaço nas pesquisas em ciências sociais do ponto de vista da criança enquanto menor (em relação aos temas da pobreza, das situações de risco e da marginalidade) e enquanto aluna (em pesquisas que enfocavam a escola), isto é, enquanto objeto de proteção, cuidado e controle, e não como sujeito ativo na sociedade (FARIA; FINCO, 2011: 47). Já nos anos 1990 e 2000, a criança passou a ser pesquisada enquanto sujeito de direito.

Entretanto, observa-se em campo que a prática social que tem a criança como objeto (como a educação) ainda não faz uso das propostas da sociologia da infância. A criança continua a ser vista como um ser em desenvolvimento, que deve adquirir certas competências para se inserir adequadamente na sociedade (adulta produtiva) e que dificilmente é ouvida. O sistema educacional brasileiro parece tentar resistir às mudanças sociais que influenciam as transformações da infância e, conseqüentemente, das subjetividades infantis contem-

porâneas, e mesclam traços disciplinares e anseios acerca do papel contemporâneo da escola, do professor e da família.

Nesse sentido, coloco a questão: apesar de a sociologia da infância ainda ser um campo emergente, por que ela ainda se atém à teoria, tendo uma aplicabilidade ainda baixa? O que dificulta a intersecção entre teoria e prática? Por que ainda não existe uma sociologia da infância brasileira? Essas perguntas se aplicam também à saúde: quais são os sociólogos da saúde hoje? Eles existem no Brasil? Isto é, existe uma sociologia da saúde (mental) brasileira? Não seria necessário produzir localmente novas teorias e, a partir delas, dialogar com os campos que delas necessitam? Afinal, qual é o papel do sociólogo? Produzir novas teorias? Atualizar as antigas? Intervir na sociedade?

4 Considerações finais: as potencialidades da saúde e da infância como objetos sociológicos

O Comitê de Pesquisa em Sociologia da Infância da Associação Internacional de Sociologia produziu, em 2005, um texto que avaliou o crescimento da pesquisa teórica e metodológica no campo da sociologia da infância em alguns países e concluiu que o espaço dedicado à infância dentro da sociologia ainda era pequeno. Formularam-se, então, duas indagações: “(1) Por que a sociologia da infância em muitos países permanece à margem como campo da sociologia? (2) E essa marginalidade está relacionada à situação marginal da infância nas sociedades contemporâneas?” (FARIA; FINCO, 2011: 46).

Faria e Finco (2011), contudo, analisam que no Brasil já se veem alguns reflexos da sociologia da infância, mesmo que este seja ainda um campo incipiente. Exemplo disso, segundo as autoras, é a Política Nacional de Educação Infantil do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que traz em seu texto a ideia de criança enquanto ator social e produtor de culturas.

No caso da saúde, nota-se, em vez de um campo ainda insipiente, uma “parada” na produção teórica e metodológica das ciências sociais, incluindo a sociologia. Se nos departamentos e institutos de saúde a produção sociológica vem sendo assimilada de forma adaptada a uma prática instrumentalista, nos departamentos de sociologia pouco se

vê de inovação. Entretanto, essa realidade não retira o potencial da saúde enquanto objeto sociológico.

Saúde e infância (e seus temas específicos) permitem, a partir deles, mapear a complexidade da sociedade contemporânea, ou nos termos foucaultianos, fazer um diagnóstico da realidade, estabelecer o que constitui nosso presente a partir dele mesmo (CASTRO, 2009). E também cartografar caminhos futuros e potenciais (ROSE, 2007), desestabilizar as determinações para o amanhã feitas hoje e por alguns campos do conhecimento.

Trago o TDAH como expressão dessas possibilidades. A partir da indagação sobre a necessidade de crianças extremamente agitadas receberem um diagnóstico psiquiátrico e um tratamento medicamentoso, foi possível revelar as relações sociais complexas que marcam nossa época, estabelecer relações entre espaços e instituições aparentemente desconectadas, como um ambulatório psiquiátrico e escolas de ensino formal, entre os traços comuns da(s) infância(s) contemporânea(s) e as subjetividades hiperativas, entre as mudanças na família, na escola e na infância e a intervenção cada vez mais contundente de diagnósticos e tratamentos psiquiátricos como forma de preencher “vazios” de sentido social e moral. Enfim, entre saúde (mental), infância e sociedade.

Assim, o papel do sociólogo também se reestrutura, pois passa a receber novas demandas e desafios, inclusive o de intervir, mesmo que parcial ou indiretamente, na sociedade que ele estuda. Este texto, portanto, buscou trazer elementos para fomentar a discussão acerca das novas realidades com as quais o sociólogo tem de lidar, inclusive a especialização dos saberes e a delimitação cada vez mais estrita de seus objetos.

Referências

- AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. 5th ed. Washington: APA, 2013.
- . (2000). *Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais*. 4ª ed. revisada. Porto Alegre: Artmed, 2002.

- BARBARINI, T. *O controle da infância: caminhos da medicalização*. 2011. 192p. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BARROS, N. F. Por uma sociologia da saúde. Entrevista concedida a Camila De Mario, Danilo Arnaut e Tatiana Barbarini. *Idéias — Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP*, Campinas, p. 263-284, ago./dez. 2013.
- BARROS, N. F.; SPADACIO, C. A formação do pós-graduando no mundo contemporâneo no cotidiano da pesquisa. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 1, mar. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 mar. 2014.
- BIRMAN, J. *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CLARKE, A. et al. Biomedicalization: technoscientific transformations of health, illness, and U.S. biomedicine. *American Sociological Review*, [s/l], v. 68, n. 2, p. 161-194, Apr. 2003. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1519765?uid=2&uid=4&sid=21103281497527>>. Acesso em: 16 jan. 2014.
- CONRAD, P. *Identifying hyperactive children: the medicalization of deviant behavior*. Burlington: Ashgate, 1976.
- . Medicalization: Changing Contours, Characteristics and Contexts. In: COCKERHAM, W., *Health Sociology on the move: new directions in theory*. London: Oxford Blackwell, 2013.
- CORSARO, W. A. *The sociology of childhood*. Newbury Park: Pine Forge Press, 1997.
- DONNANGELO, M. C; PEREIRA, L. *Saúde e sociedade*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- EHRENBERG, A. *L'individu incertain*. Paris : Hachette Littérature, 1995.
- FARIA, A. L. G. ; FINCO, D (Orgs.). *Sociologia da infância no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2011.
- FOUCAULT, M. (1963) *O nascimento da clínica*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- . *O poder psiquiátrico (1974-75)*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

- GABE, J. The pharmaceuticalisation of society?. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM SAÚDE, 6, 2013, Rio de Janeiro — RJ.
- GOFFMAN, E. (1963) *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- MACHADO, R. et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MARSIGLIA, R. M. G. Temas emergentes em Ciências Sociais e Saúde Pública/Coletiva: a produção do conhecimento na sua interface, *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 32-43, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v22n1/05.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- NUNES, E. D. Cecília Donnangelo: pioneira na construção teórica de um pensamento social em saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 909-916, mai./jun. 2008.
- QVORTRUP, J. A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-643, mai./ago. 2010.
- ROSE, N. *The politics of life itself: biomedicine, power, and subjectivity in the twenty-first century*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- SIROTA, R. «Interview». Entrevista concedida a Marie Rauynal. *Di- versité*, Paris, p. 65-69, jun. 2005.

GT 2

Subjetividades 2

Fundamentos Sociológicos da Psicanálise de Jacques Lacan: Marx, Durkheim e Lévi-Strauss

DANILO M FARIAS DA SILVA

danilofarias2@gmail.com

Resumo

Partindo do pressuposto de que a realidade é fruto de múltiplas determinações, a análise do mundo social mais próxima possível da totalidade requer uma ciência ampla, dinâmica e reflexiva. O novo movimento teórico, a socioanálise, e a guinada linguística, são avanços no campo das ciências sociais que pretendem uma expansão conceitual da teoria social contemporânea na busca de uma maior compreensão do movimento do real. Bourdieu, por exemplo, em seu último livro teórico antes de morrer afirma que “a sociologia e a psicanálise deveriam unir esforços”. Dando continuidade a esse projeto da sociologia contemporânea, inserimos o estudo dos fenômenos psíquicos da subjetividade ao da estrutura objetiva da sociedade a partir de Jacques Lacan. O objetivo deste trabalho é delimitar os degraus epistemológicos da sociologia em que Lacan fundamentou a construção de seu sistema metodológico. As bases sociológicas de sua psicanálise são: Marx, Durkheim e Lévi-Strauss. Pretendemos nesse âmbito discutir os alcances e limites da psicanálise de Lacan servir como teoria social.

Palavras-chave teoria e pensamento sociológico; psicanálise; Lacan.

Introdução

O medo de que “não somos donos de nós mesmos”, assola a ciência até os dias de hoje, essa pautada pela razão, logo um fenômeno da consciência, outrora se esforçou em negar as descobertas de Freud

acerca de uma dimensão sombria e profunda chamada de inconsciente. Esta categoria presente desde o trabalho de cura do espírito no xamanismo, e dos fenômenos psíquicos dos ocultistas, ficou sendo taxada no início como fora do “rigor” científico, era do domínio do misticismo dos hipnotizadores e não da lógica estrutural do campo científico pautado pelo crivo racional.

Passado esses tempos obscuros de medo do desconhecido, uma nova ciência se ergue para estudar os fenômenos subjetivos profundos do inconsciente, a psicanálise, sendo atualmente seu fundador Sigmund Freud, junto com Marx e Einstein, um dos grandes pensamentos que servem como pilar do conhecimento científico na modernidade. Sim, a subjetividade, o inconsciente e os fenômenos psíquicos existem e passam pelo crivo positivista da lógica.

No princípio, guiado por uma busca paranoica pela legitimação de sua descoberta, Freud por mais que tenha sido influenciado pelas humanidades, principalmente pela filosofia fenomenológica, silenciou acerca da contribuição da psicanálise para a teoria social, ele preferiu se vincular ao discurso médico (o que inclinou sua teorização a algumas tendências biologizantes). Isso resultou em um afastamento com um campo profícuo de diálogo, as ciências sociais. Porém, foi inevitável a gênese de obras sócio-antropológicas como: *totem e tabu*, *mal estar na civilização*, *psicologia das massas e análise do ego*, dentre outras. Essas obras marcam um crivo sociológico como fundamentação da psicanálise, sendo o estudo da cultura e da civilização pela via intersubjetiva do reconhecimento (eu x outro) como estruturação da personalidade seu motor.

Nesse ínterim, bens culturais e simbólicos, experiência social e personalidade se articulam diretamente a biografia que forma o *Eu*, esse está diretamente relacionada às relações sociais, sendo os fenômenos psíquicos subjetivos e a estrutura social objetiva praticamente inseparáveis, como uma unidade dialética da dualidade na unidade. Numa leitura Lacaniana dos termos Freudianos, o inconsciente não é nada mais do que uma incorporação subjetiva pela identificação da estrutura social objetiva por intermédio simbólico da linguagem. Lacan revela as bases sociológicas da psicanálise por intermédio da linguística, o que já continha seu potencial cognitivo em Freud.

Nesse caso, se a psicanálise contém fundamentos sociológicos, a reciprocidade também é verdadeira, já que não é de hoje que o campo

das ciências sociais vem incorporando a psicanálise para entender a complexidade do mundo social. As relações sociais objetivas e os fenômenos psíquicos subjetivos se articulam de um modo onde se torna difícil uma separação radical. A noção de *inconsciente* já está presente desde o fundador institucional da sociologia enquanto ciência, Durkheim. O velho Marx já falava de processos internos na “ideologia alemã” e a partir de noções como a de *reificação*. E o sociólogo Weber, teorizou acerca da orientação subjetiva do sentido da ação.

Esses exemplos dos clássicos supracitados por si já invocam um diálogo com a psicanálise no nosso campo das ciências sociais, o que foi feito em seguida de maneira mais aberta pela teoria crítica onde Adorno utiliza algumas categorias da metapsicologia Freudiana. Marcuse vai além e chega a afirmar que a psicanálise de Freud tem um estatuto sociológico com a noção de *princípio de realidade*, onde o ego se vincula a norma social estabelecida. Norbert Elias articula a tópica do *superego* com a categoria de *legitimação* de Weber para explicar o “processo civilizador”. Já Lévi-Strauss incorpora a psicologia profunda de Freud (sendo a estruturação do inconsciente relacional a estrutura de parentesco) em diálogo com a linguística. Althusser defendida que a união de Marx e Freud formava uma *superdeterminação* teórica (uma super ciência). Até Bourdieu utilizou-se das noções de Freud como “*libido e pulsão*” para estruturar seu conceito de *habitus*, e “*anamnese e denegação*” para o de *violência simbólica*.

No entanto, a atenção sociológica da psicanálise aqui proposta vai se consubstanciar a partir de Jacques Lacan. Esse procurou afastar as orientações biológicas e análises puramente centradas na adaptação do ego da psicanálise Freudiana por uma teorização mais filosófica, se utilizou da condição do *simbólico* a partir da incorporação da linguística, além de já estar situado no campo da teoria social na corrente do *pós estruturalismo*. Por isso achamos fecunda essa aproximação lacaniana, sendo que, saindo da interpretação clínica para a da sociedade, possibilitando além da articulação com a sociologia, uma maior compreensão do movimento do real, já que indivíduo e sociedade; mente e corpo; subjetividade e objetividade fazem parte de um mesmo *continuum dialético*.

Dito isto, o trabalho ora proposto, tem como objetivo elucidar as bases sociológicas em que Jacques Lacan fundamentou a sua psica-

nálise. Faremos isso em três movimentos, onde na primeira parte o diálogo estabelecido é com fundador da sociologia no campo científico, Durkheim, diz respeito à vinculação do sujeito a regra social enquanto lei inscrita no inconsciente. No segundo movimento, vai ser apresentado como Lacan busca dar bases científicas ao método de Freud, propondo o inconsciente estruturado como linguagem, esse tratado de lógica psicanalítica em total consonância com a virada linguística da sociologia contemporânea, vai ter a ponte estabelecida graças aos estudos de Lévi-Strauss. Por fim, na última parte discutiremos uma espécie de fenomenologia da percepção, sendo a construção da realidade uma representação. O diálogo estabelecido é com Marx, sendo sua teoria do fetiche da mercadoria a gênese do debate acerca do *sintoma* enquanto fetiche do real.

1 Falo e fato social ou Durkheim e o nome do pai

O conhecido conto de Sófocles é o que inspira a teorização de Freud acerca do Édipo como princípio neurótico de entrada no mundo social. É por essa fase de socialização familiar que a criança se torna adulta, o material psíquico é corporificado pela presença do passado, o *ser do ente* dá lugar ao “*sujeito social*”. O que Freud chama de complexo de Édipo ganha uma inversão simbólica na psicanálise Lacaniana, se chama *o nome do pai*. O *nome do pai*, similar aquele invocado na dialética cristã, é o que instaura a *castração*. Esse nome longe de ser uma figura do biológico, por mais que essa instância não seja excluída, é fruto de um produto social. Com o declínio da imago paterna a partir da queda do valor social do pai no ocidente, ocorre uma inversão subjetiva no complexo de Édipo, onde a produção cultural é que ganha centralidade na “condição social do edipismo” (LACAN, 1998).

Segundo Zafiropoulos (2009), Lacan tirou essa ideia de Durkheim em seu curso de 1892 no que ele chamava de lei da contração familiar. Esse texto acerca da evolução sócio-histórica da família teve forte influência no movimento psicanalítico devido ao seu diagnóstico sobre o mal estar na cultura e no campo familiar. Para o sociólogo e psicanalista “Lacan, aquele anterior ao retorno a Freud, foi verdadeiramente durkheimiano, de 1938 a 1951” (p. 8).

Antes de seu retorno a Freud a partir a linguística de Saussure, a análise Lacaniana era voltada para esse processo dos *complexos familiares*. A base de entrada do mundo é a socialização familiar, sendo que essa não é puramente autônoma, ela segue uma orientação da lei simbólica da cultura. Nesse caso, ocorre um declínio da imagem paterna em função da norma social enquanto imperativo categórico, ou seja, o fato social Durkheimiano.

Esses tipos de conduta ou de pensamento não apenas são exteriores aos indivíduos, como também são dotados de uma força imperativa e coercitiva em virtude que se impõe a ele, quer ele queira ou não(...). Eis, portanto uma ordem de fatos que representam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar, de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotados de um poder de coerção (grifo meu: o que Lacan chama de castração, nome do pai que impõe o poder do *falo*) em virtude do qual esses fatos se impõem a ele. Eles não podem se confundir com fenômenos orgânicos já que consistem em representações e ações; nem com os fenômenos psíquicos os quais só existem na consciência individual (...) são portanto o domínio próprio da sociologia (...). A maior parte de nossas ideias e de nossas tendências não é elaborada por nós mas vem de fora (grifo meu: ou como diria Freud, não somos donos de nós mesmos), elas só podem penetrar em nós impondo-se; eis tudo o que significa nossa definição. Sabe-se aliás, que nem toda coerção social exclui necessariamente a personalidade individual (...). Ora, se essa força de coerção externa se afirma com tal nitidez nos casos de *resistência* (grifo meu: *recalque* freudiano é uma *resistência*), é porque ela existe ainda que **inconsciente** (...) o ar não deixa de ser pesado embora não sintamos mais seu peso (DURKHEIM, 1995: 2-5. Grifos nossos).

O fato social de que fala Durkheim, funciona de maneira exterior ao indivíduo, fora da consciência individual e tem a coerção de atuar nos modos de conduta de pensamento, percepção e ação. Esse poder de coerção que se impõe ao indivíduo é o que Lacan chama de “falo”. A *lei do falo* é internalizada provocando o *gozo da castração do sujeito do inconsciente*.

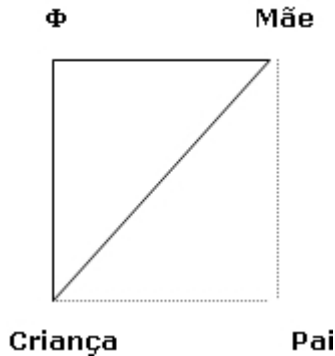
Essa fase da antropologia lacaniana faz uma junção da definição de Durkheim com os estudos dos bens culturais (o que vai ser aprofundado em seguida com seu diálogo com Lévi-Strauss). Durkheim e

Lacan dialogam no que diz respeito a crítica da psicologia, já que os fenômenos psíquicos não são individuais, existe um caráter coercitivo externo que se interioriza. Também em relação ao *poder simbólico*, para usar um termo de Bourdieu, estabelecido por essa força exterior, que não está mais na autoridade paterna, mas na regulamentação nômica da ordem simbólica (*fallus*). E por fim, que esse poder de regulamentação da nomos sociossimbólica encontrasse organizado a nível inconsciente, e a sua dominação (lei de ordenamento do mundo) é difícil de ser compreendida conscientemente devido às resistências (ou *recalque* como diz Freud) que impedem o acesso direto do conteúdo eidético depositado na mente.

A diferença entre os autores é que para o psicanalista ocorre uma interiorização da exterioridade, logo o fato social deixa de ser apenas externo (*significado*), ele impõe fenômenos internos na personalidade (*significante*). O falo, é interiorizado a nível mental, inscrito na memória enquanto regra que vai orientar a sua ação libidinal no mundo (*desejo*). Durkheim fornece as bases sociais, mas não teoriza como esse imperativo se organiza mentalmente no inconsciente, o que vai ser feito na *economia psíquica* desenvolvida por Lacan (1998) a partir da noção saussureana de *significante*.

A lei do falo inscrita pelo nome do pai (regra social) funciona como um imperativo categórico que impõe o gozo ao sujeito. Esse gozo não é do prazer individual, e sim da necessidade imposta pela *castração* ao agir de acordo com a norma, seguir uma regra como fala Wittgenstein bom bases no fato social de Durkheim enquanto função simbólica como diz Lévi-Strauss. Ao articular Durkheim com as proposições linguísticas Lacan funda a versão simbólica do complexo de Édipo, nessa a lei do falo é inscrita no inconsciente como *nome do pai*. De acordo com Lacan (1998), isso pode ser representado na lógica geométrica:

Essa representação corresponde à leitura feita por Lacan do complexo de Édipo, o símbolo acima significa a “lei cultural do *fallus*” que em conjunto com o pai e a mãe forma o primeiro triângulo (escuro). Para o freudismo, no primeiro tempo do complexo a criança busca ser o “*objeto de desejo da mãe*”, para isso tem inculcado em sua ação prática o “*desejo do desejo da mãe*”. Nessa identificação primária da criança com o *objeto de desejo* da mãe é quando se instala a “*primazia do falo*” enquanto discurso que toma uma dimensão simbólica de “*lei*”



em seu aspecto normativo mais *coercitivo e coisificado* no sentido de Durkheim (1995).

Para a criança, o objeto de desejo deixa de ser a mãe (como quer Freud), para ser o objeto de desejo da mãe, *o falo* (LACAN, 1999). Esse exerce uma função simbólica, como diz Lévi-Strauss aprofundando Durkheim, nesse caso o reconhecimento não é do pai real biológico, e sim do que a religião nos ensinou a invocar como “nome do pai”, os códigos morais e culturais como *fato social* (Durkheim), exercendo um *poder simbólico* (Bourdieu) de *castração* (Lacan).

O *falo* (*fallus*) nessa perspectiva não é no sentido biológico de um pênis, é algo maior, atinge outras dimensões, sendo construído no sentido de uma “função de poder simbólico estruturado na cultura”, acima e dentro (*inculcado*) dos homens e mulheres que compõem o corpo social (MEDEIROS, 2010). Ele pode ser entendido como sendo a norma estabelecida pela ordem simbólica (*lei do falo*), nesse caso o falo está no corpo e na mente de todos os seres que passaram pelo *complexo*.

Essa interiorização da lei não é metafísica, como da dialética cristã, ela se dá pela linguagem em relação com o imaginário. A linguagem codifica os traços simbólicos no imaginário da criança. A criança por meio de uma operação imaginária codificada pela linguagem interioriza inconscientemente o *falo* ou o *fato social total*. Essa operação é uma lei básica de entrada no mundo. Quando se entra virtualmente na realidade, o falo introduzido nesse complexo, impõe o modo de ser no mundo, de agir, pensar e perceber o real.

Nesse âmbito, a centralidade de Lacan deixa de ser o Édipo freudiano, a inversão simbólica do complexo de Édipo se dá no “*complexo de castração*”, esse que introduz a lei do *falo* enquanto *função simbólica*. Para Lacan (1999) “os sociólogos deverão levar em conta relações estruturais que nisso constituem nosso denominador comum” (p. 204). Essa interiorização da exterioridade também é de cunho sociológico, e o psicanalista francês já anunciava isso, apesar de acreditar que os sociólogos não entendiam as suas formulações.

Os fenômenos psíquicos (*eidós*) viram corpo (*héxis*) a partir da prática social, mente e corpo são parte de uma unidade disposicional de ação (*habitus*), como fala Bourdieu (2007). O ego forjado socialmente (Je) é justamente o *habitus* enquanto estrutura de percepção, pensamento e ação. O adulto faz o eterno retorno da memória do passado depositada no inconsciente desde sua socialização na infância para ativar na sua prática simbólica do presente. Esse retorno ao inconsciente também é sociológico, pois como afirma nosso fundador:

Em cada um de nós, há o homem de ontem; é o mesmo homem de ontem que pela força das coisas, é predominantemente em nós, uma vez que o presente não significa grande coisa se comparado a esse longo passado ao longo do qual nós nos formamos e somos resultado. Mas, esse homem do passado, nós não sentimos, porque ele é inveterado em nós, ele *forma a parte inconsciente de nós mesmos*. Consequentemente, se é conduzido a não levá-lo em conta(...). Pelo contrário, temos das mais recentes aquisições da civilização um sentimento vivo, porque sendo recentes, eles ainda não tiveram o tempo de se *organizar no inconsciente* (DURKHEIM, 1938, p. 16 apud BOURDIEU, 2009, p. 93).

O diferencial em Lacan é que esse inconsciente é estruturado enquanto linguagem. Ele deve essa formulação a Lévi-Strauss, que por sua vez, dedica o seu livro *Antropologia Estrutural* a Durkheim. Vamos com isso uma relação lógica que se encadeia de forma direta entre os autores. Desse modo, nesta segunda parte veremos a influência crucial do antropólogo belga no que diz respeito ao retorno linguístico a Freud operado pela psicanálise de Lacan.

2 Lévi-Strauss e o inconsciente estruturado como linguagem ou as bases científicas da metapsicologia Freudiana

Antes de surgir à linguística com Saussure (2006), Freud já defendia a associação livre, existem até autores que apontam uma pré-linguística no pensamento de Freud (NASCIMENTO, 2007). No entanto, para Lacan a psicanálise da época estava se afastando do seu mestre e criador, devido a isso ele então procurou fazer um retorno a Freud pela linguística na sua primeira clínica. A primeira clínica marca os estudos acerca do simbólico na sua relação com o imaginário, nessa a leitura o inconsciente Freudiano agora é pautada por fundamentos epistemológicos estruturais linguísticos. Esse movimento serviu para dar bases sólidas a psicanálise, uma das exigências científicas que a acompanhava desde sua gênese. Dessa forma, Lacan opera uma inversão da teoria da significação de Saussure ao afirmar que existe a *primazia do significante em relação ao significado*. Agora não é mais o signo exterior que impõe uma imagem acústica na mente dos indivíduos, a dimensão significante na estrutura psíquica do inconsciente é que pré-dispõe o significado do real no mundo social.

O psicanalista Francês credits esse debate linguístico no seio da psicanálise a Lévi-Strauss. A conhecida frase que marca seu método “o inconsciente estruturado como linguagem”, na verdade surgiu bem antes da conceituação lacaniana, ela se deve totalmente as pesquisas antropológicas. Foram os antropólogos que deram a fundamentação linguística para estudar os fenômenos inconscientes. O principal articulador de Lacan foi Lévi-Strauss, ele quem percebeu que a estruturação do inconsciente está em relação direta com a estrutura social de parentesco. Há uma inculcação do *opus operatum* das normas, e ritos da tribo enquanto função simbólica.

Lévi-Strauss é quem descreve em suas pesquisas etnográficas as leis do simbólico e da linguagem sobre a família. No entanto, a gênese desse debate antropolinguístico se encontra de maneira seminal na obra de Frans Boaz em 1911, ou seja, cinco anos antes da linguística geral de Saussure (ZAFIROPOULOS, 2009). Foi esse quem primeiro cunhou a afirmação do inconsciente enquanto linguagem, tendo Lacan apenas desenvolvido em seguida toda uma teorização em cima

disso a partir da apropriação feita por Lévi-Strauss e da linguística de Jakobson.

As leis da linguagem funcionam no nível inconsciente, fora do controle dos sujeitos falantes, podemos então estudá-las como fenômenos objetivos, representativos por essa razão, de outros fatos sociais” (BOAS, 1911. *apud* ZAFIROPOULOS, 2009).

Por mais que os Lacanianos creditem a Saussure a leitura linguística de Freud, é a Boas, o antropólogo americano recalcado pelos franceses a quem se deve essa primeira formulação.

Homenagem então aqui aos americanos. O titã americano da antropologia não deve mais, em todo caso, ser recalcado sob a figura de Saussure pelos leitores de Lacan, pois sua influência foi imensa sobre Jakobson, depois sobre Lévi-Strauss, voltando após a guerra a Paris para perturbar o campo das ciências do homem, e aí alojar a perspectiva estruturalista, fornecendo no total as coordenadas mais cruciais do retorno a Freud de J. Lacan. (ZAFIROPOULOS, 2009, p. 13).

Lacan *recalcou* de fato Boas, mas pelo menos reconheceu que a inversão do algoritmo Saussureano (S/s) foi feito de maneira elegante por outro antropólogo, Claude Lévi-Strauss. Se para a linguística de Saussure o *signo* externo impunha uma significação estrutural da realidade, para a antropologia de Lévi-Strauss a dimensão interior do *significante* é que determinava relacionalmente o *sentido do significado*. Vemos que, por mais que o antropólogo belga seja sempre lembrado pelo seu estruturalismo duro, já percebemos uma perspectiva relacional se formando com a sua proposição. Na sua introdução feita na obra de Mauss em 1950 ele afirma sua inversão saussureana: “Os símbolos são mais reais do que eles simbolizam, o significante precede e determina o significado. Nós reencontraremos esse problema a propósito do *mana*” (LÉVI-STRAUSS, 1950, p. XXXII).

Essa inversão é da a primazia do significante é o que fundamenta toda a produção posterior feita na primeira clínica Lacaniana, a partir dela ele lança o *seminário da carta roubada* com as bases de sua *economia psíquica*, discorre acerca das *formações do inconsciente*, teoriza uma espécie de fenomenologia heideggeriana do sujeito enquanto ser social, fala acerca da *instância da letra no inconsciente freudiano*, etc.

Lacan (1998) afirma que Lévi-Strauss encontrou as leis sociais que regulam a aliança e o parentesco, conquistando com isso o terreno que Freud estabeleceu o inconsciente.

Se eu quisesse caracterizar o sentido pelo qual fui sustentado e levado pelo discurso de Claude Lévi-Strauss, eu diria que é na ênfase que ele colocou (...) sobre o que chamarei a função do significante, no sentido que esse termo tem em linguística, como esse significante, não direi somente se distingue por suas leis, mas prevalece sobre o significado ao qual ele os impõe (...) Claude Lévi-Strauss nos mostra em todo lugar onde a estrutura simbólica domina as relações sensíveis (...) que o que faz com que uma estrutura seja possível são razões internas ao significante, o que faz com que uma certa forma de troca seja concebível ou não são as razões propriamente aritméticas: eu acredito que ele não recuará diante desses termos (LACAN, 1956; *Bulletin de la société française de philosophie*, t. XLVIII apud ZAFIROPOULOS, 2009).

É na estética levi-straussiana que brota a compreensão desse pensamento, na associação entre arte e sociedade surge a teoria do “*significante flutuante*”, nela as atividades de simbolização humana são marcadas por uma assimetria entre significante e significado (ESPINA BARRIO, 2008). Além dessa inversão linguística do significante, outro ponto crucial dessa influencia no método lacaniano foi dar bases científicas ao inconsciente Freudiano.

O método estrutural proporciona uma abordagem lógica e até positivista das representações mentais oriundas da estrutura psíquica, o que coloca em cheque as críticas escolásticas feitas a ciência fundada por Freud. Com a linguística a metapsicologia ganha imponderavelmente o estatuto de ciência.

No conjunto das ciências sociais, ao qual ela indiscutivelmente pertence, a linguística ocupa um lugar excepcional: não é uma ciência social como as outras, mas aquela que de longe, realizou os maiores progressos; é certamente a única que pode reivindicar o nome de ciência e que conseguiu ao mesmo tempo formular um método positivo e conhecer a natureza dos fatos que cabe analisar. (...) deve com isso acolher também os psicólogos, sociólogos e etnógrafos desejosos de aprender com a

linguística moderna o caminho que leva ao conhecimento positivo dos fatos sociais (...). Como escrevia há vinte anos Marcel Mauss (1950), “a sociologia estaria certamente mais avançada se sempre tivesse procedido a exemplo dos linguistas” (LEVI-STRAUSS, 1957, p. 43)

Na verdade, Lacan ao fazer esse retorno a Freud pela linguística está se vinculando a toda uma tradição na sociologia contemporânea que se fundamenta nas bases lógicas dessa virada linguística, como vemos a partir da passagem supracitada. Foucault, Habermas, Bourdieu, dentre outros se fundamentam nessa nova ciência, ampliando cada vez mais as bases epistemológicas e metodológicas da teoria social. Habermas chega a afirmar que a linguística livra a filosofia da metafísica, já para Lacan ela dá as bases científicas para a metapsicologia de Freud não se confundir como metafísica, e com isso está cunhado o estatuto lógico do inconsciente e da psicanálise.

Acontece que diferente do que se acredita no senso comum, esse inconsciente não é puramente individual, a estrutura social se imbrica enquanto linguagem no imaginário do sujeito pré-dispondo a sua representação fantasmática do mundo. E ninguém melhor do que o velho Marx para falar acerca desse sintoma fantasioso que é o real forjado na estrutura social *fetichizada*.

3 Marx como criador do sintoma ou o fetiche da realidade

Lacan procurou não se envolver com ideologias políticas, o que orientava o seu desejo era uma eterna busca em torno do conhecimento absoluto do mundo. Para isso ele não media esforços nas áreas em que adentrava, mesmo com formação médica, além da psicanalista, estudou ciências sociais, filosofia, linguística, lógica matemática, e filosofia oriental taoista. Ele acreditava que existiam leis que estruturavam a realidade do mundo, e se lançava a descobri-las. Uma das recorrentes em sua teoria é a lei do falo, a que impõe categoricamente uma norma enquanto fato social (como vimos no primeiro tópico). Sendo que, para o psicanalista, aquele que conseguiu descobrir a maior das leis dentro do mundo capitalista foi Karl Marx.

Está muito em moda nos nossos dias superar os filósofos clássicos. Eu poderia igualmente ter partido do admirável diálogo

com Parmênides. Pois nem Sócrates, nem Descartes, nem Marx, nem Freud podem ser superados, na medida em que conduziram suas investigações com essa paixão de desvelar que tem um objeto: a verdade. (LACAN, 1998, p. 194)

Vemos que o objetivo de Lacan não é se vincular a ideologias ou correntes teóricas, por mais que insistem em lhe vincular ao pós estruturalismo, o que não é estruturalmente verdade, já que também encontramos na primeira clínica passagens bastante próximas a fenomenologia. O que ele queria de fato era achar a verdade, uma busca faustiana do absoluto, descobrir as leis que regem a causalidade do mundo (ROUDINESCO, 2008), e Marx foi um dos que a descobriu algumas delas. Até Freud (1976) reconhecia a força do marxismo, a sua crítica era que os motivos econômicos não seriam os únicos que determinavam o comportamento dos seres humanos em sociedade.

Por mais que o projeto de Lacan fosse fazer um retorno a Freud, o conceito de *sintoma* tão usado na clínica e pelo psicanalista alemão não foi uma ideia sua. Para Lacan, quem criou o “*sintoma*” foi Karl Marx, o sociólogo com sua análise sobre a mercadoria no conceito de *fetichismo* foi quem influenciou o conceito de *sintoma* em Freud, como podemos ver na passagem: “há que buscar as origens da noção de sintoma, não em Hipócrates, mas em Marx, na ligação que ele foi o primeiro a estabelecer entre o capitalismo e os bons velhos tempos feudais” (LACAN, 1975, p. 120 - Traduzido)¹

De acordo com Marx (2011), o aspecto da mercadoria é percebido apenas na *aparência*, já que a dominação abstrata da mais valia não aparece à percepção consciente na sua essência, logo esse processo de “*fetichismo*” é o que encobre a verdadeira realidade por traz da ideologia. Com a passagem do feudalismo para o capitalismo as classes dominantes começaram a criar *necessidades ilusórias* para estimular a compra da mercadoria. Nessa perspectiva, vivemos numa realidade das aparências, ou *espelhos* como diz Lacan, já que não podemos apreender a essência das coisas na realidade, mas apenas uma representação aparente engendrada pelo *sintoma* enquanto configuração social do que vem a ser o real para o sujeito falante.

1. “Chercher l’origine de la notion de symptôme...qui n’est pas du tout à chercher dans HIPPOCRATE...qui est à chercher dans MARX, qui le premier dans la liaison qu’il fait entre le capitalisme et – quoi ? – *le bon vieux temps*, ce qu’on appelle quand on veut tâcher de l’appeler autrement, le temps féodal.”

Nessa perspectiva do “fetiche da realidade”, Freud afirma que o sintoma é criado pelo aparelho psíquico do sujeito em sua relação com o objeto exterior da sociedade, ou como já dizia Aristóteles em suas categorias, o sujeito pensa de acordo com o seu objeto. Com isso a realidade perpassa por uma dimensão subjetiva do Sujeito onde eles procuram adequar as suas representações ao *princípio da realidade* exercido pelo objeto social exterior. Com isso, o que percebemos no presente é apenas uma imagem psíquica do passado que nos constituiu socialmente, sendo a realidade algo que perpassa por uma representação, o que é muito distante de ser uma *coisa em si*: “a realidade psíquica é uma forma especial de existência que não pode ser confundida com a realidade material” (FREUD, 2001, p. 591). Podemos ver esse debate em torno da forma das coisas nessa passagem de Slavoj Žizek:

Há uma homologia fundamental entre Marx e Freud. Em ambos os casos, a questão é evitar o fascínio propriamente fetichista do conteúdo por trás da forma: o segredo a ser revelado pela análise não é o “conteúdo” oculto da forma (a forma da mercadoria, a forma do sonho), mas ao contrário, o “segredo” dessa *própria forma*. (ŽIZEK, 1996, p. 297). (Grifos do autor)

Do mesmo modo que Žizek afirma que o importante não é saber o conteúdo oculto por trás da forma e sim o segredo dessa forma, o que pretendemos discutir não é o que vem a ser a realidade mas como ela se constrói, sendo o “segredo” disso a constituição ontológica pela qual os sujeitos humanos biológicos por meio da socialização (*mímica*) se formam em sujeitos sociais (*ser social*) e a dominação operada para a manutenção dessa realidade.

A “ilusão” da realidade, se forma para o sociólogo a partir da alienação que impossibilita a consciência de classe e percepção da *mais valia*; enquanto para o psicanalista é uma máscara (*phantasy*) para poder suportar o sofrimento da vida, o que Lacan mais uma vez inspirado em Marx vai chamar de “*mais gozar*” (SAFATLE, 2006). Nesse raciocínio, o que entendemos como realidade é uma máscara, um fetiche, onde nossa visão vai depender da decodificação que fazemos do real a partir dos códigos internalizados a nível *significante* enquanto linguagem para obtermos o *significado* do mundo (mais uma vez a primazia do *significante* em relação ao *significado* — S/s). Por isso

que Lacan afirma que não existe nada de real na realidade, só o que temos acesso são pequenas frações e representações da verdade, e nunca a totalidade visual do mundo, se não como ilusão.

O crédito dessas formulações para o psicanalista se deve a Marx. Para ele, o sociólogo conseguiu ver essa lei no seio na mercadoria, da estrutura econômica do mundo social. Lacan radicaliza Marx ao afirmar que esse *fetichê* não é só na nossa percepção na mercadoria, e sim na nossa visão real da realidade. A realidade não passa de um fetichê que acreditamos ser realmente em si, enquanto na verdade é uma construção que fazemos a partir de nossas mediações.

Seu raciocínio inspirado em Marx e Lao-Tsé, afirma que existem múltiplas determinações da realidade, não é uma coisa só como queria Newton e é reproduzido até hoje no campo social desde Durkheim. Isso gera o seu conceito de nó borromeano, é da estrutura desse nó no significante que surge a nossa representação do mundo a partir do *sintoma*. A fórmula do nó borromeano é S-I-R, ou seja, simbólico-imaginário-real. A realidade depende diretamente do que apreendemos da dimensão simbólica (linguagem, cultura...), essa se codificada enquanto registros mnêmicos em nosso imaginário, e só a partir daí é que temos acesso ao real. A junção desses três movimentos é que forma o sintoma, ou seja, a representação que temos da realidade.

Para Lacan a realidade dos seres humanos é constituída de três níveis entrelaçados (*sinthoma*): o simbólico, o imaginário e o real. Esta tríade pode ser ilustrada pelo jogo de xadrez. As regras que temos para jogar são a dimensão simbólica, puramente formal; no imaginário as peças e jogadas são moldadas; por fim o real é toda a série de circunstâncias que afetam o curso do jogo. (ZIZEK, 2010, p. 16)

Esse movimento do sintoma enquanto fetichê do real é um debate demasiadamente complexo e extenso para nos debruçarmos aqui, o que pretendemos é demonstrar que a gênese desse debate veio a partir da sociologia de Marx. As múltiplas determinações do real teriam vínculo com o *nó borromeano* (S-I-R). Logo a realidade não é em si, e sim uma construção relacional que dependem dos códigos internalizados na estrutura psíquica do sujeito a partir da mediação com a estrutura social. Esses códigos são a as significações do simbólico, que se registram no imaginário e dão forma para o real. A síntese

do que compreendemos como real depende da relação dialética estabelecida entre o simbólico e o imaginário. Portanto a realidade não é o real, já que em termos lacanianos, a *fantasia* deforma a nossa representação efetiva da realidade.

Ao observamos nossa realidade, vemos uma coisa diferente do que se pinta na retina. Não vemos o que é, mas o que queremos ver [i. é: o poder da crença] (...). No fundo não vemos as coisas tais como são, mas tais como desejamos e fantasiamos [conforme a estruturação de nosso habitus] (...). Seguramente, a fantasia consiste em modelar a realidade segundo uma representação parasita que nos tiraniza, ou melhor, segundo uma ação dramática interior que se impõe incessantemente. Interpretamos nossa realidade segundo o roteiro de nossas fantasias. (NASIO, 2007, pp. 16–17. Acréscimos meus)

Nesse caso a realidade não é em si, e sim um *fantasma* que começa desde a nossa entrada no mundo. Só temos acesso a partes fetichizantes do real enquanto representação, e nunca da realidade concreta, essa nos é desconhecida pela visão. Só vemos três dimensões, só percebemos o que tem algum registro simbólico no imaginário, representamos apenas aquilo que a configuração de nosso *sintoma* permite. Por isso que Zizek (2008) faz a sua afirmação lacianiana de que vivemos numa “realidade virtual codificada”. Logo, a decodificação do real que faz com que a gente tenha acesso a realidade vai depender dos códigos que estão internalizados em nosso inconsciente. Nesse âmbito, o real é relacional (Bourdieu não foi o primeiro nem será o último a afirmar isso). Partindo dessa perspectiva relacional, Lacan inaugura uma espécie de teoria da construção da realidade, sendo a representação do real (*sintoma*) fundada a partir do fetiche de Marx.

4 Considerações Finais

Vimos que a psicanálise de Lacan em todos os seus momentos dialoga com a sociologia, na primeira clinica que é a do simbólico, o estreitamente teórico entre os dois campos se dá com Durkheim e Lévi-Strauss. Já a segunda clinica que é a do real, o principal diálogo estabelecido é com Marx. Além disso a releitura de Freud pela linguis-

tica faz ele se inserir na guinada linguística, principalmente a partir da relação epistemológica estabelecida com Saussure.

Dessa forma, a psicanálise de Lacan tem alcance de uma teoria social, pois está em total diálogo com as ciências sociais e a filosofia. Constatamos que seu quadro metodológico dá importantes bases para a sociologia (principalmente Bourdieu) acerca do comportamento do simbólico e do imaginário no que diz respeito aos fenômenos psíquicos (STEINMETZ, 2006). E já que o novo movimento teórico busca essa articulação entre subjetividade e objetividade, a sociologia só tem a ganhar com a incorporação da psicanálise.

Porém o limite que tem a psicanálise de Lacan é em relação ao real. No seu conceito de *nó borromeano* (Simbólico-Imaginário-Real), ele nos fornece ricos elementos de como o significante linguístico entra na estrutura psíquica do imaginário (exterioridade na interioridade), mas não avança em relação a ação do sujeito frente a esse real (interioridade na exterioridade). Logo a noção de real em Lacan é muito estruturalista, e precisa de mais movimento. Como sua formação é psicanalista, ele não estudou as relações sociais em profundidade, apenas constatou que essas condicionam fenômenos psíquicos.

Essas relações sociais são objeto da sociologia, e a psicanálise de Lacan deveria se articular com essa ciência do mundo social para uma maior compreensão acerca da dinâmica do mundo entre a estrutura psíquica subjetiva e a estrutura social objetiva. Dessa forma, acreditamos o estudo do real deve ser estudada enquanto *praxeologia*, a mediação simbólica da exterioridade na interioridade e da interioridade na exterioridade se consubstancia a partir da prática social. Na prática no mundo da vida os significantes são internalizados junto com os capitais simbólicos e culturais, mas na prática um novo mundo é constituído, ressignificado e reestruturado partir na presença do sujeito nos processos contínuos de socialização.

Com isso, a sociologia e a psicanálise deveriam unir esforços. Nessa temos em Lacan o quadro teórico que mais avançou, levando a ciência ao extremo; e naquela temos em Bourdieu um dos quadros mais completos atualmente, além da centralidade de sua análise ser a prática social. Nesse âmbito, acreditamos que sim, a teoria de Lacan pode servir como teoria social, porém um quadro mais amplo e reflexivo se daria se a “economia psíquica” do inconsciente que forma nas dimensões do simbólico e do imaginário se juntassem com a “economia da

prática” que se forma na dimensão do real (DA SILVA, 2013). Nesse sentido, ao invés de Marx e Freud como já defendem alguns sociólogos, o nosso quadro teórico pretende avançar mais a partir da junção metodológica de Bourdieu e Lacan.

Esse debate fica para outro momento, o que queremos afirmar é que para ele poder acontecer primeiro se fez necessário demonstrar a validade sociológica da psicanálise de Lacan, foi esse o real objetivo deste artigo. Delimitamos com isso o alcance da psicanálise de Jacques Lacan servir como teoria social.

Referências

- BOURDIEU, P. *Meditações Pascalianas*. RJ: Bertrand Brasil, 2007.
- . *O senso prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- DA SILVA, D. F. A Reestruturação do habitus na formação de novos sentidos: Bourdieu com Lacan. *37º Encontro Anual da ANPOCS*. 2013. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8685&Itemid=217>
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. — SP: Martins Fontes, 1995.
- . *L'évolution pédagogique em France*. Cours pour les candidats à l'Agrégation prononcé en 1904-1905, Paris, 1938.
- ESPINA BARRIO, Angel. *Freud e Levi-Strauss: influências, contribuições e insuficiências das antropologias dinâmica e estrutural*. — Recife: fundaj, 2008.
- FREUD, Sigmund. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. RJ: Imago, 2004.
- . *A interpretação dos sonhos*. RJ: imago, 2001.
- . *O Futuro de uma Ilusão*. (texto on line), 1928.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. RJ: Jorge Zahar, 1998.
- . *Formações do Inconsciente*. RJ: Jorge Zahar, 199
- . *R.S.I. - Le séminaire 22*: (texto on line), 1975.
- . *Le sinthoma -Le séminaire 23* : (texto on line), 1976. — Seminários disponíveis em : <<http://stafer1a.free.fr/>>
- LÉVI-STRAUSS, C. (1950) “Introduction à l’oeuvre de Marcel Mauss”, in MAUSS, M. *Sociologie et anthropologie*. Paris : PUF.
- . *Antropologia Estrutural*. — SP: Cosacnaify, 2008.

- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. RJ: civilização brasileira, 2011.
- MEDEIROS, Paulo. *Papeis de psicanálise e cultura*. Recife: FUNDAJ, Ed Massangana, 2010.
- NASCIMENTO, M. B. *A constituição da realidade no sujeito: psiquismo, real e epistemologia*. — Salvador: EDUFBA, 2007.
- NASIO, Juan — David. *A fantasia: o prazer de ler Lacan*. — RJ: Zahar, 2007.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*.sp: companhia das letras,2008.
- SAFATLE, V. *A Paixão do Negativo: Lacan e a dialética*. SP: Unesp, 2006.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. — SP: Cultrix, 2006.
- STEINMETZ, George. Bourdieu's Disavowal of Lacan: Psychoanalytic Theory and the Concepts of "Habitus" and "Symbolic Capital". *Constellations*. v. 13, n. 4, 2006.
- ZAFIROPOULOS, M. *Nossa arqueologia crítica da obra de Lacan: Lacan e as ciências sociais - Lacan e Lévi-Strauss*, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rel/v2n3/v2n3a04.pdf>>
- ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma?.In: *Um mapa da ideologia*. Contraponto Editora: RJ, 1996.
- *A visão em paralaxe*. SP: Boitempo, 2008.
- *Como ler Lacan*. — Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

Pedaço de carne: estudo de representações e práticas envolvendo mulheres e animais entre trabalhadores de abatedouros industriais

LAURA SANT'ANNA LUEDY OLIVEIRA
lauraluedy@gmail.com

Certa literatura, mormente euro-americana, em estudos de gênero e em estudos animais (ADAMS, 1994; ADAMS, 2010; ASCIONE, 1997; DAVIS, 1995; DONOVAN, 1990; DUNAYER, 1995; FLYNN, 2000; GAARD, 2012; GRUEN, 1990; LUKE, 2007; VAN DE PITTE, 1998) tem levantado e experimentado sistematicamente a hipótese de que haveria uma conexão entre o que chama de *especismo antropofílico* — a marcação social de indivíduos de acordo com uma espécie, acompanhada da maior valorização comparativa daqueles marcados como exemplares da espécie humana — e um *sexismo misógino* — a marcação social de indivíduos de acordo com um sistema de gênero, atada à menor valorização comparativa daqueles marcados como exemplares do gênero feminino —, bem como de que, nesta conexão particular entre especismo e sexismo, importaria uma atitude depreciativa do corpo material — ou, nos termos de Elizabeth Spelman, uma *somatofobia psicofílica* (1982).

Afora o interesse que tem para os estudos multidisciplinares específicos na intersecção dos quais a hipótese foi originada, bem como o que para o pensamento social feminista e para os estudos animais em separado — posto que tem de tocar questões sobre sexo, gênero e animalidade relevante para além de seu objeto interseccional mais imediato —, uma tal investigação tange, necessariamente, questões cruciais para outras abordagens teórico-metodológicas hodiernamente muito em voga na sociologia acadêmica ocidental — p. ex, temas tais como o de se é possível estender a agência ou a atividade social a instâncias de realidade distinguidas como indivíduos não-humanos e a questão do grau efetivo ou potencial de coerência ou incoerência interna de for-

mas mais ou menos padronizadas e recorrentes e agir sentir e pensar; assuntos esses muito caros a abordagens relacionistas, processuais e disposicionalistas como as de Elias ([1939] 1994), Bourdieu ([1980] 2009), Lahire ([1998] 2002), Giddens (1979), Haraway (2009), Latour (1994) e Ingold (2011).

A partir da análise das interações de certos trabalhadores de abatedouros de grandes animais em Campinas com indivíduos classificados êmicamente como mulheres e animais não humanos e da análise de suas impressões e representações que digam respeito essas mesmas categorias de indivíduos, bem como a partir do exame sistemático de dados bibliográficos e documentais relevantes, tentarei reunir evidências que elucidem em que medida se pode estender a hipótese acima referida ao recorte populacional específico da pesquisa, no recorte temporal proposto — ano de 2015 —, bem como fornecer material que possa auxiliar o desenvolvimento das questões acerca da ação social anteriormente mencionadas.

O que pretendo fazer é como que uma inversão do objeto empírico preferencial das pesquisas que se debruçam sobre essa possível conexão entre especismo e sexismo: em vez de buscar pistas de práticas especistas em sujeitos que já se sabe serem engajados em práticas misóginas, como em geral se tem feito para os Estados Unidos e para a Europa ocidental, verificarei se há evidências de práticas misóginas em sujeitos que relacionam-se diretamente— e, ao que tudo indica, de uma maneira assimétrica —, com uma das classes de sujeitos que tende a incorporar pelo menos umas das marcações sociais genéricas que importam na presente pesquisa: animais não humanos.

Para o exame e a exposição dos dados bibliográficos (fontes secundárias) e documentais (fontes primárias) produzidos nesta fase da pesquisa, valer-me-ei das seguintes sugestões reiteradas da literatura sobre métodos e técnicas em ciências sociais: a) examinar uma diversidade de fontes; b) determinar se estas levam majoritariamente a uma mesma conclusão acerca de pontos significativos para problema primário da pesquisa e o expor; c) discriminar e expor igualmente discordâncias significativas refinar a amostra por meio da ajuda das avaliações de outros pesquisadores do assunto (BABBIE, 2003; FLICK, 2009; OLIVEIRA, 2007).

Tomada as medidas legais necessárias à proteção ética de seus participantes, para a descrição e análise qualitativa das práticas sociais

desenroladas em um contexto sócio-histórico definido em que consiste o objeto empírico da pesquisa, as linhas de trabalho mobilizariam as seguintes ferramentas:

1. entrevistas individuais semiestruturadas, face a face; em nosso caso, uma série de cerca de dez entrevistas individuais com trabalhadores de cada um dos dois abatedouros selecionados; a ser registradas preferencialmente por meio de gravação de voz, durando preferencialmente não mais que duas horas e obedecendo, tanto quanto for possível, o modelo de entrevistas narrativas pouco direcionadas proposto por Bauer (1996);
2. períodos de observação direta (*in situ*) da rotina de trabalho desses mesmos sujeitos em visitas exploratórias às plantas de abate, observação essa que provavelmente incluirá interlocuções informais e cujo registro deve obedecer, tanto quanto possível, aos critérios de uma descrição densa ótima propostos por Becker (1996).

Na análise e na apresentação escrita desse processo de produção de dados esforçar-me-ei, no intuito de otimizar a falseabilidade de seus resultados, por recuperar o que não esteja acordante com racionalizações que o informarem ou o que não seja delas dedutível (p. ex. o efeito provável de minha posição na interação para o seu desenvolvimento, os modos como interlocutores contribuíram para a produção de certos dados e a relação disso com sua posição em nossa interação etc.).

A análise deve ser conduzida, ademais, de modo a discriminar, a partir desses registros de comportamentos verbais e não verbais, as categorias simbólicas conteudísticas operadas pela população-objeto que pareçam significativas face ao problema específico desta pesquisa, bem como a frequência relativa do uso de cada uma delas, seus significantes contextuais e suas regras contextuais de aplicação. Essa discriminação deve ser feita a partir da verificação, por comparação, das correspondências que haja ou não entre essas categorias, significantes e regras, e o que a literatura sociológica especializada tem apontado como as noções modernas ocidentais hegemônicas de “corporeidade”, “espiritualidade/mentalidade/racionalidade”, “mulher”, “homem” e “animal”, bem como da exposição dessas congruências e in-

congruências — esses procedimentos foram inspirados em métodos de investigação aplicados em trabalhos etnometodológicos de Harvey Sacks, conforme descritos por Silverman (2009).

Referências

- ADAMS, C. J. A Feminist Philosophical Perspective on the Abuse of Women, Children, and Pet Animals. *Hypatia*, v. 9, n.2, , 1994, pp.63–84.
- . *The Sexual Politics of Meat: feminist vegetarian critical theory*. New York, London: Continuum, 2010.
- ASCIONE, F.R. et al. The Abuse of Animals and Domestic Violence: A national survey of shelters of women who are battered. *Society and Animals*. Cambridge: The White Horse Press, v.5, n.3, , 1997, pp.205-218.
- BABBIE, E. *Métodos de pesquisas de survey*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BAUER, M. The Narrative Interview — Comments on a technique for qualitative data collection. *London School of Economics and Political Science*, Methodology Institute, 1996. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/methodology/pdf/QualPapers/Bauer-NARRAT1SS.pdf>>. Acesso 28 jul. 2013.
- BECKER, H. The Epistemology of Qualitative Research. In: COLBY, A.; SHWEDER, R. *Ethnography and Human Development: Context and meaning in Social Inquiry*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- BOURDIEU, P. (1980) *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- DAVIS, K. Thinking Like a chicken: farm animals and the feminine connection. ADAMS, C. J.; DONOVAN, J. (Eds.), *Animals and women: Feminist theoretical explorations*. Durham: Duke University Press, 1995.
- DONOVAN, J. Animal rights and feminist theory. *Signs*, v. 15, n. 2, 1990, pp. 350-375.
- DUNAYER, J. Sexist word, speciist root. In: ADAMS, C. J.; DONOVAN, J. (Eds), *Animals and women: Feminist theoretical explorations*. Durham: Duke University Press, 1995.

- ELIAS, N. (1939) *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FLYNN, C. Battered Women and Their Animal Companions: Symbolic Interaction Between Human and Nonhuman Animals. *Society & Animals*, v. 8, n.i 2, 2000, pp. 99-127.
- GAARD, G. Feminist Animal Studies in the U.S.: Bodies Matter. *Deportate, Esuli e Profughe*. Università Ca'Foscari, Venezia, n. 20, 2012, pp. 14-21.
- GIDDENS, A. *Central Problems in Social Theory: Action, Structure, and Contradiction in Social Analysis*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1979.
- GRUEN, L. Gendered knowledge? Examining influences on scientific and ethological inquiries. In: BEKOFF, M.; JAMIESON, D. (Eds.). *Readings in Animal Cognition*. Cambridge: MIT Press, 1999, pp. 17-27.
- HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: HARAWAY D.; KUNZRU H.; TADEU T. (Orgs.) *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- INGOLD, T. *Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description*. Routledge, London, 2011.
- LAHIRE, B. (1998) *Homem plural — os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LATOUR, B. On technical mediation — philosophy, sociology, genealogy. In: *Common Knowledge*, v. 3, n. 2., Fall, 2004, pp. 24-64.
- LUKE, B. *Brutal: Manhood and the Exploitation of Animals*. Chicago: University of Illinois Press, 2007.
- OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SILVERMAN, D. *Interpretação de Dados Qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações* Porto Alegre: Artmed, 2009.
- SPELMAN, E. V. Woman as Body: Ancient and contemporary views. *Feminist Studies*, v. 8, n.1, 1982, pp. 109-131.

VAN DE PITTE, M. M. The female is somewhat duller: The construction of the sexes in ornithological literature. *Environmental Ethics*, v. 20, 1998, pp. 23-39.

Uma aproximação ao sujeito libertário

MARIO GUILLERMO MASSINI

zandoralter@yahoo.com.ar

A proposta desse trabalho é apresentar uma aproximação a respeito do que seria um sujeito libertário. Nesse sentido não pensamos o sujeito libertário unicamente como um anarquista, mas como um sujeito que esteja além disso: um sujeito que apareça como um sintoma das estruturas vigentes, assim como uma pulsão que procure irremediavelmente o caminho da autonomia. A abordagem proposta coloca uma forte ênfase nos assuntos vinculados ao simbólico, entendendo que boa parte da problemática tem a ver com como se configura esse sujeito (singular e coletivo), as subjetividades envolvidas, e as relações deles com a ordem estruturada (em seus diferentes níveis). Evidentemente, isso não poderá ser trabalhado se não se incorporarem outras categorias fundamentais para pensar esse processo: a política, o político, o social e a sociedade. Tratando-se de uma pesquisa de embasamento teórico e pertencente ao campo geral de Teoria Social Contemporânea, serão também contempladas ferramentas teóricas provenientes do campo da linguística, da psicanálise e da semiótica, entre outras possíveis.

Trabalhadores de Suape: Estudo sobre a diversidade de experiências de política operária (apresentação de resultados parciais)

PEDRO HENRIQUE SANTOS QUEIROZ
pedroqueirozpedro@hotmail.com

Resumo

Pretendo apresentar no artigo proposto alguns dos resultados parciais obtidos através da pesquisa em andamento intitulada “Trabalhadores de Suape: estudo sobre a diversidade de experiências de política operária” que está sendo desenvolvida atualmente no Programa de Mestrado do Departamento de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. No trabalho a ser elaborado para o I Fórum da Pós Graduação em Sociologia, pretendo apresentar uma parte do texto que irá compor o segundo capítulo da dissertação, provisoriamente intitulado como “Lutas do Trabalho em Suape 2008 — 2012”. O conteúdo a ser apresentado consiste na exposição e análise em ordem cronológica de uma série de eventos de conflitos trabalhistas ocorridos no período de 2008 a 2012 nas categorias da construção pesada e construção naval localizadas na área do Complexo Industrial Portuário de Suape (PE). Ao empregar como principal fundamento teórico a categoria thompsoniana de experiência, pretende-se investigar as formas extremamente diversas pelas quais os trabalhadores da região sentem, percebem, explicam, se organizam, resistem, se adaptam e lutam em um contexto marcado pela implantação de “grandes projetos”.

1 Apresentação

Pretendo apresentar neste artigo alguns dos resultados parciais obtidos através da pesquisa em andamento intitulada “**Trabalhadores de Suape: estudo sobre a diversidade de experiências de política**

operária” que está sendo desenvolvida atualmente no Programa de Pós Graduação do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas Neste primeiro item de apresentação, faço uma exposição sumária dos problemas de pesquisa a partir de dois pontos: a) delimitação do campo de pesquisa e sua justificativa e b) fundamentação teórica das principais categorias empregadas. Nos itens seguintes apresento os resultados de duas atividades de observação de campo: a primeira delas realizada em uma assembleia cujo desfecho foi decisivo para a deflagração da greve geral do setor da construção civil pesada em 2012 e a segunda realizada em espaços de lazer e entretenimento no município do Cabo de Santo Agostinho em fevereiro de 2014. Irei reproduzir na íntegra minhas anotações no diário de campo referentes a essas atividades, já que a partir da sua leitura é possível sentir algo “atmosfera” da realidade dos trabalhadores de Suape e vislumbrar uma série de questões que se expostas isoladamente excederiam em muito o espaço deste artigo.

A pesquisa toma como proposta a investigação e análise de um conjunto amplo e diverso de experiências (com ênfase particular para as experiências de ação política) vivenciadas por um grupo operário específico a partir de sua posição relativa dentro do processo produtivo e em um contexto marcado por grandes transformações regionais. Sob o recorte adotado, são analisadas as experiências de vida e trabalho vivenciadas pelas categorias de trabalhadores dos setores da construção civil pesada e construção naval, ambas circunscritas à região do Complexo Industrial Portuário de Suape, localizado na região do litoral sul do estado de Pernambuco entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Abaixo, vê-se a localização do Complexo de Suape (área verde) no mapa de Pernambuco. Em laranja estão destacados os municípios que compõem o Território Estratégico de Suape, tal como definido pelo Governo do Estado.

A escolha por uma análise comparativa entre estas duas categorias de trabalhadores se deve à constatação da existência de um conjunto de semelhanças quanto ao processo de trabalho em ambos os setores, assim como semelhanças quanto ao perfil dos conflitos encontrados nesses setores para o caso de Suape.

As semelhanças quanto ao processo de trabalho dizem respeito aos seguintes fatores: a forma canteiro assumida pelos locais de trabalho; a grande presença de trabalhadores migrantes, muitas vezes de

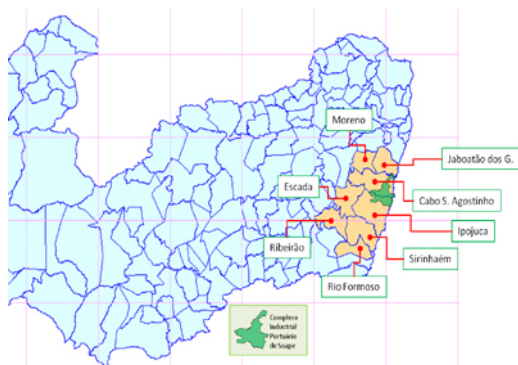


Figura 1: Créditos da imagem: Secom/Cabo. Disponível em: <<http://www.cabo.pe.gov.br/index.php/p11070/>>.

origem rural, na composição da força de trabalho; a concentração espacial de um contingente relativamente grande de trabalhadores; o ambiente de trabalho insalubre e com alto potencial de riscos de acidentes de trabalho e de desenvolvimento de doenças ocupacionais; o caráter descontínuo e diversificado das atividades, seguindo as diversas etapas da obra; a permanência de um caráter artesanal das atividades de trabalho, malgrado a adoção de inovações tecnológicas e gerenciais relacionadas à desqualificação do trabalho; a importância de um sistema de transmissão de saberes via redes sociais formais e informais nos locais de trabalho; a coincidência de ofícios semelhantes entre os dois setores, embora com funções diferenciadas (carpinteiro e pintor, por exemplo); a existência de uma estrutura hierárquica e de aprendizado bastante semelhante (aprendiz - ajudante - profissional, ou ainda oficial — meio oficial - servente); a prática de modalidades semelhantes de intensificação e superexploração da força de trabalho, via jornadas prolongadas e emprego frequente de horas extras (Costa, 2010; Farah, 1996; Pessanha, 1986 e Villela, 2007).

Há, no entanto, diferenças importantes entre o processo de trabalho nesses dois setores, talvez a principal delas seja a que se refere à temporariedade dos projetos: na construção pesada, a data de entrega da obra é o marco final do projeto, sendo seguida de desmobilização total da força de trabalho empregada, enquanto que na construção

naval, a entrega do navio é seguida do período de preparo para a construção de outros navios, havendo apenas desmobilização parcial (ainda que significativa) da força de trabalho.

Já as semelhanças quanto ao perfil dos conflitos identificados nesses dois setores dizem respeito a: problemas trabalhistas e pautas de reivindicação com vários pontos em comum; contexto parecido de dificuldade de legitimação das entidades sindicais estabelecidas frente às bases; emprego de práticas anti-sindicais por parte das empresas; ocorrência de episódios de conflito aberto com destruição de patrimônio das empresas e confronto direto com a polícia, entre outros fatores.

A abordagem assumida neste trabalho pretende seguir por uma via que valorize a apreciação das várias formas pelas quais os trabalhadores agem, percebem e explicam sua experiência vivida. Buscando seguir esse objetivo, a categoria de *experiência*, tal como formulada pelo historiador Edward Palmer Thompson, é tomada como principal fundamento teórico da pesquisa. Percebo a pertinência dessa abordagem na contemplação da articulação íntima existente entre as situações concretas de e vida e de trabalho e as formas pelas quais estas são apropriadas subjetivamente pelos sujeitos:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo [experiência humana] — não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (Thompson, 1981:182)

No pensamento de Thompson, a categoria *experiência* adquire importância capital pelo equilíbrio entre os aspectos de agência e condicionamento na explicação dos fenômenos históricos. Desta forma, em sua investigação sobre formação da classe trabalhadora e da consciência de classe, Thompson entende que as bases para tais fenômenos devem ser buscadas nas experiências compartilhadas pelos trabalhadores. Em outras palavras, a compreensão das formas pelas quais os

trabalhadores agem sobre o mundo deve passar pela compreensão das formas pelas quais os trabalhadores percebem e sentem esse mundo, o que por sua vez é mediado por um conjunto de valores e interesses histórica e culturalmente situados. Dessa forma:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram — ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 1987: 10)

Com efeito, uma abordagem que tome como seu principal suporte uma categoria de *experiência* assim definida deve contemplar a ampla diversidade dos sujeitos históricos, levando em consideração fatores de gênero, idade, “raça”, orientação sexual, trajetória ocupacional etc. É evidente que a forma como os sujeitos efetivamente experienciam suas condições de existência é afetada pelo “lugar no mundo” ocupado por estes sujeitos, sendo o pertencimento à classe trabalhadora mediado por uma série de outras construções identitárias e atributos pessoais.

A valorização das experiências de vida dos sujeitos históricos se encaixa no projeto intelectual de Thompson a partir de sua postura de crítica constante às narrativas teleológicas, sejam elas de esquerda ou de direita, que concebem os processos históricos como linhas evolutivas cujo significado profundo é dado por um ponto final de redenção. Para Thompson, os processos históricos não são formados por episódios isolados, mas possuem uma lógica interna que pode e deve ser interrogada. No entanto, a visão da história como processo não deve ser entendida como pretexto para ignorarmos a experiência concreta dos seres humanos concretos que são, efetivamente, os sujeitos que compõem a história, ainda que sua atuação não se encaixe perfeitamente em roteiros mentais preestabelecidos. Em um texto de

polêmica contra Perry Anderson e Tom Nairn, Thompson coloca o problema da seguinte forma:

(...) a história não pode ser comparada a um túnel por onde um trem expresso corre até levar sua carga de passageiros em direção a planícies ensolaradas. Ou então, caso o seja, gerações após gerações de passageiros nascem, vivem na escuridão e, enquanto o trem ainda está no interior do túnel, aí também morrem. Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido. (Thompson, 2001, p. 100)

Ao trazer para o primeiro plano as experiências dos atores sociais subalternizados que, com frequência, são simplesmente excluídos da história oficial, a obra de Thompson pode ser entendida como uma tentativa de reversão de um tipo específico de invisibilidade social, qual seja a invisibilidade histórica. Nesse sentido, estaríamos aqui no campo de busca por respostas àquelas “Perguntas de um operário que lê”, escritas por Bertolt Brecht: “Quem construiu Tebas, a das setes portas?/ Nos livros vem o nome dos reis,/ Mas foram os reis que transportaram as pedras?/ Babilônia, tantas vezes destruída,/ quem outras tantas a reconstruiu?”

A pesquisa aqui apresentada toma como seu fundamento mais importante a afirmação aparentemente trivial de que os trabalhadores devem ser entendidos como *sujeitos de sua própria história*. Por um lado, isso significa que a capacidade de ação política está condicionada pela imersão dos agentes históricos nas águas daquele rio que nunca é duas vezes o mesmo, tal como descrito por Heráclito de Éfeso. Por outro lado, isso significa que os trabalhadores devem ser tomados como sujeitos aptos a intervirem no curso histórico real por serem, assim como todo ser humano, portadores de racionalidade, sensibilidade e liberdade. Dito de outra forma, os trabalhadores devem ser entendidos como seres capazes de perceber, sentir e pensar o mundo no qual vivem e, portanto, como seres capazes de avaliação, de escolha, de diálogo, de disputa, de cooperação, de associação, de resistência, de consentimento, de adaptação, em uma palavra, os trabalhadores devem ser entendidos como seres capazes de fazer política.

Assim entendidos, os trabalhadores aparecem como seres capazes de, a partir de suas experiências vividas, sustentarem concepções próprias sobre o que é justo ou não, o que é verdadeiro ou não, bem como de formularem seus interesses e necessidades e de agirem de forma consequente à conquista de seus objetivos por meio do recurso a uma diversidade de estratégias que vão do engajamento na ação direta ao agenciamento de instituições, como sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e diversas instâncias do aparelho de Estado.

2 Uma assembleia fraudada

No dia 27 de julho de 2012 foi realizada uma assembleia com os trabalhadores do setor da construção civil pesada. A assembleia havia sido convocada pelo sindicato que representa legalmente a categoria, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção de Estradas, Pavimentação e Terraplanagem no Estado de Pernambuco (Sintepav-PE).

Este sindicato é, desde sua criação, filiado à Força Sindical e, segundo um texto institucional de três parágrafos veiculado no site do sindicato (<www.sintepav-pe.org.br>), foi “oficialmente fundado no dia 23 de setembro de 2000 a partir da determinação do seu atual presidente Aldo Amaral de Araújo”. Além dos grandes canteiros de obras em Suape, o Sintepav-PE detém hoje a representação dos trabalhadores de outras obras importantes em Pernambuco como as da Ferrovia Transnordestina e de transposição do Rio São Francisco. Seguindo a linha de sua central sindical, as concepções políticas dos que fazem o Sintepav-PE é marcada pela leitura da relação capital trabalho como parceria e cooperação, o que se traduz numa prática que busca estabelecer uma boa relação com as empresas: nas entrevistas que realizei os termos que aparecem mais frequentemente para descrever essa relação são tranquilidade, confiança, liberdade e transparência. Outro ponto de contato mais evidente entre os princípios da Força Sindical e a atuação do Sintepav-PE reside na adoção de uma estratégia de “sindicalismo de resultados” que se define pela defesa de uma agenda circunscrita a questões estritamente trabalhistas e que visa a otimização dos ganhos dos trabalhadores, sendo o sindicato entendido como uma espécie de negociador coletivo da força de trabalho.

Desde o início da sua atuação, o Sintepav-PE vem enfrentando objeções quanto a sua legitimidade, seja no campo jurídico, respondendo a ações movidas por outras entidades sindicais que reivindicam para si a representação daquela categoria, seja no campo político na dificuldade de aceitação pelas bases. É sintomático que “sindicato” e “trabalhador” apareçam como entidades distintas na fala dos entrevistados do Sintepav-PE. Como se vê nesse trecho da entrevista realizada com dos membros da equipe de fiscalização do sindicato: “Então o que acontece? Se você for entrevistar um trabalhador, ele nunca tá satisfeito com nada, não tá satisfeito com sindicato, tudo pra ele não presta. Quem presta é o trabalhador [irônico]”.

Na assembleia do dia 27 de julho foi aprovado um acordo coletivo para a categoria que representava um aumento salarial linear de 10,5% mais a equiparação salarial entre todas as funções no setor da construção pesada em Suape. Esta última reivindicação, em particular, representava um grande avanço, já que visava resolver um dos pontos mais problemáticos e geradores de revolta entre os trabalhadores de Suape, qual seja a o emprego por parte das empresas de padrões de remuneração distintos para funções iguais ou muito semelhantes. No entanto, como pude verificar na atividade de campo, a disposição da base era pela greve a fim de conquistar um acordo ainda mais vantajoso. A proposta apresentada pelo Sintepav foi aprovada através de uma manobra espúria que foi amplamente rechaçada pela categoria, o que teve como desdobramento uma série de greves e conflitos que perduraram até o final de 2012.

Cheguei ao centro do Cabo de Santo Agostinho por volta das sete horas da manhã. Tomei um mototáxi do centro da cidade até o local da assembleia no portão sete da Refinaria. Na parte final do trajeto, a moto já estava precisando forçar passagem por aberturas cada vez mais estreitas e difíceis entre os vários ônibus de empresas congestionados. Quando não havia mais possibilidade alguma de avançarmos, saltei da moto e paguei a viagem. Tinha chegado ao espaço da assembleia: uma multidão de trabalhadores vestindo fardas de várias cores e espalhados por toda a área. Eram milhares e a impressão de contato com a multidão que se tinha era semelhante à de entrar em um estádio de futebol.

Segui o fluxo maior de pessoas, me orientando também pelo som da voz no microfone, até finalmente avistar o trio elétrico que servia de palanque — um pequeno trio elétrico alugado, ainda trazendo adesivos

antigos do Galo da Madrugada, e que exibia duas faixas com mensagens de “Sem luta não há conquista” e “A Força Sindical nacional apoia a luta dos trabalhadores de Suape”. Me aproximei para escutar melhor o que estava sendo falado. A assembleia já havia começado há mais ou menos meia hora. Os ânimos estavam acirrados. O trio era ocupado por representantes do Sintepav, dentre eles o presidente Aldo Amaral, e um enviado da Força Sindical nacional. Do alto do trio, o orador da vez falava contra aqueles que queriam “fazer greve só por fazer greve” e sugeria que esses companheiros estariam na verdade interessados em arranjar motivo para viajar mais cedo de volta para casa. Vi essa opinião de desconfiança sendo repetida em vários momentos, não apenas pelos oradores no trio elétrico do sindicato, mas também em grupos de conversa dispersos. A assembleia estava dividida. Observei, tentando elaborar um esquema rápido, que quanto mais próximo do trio elétrico, maior a tendência de apoio ao sindicato. Os representantes do Sintepav se revezavam no microfone defendendo o acordo que previa, entre outros pontos que não consegui anotar, aumento salarial de 7% e equiparação entre todas as categorias da construção pesada em Suape. Havia muita hostilidade entre o público presente contra o sindicato e seus representantes. Os termos do acordo eram considerados, por uma parcela significativa da assembleia, insatisfatórios, sob o argumento de que na campanha salarial do ano passado (2011) o aumento conquistado tinha sido de 11%. Além disso, observava-se entre alguns a disposição — expressa em gritos de “greve, greve” — de decretar greve imediatamente. Gritos de protesto, vaias e xingamentos (“safado”, “pelego”) seguiam-se às falas do sindicato. Num gesto explosivo, um trabalhador batia no chão com uma garrafa pet vazia para fazer barulho. Começou a chover forte, tornando tudo ainda mais confuso e dificultando o trabalho que eu vinha fazendo de anotação em um caderninho de mão. Guarda-chuvas se abriram e alguns trabalhadores esticaram suas fardas sobre as cabeças, de forma a se proteger e a proteger um grupo mais próximo de três ou quatro colegas espremidos.

A proposta inicial de acordo foi explicada e defendida por várias vezes e com fatura de argumentos por Aldo Amaral e demais oradores do trio elétrico. Todos estavam afinados na defesa da proposta — um discurso coeso, bem elaborado. O argumento mais forte — e o que foi mais repetido — era o de que a equiparação iria significar um grande aumento em alguns casos, sendo que o caso do encanador foi o mais

citado: pelo acordo, o encanador com pior remuneração, que ganha hoje R\$ 1.760, passaria a ganhar R\$ 2.200. Não foi dado espaço no trio elétrico para a exposição de opiniões contrárias, dificultando, assim, o debate entre as propostas favoráveis e contrárias ao acordo. Aqueles que eram contrários se expressavam como podiam, expondo suas opiniões aos gritos e de maneira desordenada. O diálogo resultante era precário, já que podíamos escutar bem apenas uma das partes — aquela com acesso ao microfone. Na fala dos ocupantes do trio elétrico “sindicato” e “trabalhador” eram colocados como sujeitos distintos. Exemplo: “o sindicato e o trabalhador juntos na luta”. Ocasionalmente, alguém no trio elétrico anunciava que representantes do sindicato estavam descendo para ouvir mais de perto as reivindicações que não estariam sendo contempladas. Dentre as cobranças dos trabalhadores contrários ao acordo havia reclamações quanto às condições da folga de campo, valor do auxílio alimentação e auxílio moradia. Respondendo a uma reclamação quanto ao auxílio moradia, Aldo Amaral explicou que tinha colocado essa questão na mesa de negociação e escutado de empresas, entre elas a Petrobrás, que elas não estavam dispostas a pagar esse benefício, pois a região do Cabo de Santo Agostino tinha problemas sérios de planejamento urbano e pagar o auxílio moradia significaria estimular diretamente a favelização.

A proposta do acordo foi finalmente colocada em votação por contraste e derrotada com ampla margem de votos — as áreas mais próximas ao trio elétrico foram as que apresentaram maior quantidade de votos favoráveis à proposta do sindicato. Em seguida, Aldo Amaral e os demais oradores anunciaram várias vezes seu desacordo em relação à decisão da assembleia. Eles lamentavam que o trabalhador tivesse “jogado no lixo” um acordo bom e vantajoso e indicavam que tal erro teria sido induzido pela influência de “alguns” não nomeados diretamente. A partir do momento da rejeição do acordo, os gritos de “greve, greve” aumentaram significativamente. O enviado da Força Sindical nacional desenvolveu uma fala marcada por expressões que apontavam para a veiledade da greve naquele momento: “dar murro em ponta de faca”, “nadar, nadar e morrer na praia” e “fazer greve por fazer greve”. Novamente, não foi dado espaço no trio elétrico para a expressão de opiniões divergentes. Em determinado momento, um senhor subiu ao trio elétrico e, exaltado, tentou tomar o microfone para si, mas foi contido pelos representantes do sindicato. Aldo Amaral pediu calma e conduziu

uma consulta rápida ao público “ - eu deixo ele falar, pessoal? - Nãaaoo”. Logo em seguida, o senhor foi levado para fora do trio. O episódio todo durou poucos minutos, mal dando tempo para que aqueles que estavam mais distantes percebessem o que estava acontecendo e tomassem qualquer posicionamento. Uma reação à retirada desse senhor foi apenas esboçada num coro puxado por meia dúzia de trabalhadores que pedia “deixa ele falar, deixa ele falar”. Algum tempo depois, Aldo Amaral informou que aquele mesmo companheiro estava agora mais calmo e, inclusive, estava arrependido de ter votado contra a proposta inicial, depois de ter conversado com o pessoal do sindicato e se informado melhor sobre o conteúdo do acordo rejeitado. Em todo caso, só ficamos sabendo da mudança de opinião por esse relato, já que o espaço no trio elétrico continuou restrito aos integrantes do sindicato.

Em uma fala decisiva para os rumos da assembleia, Aldo Amaral expôs seu argumento de que fazer greve naquele momento seria “fazer o jogo do patrão”, pois iria enfraquecer o sindicato e trazer prejuízos para os trabalhadores. Isso porque a data base de negociação era o dia 1 de Agosto e qualquer greve decretada antes disso seria, seguramente, considerada ilegal pela justiça, o que significaria multa para o sindicato e desconto de dias parados para os trabalhadores. Aquela era, portanto, uma assembleia com objetivo de comunicação, que tinha sido convocada como resposta a pressões da base, e sem poder de decretar greve. Ao ouvir isso, mais da metade dos trabalhadores presentes se retiraram, ignorando os apelos em contrário feitos pelos ocupantes do trio elétrico. Um dos oradores do sindicato protestou contra a atitude dos companheiros, atribuindo o movimento de evasão à chuva, e dizendo que esse era um ato de covardia, já que se aquele fosse dia de trabalho o patrão não queria nem saber e colocava todo mundo para trabalhar debaixo da chuva e agora era o momento de “nós trabalharmos para nós mesmos”. Apesar de inspirado, o argumento é falso, pois a maioria dos trabalhadores tinha permanecido na assembleia mesmo debaixo de chuva forte, apenas se retirando após o anúncio de que não havia possibilidade de deflagrar greve naquela ocasião. Os oradores do trio elétrico continuavam a lamentar a escolha feita pela assembleia. Um grupo de trabalhadores que tinha permanecido na assembleia pediu que fosse realizada uma segunda votação, ao que Aldo Amaral respondeu que não era possível votar mais de uma vez a mesma proposta. Notava-se na fala de Aldo Amaral uma preocupação especial em demonstrar que

o sindicato estaria conduzindo a assembleia e o processo de negociação de forma legítima e correta. Um carpinteiro, representante de base do Sintepav, seguiu essa mesma linha de argumentação ao enfatizar que o sindicato não estava fazendo negociação no subterrâneo, mas ali, abertamente, numa assembleia de trabalhadores e sem sonegar informações: “aqui não tem falsa informação. Até porque eu não sou engenheiro, não. Eu sou carpinteiro.” Aldo Amaral informou que já tinha entrado em contato com o sindicato patronal e que estava agora esperando uma contra proposta, que pudesse ser colocada para apreciação da assembleia. Enquanto a ligação não chegava, o trio elétrico iria ficar passando música. A espera não durou muito, apenas o tempo de uma canção (um reggae politizado de Edson Gomes). A nova proposta era de 10,5% de aumento mais cesta básica e foi rapidamente colocada em votação por aclamação e aprovada. Algum ocupante do trio elétrico ainda pediu que os trabalhadores levantassem os braços mais uma vez para sair na foto, ao que foi prontamente atendido. Aldo Amaral ressaltou como essa era a escolha certa e que o aumento garantido representava a maior conquista salarial da categoria no país e também o valor da cesta básica passava a ser o maior do país. A assembleia, já muito esvaziada, foi encerrada com os oradores do trio comemorando a vitória do trabalhador — “a maior conquista do Brasil e sem necessidade de movimento paradista” — e soltando rojões.

3 Passeio noturno pelo centro do Cabo de Santo Agostinho

Em fevereiro de 2014 fiz uma série de atividades de observação de campo nos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, os dois municípios que abrigam o Complexo de Suape e que formam a parte mais diretamente atingida por suas atividades. Na observação foram privilegiados locais de circulação, comércio, religião e entretenimento público. Com isso, esperava-se compor um painel representativo de algumas das diversas experiências de não trabalho compartilhadas pelos trabalhadores de Suape. O relato a seguir foi produzido a partir de uma atividade de observação na região central do município do Cabo de Santo Agostinho: a área percorrida compreende um perímetro entre o Terminal Integrado Rodoviário do Cabo de Santo Agostinho e a PE 60, tendo o Mercado Público (ou Mercadão) como uma espécie de

centro. Durante essas atividades, estive acompanhado e pude contar com o auxílio do amigo e colega de curso no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Unicamp, Raul Vinicius Araújo Lima, a quem deixo registrado meus agradecimentos.

Busquei desenvolver nessa observação um relato descritivo, depurado de juízos de valor e de observações depreciativas ou irônicas sobre os gostos e modos de vida das classes populares. Como dificuldade adicional, porque a observação envolveu, entre outras coisas, a descrição de um local de prática de prostituição, tive que tomar precauções para evitar reproduzir vulgaridades machistas em meu relato. A pesquisa de campo foi realizada em um período de desmobilização da força de trabalho empregada na construção dos grandes projetos no Complexo de Suape: o Pólo Petroquímico já foi entregue e encontra-se em funcionamento desde 2013 e as obras de construção da Refinaria Abreu e Lima encontram-se em fase final. Dessa forma, pude constatar uma menor presença de trabalhadores (identificados pelo uso de peças do fardamento das empresas) nas ruas do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, em comparação com as outras vezes em que estive nesses locais em 2011 e 2012. Ainda assim, acredito que tal fato não invalide as atividades de observação realizadas como forma de conhecimento sobre o grupo enfocado de trabalhadores de Suape, já que, apesar de atenuada, sua presença ainda se faz sentir com força na vida dessas cidades.

No relato que segue é possível perceber alguns elementos de interesse, tais como, para citar alguns: a quase onipresença da música como elemento de sociabilidade; a convivência íntima entre o religioso e o profano (a mim causou-me forte impressão o discurso religioso assumido pelo senhor bêbado que nos abordou na Rua da Linha. Interpretei esse episódio como um indício da forte difusão da moral religiosa cristã, à qual aderem mesmo aqueles envolvidos em condutas que poderiam ser vistas como reprováveis do ponto de vista desse código ético); a atmosfera carregada e melancólica do cenário formado pelos trabalhadores baianos que regressavam a sua terra após concluírem os trabalhos em Suape (lembro que eu e Raul conversamos ali mesmo sobre o potencial cinematográfico daquilo que víamos e como era lamentável não termos material a mão para fazermos um pequeno vídeo com a câmera fixa a registrar os aconte-

cimentos daquela despedida). A seguir, transcrevo as anotações no diário de campo:

Noite de sexta feira. Pátio de eventos do Mercado: um grande espaço contíguo ao restante da estrutura do mercado que se divide em duas áreas: uma coberta por toldos de plástico em formato de “L” onde estão vários bares e uma área ocupada apenas por um palco localizado na extremidade oposta à área dos bares, ficando uma área livre entre esses dois pontos reservada para a dança. As mesas eram de plástico amarelo, com patrocínio da Skoll. Um dos bares trazia sua fachada coberta por um anúncio em plástico duro do jornal Aqui PE¹. Havia ainda uma parada de ônibus na calçada ao lado do palco. Público: grupos de trabalhadores ainda fardados, moradores da região, gente que ficou da feira. Música: Axé e Brega (não conseguimos identificar as bandas). Conversavam e bebiam principalmente cerveja (Skoll e Schin). A essa hora, havia poucas pessoas dançando: uma senhora carregando uma sacola e que há pouco nos havia pedido dinheiro e cigarro e agora acompanhava o ritmo da música dançando como quem dança forró com um parceiro imaginário e duas crianças de mesma idade brincando de roda. Ocasionalmente passava algum vendedor ambulante oferecendo amendoim (torrado com sal ou cozido) e ovo de codorna; além disso, algumas pessoas pediam porções de batata frita e iscas de carne nos bares. Mais tarde iria acontecer um show, mas não ficamos pra ver. Som alto, difícil de escutar sobre o que as pessoas conversavam.

Sáimos do pátio de eventos e caminhamos em direção à Avenida Presidente Vargas. No caminho presenciamos a pregação de um pastor montado em uma bicicleta equipada com altos falantes ligados ao seu microfone headset. O pregador usava uma bandeira do Brasil amarrada ao pescoço como uma capa e no momento presenciado expunha a ideia de que os crentes não deveriam ter medo do ridículo, seguindo assim o exemplo do profeta Noé que, segundo sua interpretação do texto bíblico, também não teve medo do ridículo. O pregador falava a certa distância para um grupo de pessoas reunidas ao redor de uma carroci-

1. O Aqui PE é uma publicação ligada ao grupo Diários Associados, que, em Pernambuco, edita também o Diário de Pernambuco. Seu formato é o de um tabloide expandido e é comercializado ao preço de R\$ 0,25. Voltado para as faixas de renda C, D e E, o Aqui PE veicula textos curtos repletos de maneirismos coloquiais sobre assuntos da atualidade, com destaque para o noticiário local. Durante as atividades de campo pude constatar sua grande circulação e receptividade pelas pessoas da região.

nha que vendia espetinho e bebidas, havendo entre eles um trecho de esgoto a céu aberto. Alguns passos à frente estava sentado um rapaz jovem de cabelo rastafári diante de um tecido colocado ao chão sobre o qual estavam suas mercadorias expostas à venda: artesanato “hippie” e acessórios relacionados ao consumo de maconha (“pipes” de madeira e cachimbos d’água).

Chegamos à Rua da Linha. Quando perguntamos a um senhor que estava ao lado de sua bicicleta qual era o nome da rua, ele reagiu com espanto como se fosse absurdo não sabermos que lugar era aquele. Sobre uma linha férrea abandonada (havia montes de entulho espalhados ao longo da via), estavam montados cinco ou seis gazebos de plástico que abrigavam comércio informal de venda de bebidas e petiscos. A Rua da Linha é uma viela ladeada por edificações onde durante o dia funcionam estabelecimentos comerciais que agora estão fechados. A iluminação é precária, garantida por bicos de luz alimentados por “gatos” puxados de um único poste, o que ajuda a formar um aspecto geral de penumbra. Orbitando os gazebos estavam mulheres jovens vestindo blusas decotadas, minissaias e shorts que eram abordadas por homens, alguns trajando ainda partes de fardamento, com quem mantinham conversações breves e eles lhes pagavam bebidas. Ocasionalmente, um casal formado a partir dessas interações se retirava da área dos gazebos e do nosso campo de visão. Perto de onde nos estabelecemos tocava um CD do grupo Musa do Calipso — um tecnobrega com letras românticas (Trecho da letra de duas canções escutadas durante a observação: “Quem quer tudo fica sem nada/ Eu te avisei semana passada/ Que você ia ter que escolher/ Ou deixa ela ou vai me perder”; “Dizer que me ama é fácil demais/ Dizer que me adora já não me ilude/ Eu quero atitude, eu quero atitude”). Bebia-se cerveja e destilados (cachaça, vodka, whisky, rum e conhaque de marcas baratas) acompanhados por espetinhos (de carne, frango e salsichão com ou sem farofa por cima). Uma das garotas se aproximou de nós e permaneceu parada em silêncio virada em nossa direção como se quisesse escutar nossa conversa ou indicando disponibilidade/expectativa de ser abordada. Ali perto outra garota ignorava ostensivamente um vendedor acanhado que tentava convencê-la a levar para casa uns quadros representando paisagens clichê (casinha, rio, pôr do sol) recobertos por uma película que faz com que a imagem mude conforme nos movemos em relação a ela. No muro que delimita uma das margens da Rua da Linha há algumas pinturas murais esparsas repre-

sentando Joaquim Nabuco e cenas de maracatu disputando espaço com cartazes de propaganda oferecendo excursões de ônibus para a Bahia e cursos profissionalizantes para soldador e encanador industrial. Em um dado momento, aproximou-se de nós um senhor visivelmente alcoolizado que nos pediu para acender seu cigarro, favor que ele agradeceu com apertos de mãos fortes e repetidos e as seguintes palavras: “A gente está aqui, mas Deus está com a gente. E pra onde a gente vai, ele vai iluminar nosso caminho”. Deixamos a Rua da Linha após comermos um espetinho de salsichão e tomarmos algumas cervejas.

Seguimos em direção à PE-60. No caminho, mais carrocinhas de venda de espetinhos e bebidas alcoólicas que tocavam música e congregavam pequenos grupos animados. No posto de Gasolina da Shell que marca o limite da rua Júlio Silveira com a rodovia, um rapaz sentado em um banquinho de plástico bebia cerveja e escutava sozinho o som dos Racionais MCs que saía da mala levantada do seu carro (“Mesmo céu, mesmo CEP, no lado sul do mapa/ Sempre ouvindo um rap, pra alegrar a rapa”). Alguns metros adiante, encontramos um ônibus com destino a Salvador esperando o embarque dos passageiros e de suas bagagens (muita bagagem e malas pesadas, indício provável de viagem de mudança definitiva). Um rapaz levava entre suas malas uma enorme aparelhagem de som (caixas de som e equipamentos de DJ). Alguns usavam camisas do Vitória e Bahia. Não havia música e quase não se ouvia o som das conversas; o ambiente era dominado pelo ronco do motor do ônibus e sua vibração.

Referências

- COSTA, Luciano Rodrigues. *Trabalhadores em Construção: mercado de trabalho, redes sociais e qualificações na Construção Civil* (tese de doutorado). Campinas, Unicamp, 2010.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*. São Paulo, ANABLUME FAPESP, 1996.
- PESANHA, Elina Gonçalves. *Vida operária e política*. Os trabalhadores da construção naval de Niterói. 1986. 364 f. (tese de doutorado).

- THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros* (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.
- *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987, v.1.
 - *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas, Edunicamp, 2001.
- VILELA, Fábio Fernandes. *Indústria da construção civil e reestruturação produtiva: novas tecnologias e modos de socialização construindo o intelecto coletivo (General Intellect)* (tese de doutorado). Campinas, Unicamp, 2007.

A formação da classe e da consciência de classe: Reflexões sobre as lutas operárias e populares em Campinas entre 1977 a 1984

RICARDO COLTURATO FESTI

ricardofesti@gmail.com

Nosso projeto de doutorado tem como objetivo central compreender a problemática da consciência de classe a partir da análise das lutas dos trabalhadores ocorridas na cidade de Campinas durante o último grande ascenso operário brasileiro entre os anos de 1977 e 1984. Partindo dos avanços obtidos em nossa investigação, apresentaremos algumas reflexões sobre as dificuldades e as necessidades de se estabelecer relações entre as esferas da produção e da reprodução no estudo da classe trabalhadora. A inter-relação entre essas esferas é fundamental para a compressão da formação da identidade classista e da consciência de classe. Também pretendemos socializar algumas reflexões sobre as entrevistas e as análises de documentos.

GT 3

**Práticas culturais entre tradição e
modernidade**

A inversão do Nordeste: notas críticas à tese de Durval Muniz de Albuquerque Jr.

CAMILA TEIXEIRA LIMA

camilateixeiralima@gmail.com

Resumo

Esta proposta de artigo faz parte de um estudo mais amplo que busca na literatura nordestina caminhos para a compreensão do Nordeste atual. Para dar continuidade ao estudo proposto, todavia, é necessário refletir sobre um tema importante e que é caro à compreensão da região. O tema diz respeito à tese de Durval Muniz de Albuquerque Jr. discutida em *A Invenção do Nordeste: e outras artes*, 1999; de que o Nordeste é uma elaboração imagético-discursiva de uma elite intelectual cujo intuito é manter viva uma dominação ameaçada. É certo que é uma tese original e que em certa medida merece consideração. No entanto, me parece que Durval comete alguns equívocos graves, e acredito que dois deles merecem destaque e precisam ser analisados com mais cuidado - o que me proponho fazer neste trabalho - porque são responsáveis por desencadear uma série de outros equívocos: a) Desconsiderar as bases materiais de existência, na medida em que todos os discursos realizados por essa elite são expostos "despregados" dos fenômenos sociais; b) O autor parece fazer muito mais um discurso apologético da modernidade do que uma crítica lúcida à imagem de um Nordeste da tradição, do atraso e do conservadorismo.

Palavras-chave Durval Muniz; Inversão; Materialidade; Modernidade.

Introdução

Esta proposta de artigo faz parte de um estudo mais amplo que busca na literatura nordestina caminhos para a compreensão do Nor-

deste atual, seguindo uma chave interpretativa proposta por Francisco de Oliveira em *Elegia para uma Re(li)gião*, segundo a qual a literatura nordestina (feita por nordestinos e sobre o Nordeste) seria uma via privilegiada para capturar o espelho multifacetado dos vários “Nordestes” (1978, p. 42). Esse estudo mais amplo se divide em dois momentos: a) no primeiro, diz respeito à minha pesquisa de mestrado em sociologia na Unicamp, intitulada *Entre o Almanaqueiro e o Narrador: o lugar da experiência tradicional no Calendário Nordestino de José Costa Leite*; b) já no segundo momento — que é ainda um projeto de pesquisa futura — o intuito é refletir sobre o sertão nordestino contemporâneo a partir da literatura atual nordestina, buscando apontar nestas produções literárias o pensamento social relativo à questão sertaneja da década de 1970 até os dias de hoje.

A literatura regionalista de 1930 nas linhas de José Lins, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz foi, em grande medida, responsável pela incorporação da região Nordeste no pensamento social brasileiro e continua sendo, até hoje, uma literatura influente na compreensão da região. Todavia, sobretudo por uma questão temporal, esta literatura não é suficiente para a representação do Nordeste atual e, por consequência, do sertão Nordestino. Existem novas possibilidades de se pensar o sertão, na medida em que autores contemporâneos podem nos fornecer outra imagem do Nordeste, se utilizando de lentes diversas daquelas usadas pela literatura precedente. As lentes se modificam, os olhares são outros, a região não é mais a mesma. Estes novos olhares, no entanto, não podem ser entendidos como antíteses das representações desta literatura predecessora. Não encontramos mais Fabianos e Chicos Bento fugindo das grandes secas nordestinas, a seca não define e limita o nordeste, mas, ela continua sendo definitiva na vida de diversos nordestinos: o agravamento da seca do nordeste em 2013 levou 1.322 municípios da região ao estado de emergência. Por conta da estiagem prolongada, a seca de 2013, que perpetua no ano atual, já é considerada a pior dos últimos 50 anos.¹

Atualmente, na minha pesquisa de mestrado, busco compreender o Nordeste como espaço onde ainda seja possível uma comunicação

1. MADEIRO, Carlos. Três em cada quatro municípios do Nordeste estão em emergência pela seca. **Uol notícias**, Cotidiano, 26 de nov. de 2013. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/26/tres-em-cada-quatro-municipios-do-nordeste-estao-em-emergencia-pela-seca.htm>>

artesanal, coletiva e ainda não completamente reificada. Busco fazer isso seguindo as linhas da compreensão do teórico crítico Walter Benjamin, no seu estudo sobre a experiência tradicional (*Erfahrung*) e no seu diagnóstico de pobreza da experiência na sociedade moderna. Escolhi como objeto de análise para este estudo o almanaqueiro e cor- delista José Costa Leite, último almanaqueiro vivo que ainda produz regularmente o seu almanaque,² *O Calendário Nordestino*. O tema da reificação ou coisificação é fundamental na sociologia moderna e contemporânea, e por isso me pareceu um meio interessante para pensar a produção deste almanaqueiro. Em Benjamin, eu entendo que a reificação é traduzida pelo seu conceito de *Erlebnis*. Para o au- tor, o desenvolvimento das forças produtivas resultou na destruição do passado, ou melhor, resultou na incapacidade de vincularmos a nossa experiência pessoal às experiências individuais e coletivas do passado. Então, esse tipo de experiência (*Erfahrung*) — artesanal, co- munitária e coletiva — é substituída pela experiência falsa (*Erlebnis*) — característica do individual solitário e privado moderno.

Weber inicia o debate da reificação com o diagnóstico da raciona- lidade instrumental, afirmando que na sociedade moderna há uma preponderância da racionalidade dirigida a fins. Em Lukács a teo- ria da reificação com seus dois pilares (fetichismo da mercadoria em Marx e teoria da racionalidade em Weber) ainda entende o proletari- ado como sujeito capaz de emancipar a sociedade. Já para Adorno e Horkheimer, na *Dialética do Esclarecimento*, há uma intensificação da interpretação e do pessimismo weberiano, e a instrumentalidade da razão é generalizada para toda a sociedade. Habermas, por sua vez, com o intuito de responder ao pessimismo da primeira geração da Escola de Frankfurt, propõe a teoria da sociedade bidimensional. O mundo de Habermas é dividido entre sistema (racionalidade ins- trumental) e mundo da vida (racionalidade comunicativa), não há, para o autor, uma generalização da reificação, como há em Adorno e Horkheimer. Walter Benjamin, que se tornou marxista a partir de sua

-
2. O almanaque é um gênero literário muito antigo conjunto, até então, transmitido via oralidade. O almanaqueiro produz um objeto que reúne informações com intuito de guiar as práticas da vida cotidiana. Desde os mais antigos até os atuais, os almanaques se assemelham por obedecerem a uma mesma organização vinculada ao tempo, ao calendário, às fases da lua, podendo estar associados ou não ao horóscopo e aos signos (Park, 199, p. 35).

leitura de *História e Consciência de Classe*, de Lukács, também acredita ser o proletário o sujeito revolucionário, mas o que me chama atenção no diagnóstico de época benjaminiano, para a pesquisa que desenvolvo no mestrado, é que este autor pensa as transformações da sociedade moderna a partir de modificações da comunicabilidade (artesanal e comunitária que fora substituída pela privada e individual). E este estudo sobre a modernidade me parece uma forma instigante de pensar as transformações do Nordeste a partir de um gênero literário popular.

Para dar continuidade ao estudo proposto, todavia, se torna fundamental refletir sobre um tema importante e polêmico que é caro à compreensão da região e por isso merece uma análise minuciosa. É isto que pretendo refletir com este artigo. O tema diz respeito à tese do *mito Nordeste* de Durval Muniz de Albuquerque Jr. exaustivamente discutida em *A Invenção do Nordeste: e outras artes*, livro do autor publicado em 1999. Nesse livro, Albuquerque expõe sua tese de que o Nordeste é uma elaboração imagético-discursiva de uma elite intelectual cujo intuito é manter viva uma dominação ameaçada. Segundo a tese do autor, nas linhas da sociologia de Gilberto Freyre; da literatura de Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Lins do Rêgo, Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto, Euclides da Cunha, Ascenso Ferreira, José Américo e Ariano Suassuna; do cinema de Glauber Rocha e da música de Luiz Gonzaga o Nordeste é inventado a partir de uma unidade discursiva que toma como base ora o Nordeste açucareiro, ora a região de terras duras e secas. Albuquerque reconhece que esta invenção parte de autores, cineasta e músico diferentes e que a produção destes autores é elaborada em momentos distintos. No entanto, todos esses autores colaboraram, cada uma a sua maneira, para a formação do mito Nordeste, como se cada membro dessa elite intelectual fosse atraído pela imagem-discursiva da região, ao mesmo tempo em que contribui e alimenta esta imagem. É a “teia inescapável do regionalismo nordestino”, como ilustra Flávio Vieira, quando descreve a tese de Durval do olhar onipresente da formação discursiva do Nordeste. Para Vieira, Durval Muniz de Albuquerque acredita que a elite intelectual “elaborou uma ‘máquina discursiva’ da qual ninguém, nem nas artes e nem na academia conseguiu escapar, a não ser, pelo visto, o próprio Durval Muniz” (Vieira, 2001, p. 53. Grifo meu).

Não é apenas a elite intelectual em crise produtora do discurso sobre o Nordeste que é alvo de Muniz, a elaboração imagético-discursiva tem o poder de impregnar o povo, passivo e submisso na *Invenção do Nordeste*, que é *disciplinado*, segundo a interpretação foucaultiana de Durval Muniz, e colabora para a manutenção da distinção entre elite dominante e povo dominado. Por meio da cultura popular e do Folclore, o próprio povo favorece a perpetuação da sua submissão fornecendo elementos para o discurso das elites.

O mito Nordeste, denunciado por Durval, é formado pelo entrelaçamento de discursos que podem ser resumidos da seguinte forma: a) O Nordeste era o espaço do sedentarismo dos grandes latifúndios, das casas-grandes, dos senhores de engenho, da família patriarcal, da relação harmônica entre senhor e escravo, da zona estável canavieira, território de profundas raízes que era capaz, devido a isso, de criar seu próprio país (Gilberto Freyre, José Lins do Rêgo); b) Devido ao deslocamento da zona econômica para o sul, da industrialização, das usinas, dos burgueses, a região começa a entrar em um período de decadência. A região, portanto, precisava ser resgatada no seu passado de opulência, é o Nordeste como “espaço da saudade” (Gilberto Freyre, José Lins do Rêgo, Rachel de Queiroz, Luiz Gonzaga); c) O Nordeste decadente é a região da seca, do flagelado, do atraso, do retirante, do cangaceiro, do sertanejo (Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto, Glauber Rocha); d) Por isso se torna necessário recuperar a dominação ameaçada através da criação imagético-discursiva do Nordeste por meio do regionalismo (todos os “inventores” e cultura popular); e) Isso foi feito, em larga medida, pela exaltação do tradicional, do anti-moderno, de suas raízes com o medieval, com o ibérico, com o colonizador, contra tudo “o que é novo”, pela tradição obsoleta e recalcada (Gilberto Freyre, Ariano Suassuna, cultura popular).

Dessa forma, se entrelaça e se constrói a teia que inventa o Nordeste. A unidade discursiva dessa teia se solidifica, segundo o autor, a partir da negação do moderno e da apresentação de um nordeste rural, atrasado e conservador.

É certo que a tese de Durval Muniz do Nordeste como invenção é bastante original e merece consideração. No entanto, ao longo do seu livro, me parece que Durval comete alguns equívocos graves, e acredito que dois deles merecem destaque, porque eles são responsáveis

por desencadear uma série de outros equívocos: a) Desconsiderar as bases materiais de existência, na medida em que todos os discursos realizados por essa elite intelectual são expostos pelo autor “despregados” dos fenômenos sociais e sem muita relação com eles; b) O autor parece fazer muito mais um discurso apologético da modernidade (e, desta forma, do capitalismo), do que uma crítica lúcida à imagem de um Nordeste da tradição, do atraso e do conservadorismo. Albuquerque possui muitos seguidores e seu livro teve e tem muito destaque no meio acadêmico, tendo recebido, inclusive, o Prêmio Nelson Chaves de Teses sobre o Norte e o Nordeste Brasileiro da Fundação Joaquim Nabuco. Encontrei apenas um texto crítico à *Invenção do Nordeste*, intitulado *A teia inescapável do regionalismo nordestino: a invenção do Nordeste e outras falas*, de Flávio Lúcio R. Vieira, já citado, inclusive, neste artigo. Diante de todo este destaque, então, antes que eu caia na *teia inescapável do regionalismo* de Durval, me proponho tentar refletir de forma mais cuidadosa sobre a invenção da região nas linhas do autor, com o intuito de contribuir para um debate que considero bastante relevante e que o autor tem o mérito de ter destacado.

1 Materialidade, objetividade e produção social

Há várias maneiras de discordar ou concordar criticamente com a tese de Durval. No decorrer do seu livro existem várias brechas para fazer a crítica positiva ou negativa de suas ideias. Como falei anteriormente, escolhi por me restringir a dois equívocos que considero existir nos argumentos do autor. Tentarei seguir dois caminhos para esclarecer este argumento e assim apresentar minha primeira crítica a Durval.

1) Seguindo a crítica que Vieira faz à concepção de espaço de Durval Muniz, exponho o primeiro argumento de uma ausência de *materialidade* na tese de Durval. Para Durval “o espaço é separado do homem, não tem um conteúdo social, a não ser como subjetividade, como percepção” (Vieira, 2001, p. 55). Esta concepção de espaço é o pano de fundo de toda a tese do autor. Porque para ele o espaço é exterioridade : “As transformações operadas no espaço não interferem no social, não ‘interagem’ com o tempo, não produzem elas também o tempo. *As mudanças espaciais são apenas indícios da exis-*

tência da dinâmica do tempo” (Idem, Ibidem. Grifo meu). De acordo com Vieira, o que Durval quer dizer com isso é que o espaço é geograficamente natural, conservador, estático. O que modifica o espaço é a passagem do tempo, que é dinâmico, elemento responsável pela mudança. Qualquer tentativa de delimitar ou definir um espaço é produto apenas de discursos, de percepções, de definições subjetivas. Essas tentativas, para o autor, são artificiais, uma construção humana que se sobrepõe ao que era exclusivamente natural. Como ressalta Vieira (Idem, Ibidem), Durval coloca geografia (naturalização) e história (artificialidade) em oposição. E é aqui, acredito, que Durval comete o seu primeiro equívoco. Quando o autor afirma que o Nordeste é uma invenção discursiva de uma elite intelectual ameaçada ele nega a existência de aspectos culturais, sociais e históricos, já que eles são aspectos, para o autor, meramente artificiais. Na minha concepção ele perde, por isso, o brilhantismo de sua tese. A elaboração de discursos, de percepções, de subjetividades é algo comum e constante na sociedade e, por isso, Durval tem razão quando afirma que existe uma invenção do nordeste. Mas esta invenção não é apenas artificialidade. Não é *despregada* da realidade, do espaço, de uma objetividade. Os objetos, territórios ou regiões não são imposições apenas naturais em oposição aos discursos e percepções desses territórios, como afirma a tese de Durval. Eles são também produzidos pelos sujeitos. Inventar, não é necessariamente uma mentira, mas uma produção, uma construção, uma formação.

Para contrapor a concepção de espaço de Durval, Vieira recorre a Milton Santos para expor outra forma de entender o espaço e outra forma de compreender e refletir a interação/relação dos sujeitos com os territórios.

(...) Estes [os indivíduos] podem ter dele [o espaço] diferentes percepções e isso é próprio das relações entre sujeito e objeto. Mas, uma coisa é a percepção individual do espaço, outra é a sua objetividade. O espaço não é nem a soma nem a síntese das percepções individuais. Sendo um produto, isto é um resultado da produção, o espaço é um objeto social como qualquer outro. Se, como para qualquer outro objeto social, ele pode ser apreendido sob múltiplas pseudoconcreções, isto de nenhuma forma o esvazia de sua realidade. (Santos in Vieira, 2001, p. 56)

Endossando Milton Santos, Vieira afirma que o espaço não é apenas o lugar por onde a história passa e deixa seus rastros, não é apenas a paisagem natural, mas nas suas formas materiais ele “guarda uma certa ‘autonomia de existência’” (Idem, *Ibidem*). Um dos grandes pilares de sustentação da tese de Durval Muniz, que é a sua concepção de espaço, rejeita a objetividade do espaço, rejeita que esta objetividade advenha de práticas materiais de reprodução social. Ao negar materialidade à região, Durval nega “a importância de percebermos as especificidades históricas e sociais que ele diz tanto procurar” (Vieira, 2001, p. 57). Devido a isso, Durval acaba por cometer outros equívocos, como o de afirmar que a elite intelectual produziu um discurso do Nordeste “como espaço da saudade” sem perceber e analisar que este discurso ou esta imagem está intrinsecamente relacionada com mudanças histórico-econômicas nacionais e com distinções econômicas e sociais reais, provocadas pelo surgimento do complexo da borracha, no norte do país; pelo ciclo do ouro, onde hoje é Minas Gerais; e pelo crescimento e expansão da economia do café, no sudeste do País. Todos esses processos históricos, associados com a crise do açúcar no Nordeste brasileiro, redefiniu a divisão regional do trabalho no conjunto do território nacional, o que teve como uma das consequências as grandes migrações de nordestinos para diversas regiões do país. Logo, pensar a produção de discursos do Nordeste como espaço da saudade, só faz sentido se pensarmos que o espaço, e não apenas o tempo, é dinâmico e tem objetividade. E que esta objetividade é também produto de sujeitos, não apenas em termos de percepção social, mas de reprodução social.³

-
3. As análises de Muniz sobre o discurso da saudade é mais profunda e interessante, sobretudo quando ele reflete sobre as produções de Gilberto Freyre, José Lins do Rêgo e Ariano Suassuna. Não terei como aprofundar sobre isso, que já é material para outro estudo, sobretudo porque é nesta análise de Muniz que a originalidade de sua tese fica mais evidente. Mas mesmo na produção de discursos desses autores, que são mais criticáveis se seguirmos os argumentos e a concepção de Durval sobre *invenção*, o autor peca em desconsiderar a materialidade dessas produções, sua tese se torna superficial por simplificar a produção intelectual desses autores como uma “sofisticada maquinaria imagético-discursiva voltada para a conservação, para a reação ao novo” (Albuquerque, 1999, p. 172). As palavras de Vieira, mais uma vez, ajudam a ilustrar o argumento apresentado: “José Lins representava então o paradoxo de ser um conservador que tinha como tema principal de sua obra as mudanças, as transformações de seu mundo, relações com dor, saudade, angústia. Não seria por isso que ele era tão universal, colocado entre os grandes escritores brasileiros do século XX? Sua obra não

2) Na tese de Durval de que o Nordeste é mera invenção discursiva, Durval elenca alguns produtores de discurso da sociologia, da literatura, da música e do cinema, mas não cita e não reflete, *diretamente*, sobre a produção marxista de Francisco de Oliveira e sua contribuição para se pensar o Nordeste.⁴ Todavia, indiretamente, quando diz que pensar a região pelo desenvolvimento do capitalismo e pela regionalização das relações de produção é outra forma de naturalização, “surpreendentemente, mesmo os marxistas, até então reconhecidos como os mais vorazes críticos ao regionalismo, estavam, sem que tivessem percebido, eles também, envolvidos por essa máquina discursiva arrebatedora” (Vieira, 2001, p. 53). Embora Muniz não aprofunde o seu argumento, ele é plausível para sua tese. Como o autor considera a história como mera construção artificial, uma teoria materialista histórica, também seria responsável pela diminuição da “dimensão natural, geográfica, do espaço para se tornar uma dimensão histórica, artificial, construída pelo homem” (Idem, *Ibidem*). Este é o segundo caminho que escolhi para apontar uma ausência de *bases materiais de existência* na tese de Durval e, que de certa forma, já foi apontada anteriormente: desconsiderar a divisão regional do trabalho no Brasil. Na verdade, não é que Durval desconsidere a divisão regional do trabalho, mas como podemos perceber em um dos trechos supracitados, ele considera que esta forma materialista de pensar a região seria outra forma de naturalização. E neste embate teórico eu fico com a concepção de Francisco de Oliveira sobre região que percebe os desequilíbrios regionais não como uma maquinaria discursiva de uma elite intelectual ameaçada (Durval), mas sob “a ótica do processo de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil” (Oliveira, 1977, p. 25).

Durval Muniz afirma a crise da produção açucareira como marco decisivo para *criar* o Nordeste como uma simples formação discursiva. Embora seja o elemento decisivo para a criação do discurso

reflete uma visão muito pessoal do seu mundo (material), não oferece ela uma narrativa dessa moralidade que desmoronavam? José Lins é anti-moderno, para Muniz, porque sua obra, além de referir a um recorte espacial que ele ajudou a construir, uma ‘máquina-discursiva’ da qual ele é peça chave, fala de saudade e dor” (Vieira, 2001, p. 61)

4. Assim como também deixa de lado Celso Furtado e outros autores ligados a Sudene, como Tânia Bacelar e o geográfico Manuel Correia de Andrade.

sobre o Nordeste, o autor não aprofunda em nada a crise açucareira, nem cita autores que trabalhem sobre esse tema, muito menos busca refletir séria e profundamente sobre as articulações possíveis entre a produção desses discursos e a crise em questão. Parece uma escolha inteligente do autor. Já que, se Durval entrasse na questão da crise do açúcar, dificilmente conseguiria sustentar sua tese de que o Nordeste seria meramente uma construção imagético-discursiva. Os discursos, a percepção, a subjetividade criam e são criados, produzem e são produzidos, se relacionam, em suma, com o espaço, os territórios e as regiões.

Francisco de Oliveira, ao privilegiar em sua análise um conceito de região fundamentada na especificidade da reprodução do capital (Oliveira, 1971, p. 27), consegue refletir profundamente a transição do que ele chama de velho Nordeste açucareiro para o novo Nordeste algodoeiro-pecuário; consegue perceber que é no embate desse novo e velho Nordeste que o caráter dos sujeitos ganha relevo e substância. O latifúndio, o campesinato, o proletariado urbano, a nova burguesia internacional associada, o velho e novo estado brasileiro e seus processos de dissolução, não aparecem como uma mera máquina discursiva, mas como processos e fenômenos históricos, não apenas regionais, mas nacionais e internacionais. A questão aqui não é opor os marcos teóricos que estão por traz dos argumentos de Durval e os de Francisco de Oliveira, mas o de elucidar que uma análise que desconsidere as questões materiais (e quando falo materiais, não me refiro necessariamente ao materialismo do marxismo), pode se tornar rasa, como acredito que acontece quando Muniz trata a seca do Nordeste como mero discurso do flagelado.

O que Durval não consegue perceber quando, por exemplo, ele se refere à seca como discurso, quando ele argumenta que este discurso naturaliza a região e as questões sociais é que é ele próprio quem está naturalizando o fenômeno seca. A seca não é um acontecimento meramente natural, climático, geográfico. Ela é, antes, um fenômeno social, histórico, econômico: ela é a concentração de terra, é o latifúndio, a ausência de reforma agrária, é o pouco investimento na agricultura de subsistência. Outro materialista, mas não marxista, que produziu bastante sobre o Nordeste e que também foi esquecido por Durval, Celso Furtado, constatou, ainda na década de 1960, a seca como fenômeno social e não exclusivamente natural (Cf. Furtado,

1959). A ausência em Durval de uma reflexão social sobre esses discursos que ele tanto critica e a sua insistência em ainda considerar a seca como um fenômeno puramente climático, que resulta no seu argumento de seca como discurso, não é apenas ultrapassado, mas pode se tornar perverso. Vários nordestinos morreram por causa da seca. Várias famílias foram e são afetadas por esse fenômeno que continua atual - como falei anteriormente, no ano de 2013 foi constatada a pior seca dos últimos 50 anos: “Mil quatrocentos e setenta municípios da região Nordeste estão em situação de emergência por causa da seca” (Jornal Hoje, 2013).

2 Discurso apologético sobre a modernidade

O que considero mais equivocada no argumento de Durval do discurso da seca é que parece que o incomodo de Durval com os ditos discursos é de que eles favorecem uma imagem do Nordeste como região do atraso, do flagelado, da fome e da miséria. Não há uma preocupação no autor com os flagelos das secas, afinal, para Durval, esses flagelos são discursos. O que há é uma preocupação com a imagem do Nordeste que “passa ser pensada sempre a partir da seca e do deserto, ignorando-se todas as áreas úmidas existente em seu território” (Albuquerque, 1999, p. 121). Este argumento de Durval está inserido em outro equívoco que escolhi analisar neste artigo: o discurso apologético do autor sobre a modernidade.

Se o pano de fundo para a tese de Durval é sua concepção sobre o espaço, a crítica que ele dirige à elite intelectual ameaçada do Nordeste é que sua produção é anti-moderna, que a máquina discursiva sobre o Nordeste nega o novo, a novidade. O argumento mais exaustivamente levantado por Durval para justificar a *invenção do Nordeste* é que esta *invenção* nega a modernidade e a inevitável passagem de estágios. Não há nenhuma análise crítica à modernidade e, por consequência, a modernidade capitalista. As críticas do autor são todas dirigidas aos discursos que reproduzem a tradição, o passado, as narrativas realizadas por meio da memória, da saudade. Não é a toa que Durval considera as *imagens* sobre o Nordeste como regionais, enquanto que as *imagens* sobre a industrialização e a urbanização de São Paulo, assim como as *imagens* produzidas pela semana de arte

de 1922, como universais, porque estas são modernas. A semana de arte moderna foi tão regional quanto os discursos sobre o Nordeste criticados por Durval. Qual outro estado, região ou território do Brasil teve uma semana de arte moderna ou produziu sobre as diretrizes expostas nesta semana excetuando Rio de Janeiro e, sobretudo, São Paulo? O Nordeste, para Durval, é regionalista não porque produz um discurso local, mas porque produz um discurso, na sua concepção, anti-moderno. Em seu artigo *Cangaceiros versus Cowboys* Ronaldo Correia de Brito ilustra os equívocos sobre o termo *regionalismo*:

Ninguém considera regionalista a literatura e o cinema sobre o oeste americano, cheio de diligências, carroças de colonizadores, cowboys de calças apertadas e revólveres na cintura. John Ford, John Huston e Sam Peckinpah nunca foram chamados regionalistas, por mais que caprichassem nos estereótipos de índios apaches e bandidos tomando uísque no balcão de um saloon. Alguém ouviu falar que Steinbeck é regionalista? Mas Graciliano Ramos e todo o cinema nacional sobre cangaço são regionalistas.

Não chamam regionalistas os filmes de gangster ou de faroeste porque são produzidos num país que domina a economia do mundo e determina os valores de consumo, impondo modelos aos outros países. *Igualmente não se chama regionalista a produção cultural do Sudeste porque essa região detém o poder econômico e o controle da mídia no Brasil. Pagode é samba e acabou-se. Mas baião é música regionalista nordestina, oxente! E se atreva a dizer que não!*(Brito, 2013, s/p. Grifo meu)

A cultura popular nordestina, o cordel e o Folclore também são alvos de Durval porque também são, para o autor, produções não modernas. O povo em a *Invenção do Nordeste* é passivo porque reproduz o discurso da elite intelectual ameaçada que tem como objetivo manter o poder. Devido a isso, a produção popular é obsoleta e recalçada, porque nega, como a elite intelectual, a novidade. Aqui, mais uma vez Durval faz um discurso apologético sobre a modernidade capitalista: Não chama de obsoleta, recalçada, reificada, passiva, reprodutora de discurso dominante, a cultura de massa, propriamente moderna; não questiona, inclusive, a novidade da modernidade, essa sim bastante obsoleta. Não pensa os bens culturais modernos como mercadorias, produtos “vendidos como a coca-cola e a calça jeans” (Idem, *Ibidem*).

Não reflete que são poucos os artistas da *modernidade* que escapam das determinações do mercado, das editoras, das produtoras, dos festivais e de premiações. Esta concepção acrítica da modernidade é, no meu entendimento, o maior equívoco que Durval comete. Ele olha o Nordeste depreciativamente frente a São Paulo, ele olha o tradicional no Nordeste depreciativamente frente “ao que é moderno”. E devido a isto, a *invenção* em Durval acaba que ironicamente sendo uma tese mais subjetiva do que objetiva, impregnada de juízo de valor.

Referências

- ALBUQUERQUE, D. M. JR. *A invenção do Nordeste e Outras Falas*. Recife-PE, Editora Massagana, 1999.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- BENJAMIN, W. *Arte, Técnica e Política*. Lisboa. Ed. Relógio D'Água Editores, 1992.
- *Documento da Cultura, Documento da Barbárie*. São Paulo. Ed. Universidade de São Paulo, 1986.
 - *Charles Baudelaire um Lírico no Auge do Capitalismo*. Editora Brasiliense, 1994.
 - *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1994.
 - *Modernidade e os Modernos*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2000.
 - *Reflexões Sobre a Criança, o Brinquedo e a Educação*. São Paulo, Coleção Espírito Crítico, 2005.
 - *Rua de Mão Única*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985.
 - *Walter Benjamin: Sociologia*. São Paulo, Ática, 1985.
- Walter Benjamin: Sociologia*. São Paulo, Ática, 1985.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, [1959] 1984.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MADEIRO, Carlos. Três em cada quatro municípios do Nordeste estão em emergência pela seca. *Uol notícias*, Cotidiano, 26 de nov. de 2013. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/>

[ultimas-noticias/2013/11/26/tres-em-cada-quatro-municipios-do-nordeste-estao-em-emergencia-pela-seca.htm](https://www.ultimas-noticias/2013/11/26/tres-em-cada-quatro-municipios-do-nordeste-estao-em-emergencia-pela-seca.htm)

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977.

PARK, M. B. *História e leituras de Almanques no Brasil*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil: Fapesp, 1999.

VALENCIANO, J. C. *Lunário e Prognóstico Perpétuo: para todos os reinos e províncias*. Porto: Lello e Irmão — Editores, 1980.

VIEIRA, F. L. R. A Teia Inescapável do Regionalismo Nordestino: “a Invenção do Nordeste e outras falas”. *Revista Conceito*. João Pessoa, v. 4., n. 5, janeiro-junho/2001.

“Jardim florido de amor e saudade”: tons cariocas sobre a música popular brasileira

LUÃ FERREIRA LEAL
lferreiraleal@gmail.com

Resumo

Como analisar a centralidade do Rio de Janeiro, no início da segunda metade do século XX, nos debates sobre a autenticidade da música popular brasileira? Em um contexto de formação da sigla MPB, a escrita da história da música popular passou por instâncias de legitimação localizadas nessa cidade, como o Museu da Imagem e do Som, a Funarte e a Academia Brasileira de Música. Uma das principais instituições, entre outras que contavam com jornalistas como colaboradores na função de protetores das “origens”, foi criada durante as comemorações do IV Centenário de fundação do Rio de Janeiro em 1965: o Museu da Imagem e do Som. Ao tratarmos da institucionalização do tema da “autêntica” música brasileira a partir da década de 1960, dois fatores serão destacados para a compreensão da proeminência dos “tons cariocas” na historiografia não acadêmica sobre música popular: 1) os principais jornalistas que escreviam sobre o tema — como José Ramos Tinhorão, Ary Vasconcelos e Sérgio Cabral — trabalhavam nas redações de jornais e revistas cariocas; 2) a concentração de instituições culturais localizadas no Rio de Janeiro para preservação da história e da memória da música popular brasileira.

Palavras-chave Identidade nacional; Intelectuais; Música popular brasileira.

Abstract

How to analyze the central role of the city of Rio de Janeiro in the debate about the authenticity of Brazilian popular music, in the early second half of the twentieth century?

In the forming context of the acronym “MPB”, popular music historiography has gone through legitimation instances located in that city, including the Museum of Image and Sound, Funarte and the Brazilian Music Academy. One of the major institutions that relied on journalists as collaborators in the role of protectors of the “origins” was created in celebration of the Fourth Centenary of the founding of Rio de Janeiro in 1965: the Museum of Image and Sound. Regarding the “authentic” Brazilian music institutionalization theme from the 1960s, two factors will be highlighted for understanding the prominence of “native Rio tones” on non-academic historiography of popular music: 1) key journalists who wrote on the subject — as José Ramos Tinhorão, Ary Vasconcelos and Sérgio Cabral — worked in the newsrooms of newspapers and magazines of Rio de Janeiro; 2) the concentration of cultural institutions located in Rio de Janeiro to preserving the history and memory of Brazilian popular music.

Keywords National identity; Intellectuals; Brazilian popular music.

A escrita da história da música popular brasileira ao longo da segunda metade do século XX passou por instâncias de legitimação localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Essa afirmação peremptória pode ser matizada quando conferimos a diversidade de produção musical no Brasil, assim como os esforços empreendidos por historiadores diletantes e folcloristas na busca pelos gêneros matriciais em diferentes “arenas culturais”. No entanto, as bases daquilo que foi denominado MPB, com suas sequências estilísticas e rupturas formais, foram constituídas nos palcos cariocas. Não apenas nos palcos, mas também nas redações de jornais, nas gravadoras, nas editoras e nas instituições relacionadas ao plano cultural na antiga capital, como o Museu da Imagem e do Som, fundado em 1965. A relação entre instâncias de consagração e a construção do cânone da Música Popular Brasileira, transformada em sigla que passou a designar um conjunto de repertórios, intérpretes e compositores assimilados como representantes de uma espécie de novo “gênero”,¹ pode ser acompanhada pelas dinâmicas culturais e políticas do Rio de Janeiro. Concentrarei minha atenção a dois blocos de questões: (a) como as cidades, enten-

-
1. Menezes Bastos (2009) apresenta a ambiguidade do substantivo MPB, cujo uso tornou-se mais recorrente após os festivais competitivos da década de 1960 e sua adoção por agentes do mercado fonográfico que atuavam no Brasil.

didadas como “arenas culturais”, podem se tornar, para efeitos dessa análise, “teatros” e “nossos informantes, atores” (MORSE, 1995); (b) como a centralidade da cidade do Rio de Janeiro pode ser compreendida por meio das representações desse espaço urbano na escrita da história da música popular.

1 “Berço do samba e das lindas canções”

As arenas culturais na periferia, comparadas a outras cidades, estão conectadas em redes que traduzem a relação entre centro e periferia. Como a temática da MPB, com rupturas e permanências, se vinculou aos debates sobre a modernização brasileira nas obras de autores não acadêmicos²? De que maneira a música popular foi inserida em instituições de “preservação” da cultura popular, a partir das décadas de 1960 e 1970, e em pesquisas acadêmicas, a partir das décadas de 1980 e 1990³?

Aventamos que a memória e a história da música popular brasileira sofreram um enquadramento em um período de reconfiguração do mercado de bens simbólicos, quando os principais responsáveis pela criação de narrativas lineares da história da música popular eram jornalistas que se debruçaram sobre os gêneros matriciais, inspirados na “primeira geração” de jornalistas, cronistas e memorialistas. Das redações de “O Globo”, “Jornal do Brasil”, “Diário da Noite”, “Última hora” e “O Pasquim”, entre outros periódicos, a partir das décadas de 1960 e de 1970 jornalistas passaram a publicar livros com perspectiva historiográfica sobre as “origens” da música popular.

2. O Rio de Janeiro pode ser analisado como espaço privilegiado para analisar os itinerários de autores que compartilharam em suas obras sobre música popular, durante as décadas de 1960 e 1970, “estilos’ determinados, formas de pensar extraordinariamente persistentes no tempo, modos intelectuais de se relacionar com a realidade”. (BRANDÃO, 2005: 236).
3. As disputas entre “modernidade” e “tradição”, “erudito” e “popular”, “nacional” e “estrangeiro” estão presentes na maior parte das grandes narrativas historiográficas sobre a música brasileira. Essas tensões incidiram tanto nos registros memorialísticos de cronistas, jornalistas e músicos quanto na produção acadêmica, a qual passou a se interessar na experiência musical como objeto de estudo a partir do final da década de 1970, sobretudo com o ensaísmo acadêmico que priorizou a análise das letras das canções (BALA, 2011).

Devido aos preparativos para a comemoração do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro, foi fundado o Museu da Imagem e do Som em 1965. Com o apoio político do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, a nova instituição cultural seria transformada nos anos seguintes em espaço central para o debate sobre a música popular. A constituição de uma nova instituição cultural para ser referência da memória urbana e musical do Rio de Janeiro foi acompanhada da criação do Conselho Superior de Música Popular Brasileira, em 1966. A instituição passou a se configurar como espaço de debates sobre a “autenticidade”, apesar das divergências dos posicionamentos de alguns dos 40 membros desse Conselho. Houve, nesse período, uma crescente consolidação e autonomização do campo da música popular brasileira, transformada em “gênero” específico: a MPB.

Para estabelecer conexões entre a criação de espaços específicos voltados para o debate sobre música popular, será preciso recuperar as dinâmicas sociais nas quais estavam inseridos alguns dos jornalistas interessados na preservação da memória e da história da autêntica cultura popular. Entre outros autores atuantes entre as décadas de 1960 e 1980, Ary Vasconcelos (1926-2003), José Ramos Tinhorão (1928 —) e Sérgio Cabral (1937 —) destacaram-se por sua dupla vinculação: nas redações de jornais e revistas e nas instituições de legitimação cultural criadas durante esse período. Se esses “senhores beirando hoje 70-80 anos de idade carregam o galardão do decanato da crítica musical popular brasileira com irrestrita legitimidade” (FERNANDES, 2012: 173), somente podemos avaliar as trajetórias desses autores, que também são informantes para diversos pesquisadores, quando consideramos as redes estabelecidas em uma “arena cultural” específica entre 1960 e 1970: o Rio de Janeiro. Capital da República até 1960, a cidade prosseguiu nas décadas seguintes como epicentro de parte significativa da produção cultural brasileira, apesar de sofrer com certo esvaziamento das instâncias decisórias no plano político. Essa “arena cultural” se tornou espaço emblemático em 1965 nas comemorações do IV Centenário.

Na conjuntura da transferência da capital para a recém-construída Brasília, a elite política carioca esteve envolvida em tramas de remontagem institucional. Com o surgimento de novo membro da Federação, a Guanabara se tornou uma peculiar cidade-estado nos aspectos culturais e políticos. Em 1960, o eleitorado carioca, pela primeira

vez, elegeu por voto direto o chefe do Executivo, pois o prefeito do Distrito Federal, de acordo com legislação vigente desde 1892, era nomeado pelo presidente da República.⁴ Além da eleição para governador, os cariocas também votariam nos deputados responsáveis pela Constituição Estadual da Guanabara. Como nota comparativa, ressalto que a cidade de São Paulo comemorou seu IV Centenário de fundação em 1954, metrópole transformada em objeto prismático por Maria Arminda Arruda para compreensão dos múltiplos processos ocorridos na vida da metrópole naquele contexto histórico de

institucionalização da vida universitária que acabou por alterar o estilo de reflexão, assim como a constituição das organizações culturais, os museus, os teatros, o cinema, conferiram o lastro material à divulgação de obras produzidas no exterior, adensando o processo de trocas culturais (ARRUDA, 2001: 20).

Na convenção guanabarina da União Democrática Nacional (UDN), realizada em 17 de junho de 1960, Carlos Lacerda homologou sua candidatura para as eleições de governador no novo estado e em seu discurso afirmou que

Não somos uma cidade decaída, mas uma cidade libertada. Os que daqui saíram com saudade sabem que o Rio é uma cidade insubstituível, uma cidade em que todos os brasileiros, ontem, hoje, sempre, estarão em casa. Sabem esses brasileiros que somos uma região sem regionalismos. Pensamos os nossos problemas em termos mundiais, além de continentais, e continentais, além de nacionais. (MOTTA, 2000: 44-45).

O sentido evidentemente relacional da definição de “centro” e de “periferia” precisa ser abordado para analisarmos como as narrativas produzidas *no* e *sobre* o Rio de Janeiro ganharam espaço no conjunto de obras voltadas para a criação de uma história, por vezes linear e apologética, da música popular urbana. Em sua análise da irradiação do teatro francês, Charle (2012) aponta que esse processo de difusão ocorrido no século XIX esteve relacionado às redes internacionais de circulação de companhias artísticas, tradução, adaptação e cópia de

4. A única experiência anterior de pleito foi o mandato de Pedro Ernesto, líder do Partido Autonomista do Distrito Federal, eleito por voto indireto em 1934.

libretos. Em uma análise comparativa, o autor avalia que quanto mais periférico o palco estrangeiro de recepção do teatro parisiense, maior o predomínio desse modelo.

A tênue linha que separa a produção cultural da periferia e a do centro insere esse par de categorias em uma relação de complementaridade porque evidência que essa alegoria “espacial e política”⁵ pode ser alterada. A periferia, portanto, não é apenas o lugar do “atraso artístico”, afastado do centro, mas também uma categoria que explicita um conflito devido à dominação simbólica (GINZBURG, 1989:7). Os jornalistas-historiadores que debatiam a questão da autenticidade da música popular no Rio de Janeiro representavam o “centro” da produção cultural e intelectual brasileira ou estavam imbuídos na luta, na periferia do sistema capitalista, contra os avanços da indústria cultural?

Outro binômio de categorias complementares, “*la cour et la ville*”, de acordo com a análise de Auerbach (2007) era um formado pela corte, o círculo próximo ao rei, e pela *ville*, designação da sociedade metropolitana, cujo espaço de sociabilidade da burguesia rica e dos funcionários titulados (*robe*) eram os salões. Ambas as categorias formavam uma unidade cultural, seus membros, mediante mecanismos de ascensão social e prestígio, podiam negociar posições oficiais. A corte instaurou sua primazia durante o reinado de Luis XIV, sobretudo por volta de 1660, *la ville* havia concentrado a produção durante a primeira metade do século XVII. Os conflitos internos dessa unidade cultural, formada pelo círculo próximo ao rei em conjunto com a produção intelectual de estratos da população urbana, eram redefinidos nas crises de legitimação da produção cultural. Auerbach aponta que, com o teatro, “moralidade, regras de comportamento social e medida estética” foram forjadas como índices indistinguíveis do processo civilizador. A unidade formada entre a nobreza com sistema de valores específico e a burguesia ascendente com novas formas de sociabilidade e convenções artísticas distintas das apreciadas pela nobreza

-
5. Ginzburg se apropria da formulação do geógrafo Yves Lacoste sobre a categoria “periferia”. Bourdieu, por sua vez, debate a questão em artigo publicado em 1980, “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”, na tradução do título em português. Nesse texto, a autoridade científica é abordada como legitimadora, mediante a luta por classificações, das fronteiras regionais.

revela a hierarquização dos gêneros artísticos e a diferenciação pela apreciação estética.

Os espaços de sociabilidade nas cidades permitem interações entre intelectuais e o surgimento de novos circuitos de circulação de ideias, pois “através das trocas [...] se operam verdadeiras articulações entre os campos” (BOURDIEU, 1996: 87). A relação de artistas com seus críticos, bem como a interface de suas obras com o mercado, altera posições mediante transformações econômicas e artísticas. Os pretendentes à inserção nas regras do jogo devem escolher: a alternativa da “vida boêmia” ou a submissão degradante ao gosto dos dominantes (Ibidem: 81). As disputas pelo poder simbólico, ou seja, pelos instrumentos de construção da realidade e de definição sobre o mundo social, ocorrem de maneira mais intensa no interior de um campo levado a alto grau de autonomização e de consciência de si. A repressão simbólica também é promovida pelos agentes intermediários entre o domínio artístico e o econômico, ou seja, por “editores, os diretores de galeria ou os diretores de teatro, sem falar dos funcionários encarregados do mecenato de Estado” (Ibidem: 86).

Como aproximação à análise de Beatriz Sarlo a respeito dos intelectuais argentinos que entre as décadas de 1920 e 1940 que vivenciaram os processos de transformação urbana, podemos propor que os autores mencionados neste trabalho “experimentaram um conjunto de sentimentos, ideias, desejos muitas vezes contraditórios” (SARLO, 2010: 25-26). O Rio de Janeiro como “âncoradouro urbano” de editoras, gravadoras e jornais propiciou um espaço adequado à circulação de artistas e de intelectuais. A construção do imaginário e das representações produzidas por literatos, políticos e intelectuais da cidade corrobora com a análise da invenção da tradição que atrela à figura dos cariocas o papel de “boêmios, malandros, vagabundos e biscateiros, seres referidos a seus bairros de origem, às suas pequenas repúblicas, quando não às suas rodas de esquina” (CARVALHO, 1994: 16).

Em relação ao *fin-de-siècle* e ao alvorecer do século XX, Maria Alice Rezende de Carvalho afirma que a ambiência intelectual durante a *belle époque*, em tempos de reformas urbanas com ímpetus modernizantes, era incerta. Nas primeiras décadas do século XX, a atividade intelectual carioca enfrentou baixa institucionalização, os membros dessa intelectualidade adotaram a rua como o lugar social e ponto

de observação das transformações sociais. Com espaço na imprensa escrita, a atividade intelectual sofreu progressiva incorporação às instituições culturais fundadas na cidade a partir da década de 1930. No início do século XX, a profissionalização no campo do jornalismo contribuiu para a prefiguração de um novo tipo de intelectual, o ofício de escritor se tornou compatível com o de jornalista (MICELE, 2001: 54). A produção intelectual de um polígrafo corresponde a demandas específicas pelas instâncias dominantes da vida intelectual.

A “nova paisagem urbana” do início do século XX, ainda nos termos de Sarlo, revelou no caso carioca também uma nova configuração política e cultural, cujas repostas dos intelectuais do período se articularam a partir da modernização dos meios de comunicação. Entre as décadas de 1950 e 1970, além da reconfiguração do mercado de bens simbólicos, ocorreu progressiva institucionalização do debate sobre música popular. Além disso, essa geração de historiadores não acadêmicos consolidou a cidade do Rio de Janeiro como metonímia da vida social brasileira a partir de suas imagens urbanas, cujo fundo musical (ou trilha sonora) é a Música Popular Brasileira com predominância de suas tonalidades cariocas.

Dois elementos são imprescindíveis para analisar a sociabilidade boêmia: de um lado, as origens familiares e as ocupações de seus membros, de outro, o ambiente urbano. De acordo com Jacoby, para escapar do “fardo da civilização urbana” — reunido no binômio trabalho e rotina — os intelectuais marginais necessitam da intensidade da vida urbana. Nos cafés e nos bares, seus redutos, vislumbram possibilidade de alcançar a condição de pensadores sem tempo regulado pelas necessidades materiais. “As boêmias vivem das cidades” (JACOBY, 1990: 407), o declínio da boêmia reflete o declínio da inteligência urbana. Ao analisar o caso dos Estados Unidos, Jacoby avalia que a partir da década de 1960 a condição de crítica tornou-se cada vez mais restrita à medida que os intelectuais não acadêmicos foram absorvidos pelas universidades, as quais acabaram monopolizando o trabalho intelectual, e que as transformações urbanas afetaram as redes de circulação de intelectuais nos bairros boêmios (Ibidem: 20-21).

O desaparecimento de áreas de vivência em espaço urbano barato e a atração dos intelectuais para as universidades — devido à estabilidade na carreira possibilitado em um período de ampliação do ensino superior após a II Guerra Mundial — ao lado do estreitamento,

intelectual e do espaço geográfico, de atuação dos intelectuais não acadêmicos afetaram a vida cultural urbana. Com a redefinição de sua atuação, o lugar de excelência dos intelectuais foi transferido dos cafés para os *campi*: “a sociedade dos cafés deu origem ao aforismo e ao ensaio; o campus produz a monografia e a conferência — e o pedido de subvenção” (Ibidem: 43).

Economia e cultura são elementos indissociáveis quando analisamos processos de difusão e irradiação, acompanhados de reformulação das relações entre “centro” e “periferia”. Braudel alerta que o crescimento econômico e a conjuntura condicionam as possibilidades de difusão cultural, impulsionada pela circulação de bens e de agentes.⁶ Ainda de acordo com essa análise, a difusão cultural é multívoca, o “epicentro” constitui o reservatório da beleza e da sabedoria, o monopólio legítimo da consagração (BRAUDEL, 2007: 79).

A cultura assume, para Bourdieu, uma dupla função: a de integração mediante a comunicação e a de distinção das demais culturas em relação à dominante, àquela que possui a hegemonia da concepção de tempo e de espaço. A atuação dos intelectuais, no entanto, precisa ser avaliada em termos geracionais, pois em contextos históricos específicos, jornalistas, historiadores não acadêmicos, memorialistas e cronistas da vida urbana carioca trataram de questões prementes para os debates de sua época.

A posição dos agentes é fundamental na definição da estrutura do campo e na autoridade que os intelectuais envolvidos em tais disputas pretendem exercer sobre o público. A estrutura dinâmica do campo intelectual pode ser entendida como pluralidade de agentes isolados definidos por sua posição nesta estrutura e pela autoridade que pretendem exercer sobre o público. Ainda de acordo com esta interpretação sobre a atuação dos mediadores culturais, devemos estar atentos ao “conjunto de questões e temas obrigatórios que definem o campo intelectual de uma época” (BOURDIEU, 1968). Ora, podemos considerar que a geração nascida entre 1920 e 1940 cumpriu a função de legitimar e transmitir as ideias sobre música popular da geração nascida anterior, os “pioneiros” estudos sobre música urbana no século XX.

6. No caso analisado por Braudel, as rotas estabelecidas pelos circuitos mercantes foram fundamentais para a “enorme irradiação” (BRAUDEL, 2007: 111) dos modelos estéticos e de artistas das cidades italianas.

Os jovens escritores cumprem a função de mediadores e de divulgadores dos autores veteranos aclamados pela nova geração. Os jornalistas que estabeleceram as bases de construção da memória da música urbana carioca, em especial, do choro e do samba, e a organização de seus registros, posteriormente inseridos em instituições de guarda de arquivos, nasceu entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX: Alexandre Gonçalves Pinto, o Animal (c. 1870 — c. 1940), Francisco Guimarães, o Vagalume (1875 — 1946), Orestes Barbosa (1893-1966), Maria Luisa Lira de Araújo Lima, a Mariza Lira (1899-1971), João Ferreira Gomes, o Jota Efegê (1902-1987).

O radialista Edigar de Alencar, nascido em 1901, fez parte da “primeira geração” de historiadores da música popular urbana, composta majoritariamente por memorialistas, cronistas e críticos. Seus principais livros são “O Carnaval carioca através da música”, publicado em 1965, “Nosso Sinhô do Samba”, de 1968, e “O Fabuloso e Harmonioso Pixinguinha”, de 1979. Sua narrativa histórica recupera e valoriza a “época dourada”, “as lembranças individuais — próprias e a do outro — assumem caráter veritativo, fundado na ideia de quem viveu e viu o passado tem autoridade para tratar dele” (MORAES, 2011: 2). Além de tratar de forma breve de uma das principais referências da década de 1960 nos estudos da música popular, o exemplo do radialista explicita como as formas de acesso ao passado conjugam memória e história para reconstituição de um período idealizado, monumentalizado, da produção musical brasileira.

2 Ary Vasconcelos e os “personagens” da Música Popular Brasileira

Sem pretensão de efetuar um resgate, tampouco contestar a legitimidade da produção de autores de obras com grande fortuna crítica, tomarei como exemplo o jornalista, historiador, crítico musical e colecionador, um dos principais pesquisadores de música popular durante as décadas de 1960 e de 1970, Ary Vasconcelos, embora tenha sido relegado a relativo esquecimento. De acordo com Jacoby, ao analisar a trajetória de intelectuais, deve ser tomada precaução, pois “as vidas e as ideias não são idênticas [...] a biografia não pode substituir a reflexão [...] as pessoas não podem ser simplesmente reduzidas a

suas vidas e ocupações” (JACOBY, 1990: 35). A relevância dos “autores menores” é um registro do momento de escrita da história ou da análise sociológica, pois aqueles cujos nomes foram se tornando, à medida que o tempo passou, esquecidos informam ao pesquisador sobre

o essencial do que constitui a própria singularidade e a grandeza dos sobreviventes quando se ignora o universo dos contemporâneos com e contra os quais eles se construíram (BOURDIEU, 1996: 88).

Ao observamos a progressiva institucionalização dos debates sobre música popular, inicialmente circunscrito às colunas de jornal, passando pela publicação de livros e periódicos voltados exclusivamente ao tema, e sua inserção nas instituições de cultura que foram criadas no espaço urbano carioca, conferimos que a música popular cada vez mais esteve atrelada a uma narrativa historiográfica que privilegiava o Rio de Janeiro como cenário dos principais fatos históricos. Nesse sentido, os textos de José Ramos Tinhorão, Sérgio Cabral e Ary Vasconcelos prolongaram questões inicialmente colocadas pelos autores da “primeira geração”, cujas obras referenciais: “O cabrocha: reportagens” [1931] de Jota Efegê; “Samba: sua história, seus poetas, seus músicos e seus cantores” [1933] de Orestes Barbosa; “Na roda de samba” [1933] de Vagalume; “O Choro” [1936] de Alexandre Gonçalves Pinto.

A “Revista da Música Popular”, editada no Rio de Janeiro sob coordenação de Lúcio Rangel, marcou um período do processo de legitimação da música urbana, pois tal publicação reuniu diferentes gerações de pesquisadores. Esse espaço de circulação das posições desses “historiadores” reunia intelectuais como Manuel Bandeira, Rubem Braga, Paulo Mendes Campos, Brasília Itiberê e Vinícius de Moraes, além dos autores Jota Efegê, Almirante, Edigar de Alencar, Nestor de Holanda, Fernando Lobo e Mariza Lira (MORAES, 2006). De acordo com Napolitano e Wasserman (2000), o objetivo assumido por Lúcio Rangel e Pérsio de Moraes, idealizadores desse periódico, era sistematizar e aplicar métodos e noções do pensamento folclorista à música popular urbana com o intuito de resgatar gêneros e estilos absorvidos pelo mercado fonográfico.

Apesar de seu curto período de circulação (setembro de 1954 a setembro de 1956), a “Revista da Música Popular” publicava textos de jornalistas da “primeira geração” assim como dos “folcloristas urbanos”. Dessa aproximação entre os polos de produção intelectual, Mariza Lira é uma das principais representantes. A autora de “Brasil sonoro: gêneros e compositores populares” [1938], “Chiquinha Gonzaga: grande compositora popular brasileira” [1939], “Calendário Folclórico do Distrito Federal”, editado pela prefeitura [1956], colaborou com 11 artigos na coluna “História Social da Música Popular Carioca”. Entre outros nomes na constituição da “história” não acadêmica da música popular, o radialista e compositor Henrique Foreis Domingues, o Almirante, também foi colaborador desse periódico.

Em homenagem ao cinquentenário de nascimento de Noel Rosa, os repórteres Redento Natali e Sérgio Cabral, acompanhados do fotógrafo Sebastião Pinheiro, entrevistaram Almirante em 1960. A reportagem ocupou página inteira do Jornal do Brasil com o entrevistado, um dos principais nomes do rádio brasileiro na primeira metade do século XX e componente do Bando dos Tangarás, ao lado de Noel Rosa, no final da década de 1920. Almirante havia sofrido um derrame que o afastou de suas tarefas como locutor em 1958. Em 1963, foi publicado pela editora carioca Livraria Francisco Alves “No tempo de Noel Rosa”, livro de Almirante, com prefácio de Edigar de Alencar. No mesmo ano, Carlos Lacerda, Governador da Guanabara, manifestou publicamente interesse para adquirir o arquivo de Almirante. No grupo de avaliação do preço do material reunido nesse arquivo pessoal estavam o secretário de turismo Vitor Rebouças, o colecionador de discos e futuro primeiro diretor do Museu da Imagem e do Som Maurício Quadrios e o presidente do Banco do Estado da Guanabara Antonio Carlos de Almeida Braga.

No prédio que em 1922, durante a I Exposição do Centenário da Independência, havia sediado o pavilhão do Distrito Federal, em 1965 foi instalado o Museu da Imagem e do Som. O arquivo fotográfico do espólio de Augusto Malta e a musicoteca de Almirante foram vendidos por 30 milhões de cruzeiros. Em 1970, a Orquestra Odeon, produzida por Ary Vasconcelos, foi convidada para executar as composições de Almirante no LP “Um Almirante comanda o carnaval” lançado pela gravadora Imperial.

De que maneira podemos comparar a “primeira geração” de autores com o conjunto de jornalistas que a partir das décadas de 1960 e 1970 lançaram textos com recorte historiográfico sobre as “origens” da música popular? Ao selecionar Ary Vasconcelos para análise proposta neste texto, considere um caminho alternativo que, embora incompleto, permite a construção de nexos entre um período histórico de transformações políticas e culturais e a obra desse autor. Dessa maneira, pretendo evitar um tratamento analítico que privilegia a excepcionalidade das trajetórias dos autores, observando as circunstâncias de constituição do campo de peritos autorizados a debater sobre música popular.

Ary Vasconcelos nasceu em 1926, foi contratado como colaborador do jornal “O Globo” em 1943, logo passou a escrever na seção “Um Pouco de Jazz” e se tornou roteirista nas rádios Tupi e Tamoio. Entre 1947 e 1952 foi secretário da revista “A Cigarra” e entre 1954 e 1967 foi copidesque e membro do departamento de reportagens d’ “O Cruzeiro”. Em 1967, redigiu todos os verbetes da Música Popular Brasileira da Enciclopédia Delta. Colunista de música popular e crítico de discos nos seguintes veículos da imprensa escrita: “O Jornal” (1957 a 1963), “Jornal do Commercio” (1961 a 1967), “O Globo” (1967 a 1970), “Querida” (1969 a 1971), “Última Hora” (1976 a 1977). Entre as diversas participações como jurado ou como membro da comissão organizadora de festivais, podemos citar: Festival Internacional da Canção (FIC) (1966), II FIC e I Festival Nacional de Música Popular Brasileira (1967), III FIC e I Bienal do Samba (1968), III Concurso de Músicas Carnavalescas (1969).

No Museu da Imagem e do Som, foi chefe da Musicoteca, idealizador do Conselho Superior de Música Popular Brasileira e assessor da Direção, organizou 11 LPs lançados pela instituição e participou das seções de entrevistas dos “Depoimentos para Posteridade”. Além disso, produziu também pelo MIS, o LP “Ataulfo Alves por Helena de Lima e Adelson Alves” em 1970. Foi nomeado membro do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, após a fusão com o Estado da Guanabara, em 1975. No ano seguinte, assumiu o cargo de assessor do Instituto Nacional de Música, órgão vinculado à Funarte.

O Conselho de Música Popular era composto por 40 pesquisadores, a maioria jornalistas profissionais como Jota Efegê, José Ramos Tinhorão, Lúcio Rangel, Nestor de Holanda, Sérgio Cabral, Sérgio

Porto, Edigar de Alencar, Eneida de Moraes. Também havia espaço para artistas e produtores musicais, como Jacob Bandolim, Paulo Tapajós e Hermínio Bello de Carvalho, e “folcloristas”, como Mariza Lira, Renato de Almeida e Édison Carneiro. O Conselho pretendia, amparado no grau de legitimidade de seus membros dentro do campo de pesquisadores da música popular urbana, consolidar e universalizar determinadas formas de se valorizar a “autêntica” música brasileira (FERNANDES, 2010).

Como compreender os estudos sobre culturas populares a partir da criação de organizações culturais que abrigaram “intelectuais de província” em contraposição à crescente institucionalização da vida intelectual nas universidades e nas instituições de pesquisa do “centro” político e econômico do país? Bourdieu (2010) sustenta que as “fronteiras” sancionam o lugar de origem e as divisões sociais legitimadas para a constituição da unidade e da identidade de um grupo social proveniente de certa “região”. Componente central da luta por classificações, pela definição de categorias de pensamento e pela representação de identidades, a categoria “região” nasce como espaço estigmatizado, província definida pela distância em relação ao “centro”. Sua unidade é definida na luta pela inversão do sentido e do valor atribuído pela dominação simbólica e as determinações sobre o ponto de vista dessa disputa interferem na coloração, regional ou central, sobre as questões em pauta.

O Rio de Janeiro, embora tenha deixado de ser capital da República em 1960, permaneceu como um dos principais centros da produção cultural com fortes vetores na indústria fonográfica, na circulação de artistas, no mercado editorial e na imprensa escrita. As organizações culturais criadas após a construção de Brasília — principalmente, o MIS em 1965 e a Funarte em 1975 — se tornaram novos ancoradouros da preservação da memória e da escrita da história da música popular. Além dessas instituições, a Academia Brasileira de Música, a partir de sua fundação em 1945, passou a ter grande relevância para a circulação de artistas ligados à música clássica, aproximando estudiosos, maestros e instrumentistas em uma mesma instituição.

O livro “Raízes da música popular brasileira (1550-1889)”, o terceiro de Ary Vasconcelos, foi publicado pela Livraria Martins Editora em convênio com o Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura em 1977. Em 1964, o autor publicou, também pela editora

Livraria Martins Editora, “Panorama da Música Popular Brasileira”, obra em dois volumes; em 1977 publicou “Panorama da Música Popular Brasileira na Belle Époque” pela Livraria Santanna. Dois blocos constituem o livro “Raízes da música popular brasileira”: “A História”, seção iniciada com a pergunta “quando nasceu a música popular brasileira”, e “Os Personagens”, seção subdividida por períodos históricos “Fase colonial”, “Século XVI”, “Século XVII”, “Século XVIII”, “Primeiro Império”, “Regência” e “Segundo Império”. Ao término de cada resumo biográfico no capítulo “Os Personagens”, são arroladas as referências bibliográficas para estudos sobre a obra e a vida de cada “personagem”.

Na seção “A História”, constam as seguintes divisões “O quando e o como”, “O legado Português”, “A música dos índios”, “A contribuição do negro”, “Influência dos jesuítas”, “Os afluentes secundários”, “O lundu e as modinhas”, “A fofa”, “A fofa na Bahia”, “A chegada da Corte Portuguesa”, “José Maurício e Marcos Portugal”, “Reino do Brasil”, “A Independência”, “As danças europeias”, “O choro”, “Modinhas imperiais” e “Fim de festa”. Nessas 20 páginas, Ary Vasconcelos cita “Cantos Populares do Brasil” [1879], de Sílvio Romero; “A Música no Brasil” [1908], de Guilherme de Melo; “Compêndio de História da Música”, de Mário de Andrade [1933, segunda edição]; “Estudos de Folclore” [1934] de Luciano Gallet; “Música Popular Brasileira” [1950] de Oneyda Alvarenga; “Dicionário do Folclore Brasileiro” [1962, segunda edição], de Luís da Câmara Cascudo; “A Modinha e o Lundu no Século XVIII” [1963] de Mozart de Araújo; o artigo de Teófilo de Andrade publicado na revista “O Cruzeiro”, intitulado “O samba nasceu da fofa na Bahia” [1966]; o artigo de Francisco Curt Lange intitulado “As Danças Coletivas Públicas no Período Colonial Brasileiro e as Danças de Corporações de Ofícios em Minas Gerais” [1969], publicado em “Barroco I” pela Universidade Federal de Minas Gerais; “Pequena História da Música Popular Brasileira” [1974] de José Ramos Tinhorão.

O contexto histórico, os cortes sincrônicos e diacrônicos, sempre são construções, mas “adquirem mobilidade, sem necessariamente referirem-se a existências previamente dadas que impregnam, traduzem retraduzem as obras culturais” (ARRUDA, 2001: 47). A construção do problema apresentado, portanto, foi delimitado a perguntas direcionadas para a análise do período de constituição de um grupo

de autores que fora dos ambientes acadêmicos, mas inseridos em instituições de cultura, aquilataram forma de operar a escrita da história da música popular brasileira. O cenário de suas narrativas sobre os “primitivos, os “autênticos” ou os pioneiros coincide com o espaço urbano onde a escrita de uma história e uma memória foi fomentada: a cidade do Rio de Janeiro.

Para comparar o incomparável, ampliando assim o círculo de objetos comparáveis, os poderes definidos pelos lugares sociais e os “traços individuados desses gênios ou divindades” são colocados entre parênteses (DETIENNE, 2004: 15). Esse desafio ganhou novos contornos quando investigamos a cidade como “um lugar que corresponde ao espaço urbano mas que não é visível a olho nu, sendo, entretanto, o lugar onde se processam todas as relações e onde adquirem sentido os movimentos de síntese entre tradição e inovação” (RODRIGUES, 1996: 57).

Esses autores cariocas, na condição de formuladores de modalidades específicas de escrita da história da música popular urbana, prolongaram o papel do Rio de Janeiro como protagonista e palco dos “gêneros” musicais. Em perspectiva, devemos considerar que diversos processos culminaram na centralidade exercida pela cidade para a definição legítima da autenticidade da música popular brasileira. Da passagem da década de 1960 para a década de 1970, o recrudescimento do regime militar e as tendências estéticas em um período de exaustão da busca pela cultura nacional-popular contribuíram para a emergência do “autêntico” como índice de preservação da originalidade e da especificidade da cultura popular brasileira. Na formulação de Gorelik, as cidades “se tornaram cada vez mais discurso de si mesmas” (GORELIK, 2005: 155), assim produzem suas representações. O Rio de Janeiro se tornou trincheira cujas instituições culturais em defesa da autenticidade recrutaram intelectuais em luta contra a internacionalização do mercado de bens simbólicos e os efeitos da consolidação — tardia — da indústria cultural no Brasil.

Referências

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo meio de século*. Bauru: Edusc, 2001.

- AUERBACH, Erich. *Ensaio de literatura ocidental: filologia e crítica*. Tradução de Samuel Titan Jr. e José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo, SP: Duas Cidades: Editora 34, 2007.
- BAIA, Silvano Fernandes. *A historiografia da música popular brasileira*. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, Departamento de História. São Paulo, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: Pouillon, Jean et alli. *Problemas do estruturalismo*. Tradução de Rosa Maria R. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, 2005.
- BRAUDEL, Fernand. *O modelo italiano*. Tradução: Franklin de Mattos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. A produção de uma cidade: o Rio de Janeiro por seus autores. In: *Quatro Vezes Cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- CHARLE, Christophe. *A gênese da sociedade do espetáculo: teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.
- DETIENNE, Marcel. *Comparar o incomparável*. Tradução de Ivo Storniolo. Aparecida: ideias & Letras, 2004.
- FERNANDES, Dmitri Cerboncini. *A inteligência da música popular: a autenticidade no samba e no choro*. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia. São Paulo, 2010.
- GINZBURG, Carlo et alli. *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de Antonio Narino. Lisboa; Rio de Janeiro, RJ: DIFEL: Bertrand Brasil, 1989.
- GORELIK, Adrián. O museu da vanguarda, 1950 e 1960. In: *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e a arquitetura na América Latina*. Tradução de Maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- HUGHES, H. Stuart. *Conciencia y sociedad: la reorientación del pensamiento social europeo, 1890-1930*. Madrid: Aguilar, 1972

- JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Trajetória Cultural: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.
- MENEZES BASTOS, Rafael José de. MPB, o Quê? Breve história antropológica de um nome, que virou sigla, que virou nome. *Antropologia em Primeira Mão*, v. 116, p. 1-12, 2009.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. Os primeiros historiadores da música popular urbana no Brasil. *ArtCultura* (UFU), v. 8, 2006.
- . Edigar de Alencar e a escrita histórica da música popular. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS* (Online), v. 24, p. 349-367, 2011.
- MORSE, Richard. As cidades “periféricas” como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. *Estudos Históricos*, v.8, nº16, 1995.
- MOTTA, Marly Silva da. *Saudades das Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- NAPOLITANO, Marcos e WASSERMAN, Maria Clara. Desde que o samba é samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 167-189, 2000.
- RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Cultura urbana e Modernidade: um exercício interpretativo. In: *Cultura. Substantivo plural*. Márcia de Paiva e Maria Ester Moreira (coord.). Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- SARLO, Beatriz. *Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 e 1930*. Tradução de Julio Pimentel Pinto. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- VASCONCELOS, Ary. *Raízes da música popular brasileira (1500-1889)*. São Paulo: Martins Editora; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.

“Desbunde” e Contracultura: A MPB “pós-tropicalista” no contexto do AI-5 (1969-1974)

SHEYLA CASTRO DINIZ
sheyladiniz@yahoo.com.br

Entre 1969-74, o termo “desbunde” englobou uma geração contracultural de artistas situada num momento conhecido como “pós-tropicalista”. Além de marcada pela atuação mais violenta do AI-5, tal época registrou um intenso crescimento econômico, o qual viabilizou a consolidação da indústria fonográfica. Vários músicos, inseridos nesse contexto cujas coordenadas históricas indicavam o enfraquecimento da perspectiva de uma revolução social, ora dotaram suas obras de traços depressivos, ora exaltaram a busca do indivíduo por liberdade estética, existencial, sexual e política.

Minha pesquisa de doutorado evidencia uma parcela dessa produção. Foco em alguns músicos egressos do Tropicalismo, em outros considerados “marginais” e naqueles tidos como *hippies*. Adeptos do rock e do experimentalismo, tais artistas continuaram a dialogar com a ideia de MPB instituída nos anos 60. Distanciaram-se, porém, do engajamento típico das canções daquela década, provocando novos debates em torno da sigla. Como hipóteses, penso que a chamada “MPB pós-tropicalista” sinalizou não somente o esvaziamento de uma “ideologia nacional-popular”, mas a transformação de certas “estruturas de sentimento” (cf. Williams).

Existência e Resistência: o Teatro Militante Paulistano

THIAGO BARBOSA AOKI
thiaoki@hotmail.com

Dentro das linhas de pesquisa das ciências sociais que se debruçaram sobre a produção teatral brasileira, em especial à Sociologia da Cultura, pode-se observar uma predileção dessa literatura acadêmica às décadas de 1960 e 1970, quando se notabilizaram atores e dramaturgias, inseridos em diversos coletivos artísticos como o Teatro de Arena, Teatro Oficina, Grupo Opinião, além do Centro Popular de Cultura (CPC). Extrapolando a linguagem teatral, era latente a figura do artista militante, questionador, cujas trajetórias convergiam com o momento de agitação e polarização política que o Brasil e o mundo atravessavam. Quando se observa a escassez de produções sobre a cena teatral brasileira mais recente, chega-se a um diagnóstico no qual, após a redemocratização política que o país viveu, ocorreu uma espécie de declínio do artista engajado.

Jameson (1994), ao problematizar o declínio da arte política, retoma o conceito de sociedade do espetáculo, de Debord (1997), e as reflexões sobre a indústria cultural, colocadas por Adorno e Horkheimer (1985), para descrever uma “atomização reificada da vida social capitalista”. Entretanto, apesar de enfatizar a dificuldade de uma produção cultural autêntica no cerne do movimento de reprodução do capitalismo, o autor não fecha as portas para uma possível utopia. Para o autor,

“essa produção [cultural autêntica] é possível apenas até onde tais formas de vida ou solidariedade coletivas não tenham sido totalmente penetradas pelo mercado e pelo sistema de mercadorias. Este não é necessariamente um prognóstico negativo, a menos que se acredite num sistema total crescentemente tranquilo e abrangente; o que estilhaça tal sistema - o qual, in-

questionavelmente, tem sido montado por toda parte desde o desenvolvimento do capitalismo industrial - é, porém, muito precisamente a prática coletiva ou, para pronunciar seu nome tradicional e não mencionável, a luta de classes. No entanto, a relação entre luta de classes e produção cultural não é imediata; não se reinventa um acesso à arte política e à produção cultural autêntica crivando o discurso artístico individual com signos políticos e de classe. Em vez disso, a luta de classes e o vagaroso e intermitente desenvolvimento da genuína consciência de classe, são eles próprios o processo por meio do qual um grupo novo e orgânico constituiu a si mesmo, mediante o qual o coletivo abre caminho na atomização reificada (Sartre a chama serialidade) da vida social capitalista” (JAMESON, 1994: 15)

Neste sentido, contrapondo-se à suposta tendência de “desaparecimento” que a arte política e o artista militante apresentaram durante as últimas duas décadas, é justamente durante a década de 1990 e nos anos 2000 que surge e consolida-se, na cidade de São Paulo, uma série de companhias e coletivos teatrais que buscaram no teatro de grupo a sua forma de organização, imbuídos por um discurso duplamente contestador: tanto pelas dramaturgias escolhidas, como pelos constantes questionamentos às bases da produção teatral estruturada. Ainda assim, embora se tratem de companhias com discursos e espetáculos longe do contorno celebrado pelos padrões mercadológicos formatados pela indústria cultural brasileira, os artistas conseguiram, de alguma maneira, a manutenção de seus projetos sem com isso abdicar de seus posicionamentos políticos. Porém, diversas dificuldades estão colocadas ao teatro de grupo paulistano emergente, até certo ponto marginalizado no que diz respeito aos padrões do mercado artístico estabelecido, como demonstrado por Iná Camargo Costa (2007):

“A experiência desses grupos [paulistanos de teatro formados a partir dos anos 90] mostrava que o teatro que faziam não agradava aos profissionais de marketing que passaram a decidir sobre a destinação das verbas da renúncia fiscal, pois estas, obviamente, passaram a fazer parte dos orçamentos de publicidade das empresas, que além do mais dispõem de veículos muito mais eficientes do que o teatro para este fim. Ainda mais grave que isto, os espetáculos que esses grupos produziam não

obtinham um retorno mínimo de bilheteria que pudesse assegurar a sua continuidade como mercadoria de tipo artesanal de modo autônomo (independente dos patrocínios do grande capital). Mesmo nos casos dos grupos (e companhias funcionando como pequenas empresas) que se dispunham a se lançar no mercado, isto é, a contar apenas com o retorno de bilheteria, generalizou-se a constatação de que não há demanda de mercado ou, para dizer a mesma coisa, não há mercado para o tipo de trabalho que fazem. A experiência dos últimos anos mostrou que o teatro que fazemos e queremos fazer não interessa aos agentes do Capital (que por isso não o financiam) e não consegue atrair público em quantidade suficiente para sustentá-lo através da bilheteria.[...] Estas informações estão sendo lembradas para deixar claro que hoje nós estamos reduzidos à luta contra as malfetorias do mercado e das mercadorias não mais por postura ideológica, como outrora foi o caso de militantes de partidos de esquerda, mas por mera questão de sobrevivência.” (COSTA, 2007: 21)

Para compreender o fenômeno, de certa maneira paradoxal, que representa essa proliferação de companhias avessas às demandas de mercado, é preciso investigar algumas condições objetivas específicas que foram necessárias para a existência desses grupos e suas respectivas permanências ativas dentro da cena teatral brasileira. Afinal, muitos deles já passam de uma década de fundação, o que seria muito difícil em termos de manutenção se pensado em décadas anteriores.

Assim, o projeto propõe o estudo de coletivos com discursos e práticas específicas, compreendendo-os como um grupo estruturado no que diz respeito à militância, ocupando posições semelhantes no campo teatral. Para tanto, são necessários critérios que definam o que se entende por companhias teatrais militantes de São Paulo:

- Residem em São Paulo, porém têm sua localização geográfica marcada por opções políticas
- Escolheram o teatro de grupo como forma de organização
- Surgiram, emergiram ou se consolidaram entre as décadas de 1990 e 2000

- Propõem um Teatro Político, ao trazerem elementos de crítica ao desenvolvimento do capitalismo como eixo central de suas respectivas dramaturgias/estéticas.
- Contestam o modo de produção cultural existente em seus diversos aspectos
- Articulam-se com outras companhias ou movimentos sociais para troca de experiências, publicações e discussões sobre os posicionamentos políticos
- Extrapolam a ideia do espetáculo como fim para o artista, propondo relações com as comunidades que os cercam e processos que compõem um quadro de atuação política fora da cena.

Em suma, o projeto investiga o florescimento do teatro militante e as novas configurações do artista engajado na cidade de São Paulo nas duas últimas décadas, a partir da análise da atuação e organização dos coletivos teatrais Engenho Teatral, Dolores Boca Aberta Mecatrônica de Artes, Buraco d'Oráculo e Brava Companhia. Essas companhias e seus integrantes, segundo os critérios estabelecidos, são entendidos como agentes que compartilham de determinados discursos e opções políticas que os colocam como parte de uma série de grupos teatrais militantes que estão em posições semelhantes no campo do teatro, aliando a dramaturgia contestadora ao questionamento acerca do modo pelo qual a produção teatral está estruturada. O desafio do projeto, portanto, é compreender como as condições estruturais e as nuances de nossa indústria cultural, por um lado, e a organização, posicionamento e discurso político das companhias, por outro, se articulam de maneira a criar um contexto de possibilidade de existência e florescimento desses coletivos, bem como esboçar os traços desse artista engajado.

Referências

ADORNO, Theodor.; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólica*. São Paulo: Perspectiva, 2007
- , *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de século edições, 2003.
- COSTA, Iná Camargo e CARVALHO, Dorberto. *A luta dos grupos teatrais de São Paulo por políticas públicas*. São Paulo: Cooperativa Paulista de Teatro, 2008.
- COSTA, Iná Camargo. Teatro de grupo contra o deserto do mercado. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 15, jul./dez, 2007.
- D'ANDREA, Tiaraju. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- JAMESON, F. Reificação e utopia na cultura de massa. In: *Crítica Marxista*, São Paulo, v.1, n.1, p. 1-25, 1994.
- MATE, Alexandre. O teatro de grupo na cidade de São Paulo e a criação de espetáculos (na condição de experimentos) estéticos sociais. In: *Estudos em arte e sociedade*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 178-194, 2012.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- , Intelectuais e romantismo revolucionário. In: *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 13-19, abr 2001.
- , Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 81-110, jun 2005.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- , *Cultura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

A reinvenção do Folclore boliviano em São Paulo

WILLIANS DE JESUS SANTOS

w144696@dac.unicamp.br

Resumo

Esta pesquisa parte da perspectiva teórica de que sob contexto migratório os Sinais Diacríticos (CARNEIRO DA CUNHA, 1986) e os Signos Diacríticos (BARTH, 1998), denominado de folclore, e ressignificados pelos migrantes, constituem Tradições Inventadas (HOBBSAWN, [1984] 1997) que lhes fornecem coesão e convívio em novos contextos. Neste sentido, observando a produção de símbolos e a reelaboração de danças entre bolivianos e seus descendentes dentro da fraternidade folclórica Caporales San Simón SP-Brasil existente em São Paulo e também na Bolívia, visa compreender os gestos e os significados que mediam a constituição da socialidade dos migrantes na cidade. Pretendo verificar a hipótese da fraternidade folclórica San Simón, por meio da expressão da dança, constituir uma Agência Cultural (ORTNER, 2007), assim, verificar quais símbolos e práticas 'tradicionais' do país de origem são ressignificados em São Paulo para a realização de socialidade. Se a tradição denominada folclore boliviano é reinventada na cidade: quais símbolos e práticas a fraternidade agencia para constituir permanência e convívio neste novo contexto aos seus atores sociais?

Palavras-chave Bolivianos; Agência; Tradição.

Abstract

This research starts from the theoretical perspective about Diacritics Signals (CARNEIRO DA CUNHA, 1986) and Diacritics Signs (BARTH, 1998), called folklore, and the reframed for the migrants, being Invented Traditions (HOBBSAWN, [1984] 1997) that give then cohesion and coexistence in new contexts. In this direction, looking for the symbol

production and the dance's reelaboration between Bolivians and their descendants inside of Corporales San Simón SP-Brasil, folkloric fraternity that exists in São Paulo and also in Bolivia, it looks for understand the acts and the meaning that mediates the migrants society formation in the city. I wish to verify the hypothesis of San Simón folklore fraternity, using the expression of the dance, to build a Cultural Agency (ORTNER, 2007), thereby, to verify which traditional symbols and practices are reformed from the original country to São Paulo for the sociality accomplishment .If the tradition called Bolivian folklore in São Paulo is reinvented in the city: which symbols and practices the fraternity do to construct the permanence and the coexistence in this new context to their social actors?

Keywords Bolivian; agency; tradition.

Introdução

Este texto traz ao 1º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia uma parte da reflexão presente no projeto de pesquisa “A reinvenção do Folclore Boliviano em São Paulo”¹. O objetivo desta pesquisa tem sido compreender a reinvenção do folclore de imigrantes bolivianos na metrópole paulista, pois este constitui um conjunto de símbolos e significados (i) materiais que uma vez recriados pela prática da fraternidade media unidade e a vivência no novo contexto.

Partimos da significação dos bolivianos sobre o que vem a ser *fraternidade folclórica* (conceito nativo) e a fim de não reificá-la, embora respeitando a visão dos imigrantes, interpretamo-la enquanto uma forma de Agencia (ORTNER, 2007).² Quer dizer, entendemos a fraternidade folclórica enquanto um mediador da convivência e das

1. Consideramos apresentar ao evento um texto com base no projeto de mesmo nome aprovado recentemente pela Fapesp uma vez que para além da bolsa concedida o trabalho atual traz reflexões de campo que precederam o presente e também nova discussão teórica contribuindo desta maneira e nestes aspectos ao evento.
2. Ao longo do texto denominaremos a fraternidade ou como ‘prática social’ ou ‘agencia’. Embora sejam palavras e conceitos diferentes ambos captam um mesmo fenômeno, sendo assim, cientificamente a mesma será trazida a luz por estas duas técnicas científicas, uma vez que os dois conceitos dão conta de uma forma de ação que media e produz relações.

relações sociais entre bolivianos e brasileiros e os símbolos e os significados que envolvem o *folclore* (conceito nativo) como Tradições (Re) Inventadas (HOBSBAWN, [1984] 1997).

A pesquisa realizada atualmente teve início no primeiro semestre de 2013 no curso de Mestrado em Sociologia junto ao programa de Pós-Graduação da Unicamp. É contribuinte ao Projeto Temático Observatório das Migrações em São Paulo³: Fases e Faces do Fenômeno Migratório no Estado de São Paulo desenvolvido junto ao NEPO (Núcleo de Estudos de População) também da Unicamp, coordenado pela Prof^a. Dr^a Rosana Aparecida Baeninger.

Procuramos dar luz às relações sociais constituídas *por meio* da reinvenção da tradição contribuindo desta maneira aos estudos sobre a migração em São Paulo.⁴ Nossa pesquisa volta-se a compreensão e crítica da prática da *fraternidade folclórica*, a qual parece fornecer unidade entre a primeira e a segunda geração de migrantes na cidade, e se constitui através da revitalização de representações e artefatos diacríticos destes atores, a tradição do folclore.

Em nossa hipótese a fraternidade é uma ação coletiva e o folclore boliviano uma tradição cultural, a primeira media a socialidade dos

3. O Projeto Temático Observatório das Migrações em São Paulo: Fases e Faces do Fenômeno Migratório no Estado de São Paulo tem apoio da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo), do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da Faepex-PRP/Unicamp (Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão & Pró-Reitoria de Pesquisa da Unicamp), dedicando seus esforços ao resgate da trajetória das migrações internas e internacionais no Estado de São Paulo, verificando suas implicações passadas, contemporâneas e futuras para a formação social paulista no período que compreende o final do século 19 até a primeira década do século 21 (1880-2010), avançando em anos subsequentes. Coordenado pela Prof^a. Dr^a Rosana A. Baeninger reúne pesquisadores doutores e mestres de diversas universidades e áreas de conhecimentos em ciências humanas, o que demonstra seu potencial e o caráter interdisciplinar da pesquisa, dividindo-se em 16 estudos temáticos.
4. Longe de uma afirmação arrogante reconhecemos que muitas pesquisas e livros sobre a migração de bolivianos para São Paulo foram desenvolvidas e publicadas ao longo dos anos por vários pesquisadores importantes muitas delas pelo NEPO (Núcleo de Estudos de População), mas ainda que tenham abordado algum ou outro aspecto sobre a religiosidade, as festas, a simbologia concentraram-se excessivamente no mundo do trabalho, por exemplo. Procuramos dar luz as fraternidades como agenciamento de artefatos tradicionais e meio de socialidade. Ainda assim para maior compreensão dos ciclos de festas bolivianos, dos significados que as envolvem e outros aspectos mais, dos quais, porém não abordaremos neste artigo, indicamos a leitura da obra de Sidney A. da Silva: *Virgem/Mãe/Terra: Festas e Tradições Bolivianas na Metrópole*. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2003.

migrantes na cidade por meio da segunda. A socialidade destes atores sociais ocorre em torno da dança *Caporal* criando, ao mesmo tempo, um grupo denominado *fraterno* - os integrantes da *fraternidade* -, acontece que esta dialógica fornece-lhes, com isto, uma diferencial forma de experiência de vida na metrópole e de diálogo com este espaço.

1 O Uso da Tradição Reinventada

Os grupos e coletivos culturais se estruturam, muitas vezes, em torno de diferenças étnicas e, também, através de traços diacríticos tais como rituais, cultos, o parentesco e a tradição. Os grupos étnicos em especial se utilizam de Signos Diacríticos (BARTH, 1998) á fim localizar-se e se unirem. Em outros termos, coletividades criam-se através da revitalização de traços historicamente emergentes frente á contextos e rivais. Por meio dos signos diacríticos configuram regras, práticas e fronteiras que permitem a inserção de novos indivíduos, mediam a competição por recursos naturais, a coabitação e o comércio. Segundo Barth (1998) a identidade étnica mediada por signos e valores é imperativa, praticamente um sistema cultural, pois modela o comportamento de seus integrantes, através de restrições, da imposição de papéis sociais e status morais, ou seja, através da tradição produzem coesão social.

Neste caminho é possível afirmar que a identidade étnica, durante os processos de deslocamento, migratórios ou de diáspora e exílio, mantém-se através da celebração de festas típicas, alimentação e a religião, etc, portanto não é natural, mas socialmente criado por seus atores que se utilizam de regras de pertencimento e de reconhecimento: “o grupo pode aceitar ou recusar mestiços, pode adotar ou ostracizar pessoas, ou seja, ele dispõe de suas próprias regras de inclusão e exclusão (MANUELA; 1986, p. 111).”

Apesar de sua aparente anacronia os grupos étnicos que são muitas vezes reconhecidos aqui como tradicionais não são vestígios de um passado que ainda permanece, embora, ao selecionar alguns artefatos posteriores exibem-nos aqueles que serão seus novos filiados constituindo com isto sua unidade e suas fronteiras.

O que fazem é resgatar certa tradição cultural diferenciando-se de outros parceiros ou rivais e o que ressignificam são os Sinais Diacríticos (MANUELA, 1986) para novas necessidades. Coletividades em processo de inserção em novos contextos fazem da tradição cultural um modo de prestígio e, por outro, uma forma de construir sua socialidade:

A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna *cultura de contraste*: este novo princípio que a subtende, a do contraste, determina vários processos. A cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos. (MANUELA, 1986, p. 99)

Estes traços diacríticos culturais resgatados estão longe de ser determinados biologicamente, mas, constantemente reinventados, recompostos e ressignificados. A organização coletiva e a socialidade realizada por meio de seus usos caracteriza-se por uma noção de cultura destes coletivos, tal noção é a resposta às condições políticas e econômicas novas, portanto, estes grupos servem-se de certo arsenal cultural pretérito não para conservarem-no, mas para recriá-lo com novos fins. Os elementos culturais da tradição são rearranjados e apresentados como novos, embora extraídos de seu contexto original recebam ressignificações outras. Um destes traços, justamente, é a língua. Ela é o elemento mais concreto da permanência dos sistemas simbólicos que organizam a percepção e atuação no mundo, além do fato de ser um diferenciador, embora em nosso caso a língua é a dança folclórica.

Nosso objetivo não é pensar a fraternidade enquanto um grupo étnico, nem, tampouco, ver a constituição da identidade dos imigrantes no contexto migratório, a proposta destes dois antropólogos cabe a reflexão sobre a formação de coletivos em processo de usos de artefatos culturais no contexto migratório. É um bom ponto de partida ao entendimento da fraternidade folclórica como um coletivo constituído em torno do projeto de agenciamento de artefatos e práticas tradicionais, ou do fazer uso de signos e sinais diacríticos. Portanto,

os migrantes ao fazer uso da tradição reinventando-a evidenciam que são atores sociais utilizando as tradições para recriar experiências e dialogar com o novo contexto.

A fraternidade folclórica pode ser vista cientificamente como Prática Social (ORTNER, 2007) que faz uso de símbolos, de danças, artefatos culturais diversos, trajes, festas, de seus países de origem para mediar suas Relações Sociais (ORTNER, 2007). Seus fraternos são, portanto Atores Sociais (ORTNER; 2007) que em sua vivência concreta reproduzem e transformam a mesma cultura que os fez como sujeitos atuantes. Tal prática social indica que estas vidas sociais são construídas para a realização de metas e projetos, são *Jogos Sérios*⁵ (ORTNER; 2007), envolvem rotinas e ações dotadas de intenção, tal como a reinvenção da cultura da Bolívia em São Paulo.

Uma fraternidade folclórica, cientificamente, pode ser compreendida enquanto Agencia (ORTNER, 2007), ou seja, uma linguagem, um projeto cultural historicamente determinado, um improvisado de relações voltado para a construção de socialidades. É uma linguagem que não só ressignifica símbolos, mas, constroem aos seus atores como tais, sujeitos históricos e de ação social:

Assim, como todos os humanos têm capacidade de linguagem, mas precisam aprender a falar um idioma particular, todos os humanos têm também a capacidade de agência, mas as formas específicas que esta assume variam nos diferentes tempos e lugares. (ORTNER, 2007:55)

Por fim, as fraternidades são também fruto da cultura, e não apenas agem segundo fundamentos históricos, portanto, seus atores são sujeitos histórica e culturalmente determinados, suas práticas se tratam de projetos que ressignificam o folclore mediando por meio dele a socialidade dos migrantes: “esses projetos culturais são jogos sérios, o jogo social de metas culturais organizadas *em* e *em torno* de relações locais de poder” (ORTNER, 2007). E é justamente esta agencia cultural, historicamente reconstruída e jogada na metrópole paulista,

-
5. Este conceito indica que os atores sociais são culturalmente variáveis, embora universais (porque participam de uma mesma estrutura social), são também subjetivamente complexos. São os atores sociais que jogam os jogos sérios, portanto, são eles os agentes da vida social, estão envolvidos em processos, sistemas mais amplos e complexos onde costuram solidariedades, relações de poder, relações econômicas e políticas.

que reinventa práticas e símbolos ulteriores (o folclore) relacionados a Bolívia que procuramos trazer a tona.

A tradição inventada vista por Hobsbawn ([1984] 1997), e que nos serve de luz para pensar o folclore, trata-se, das práticas ritualizadas e dos artefatos culturais reinventados que mediam a constituição da coletividade migrante. O que a fraternidade reinventa é a tradição. A *Tradição [re] Inventada*⁶ produz continuidade em relação ao passado, um passado histórico reapropriado que lhe é inerente neste processo, regulando-o através de tais práticas rituais e simbólicas inculcando-se, por sua vez, valores e normas em seus atores.

As tradições históricas e culturais são recriadas no tempo e embora possam desfalecer expressam (do ponto de vista científico) processos de transformação social que produzem, por sua vez, novos padrões. Sua referencia é um tempo pretérito, seu efeito no processo de migração fornece ao migrante coesão para este lhe dar com as novas realidades territoriais, temporais e culturais encontrados no novo contexto vivido. Portanto, enquanto realidade sóciohistórica a reinvenção da tradição boliviana expressa a produção de representações socialmente partilhadas e identificações comunitárias.

William,⁷ 25 anos, integrante da fraternidade na condição de *guia*⁸ de tropa, tem uma das visões mais significativa sobre a fraternidade, ou melhor, em como no processo de reinvenção de tradições que ela media, há também a produção de coletividade. Comentando sobre porque resolveu participar de uma fraternidade nos mostra a força de coesão que fornecem aos migrantes e seus descendentes:

Eu to na San Simón faz cinco anos, eu não tinha contato nenhum com a comunidade boliviana, aí eu resolvi entrar, eu só jogava bola com boliviano. Minha irmã dançava num grupo

6. O conceito que Hobsbawn (1997) utiliza no livro *A Invenção das Tradições* (1997, 5ª ed.) é, justamente, “Invenção das Tradições”. No entanto, reafirmamos que partimos da qualidade de sua compreensão sobre os usos de artefatos e do folclore e não de sua reprodução, sendo assim, insistimos que apesar de concordar com o autor de que as tradições são criadas por grupo políticos, neste caso dos bolivianos, trata-se de um novo uso de tradições criadas num passado e não criação de algo inédito. Nossa perspectiva é que os migrantes recriam, como uma espécie de “Bricoleur” levistrousseano, diversos símbolos, gestualidades, trajes, etc.

7. Todos os nomes presentes neste artigo são fictícios.

8. Mais a frente explicaremos uma série de títulos inerente a prática da fraternidade e sua relação com os símbolos e valores da tradição cultural.

chamado Kantuta há uns dez anos mais ou menos, aí eu nunca queria dançar, na realidade eu nunca queria dançar, tomei gosto assim do nada, meu contato com o boliviano era somente no futebol, jogava bola, só que aí eu acabei vendo um ensaio só, acho que é assim a paixão, porque muita gente fala muito....porque quando eu falo assim pro amigo assim brasileiro, ah você dança num grupo folclórico boliviano, ah o pessoal não tem muita cultura, alguns acham assim a coisa bonita, outros não. Tem que ir lá e assistir, eu assisti um ensaio, tomei gosto e entrei...tem que olhar, porque assim, o boliviano é muito pregado á cultura. Eu acho isso legal da Bolívia, eles não largam a cultura por nada, tem uma festa, o carnaval da Bolívia você faz com danças culturais, então é...acho uma coisa sensacional, uma coisa que eu não vejo aqui, entendeu? Muita cultura, eles pegam as raízes, roupas típicas, dançam com fé e devoção, acho isto bem legal.⁹

A fala deste fraterno é exemplar sobre como a dança do país de origem é um modelo para a convivência social dos mais jovens através de signos e sinais diacríticos (a tradição reinventada) em novas cidades mediadas pela fraternidade. Quer dizer, a tradição é recriada, por seus atores, justamente para que detenham modelos para o comportamento diante das mudanças (a migração, por exemplo), embora a referencia não seja um passado político, no caso, é por meio da linguagem da dança, da linguagem da tradição, a inserção no novo, portanto:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWN, [1984] 1997, p. 09)

Pode-se pensar, então, que a tradição inventada é um sistema simbólico diacrítico que em contextos de encontro, circulação e mudança

9. Esta entrevista foi realizada no contexto de uma apresentação da fraternidade folclórica San Simón durante a 18ª do imigrante no Museu do Imigrante em São Paulo no ano de 2013. Embora não reproduzimos todo o diálogo, alertamos que a fala do jovem foram respostas á algumas perguntas nossas sobre o contato que ele possuiu com o folclore e a fraternidade ao longo de sua trajetória.

forneem e mediam a construção da coletividade. A dança folclórica boliviana uma vez institucionalizada serve aos propósitos das fraternidades.

Por fim, afirmamos haver um processo dialético entre a fraternidade ser projeto cultural de agenciamento da tradição inventada - ressignificando e revivendo signos e sinais diacríticos - e ser também a produtora de socialidade fornecendo-lhes por isto mesmo uma original vida na metrópole paulista, ou melhor: “Mais interessante, do nosso ponto de vista, é a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais” (HOBSBAWN, [1984],1997, p. 14).

2 A Fraternidade Folclórica Caporales Universitários San Simòn

Atualmente ocorre um aumento de fraternidades folclóricas bolivianas em São Paulo diversificando a expressão do gênero artístico da dança na cidade, mudando a forma da visibilidade sobre os bolivianos para outro lugar que não só a questão do mundo do trabalho,¹⁰ fatores que se conectam, justamente, com a entrada em cena de uma nova geração.¹¹ Um dos grupos de maior destaque neste momento

10. Boa parte dos grupos folclóricos e as fraternidades bolivianas em São Paulo estão organizadas pela centralidade da Associação Cultural Folclórica Brasil Bolívia, fundada em 2006 é composta por 13 grupos folclóricos, reconhecidos dentro e fora da comunidade boliviana. Esta associação teria por seu histórico na cidade de São Paulo a participação em 2007 do Carnaval Pholia no Memorial da América Latina em um evento realizado pela associação de Bandas, Blocos e Cordões Carnavalescos do Município de São Paulo em que se manifestaram tanto membros do carnaval brasileiro quanto estes grupos. A associação se dedica a organizar, principalmente, a festa que acontece nos dias 3 e 4 de agosto e que comemora a independência da Bolívia e a devoção às Virgens de Urkupiña e Copacabana. Deve-se dizer ainda que os 13 grupos não fazem parte da totalidade daqueles presentes na cidade, conforme constatei em pesquisa de campo, mas são uma grande maioria e os de maior visibilidade.
11. Do estoque de bolivianos identificado pelo censo demográfico de 2000 (20.388 pessoas), apenas 10% dos imigrantes haviam chegado antes dos anos 1960 (2.658 bolivianos e 2.594 entre 1960-1969), marcando a importância desse movimento migratório desde os anos 1970 (3.263 imigrantes entre 1970 - 1979). Depois dos anos 1990 chegaram ao país 7.700 imigrantes, explica BAENINGER (2012, p. 16). Contudo, a quantidade de bolivianos parece ser maior do que indicam os dados do censo demográfico de 2000 nos conta Bassegio (2006 *apud* BAENINGER e SOUCHAD; 2007, p. 5) entre 150.000 a 200.000 bolivianos estariam irregulares na Grande São Paulo. Quanto a situação

é a Fraternidade Folclórica Universitários Caporales San Simón que em todas suas apresentações e festas expressa a dança folclórica ‘Caporal’, embora não seja a única a fazê-la.

A fraternidade San Simón é originária da Universidad Mayor de San Simón, fundada por estudantes locais por volta dos anos 1978 em Cochabamba, espalha-se ao longo dos anos por outros departamentos da Bolívia, emergindo em 2007 na Paulicéia. Com 34 anos de existência para a primeira e 6 anos de existência a segunda esta mesma fraternidade ainda está presente em outros países: EUA, Inglaterra, Argentina, Espanha, Suécia, etc.

Auto intitula-se uma família dedicada a “bailar” para as “mamitas” (santas) e expressar toda a “riqueza” cultural do país de origem, a Bolívia. Lê-se a riqueza das danças, das músicas, das cores, dos trajes, etc. Neste caso, é composta por jovens bolivianos e brasileiros filhos de bolivianos. Muitos de seus integrantes originam-se de diversas regiões, apesar de haver predominância de cochabambinos, muitos deles são paschenhos, orurenhos e crucenhos, ou nascidos no Brasil, portanto, descendentes de pessoas destes lugares, aproximadamente 123 pessoas compõem-na.

A expressão *fraternidade folclórica* é antes de tudo um conceito nativo que interpreta a prática de construção de uma coletividade, uma unidade, composta por fraternos. *Fraternos* é denominação e um título que recebem alguns migrantes ou brasileiros ao serem inseridos e aceitos na fraternidade após um ‘batizado’ e ao receber esta posição têm acesso a certos *direitos*: receber informações dos dias de ensaios e apresentações, serem convidados para festas, poder comprar camisas, jaquetas e o traje folclórico, ter o prestígio de dançar e carregar o nome da fraternidade, etc.

geracional destes migrantes Camargo & Baeninger (2012, p. 188-89) indicam, a partir de dados do Censo IBGE de 2000, na cidade de São Paulo haver cerca de 7.722 bolivianos. Desta quantidade: “(...)5.824 pessoas que foram declarados como filhos, é possível observar que 4.887 são de segunda geração, ou seja, nascidos brasileiros que tenha ao menos um dos pais de origem boliviana; 801 são da geração 1.5, ou seja, nasceram no exterior mas chegaram ao Brasil com 12 anos ou menos; e 134 são de primeira geração, ou seja, chegaram ao Brasil com 13 anos ou mais, embora a maioria tenha chego antes dos 20 anos de idade.”

Reinaldo¹², 34 anos, diretor da fraternidade San Simón, e dançarino da mesma, tentando aproximar a realidade brasileira á boliviana, tem a seguinte visão, para ele uma fraternidade:

É igual escola de samba; Por exemplo, eu sou da gaviões [da fiel] e você da vai-vai.

Mas, de acordo com Fabio, homem de meia idade, integrante sob o título de Achachi em 2013, a fraternidade significa mais do que isto:

Fraternidade significa amizade. Por exemplo, eu e o Fernando nos conhecemos na fraternidade, foi ele quem me apresentou. Cada um dançava em um grupo, daí montamos este. Muita gente saí de um e entra em outro. Em cada fraternidade que você passa deixa amigos. Muitos jovens tão aqui porque gostam da dança, porque tem amigos, a gente sabe que nem todos é por devoção.



Figura 1: Fraternos segurando chapéus e bandeira descrevendo a origem da fraternidade em apresentação no Memorial da América Latina no dia 4 de agosto de 2013.

12. Todos os nomes dos entrevistados neste texto são fictícios.

Esta foto é significativa acerca do que procuramos compreender: descrevendo sujeitos que afirmativamente posaram para o fotógrafo, ou seja, sabiam que eram fotografados, mais as interpretações da parte dos fraternos sobre o San Simón, enquanto um coletivo a semelhança dos brasileiros que participam e expressam a ‘cultura popular’ relacionam-se com a alteridade local devido a familiaridade que constroem, expõe o particular caso das fraternidades bolivianas que investem no resgate de símbolos e práticas no contexto migratório como vem ocorrendo na cidade de São Paulo e com isto fazem uso de seus espaços.

O recado aí é claro: nós carregamos um ‘nome’ cuja importância ultrapassa fronteiras e representa um coletivo muito maior, um país até, com um passado e uma história comum. Bem como representa um coletivo que não possui um brasão por que é só uma associação que expressa uma dança. Mais do que isto se trata de um coletivo que expressa gestos históricos e possui também certa origem, certa ‘tradição’, digamos. Quer dizer, a bandeira e o orgulho dos fraternos diante dela (presente na foto), bem como a significativa fala dos fraternos entrevistados, dão conta de uma unidade que se forma por meio do uso de símbolos e práticas diferenciadoras e de senso de “nós” cujo eixo são os sentimentos de pertença e reconhecimento, embora veiculado aos locais, participando do espaço público.

3 A Dança e o Traje Folclórico

Se existe algo do que os fraternos se orgulham, certamente, são seus trajes e suas danças. Embora, o folclore boliviano envolva uma série de narrativas, gestos, cores, sabores, imagens, ícones, etc. temos como eixo duas características mais fortes e evidentes que envolve a socialidade da fraternidade sob os quais aqueles sentimentos de reconhecimento e pertença media a inserção no espaço público local e são certamente os signos e sinais diacríticos mais resgatados neste processo migratório.

O *folclore* é um conceito nativo que classifica um complexo de artefatos e práticas. As danças bolivianas, em especial, são historicamente emergentes e muitas vezes se referem a ideias, acontecimentos ou personagens antigos da região de origem, sendo expressas no contexto

da devoção religiosa ou em eventos ligados aos cidadãos locais. A ressignificação da dança ocorre durante os ciclos de festas marcando usos dos espaços da cidade e apesar de algumas modificações em relação aos usos que acontecem na Bolívia, sua expressão na capital, durante o ritmo de vida na localidade, cria de certa forma um diálogo com os cidadãos paulistanos.

A dança folclórica expressa pela fraternidade San Simón em diversas ocasiões religiosas ou não religiosas é o *Caporal*. Contam os migrantes que o Caporal é a dança que se origina com os africanos na Bolívia, é a dança ‘dos negritos’. Tem origem noutra dança chamada Saya, também afro boliviano sendo descrita ainda enquanto uma expressividade mais valorada pelos jovens. Embora seja originária da região dos Yungas boliviano ao passar dos anos é reutilizada no contexto do carnaval de Oruro quanto em Cochabamba e, atualmente, também na cidade de São Paulo durante as festividades que envolvem as celebrações as santas.

A dança representa dois personagens: um homem de chapéu que significaria o ‘Capataz’, aquele que açoitava os escravos, agredindo-os com chicote e que usava um chapéu e botas com cascáveis. Outro personagem se trata da filha do fazendeiro onde trabalhavam os escravos. Embora, também a dançarina seja interpretada como a personagem que provocava o capataz através do seu charme. Sendo assim, os fraternos, durante o ato da dança devem usar roupas folclóricas que representem estes personagens. Os homens, por exemplo, utilizam botas com chocalhos que quando andam ou saltam acompanham e compõem com o corpo parte da musicalidade da dança; devem usar chapéus ou chicotes nas mãos. As mulheres, por sua vez, fazem uso de saltos, saias curtas, dançando de maneira elegante e expressando sorriso demonstrando certo charme.

No ato da dança, fazendo uso do traje folclórico, os fraternos organizam-se conforme uma série de classificações, assim, em *Tropas* os integrantes subdivididos em coletivos conforme seus gêneros executam passes em devoção às santas. A tropa é um conceito que interpreta a divisão entre masculino e feminino durante o ato da dança caporal, alias, esta relação se expressa em gestualidades diferentes, ou seja, em maneiras de se bailar masculina e feminina. Neste sistema a tropa masculina é classificada em diversas categorias tais como *Machos*, *Ruchos* e *Achachis*. E as mulheres de *Cholitas*. No entanto,



Figura 2: Estas fotografias descrevem dois Fraternos. A primeira descreve a gestualização dos sentimentos de simpatia e de charme de uma integrante durante a 18ª Festa do Imigrante no Museu da Imigração em 2013. E a segunda descreve um fraterno, sob o título ainda de Guia — por isto do seu uso de apito na boca — dançando gestualizando com o chapéu que represente o ‘capataz’.

talvez como uma subversão de gênero, na tropa masculina há alguns personagens interessantes como as *Machotas* - mulheres que no ato da dança executam os mesmos gestos que os homens, embora o contrário não ocorra. Na tropa feminina há também algumas categorias que, porém, diferenciam algumas dotando-lhes um certo prestígio. As *Tinas* são diferenciadas e admiradas por sua altura, por exemplo. A *Miss* e a *Preferida* são diferenciadas por sua ‘beleza’. Cada tropa detém um *Guia*, aquele (a) que orienta o ritmo dos dançarinos, intensificando ou não o seu movimento, numa gestualidade que explora e perpassa os espaços.

As roupas folclóricas, utilizadas apenas neste momento, são um importante conjunto de signos e sinais diacríticos que compõem a tradição reinventada e define a socialidade dos migrantes, inclusive determinando quem é de dentro e quem é de fora.

Sem o traje de dança não é possível se integrar a fraternidade, não é possível ser um dançarino do San Simón, ou seja, não é possível ser

um fraterno. Produzidas apenas na Bolívia em diferentes departamentos locais e diferentes oficinas são enviadas para todos os integrantes na cidade de São Paulo. Os trajes atuais, porém, diferenciam-se do emergente na época da colonização, bem como do início da fraternidade nos anos 1970, sendo que agora estariam mais estão ‘estilizados’, segundo os migrantes, e ano a ano suas cores, seus signos e a sua costura muda.



Figura 3: As duas fotos servem bem a título de comparação. As duas tropas são masculinas, na primeira os fraternos vestem azul, dourado, branco e prata e fazem uso do traje utilizado durante as festividades de 2012, embora a foto seja o registro de apresentação durante a 18ª Festa do Imigrante em São Paulo. A segunda é um registro sobre os Achachis trajando vermelho, marrom, branco e detalhes em azul e laranja, roupa esta de 2013 utilizada durante a festa em 4 de Agosto no Memorial da América Latina.

A justificativa de Reinaldo para a roupa ser produzida na Bolívia é o fato de que a produção na cidade de São Paulo é mais custosa. Porém, não é incomum integrantes afirmarem que o motivo se deve porque lá há qualidade única de confecção e costura que não há em outros lugares. Contudo, é preciso dispor de elevada verba para deter este artefato cultural de pouco mais de R\$700,00 dólares ao menos no caso do San Simón durante o ano de 2013.

É preciso lembrar que a dança folclórica não é de uso ‘cotidiano’. Se na Bolívia é comum o uso de certos trajes, como a Polera (saia extensa utilizada por mulheres) e das longas tranças. Estes trajes folclóricos são apenas de uso para o caso de festividades, nem nos ensaios — com exceção de outras vestimentas como botas ou camisetas e jaquetas com descrições que contêm o nome da fraternidade e seu ‘logo’, quer dizer, símbolo de nomeação — é de uso. Por outro é marcante também como são meios não apenas de demarcar o reconhecimento entre frateros, ou seja, ‘quem é de dentro’, mas, paradoxalmente, classifica quem é de fora. Assim sendo, as práticas de resgate a despeito de um desejo de que sejam para todos devido a forma como é produzido os trajes, o valor material, e o valor simbólico que possui como delimitador, esta experiência acaba sendo para alguns.

4 Refletir sobre a tradição na migração

O folclore, enquanto *objeto de estudo*, possibilita compreender novas formas da cultura popular. Diversas manifestações populares tal como as danças, as músicas, poesias e as histórias tradicionais devem ser compreendidas sob a ótica do ‘inventar, criar e construir’ de seus atores sociais. Assim, o folclore encarado como ‘Patrimônio Imaterial’ (ROCHA, 2009, p. 231) pode auxiliar, o ponto de vista científico, a observar e compreender a autoridade dos atores sociais, no sentido da sua autoria e criatividade em produzir artefatos culturais, em inventá-los e reavivá-los, constituindo com isto sua coletividade e sua cidadania no processo migratório: “A invenção da cultura, mais do que fruto da imaginação ociosa dos homens, consiste no resultado de uma convenção” (ROCHA, 2009, p. 231), cujo efeito é político.

A reflexão sobre o folclore boliviano, visto como tradição reinventada, acionada pela agencia cultural fraternidade, é o que permite, de

um ponto de vista político científico, dar *voz ao povo*, quer dizer, ver como se realizam a coesão social e a expressão corporal em nos locais de chegada dos migrantes e sua contribuição para novas formas de socialidade na sociedade de chegada, são também a “possibilidade de uma reflexão epistemológica sobre o papel das “teorias nativas” no pensamento antropológico [sociológico] contemporâneo” (ROCHA; 2009), ciências estas que se debruçam sobre os fenômenos de deslocamento e de contato sociocultural.

Pois os movimentos e processos de revitalização das expressões culturais e da atuação dos atores em novas localidades apontam um conjunto de representações que designam o panorama e os efeitos do resgate de tradições culturais que, contudo, estão em permanente modificação, reconstrução, ‘invenção’:

Neste sentido, uma justificativa para a retomada da tradição, da memória e dos processos de construção identitária, por meio do patrimônio imaterial, sem que isso signifique uma volta ao modelo folclorista consiste no peso dado á criatividade. (ROCHA, 2009; p. 230)

A explicação por parte dos migrantes sobre o folclore enquanto representativo da cultura do país de origem, e como contribuinte da discussão sobre os patrimônios humanos, é fundamental a compreensão de seus usos nos novos espaços, e deve ser respeitada. É fundamental dar vez ao folclore e voz aos fraternos na medida em que estes mediam a produção de uma experiência coletiva e nova na cidade de São Paulo. O folclore dos imigrantes dentro do contexto atual pode ser visto enquanto uma tradição [re]inventada que joga luz as formas históricas como os estrangeiros se tornam constituintes da riqueza sociocultural nas metrópoles e modificam a historicidade destes espaços.

Por fim, todo este processo de expressão é o resultado do requerimento de esforços voltados para os jogos sociais de inserção no espaço público, portanto, político. Sublinha — enquanto fenômeno de práticas comuns através das cores, dos ritmos corporais, das interpretações e do ciclo de festas — a formação de grupos com claras e legítimas intenções de produzirem não apenas noções e práticas comuns, mas de um lado a circulação de pessoas e ideias, além da memória, conectando territórios, de outro a criação duma memória

como parte da história e da cultura local obtendo, com isto, os direitos que este título pode conferir.

Referências

- BAENINGER, Rosana; SOUCHAD, Sylvain. Vínculos entre a Migração Internacional e a Migração Interna : o caso dos bolivianos no Brasil. In: *Taller Nacional sobre “Migración interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas”*. Organizado por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe, CELADE-División de Población, con el apoyo y auspicio del Banco Interamericano de Desarrollo (BID). Brasília, Brasil: 30 de Abril 2007, pp. 2-34.
- BARTH, Frederik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da Etnicidade*. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Frederik Bath; tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. (Biblioteca básica).
- CAMARGO, Gabriela de Oliveira; BAENINGER, Rosana. A segunda geração de bolivianos na cidade de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana (Org.) *Imigração Boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. 316p.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- HOBSBAWN, Eric.; RANGER, Terence. *A invenção das Tradições*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Pensamento Crítico; v. 55).
- ORTNER, S. Uma atualização da teoria da Prática. In: ECKERT, C.; GROSSI, M. P.; FRY, P. (Orgs.) *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- ORTNER, S. Poder e projetos: Reflexões sobre a Agência. In: ECKERT, C.; GROSSI, M. P.; FRY, P. (Orgs.) *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- ROCHA, Gilmar. Cultura Popular: Do Folclore ao Patrimônio. *Rev. Mediações* v., 14, n. 1, pp. 218-236, jan-jun. 2009

SILVA, Sidney A. da. *Virgem/Mãe/Terra: Festas e Tradições Bolivianas na Metrópole*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2003.

GT 4

Intelectuais e Circulação de Ideias

Sobre a cognição de processos globais como objeto sociológico

DANILO ARNAUT

daniлоarnaut@gmail.com

Resumo

O propósito deste trabalho é discutir alguns dos desafios metodológicos enfrentados no desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado sobre a chamada sociologia da globalização. O que segue, contudo, não corresponde a um conjunto de teorias, teses ou diagnósticos a respeito da globalidade emergente. De certo modo, aliás, a globalização, em si, nem mesmo constitui o objeto principal desta reflexão: a intenção é investigar as trilhas de pensamento e sensibilidade percorridas pelos estudiosos da globalização — em especial, Octavio Ianni e Ulrich Beck, que foram os escolhidos na composição do recorte da pesquisa. Esta reflexão será dividida em cinco partes. Primeiro, trato da própria construção do objeto da pesquisa. Em seguida, cabe abordar também a construção da própria pesquisa. Com base nisso, procuro compartilhar algumas das dificuldades procedimentais no trato dos escritos trabalhados. Convido os colegas, então, a refletir sobre a prática interpretativa de explicações sociológicas como as abordadas aqui. E, por fim, gostaria de discutir a própria disposição das etapas argumentativas na escrita da dissertação.

Palavras-chave Sociologia da Globalização, Metateorização, Metodologia de escrita sociológica.

Abstract

This paper examines some of the methodological challenges faced during the writing of my Master's thesis within the field of the sociology of globalisation. What follows

does not represent an amount of theories, thesis or diagnosis related to the emergent globality. In a certain way, even the globalisation itself does not constitute this reflexion's main issue. The aim is to investigate the paths of thought and sensibility throughout the globalisation studies, and particularly within the works of Octavio Ianni and Ulrich Beck. These observations will be laid in the present paper in five steps. First, I will present the construction of the research object. In the second part, I will focus on the construction of the research itself. The third part explores some difficulties related to the work upon texts such as those of this research corpus. The sociological interpretation and writing in this particular work are the issues of the fourth part. Finally, I would like to discuss the argumentative steps of my Master's thesis.

Keywords Sociology of Globalisation, Metatheorizing, Methodology of Sociological writing.

O propósito deste trabalho é discutir alguns dos desafios metodológicos enfrentados no desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado dentro da chamada sociologia da globalização. O que segue não corresponde a um conjunto de teorias, teses ou diagnósticos a respeito da globalidade. De certo modo, aliás, a globalização, em si, nem mesmo constitui o objeto principal desta reflexão: a intenção é investigar as trilhas de pensamento e sensibilidade percorridas pelos estudiosos do fenômeno — em especial, Octavio Ianni e Ulrich Beck, que foram os escolhidos na composição do recorte da pesquisa. Esta reflexão será dividida em cinco partes. Primeiro, trato da própria construção do objeto da pesquisa (I). Em seguida, cabe abordar também a construção da própria pesquisa (II). Com base nisso, procuro compartilhar algumas das dificuldades procedimentais no trato dos escritos trabalhados (III). Convido os colegas, então, a refletir sobre a prática interpretativa de explicações sociológicas como as abordadas aqui (IV). E, por fim, gostaria de discutir a própria disposição das etapas argumentativas na escrita da dissertação (V).

1 A cognição de processos globais como objeto

Já existem bons trabalhos sobre a história do debate a respeito da globalização, ou de caráter introdutório ao tema, sob diferentes

abordagens.¹ Mas é curioso notar que as referências conceituais e bibliográficas, conquanto numerosas, variam relativamente pouco. Há poucos trabalhos que de fato orientam o debate — e isso é evidente a tal ponto que parte dos comentadores são também autores! Assim, tendo em vista esse quadro, não me pareceu frutífera a ideia de elaborar um novo “panorama” do debate. Sendo um pesquisador jovem e ainda inexperiente, não poderia sequer aproximar-me do alcance intelectual daqueles comentadores, quanto menos pleitear o *status* de originalidade para um trabalho desse caráter. Afinal, em quase todos os casos, eles acompanharam de perto ou participaram ativamente da constituição da globalização como problemática sociológica. É claro que eu poderia reivindicar o *álibi* do afastamento no tempo, mas ainda assim talvez não fosse capaz de dissipar a nuvem babélica em que se transforma o debate quando, sobretudo a partir dos anos 1990, os pesquisadores se convencem do caráter efetivo dos processos globais e começam a esforçar-se para qualificá-los. Com efeito, a confusão é tamanha que até mesmo uma palavra ou uma expressão podem ter significados bastante distintos em textos produzidos num mesmo período.

Diante dessa dificuldade, o que poderia ser feito? Ora, a própria “babelização” em que se insere o debate já seria, talvez, um recorte. Mas tratava-se de um tema muito amplo e que, para que se respeitasse o rigor de uma pesquisa detida, requereria intermináveis análises comparativas, cuja propriedade seria sempre alvo de questionamentos, já que envolveria complexas e, no limite, insolúveis dificuldades de tradução. Assim, embora o problema das palavras esteja sempre presente nos estudos sobre globalização (e tenha sido tratado, ao longo da pesquisa e na dissertação, em alguns de seus aspectos), ainda penso que ele não seja, em si, um tema de pesquisa palpável para uma dissertação de mestrado. O que denomino aqui, e muito livremente, “o problema das palavras” envolve, no entanto, uma questão basilar. Como ensinam alguns estudiosos da linguagem, nomear significa categorizar. Ou seja, quem dá nome a algo, materializa, em sons ou escrita, um pensamento. Assim, por exemplo, um livro qualquer poderá ser percebido por alguém como um “livro” à medida que

1. Entre eles, destacam-se Ortiz (2009), Robertson (2001), Berking (2008), Beck (1997), Ianni (1994), Rehbein e Schwengel (2008), Engel e Middell (2010), Martell (2010), Sassen (2007), Brock (2008), Santos (2002), Steger (2003), Kreff et al. (2011).

essa pessoa tenha em mente categorias que lhe permitam, após captar a existência de um objeto determinado, compreendê-lo como um “livro”; nessa mesma linha, este poderá também ser enunciado como um “livro”, na medida em que o falante (ou escritor) disponha do termo “livro”, ou equivalente, em seu patrimônio lexical. De modo extremamente resumido, essa é uma das maneiras de se descrever aspectos relativos à cognoscibilidade do ente “livro”.²

Seguindo esse raciocínio, já é possível começar a compreender o olhar sociológico que norteia este trabalho. A globalização, sendo um fenômeno novo, precisava ser qualificada, nomeada, categorizada e, precisamente por isso, era necessário que houvesse empreendimentos no sentido de sua cognição. Esse é um ponto. Nomear a globalização, os processos globais e aspectos envolvidos significa tentar compreendê-los. Mas há um elemento do qual não se pôde ainda escapar: o fato de que o objeto dos estudos globais é, no limite, “o mundo”. E, como ninguém é capaz — ao menos em princípio — de conhecer “o mundo” e tudo que há nele, também a globalização, enquanto objeto de pesquisa, seria, *a priori*, uma implausibilidade.

Esse paradoxo que envolve o conhecimento de algo aparentemente insondável foi o que me motivou a realizar essa pesquisa. Ora, malgrado uma impossibilidade manifesta que caracteriza a apreensão do fenômeno em sua real dimensão, saltava aos olhos o fato de que os investigadores que encabeçaram os estudos globais não eram neófitos entusiastas, mas pesquisadores do mais alto gabarito que, frequentemente, já tinham renome e mesmo uma obra. Assim, eles conseguiram abordar a questão tendo em vista a força e o impacto das transformações e, com base no que conheciam, isto é, no patrimônio intelectual que haviam acumulado em décadas de estudo e pesquisa, puderam, cada qual a seu modo, explicar alguns dos aspectos da globalização, prever desdobramentos, qualificar o caráter das transformações envolvidas. Não diziam tudo, mas sempre diziam alguma coisa.

-
2. Essa abordagem da problemática da cognição de um ponto de vista linguístico é demasiado sucinta. Ela destina-se apenas a tornar mais palatável a apresentação do modo pelo qual a cognoscibilidade de processos globais pode ser trabalhada como um objeto da investigação sociológica. Referências clássicas sobre esse ponto são os trabalhos de Barthes (1965), Bourdieu (1982), Derrida (1996), Ducrot (1980), Orlandi (1990, 2007), Saussure (1916), entre outros.

Esse substrato de aparentes paradoxos parecia apontar para uma dimensão ainda não investigada pelas ciências sociais: a própria cognoscibilidade de processos globais. Do ponto de vista sociológico, isso significa superar o tom histórico-narrativo da maioria dos bons trabalhos de balanço do debate (algo como: o autor X combateu a ideia do autor Y, que haveria supostamente compreendido mal um dado fenômeno, mas logo após Z propôs uma solução que se mostrou mais adequada etc.). Uma abordagem como essa exige um conhecimento bastante detalhado de nuances do próprio debate que não seria adquirido no tempo de um mestrado e, dessarte, dificilmente eu poderia rivalizar com as narrativas dos pesquisadores experientes. Por outro lado, um recorte baseado na própria cognoscibilidade dos processos globais permitiria escapar ainda à forma enciclopédica de certos trabalhos, interessados mais em elencar as contribuições, teorias, conceitos, diagnósticos etc., e menos em situá-los no conjunto de reflexões produzidas. Contribuições dessa natureza têm, é claro, utilidade introdutória, mas padecem de enorme superficialidade e de alguma falta de “espírito”. O objetivo deveria ser distinto. Tratava-se de tentar recuar às condições de possibilidade de elaboração dos trabalhos que, em conjunto, estavam fundando um novo campo, cuja identidade tem sido cada vez mais estavelmente afirmada: a Sociologia da Globalização. Sim, a ideia de investigar as possibilidades de cognição da chamada globalidade permitiria, e permitiu, situar a reflexão no campo do que se poderia chamar de uma Sociologia do próprio conhecimento sociológico.

Estudar o que denomino cognoscibilidade de processos globais significa fundamentalmente perscrutar os elementos que orientam a inteligência dos fenômenos globais e a criação sociológica ali envolvida.

E como isso poderia ser feito? Essa é uma questão que ainda persiste: a realização desse trabalho envolveu algumas tentativas de aplicação metodológica malogradas, mas houve aquelas que surtiram algum efeito. Voltemos os olhos por alguns momentos a esse *modus operandi* da investigação.

2 Sobre a construção da pesquisa

Um objeto como a cognoscibilidade de processos globais deve, certamente, envolver o exame de tentativas de cognição, bem como da criação sociológica que elas suscitam. Na impossibilidade de estudar todos os trabalhos produzidos com esse propósito, coube operar um recorte metodológico. Como dito, parecia imprescindível escolher autores que tivessem, por um lado, ao menos tentado elaborar *teorias da globalização* e, por outro, influenciado e marcado o debate sobre a globalização a partir de uma visão integrativa. Nesse sentido, selecionei dois deles — Octavio Ianni e Ulrich Beck. É claro que o fato de serem dois implica o dobro do trabalho e dificuldades multiplicadas, mas esse recorte permite estabelecer, por outro lado, uma certa “alteridade” que representa, de um ponto de vista metodológico, a possibilidade de acompanhar trilhas distintas de pensamento e sensibilidade de maneira a estabelecer contrapontos. O termo “contraponto”, aliás, é fundamental aqui. Primeiro, enquanto um pesquisador situado em um certo ponto dessa globalidade (em local, campo intelectual e realidade social específicos), seria ingênuo pensar que eu poderia posicionar-me de maneira equânime em relação a cada autor. Além do mais, coerente com a própria construção deste objeto de estudo, deve-se considerar que cada autor se vale de suas próprias categorias, pontos de vista e recursos de imaginação. (Como veremos, mesmo quando as referências parecem ser as mesmas, os caminhos tomados podem ser muito díspares). Em suma, o trabalho com dois autores permitiu manter à vista o fato de que a cognição de fenômenos sociais, e particularmente os planetários, envolve escolhas em meio a uma gama de elementos que possibilitam a inteligência de aspectos desses fenômenos.

Escolhidos os dois autores, pareceu adequado recortar ainda mais o escopo da pesquisa e delimitar um *corpus*. Este foi composto inicialmente de onze textos.³ A intenção não era enclausurar a reflexão nessas referências, mas, antes, delimitar um material de trabalho condizente com o tempo e os recursos disponíveis. Além do mais, a própria construção do objeto de pesquisa afastava qualquer tentativa de compreender “a obra” de um autor, bem como todas as

3. Ianni (1992, 1994, 1996, 2000, 2004) e Beck (1986, 1997, 2002, 2004, 2008, 2010) eram os escritos que constavam no projeto de pesquisa.

limitações metodológicas que uma iniciativa desse tipo implicaria. Acreditando que jamais seria possível compreender “um autor” ou “sua obra”, contentei-me, como dito, em investigar pistas sobre certos elementos que orientavam, em cada um dos casos, a cognição de processos globais, através dos textos produzidos a esse respeito.

3 Textos e contextos: a abordagem do corpus

Antes mesmo de construir o objeto de pesquisa de modo satisfatório, a própria análise desses textos a partir de um enfoque como esse representou um desafio. É que a simples leitura atenta, fichamentos, tomada de notas, entre outras operações práticas da rotina de pesquisa aprendidas nas cadeiras dos cursos de ciências sociais não se mostravam suficientes. O problema que se apresentava era de natureza modal, era preciso encontrar um modo eficiente de proceder na investigação. Note-se que não se tratava de questionar a maneira pela qual se deveria ler (à moda dos manuais de pesquisa científica), mas sim de como pensar! Era preciso compor um horizonte de ideias que orientassem a construção do *corpus* e permitissem uma certa *atitude de leitura*, uma maneira profícua de enfrentar os escritos e escrever sobre eles.

Pode-se dizer que haja pelo menos duas maneiras predominantes de se trabalhar textos como os enfrentados aqui. Grosso modo, elas podem ser identificadas, no decorrer das últimas décadas, pelos seguintes rótulos: abordagem “textual”, de um lado, e, de outro, abordagem “contextual”.

O que se denomina abordagem textual indicaria, como é de se esperar, um enfoque preferencialmente restrito a textos. Parte-se da ideia de que um determinado escrito comportaria um pensamento, em sentido amplo, e, assim, busca-se compreender a sua lógica interna⁴.

4. Essa atitude pode ser encontrada em trabalhos de importantes autores das ciências sociais, especialmente entre aqueles que trabalham com teoria social. Entretanto, parece mais presente em textos filosóficos. No Brasil, há escritos introdutórios a esse olhar rigoroso sobre o texto, em busca de sua lógica interna e, em um sentido particular, sistêmica, são certamente. Cabe lembrar, aqui, os de Victor Golschmidt (1963) e Martial Gueroult (1953, 1979), embora haja outros. Não há espaço para tratar dos trabalhos desses autores aqui, pois eles estão situados num debate histórico sobre a legitimação disciplinar história da filosofia; importa, porém, observar seu interesse

Martial Gueroult (1979) chega a afirmar, por exemplo, que a obra filosófica — isto é, um texto filosófico — seria um monumento que abarca ideias de um autor (no caso, de um filósofo), instituindo, assim, uma realidade. Por um lado, é possível questionar se textos expressariam de fato e necessariamente pensamentos dotados de tão estrita coerência. Talvez até haja escritos, especialmente entre os de natureza filosófica, em que seja possível encontrar um sistema interno inteira e rigorosamente coeso e coerente. Não cabe aqui a investigação dessa hipótese. Deve-se considerar, porém, que no caso dos trabalhos de Ianni e Beck, em particular, e também das demais sociologias da globalização em geral, tal abordagem me parece infrutífera: dificilmente se poderia sustentar que haja, aqui, sistemas dedutivos de causalidades e efeitos, tampouco demonstrações argumentativas suficientemente detalhadas para que se pudesse proceder uma investigação orientada pela suposição de que em algum momento “tudo faria sentido”. Não, os pensamentos desses autores sobre a globalização encontram-se ligados ao curso da história e, como veremos, travam uma luta discreta, mas contínua, com os limites de sua própria percepção. No fundo, tudo está em suspenso, e as sociologias da globalização são também sociologias da mudança.

Contudo, por outro lado, uma certa atitude “textualista” pode revelar-se profícua à medida que orienta a pesquisa, conferindo-lhe um foco mais restrito: a materialidade dos textos. Como mencionado, um autor como Gueroult ensina que, de alguma maneira, uma obra pode ser vista como um monumento que cria, ela própria, uma realidade e a institui. É claro que uma afirmação desse tipo pode parecer absurda para um sociólogo. Afinal, é próprio do raciocínio sociológico o embasamento na realidade efetiva⁵. No entanto, a despeito de seus propósitos e conclusões, cabe observar que ela diz algo sobre a natureza dos escritos abordados nesta dissertação. Ora, *diante de um objeto cujo efetivo alcance não é dado à percepção humana, qualquer abordagem intelectual a seu respeito incorre, por princípio, em certo grau de criação e instituição da realidade*. Nesse sentido particular, é possível compreender a escrita sociológica como um exercício de

na compreensão da lógica interna dos pensamentos que estariam materializados nos textos.

5. Ao longo da dissertação, trabalhei com a diferenciação entre realidade efetiva e realidade especular.

registro de realidades (de “taquigrafar a máquina do mundo”, diria Octavio Ianni). Mas, atenção: isso não significa que o registro se confunda com “a” realidade. Ele pode ser visto como um espectro da realidade — algo como o conhecido tipo puro ou ideal (*reiner Typus* ou *Idealtypus*) de Max Weber — através do qual é possível compreender (*verstehen*) suas conformações e movimentos, enfatizando algumas de suas características eletivamente⁶. No caso dos estudos sobre globalização em particular, é como se o raciocínio sociológico alçasse voo, desprendendo-se por vezes da solidez dos processos sociais rigorosamente observados, a fim de alcançar uma visão mais ampla e integrativa.

Com efeito, tendo em vista os processos globais como objeto, uma amplidão como essa é evidentemente inalcançável no *peu à peu* da investigação empírica. No entanto, perguntar-se-á o leitor, seria possível enquadrar os trabalhos de Ianni e Beck (e, mais genericamente, os trabalhos sociológicos sobre globalização) num horizonte estritamente teórico-normativo? Para examinar essa questão, é preciso voltar aos textos com um olhar diferente, baseado na seguinte questão: qual o papel dos contextos nesses trabalhos?

Um olhar sociológico sobre um pensamento sociológico não pode desconsiderar que tanto um quanto outro partem de determinadas condições. Pode-se dizer que eles se tornaram o que são por meio de escolhas entre outras possibilidades. E é razoável afirmar que tais características advenham de dinâmicas e ocorrências existentes nos lugares ou campos em que esses pensamentos foram mentados — o mesmo valendo para os olhares, isto é, as compreensões que se posam projetar sobre eles. Esse conjunto de elementos corresponde ao que se denomina contexto (ou cotexto): eles marcam a produção textual e persistem nela. Dito de modo mais enfático, os elementos contextuais vigem e operam nos próprios pensamentos e, além disso, interferem também na sua percepção e compreensão por parte de terceiros. E o que isso significa para os nossos propósitos? Ocorre que uma ideia como essa permite-nos suspeitar, já num plano conceitual, da existência de uma certa dissintonia entre pensamentos provenientes de diferentes contextos. De fato, como veremos nos capítulos

6. Refiro-me aos célebres princípios metodológicos (*Methodische Grundlagen*) da sociologia compreensiva weberiana. Conferir, em especial, Weber (1922, T. 1, I, §1, I, 6).

seguintes, a observação dos processos de globalização se dá, em Ianni e Beck, de modos distintos e, malgrado haja referências semelhantes em diversos momentos (Marx, Weber, debates americanos etc.), a distância situacional interfere na cognição do fenômeno. Sim, os contextos parecem às vezes os mesmos, ganham nomes parecidos, exemplos em comum, alusões aos mesmos epicentros do debate, mas isso não quer dizer que coincidam. Os contextos interceptam a cognição, nutrindo-a de maneiras específicas.

Esse raciocínio parece razoavelmente compreensível de um ponto de vista conceitual. Porém, como isso se dá na prática do trabalho com textos?

Contextos podem disfarçar-se por detrás das palavras. Sim, as palavras que esclarecem, registram, conferem precisão, delimitam, expressam, são as mesmas palavras que ludibriam a percepção, interferindo na cognoscibilidade dos fenômenos e das ideias sobre eles. É assim que um mesmo vocábulo pode denotar processos, estruturas ou relações categoricamente distintos. Um caso exemplar de mal-entendidos dessa natureza é a significação do vocábulo “globalismo” — como procurei mostrar, ele denota, para Beck, uma ideologia e, para Ianni, um processo. É claro que investigações a respeito das causas desses mal-entendidos, bem como sobre a problemática da tradução numa situação de globalização não podem ser adequadamente discutidas aqui. Importa, não obstante, chamar a atenção para uma certa babelização em que frequentemente os estudos globais se encontram imersos, precisamente por apresentarem uma tendência à sobrevalorização do horizonte (ainda não inteiramente efetivo) do mundo como “um só mundo”, acompanhada da desatenção às especificidades histórico-sociais dos contextos que se materializam nas diversas línguas e linguagens, através das quais realizam-se as tentativas de comunicação.⁷

7. Creio que não valha a pena recuperar aqui os meandros dos trabalhos sobre a chamada “virada contextualista”. Ao leitor que por ela se interesse, recomendo os trabalhos de Skinner (1978, 2002) e Pocock (2009), ligados à conhecida Escola de Cambridge de filosofia da linguagem. Também relevantes são os aportes de Luhmann sobre a formação sistêmica de campos por comunicação dadas em contextos específicos — ver, entre outros, Luhmann (1997). Por fim, cabe recordar um debate dos estudiosos de tradução, em que se questiona, como formulou Derrida (1999), “o que é uma tradução relevante”. Nessa linha, Derrida (1996, 1999) observou que traduções são um problema de leitura, isto é, da (in)capacidade por parte do tradutor de compreender, o mais

Uma vez observadas algumas das questões que envolvem a abordagem de textos como os investigados aqui, o tipo de realidade mental que podem instaurar, sua relação com os contextos em que se inserem e os pensamentos que os originam, e também no que tange àqueles pensamentos empenhados em compreendê-los, é possível dar um passo adiante e buscar refletir sobre o que fazer com os frutos do trabalho conduzido paralelamente a essas reflexões.

4 Para a cognição de pensamentos: a leitura como atitude

A leitura de um *corpus* como esse pode ser feita com base em uma atitude semelhante àquela identificada nos próprios sociólogos da globalização, a saber, a de uma *criação seletiva*. Ora, a ideia de criação é, por si só, provocativa. Com ela, quero chamar a atenção para três aspectos relativos ao caráter da pesquisa que deu origem à presente dissertação.

Primeiro, o fato de que assim como há, por parte dos autores, uma eleição necessariamente arbitrária dos fenômenos que parecem mais significativos para a inteligência dos processos globais, também uma sociologia de suas sociologias pode — e talvez até mesmo deva — proceder de modo semelhante. E é preciso escolher e apontar, em meio a uma gama de ideias, aquelas que parecem mais decisivas para a compreensão dos processos globais por parte dos autores. Porém, nada disso está dado: a condição de cada ideia em meio ao conjunto de um pensamento não se mostra de maneira transparente. É nesse sentido que se pode falar, a respeito da atividade do intérprete, em um *arbitrio criativo*. Sim, as escolhas são criativas precisamente na medida em que cabe ao pesquisador dessas ideias sociológicas preparar um terreno sobre o qual os aspectos cognitivos estudados possam ser trazidos à tona.

Segundo, a própria construção do objeto desta pesquisa é arbitrária. Mais uma vez, o caráter da busca pela cognição de processos globais, como tratada aqui, não é um recorte baseado simplesmente num achado metodológico qualquer, porventura encontrado nas obras dos autores e transposto para a reflexão que proponho aqui. Não. Como

próximo possível, e malgrado distâncias contextuais de linguagem, aquilo que está sendo efetivamente enunciado.

um construto metodológico, a *criação de um objeto* com base nos objetos de reflexão de Ianni e Beck, caminha em paralelo a estes últimos, numa ordem metodológica, e tem o propósito de buscar linhas de pensamento através das quais se possa compreender passagens, teses, análises, conceitos etc., posicionados com maior ou menor centralidade nos escritos.

Terceiro, a construção de cada explicação pode também ser vista como uma criação de sua inteligibilidade. Trata-se de, a partir da construção do objeto e da escolha de ideias, elaborar um raciocínio o mais coerente e coeso possível, a fim de instituir linhas de compreensão que tornem um pensamento, teoria ou diagnóstico, mais apreensíveis à própria reflexão. Essa explicação de explicações abre caminho à crítica — enquanto racionalização de razões — e a novas possibilidades de percepção, aplicação, apropriação e desdobramento das ideias presentes nos pensamentos estudados. Ora, tal é, por excelência, um dos objetivos do trabalho interpretativo em teoria e pensamento sociológicos.

Tendo em vista esses três aspectos, cabe ressaltar que toda criação é *seletiva*. Parece necessário adjetivá-la dessa maneira uma vez que cada passo em direção à construção do objeto, à sua investigação e explicação, implica o expediente da escolha. Às vezes, enfatizam-se certos elementos; noutros casos, procuram-se vieses ainda inexplorados na abordagem de palavras, análises, conceitos; noutros ainda, pede-se licença para, deliberadamente, ignorar.⁸ Tem-se, portanto, um conjunto de apostas; nesse sentido, trata-se de um trabalho essencialmente autoral.

5 Sobre a escrita deste trabalho

Esta etapa da reflexão é dedicada à construção argumentativa da própria dissertação de mestrado. Tendo em vista a impossibilidade de apresentar o texto com riqueza de detalhes, apenas apresentarei a seguir as partes gerais da dissertação com o objetivo de que possamos discutir, ao longo do fórum, aspectos da escrita desse texto.

Há, ao todo, seis capítulos. Após introduzir o leitor, ainda que de modo bastante genérico, ao debate histórico sobre a constituição

8. Retirei a ideia de “pedir licença para ignorar” do célebre texto de Umberto Eco (1977).

da globalização como problemática nas ciências sociais (capítulo I), coube tratar da construção seletiva do objeto de reflexão da presente dissertação, recuperando certas questões metodológicas enfrentadas por esta pesquisa (capítulo II)⁹. Com base nisso, foi possível iniciar o percurso pelas páginas e capítulos que seguiram, atentando para o fato de que há, em toda a exposição, mais hiatos que continuidades, mais lacunas que respostas. Já alerta quanto à atitude metodológica deste trabalho e à construção de seu objeto, caberá ao leitor proceder, a seu turno, sua própria crítica.

Em respeito ao leitor que porventura não esteja ainda ambientado com a sociologia da globalização, procurei formular, no início de cada capítulo, seção ou item, introduções muito sucintas contendo os elementos principais a respeito dos temas que neles são abordados. Na mesma linha, tive o cuidado de elaborar dois capítulos introdutórios aos trabalhos de Octavio Inni e Ulrich Beck sobre a globalização (capítulos III e IV, respectivamente).

Assim, a presente dissertação configura-se como um percurso que vai do amplo ao restrito, passando pela reflexão amiúde e retornando, no final, a uma perspectiva mais abrangente. O primeiro capítulo consistiu numa apresentação geral do debate, propondo uma periodização com base em momentos marcantes de seu desenvolvimento. O segundo capítulo visou problematizar a própria realização do trabalho, a partir de reflexões metodológicas, num tom próximo ao metanarrativo. O terceiro capítulo, intitulado *O Emblema do Globo...*, tem o propósito de introduzir o leitor a alguns dos aspectos que entendo com mais centrais no conjunto da obra de Octavio Inni sobre a globalização. Nele, trato do conceito de globalismo, como definido pelo autor, da associação entre globalização e paradigma social, bem como da concepção ianniana de sociedade global. Em seguida, em *Filhos do Mundo...* (capítulo quarto), há uma apresentação dos elementos fundamentais que compõem a visão de Ulrich Beck sobre a globalização. O foco analítico está sobre as concepções beckianas de individualização, cosmopolitização e modernização da modernidade (ou modernização reflexiva). Note-se que, consoante com os propósitos deste trabalho, ambos os capítulos apresentam uma abordagem simultaneamente crítica e interessada dos pensamentos de Inni e

9. Deste capítulo retirei grande parte das reflexões aqui presentes.

Beck. Seu caráter enviesado faz-se mister a fim de que se possa adentrar o coração da dissertação. Este corresponde ao capítulo quinto — *O Lugar do Pensamento na Globalização* —, em que são analisados alguns dos elementos pinçados por esses dois autores na tentativa de fomentar e conduzir suas reflexões, com vistas à cognição dos processos globais que se lhes apresentam. Para tanto, procedi um novo recorte metodológico a fim de conferir maior acuidade à abordagem. Ele se deu a partir de um elemento que é comum aos dois pensamentos: a curiosidade pela situação da Política numa condição mundial. Por fim, no capítulo sexto, procuro reajustar o foco analítico, recuperando o debate como um todo e a reflexão metodológica em *Heranças e Horizontes...* Trata-se de um ensaio dirigido à retomada dos temas abordados, apontando para alguns dos desafios que enfrenta atualmente a chamada Sociologia da Globalização.

Referências

- BARTHES, R. [1965] *Elementos da Semiologia*. Traduzido por Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1996.
- BECK, U. [1986] *Risikogesellschaft* (Auf dem Weg in eine andere Moderne). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2010.
- . [1997] *Was ist Globalisierung? (Irrtümer des Globalismus. Antworten auf Globalisierung)*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2007.
- . 2002. *Pouvoir et contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation*. Trad. A. Duthoo. Paris : Flammarion, 2003.
- . *The cosmopolitan vision*. Translated by Ciaran Cronin. Cambridge: Potity Press, 2004.
- . *Weltrisikogesellschaft* (Auf der Suche nach der verlorenen Sicherheit). Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2008.
- . *Nachrichten aus der Weltinnenpolitik*. Frankfurt. Suhrkamp, 2010.
- BERKING, H. “Globalisierung”, in: BAUR *et.al.* (Hg.) *Handbuch Soziologie*. Wiesbaden: VS, 2008.
- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire* (L'économie des échanges linguistique). Paris : Fayard, 1982.
- BROCK, D. *Globalisierung*. (Wirtschaft, Politik, Kultur, Gesellschaft). Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2008.
- DERRIDA, J. *Le monolinguisme de l'autre*. Paris : Galilée, 1996.

- “Qu’est-ce qu’une traduction ‘relevante’?”, in *Quinzièmes Assises de la Traduction Littéraire*, 1996, pp. 21-48.
- DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris : Minuit, 1980.
- ECO, U. *Come si fa una tesi di laurea*. Milano: Bompiani, 1977.
- ENGEL, U.; MIDDELL, M. *Theoretiker der Globalisierung*. Leipzig: Universitätsverlag, 2010.
- GOLDSCHMIDT, V. *A Religião de Platão*. São Paulo: Difel, 1963.
- GUEROULT, M. *Descartes selon l’ordre des raisons* (2 tomes). Paris : Aubier, 1953.
- *Philosophie de l’histoire de la philosophie*. Paris : Aubier-Montaigne, 1979.
- IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- [1996] *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- *Enigmas da Modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- KREFF, F.; KNOLL, E-M.; GINGRICH, A. (Hg.) *Lexikon der Globalisierung*. Bielefeld: Transcript Verlag, 2011.
- LUHMANN, N. *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt: Suhrkamp, 1997.
- MARTELL, L. *The Sociology of Globalization*. Cambridge: Polity, 2010.
- ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- *As Formas do Silêncio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- ORTIZ, R. “Globalização: notas sobre um debate”. *Sociedade & Estado*, v. 24, 2009 pp. 231-254.
- POCOCK, J. *Political Thought and History: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- REHBEIN, B.; SCHWENGEL, H. *Theorien der Globalisierung*. Konstanz: Uni-Taschenbücher; Universitätsverlag Konstanz Verlagsgesellschaft, 2008.
- RITZER, G. (Ed.) *Contemporary Sociological Theory*. New York: Knopf, 1988.

- ROBERTSON, R. "Globalization Theory 2000+: Major Problematics".
In RITZER, G. & SMART, B. *Handbook of social theory*. London: Sage, 2001.
- SANTOS, B. S. "Os processos de globalização". In SANTOS, B. S. (org.) *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001.
- SASSEN, S. *A Sociology of Globalization*. New York: Norton, 2001.
- SAUSSURE, F. [1916] *Cours de linguistique générale*. Paris : Payot, 1979.
- SKINNER, Q. [1978] *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Trad. R. J. Ribeiro e L. T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- . *Visions of Politics I: Regarding Method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- WEBER, M. [1922]. *Wirtschaft und Gesellschaft* (Grundriss der verstehenden Soziologie), s/d. Disponível em: <<http://www.textlog.de/7303.html>>. Acesso em 25.07.2013.

Notas preliminares sobre a obra de Gabriel Cohn

FLÁVIA XAVIER MERLOTTI PANIZ

flaviapaniz@gmail.com

Resumo

Com seis livros, e mais de cem textos (entre artigos e capítulos de livros), a produção intelectual de Gabriel Cohn se destaca especialmente pela inovação no debate teórico na sociologia brasileira, e por ser uma das principais referências na recepção do pensamento social alemão no Brasil. Através de leitura imanente e sistematização de seus textos, esse trabalho pretende apresentar as hipóteses da construção de uma teoria sociológica corrente em seus escritos, que serão desenvolvidas ao longo do mestrado. A proposta se concentra em realizar uma análise dos principais temas investigados por Cohn (comunicação e estudos teóricos sobre autores, como Adorno e Weber), a fim de compreender os fundamentos sociológicos propostos pelo autor ao longo de sua obra. Destaca-se a importância da releitura de seus principais interlocutores, e os critérios de Cohn para a revisão de conceitos propostos por eles, problematizando a elegibilidade de um conceito para sua possível reformulação.

Palavras-chave Gabriel Cohn; Teoria Sociológica; conceito

Abstract

With six books, and more than a hundred writings (between articles and chapter of books), Gabriel Cohn's intellectual production is known specially by its innovation in the theoretical debate in brazilian sociology, and for being one of the more important references in the reception of the german thought in Brazil. Through the immanent lecture as a method, and systematization of its writings, this work intends to investigate the hypothesis of the existence of a sociological theory in the progress of his work. The

proposition attempts to establish an analysis of the main themes investigated by Cohn (communication and theoretical studies of determined authors, such as Adorno and Weber), in order to comprehend the sociological groundwork scheme built by this sociologist throughout his career. We also intend to distinguish the importance of reading the main intellectuals with whom he establishes dialogues, and Cohn's standards for reviewing concepts formulated by them, discussing the eligibility of a concept in order to reformulate it.

Keywords Gabriel Cohn; Sociological theory; concept.

1

O trabalho que segue tem como propósito apresentar uma reflexão inicial sobre o andamento de minha pesquisa de mestrado de título: “A sociologia crítica de Gabriel Cohn”. O texto está dividido em três partes: a primeira é uma revisão da proposta inicial do projeto de pesquisa apresentado no início do mestrado. A segunda parte se concentra em explicitar alguns apontamentos sobre as leituras realizadas até o presente momento. E a terceira parte pretende apontar caminhos posteriores e alguns debates e questionamentos que surgiram no desenrolar das leituras da obra do autor em questão. Antes de propor uma reflexão sobre os percalços de se pesquisar a obra deste intelectual, se faz necessário explicar a trajetória da ideia que deu início a essa pesquisa.

A origem dessa pesquisa surgiu, primeiramente da experiência de meu contato inicial com autores da tradição da *Teoria Crítica*,¹ sob orientação do professor Josué Pereira da Silva ao longo da graduação. Posteriormente, através do contato com distintas formas de abordagem de teorias, como foi o caso da recepção da obra de Max Weber na Argentina através de Gino Germani²; através dos debates

1. Ao tratar de “Teoria Crítica” nesse texto, me refiro à tradição da Escola de Frankfurt, no caso de Cohn mais especificamente a Adorno, Horkheimer, Luhmann e Habermas, por exemplo.
2. BLANCO, Alejandro. Max Weber na sociologia Argentina (1930-1950). *Dados* [online]. 2004, vol. 47, n. 4, pp. 669-701. Alejandro Blanco é professor da Universidad General Sarmiento, localizada na província de Buenos Aires.

(tanto na sociologia como na historiografia americana) que abordam recepção e/ou produção de teoria na América, por exemplo de leituras e análises sobre o ensaio *Nuestra América*(1891)³ do intelectual cubano José Martí, e outros como *As ideias fora do lugar* (1977)⁴ de Roberto Schwarz, é que me deparei com a problemática da produção de conceitos, e foi o que me levou a pesquisar a obra de um sociólogo conhecido por trabalhar justamente com conceitos.⁵

Retomando as questões principais que coloquei para a minha pesquisa, posso dizer que até agora encontrei dois caminhos para pensar a obra de Gabriel Cohn. O primeiro, sobre o qual farei uma breve descrição adiante, se concentraria em situar o papel de Cohn no contexto dos debates da sociologia brasileira e propor uma reflexão a partir da história de suas ideias, considerando, para além de seus escritos acadêmicos, sua trajetória e atuação em outras atividades e cargos que tenha ocupado; e o segundo caminho, que venho optando desde a elaboração do projeto, é o da crítica imanente, ou seja, de pensar sua obra a partir da própria obra, e realizar a pesquisa exclusivamente com base na análise de seus textos. Na primeira opção eu poderia fazer entrevistas, me ocupar de documentos e de sua trajetória na USP, CEDEC, na FFLCH como diretor, e de sua passagem pela presidência da ANPOCS, mas a segunda me permite chegar ao ponto central da problemática que pretendo desenvolver, que é a produção de concei-

3. MARTÍ, José. *Nuestra América*. Publicado na Revista Ilustrada de Nova York, Estados Unidos, em 10 de janeiro de 1891, e no Partido Liberal, México, ao 30 de janeiro de 1891). Disponível na biblioteca virtual da CLACSO em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal27/14Marti.pdf>>. Em português: MARTÍ, José. *Nossa América*. Tradução de Maria Angélica de Almeida Triber. São Paulo: HUCITEC, 1983. p:194-201.
4. SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar* In: *Ao Vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2012.
5. Devo registrar que o mérito da escolha de Gabriel Cohn como objeto dessa pesquisa partiu de meu orientador, Josué Pereira da Silva, em uma reunião de orientação no final de 2010. Estudar Gabriel Cohn me pareceu uma ótima sugestão porque permitiria abordar temas e debates os quais eu tinha afinidade, e que me causavam certa inquietação naquele momento, e também pelo fato de que não há, pelo menos até agora, indícios de dissertações ou teses a respeito de sua obra, o que torna a tarefa ainda mais instigante. Coincidentemente, antes disso, em 2009, na Universidad de Buenos Aires (UBA), enquanto eu apresentava minhas ideias sobre Walter Benjamin e Adorno, meu professor de Teoria Estética, Horacio Gonzalez, sugeriu que eu procurasse Gabriel Cohn para conversar sobre os temas de meu trabalho. Gonzalez foi meu professor na UBA durante um intercâmbio para a Argentina, e teve seu doutorado orientado por Gabriel Cohn na USP.

tos. Em diversos momentos essas duas perspectivas se encontram, e é claro que eu não poderia desenvolver uma análise imanente de sua obra desconsiderando completamente o contexto de sua trajetória. Assim, me deterei a uma análise de textos previamente selecionados e quando necessário recorrerei ao primeiro caminho como recurso de contribuição para questões analíticas.

Gabriel Cohn é conhecido por seus pares acadêmicos como um dos principais responsáveis pela difusão da obra de Max Weber no Brasil, em razão de sua livre docência *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber* (1979).⁶ Além da obra de Weber, estudos sobre sociologia da comunicação, resultantes de sua tese de doutorado e artigos que apresentam suas interpretações das obras de Adorno tornaram-se as principais referências da contribuição do sociólogo para as pesquisas em ciências sociais no Brasil.

Até o momento tenho dividido sua obra em seis partes:

1. Sociologia de Weber e seus interlocutores (Simmel, Dilthey, Parsons e etc)
2. Leituras de autores que correspondem à tradição da Teoria Crítica
3. Sociologia da Comunicação
4. Pensamento brasileiro, em especial Octavio Ianni e Florestan Fernandes
5. Reflexões sobre outros pensadores, como Durkheim, Tocqueville, Boudon, entre outros.
6. Textos de intervenção política publicados em jornais e periódicos.

É certo que essa divisão tem propósito único de contribuir na elaboração de meu recorte teórico e seleção de obras a serem analisadas no período de dois anos do mestrado e, portanto, é passível de mudanças, até mesmo porque algumas das categorias se inter-relacionam.

6. Posteriormente publicado o livro com a alteração no título para: *Crítica e resignação: Max Weber e a Teoria Social* (1979) São Paulo: T.A. Queirós e a 2ª edição publicada em 2003 pela Editora Martins Fontes.

Fui indagada, mais de uma vez, se eu me proporia a ler tudo o que Gabriel Cohn leu, já que tenho como objetivo realizar uma análise das releituras e produção de conceitos à luz de sua obra, que é composta essencialmente por análises de outros autores. Essa pergunta, que a princípio parece ingênua, na verdade trouxe uma reflexão fundamental. Não pretendo ler em dois anos o que Cohn leu ao longo de toda a sua carreira, mas pretendo estudar a maneira como ele constrói uma sociologia corrente em seus escritos com base nas análises conceituais que realiza desses autores.

Com mais de cem textos (entre artigos e capítulos de livros), a produção intelectual de Gabriel Cohn se destaca especialmente no campo do debate teórico. Ainda que enfatizemos seus textos analíticos, a presença dos teóricos que ele revisita é muito marcante, por exemplo: Weber, Adorno, Habermas, Simmel, Luhmann entre outros. Isso porque Gabriel Cohn se identifica e é ao mesmo tempo identificado como um estudioso dessas teorias. “Por que eu vou dedicar tempo e estudo a um autor? Porque de alguma maneira ele dialoga com as minhas referências e dialoga com o mundo de um modo que me parece significativo” (COHN, 2006, p. 86). É através de seus estudos teóricos que se torna possível realizar uma análise da sua concepção de sociologia. Concepção esta que também pode ser compreendida a partir da maneira como ele desenvolve uma conexão entre método sociológico e produção de teorias através, especialmente, de revisão e problematização de conceitos produzidos pelos pensadores acima citados.

Compreender esse movimento de análise conceitual em sua obra é fundamental para situar as proposições de Gabriel Cohn nos debates de teoria social no Brasil. Sua figura é notadamente conhecida por ser, entre outras coisas, o responsável pela revitalização do campo teórico na sociologia, em especial no estudo de autores que compõem a tradição da “teoria crítica”, sobre a qual ele notadamente debruçou-se mais profundamente. Na coletânea *A ousadia crítica: ensaios para Gabriel Cohn* (1998), (organizada por Leopoldo Waizbord), diversos intelectuais prestam homenagens, compartilham anedotas e expõem distintas perspectivas sobre a importância dos trabalhos de Cohn na sociologia do Brasil. São frequentes, no livro, numerosos elogios ao papel que Cohn desenvolveu ao conduzir os debates sobre teoria social, tradu-

zindo, tanto no sentido literal quanto no sentido de contribuição, a recepção de teóricos alemães no Brasil.

Não parece ser por acaso que Gabriel Cohn tomou contato com as obras de Adorno, Horkheimer e Habermas, (expoentes das primeira e segunda gerações da Teoria Crítica), pois foi através de seus estudos sobre comunicação, incentivado especialmente por Octavio Ianni, que passou a dedicar-se à tradição do pensamento que tinha nos estudos de comunicação e de linguagem o fundamento para análises mais amplas de processos de transformações da racionalidade moderna. Até o presente momento, tendo a defender a ideia de que a diversidade de temas presente na obra de Gabriel Cohn é resultado dos múltiplos fatores que o influenciaram como: o grupo de pesquisa de Florestan Fernandes, o incentivo de Ianni, a afinidade de Luis Pereira com temas ligados ao desenvolvimentismo, as condições das pesquisas na USP e órgãos de pesquisa no período da ditadura, a ampla diversidade de referências teóricas, (em especial a Teoria Crítica), o traço de continuidade residente nas incursões da tradição do pensamento alemão e a facilidade de acesso por causa da fluência neste idioma, (e sem esquecer, por outro lado, seu texto sobre Durkheim, notadamente reconhecido por sua capacidade de síntese da obra desse autor)⁷ e, sobretudo, o tipo de análise que desenvolve como teórico.

Ao mesmo tempo em que retoma autores clássicos e contemporâneos em seus estudos, Cohn realiza também uma proposta de renovação sociológica concernente a eles enfatizando, através da revisão de conceitos, uma discussão acerca de sua relevância no mundo contemporâneo. A partir de sua contribuição teórica, Cohn apresenta reflexões sobre questões políticas, de comunicação, democracia e cultura. Esses textos são considerados de “análise prática”, ou de intervenção, estabelecendo assim uma conexão entre temas e autores. Um exemplo desse tipo é o caso do conceito de *civilidade* apresentado no texto “Civilização, cidadania e civismo: a teoria política frente aos novos desafios” (COHN, 2006), em que apresenta o conceito de *civilidade* a partir, especialmente, de debates contidos no livro *Minima Moralia* de Adorno (1951).

Em boa parte dos seus textos, Cohn trata da importância e necessidade da revisão de conceitos clássicos e contemporâneos que se

7. Cf. “Individualidade e cidadania no mundo dividido” (COHN, 1999).

consagraram fundamentais para a construção das problemáticas das pesquisas atuais, como no caso da obra de Adorno (Cf. COHN 1998). O diagnóstico de época realizado por esse autor é uma característica pontual em sua obra. Gabriel Cohn retoma e coloca em evidência a importância de se realizar um exercício de reflexão, e revisão de alguns de seus principais conceitos, com o olhar atento à maneira como é construída a relação entre a crítica conjuntural (diagnóstico de época) e instrumental metodológico. O contexto político europeu sob o qual se encontrava Adorno e os outros pesquisadores da primeira geração do *Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt*, (a chamada “Escola de Frankfurt”) era o da ascensão do nazismo na Alemanha, razão pela qual o Instituto foi transferido para o Estados Unidos a meados da década de 1930. Devido a essa mudança, os escritos dos teóricos daquela geração são marcados, entre outros elementos, pela temática do antissemitismo, e pelo encontro com sociedade norte-americana de então. Nesse contexto foi publicada a *Dialética do Esclarecimento* (ADORNO, T.W & HORKHEIMER, Max. 2006).

Gabriel Cohn propõe no excerto abaixo uma revisão do conceito de Indústria Cultural, explicitado em “A Indústria Cultural: esclarecimento como mistificação das massas”, texto contido no livro *A Dialética do Esclarecimento* (2006). Nele é possível perceber a distinção que ele realiza entre o diagnóstico e o elemento central da problemática que deverá ser reformulado de maneira a estabelecer uma coerência com a realidade social contemporânea, a saber, a crítica da sociedade administrada.

Para demonstrar a obsolência da teoria crítica da sociedade da “Escola de Frankfurt” e portanto do conceito de Indústria Cultural seria preciso demonstrar a irrelevância das questões que a teoria e o conceito a ela pertencente propõem, nos seus níveis e âmbitos próprios. Para os adeptos da teoria crítica, o desafio é maior: buscar dar forma nova às suas questões centrais sem abandoná-la no caminho. No caso do conceito de Indústria Cultural, isso significa aplicar às condições contemporâneas da produção, circulação e consumo (vale dizer, recepção) de material simbólico as instituições básicas da teoria crítica acerca das duas dimensões de complexidade presentes nesse processo: a sistêmica e a da multiplicidade de níveis em profundidade com tudo que isso tem de rico e instigante. (COHN 1998, p. 26)

É possível observar nesse exemplo, a importância de se caracterizar ou descrever o sentido de *universalidade* atribuído por Cohn ao conceito de *Indústria Cultural* de Adorno. O fundamento que torna viável a proposição de que a partir de suas revisões, esses conceitos poderão ser trabalhados em contextos diferentes daqueles que se propunha explicar, é pautado, no caso da teoria crítica, pela crítica imanente. A estrutura de argumentação de Cohn na composição do texto citado, por exemplo, está dividida em três partes: a primeira se concentra em reconstruir a corrente de pensamento que deu origem ao conceito, ou seja, apresentação de elementos da teoria crítica como pressuposto para sua formulação; a segunda se concentra em análise do próprio conceito; e a terceira expõe o alcance do conceito nos dias atuais.

Se por um lado as releituras propostas pelo autor, e seus respectivos avanços são a chave para pensar uma possível sociologia cohniana, por outro lado é necessário verificar o critério de elegibilidade para a renovação conceitual em Cohn, haja vista que nem todo conceito é passível desse procedimento:

CONVENHAMOS. Um manifesto não pode durar 150 anos. Há algo de errado nisso. Mas não é nele e sim no curso do mundo que se encontram as razões dessa teimosa persistência. Seus autores não se propunham mais, nem menos, do que um texto de ocasião: na ocasião da mudança do mundo. Estranho destino, o de Marx e Engels. (COHN 1998, p. 87)

Que tipo de diagnóstico de época realiza Marx nesse Manifesto de maneira que soa impossível sua revisão, condenando sua relevância no mundo contemporâneo? Responderemos a essa pergunta na medida em que pudermos observar o que há, para Cohn, por trás das declarações de Marx e Engels nesse texto. Não cabe questionar a relação de Cohn com Marx ou com o marxismo, mas como ele mesmo diz, com o curso do mundo; a ideia é compreender o que pauta a elegibilidade dos conceitos analisados por ele, logo convém uma reflexão acerca da sua concepção de conceito. Essa problemática tem servido de guia para as análises da obra de autor a fim de possibilitar a compreensão de suas escolhas e das construções de suas formulações.

Outra indicação para pensar essa relação entre conjuntura e produção de conceito em sua obra se encontra na introdução de *Crítica e Resignação. Max Weber a teoria social* (2003 [1979]).

Para além dos confrontos e aproximações entre o esquema weberiano e outros, interessa-me captar a presença do contexto em que a obra foi produzida no próprio interior dos seus conceitos básicos, para mostrar como ela traz, inscrita em cada um dos seus conceitos e no conjunto deles, a marca e os limites das condições históricas e sociais concretas que orientaram sua produção. (COHN, 2003, p. 8)

Sobre as análises que venho realizando da obra de Cohn, até esse momento me dediquei a uma leitura inicial de seus artigos e livros, e estou concentrada na redação do capítulo que aborda a temática da sociologia da comunicação. Feito isso, seguirei com a pesquisa para a análise e redação de seus estudos sobre Weber. Apresento a partir de agora questões que surgiram com os desdobramentos de alguns debates no curso da pesquisa.

2

Gabriel Cohn é usualmente conhecido por ser um *comentador*, seja de Weber, de Adorno, além de outros debates decorrentes dos estudos através da obra de autores. Seu trabalho se destaca pelas análises teóricas que realiza desses e tantos outros autores, o que marca sua contribuição para a revitalização de estudos de teoria no Brasil. A ideia de *revitalização de estudos de teoria no Brasil*, por sua vez, provém de um debate mais profundo, que envolve múltiplos aspectos como: reflexões sobre os rumos e prioridades de desenvolvimento científico no Brasil, incluindo os interesses das ciências sociais por determinadas áreas de estudo; sobre as orientações políticas das instituições e órgãos de pesquisas em priorizar o financiamento de determinadas áreas do conhecimento, e a relação com o modelo de Universidade que se pretende desenvolver; e sobre a própria constituição das ciências sociais no Brasil, tanto no que diz respeito ao modelo de pesquisa presente, como nos debates metodológicos, reflexões sobre campo e escolhas de seus objetos.

Esses três aspectos são fundamentais para pensar, entre outras coisas, as transformações de modelos de pesquisa em ciências sociais no Brasil. Para exemplificar a questão, de maneira ampla nos embasaremos na análise do sociólogo Luiz Carlos Jackson através do artigo “Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970)” (2007).

Da análise apresentada por Jackson nos importa aqui dizer (de maneira muito resumida) que seu texto aponta tensões e disputas correntes no campo da sociologia de 1940 a 1960, distintas perspectivas metodológicas e políticas na busca por um modelo de ciências sociais. Essas disputas podem resumidamente, e por questões didáticas, segundo ele mesmo, ser expostas a partir de pares, dualidades, tais como: “ensaio e ciência, pensamento radical e conservador, teoria e pesquisa empírica, interpretações totalizadoras e dualistas, sociologia do desenvolvimento e da cultura” (Cf. JACKSON, 2007 p. 33). A tensão descrita pelo sociólogo é marcada especialmente através de dois autores: Florestan Fernandes, cuja posição se traduz por, entre outras coisas, um defensor da busca pela cientificidade, que seria imprescindível para as transformações da moderna sociologia brasileira; e em contrapartida, Antônio Candido, representante de um tipo de humanismo que encontra na interface entre literatura e sociologia a possibilidade do ensaio como método sociológico. A partir de 1954, segundo Jackson, o grupo que compunha a chamada “Escola Paulista de Sociologia” passa a ocupar-se de uma agenda metodológica específica. Seu objetivo era alinhar as pesquisas desenvolvidas dentro da universidade com o processo de modernização por que passava o Brasil.⁸

Uma dos resultados preliminares dessa pesquisa de mestrado (ainda não concluída) teve sua origem na pesquisa resultante de minha monografia de graduação: “Epistemologia e Cultura: Gabriel Cohn leitor de Adorno” (2011). Através de análise da leitura que Cohn realiza da obra de Adorno,⁹ pude notar alguns aspectos importantes de sua obra.

-
8. Cf. JACKSON, 2007, p. 35. O debate sobre as aproximações e distanciamentos das escolas de sociologia de São Paulo é densamente trabalhado por Luiz Carlos Jackson não só nesse artigo, mas no artigo “Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). Revista Tempo Social v. 19 n. 1. Infelizmente, em função da limitação do espaço para esse artigo, não foi dada a atenção que o tema merecia.
 9. Uma importante referência de análise do sociólogo no que diz respeito a obra de Adorno é a *Dialética do Esclarecimento*, (1947), assinada por Adorno e Horkheimer.

Nos deteremos apenas ao que nos interessa nesse momento a saber: (1) a preocupação em expor uma concepção de ciência (da qual tratarei adiante), (2) releitura e revisão de conceitos apresentados por Adorno, e (3) reflexões atualizadas desses conceitos a partir do diálogo que Cohn estabelece sua noção de mundo.

Gabriel Cohn apresenta ao longo de vários textos, (para citar um específico opto por “A Sociologia e a arte da controvérsia” (1968), a defesa do caráter científico das pesquisas em ciências sociais. Sua concepção de ciência não é apresentada de maneira objetiva com atenção exclusiva para o tema, mas distribuída ao longo das análises do autor. Na obra de Cohn existe uma defesa específica de estabelecimento de rigor para o método científico, a fim revitalizar as ciências sociais e atribuí-las de fato o significativo status de *ciência*. Para além do debate clássico que compõem as ciências sociais sobre seu caráter científico, sobre a impossibilidade de neutralidade em seu método dado em função de seu objeto, sobre a importância da clareza nas relações entre teoria e ideologia, o posicionamento de Cohn aponta para uma outra componente dessa questão, explicitada por ele, e também pelo sociólogo José Maurício Domingues, que passa pela compreensão do que foi dito anteriormente: *revitalizar os estudos de teoria no Brasil*.

Dentre as problemáticas presentes nos debates apontados por Jackson, as relações entre *ciência e ensaio*, *teoria e pesquisa empírica* e *teorias totalizadoras e dualistas* também são apontadas como marcantes nos debates das ciências sociais em distintos momentos das décadas citadas. Essas dualidades também marcam presença de maneira objetiva e subjetiva nos escritos de Cohn. Em “A sociologia e a arte da controvérsia”, o sociólogo apresenta um balanço da condição das pesquisas em sociologia no Brasil à época e constata uma polarização entre o que ele vai chamar de concepção globalizadora (pesquisa teórica) em oposição a uma suposta concepção empírica no modo de se fazer pesquisa. A partir da reflexão da condição de cada uma delas, Cohn apresenta sua proposta de resolução para a chamada “controvérsia” nas pesquisas sociológicas brasileiras.

Para ele o utilitarismo nas pesquisas empíricas é um reflexo da adoção do profissionalismo tecnicista que influenciava especialmente a

Contudo, é frequente entre os estudiosos da área atribuir exclusivamente a Adorno a autoria do texto “A indústria Cultural” em função da abordagem e tipo de escrita.

formas de manipulação dos instrumentos de análise, e isso se deu como consequência também das transformações sofridas pela concepção de Universidade que estava sendo constituída. Nesse momento ele apresenta uma distinção entre o modelo de pesquisa acadêmica que estaria voltado para a produção de saberes, em oposição a um modelo cuja finalidade das pesquisas, de caráter mais específico, explicitando o que Merton denomina como “teorias de médio alcance”, explica.¹⁰ A aplicação de um modelo de pesquisa empírica sem o devido fundamento teórico acabaria por produzir um conhecimento específico, particular. A diferença entre produção de conhecimentos locais e a produção de teorias “universais”, globalizantes, é uma das dualidades apontadas por Cohn. O problema central da questão que Cohn caracteriza como “Bifurcação do pensamento científico” não é exatamente a existência dessa divisão entre empiria e orientação globalizante, mas o *isolamento* entre as orientações. O privilégio de uma representa o prejuízo da outra. A falta de diálogo entre as concepções resultaria em obstáculo para o exercício da sociologia.

Até o presente momento no curso da pesquisa, pude observar que o lugar ocupado por Cohn nesse debate se encaixa na proposta de revitalização dos estudos de teoria como forma de contribuir com o desenvolvimento das pesquisas, não só do campo da teoria, mas também no campo da pesquisa empírica, no sentido de ampliar as relações e contribuições entre ambas. Um exemplo prático de como ele desenvolve a questão está, como ele mesmo afirma, em sua tese de doutorado “Sociologia da comunicação: teoria e ideologia (1973) e na introdução do livro organizado por ele de título: “Comunicação e Indústria Cultural — *Leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e “cultura de massa” nessa sociedade*” (1971), seu objetivo, no caso do tema da comunicação é, a partir de estudo sociológico, fornecer base teórica para a formação de um campo mais específico, o da

-
10. De modo algum pretendo afirmar que esses dois modelos são representativos dos modelos das escolas de sociologia anteriormente citadas. Apresento apenas o argumento do autor em um texto específico, com a intenção de conectar a importância de sua contribuição posterior aos debates apresentados por Jackson. Dito isso, também esclareço que as orientações que marcam as distintas perspectivas dessas escolas são apenas diretrizes, e que deve-se, portanto, tomar o devido cuidado em seu tratamento a fim de não encerrá-las dentro deste ou daquele perfil exclusivamente.

ciência da comunicação. Em “A sociologia e a arte da controvérsia”, Cohn descreve as contradições presentes no debate entre pesquisa sociológica e pesquisa empírica realizadas no Brasil, e propõe a revitalização de estudos teóricos como forma de revigorar a sociologia ancorando suas bases metodológicas na perspectiva quase que exclusivamente científica (COHN, 1968).

Uma nota de rodapé escrita por Jackson coloca em evidência diferentes perspectivas entre Antônio Candido e Florestan Fernandes a respeito da questão, e que me coloca o desafio de trabalhar possíveis traços similares entre as concepções de ciência de Florestan Fernandes e Cohn: “Se Antonio Candido aproxima-se de uma cultura humanística, Florestan, ao contrário, defende a sociologia como ciência, mesmo reconhecendo a importância heurística do ensaio para a explicação de nossa formação histórica e social”. (JACKSON, 2007, p. 35).

Nota de Jackson a respeito do parágrafo citado acima:

Para um sociólogo como Florestan Fernandes, o ensaísmo e a forma literária de escrita estão comprometidos com uma visão estamental da cultura. ‘O nosso padrão de vida literária foi moldado numa sociedade senhorial e o escritor passou a ver-se, como e enquanto escritor, à luz de uma concepção estamental do mundo’. Por essa via, o professor constrói uma forma de exposição cujo traço marcante refere-se à apresentação de um discurso, não apenas permeado por conceitos, mas no qual a precisão da linguagem científica é o principal elemento ordenador” (Arruda, 2002, p. 212). O trecho citado pela autora está em Fernandes (1963, p. 230).

Esse texto de 1968 é o primeiro artigo publicado por Gabriel Cohn, e uma das hipóteses a ser investigada nessa dissertação de mestrado é de que ele se converte em uma espécie de agenda de pesquisa para o autor. A defesa da revitalização da teoria sociológica presente em toda a sua obra, inclusive, como veremos adiante, nos textos sobre comunicação, representam sua filiação ao chamado “grupo do Florestan Fernandes”,¹¹ que buscava defender uma concepção específica de

11. “Do ponto de vista de Florestan, o grande equívoco de seus adversários seria tomar a pesquisa empírica como etapa primeira, desconsiderando-se o fato de que a história da sociedade brasileira seria tributária da europeia, o que implicaria tomar como ponto de

ciência, com rigor metodológico estabelecido. Além disso, essa opção representa também uma escolha política. A disputa pelo modelo de cientificidade em torno da sociologia pautará o debate posterior entre pesquisa empírica e pesquisa teórica.

Uma possibilidade de leitura é pensar que o tratamento da questão da comunicação na coletânea organizada por Cohn, além das diversas formas de abordagem do tema, abrange diversas áreas como forma de ampliar o debate e torná-lo interdisciplinar dentro da própria sociologia. O livro apresenta debates sobre comunicação a partir das dimensões tecnológica, matemática, biológica, psicológica, linguística, social e política. Gabriel Cohn justifica a escolha dos autores e temas com base na ideia de fornecer material teórico para as pesquisas da área, o que é característico de sua obra como um todo. A revitalização do material teórico na área de sociologia da comunicação, como foi apresentada a hipótese, parece estar em acordo com a premissa anunciada por ele no texto de 1968, e podemos dizer que ele passa a cumprir a agenda proposta nesse texto ao defender a revitalização de estudos teóricos a fim de fornecer novas bases, para estudos mais específicos no campo da *ciência da comunicação*. Propõe que esse livro forneça bases teóricas para o campo da ciência da comunicação, e não da sociologia da comunicação, implica dizer que a questão da ciência é anterior à questão da sociologia, e que a sociologia da comunicação será, então, mais uma componente para servir à compreensão da ciência, no caso da comunicação, de maneira mais geral.

A contribuição sociológica de Cohn se faz presente a partir do momento em que ele insere a sociologia buscando compreender através dela bases conceituais para o desenvolvimento das pesquisas no campo da comunicação. Em sua tese de doutorado o sociólogo desenvolve uma *revisão teórica*¹² de alguns conceitos historicamente aplicados no campo da comunicação, tais como: *massa*, *público* e *elite*, e realiza uma análise das dimensões da aplicação desses concei-

partida para a explicação sociológica da sociedade brasileira as teorias clássicas sobre o desenvolvimento da modernidade, formuladas pela sociologia europeia, desde o século XIX.” (JACKSON, 2007, p. 39)

12. Eis os primeiros sinais das análises das revisões teóricas propostas por ele, agora não no estudo de um autor, em um trabalho temático no campo da comunicação.

tos nos campos da cultura e da política, elucidando a carga ideológica contida em cada um deles.

Interessa-nos, portanto, examinar a questão de uma análise científica — referida, portanto, a uma *teoria* específica — que respeite simultaneamente a autonomia da sua dimensão sociológica e aquela de seu próprio objeto de estudo. Vale dizer: importa-nos discernir as condições de realização de uma análise *sociológica* da *comunicação* que tenha valor de ciência. (COHN, 1977, p. 13)

Seu trabalho no campo da comunicação tem propostas bem específicas e absolutamente objetivas, e que se fundamenta na ideia de propor uma discussão de conceitos centrais da área a fim de realizar o que ele chama de “limpeza sistemática do terreno” (Idem, p. 15), e dar conta das demandas do quadro teórico na recente sociologia da comunicação, que até então era usada como instrumento acessório em outros temas de pesquisas, ou ainda, abordada de maneira periférica.

Notar-se-á isso especialmente quando se chega ao ponto nuclear à presente tese, em que assinala que a análise sociológica da comunicação, para ganhar validade científica deve inspirar-se numa teoria que a oriente no sentido do estudo das mensagens, tomadas criticamente enquanto manifestações no plano ideológico. (COHN, 1973, p. 15)¹³

A partir disso, em de sua tese de doutorado, Cohn realiza uma profunda revisão teórica que parte dos conceitos de *massa*, *elite* e *público*, mobilizando Tocqueville, Hegel, Marx, Locke, Hobbes, Rousseau, Mills e outros tantos autores, e desemboca na análise dos lugares ocupados por esses conceitos nas fronteiras das relações entre teoria e ideologia na história de suas formulações empíricas e teóricas.

Nesse trabalho Cohn realiza um “exame das terminologias e apontamentos de conteúdos ideológicos” e se propõe a “descobrir as modalidades históricas da produção e as condições sociais da incorporação e redefinição de conceitos” (Idem, p. 16). Até o presente momento não é clara a sua relação com aquela tradição primeira da teoria crítica,

13. Cabe esclarecer que a publicação do livro “Comunicação e Indústria Cultural” é anterior a tese de doutorado. A edição usada na redação desse texto é a terceira, e portanto, publicada em 1977.

proposta por Horkheimer no texto de apresentação “Teoria Tradicional e Teoria” (publicado pela primeira vez em 1937), mas seria o caso de se verificar, mais adiante, com os desdobramentos da pesquisa, se essa concepção de ciência defendida por Gabriel Cohn, não seria o que o levou a dedicar-se aos estudos da primeira geração da chamada Escola de Frankfurt. Ao assumir a existência de carga ideológica de conceitos tradicionalmente aplicados cientificamente, e propor-se a realizar exame dessa carga, poderíamos dizer que sua postura metodológica se traduz em posição política, e esta, por sua vez, como pode ser verificado em textos posteriores, se assemelha consideravelmente às premissas apresentadas por Horkheimer como fundamentais para o que pode ser chamado de Teoria Crítica, tais como crítica imanente e orientação para emancipação. Daí a questão de pensar sua obra como uma sociologia crítica, muito particular, com suas especificidades, tanto por conta da influência do grupo de pesquisa do Florestan, quanto por conta das condições das pesquisas na USP, e trilhada por caminhos distintos aos da influente tradição alemã.

Referências

- ADORNO, T. W. *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*. Tradução Luiz Eduardo Bicca. Edição 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1993. 216p.
- ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. (2006) *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, Zahar.
- BLANCO, Alejandro. Max Weber na sociologia Argentina (1930–1950). *Dados*. 2004, vol. 47, n. 4, pp. 669-701.
- COHN, Gabriel. (2008) Afinidade e Estranhamento. *Revista Estudos Avançados* n.22 (62).
- . (2006) Civilização, cidadania e civismo: a teoria política frente aos novos desafios. In: BORON, Atilio A. (org.) *Filosofia política contemporânea : controvérsias sobre civilizacion, imperio y ciudadania*. 1ªed. Buenos Aires: CLACSO ; São Paulo Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. pp. 17-30

- . (2006) In: BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com sociólogos brasileiros*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34.
- . (1999) Individualidade e cidadania no mundo dividido. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, Araraquara, v. 22, pp. 31-38.
- . (1998) O travo amargo da história. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 87-88
- . (1998) A atualidade do conceito de indústria cultural. In: Alberto da Silva Moura (org). *Sociedade Global: Cultura e religião*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: USF, 11-26
- . (1998) As diferenças finas: De Simmel a Luhmann. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n.(38) p. 53-62
- . (1998). Esclarecimento e Ofuscação: Adorno e Horkheimer hoje. *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, v. 43, n. 43, p. 5-24,
- . (1990) Difícil reconciliação: Adorno e dialética da cultura. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 20, p. 5-18
- . (1987) *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e “cultura de massa” nessa sociedade*. 5ª ed. São Paulo : T. A. Queiroz. 407p.
- . (1977) *Comunicação e Indústria Cultural*. Leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e “cultura de massa” nessa sociedade. (Org. Cohn, G.) São Paulo: Companhia Editora Nacional 3ªed.
- COHN, Gabriel. (1970) Pesquisa sociológica. *O Estado de São Paulo*: São Paulo, 12 set. 1970
- . (1968) A sociologia e a arte da controvérsia. Rio de Janeiro: *Revista civilização brasileira* n°19-20 pp. 229-250.
- . (1968) *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- . (1973) *Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia*. São Paulo: Pioneira
- DOMINGUES, José Mauricio. (2011). Dominação e indiferença na teoria crítica de Gabriel Cohn, In: Leonardo Avritzer (org.), *Gabriel Cohn*. São Paulo: Perseu Abramo.

- HORKHEIMER, Max (1975). Teoria Tradicional e Teoria Crítica in: *Coleção Os Pensadores* 1º Ed.. São Paulo: Abril Cultural
- JACKSON, Luiz Carlos. (2007) Tensões e Disputas na Sociologia Paulista (1940-1970). *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 22 nº. 65 outubro
- Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). *Revista Tempo Social* v. 19 n. 1.
- MARTÍ, José. *Nuestra América*. Publicado na Revista Ilustrada de Nova York, Estados Unidos, em 10 de janeiro de 1891, e no Partido Liberal, México, ao 30 de janeiro de 1891. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal27/14Marti.pdf>>.
- *Nossa América*. Tradução de Maria Angélica de Almeida Triber. São Paulo: HUCITEC, 1983. p:194-201.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar In: *Ao Vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2012.
- WEBER, Max (2004). *A Ética protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. Edição de Antonio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das letras.
- WAIZBORT, Leopoldo (org.). (2008). *A Ousadia Crítica*. 2ªed. Rio de Janeiro: Azougue.

O ovo do ornitorrinco: a trajetória do sociólogo Francisco de Oliveira

FLÁVIO DA SILVA MENDES

flavio85@gmail.com

Desde os anos 1970 o sociólogo Francisco de Oliveira é uma referência para estudiosos dedicados a compreender o Brasil. No conjunto de seus textos destacam-se ensaios sobre a economia nacional, publicados naquela década, intervenções sobre os desafios da abertura democrática, elaboradas nos anos 1980, e críticas direcionadas à recepção do neoliberalismo no país, já na virada do século. Apesar de importante, tal produção ainda não recebeu a merecida atenção de pesquisadores da área de pensamento social brasileiro. Este trabalho toma a trajetória do sociólogo como objeto e pretende contribuir para a análise de seus textos. Uma das hipóteses que orienta esta pesquisa é a de que seus trabalhos são um espelho dos debates que envolveram a sociedade brasileira e a consolidação das Ciências Sociais no país durante a segunda metade do século XX e, como tal, reproduzem parte dos dilemas e crises que envolvem essa história.

Entre o mágico e o cruel: A Amazônia no pensamento marxista brasileiro

LUIZ FERNANDO DE SOUZA SANTOS

fernluiz@gmail.com

Resumo

A Amazônia e os diversos grupos sociais que a habitam, desde os contatos iniciais com o Ocidente, através dos primeiros viajantes espanhóis e portugueses, até as interpretações hegemônicas na contemporaneidade que a tomam por objeto de pesquisa, tem sido apreendida de modo impreciso e fragmentado. Diante desse quadro, o presente trabalho se propõe a refletir especificamente sobre as bases intelectuais que permitam uma interpretação da Amazônia que efetivamente dê conta de percebê-la como uma totalidade ontologicamente determinada. Trata-se de ancorar a abordagem em autores fundamentais do marxismo brasileiro que tomaram a Amazônia como tema ou núcleo de preocupação, uns de modo explícito e sistemático, e outros de forma secundária.

Palavras-chave Amazônia, pensamento social, marxismo brasileiro.

Abstract

The Amazon and the various social groups living in this area, since initial contacts with the West Civilization through the early Spanish and Portuguese travelers until the hegemonic interpretations in contemporary taking it as the research object, has been seized imprecise and fragmented way. Given this framework, this article aims to reflect specifically on the intellectual foundations that allow an interpretation that effectively give Amazon account perceive it as an ontological totality. It is anchored in the funda-

mental approach of the Brazilian Marxist authors who took the Amazon as theme or core concern, explicitly and systematically, and some secondary mode.

Keywords Amazon, Marxist Thought, Brazilian Marxism.

1 Amazônia como categoria sócio-histórico-cultural

Quando nas últimas décadas do século XX soou o alarme em torno da erosão das bases ecológicas da terra, expressa no aquecimento global, na extinção de diversas espécies da flora e da fauna, na destruição de ecossistemas em escala planetária, a Amazônia passou a ser um componente estratégico nos discursos de ambientalistas, de governos e da comunidade científica. Tem-se aí um processo através do qual a natureza foi enredada numa teia discursiva que a transformou, fundamentalmente, em ambiente. No caso da região amazônica, em ambiente com um papel importante como reserva de informação genética e de água doce, como fundamental para o equilíbrio ecológico do Globo. As sociedades que a habitam foram também enredadas na trama desse processo de ambientalização — que em trabalho anterior assinalei como uma proliferação discursiva técnico-científica que reduz a natureza à condição de ambiente (SANTOS, 2007) — passando a ser assinaladas, como “populações tradicionais”, “povos da floresta”, “ribeirinhos”, etc. Compreendidas primeiramente como componente ambiental, tais sociedades são apreendidas, pois, em termos de uma causalidade natural, negando-lhes assim uma ontologia social, ou desfigurando a compreensão dessa condição ontológica.

Mas, o que é efetivamente a Amazônia? Ela é um cenário físico que determina os processos sociais, a economia, a organização política ou o resultado da produção intelectual possível no âmbito de tais processos? Essas questões já foram exploradas por diversos autores, tais como Amado (1995), Lima (2013) e Maia (2008), ao problematizarem o lugar da categoria “espaço” no pensamento social brasileiro. Exploraram Amado e Lima em relação ao recorte categorial “sertão” e Maia em torno mesmo da categoria “espaço”.

Para Amado, o pensamento social, o imaginário e o senso comum brasileiros, tem na categoria “sertão” uma ancoragem fundamental para discorrer sobre uma ou diversas regiões. É assim que vamos encontrar, desde século XVI referências à essa categoria em relatos de missionários e viajantes outros. Desse modo, o que hoje conhecemos por Goiás, Nordeste, Minas Gerais e Amazônia, no período colonial eram assinalados como “sertão”. E o colonizador português ao proferi-la o fazia com o significado de terras desprovidas de lei, religião e rei, e ainda como áreas distantes do litoral, povoadas por índios e animais selvagens. Estabelecia-se a oposição entre o litoral e o sertão, na qual o primeiro figurava como lugar civilizado e o último como ambiente distante, desconhecido, bruto e de povos bárbaros, gentios, sem cultura. Todavia, para os indígenas e negros perseguidos, bem como brancos portugueses degredados, miseráveis e leprosos, o sertão era o lugar de esperança de felicidade e liberdade.

Ao analisar os nexos entre nação, território, imaginação e pensamento social brasileiro, Lima mobiliza os sentidos de sertão já expostos por Amado, e percebe além desses que, uma diversidade de autores brasileiros os compreenderam nessa relação dual que se completa com o litoral, numa tensão entre o moderno e o seu avesso. Enquanto no litoral se desenvolve uma sociedade moderna, no sertão há uma composição social em oposição, refratária, à modernização. O sertão é “um outro geográfico”, lugar dos homens do sertão e das drogas do sertão, um universo rústico e inerte. “O sertão parece estar em todo lugar em que se anuncie o desconhecido, o espaço social a conquistar” (p. 87). No entanto, Lima percebe que há em alguns pensadores um desconforto com essa condição dual da sociedade brasileira. Euclides da Cunha é apontado como exemplar desse desconforto, pois percebe o litoral como o lugar de uma sociedade de empréstimo, de copistas de uma outra civilização, ao passo que os homens rústicos do interior engendram o que há de autêntico na realidade brasileira.

Maia parte da compreensão de que o espaço deve ser pensado, no âmbito das ciências humanas, como categoria central, uma vez que se realiza como imagem portadora de significados que ultrapassam a sua simples condição física. É assim que as outras formas de referência ao espaço, como paisagem e terra, não são meras expressões de topônimos físicos, mas lugar em que a imaginação se realiza simbolicamente. No caso da Amazônia, estamos diante de uma forma simbó-

lica que expressa uma matriz civilizatória. Nesse autor, porém, essa compreensão ocorre de forma tensa e ambígua: ao analisar a terra em Euclides da Cunha, a Amazônia, no seu pressuposto uma forma simbólica, é portentosa, incompleta, mutante e a compor a moldura a partir da qual os homens desenvolvem a trama de suas existências, ou mais ainda, a terra é o ator principal dos enredos humanos. “Os homens aqui entram num segundo momento, como que esmagados pelo peso que a natureza exerce sobre os sujeitos em sociedades ainda não plenamente desencantadas pela ciência e pelo domínio do meio físico” (p. 139). Mas, tais homens, bárbaros que são, têm aí sua barbaria transfigurada: se há uma possibilidade de emergência da civilização em terras amazônicas, ela reside não na filosofia ou na política, mas nesses homens que se aclimatam, se adaptam às forças portentosas da natureza. Maia sustenta que, nessa relação subordinada ao meio natural, está posta a potência imanente ao processo civilizador brasileiro.

Guardadas as devidas diferenças, os três autores até aqui assinados propõem, então, uma abordagem que compreenda o espaço como categoria social. Seja sertão, fronteira, terra, ou simplesmente espaço, estamos ante uma categoria que é mais do que uma expressão do meio físico. A Amazônia, podemos inferir, pois, não se explica tão somente por suas dimensões hidrográficas, geológicas, florísticas ou faunísticas, mas antes como um produto sociocultural.

Todavia, reconhecendo a contribuição desses autores para melhor circunscrever o espaço em seus nexos com a reflexão do pensamento social brasileiro acerca da formação da nação, no escopo da análise que aqui propomos faz-se necessário pontuar criticamente um aspecto: a categoria espaço no âmbito das ciências humanas é mobilizada num movimento de crítica e de subordinação da categoria tempo à primeira. Maia, que nesse aspecto é mais incisivo, ancora-se em Foucault para discorrer sobre a centralidade do espaço, eivado de uma dimensão simbólica, em contraposição à grande mania pela história. A preocupação com o fluxo temporal é uma obsessão própria da civilização europeia. E para fugir à homogeneização imposta pela grande narrativa histórica do modelo europeu, o espaço, o tema do “local”, é o ponto de partida intelectual para a resistência. A paisagem é simbólica, é cultura, é a possibilidade de afirmação da diferença diante da lógica temporal imanente ao capitalismo moderno.

Ao analisar produção intelectual brasileira sobre o sertão e a tensão que daí emerge em pares conceituais em oposição tais como “civilização e barbárie”, “tradição e modernidade”, “cultura e civilização”, Lima obtém uma chave de interpretação na obra de Robert Nisbet, que percebe o papel fundamental que tem o pensamento conservador em problematizar as promessas da modernidade. São os conservadores que criticarão os desfechos do processo revolucionário francês em fins do século XVIII e influenciarão decisivamente o pensamento por meio da referência incontornável à distinção entre o tradicional e o moderno. Desse modo, as distinções presentes na oposição entre litoral e sertão que vamos encontrar em autores como Tavares Bastos, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, entre outros, são compreendidas na medida em que percebe-se que o solo intelectual a partir do qual foram tornadas possíveis, está eivado pela matriz do pensamento conservador.

Mészáros (2009) assinala que, disposições semelhantes às expostas acima em relação à história mistificam a “conflitualidade do real” pois, ao rejeitarem ou subordinarem a outros imperativos categóricos a dimensão temporal, não estariam abertas em sua abertura dinâmica ao futuro, à possibilidade de transformações estruturais fundamentais” (p. 29). Preso à centralidade da categoria espaço, o pensar se enreda em ajustes e correções de detalhes no âmbito da estrutura geral do capital na qual a história é um “eterno presente”.

No caso do acento nos argumentos de Nisbet para elucidar o lugar dos intelectuais ao analisarem a oposição entre tradição e modernidade, o problema, de acordo com Mészáros, é que a conflitualidade do real se esvai em vacuidades como a referência ao encontro entre o ocidente e culturas não ocidentais, que resultaria em desorganização cultural e confusão moral. Assim,

a função de seu discurso não é mais do que se concentrar em alguns postulados morais vazios e deixar fora do alcance as relações de poder reais e altamente exploradoras às quais as ‘culturas não ocidentais’ continuam submetidas (MÉSZÁROS, 2009: p. 23.).

Do exposto, segue-se que a Amazônia é aqui compreendida em sua dimensão espacial, como uma categoria sociocultural e que os aspectos delineados para apreendê-la, seja como sertão, paisagem ou

espaço, são expressões de uma condição simbólica. Mas, a apreensão da região em sua materialidade mais geral, se dá pela relação dialética da mesma à sua dimensão temporal. Dito de outro modo: a região é apreendida no movimento mesmo de conflitualidade do real que a tornou possível. Para tal, nos propomos a refletir sobre a Amazônia a partir da categoria lukacsiana de totalidade e como um produto da dinâmica própria à ontologia do ser social. Disso decorre a opção, ao pensá-la no escopo do pensamento social brasileiro, por autores inaugurais do marxismo no país, a saber, Caio Prado JR., Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e José de Souza Martins.

2 Do raciocínio mais adequado à totalidade

Em seus voos iniciais, a presente pesquisa apresentava uma preocupação metodológica em “determinar o raciocínio mais adequado aos objetivos propostos”. Para tal, compreendia-se na mesma que, o conjunto de conceitos metodológicos que definem o raciocínio adequado aos objetivos propostos, concernia, em parte, à reflexão desenvolvida por Quentin Skinner (2000; 1999) a partir da questão formulada a respeito dos procedimentos mais adequados para o estudo de uma obra de modo a evitar que, ao invés de se produzir interpretação se produza mitologias.

A referência a Skinner cumpria a possibilidade de garantir a necessária vigilância epistemológica quando da análise do marxismo brasileiro clássico naquilo que produziram sobre a Amazônia. Significava estabelecer parâmetros para a proposição de perguntas que evitassem incorrer no erro de se produzir mitologias, ou seja, de encontrar nos autores representativos do que aqui delimitamos como marxismo brasileiro clássico, imagens, referências, sobre a região, que efetivamente não produziram.

A tais recomendações skinnerianas somou-se a disposição para uma análise crítica das obras dos autores aqui implicados segundo os termos propostos por Antônio Cândido (2000). Para este, a crítica da obra significa buscar os elementos que definem o aspecto e o significado da mesma como “um todo indissolúvel” (p. 5) no qual texto e contexto se fundem dialeticamente. O contexto, para Cândido, não é

apenas externo à obra, permitindo situá-la historicamente, mas elemento interno que concorre para a constituição da estrutura mesma do trabalho escrito.

Nesses momentos primeiros do trabalho de pesquisa, havia a preocupação de não reduzi-lo à uma abordagem que incorresse em “anti-quarismo acadêmico” que buscaria responder estritamente ao “mais empoeirado interesse de antiquário”, do qual Skinner (1999) fora acusado e tanto o incomodava.

Ir aos textos dos autores fundantes do marxismo brasileiro e indagar a respeito do significado das imagens de Amazônia que forjaram, exigia anunciar outra referência metodológica que daria suporte para a pesquisa: os argumentos de Paul Ricouer (2009) sobre a interpretação. Para este autor, interpretar é a capacidade de tornar o sentido de um texto passado, estranho, incorporado à compreensão presente que se possa ter dele; é apropriar-se dele, que lhe é alheio, tornando-o seu e ultrapassando a efetiva distância temporal e espacial que separa o texto daquele que o lê no presente. Dessa forma, embora se reconheça a relevância da empreitada do contextualismo linguístico na abordagem de um texto clássico, a pesquisa compreendia que a natureza do seu objeto e dos objetivos visados seriam mais bem explorados por meio do trânsito hermenêutico entre os textos clássicos e o que poderiam ativar para a interpretação da Amazônia contemporânea.

Em relação à delimitação do recorte discursivo a ser analisado, as reflexões de Foucault (2010) sobre as “formações discursivas” como contexto de aparecimento dos discursos como evento únicos e sobre a constituição dos “fundadores de discursividades”, constituíam outra parte do conjunto de conceitos metodológicos que norteariam o âmbito da análise. Nesse escopo analítico compreendia-se que o marxismo brasileiro não dizia respeito somente a uma unidade discursiva cuja identidade remonta aos sujeitos que formularam seus fundamentos (Marx e Engels) e a procedimentos de pesquisa que empregam lógicas e técnicas homogêneas. Referia-se antes a um ambiente polimorfo, múltiplo, que aponta em direções diferentes e muitas vezes irreduzíveis umas às outras.

Pode-se afirmar que, nesses momentos inicial já havia, em latência, uma preocupação em abarcar os problemas como um processo unitário, que se traduzia numa preocupação em precisar metodologicamente o raciocínio adequado aos objetivos propostos. É por isso

que foram mobilizados diversos autores que contribuíram decisivamente para o estudo das ideias: Quentin Skinner, Michel Foucault, Paul Ricouer e Antônio Cândido.

Todavia, a posteriori, no contato com as leituras de Georg Lukács sobre estética e literatura, sobre a ontologia do ser social, e com a mobilização que o mesmo faz com o uso da categoria de *totalidade*, ficou compreendido que a questão a ser resolvida de um ponto de vista metodológico, tinha menos correspondência com o “raciocínio adequado aos objetivos propostos”, e mais com a determinação ontológica das categorias postas em movimento para uma interpretação da Amazônia. Isso implicava em lidar com o desafio proposto por Michel Löwy, em *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*, em desenvolver uma análise marxista de obras de autores marxistas.

A categoria de totalidade ganha, então, centralidade em nossa posição metodológica e a disposição para tomá-la como fundamento no desenvolvimento de pesquisa no campo do pensamento social. Para tal, leva-se em conta aqui a contribuição de Michael Löwy, em *Georg Lukács — From Romanticism to Bolshevism* (1976), que, ao propor um estudo marxista de um autor marxista, ou mais especificamente, uma análise lukacsiana do pensamento de Lukács, assinala que a categoria de *totalidade* como elemento fundamental da disposição de pesquisa, envolve desdobramentos metodológicos a serem observados pelo investigador. De análises realizadas de obras de Hegel e Lukács, as consequências metodológicas implicam na consideração de diversos aspectos a saber:

1. Em textos sobre estética e literatura tais como *Narrar ou Descrever?* e *Em Busca do Burguês*, há a orientação no sentido de que as perguntas e respostas que são endereçadas à uma determinada obra (literária, filosófica etc.) e cuja fundamentação é o real efetivo, devem ser construídas na ordem do pensamento que se estrutura ao longo do texto tornado objeto de reflexão.
2. Da observação anterior decorre que tem um equívoco em eleger como ponto de partida, segundo Lukács, aqueles textos ensaísticos em que um autor busca fazer um balanço de suas próprias proposições teóricas e seu confronto com os conflitos de seu tempo, pois aí há o risco de tomadas de posição não autênticas

ou até reacionárias. No caso de obras literárias, há uma mobilidade maior em direção à uma apreensão do movimento da realidade em suas decisivas tendências. É assim com Goethe e Tolstói, cujas posições reacionárias são refutadas no conteúdo da forma literária. Isso é mais expressivo ainda em Thomas Mann que, embora representante da cultura burguesa de sua época, constituiu-se em um “espelho do mundo”, em um autor cujos sistemas e métodos têm uma estreita relação com a vida íntima, com as questões vitais, da classe burguesa alemã. Há aí uma visão de mundo que cresce tal qual o conteúdo de sua obra.

3. A obra deve ser o ponto ao qual o pesquisador tem de ater-se primeiramente, para a partir daí interpretar o autor e sua concepção de mundo. Considerando as reflexões hegelianas sobre o lógico-real, compreende-se que obra e a vida íntima das relações humanas configuram-se em momentos distintos de uma unidade dialética. Então, não se trata de uma norma metodológica formalista.
4. Em *História e Consciência de Classe*, é assinalado que, as categorias que um autor mobiliza em seus estudos, sejam eles de economia, sociologia, literatura, filosofia, etc., devem corresponder ao sentido do método dialético, o que implica dizer que, tais categorias, são expressões de formas e condições objetivas de existência.
5. Diferente das ciências empíricas, dos revisionismos e formalismos diversos, os fatos a serem considerados relevantes numa pesquisa devem também corresponder ao sentido da dialética, que os concebe não como instantes isolados e isolantes, mas como momentos da “unidade concreta do todo” (*História e Consciência de Classe*, p. 71-72).
6. A unidade do todo, conforme observado em *Conversando com Lukács* (1968), é o dado primário a partir do qual empreende-se a *pesquisa genética*, em que as relações humanas são apreendidas em suas formas fenomênicas primeiras e daí empreende-se o refletir sobre as condições em que as mesmas se tornam mais

complexas e mediatizadas. Isso significa lidar propriamente com o caminho da ontologia, que no sentido aqui explorado, coloca a necessária exigência da prioridade do real. Dessa forma, “o objeto é o que existe realmente: a tarefa é a de investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões no seu interior.

Por meio da categoria de totalidade e seus desdobramentos metodológicos, pretende-se opor a análise marxista à uma diversidade de interpretações a que a Amazônia tem sido submetida desde os primeiros contatos com a civilização ocidental e a empresa capitalista até as interpretações hegemônicas na contemporaneidade que a tomam por objeto de pesquisa, que a apreendem de modo impreciso e fragmentado. Já foi taquigrafada como o Jardim do Éden, inferno verde, ambiente portentoso onde correriam rios de mel e existiria o *El Dorado*; onde a sede do mercantilismo poderia se saciar com “as drogas do sertão”; e, nos dias atuais, um conjunto de ecossistemas decisivos para o equilíbrio ecológico planetário; estoque de biodiversidade. Seus habitantes já foram assinalados como monstruosidades antropomórficas; seres de caráter insensível; sociedades sem educação, sem restrições ou leis, em síntese, selvagens. Contemporaneamente são identificados como povos da floresta, populações tradicionais, sujeitos ambientalizados destinados a serem protetores do ecossistema, a manter a floresta em pé.

Almeida (2008), analisou o papel que têm os naturalistas dos séculos XVIII e XIX para as formação das imagens contemporâneas de Amazônia. Os relatórios das expedições de Alexandre Rodrigues Ferreira, que durou 9 anos partir de 1783, de Charles Marie de La Condamine, em 1735, de Johann B. von Spix e Karl F.P. von Martius, na segunda década do século XIX, Louis Agassiz, entre 1865 e 1866, e muitos outros viajantes, dão conta de um esforço de elaborar uma classificação e taxionomia da região em que há, na interpretação, a prevalência dos agrupamentos naturais. Desse esforço dos naturalistas, resulta um quadro de produção de imagens sobre a região com a prevalência de três componentes: o biologismo, o geografismo e os dualismos. O efeito do biologismo é que a natureza é pensada sem sujeitos, no limite estes últimos podem ser pensados, mas como sujeitos biologizados. O geografismo, por sua vez, implica numa visão

em que há o predomínio das bacias hidrográficas, dos solos, da topografia, e a ideia de lugar isolado e distante. E o dualismo, por fim, está referido a uma perspectiva de oposição entre natureza e cultura que busca explicar tudo fazendo distinções entre o “tradicional e o moderno”.

O sentido dialético de uma concepção de mundo que estruture as formas do pensamento de modo a perceber a determinação ontológica das categorias mobilizadas para interpretar a região inexistente nessa diversidade de leituras fragmentadas. A especificidade da ontologia do ser social é colocada de lado. Isso se deve ao fato de que algumas dessas leituras se assentam naquilo que Hegel chamou de *sentimento ingênuo*, preso a um empirismo limitado, bem como num conhecimento científico, tal qual o biologismo e o geografismo, que claramente se atém aos recursos formalistas que ignoram a dimensão ontológica, e em áreas disciplinares das ciências humanas que não negam a ontologia do ser social mas a dissolvem em esquemas de interpretação previamente definidos, ou ainda, em interpretações românticas tais quais a de diversas correntes do movimento ambientalista que reatualizam o mito do “bom selvagem” quando se referem às sociedades amazônicas.

Diante desse quadro, o presente trabalho se propõe a refletir sobre as bases intelectuais que permitam uma interpretação da Amazônia que efetivamente dê conta de percebê-la como uma totalidade ontologicamente determinada. Loureiro (2009), já aponta para algumas chaves de interpretação ao assinalar que a amazônia é uma região composta por camadas de mitos e lendas (portanto, pode-se inferir, de uma ilusão fetichista, que mascara e oculta a realidade, a sua condição presente como produto dos processos históricos da sociedade capitalista): há aqueles mitos fundadores, dos indígenas e caboclos, mas há -particularmente a partir da viagem de Orellana, em 1549- o início do ciclo de mitos estrangeiros, que expressam o olhar, as expectativas e vontades do conquistador. É o início daquilo que a autora denomina de “mitos do capital”, que produzem visões parciais, distorcidas, da região e de seus habitantes, estimulando a cobiça, a exploração e a violência. Um passo decisivo então, é desfazer-se dos recursos fetichizados de interpretação da região, em favor de uma história da mesma como um processo unitário que se explica pelo seu imbricamento no desenvolvimento do capitalismo. Desse modo,

busca-se romper com uma interpretação fragmentada da Amazônia e de sua sociedade, e apreendê-la como uma totalidade, mas ao mesmo tempo, considerando-a como um momento de uma totalidade mais envolvente e que diz respeito ao ser político, social, cultural e econômico da sociedade capitalista.

É em razão do sentido dialético para a pesquisa que, no campo polissêmico de alternativas metodológicas do pensamento social, o presente trabalho parte do pressuposto necessário de lançar mão de autores do pensamento brasileiro que percorreram a trilha da análise marxista da realidade nacional. Especificamente, trata-se de ancorar a abordagem em autores fundamentais do marxismo brasileiro, já apresentados nos objetivos, que, no escopo de suas interpretações sobre as relações, processos e estruturas constituintes da sociedade brasileira, tomaram a Amazônia como tema ou núcleo de preocupação, uns de modo explícito e sistemático, e outros de forma secundária.

A partir desses autores, poder-se-á desvelar a Amazônia em sua poesia íntima, naquilo que ela é como efetividade, realidade objetiva, e não como mero resultado da consciência humana, mas do homem em sua *práxis* social, da função que essa região tem no conjunto do desenvolvimento histórico do capitalismo.

E, ainda, por meio dos referidos autores do marxismo brasileiro, já é possível antecipar algumas consequências de uma análise que se funda no sentido da interpretação dialética: a) a rejeição de perspectivas de interpretação anódinas, política e socialmente assépticas, neutras; b) a região não pode ser compreendida como uma realidade particular autônoma, mas como resultado de sua inserção no contexto do desenvolvimento do capital monopolista; c) a inumanidade da ordem do capital que se expressa na exploração dos diversos grupos indígenas, agricultores, caboclos, etc., não implica numa leitura atravessada por um fatalismo conservador que acredita na irreversibilidade dessa condição, mas ao contrário, ao compreendê-la em seu desenvolvimento no processo histórico unitário, a compreende de um ponto de vista revolucionário, no qual forma e conteúdo são momentos da mesma unidade, do real concreto, do sujeito efetivamente vivo.

Um último aspecto a considerar é relativo ao recorte proposto face às diversas possibilidades de análise que envolve uma pesquisa que tem por referências pensadores representativos do marxismo brasi-

leiro. Neste sentido, o trabalho está delimitado à ter como fio condutor de pesquisa a mobilização, pelos autores em foco, dos conceitos de *formação* (formação da sociedade nacional), *desenvolvimento*, *subdesenvolvimento* e *classes sociais*. Tal recorte, todavia, nos termos de Lukács, não é a expressão de um conhecimento formalista que pressupõe a autonomia das partes, o recorte como um fim em si mesmo. O recorte, aqui, corresponde a um recurso para uma interpretação do todo. A Totalidade, por sua vez, não resulta de uma coleta e classificação de todos os detalhes que compõem a paisagem do real, mas da apreensão daqueles momentos decisivos que possibilitam a reflexão sobre o conjunto de um dado processo histórico. Brandão (2005), em relação ao procedimento do recorte, assim se referiu:

abandona-se toda e qualquer pretensão de abarcar a totalidade extensiva do objeto, em benefício da apreensão intelectual de aspectos e momentos que, em sua exemplaridade, lancem nova luz ao conjunto do processo (p. 32).

Referências

- AMADO, J. Região, sertão, nação. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, 8 (15): 1995, p. 145-151.
- BRANDÃO, G. M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. In: *DADOS — Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 48, nº 2, 2005, pp. 231-269.
- CÂNDIDO, A. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: T.A. Queiroz, 9 edição, 2000.
- FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- . Resposta a uma questão. In *Ditos e Escritos VI: repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, pp. 1-24.
- HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio: 1830* (volume I). São Paulo: Loyola, 1995.
- . *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis. RJ: Vozes: Bragança Paulista: USF, 7ª edição, 2002.
- LIMA, N. T. *Um Sertão Chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.

- LÖWY, M. *Georg Lukács — From Romanticism to Bolshevism*. London: NBL, 1979.
- *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- LUKÁCS, G. A La Búsqueda del Burgués. In: *Thomas Mann*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1969, pp. 13-52.
- *História e Consciência de Classe: estudo sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- *Para uma Ontologia do Ser Social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MAIA, J. M. E. *A Terra como Invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- MÉSZÁROS, I. *Estrutura Social e Formas de Consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- RICOEUR, P. *Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- SANTOS, L. F. S. Amazônia: das ideias de paraíso às ideias de ecossistema. In: BASTOS, E. R. e PINTO, R. F. (Orgs.). *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- SKINNER, Q. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas, Revista de Historia Intelectual*, n° 4, 2000, pp.149-191.
- *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: UNESP, 1999.

Antonio Carlos Pacheco e Silva: um psiquiatra na Escola Livre de Sociologia e Política

PAULO SILVINO RIBEIRO
paulosilvino@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como proposta debruçar-se o processo de institucionalização das ciências sociais em São Paulo, compreendendo algumas especificidades pertinentes aos anos de formação da ELSP — Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Para tanto, parte-se da discussão acerca da participação de médicos entre os sociólogos e demais intelectuais que compunham esta escola. Mais especificamente, trata-se de uma leitura sobre a passagem de Antonio Carlos Pacheco e Silva como docente desta escola. Busca-se perscrutar a forma como se aproximou das Ciências Sociais na formulação de suas aulas de Serviço Social, disciplina que compunha a grade curricular daquela Escola. Logo, o exercício de reflexão sobre o conteúdo das aulas produzidas por Pacheco e Silva parece trazer certa luz à compreensão de um processo de que se desencadeava paralelamente ao processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: o imbricamento dos saberes médico e sociológico em nome de uma medicina social brasileira.

Palavras-chave Sociologia, Medicina, Ciências Sociais, Antonio Carlos Pacheco e Silva

Abstract

This paper aims look into the process of institucionalização Social sciences in São Paulo, including some relevant to the formative years of the ELSP specifics - Free School of Sociology and Politics of São Paulo. To do so, we start from the discussion of the

participation of physicians among sociologists and other intellectuals that made this school. More specifically, it is a reading about the passing of Antonio Pacheco and Carlos Silva as a teacher of this school. Seeks to scrutinize the way they approached the Social Sciences in the formulation of their classes Social Service discipline that formed the curriculum of that school. Therefore, the exercise of reflection on the teaching content produced by Pacheco e Silva seems to bring some light to the understanding of a process that is triggered in parallel with the institutionalization of the social sciences in Brazil case: the overlapping of medical and sociological knowledge in the name of a Brazilian social medicine.

Keywords Sociology, Medicine, Social Sciences, Antonio Carlos Pacheco e Silva

A passagem do século XIX para o século XX trata-se de um período chave para se compreender a história do país, principalmente da formação de suas principais instituições, as quais determinariam os rumos do vindouro Brasil Moderno. As ideias que perpassavam as mentes da elite (ainda que descoladas de uma realidade nacional) impeliram não apenas à construção da identidade nacional, mas estimularam as discussões políticas entorno da ordem e do progresso. Isso desencadearia um processo de transformações econômicas, políticas e sociais consideráveis, mesmo que dirigido por uma lógica conservadora que de forma contraditória defendia a mudança sob a égide da tradição. Neste sentido, mesmo que as estruturas e valores de uma sociedade escravocrata ainda se arrastassem pelos primeiros anos da república, a preocupação com aspectos inovadores como a Ciência já se faziam presentes. Dessa forma, alguns representantes da elite, quando ligados a determinadas áreas profissionais como a medicina, atuariam para fortalecer a institucionalização de suas áreas, bem como reproduziriam um discurso embebido em um cientificismo que acreditavam ser fundamental para a construção do país.

Assim, a preocupação com as questões higienistas, eugênicas, dentre outras ligadas ao âmbito do discurso médico, adentrariam as primeiras décadas do século XX, fortalecendo-se, com a fundação de importantes instituições dedicadas ao ensino e a pesquisa a exemplo da Faculdade de Medicina de São Paulo. O desencadeamento de um processo de industrialização e urbanização certamente seria visto

como um momento dinamizador das preocupações médicas, uma vez que a reconfiguração social não apenas traria novos problemas, como contribuiriam para o agravamento de outros (por exemplo, quando se considera no aumento do número de pessoas morando em cortiços e outras instalações sem saneamento básico). Em outras palavras, transformações sociais colocavam-se como aspectos determinantes na manifestação de alguns problemas da saúde, e desta forma, a compreensão das primeiras seria importante no enfrentamento destas.

Logo, compreender como a Medicina lançou mão de um cabedal das Ciências Sociais para prescrever seus diagnósticos e formular uma etiologia social das doenças, bem como analisar em que medida as ciências sociais se beneficiaram desta aproximação na compreensão do Brasil e do brasileiro, parece ser algo relevante.

Na tentativa da compreensão dos motivos da aproximação entre medicina e humanidades vem à tona a noção de medicina social, compreendida como resultado desta aproximação entre estes campos, a priori, desconexos. É preciso que se diga que o diálogo entre Medicina e Ciências Sociais não foi um evento pioneiro ou característico ao Brasil, já que teve sua gênese na Europa em meados da primeira metade do século XIX, em meio a um ambiente conturbado por revoluções e transformações sociais. A intersecção entre Medicina e as Ciências Sociais tem sua origem na esteira dos processos de industrialização e urbanização, emblemáticos das principais transformações sociais ocorridas na Europa a partir do século XVIII. No entanto, segundo George Rosen (1980), foi apenas no século XIX que surgiu a ideia de Medicina Social como esforço para a compreensão da articulação entre condições sociais e problemas médicos. Dessa articulação nascia, por exemplo, a constatação de que as causas de doenças e surtos epidêmicos não eram resultados apenas de causas naturais (mudanças de estação, de temperatura, entre outros), mas também artificiais. Isto é, as causas das moléstias humanas eram também resultado do modo de organização da vida social. Os primeiros escritos de que se tem notícia sobre essa questão, elaborados por alemães, ingleses e belgas, apontavam as preocupações com as condições insalubres de trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores das classes mais pobres, principalmente no tocante à falta de higiene. Visto de maneira superficial, tal fato poderia passar por uma mera prescrição médica se a apologia à higiene não se desdobrasse, ao mesmo tempo, em preocu-

pação com a estabilidade da organização social, política e econômica. Ainda segundo George Rosen (1980), a partir desses primeiros escritos houve um desenvolvimento cada vez maior da Medicina Social enquanto uma teoria sistemática que não se limitaria aos aspectos físico-biológicos, mas que caminharia no sentido de constituir-se em uma análise social. Já no Brasil, apenas ao longo do século XIX, a medicina brasileira marcaria uma posição com relação à sociedade enquanto um saber voltado à prática social, enquanto ciência aplicada, enquanto Medicina Social.

Essa conformação da medicina principalmente na segunda metade do século XIX tem, como pano de fundo, importantes mudanças históricas na sociedade brasileira — do âmbito econômico, passando pelo científico, até a esfera política — mudanças estas que requeriam respostas em tempos de um novo regime: o republicano. Ao longo da implantação da República ocorre no âmbito da elite paulista uma valorização da instrução educacional e da saúde pública como mecanismos de inserção do país numa agenda de modernização segundo o modelo europeu. Apesar das contradições e idiosincrasias bem conhecidas do projeto republicano levado a cabo, havia sim um esforço para se criar uma imagem de distanciamento daquilo que fora o Império, através da construção de uma versão oficial dos fatos e da ampliação, ao máximo, do papel dos atores principais, reduzindo na mesma proporção o acaso dos acontecimentos (CARVALHO, 2006, p. 35). Mas o distanciamento almejado não se deu apenas no âmbito da criação de mitos fundantes, de uma bandeira e hino nacionais, mas também na forma como se estreitou o diálogo entre Estado e ciência. Tanto a República como a ciência estavam sob a égide do ideário positivista, o que certamente permitiu o estreitamento da relação entre os homens do poder e os homens da ciência.

Nesse projeto de modernização e civilização do país, mesmo que em descompasso com a reminiscência de valores do passado avessos ao liberalismo que se propunha a república, eram imprescindíveis políticas públicas com vistas à luta contra a doença e a ignorância do povo. Dessa forma, criaram-se condições para o avanço científico da Medicina concomitantemente à implantação do novo regime. Márcia Silva (2003) ressalta que com a mobilização de aliados científicos em favor das instâncias de poder político e econômico, e de aliados com influência

e autoridade política em favor dos polos científicos, foi possível constituir uma rede profissional nova com grande potencial de crescimento (SILVA, 2003, p. 37).

O caso paulista é representativo da relação entre Medicina e República na virada do século XIX, mostrando seus encontros e desencontros. Inicia-se em São Paulo a criação de algumas instituições médicas, como o Serviço Sanitário e o Instituto Bacteriológico e Vacinogênico, mais voltados, num primeiro momento, a uma medicina clínica, e à profilaxia propriamente dita. Tratava-se da materialização de medidas em prol da saúde pública, agora assumida pelo Estado como dever.

Mesmo assim, os esforços de uma classe médica para a implantação de uma instituição para o ensino superior e pesquisa em São Paulo foram por vezes malogrados mesmo que já em plena era republicana. Prova disso é a lacuna de mais de vinte anos entre o primeiro aceno positivo do governo de Américo Brasiliense em 1891 e a implantação de uma escola médica garantida por lei em dezembro de 1912. Talvez menos por questões políticas que ideológicas, —relacionaram-se nesse processo um conjunto de condições que envolviam definições sobre o próprio campo médico e sobre a ideia de medicina, que passavam o cenário paulista naquele momento (SILVA, 2003, p. 27). Dessa feita, ao menos em São Paulo, não houve de fato uma preocupação do Estado em criar instituições de ensino para a Medicina ou o apoio de seu desenvolvimento enquanto ciência. Assim, os primórdios do período republicano marcam a aceleração do desenvolvimento científico no país, impulsionado, sobretudo, pela contribuição do progresso da medicina. Em pleno advento da República, a ânsia pela criação de um país orientado pelo lema da —ordem e progresso fazia eco nesses discursos pautados por um cientificismo tão em voga na Europa nesse momento, como já apontado. Logo, uma sociedade —doente necessitava ter sua realidade esmiuçada e, assim, receber seu diagnóstico. Era a medicina se empenhando contra os *males da nação*.

Dessa forma, a produção do que aqui se pode chamar de pensamento médico, como esforço de compreensão da sociedade para conduzi-la à cura de seus males, parece ter sido a constituição emblemática do —casamento entre Medicina e Ciências Sociais. Ao mesmo

tempo em que o discurso médico via na análise da realidade um instrumento de como melhor compreender a origem de doenças, as Ciências Sociais se apropriariam de uma linguagem médica para descrever esta mesma realidade.

No caso brasileiro, as doenças de —origem social não eram, necessariamente, resultado apenas de transformações sociais, mas acompanhavam a história desde sempre. Dessa forma, tratava-se de curar a nação dos males do atraso para empreender o progresso, e não tratar os males do progresso que remeteriam ao atraso. Boa parte das doenças que acometiam a população era resultado da falta de condições sanitárias básicas, como já apontavam os discursos médicos desde o Brasil colônia. Assim, na passagem do século XIX para o XX, a realidade brasileira dos centros urbanos não era a mesma do Velho Mundo. Se na Europa a questão era retomar a ordem, no Brasil, do ponto de vista médico, era preciso criar outra.

Mas esta preocupação da medicina em compreender os determinantes sociais da saúde vai adentrar o século XX. A década de trinta do século passado tratou-se de um período de considerável efervescência cultural e intelectual na capital paulista, fato que se comprova na permanente relação entre as mais variadas instituições de ensino e pesquisa, à exemplo daquela que se constituiu entre a Escola Livre de Sociologia e Política, a Faculdade de Medicina de São Paulo e a Escola Paulista de Medicina. Neste contexto, tornava-se comum o trânsito de alunos e professores da Faculdade e da Escola de Medicina por entre aquela que seria a primeira Escola de Sociologia do país. Tal fato evidencia não apenas o interesse médico nesta área do saber, mas a participação destes de forma direta (ou indireta) na institucionalização das ciências sociais no Brasil. Mas o que exatamente explicaria este canal de diálogo entre médicos e as ciências sociais quando de sua institucionalização em São Paulo? Neste sentido, a pesquisa de doutoramento da qual este artigo é apenas um breve excerto, tem por foco, portanto, compreender a expansão do campo de aplicação e atuação do pensamento médico. Isto é, almeja-se perscrutar seu movimento para além dos muros da Medicina no sentido prático dos cuidados com a saúde. Neste mesmo contexto, enquanto resultado direto de um projeto das elites paulistas como reação a derrota da Revolução de 1932, surgia na cidade de São Paulo, em 1933, a primeira escola de ciências sociais do país: A Escola Livre de Sociologia e Política de São

Paulo. No bojo da fundação de uma escola voltada à compreensão da sociedade por meio da produção de uma análise pautada sobre a égide dos cânones científicos, um grupo de médicos despontaria como signatários do manifesto de criação desta instituição. A presença de inúmeras figuras emblemáticas de uma classe médica paulista (a qual também se institucionaliza aos poucos ainda naquele momento) não se tratava de um evento gratuito, sem significado maior, ou de mera formalidade no sentido da busca pelo prestígio social ao participar um evento como este. Ao que tudo indica não se tratavam apenas de representantes das elites como intenções políticas propriamente ditas, mas de profissionais médicos que vislumbravam a possibilidade do estreitamento com as humanidades enquanto área do conhecimento, seja na condição de professores, seja na condição de alunos.

Alguns documentos históricos registram isso. Constantes como anexos documentais do livro *Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo: anos de formação 1933-1953* (2010), na forma de fac-símile, os documentos a seguir foram a base preliminar para o artigo que aqui se apresenta. São eles: *Informações e Programas do curso referentes aos anos de 1933 e 1934*; *Anuário da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1943)*; *Prospecto Geral (1953)* e cópia do datado de 27 de Abril de 1933. O que se percebe neste material são registros que indicam de forma significativa não apenas a passagem de médicos pela instituição como alunos ou professores, mas a presença de disciplinas direta ou indiretamente ligadas à área das Ciências Biológicas no programa do curso como Fisiologia do Trabalho, Biologia Social, Psicologia Social e Demo-psicologia brasileira. O que dizer da natureza de grade curricular? Ao que parece, haveria um consenso da necessidade do conhecimento de alguns aspectos biológicos considerados inerentes a vida e ao comportamento humano, os quais não poderiam deixar de ser tratado pelo egresso do curso de Sociologia. A questão da biologização das relações humanas e comportamentais talvez não seja novidade ao se pensar no processo de surgimento da sociologia (das ciências humanas de maneira geral) comprometida com o positivismo de Comte, tendo sido este o caminho seguido pela literatura clássica quando se percebe a forma como, por exemplo, Emile Durkheim fala de “organismo social” e “consciência social”, pressupondo-se ser a sociedade algo de fato vivo por conta de seu dinamismo. O que de fato merece destaque e atenção é a maneira

como no Brasil, mais especificamente em São Paulo, o processo de institucionalização das Ciências Sociais a partir da fundação de sua primeira escola teve a presença de um grupo de médicos atuantes. Isso se comprova quando se identifica alguns nomes mais eminentes da medicina paulista dentre os signatários do manifesto de fundação da ELSP (seja como professores ou alunos desta instituição), assim como na própria concepção dos programas dos cursos. O fortalecimento desta classe médica enquanto grupo intelectual e político (o que de certa forma ajuda a explicar a aproximação com a incipiente escola de ciências sociais) materializava-se, neste mesmo período, na fundação da Escola Paulista de Medicina em 15 de Julho de 1933, ano de fundação da ELSP.

Ao se analisar este grupo, o que se percebe é que não são profissionais médicos comuns, mas homens ligados a importantes instituições da área médica nas quais ocupavam cargos de direção ou outros de certa notoriedade como professores da Faculdade de Medicina de São Paulo. Este é caso de figuras como Antonio Carlos Pacheco e Silva. Ligado a área da psiquiatria foi o sucessor de Francisco Franco da Rocha à frente do Hospital Psiquiátrico do Juquery, grandioso asilo colônia fundado ao final do século XIX por este último, considerado durante muitas décadas como o maior da América Latina. Pacheco e Silva, como é mais comumente chamado, acumulava também a função de professor da Faculdade de medicina, tornando-se professor de serviços sociais na ELSP no anos 30. Assim como a grande parte de seus pares, Pacheco e Silva (como é mais conhecido) era filho da aristocracia paulista, descendente de Barões (de Itatiba e de Araras) tanto do lado paterno como materno. Nascido em 28 de Maio de 1898 na capital paulista, aos 22 anos de idade foi para o Rio de Janeiro estudar medicina. Findada sua formação enquanto médico na capital do país seguiu para a Europa onde participou de vários cursos de especialização. De volta ao Brasil, em 1923 é nomeado médico anatomopatologista do Hospital do Juqueri e, na condição de pupilo de um dos maiores psiquiatras brasileiros à época, o Dr. Francisco Franco da Rocha, Pacheco e Silva assumiria a direção deste mesmo hospital, exercendo tal cargo até 1937. Tal fato reafirmaria seu prestígio no meio médico paulista, dada a importância do Juquery (assim mas comumente conhecido aquele hospital), fundado ao final do século XIX e considerado durante muitas décadas como o maior Asilo Colônia da

América Latina, concebido nos moldes do que havia de mais moderno no tratamento psiquiátrico, sendo inspirado no modelo francês de Pínel. Paralelamente à esta função, ao longo da década de 30 Pacheco e Silva desempenharia outras funções, como a de deputado, diretor e fundador de instituições públicas (como Manicômio Judiciário de São Paulo), além de presidente de Sociedades como a Academia de Medicina e Cirurgia de São Paulo, da Liga Paulista de Higiene Mental (entre outras tantas ao longo de sua vida), bem como professor nas mais importantes faculdades paulistas. Foi Professor da Faculdade de Medicina de São Paulo, da Escola Paulista de Medicina (da qual participaria do processo de fundação), bem como da Faculdade de Direito de São Paulo, onde lecionou na cadeira de psiquiatria clínica e forense do curso de doutorado.

Mas dentre todas as funções acumuladas exercidas por Pacheco e Silva, cabe-nos destacar sua passagem pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Seu nome consta dentre os signatários do manifesto de 1933 quando da fundação da ELSP, assim como de tantos outros médicos professores e alunos da Faculdade de Medicina de São Paulo. Além disso, fez parte do corpo docente nos primeiros anos desta instituição, sendo professor da disciplina de Serviços Sociais. Os primeiros anos da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo testemunharam uma articulação entre pensamento médico e sociológico nas atividades ali desempenhadas por docentes como Pacheco e Silva. O conteúdo das aulas produzidas por ele para a disciplina de Serviços Sociais em 1936 seria uma prova evidente deste imbricamento de saberes, médico e sociológico. Ao definir em seu entendimento o papel do médico na sociedade, tenta legitimar uma posição privilegiada para este profissional no processo de observação da dinâmica social. Neste sentido, construía-se com este discurso a noção de que o desempenho da medicina teria certa áurea de engajamento político e filantrópico. Logo, outros tantos médicos paulistas ao compartilharem de tal visão, encontrariam na ELSP o ambiente propício para — hipoteticamente - alcançar o aprimoramento e consolidação de um projeto que visaria, pelo menos, dois pontos: a promoção da medicina social por um lado e a afirmação de seu poder enquanto classe política e de cientistas por outro. A multidisciplinaridade assim presente, bem como a variedade de temas tratados por Pacheco e Silva apenas corroborava uma visão médica que via na

sociologia uma “ferramenta” necessária ao desenvolvimento de seu trabalho na identificação e compreensão dos determinantes sociais da saúde.

Foi um nome importante na política paulista e defensor de causas médicas, a exemplo de sua intercessão e defesa nos anos de 1940 pela criação do Instituto de Psiquiatria de São Paulo. Como intelectual, era reconhecido, chegando à ocupar a cadeira de número 34 da Academia Paulista de Letras. Esta articulação entre pensamento médico e sociológico também seria um exercício constante no registro de passagem de Antonio Carlo Pacheco e Silva, médico psiquiatra, como docente da ELSP. Neste sentido, uma leitura sobre os esboços¹ das dez primeiras aulas da disciplina intitulada Serviços Sociais oferecida em 1936 por este professor pode trazer luz a reflexão sobre a questão que se coloca. Já na introdução deste material (em formato de apostila), Pacheco e Silva reitera o que parecia ser consenso entre a classe médica quanto à fundação da ELSP.

Foi num momento histórico da vida de S. Paulo, quando a nossa gente acabava de sair retemperada de uma luta gloriosa, onde a nossa mocidade dera as mais vivas e rudes provas do seu valor e de seu espírito de sacrifício na realização de ideais sagrados, que surgiu esta Escola [ELSP], que é hoje um dos nossos mais belos florões culturais a se juntar à nossa gloriosa Universidade. (SILVA, 1936, p. 01).

Dando prosseguimento à sua fala, iniciava uma explicação em linhas gerais quanto à matéria destacando aquilo que, em sua visão, tratava-se da justificativa de tais estudos do ponto de vista médico. Além disso, apontava a importância de uma interdisciplinaridade na formação dos jovens.

Ver-me-ei, assim, obrigado a me restringir aos principais capítulos atinentes à matéria [Serviço Social], cuidando com maior atenção dos problemas cuja importância avulta no nosso meio, onde há muito a se realizar no campo médico social (Ibidem, p. 01)

1. Tais documentos, tomados aqui como fonte primária, fazem parte do acervo histórico da FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Si nos animamos a confeccionar o programa a ser progressivamente estudado, incluindo matéria tão vasta e assuntos aparentemente díspares, uns dos domínio da sociologia e do direito, outros da esfera médica, mas todos visando os mesmos objetivos, fizemo-lo confiados na indulgência do meio cultural paulista, que sabe reconhecer esforços e perdoar deficiências, quando representam o desejo honesto e sincero de realizar obra útil, contribuindo para a nossa expansão cultural, e ainda atraindo a atenção da nossa mocidade para o estudo de problemas que tocam de perto o bem estar e a saúde da coletividade, buscando despertar, desenvolver e entreter o espírito social (Ibidem, p. 01)

Dentre as temáticas tratadas neste curso, seguem algumas destacadas por Pacheco e Silva em suas aulas: Organização Social; Higiene Social; Bases Psicológicas; Miséria Individual; Miséria em massa; Previdência; Seguro Social; Acidente do trabalho; A Pobreza e suas Causas; Orfandade; Velhice; Doença; Invalidez; Família numerosa; Insuficiência de Salário; Alcoolismo; Ignorância; Fatores de ordem moral e intelectual; Técnica do tratamento social; Obra Educativa de Readaptação do necessitado. Além disso, discussões sobre eugenia, imigração, economia, mulher operária e Higiene mental também apareciam no escopo das aulas. Escrevendo sobre a importância de uma certa multidisciplinaridade que caracterizaria o Serviço Social, Pacheco e Silva afirmava que:

Pode-se, assim, falar hoje de uma verdadeira ‘ciência da saúde’ a que já fazia referência Pettenkofer, na qual colaboram médicos, economistas, sociólogos, engenheiros, químicos, e em geral todos aqueles que se ocupam das ciências naturais. Os problemas atinentes à patologia e à higiene exigem a aplicação do cálculo de probabilidade, de dados estatísticos, econômicos, custos de alimentação, condições de habitação, padrão de vida, etc. (Ibidem, p. 07)

Este posicionamento corrobora o que aqui se sugere como a visão do médico que vê na sociologia uma “ferramenta” necessária ao desenvolvimento de seu trabalho na identificação e compreensão dos determinantes sociais da saúde. No entanto, ao mesmo tempo em que admitia a necessidade do diálogo com outras áreas do saber e

assim esboçava algo equivalente ao que se propunha pela medicina social, reforçava também, em seu entendimento, qual seria o papel do médico, como fora abordado em uma de suas aulas. Fazendo uma citação de um jornal parisiense, mas especificamente da fala de Dr. Reveillé, aponta que:

Consultando detidamente o curso de ideias e a ação contínua da perfectibilidade humana, atingiremos uma época em que a medicina, essa grande necessidade social, exercerá uma alta magistratura sobre os homens: os médicos serão também homens da lei, como são hoje doutores da medicina e da saúde. A profissão tomará um caráter sagrado de providência social universal, atingindo uma esfera imensa, que mal podemos descontinuar. Nossa profissão, pelas suas grandes e fecundas aplicações, terá no futuro uma supremacia não só possível como certa. (REVEILLÉ apud SILVA, p. 43)

Ainda em sua exposição, nesta mesma aula, discorre sobre uma série de características pertinentes à profissão do médico que fariam deste um observador privilegiado da sociedade. Segundo ele:

fora do caso a tratar, o médico observa um certo número de fatores derivados das condições sociais, dependendo diretamente da vida pública. O médico, dada a sua profissão, aprecia devidamente a situação econômica de um país, podendo acompanhar as suas oscilações. A prática e o lidar contínuo com pessoas de várias camadas sociais e de temperamentos os mais diversos conferem-lhe a faculdade de penetrar facilmente no íntimo das pessoas e ficar assim conhecendo a psicologia dos diversos grupos de que se compõe a sociedade. (Ibidem, p. 43).

Para Pacheco e Silva, por conta desta facilidade de inserção no campo social:

grande número de médicos, após anos de exercício profissional, revela marcada tendência para os estudos de sociologia. Ao fim de algum tempo o clínico se vê obrigado a exercer também as funções de conselheiro, não só da família dos doentes, mas também da opinião geral. Nos tempos modernos a influência dos médicos na organização social se torna cada vez mais acentuada. Chamado a colaborar na imprensa, a falar no rádio, a realizar conferências de divulgação nas Associações de

classe, a sua ação é decisiva no campo da higiene social. Questões eugênicas, problemas de alimentação pública, luta contra venenos sociais, combate a endemias e a epidemias, medidas relativas à natalidade, assistência aos doentes, desenvolvimento físico e psíquico da raça, preservação moral da juventude, questões pedagógicas — não podem ter solução adequada sem o seu concurso (Ibidem, p. 44).

O que se pode perceber é que a visão difundida fazia do médico alguém com conhecimentos e saberes para além da sua área de especialização, ao mesmo tempo em que o coloca como profissional imprescindível à compreensão da sociedade e da promoção social dos menos abastados. Este posicionamento apenas reafirmaria os objetivos deste projeto de consolidação e fortalecimento do discurso médico e normativo, bem como significaria o esboçar de uma medicina social. Dessa forma, a produção do que aqui se chama de pensamento médico, como esforço de compreensão da sociedade para conduzi-la à cura de seus males, parece ter sido a constituição emblemática do casamento entre Medicina e Ciências Sociais. Ao mesmo tempo em que o discurso médico via na análise da realidade um instrumento de como melhor compreender a origem de doenças, ao que parece, as Ciências Sociais se apropriariam de uma linguagem médica para descrever esta mesma realidade.

O conteúdo das aulas produzidas por Pacheco e Silva para a disciplina de Serviços Sociais em 1936 seriam uma prova evidente da perspectiva deste grupo paulista de médicos. Ao definir em seu entendimento o papel do médico na sociedade, tenta legitimar uma posição privilegiada para este profissional no processo de observação da dinâmica social. Neste sentido, construía-se com este discurso a noção de que o desempenho da medicina teria certa áurea de engajamento político e filantrópico. Logo, ao compartilharem de tal visão, estes profissionais encontrariam na ELSP o ambiente propício para o aprimoramento e consolidação de um projeto visaria, pelo menos, dois pontos: a promoção da medicina social por um lado e a afirmação de seu poder enquanto classe política e de cientistas por outro. Pacheco e Silva morreu em 1988 na cidade de São Paulo, aos 89 anos.

Considerações finais

Buscou-se trazer à luz questões que emergem da confluência entre medicina e ciências sociais nos anos em que ambas as áreas estão consolidando sua formação no país (a despeito de certa vantagem quando compara-se a medicina com as ciências sociais). Por ora, o que se pode perceber, é que a aproximação deste grupo de médicos com a área das Ciências Sociais não parece descomprometida, mas sim consequência direta de um interesse que pode ser lido como o início de uma nova fase da medicina social no Brasil, caracterizando-se um momento no qual a discussão sobre aspectos sociais não mais seriam feitas por meio de um autodidatismo por parte destes intelectuais, mas dentro de uma esfera acadêmica agora constituída com a Fundação da Escola de sociologia e Política de São Paulo.

Neste sentido, a vantagem à classe médica desta inserção na ELSP teria um caráter ambivalente: além da vantagem do acesso a um estudo sistematizado sobre a sociedade nos moldes dos cânones científicos, também poderia contribuir (na condição de docentes) e apostar na formação de novos quadros de cientistas sociais que, pelo menos em potencial, poderiam ampliar as fileiras de intelectuais necessários à tarefa de compreensão dos determinantes sociais da saúde. Se a noção de uma medicina social previa a intervenção nas causas sociais dos males à saúde, isso coincidiria com a perspectiva da sociologia intervencionista que naquele momento também se propunha. Logo, isso representaria não só a abertura ao diálogo entre medicina e ciências sociais, mas o entendimento à época do aspecto positivo da interdisciplinaridade e complementaridade entre tais áreas. Os objetivos deste imbricamento ainda devem ser melhores esclarecidos em pesquisas posteriores, mas o fato em si já estimula as mais diferentes especulações. Neste sentido, este artigo não se propõe como resposta à uma questão que se coloca no âmbito do pensamento social brasileiro, mas chama a atenção à um movimento de intelectuais que precisa ser melhor compreendido. Assim, o artigo teve como objetivo apresentar os resultados preliminares da pesquisa de doutorado acerca dos desdobramentos da participação destes “personagens” junto ao processo de institucionalização das ciências sociais brasileiras. Mais do que um estudo biográfico ou mero levantamento sobre a obra de quaisquer personalidades, o que se propôs foi a averigua-

ção de alguns aspectos do processo de apropriação e inteiração com o primeiro espaço voltado a produção e ensino de Ciências Sociais no Brasil por um grupo de acadêmicos, todos de formação médica, presentes na Escola Livre de Sociologia e Política entre os anos de formação desta instituição.

Referências

- ANTUNES, J. L. F. *Medicina, Leis e Moral*. Pensamento Médico no Brasil (1870-1930). São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- CANDIDO, Antonio. A Sociologia no Brasil. *Tempo Social*. São Paulo, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, v. 18, n° 1, p. 271-301, jun. 2006.
- BERLINCK, Cyro; FERRARI, Alfonso Trujillo. *A Escola de Sociologia e Política de São Paulo: 1933-1958*. São Paulo: Sociologia e Política, 1958.
- BELLIOMINI, H *Antonio Carlos Pacheco e Silva*. Academia de Medicina de São Paulo. Disponível em: <<http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/137/BIOGRAFIA-ANTONIO-CARLOS-PACHECO-E-SILVA.pdf>> Acessado em 15/10/2013
- BRIQUET, R. Trecho da fala de Raul Briquet na Aula Inaugural da ELSA. In: FORAM abertos, ontem, os cursos da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. *Folha da Manhã*. São Paulo, 17 de Jul. 1933
- CARVALHO, José M. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- DEL VECCHIO, A. Preâmbulo: As influencias presentes nos anos de formação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. In: KANTOR, I. (org), et al. *A Escola Livre de Sociologia e Política: Anos de Formação 1933-1953: depoimentos*. São Paulo: Sociologia e Política, 2009.
- ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. *Relatório retrospectivo acerca da vida pregressa da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo*. São Paulo, 1949.

- HERSCHMANN, Micael et al. *Missionários do Progresso: Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- MACHADO, Roberto et. al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MOTA, A; SANTOS, M. C dos. *São Paulo 1932: Memória, Mito e identidade*. São Paulo: Alameda, 2010
- MUSEU HISTÓRICO DA FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO PAULO. Acervo de documentos do Dr. Raul Briquet; Pasta “Raul Briquet”, 19?.
- Acervo de documentos de Geraldo de Paula Souza. Pasta Geraldo de Paula Souza, 19?.
 - Acervo de documentos de Cantídio de Moura Campos. Pasta Cantídio de Moura Campos.
- RIBEIRO, Maria Alice R. *História sem fim... inventário da saúde pública*. São Paulo 1889–1930. São Paulo: Ed. UNESP, 1993 (Primas).
- RIBEIRO, P. S. “*Prescrições médicas*” *contra os males da nação*: diálogos de Franco da Rocha na construção das ciências sociais no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.
- ROSEN, George. *Da polícia médica à Medicina Social*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- AUTOR DESCONHECIDO. *Na Escola de Sociologia e Política*. Folha da Noite. São Paulo. 14 de Jul. 1933 a.
- AUTOR DESCONHECIDO. *Realiza-se Hoje a Primeira Aula da Escola de Sociologia e Política de São Paulo*. *Diário da Noite*. São Paulo. 17 de Jul. 1933 b.
- SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- SILVA, A.C.P. *Transcrição das aulas da disciplina de Serviço Social*. Acervo Histórico da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo, 1936
- SILVA, M. R. B. da. *O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933*. Tese de doutorado. FFLCH- USP, 2003.

TELAROLLI JR, R. *Poder e Saúde*. As epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo. São Paulo: Ed. UNESP, 1996 (Prismas).

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALLUNOS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP. Busca de Médicos ou Acadêmicos. Disponível em: <<http://www.aaafmusp.org.br/index.php>>. Acessado em 15 de Agosto de 2013.

TARELOW, G. Q. A moral, a política e algumas questões científicas presentes no Hospital do Juquery: Abordagens de Pacheco e Silva (1923—1950). *Histórica — Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 51, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao51/materia03/>> Acessado em 01/11/2013.

Sociologia, marxismo e teoria crítica da sociedade brasileira em Florestan Fernandes

RICARDO RAMOS SHIOTA

rrshiota@gmail.com

Os escritos de Florestan Fernandes sobre o Brasil contêm uma teoria crítica que responde as razões da tenacidade das desigualdades existentes no país e as possibilidades de emancipação inscritas na sociedade. Intento focalizar a epistemologia de Florestan Fernandes. De que maneira ele constrói um conhecimento crítico sobre o Brasil? Defendo que o sincretismo científico permitiu-lhe justapor e sintetizar, não sem tensões e contradições, sociologia e marxismo: matrizes teóricas da reflexão do autor sobre o Brasil. O sincretismo científico possui a mesma lógica existente nos cultos afro-brasileiros, na qual a incorporação de novos elementos é presidida por um sistema de partida, neste caso, um conjunto de preocupações que orientam o artesanato intelectual. Destacarei a inquietação de Florestan Fernandes com a complementaridade heurística das teorias sociais — reconsiderada por ele anos após a aposentadoria compulsória da Universidade de São Paulo, — assim como mostrarei as conexões existentes entre epistemologia e diagnósticos de época, com ênfase, na apreciação do autor sobre as classes dominantes brasileiras.

GT5

Teoria Social

A determinação originária da ideologia

GILBERTO LEANDRO BUSSO

gilberto.busso@gmail.com

Resumo

Esse trabalho objetiva compreender a determinação originária da ideologia a partir de uma análise imanente e interpretação. O argumento é que o conceito de ideologia cunhado por Antoine Louis-Claude Destutt de Tracy em 1796 não foi condicionado por falsidade ou falsa consciência, mas por traços histórico-sociais engendrados a uma verdade objetiva na sociedade francesa da segunda metade do século XVIII. A falsidade ou falsa consciência decorreram do juízo de valor de Napoleão Bonaparte. Portanto, investiga-se o significado dessa verdade e sua relação com o neologismo.

Palavras-chave Ideologia; Determinação; Verdade; Revolução Francesa; Antoine Louis-Claude Destutt de Tracy (1754-1836).

Abstract

This paper aims to understand the original determination of ideology from an immanent analysis and interpretation. The argument is that the concept of ideology elaborated by Antoine Louis Claude Destutt Tracy in 1796 was not conditioned by falsehood or false consciousness but by historical-social traits engineered an objective truth in French society of second half of the eighteenth century. The falsehood or false consciousness arose from the value judgment of Napoleon Bonaparte. Therefore it investigates the significance of this objective truth and its relationship with the neologism.

Keywords Ideology; Determination; Truth; French Revolution; Antoine Louis-Claude Destutt de Tracy (1754-1836).

1 Introdução

Esse trabalho objetiva compreender a determinação originária da ideologia. Essa determinação é um problema de pesquisa nas Ciências Sociais contemporâneas na medida em que falsidade ou falsa consciência são o “principal significado” da ideologia. O argumento é que o conceito de ideologia cunhado por Antoine Louis-Claude Destutt de Tracy em 1796 não foi condicionado por esse “principal significado”, mas por traços histórico-sociais engendrados a uma verdade objetiva na sociedade francesa da segunda metade do século XVIII, especialmente na Revolução Francesa.

A pesquisa teórico-qualitativa utilizou materiais e métodos específicos. A revisão bibliográfica buscou, consultou e mapeou fontes científicas referentes à ideologia, determinação, verdade e Revolução Francesa. A análise imanente captou e extraiu delas a trama analítica própria relacionada ao foco do estudo, que foi sistematizada e interpretada. A interpretação é atividade imprescindível nas Humanidades e Ciências Sociais. Ela segue critérios delimitados no diálogo firmado com o texto analisado: guia-se pela intenção do texto; capta o dito e o não dito; desvenda o evidente e o oculto no texto, bem como sua estratégia de ocultação; possibilita posicionamento crítico; e preenche lacunas (ECO, 1993).

Esse texto tem três seções. Uma explora o problema da falsidade ou falsa consciência da ideologia em sua origem com Napoleão Bonaparte. Outra analisa traços histórico-sociais da determinação originária da ideologia. Finalmente, compreende-se a relação entre a verdade objetiva e a ideologia.

2 Uma História Pouco Contada

Em seu estudo notório, Eagleton (1991, p. 71) afirma que Marx e Engels “inauguram o principal significado moderno do termo cuja história investigavam” ao analisarem em *A Ideologia Alemã* causas e

funções da falsa consciência. Essa informação sugere que os autores alemães são responsáveis pelo sentido de falsidade ou falsa consciência da ideologia como algo comum, acessível e efetivo em todas as sociedades pós 1845. Falsidade ou falsa consciência são um senso comum da ideologia.

Tal argumento percorreu o século XX. Por exemplo, Mannheim alegou, em seu intrincado jogo analítico de concepções particular e total, restrita e genérica da ideologia, que falsidade/falsa consciência não capta a mudança da sociedade porque obstrui a compreensão da realidade por ser mentalidade distorcida que falseia tudo: “daí em diante o problema implícito no termo ideologia — o que é verdadeiramente real? — jamais desapareceu do horizonte” (MANNHEIM, 1929, p. 98). Falsidade ou falsa consciência se distanciam da questão da verdade.

A corrente “fim da ideologia” também tocou o problema. Para Aron (1957, p. 3), a ideologia se tornou uma estrutura analítica mítica, ópio intelectual e a “verdade uma ideia moderna de uma relíquia de antigas superstições”. O fim da ideologia seria o resgate do mito, preconceitos e crenças arcaicas — prévios ao neologismo de 1796. Para Bell (1960, p. 3.19-20), Tracy queria um modo de obter a verdade e o pensamento concreto que não fosse pela fé (igreja) ou autoridade (Estado): “a ideologia [...] que já foi um caminho para ação, transformou-se em um beco sem saída”. A ideologia findou impossibilitada de obter a verdade e o pensamento concreto e orientar ações sociais.¹ Para Lipset (1985, p. 144-5):

A ideologia não é o termo do senso comum, que significa qualquer tipo de pensamento político, que algum dos [...] críticos radicais parecem pensar que é. [...] Para Marx era a falsa consciência. [...] e já não serv[e] mais para guiar ações políticas de massa.

A existência do senso comum extingue a função social da ideologia, e é impossível obter a verdade pela falsa consciência.

Eagleton (1991, p. 72) vincula a verdade com críticas de “estrutura racionalista ou iluminista [em que] a verdade [...] lançará luz sobre

1. Kennedy (1978, p. 35) justifica o uso de “Tracy” e não “De Tracy” ou “Destutt de Tracy” na autodenominação: “ele não assinava ‘de Tracy’, mas ‘Tracy’”. Por isso, e para facilitar a leitura, a autodenominação foi adotada.

concepções falsas”. Assemelha a contemporaneidade com a racionalidade iluminista.

Essas e outras análises propõem, em alguma medida, investigar a questão da verdade e sua relação com a ideologia. Contudo, embora pertinentes e profícuas, corroboram, mesmo involuntariamente, com o “principal significado” do termo, e tornam latente uma compreensão da determinação, que permanece oculta porque “sempre” inexplorada. Se o propósito originário da ideologia em 1796 era compreender “conhecimento = verdade” (PICAVET, 1891, p. 303; KENNEDY, 1978, p. 36), o que era essa verdade objetiva? Qual sua relação com a ideologia?

3 A Origem do Senso Comum da Ideologia

O primeiro passo é entender a ideologia como falsidade ou falsa consciência. Marx & Engels (1845) analisam causas e funções da falsa consciência na realidade social de seu tempo: *A Ideologia era Alemã*. Os autores criticam a redução germânico-filosófica de tudo à consciência, gerando idealismo: uma realidade apartada da realidade social vivida. Na segregação, pensamentos, conceitos e ideias eram produtos autonomizados pelos filósofos: ilusões da consciência.

A nenhum desses filósofos ocorreu a ideia de perguntar sobre a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã [...] na realidade, e para o materialista *prático*, [...], trata-se de revolucionar o mundo, de enfrentar e transformar praticamente o estado de coisas por ele encontrado. [...] de 1842 a 1845, revirou-se mais o solo da Alemanha do que nos três séculos anteriores. Tudo isso teria acontecido no terreno do pensamento puro. [...] Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo (MARX; ENGELS, 1845, p. 17; 42; 535).

A transformação da sociedade no pensamento puro não enfrentava mudanças efetivas sociais, daí a falsidade/ilusão da consciência. A Revolução Industrial avançava, havia crescimento populacional, migração, urbanização, reformas no sistema político, econômico e educacional, crises financeiras, surgimento de uma classe trabalhadora assalariada, nova classe de mercado, e outras (GALL, 2009), que

representavam a instauração do capitalismo industrial explorador e que o idealismo não pensava.

Como parte da teoria do absolutismo esclarecido entre 1731 e 1793 (MAINKA, 2000), o “idealismo [...] trouxe mudança fundamental no sistema de ensino e universitário. Era a ideia de formação integral da personalidade, que se tornou alvo da educação” (DRÄXTER, 1996, p. 67). Ensino e formação produziam trabalhadores que expandiam governo e economia. Condescendentes, universidades tinham orientação prática, por exemplo na Teologia, Direito e Medicina. Gramática, Retórica, Dialética e Lógica e outras, eram “artes inferiores”, embora educassem e formassem. Essa teoria era utilitarista e estagnadora da sociedade. Para Marx e Engels, a filosofia deveria enfrentar consciente e ativamente esse caráter. Na crítica, pensar e agir se imbricaram. A ideologia como falsidade ou falsa consciência era uma determinação coerente à Alemanha de 1845.

Porém, “no tempo [em] Marx usou a palavra [ideologia com Engels] ela já continha o sentido pejorativo” (KENNEDY, 1978, p. 368 — acréscimos nossos), pois o “principal significado” do termo propulsionado desde o século XIX foi criado por Napoleão Bonaparte (PICAVET, 1891; BARTH, 1961; KENNEDY, 1978; 1979).

Napoleão temia que a ideologia “levasse à conspiração real” (KENNEDY, 1979, p. 359). A partir de 1802, ele ridicularizou e vilipendiou a ideologia como “devaneio metafísico” pela venalidade que supostamente propunha na sociedade. Ideólogos eram “facção civil metafísica”. A depreciação marcou a Era Napoleônica.² Em 1812, diante do Conselho de Estado, declarou:

Devemos colocar a culpa pelos males que a nossa justa França tem sofrido na ideologia; essa metafísica sombria que sutilmente procura primeiras causas para fundamentar a legislação dos povos [...]. Estes erros devem inevitavelmente e de fato conduziram à regra de homens sanguinários. [...] A isso deve ser adicionada a coragem de enfrentar qualquer teste e a prontidão para morrer na defesa da soberania, trono e leis (KENNEDY, 1978, p. 215).

2. Dividida em fases: Consulado (1799-1804); Império (1804-1815) e; Governo dos Cem Dias (1815). (SOBOUL, 1962; TULARD, 1987a; 1987b).

A ideologia era para ele “metafísica sombria, primeiras causas, erro, insurreição, engano do povo e destruição que deveria ser combatida com a prontidão para morrer”. Ela nada compreendia da realidade social francesa por ser realidade apartada, subjetiva filosófica. Ao buscar causas e promover erro, engano e destruição de princípios legais que organizavam a sociedade, a ideologia era falsidade ou falsa consciência viva, que criava insurreição e aniquilava o que supostamente mantinha a ordem social.

O sentido pejorativo (não positivo) da ideologia manifesto entre 1802 e 1812 esteve ligado ao poder. Napoleão amava o poder porque usufruía bem dele (STENDHAL, 1837). Esse sentimento justifica sua ascensão meteórica ao poder máximo. Em 1785, aos 16 anos, Napoleão se formou no Colégio Militar de *Brienne*, ingressou na Escola Militar de Paris e se tornou segundo tenente do regimento de artilharia; após 7 anos, em 1792, foi promovido a capitão; em 1793 a chefe de batalhão; em 1794 a general de brigada; em 1795 a general de divisão e a general chefe do exército do interior e; em 1796 a general comandante do exército, patente mais elevada na época (STOIANI, 2002).

Esse poder era bélico-militar, prestigiado social e individualmente, personalizado e centralizado na figura de Napoleão e o conduziu ao Consulado pelo “18 Brumário”. Essa Era significou um novo regime: “não se tratava mais do *Grande Povo* nem da *Grande Nação* [...] [mas da] honra de *minha Coroa*” (Tulard, 1987b: 153 — acréscimo nosso, destaques originais). A ideologia ameaçava esse sentimento. Subverter o poder era destruir Napoleão.

Entre “1800 e 1814 [...] Napoleão queria fazer-se [...] imperador e encontrou-se diante da dura necessidade de mentir com frequência” (STENDHAL, 1837, p. 51). Mentir era criar irrealidades que fascinaram olhos franceses com a força das ilusões (TULARD, 1987b).³

Essas ilusões sobre a ideologia foram o juízo de valor de Napoleão. Um juízo de valor tem: 1) valoração primária (reação sentimental, fenômeno psíquico em que cada ato supõe seleção, consciente ou não, entre possibilidades de ação); 2) manifestação e; 3) oração/pro-

3. A religião foi usada por Napoleão como ilusão: “não vejo na religião [...] o Mistério da Encarnação, mas sim o mistério da ordem social [...]. A religião podia [...] ser uma arma política [...] nas mãos do governo” (RUDÉ, 1988, p. 200-1). Ao ludibriar a sociedade, a religião favorecia o poder napoleônico.

posição enunciativa como verdade para quem pronuncia (afirmação ilegítima de formulação geral e objetiva como propriedade dada do objeto mesmo e inerente a ele) (GEIGER, 1953). A valoração primária de Napoleão foi seu amor pelo poder que o conduziu à sua própria defesa pública contra a ideologia. Sua manifestação foi a depreciação pública da ideologia e de ideólogos. E sua verdade própria foi a falsidade ou falsa consciência inerente à ideologia viva na sociedade francesa de seu tempo. A depreciação foi um juízo de valor de Napoleão porque a progressiva ilegitimidade de seu governo o fez mentir, construir ilusões que eram suposições. A “objetivação de valorações em uma ideia de valor é ilusória [...] ilegítima porque aquilo a que se refere carece de toda realidade de conhecimento” (GEIGER, 1953, p. 51-2). A estrutura da suposição napoleônica foi incompatível com seu conteúdo: tratava-se de algo irreal, ilusório na sociedade, portanto, juízo.

Esse juízo gerou um determinismo: falsidade ou falsa consciência têm relação rígida de causalidade com a ideologia, de validade universal. Ao contrário da determinação de Marx e Engels, o determinismo de Napoleão foi incoerente com a realidade francesa. Ao invés de expressar contextualização histórico-social, ele é valoração subjetiva. Esse determinismo substituiu a compreensão da determinação originária da ideologia, fazendo dela uma história pouco contada.

4 A Origem da Ideologia

Na “lógica do século XVIII [...] ‘determinar’ [tinha o] sentido de delimitar, demarcar ou definir um conceito fornecendo as características que o distinguem de outros conceitos” (INWOOD, 1997: 92 — acréscimo nosso). A determinação originária da ideologia foi distinta do determinismo: sua delimitação conceitual foi contextualizada em características histórico-sociais de tal século. A unidade *Ciência e Filosofia* é um desses traços.

4.1 Ciência

e Filosofia

Eagleton (1991, p. 63-6) analisa que a ideologia originalmente significou estudo científico das ideias realizado por filósofos empenhados

em esclarecer a base material do pensamento e afrontar uma ordem social fomentadora de superstição religiosa que gerava ópio e ilusão na sociedade: “O objetivo dos ideólogos do Iluminismo [...] era reconstruir a sociedade de alto a baixo, sobre bases racionais”. Essa origem científico-filosófica com Tracy em 1796 foi marcada pela distinção da realidade da Revolução Francesa e a do Iluminismo — inexistiam “ideólogos do Iluminismo” porque inexistia ideologia: Eagleton não distingue tais adventos históricos pertinentes na determinação. A distinção foi efetiva (TOCQUEVILLE, 1856; ABRAÃO, 1999; GRESPAN, 2003; LINTON, 2006).

O que foi o Iluminismo? No Século das Luzes, iluminar, esclarecer foi a palavra proliferada na França para combater obscuridades filosóficas, religiosas, políticas, [...]. O papel da Filosofia era “pensar a realidade” (ABRAÃO, 1999). Hegel (1807) entende esse “pensar a realidade” relacionado à coincidência da razão com a fé. A razão era pura inteligência que, na consciência, apreendia um objeto, concreto ou abstrato, que se convertia na essência dessa consciência, pois ele a penetrava e nela se mantinha. Essa identidade “razão = fé” configurou a verdade iluminista em uma racionalidade singular-ilimitada como meio útil socialmente e que fez pessoas úteis entre si.

Essa identidade decorreu da presença da fé no terreno filosófico. A fé assimilou procedimentos racionais e fez a Filosofia assumir a forma de “erro no vazio” por mais de um milênio (ABRAÃO, 1999). A lógica da identidade era que Deus era instância superior imediata e absoluta da razão (Filosofia); enquanto a fé bastava por si, a razão exigia provas e demonstrações em um caminho “equivocado e sem sentido” desviante da história da salvação predestinada. A fé subjugou a Filosofia.

Hegel examina o caráter utilitarista dessa racionalidade iluminista ao entender que ela segregava-se da realidade social ao não reconhecer que condenava ao isolamento o seu próprio pensamento filosófico na identidade com a fé. Para o autor,

[...] quando o Iluminismo [...] aduz perante a unilateralidade da fé o momento oposto, o do agir da fé [...] no qual a fé pensa [...] então o Iluminismo isola o momento do agir, e declara [a respeito] do Em-si da fé que este é apenas um produto da consciência. Mas o agir isolado [...] enquanto agir representativo é

um fabricar de ficções — de representações que nada são em si.
(HEGEL, 1807: 391).

A verdade iluminista singular e ilimitada “pensar a realidade”, pautada na identidade “razão = fé”, assentava-se em uma racionalidade utilitarista enquanto agir isolado na consciência. Atrelada à fé, a Filosofia “fabricou de ficções e representações acerca da realidade social na qual existia”. O problema dessa racionalidade utilitarista foi sua existência na realidade monárquica absolutista.

A monarquia francesa era absoluta no século XVIII (WASKEY, 2006). O poder centralizou-se nas mãos dos reis, sinônimo do Estado — Luís XVI manifestou “*L’État c’est moi!*”. Esse status foi justificado e legitimado na teoria do direito divino: o monarca nasceu e subiu ao trono pela vontade de Deus. O rei também era sinônimo do divino — a igreja o apoiava. Era esse o mecanismo social de poder da racionalidade utilitarista: razão útil à fé; “razão = fé” útil ao trono/altar; estes úteis à ordem, estrutura e salvação da sociedade. Com a fé, a Filosofia serviu à verdade iluminista.

Mas a Filosofia ofereceu descontinuidade a essa racionalidade ao criticar ideias iluministas. Adotou uma atitude autocrítica: a preocupação filosófica coroou uma trajetória de constantes modificações de pensamento em que novas reflexões se desenvolveram em direções distintas e conflitantes com a forma milenar (GRESPLAN, 2003). Na autocrítica, a Filosofia alterou sua subserviência.

As críticas fundamentais da Filosofia foram religião e Estado (BARTH, 1961). A crítica da religião foi o embate racional de superstições e preconceitos para instituir condições e conceitos racionais sobre o ser humano em sociedade e a natureza. A crítica do Estado enfrentou o despotismo aproveitador da superstição religiosa em favor da maquinaria de conceitos falsos aplicados socialmente em prol de interesses particulares. Essas críticas conduziram a sociedade ao conhecimento de si, impedido por obrigações “preconceituosas e supersticiosas” impostas de antemão pelo trono/altar para selecionar, interpretar e valorar fatos previamente.

A Filosofia delineou criticamente outra racionalidade, distante da religião/Estado e próxima à Ciência. A Ciência se tornou a linguagem da Filosofia na sociedade (ABRAÃO, 1999). Claude-Adrien Helvetius (1715-1771) e Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780), dentre outros,

foram filósofos que pensaram criticamente a sociedade e constituíram a “República das Letras” na sociedade francesa do século XVIII. Cientistas-filósofos se autodenominavam livres e iguais, e eram literatos: seu ofício era escrever sobre diversos assuntos (TOCQUEVILLE, 1856). Não faziam concessões, nem bajulavam poderosos; escreviam para um público novo não especialista para lançá-lo luzes e fazê-lo abalar fatos e ordenações sociais estruturais. Eram antirreligiosos, não exatamente ateus, que consideravam a religião o símbolo máximo do obscurantismo. Por ousarem criticar obscuridades filosóficas, religiosas, políticas, [...], foram perseguidos, encarcerados e muitos exilados. *Les Philosophes* defendiam e praticavam a liberdade de pensamento (PICAVET, 1891).

Constituíram uma racionalidade científico-filosófica na sociedade, distinta do puro “pensar a realidade”. Helvetius exemplifica o fato. Para ele, “nossas ideias são consequências necessárias das sociedades em que vivemos” (BARTH, 1961, p. 53). Ideias eram uma imagem objetiva das condições de vida social e não mero reflexo de interesses particulares ou sem conhecimento, pois se vinculavam às ações sociais. Sua dependência, independência e objetividade seguiam critérios específicos, como educação pública.

A resposta é a educação: cada meio, cada sociedade, valoriza certos aspectos da atividade humana [...]. Nesse sentido, a religião educa os homens segundo determinadas paixões, que só atendem aos interesses particulares da casta dos sacerdotes. É preciso então uma nova educação que forme os homens de acordo com o interesse público (ABRAÃO, 1999, p. 270).

A educação pública lidava com essas ideias em um conhecimento científico-filosófico reflexivo que devia ser disseminado. Direito natural, por exemplo, questionava a justificação e legitimação natural divina do governo monárquico. O republicanismo, pela *virtu*, devia atingir a realeza para fazer o rei um canal efetivo na garantia do bem-estar de seu povo, e a sociedade civil para fazê-la entender que os cidadãos devotados ao bem público tinham que reivindicar direitos políticos (LINTON, 2006).

As ideias desse conhecimento circulavam inicialmente em ambientes eminentemente aristocráticos, como o salão de Madame Anne-Catherine Helvetius, onde se reuniam os filósofos, como Condillac, Holbach, Sieyès e o próprio Tracy (HEMMERLE, 2006). Debatiam-

se livros — inclusive os proibidos pela censura e publicados no exterior —, poemas, jornais, trabalhos literários, e eram apresentadas peças teatrais, musicais, [...]. O objetivo era comunicar socialmente as ideias científico-filosóficas. Essa comunicação perpassava esforços mais amplos de divulgação. Gráficas, por exemplo, funcionavam secretamente para imprimir jornais e panfletos. Trabalho dispendioso, mas cuja produção de alguns milhares de exemplares era suficiente. A comunicação ainda era realizada pessoalmente. Helvetius, Condillac, Holbach, Montesquieu, Diderot e outros, demonstravam grande coragem cívica e moral na disseminação social dessas ideias ao empregarem estratagemas alegóricos em suas conferências e palestras públicas, como o recurso a figuras e personagens estrangeiros para falarem de política, religião e Estado (BARBOSA, 2010).

Pretendia-se educar elites e a sociedade (LINTON, 2006). Esses literatos eram ativos:

[...] não permaneciam, como a maioria de seus congêneres na Alemanha, inteiramente alheios à política e isolados no mundo da filosofia pura e das belas-artes. Ocupavam-se constantemente das matérias que dizem respeito ao governo; [...] essa era mesmo sua ocupação própria. Todo dia podia-se ouvi-los discorrer sobre a origem das sociedades [...], direitos primordiais dos cidadãos e da autoridade, sobre as relações naturais e artificiais dos homens entre si, sobre o erro ou a legitimidade do costume e mesmo sobre os princípios das leis (TOCQUEVILLE, 1856, p. 153-4).

Esse projeto educativo foi um movimento científico-filosófico consciente de criticidade e de reforma iluminista na sociedade francesa entre 1748 e 1787, e formou a opinião pública: pensamento livre de visões e questões “preconceituosas e supersticiosas”. As elites foram educadas, “silenciados tiveram voz” (PICAVET, 1891; LINTON, 2006).

A racionalidade científico-filosófica tem sua fundamentação histórico-social na unidade Ciência e Filosofia produzida desde a década de 40 na sociedade francesa. Essa racionalidade fez a sociedade tomar consciência de que pensamento e ação se imbricavam. Em 1789 “pensar a realidade” francesa era insuficiente. “Pensá-la e nela agir” era imprescindível.

4.2 Função Social

A função social é outro traço histórico-social da determinação originária da ideologia. A Revolução Francesa se iniciou em 1789 (SOBOUL, 1962; TULARD, 1987a; BURNS, 2006). A racionalidade científico-filosófica foi a influência intelectual e social desse advento. Ideias do conhecimento construído desde 1748 tinham atingido uma dispersão eloquente e eram encontradas no submundo social; mas “palavras sozinhas não fizeram a Revolução” (LINTON, 2006, p. 152). Waskey (2006, p. 29) partilha desse argumento: essa Revolução, “como os historiadores têm observado, não foi simplesmente o produto de ideias [...] foi o desenrolar dos acontecimentos em que inúmeras ideias desempenharam um papel”. A racionalidade que adentrou a Revolução Francesa possuía uma função na sociedade.

Essa circunstância, nova na História, de toda a educação política de um grande povo inteiramente feita por literatos, talvez tenha sido o que mais contribuiu para dar à Revolução Francesa seu gênio próprio e para fazer nascer dela o que estamos vendo. Os escritores não forneceram apenas suas ideias ao povo que a fez [...]. Sob sua longa disciplina, na ausência de quaisquer outros condutores, em meio à profunda ignorância em que se vivia da prática, toda a nação, ao lê-los [vê-los e ouvi-los], acabou contraindo os instintos, o modo de pensar, os gostos e até as manias naturais aos que escrevem; [...] quando por fim teve de agir, ela transportou para a política todos os hábitos da literatura (TOCQUEVILLE, 1856, p. 162 — acréscimo nosso).

Ações sociais revolucionárias foram orientadas pela racionalidade científico-filosófica. Essa racionalidade se distinguiu da racionalidade utilitarista iluminista ao fazer “pensar a realidade e nela agir de modo orientado”. A Revolução Francesa engendrou a unidade pensamento e ação. Ambos se afetavam mutuamente. Para agir, revolucionários leram, interpretaram, aplicaram e desenvolveram em sua realidade social os conceitos apropriados do Iluminismo (GRESPLAN, 2003). Essa orientação foi contingencial e escapou de traços deterministas de causalidade.

A Queda da Bastilha exemplifica o fato. A convocação consultiva e deliberativa dos Estados Gerais para enfrentar a crise generalizada

de 1789 dividia a sociedade como na Idade Média: igreja; rei e nobreza; e demais setores sociais — essa convocação não era realizada desde 1614. As exigências do Terceiro Estado (demais setores) foram negadas por Luís XVI aliado aos outros dois Estados. A rejeição da instauração de uma assembleia unificada em que cada representante teria direito a um voto e de uma nova Constituição que privilegiasse a “liberdade, igualdade e fraternidade” significou que o Terceiro Estado não era livre, nem igual ou fraterno diante dos outros Estados. No início de julho, o Terceiro Estado constituiu uma Assembleia Nacional que adquiriu caráter de soberania reconhecido inclusive pelo rei, e substituiu o absolutismo monárquico juridicamente. O rei recorreu ao exército: 20 mil homens foram convocados para dissolver a Assembleia. Em um clima de incertezas devido às tropas nas ruas e a demissão de ministros, a Assembleia julgou necessário armar-se contra a tentativa de golpe de força. O motim estalou. A multidão foi ao hospital dos Inválidos, onde havia um arsenal de 32 mil fuzis, depois à Bastilha, que resistiu ao primeiro assalto, mas não ao segundo, realizado com cinco canhões postados ante a porta da fortaleza. A ponte levadiça baixou e o povo lançou-se ao assalto. “A burguesia parisiense tirou proveito da vitória popular, apoderando-se da administração da capital [...] o dia 14 de julho tornou-se um símbolo da liberdade” (SOBOUL, 1962, p. 120).

A Queda revela a casualidade da unidade pensamento e ação na Revolução: propor nova Constituição, o lema célebre e o voto foram respostas à convocação pautada no Antigo Regime; tomar armas e promover a Queda foram respostas contra a rejeição do Terceiro Estado na sociedade. Cada pensamento e ação da Queda foram orientados circunstancialmente naquela realidade social.

A Revolução também foi elaboração teórica, pois transcendeu o sentido da palavra revolução (GRESPLAN, 2003). O Terror exemplifica isso. Justificada e legitimada por uma “teoria do governo revolucionário”, a revolução era guerra para fundar a República livre de seus inimigos; o “governo revolucionário [...] tem em mãos a força coativa, isto é, o Terror. A força [...] não é feita para proteger o crime? O governo revolucionário não deve aos inimigos do povo senão a morte” (SOBOUL, 1962, p. 331). Essa “teoria” significou violência definitiva contra a vida “inimiga”: foi o modo como o Terror leu, interpretou, aplicou e desenvolveu conceitos. A *virtu* que era reivindicação e

posse de direitos políticos se tornou no Terror um “princípio fundamental do governo democrático, amor à pátria e suas leis que protegia contra o crime pela morte”. Essa violência foi “ação justa [...] na concepção popular, o exercício da justiça é um atributo da soberania, o povo a utiliza quando preciso” (SOBOUL, 1962, p. 227).

Esse endurecimento da racionalidade científico-filosófica (LINTON, 2006) na Revolução Francesa efetivou as críticas filosóficas (religião/Estado) a partir de 1789: Luís XVI foi um alvo do Terror; acusado de conspiração contra a liberdade pública e atentados à segurança nacional, sua culpabilidade foi pronunciada em 14 de janeiro de 1793 e sua execução na guilhotina realizada em 21 de janeiro. A “execução do rei [...] atingia a realeza em seu prestígio tradicional e [...] religioso [...] acabara-se a monarquia de direito divino” (SOBOUL, 1962: 245). Na Revolução, “pensar a realidade” era “agir nela e no pensamento de modo orientado, para modificar a realidade social pela violência”.

Conclusão: Verdade Objetiva e Ideologia

A verdade revolucionária se distinguiu da iluminista pela racionalidade e função social: que foram objetivas. O que foi essa verdade? Entendê-la implica compreender a Revolução Francesa. Esse advento foi um processo histórico-social de turbulentas lutas contraditórias que gerou algo novo. A partir de 1748, pessoas e grupos:

[...] já tomavam consciência de que havia, para além de seus ideais, vontades e ações, uma “força das coisas” que se impunha com uma necessidade rigorosa. [...] Com a Revolução Francesa, porém, a palavra [revolução] passou a designar a inauguração, pela ação dos homens, de uma nova era, essencialmente distinta da anterior (ABRAÃO, 1999, p. 293 — acréscimo nosso).

A novidade da/na/pela Revolução foi produto dessa “força das coisas” nos “ideais, vontades e ações” de pessoas e grupos. A Queda da Bastilha exemplifica essa condição objetiva: a convocação conjugou “individualidades”; e cada evento decorrente gerou novidade em termos de pensamento e ação.

Essa conjugação foi uma convergência de contradições. Essa sociedade francesa era contraditória em si: aristocracia, nobreza, clero e

povo estavam isolados e segregados entre si (TOCQUEVILLE, 1856). A Revolução envolveu um:

[...] poder central imenso que atraiu e engoliu em sua unidade todas as parcelas de autoridade e de influência que anteriormente estavam dispersas em uma infinidade de poderes secundários, de ordens, de classes, de profissões, de famílias e de indivíduos, [...] espalhadas em todo o corpo social (TOCQUEVILLE, 1856, p. 11-2).

A convergência fez pensamentos e ações (in)diferentes entre si seguirem uma mesma direção: a metamorfose da/na/pela sociedade. Não necessariamente contradições desapareceram, mas a metamorfose também foi uma condição objetiva daquela sociedade: todos a queriam, de algum modo.

Em sua plenitude, a verdade objetiva foi essa força das coisas ou poder central, público e social, ativo na realidade social, cuja racionalidade científico-filosófica e função social engendraram, via convergência de pensamentos e ações contraditórios, a metamorfose da/na/pela sociedade francesa a partir de 1748, sobretudo, na Revolução.

Essa verdade se vinculou ao neologismo de 1796. Tracy viveu o período de autocritica da Filosofia sob suas influências intelectuais e sociais. Em 1770, já tendo lido Voltaire, o conheceu pessoalmente e foi por ele convertido à Filosofia. Além disso, o início da Revolução deixou Tracy maravilhado: “meus olhos estavam deslumbrados, minha mente atônita... Senti-me arrastado em um movimento [...] intelectual [e social] tão violento e rápido” (KENNEDY, 1978, p. 12). Porém, o Terror proporcionou nele um desgosto quase permanente para a vida pública. Ele aprendeu que a natureza humana tinha de ser plenamente explorada e explicada antes que alguém pudesse ser auto governável. Tracy entendeu que a violência era “fanatismo e barbárie anárquica para tudo derrubar” presente naquela verdade objetiva. Filosofia e educação eram uma “cura” em sua racionalidade e função social. O conceito de ideologia se originou dessa perspectiva.

Por um lado, esse conceito foi instrumentalizado no Instituto Nacional da França. Por outro, o Instituto deu-lhe o argumento científico-filosófico necessário para essa instrumentalização. O Instituto foi fundado em 25 de outubro de 1795 (INSTITUT DE FRANCE, 2014).

Era composto pela Seção de Ciência, com 60 membros; Moral e Ciência Política, com 36 membros e; Literatura e Artes Finas, com 48 membros. Substituiu as Academias Reais e estabeleceu um regime de regulação governamental da educação pública (STOIANI, 2002).

O Instituto estava sob o controle do Diretório, governo autoritário do partido da Gironda — rival ao partido dos Jacobinos que havia promovido o Terror de 1792 a 1794. O Diretório quis rever a “teoria do governo revolucionário”, pois a “salvação pública” era “ditadura de salvação pública”. Essa revisão modificou condições da educação pública. Ao invés da violência, as ciências, trabalhos científicos e literários portavam utilidade pública geral para glória da República. O Instituto foi concebido com esse intuito. Na primeira reunião do Instituto em 4 de abril de 1796, os diretores o manifestaram:

A República nos chama, por conectar todos os ramos da instrução, regressar os limites do conhecimento e fazê-los elementos menos obscuros e mais acessíveis, recolher e divulgar as descobertas, receber, enviar e transmitir todas as luzes do pensamento, todos os tesouros do gênio (PICAVET, 1891, p. 70).

O plano do Instituto era modificar a sociedade francesa pelo conhecimento científico-filosófico fruto da unidade das ciências. A função social inicial desse conhecimento era a compreensão da realidade social.

Tracy foi eleito para a segunda Seção em 18 de fevereiro de 1796. Ela ligava-se ao Comitê de Instrução do Diretório que tinha essa designação. Ele se imbuíu daquele plano. Em sua primeira leitura pública em 22 de julho de 1796, Tracy evidenciou suas intenções em consonância com as do Instituto:

Cidadãos, estou profundamente persuadido de que as ciências são recomendáveis por sua aplicação prática [...] desejo vivamente que essa assembleia se ocupe de qualquer uma de suas grandes obras que têm uma influência imediata sobre a prosperidade da sociedade. [...] Penso que o engajamento de seus trabalhos é para com uma utilidade prática. [...] engajei-me a relatar para vossa atenção o conhecimento da formação de nossas ideias. Essa ciência é a primeira de todas, em ordem genealógica, porque todas as outras emanam dela [...] o conhecimento do entendimento humano é propriamente uma ciência

única [...] é mais particularmente o objeto do trabalho da segunda classe do Instituto, provavelmente ninguém negará que o conhecimento da geração de nossas ideias é o fundamento da arte de comunicar essas ideias, a gramática; de combinar essas mesmas ideias e gerar uma nova verdade, a lógica; de ensinar e responder à verdade, instrução; de formar os hábitos dos homens, educação; moral [...] a maior das artes, que deve cooperar com todos os outros, de maneira que o homem encontre o alívio possível da parte de seus semelhantes (TRACY, 1796, p. 285-7).

Essa leitura foi denominada “*Mémoire sur la Faculté de Penser*” e marcou a primeira aparição impressa do neologismo na história (PICAVET, 1891; KENNEDY, 1978). Tracy relacionou a ideologia à verdade objetiva da sociedade através do conhecimento científico-filosófico portador de função social nesses termos. Entre 1796 e 1801 Tracy sistematizou a gramática, a lógica, a educação, a instrução e a moral em seus *Éléments D’Idéologie* (TRACY, 1801).

Essa sistematização envolveu aprofundamento teórico. O Instituto cumpriu um novo papel: a teoria condillaciana foi apresentada a Tracy no Instituto por Lavoisier (PICAVET, 1891). Condillac tinha influência no Instituto – embora a fundação dele tenha sido prevista pela nova Constituição, foram os discípulos de Condillac que a realizaram (KENNEDY, 1978). Condillac aceitou a sensibilidade como origem das ideias pela motilidade. O sentir equivalia ao pensar e este remetia a uma ação na realidade social: agir equiparava-se ao pensar. Tracy se apropriou dessa teoria da motilidade: “[...] todos os nossos poderes intelectuais [...] todas essas faculdades físicas ou mentais definham na inação” (TRACY, 1801, p. 5-6). Nessa apropriação, Tracy avançou em relação a Condillac, pois dispôs a ideologia como observação e dedução da sensibilidade pela motilidade. Se o agir equiparava-se ao pensar, influenciando-o, era preciso observar e deduzir algo do agir. Esse foi um avanço significativo em relação ao dualismo materialismo-espiritualismo das teorias de relatividade do movimento do século XVIII: adicionou a consideração dos “acidentes da ação”. Vinculados à realidade social, pensamentos e ações estavam condicionados por ela, para além de influências metabólicas intrínsecas. Isso eliminou da discussão a causalidade: inexistiam “primeiras causas” internas.

Mas o conhecimento ainda era um problema para Tracy. Para Con-dillac, todos os problemas do conhecimento foram reduzidos à ligação de ideias. Tracy aprofundou essa tese ao analisar que o “conhecimento era função dos signos que, por sua vez, eram função da sociedade” (KENNEDY, 1978, p. 62). Signos não eram meros sinais/símbolos presentes nas ideias, estavam na sociedade e eram ressignificados por pensamentos e ações constantemente. Ao conceber o conhecimento como um processo interno e externo ao ser humano, Tracy conduziu o conhecimento da ideologia para esse trânsito. Portanto, o conhecimento científico-filosófico da ideologia foi essencial para Tracy porque sua função social afetava o ser humano e sua sociedade.

A ideologia era a “cura” para a sociedade francesa porque propunha “pensar a realidade, agir nela e no pensamento de modo orientado pelo conhecimento para modificar a realidade social”. Quando Tracy diz que o propósito da ideologia é compreender o “conhecimento = verdade”, ele quer dizer que, para transformar aquela realidade social francesa revolucionária, era preciso *primeiro* entender sua força das coisas ou poder central público, social e ativo, cuja racionalidade científico-filosófica engendrava a convergência de pensamentos e ações contraditórios. Essa metamorfose era pensamento e ação decorrente desse conhecimento de si e da realidade social: portava a unidade momento ideal e material da realidade social.

Referências

- ABRAÃO, B. (1999) *História da Filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ARON, R. (1957) *The Opium of the Intellectuals*. New York: The Norton Library, 1957.
- BARBOSA, V. (2010) *O Pensamento Político*. Rio de Janeiro, Revan, 2010.
- BARTH, H. (1961) *Ideologie und Wahrheit*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1961.
- BELL, D. (1960) *O Fim da Ideologia*. Brasília: Editora UNB, 1980.

- BURNS, W. (2006) France: The Revolution Begins, in FREMONT-BARNES, G. (ed.). *The Encyclopedia of the French Revolutionary and Napoleonic Wars*. California: ABCCLIO, 2006.
- DRÄXLER, H. (1996) *Die Idéologie in Deutschland*. Münster: Nodus, 1996.
- EAGLETON, T. (1991) *Ideology*. London: Verso, 1991.
- ECO, U. (1993) *Intepretação e Superinterpretação*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- GALL, L. (2009) *Europa auf dem Weg in die Moderne*. München: Verlag, 2009.
- GEIGER, T. (1953) *Ideologie und Wahrheit*. Stuttgart: Verlag, 1953.
- GRESPLAN, J. (2003) *Revolução Francesa e Iluminismo*. São Paulo: Contexto, 2003.
- HEGEL, G.W.F. (1807) *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- HEMMERLE, O. (2006) Idéologues, in FREMONT-BARNES, G. (ed.). *The Encyclopedia of the French Revolutionary and Napoleonic Wars*. California: ABCCLIO, 2006.
- INSTITUTE DE FRANCE. (2014), *Son Historie*. Disponível em : <<http://www.institut-de-france.fr/fr/une-institution/son-histoire>>. Acesso em : 5 jan. 2014.
- INWOOD, M. (1997) *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
- KENNEDY, E. (1978) *A Philosophie in the Age of Revolution*. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1978.
- . (1979), 'Ideology' from Destutt de Tracy to Marx, *Journal of the History of Ideas*, v.40, 1979, pp. 353-368.
- LINTON, M. (2006) The Intellectual Origins of the French Revolution, in CAMPBELL P. (ed.). *The Origins of French Revolution*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.
- LIPSET, S. (1985) *Consenso e Conflito*. Política. Lisboa: Gradiva, 1992.
- MAINKA, P. (2000), Absolutismo Esclarecido e Educação na Alemanha, *Acta Scientiarum*, v. 22, 2000, pp. 157-166.
- MANNHEIM, K. (1929), *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARX, K; ENGELS, F. (1845) *Die deutsche Ideologie*, Werke 3. Berlin: Verlag, 1978.
- PICAVET, F. (1891) *Les Idéologues*. Paris : Ancienne Librairie Germer Bailliéri, 1891.

- RUDÉ, G. (1988) *A Europa Revolucionária (1783-1815)*. Lisboa: Presença, 1988.
- SOBOUL, A. (1962) *História da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- STENDHAL (1837) *Napoleão*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- STOIANI, R. (2002) *Da Espada à Águia: Construção Simbólica do Poder e Legitimação Política de Napoleão Bonaparte*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH, USP, 2002.
- TOCQUEVILLE, A. (1856) *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- TRACY, A.L.C.D. (1796) *Mémoire sur la Faculté de Penser*. Paris : Baudouin, 1796.
- . (1801) *Éléments D'Idéologie I*. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1970.
- TULARD, J. (1987) *História da Revolução Francesa (1789-1799)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- . (1987b) *Napoleão: O Mito do Salvador*. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 1996.
- WASKEY, A. (2006) French Revolutionary: Political Thought and Ideology, in FREMONT-BARNES, G. (ed.). *The Encyclopedia of the French Revolutionary and Napoleonic Wars*. California: ABCCLIO, 2006.

Sociologia da religião: Estudo comparativo entre Durkheim e Weber

JEAN FABIEN

jeandefabien1982@yahoo.fr

Resumo

O trabalho prossegue um objetivo ambicioso, trata-se de comparar Durkheim e Weber tentando aproximar a teoria da sociologia da religião de um à de outro. Para realizar esta comparação, temos um plano composto de três capítulos. O primeiro é uma comparação entre religião e magia levando em conta as noções como sacrifício, culto e rito. Colocando-a em relação com a religião, abordamos o estatuto social da magia com Durkheim e seu caráter irracional com Weber. O segundo procura entender melhor o sentido da relação que o indivíduo mantém com os seres espirituais, como, por exemplo, Alma, Deus, Espírito. Enfim, o terceiro retoma o debate das relações complexas entre religião e política e o lugar da ética nelas. Com Durkheim consideramos o caráter indiferenciado delas que se incorpora e se confunde no conceito de religião civil; e com Weber a diferenciação radical que existe entre elas e o caráter de dominação de uma pela outra. Nesse sentido, vamos ver com eles até que ponto elas podem influenciar-se reciprocamente.

O trabalho prossegue um objetivo muito ambicioso, trata-se de comparar Durkheim e Weber tentando aproximar a teoria da sociologia da religião de cada um. Para realizar este trabalho comparativo, havemos um plano composto de três capítulos.

O primeiro capítulo é uma análise dos conceitos como magia, sacrifício, culto e rito, noções consideradas comuns entre Durkheim e Weber no âmbito da sociologia da religião. Em relação à magia, os aspectos considerados são : sua natureza social (em Durkheim) e seu caráter irracional (em Weber). Em Durkheim, a magia é entendida como um fenômeno social ao mesmo título do que a religião. Em-

bora seja diferente da religião, a magia nasce também na consciência coletiva, e ambas são objeto de crença. A crença na magia, sustenta Mauss, é portanto obrigatória, e perfeitamente análoga àquela que caracteriza a religião. Essa crença existe ao mesmo tempo no feiticeiro e na sociedade (MAUSS, 2003, pp. 127-128). Em referência a sua manifestação, magia e religião, cada uma forma seu próprio bloco que significa crer ou não crer. Elas compartilham em comum vários elementos como ritos, crenças, danças, cantos, lustrações, orações, mitos, dogmas, etc. Como na religião, na magia encontra-se a divisão do mundo em coisa profana e sagrada, por outro lado, a iniciação constitui também um ponto comum entre elas (DURKHEIM, 1989, pp. 74-75). O mágico assim como o sacerdote, diz Durkheim, invocam os mesmos seres espirituais, e cumprem as mesmas obrigações rituais em favor deles. Esses seres espirituais e invisíveis recebem desde a antiguidade a mesma consideração ao mesmo tempo religiosa e mágica. Sobre esse aspecto Durkheim diz:

Os seres que o mágico invoca, as forças que ele atualiza não apenas têm a mesma natureza das forças e dos seres aos quais se dirige a religião; como muitas vezes são em tudo idênticos. Assim, desde as sociedades mais inferiores, as almas dos mortos são coisas essencialmente sagradas e constituem o objeto de ritos religiosos. Mas, ao mesmo tempo, desempenham na magia papel considerável (DURKHEIM, 1989, p. 74).

Segundo o sociólogo francês, pelo menos, três razões principais explicam no sentido de que, a magia, do mesmo modo do que a religião, constitui um fenômeno social. Primeiro, os atos mágicos são fruto do juízo coletivo, ou seja, as crenças mágicas são nascidas na consciência coletiva. Geralmente, o juízo mágico é o objeto de afirmação coletiva, se não ele seria inconcebível. Segundo, os atos mágicos são geralmente executados em prol de uma pessoa ou de um grupo de pessoas que forma com o mágico uma clientela. A relação entre o mágico e sua clientela acaba de criar uma sociedade. Terceiro, não existe uma sociedade sem magia, pois a sociedade vive pela magia, é ela que a cria. A magia faz parte das realidades sociais vividas cada dia pelos indivíduos. Em outras palavras, são a busca da satisfação dos desejos sociais, as crenças das pessoas e a pressão social que acabam de criar a magia. Enfim, podemos dizer que, para repetir Mauss,

a sociedade é preenchida de magia (Ver DURKHEIM, 1989, pp. 74-79; MAUSS, 2003, pp. 157-159).

Em Weber, nós pretendemos completar o aspecto social da magia pelo seu caráter irracional em comparação à religião que o sociólogo alemão considera como racional. A magia é, do ponto de vista weberiano, uma religiosidade irracional porque, em vez de adorar e orar os deuses, ela os obriga a se manifestar pelas ações irracionais. Por magia, Weber entende, toda ação que concorre a manipular, por diversos meios, as forças suprassensíveis para obter deles tal ou tal coisa, em outras palavras, a magia é a crença na possibilidade de compelir o deus pelos meios técnicos (GROSSEIN, 1996, pp. 471-474). O método empregado pela magia para trazer respostas aos fenômenos naturais ou sociais é, geralmente, irracional porque pretende explicá-los responsabilizando os deuses. Porém, por exemplo, no Israel, a ética religiosa judaica permite questionar o comportamento do crente e buscar entre os comandamentos de Yahvé, o qual foi objeto de violação grave. Esse processo parece mais racional, pois, na tradição religiosa judaica, Yahvé é sempre considerado como um Deus eminentemente racional (WEBER, 1970, pp. 302-306). Então, Weber sustenta que na revolução que acompanha o Judaísmo antigo há

uma ética religiosa do comportamento social, ético altamente racional, ou seja, livre de toda magia como de toda busca irracional de salvação, portanto sem relação nenhuma com a busca de salvação caracterizando as religiões de libertação asiáticas (Ibid., p. 20; trad. nossa.)

A magia, afirma Pierre Bourdieu analisando a teoria da sociologia da religião de Weber, executa suas obras fora de uma instituição burocrática chamada Igreja que, representando o corpo sacerdotal, é responsável pela distribuição racional dos bens de salvação (Cf. BOURDIEU, 1998, pp. 92-94). Segundo Weber, a racionalidade, particularmente a racionalidade da religião, desempenhou um papel essencial na racionalização do mundo. Pela racionalização, Weber entende, no sentido ocidental do termo, a organização da vida pela divisão e pela coordenação de diversas atividades, sobre a base de um estudo exato das relações entre os homens com seus instrumentos e seu ambiente para uma grande eficácia e rendimento (FREUND, 1968, p. 16).

O segundo ponto abordado nesse capítulo é o do sacrifício. Noção essencial e inseparável da religião, o sacrifício constitui o meio por excelência que permite o indivíduo entrar em contato com o ser espiritual, ele tem como papel construir uma harmonia entre o homem e o ser espiritual. Nessa parte, Weber põe o problema da existência de uma instituição sacrificial no Israel quando ele afirma :

Estabeleceu-se com as provas suficientes que não existia na alta época israelita um corpo federal de sacerdotes reconhecido por todos ao qual a confederação teria conferido o monopólio de sacrifícios ao Deus da Aliança. Nas relações entre a confederação israelita e Yahvé, o sacrifício ainda não tinha a relevância que ele adquiri depois. É assim que temos anotado que não existia antes da majestade uma instância federal competente para oferecer os sacrifícios regulares no período de paz. (Ibid., p. 226; tradução nossa)

Durkheim, em seu lugar, enfatiza o sentido do sacrifício na sociedade australiana. Esse sentido é variável e pode tomar diversos nomes dependentemente do tribo. Ele se manifesta numa festa cultural e religiosa chamada *Intichiuma* que, segundo Durkheim, é também uma festa sacrificial. O grande papel dessa festa consiste em reunir tudo mundo junto, ela é uma manifestação da solidariedade coletiva entre os membros da sociedade (ver DURKHEIM, 1989, pp. 395-404). Por outro lado, com Durkheim e Weber abordamos nesse mesmo capítulo, as noções do culto e do rito. Na religião a noção de culto é crucial, ele se define como a manifestação física e prática das crenças (ver DURKHEIM 1989, pp. 393-401; WEBER 2003, pp. 483-484). Tratamos também da diferença que Durkheim e Weber estabelecem entre culto religioso e rito mágico. Para os dois não existe culto mágico porque o culto, sendo eminentemente religioso, é condicionado pela temporalidade enquanto o rito mágico acontece e se organiza espontaneamente. Assim, esses quatro pontos principais, a saber, magia, sacrifício, culto e rito, farão o conteúdo do primeiro capítulo.

O segundo capítulo aprofunda o estudo dos seres espirituais como alma, Deus, espírito, que foram parcialmente evocados no primeiro capítulo. Tanto na magia quanto na religião, o homem mantém uma relação íntima com esses seres espirituais que tendem a animar as coi-

sas ditas sagradas.¹ Neste capítulo, vemos com Durkheim e Weber, de um lado, o sentido e a interpretação do sagrado nas duas sociologias da religião, de outro, o lugar do indivíduo na religião. Com efeito, embora seja um fenômeno social, o individualismo religioso não pode ser ignorado.

Enfim, o terceiro capítulo trata da questão da relação entre religião e política. As duas sociologias da religião interpretam diferentemente a relação que a religião mantém com a política. De um lado, para a sociologia weberiana da religião, essa relação se traduz por uma diferenciação radical entre Estado e Igreja que se inscreve no âmbito de *uma sociologia de dominação* em que existe um sistema composto de três elementos : o dominante, o aparelho administrativo e os dominados. Weber apresenta a religião e a política como duas esferas de atividades completamente separadas. Do outro lado, percebida como uma comunidade moral, para Durkheim, a Igreja tem uma relação com o Estado que vai no sentido de uma *religião civil*, ou seja, não apenas religião e política se inscrevem num contexto de indiferenciação, mas também, o complexo religião-política se encontra unificado na noção de sociedade. Nesse sentido, já aparece um conflito entre os valores religiosos e os valores políticos onde a ética tem algumas palavras para colocar.

Em suma, três ideais principais resumem nosso estudo comparativo sobre Durkheim e Weber : a oposição entre magia e religião ressaltando as crenças e as práticas que acompanham ambas; o tratamento dos seres espirituais com os quais o indivíduo mantém uma relação dita sagrada; enfim, a questão da relação complexa entre religião e política.

Referências

DURKHEIM, Émile. [1968]. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.

1. “As coisas sagradas, são aquelas cujas a sociedade si mesma elaborou a representação; aí entra todo tipo de estados coletivos, de tradições e de emoções comuns, de sentimentos que se referem aos objetos de interesse geral, etc., e todos esses elementos são combinados conforme as leis próprias da mentalidade social.” (DURKHEIM, 1969, p. 162; nossa tradução).

- . *De la définition des phénomènes religieux* In : *Journal Sociologique*.
PUF, Paris, 1969.
- FREUND, Julien. *Sociologie de Max Weber*. Paris : PUF, 1968.
- GROSSEIN, Jean-Pierre. *Max Weber, Sociologie des religions*. Paris :,
Gallimard, 1996.
- MAUSS, Marcel. [1968]. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac
Naify, 2003.
- Max WEBER. *Le judaïsme antique*. Paris, Plon, 1970.

A importância do agir comunicativo na concepção de democracia em Habermas.

JOICE VANINI

joicevanini@uol.com.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar como Jürgen Habermas utiliza o conceito de agir comunicativo e o modelo de análise bidimensional da sociedade, trabalhados em sua principal obra Teoria do Agir Comunicativo, na elaboração de uma visão diferenciada sobre o direito e a democracia, explicitada em sua obra de mesmo nome. Esse texto, portanto, pretende fazer uma leitura dessas duas obras buscando compreender de que forma a teoria social elaborada por Habermas o permite lançar luz a problemas políticos concretos.

Palavras-chave Habermas, agir comunicativo, democracia.

Abstract

This paper aims to analyze how Jürgen Habermas uses the concept of communicative action and the model of two-dimensional analysis of society, explained in his major book Theory of Communicative Action, in developing a differentiated view of law and democracy, which were formed in his book of the same name. This text, therefore, intend to do a reading of these two books seeking to understand how the social theory elaborated by Habermas allows him to shed light on concrete political problems.

Keywords Habermas, communicative action, democracy.

A análise bidimensional da sociedade já se revela desde cedo nos trabalhos habermasianos devido à preocupação que lhe acompanha em todo seu percurso teórico: uma tentativa de conectar uma análise sistêmica da sociedade com a teoria da ação. Uma opção audaciosa que busca suprir, ao mesmo tempo, as deficiências que ambas abordagens têm ao caminharem sozinhas, mas que teve que abrir mão da ideia de totalidade da razão, central no pensamento dos primeiros teóricos críticos. Habermas compartilha da preocupação a respeito dos efeitos negativos da razão instrumental, mas sua preocupação não advém da totalidade dessa razão instrumental — como discutem Adorno e Horkheimer — mas sim pelo fato de que os imperativos do sistema, que se reproduzem a partir do agir instrumental, estão colonizando o mundo da vida e atrapalhando sua reprodução simbólica, na medida em que o agir comunicativo fica cada vez mais preso à racionalidade utilitarista.

Em *Teoria do Agir Comunicativo* Habermas constrói e explica pares conceituais sistema e mundo da vida, tão relevantes para a formação de sua teoria social. O conceito de mundo da vida, em Habermas, é construído a partir da teoria da comunicação. Ele toma o cuidado de diferenciar seu conceito daquele construído pelos teóricos da linguagem: apesar de reconhecer que o mundo sociocultural emerge quando a interação passa a ser mediada pela linguagem e os significados naturais passam a ser simbólicos, ele não acredita que o processo de semantização consiga absorver todos os significados naturais, nem consiga abranger todos os complexos sistêmicos pelos nos quais as interações se movimentam (HABERMAS, 1981, II: 216).

Para construir seu conceito de mundo da vida, Habermas retoma o conceito de mundo da vida da fenomenologia e o complementa com o conceito de “consciência coletiva” de Durkheim e com o conceito agir comunicativo (discutido no tópico anterior). O mundo da vida, portanto, se relaciona com os três mundos os quais os sujeitos, que agem orientados pelo entendimento, tomam como base para suas definições comuns da situação (mundo objetivo, social e subjetivo). A novidade, presente em seu conceito e diferente das concepções anteriores, é a multidimensionalidade do mundo da vida, e a chave dessa

interpretação reside na multidimensionalidade da ação comunicativa e pela qual o mundo da vida se reproduz simbolicamente.

Habermas começa a discussão examinando as noções fenomenológicas de *Lebenswelt* como horizonte sempre presente da ação social e *Verweisungszusammenhang* como contexto garantido e autoevidente (MACCARTHY, 1987, p. 465). O mundo da vida, portanto, apresenta-se como contexto para o agir voltado para o entendimento e é formado por um reservatório de tradições culturais que possuem validade intersubjetiva. Essa reserva de padrões de interpretação é organizada linguisticamente e transmitida culturalmente. Como linguagem e cultura estão numa posição transcendental em relação a tudo que pode vir a ser componente de uma situação, o mundo da vida é o pano de fundo da ação que se apresenta ao ator como algo autoevidente e não problemático, e constitui uma rede de pressupostos intuitivos, transparentes e familiares que geram sentido para suas manifestações. A certeza que transparece nesses pressupostos tem sua força no acordo social embutido no entendimento linguístico e no saber cultural compartilhado por seus membros. Habermas reconhece a importância dessa interpretação culturalista do mundo da vida, principalmente na constituição do estoque de tradições culturais, mas afirma que o mundo da vida, para além da dimensão de pano de fundo, compreende também normas, experiências subjetivas, práticas sociais, habilidades individuais, entre outras estruturas institucionais e de personalidade. E toda essa complexidade é explicada através da ligação entre mundo da vida e agir comunicativo.

Os participantes do ato de entendimento, não podem se referir ao mundo da vida como se fosse algo exterior, pois, enquanto intérpretes, eles são parte integrante do mundo da vida. As estruturas do mundo da vida fixam as formas da intersubjetividade do entendimento possível e permitem aos participantes se entenderem sobre algo no mundo objetivo, social ou subjetivo. O mundo da vida é o pano de fundo necessário para o agir comunicativo, um pano de fundo necessário para que as referências que o ato comunicativo faz ao mundo objetivo, social e subjetivo possam ser compreendidas intersubjetivamente.

[...] Isso porque os que agem comunicativamente se movimentam sempre no horizonte do seu mundo da vida, não conseguindo se desvencilhar dele. Enquanto intérpretes e servindo-

se de seus atos de fala, eles mesmos constituem parte integrante do mundo da vida; mesmo assim, não podem se referir “a algo no mundo da vida” como costumam se referir a fatos, normas ou vivências. Porquanto as estruturas do mundo da vida fixam as formas da intersubjetividade do entendimento possível. Graças a elas, os participantes da comunicação conseguem assumir uma posição extramundana em relação ao que é intramundano, sobre o qual eles pretendem se entender. O mundo da vida constitui, pois, de certa forma, o lugar transcendental em que os falantes e ouvintes se encontram; onde podem levantar, uns em relação aos outros, a pretensão de que suas exteriorizações condizem com o mundo objetivo, social ou subjetivo; e onde podem criticar ou confirmar tais pretensões de validade, resolver seu dissenso e obter consenso. HABERMAS, 1981, II: 231

Mas o mundo da vida não apenas estrutura o agir comunicativo, como também é estruturado por ele: o agir comunicativo transmite e renova o saber cultural, possibilita a integração social e a geração de solidariedade, e serve à formação de identidades pessoais. Esses processos de reprodução cultural, de integração social e de socialização correspondem aos componentes estruturais do mundo da vida, que Habermas divide em cultura, sociedade e personalidade (HABERMAS, 1981, II: 252). Por cultura entende-se o conjunto de saberes que os atores recorrem como fonte de interpretação, sociedade é entendida aqui como conjunto de ordens consideradas legítimas por um grupo social e com base nas quais são criadas solidariedades, e personalidade se refere às competências que são aprendidas pelos atores durante seu processo de socialização e que lhes permite criar identidades pessoais e interagir com outros. Ao considerar as influências teóricas para a composição dessa interpretação, encontramos a teoria da reprodução cultural de Husserl e Schütz a embasar o componente estrutural da cultura, a teoria de Durkheim a respeito da consciência coletiva e da integração social a sustentar o componente da sociedade e a teoria de socialização de Mead embasando o componente da personalidade.

[...] a unilateralidade do conceito culturalista de mundo da vida se torna patente quando se leva em conta o fato de que o agir comunicativo não constitui apenas um processo de entendimento e que os atores, ao mesmo tempo em que se entendem

sobre algo no mundo, tomam parte em interações que lhes permitem formar, confirmar ou renovar sua própria identidade e sua pertença a grupos sociais. HABERMAS, 1981, II: 255

Com o conceito de mundo da vida formado por três componentes estruturais (cultura, sociedade e personalidade), Habermas consegue conectar esses componentes aos processos de reprodução social (reprodução cultural, integração social, socialização), baseados nos diferentes aspectos da ação comunicativa (entendimento, coordenação e socialização), que são ligados, por sua vez, aos componentes estruturais dos atos de fala (proposicional, ilocucionário, expressivo). Por causa dessa correspondência estrutural, o agir comunicativo consegue servir de meio para a reprodução simbólica do mundo da vida e, caso qualquer desses componentes sofram interferência, o processo de reprodução simbólica fica prejudicado resultando em crises como: perda de sentido, perda de legitimação, anomia, crise de identidades coletivas, alienação, entre outras. (MACCARTHY, 1987, p. 466).

Por integrar o conceito de mundo da vida ao agir comunicativo, Habermas consegue se distanciar das demais interpretações a respeito do conceito de mundo da vida, por considerá-las insuficientes para abarcar toda sua complexidade. Da mesma maneira, se distancia das concepções que analisam a sociedade apenas sob a perspectiva do mundo da vida. Para ele, a análise da sociedade deve ser feita de forma bidimensional, pois a sociedade é uma entidade que, no decorrer de sua evolução, se diferencia de dois modos: como sistema e como mundo da vida. A evolução sistêmica se mede pelo aumento da capacidade de controle de uma sociedade; já a separação entre cultura, sociedade e personalidade marca o estado de desenvolvimento de um mundo da vida estruturado simbolicamente. Para ele, tanto sistema quanto mundo da vida, se considerados separadamente, são insuficientes para uma análise da sociedade, pois somente com a combinação de ambos conceitos é possível unir uma análise hermenêutica e estrutural a uma análise funcionalista e sistêmica, unindo a perspectiva interna do participante com a perspectiva externa do observador (MACCARTHY, 1987, p. 467).

No sistema, as relações sociais são controladas de forma desatrelada às normas e valores, ou seja, à medida que o sistema se racionaliza, os subsistemas de administração e economia se libertam de

seus fundamentos prático-morais, como bem explica Weber com sua teoria da racionalização (HABERMAS, 1981, II: 278). Seguindo essa análise, é possível fazer uma distinção de integração social e integração sistêmica: na primeira, o sistema de ações é integrado por um consenso, assegurado normativamente ou obtido pelas vias de comunicação; na segunda, o sistema de ações é integrado pelo controle não normativo de decisões individuais subjetivas e não coordenadas.

A evolução social, para Habermas, acontece não apenas na medida em que a racionalidade do sistema e a complexidade do mundo da vida crescem, mas também à medida que sistema e mundo da vida se diferenciam entre si. Nas sociedades arcaicas, não há diferenciação entre os mundos objetivo, social e subjetivo, e a integração social e a integração sistêmica coincidem. Quando se forma um poder político cuja autoridade não depende mais do sistema de parentesco e quando as relações de troca são simbolicamente generalizadas através do dinheiro, os mecanismos de integração social começam a se separar da integração sistêmica. Os subsistemas administração e economia deixam de usar a ancoragem no mundo da vida como meio de controle (como era no sistema de parentesco) e passam a utilizar os meios poder e dinheiro (aqui o autor faz clara referência à teoria de meios de Parsons). Não que o sistema se desvencilhe completamente do mundo da vida, pois a relação entre eles se dá por meio das instituições e organizações. Porém, na medida em que essas instituições e organizações se autonomizam (por causa do aumento de racionalidade do sistema e de complexidade do mundo da vida), elas passam se emancipar dos contextos normativos, ou seja, distanciam-se dos contextos do mundo da vida estruturados comunicativamente.

A maior complexidade do sistema está ligada diretamente com a maior racionalização do mundo da vida. Percebe-se isso com a generalização dos valores, processo que gera duas tendências contrárias: por um lado, o agir comunicativo se desprende dos padrões de comportamento concretos e a integração social passa a ser ancorada no consenso formado pela linguagem, liberando o potencial de racionalidade inserido no agir comunicativo. Por outro lado, a generalização dos valores acarreta a separação do agir orientado para o sucesso do agir orientado para o entendimento e isso faz com que a coordenação da ação possa ser feita por meios de controle, não mais necessitando da linguagem (HABERMAS, 1981, II: 325-326).

As influências do sistema sobre o mundo da vida, que modificam a estrutura dos contextos da ação de grupos integrados socialmente sem prejudicar a aparência autárquica do mundo da vida, têm de se ocultar, de certa forma, nos poros do agir comunicativo. Isso provoca uma *violência estrutural*, a qual se apropria, sem se manifestar, da forma de intersubjetividade do entendimento possível. A violência estrutural é exercida por meio de restrições sistemáticas à comunicação; e ela está ancorada de tal forma nas condições formais do agir comunicativo, que os participantes da comunicação não podem mais distinguir claramente os elos que unem os três mundos entre si, a saber: o mundo objetivo, o social e o subjetivo. HABERMAS, 2012 [1981], v. II, p. 337 [grifo do autor]

Essa mediatização do mundo da vida se torna uma colonização do mundo da vida quando a reprodução simbólica fica em perigo, ou seja, quando os mecanismos sistêmicos expulsam os mecanismos de integração social dos âmbitos em que eles não podem ser substituídos (MACCARTHY, 1987, II: 473). Os processos de racionalização de Weber e reificação de Marx, que são retomados por Lukács e depois por Adorno e Horkheimer na crítica da razão instrumental, são analisados por Habermas como a subordinação do mundo da vida aos imperativos do sistema, que expulsam os elementos práticos-morais da vida cotidiana e monetarizando-a e burocratizando-a cada vez mais. À medida que imperativos sistêmicos tomam conta da vida cotidiana, a prática comunicativa é racionalizada unilateralmente a favor de um estilo de vida marcado pela especialização e pelo utilitarismo. Perde-se, dessa forma, o potencial da racionalidade comunicativa como atividade orientada para o entendimento, prejudicando a reprodução simbólica do mundo da vida e os mecanismos de integração social.

Tal reorientação da coordenação da ação, que passam da linguagem para meios de controle, faz com que a interação seja desligada dos contextos do mundo vida. Meios como o dinheiro e o poder se assentam sobre vinculações motivadas empiricamente; codificam uma forma teleológica de tratar quantidades de valores calculáveis, tornando possível uma influência estratégica generalizada nas decisões de outros participantes da interação, passando ao largo dos processos de formação linguística do consenso. HABERMAS, 1981, II: 330

Essa tese de colonização do mundo da vida pelo sistema pode ser considerada como a principal tese da teoria sociológica de Habermas. Ela, porém, não se esgota em si mesma, mas abre caminho para outras discussões. A primeira indagação a ser feita é a respeito do direcionamento desse processo de colonização. Habermas considera que os meios de controle sistêmicos (dinheiro e poder), que promovem a integração sistêmica, estão em constante ligação com os meios de legitimação do mundo da vida, que promovem a integração social. O mundo da vida não precisa se reproduzir apenas simbolicamente, mas também precisa se reproduzir materialmente; assim como o sistema precisa da legitimidade das instituições sociais construídas sobre um acordo comunicativo. Essa interdependência entre sistema e mundo da vida é marca da modernidade e se formou a partir do momento em que a integração social deixou de ser feita de forma tradicional (através da religião ou de mitos) e sistema e mundo da vida se separaram e suas lógicas ficaram mais complexas sem, contudo, produzir uma ruptura completa. O problema originado desse processo está na expansão dos imperativos sistêmicos para âmbitos em que a lógica comunicativa deveria reinar. Porém, Habermas não considera esse processo permanente e inevitável, se assim fosse, ele teria que abrir mão da possibilidade de pensar a emancipação a partir dessa teoria. A resposta à colonização do mundo da vida pelo sistema é dada através do raciocínio inverso: se mundo da vida e sistema estão interligados, é possível que, não apenas o mundo da vida reaja à colonização pelo sistema e se defenda, como também que o mundo da vida expanda a lógica comunicativa para os âmbitos sistêmicos (NOBRE, 2008, p. 23).

A questão que se impõe é como fazer isso. Como seria possível submeter os imperativos sistêmicos a processos coletivos democráticos de decisão? Para responder a essa questão, Habermas formula sua teoria política. A política está imbricada tanto na lógica do sistema, quanto na lógica do mundo da vida. Sistemicamente, a política, através do processo administrativo, se utiliza dos meios dinheiro e poder para se manter e conseguir efeitos materiais na sociedade, contribuindo, assim, para a integração sistêmica. Mas a administração política só é aceita pela população se ela é legítima, ou seja, se ela é construída segundo prerrogativas do mundo da vida. A política, para se apresentar como poder social legítimo que representa vontades e interesses coletivos, precisa ser reconhecida pelos cidadãos como um

construto a partir de fluxos comunicativos. E esses fluxos comunicativos não apenas legitimam a política, como também são capazes de direcionar seus objetivos (NOBRE, 2008, p. 24). Seria através da ação comunicativa coletiva e livre de constrangimentos (exercida na esfera pública) que capacidades e conhecimentos instrumentais seriam direcionados para a realização de fins decididos comunicativamente, constituindo, assim, o processo de subordinação dos imperativos sistêmicos à lógica comunicativa do mundo da vida.

Transformar poder comunicativo em poder administrativo não é fácil e precisa contar com uma ferramenta muito específica, que consiga fazer o intermédio entre sistema e mundo da vida. Esse meio específico é o direito. Antes de prosseguir, cabe delimitar qual é a definição de direito utilizada por Habermas. O direito aqui é o direito positivo moderno, normas de comportamento que surgem do acordo social, mas passam por um processo de institucionalização e tem força coercitiva. Não se trata, portanto do direito apenas como reivindicação moral de um conceito de justiça, mas de um direito que possui essa concepção de justiça ao mesmo tempo que se torna positivo através das instituições jurídicas. Feita essa ressalva, pode-se compreender o direito, assim como dinheiro e poder administrativo, como um meio sistêmico utilizado segundo a racionalidade instrumental para atingir fins materiais. Mas, ao mesmo tempo, o direito consegue “carregar” as pretensões comunicativas cotidianas, pois ele é formado a partir delas. O direito é o articulador entre sistema e mundo da vida na medida em que consegue traduzir em termos sistêmicos a vontade desenvolvida pela via comunicativa.

O papel transformador atribuído por Habermas ao direito está em que este tem dupla face, tem pés fincados tanto no mundo da vida como no sistema, serve tanto ao poder comunicativo como ao poder administrativo. De um lado, ele é a voz da administração e do sistema, em que norma e sanção são inseparáveis uma da outra, ou seja, em que o direito aparece como coerção, ainda que coerção legítima. De outro lado, o direito é expressão, simultaneamente, de um processo de formação coletiva da opinião e da vontade, sem o qual seria apenas um estabilizador de expectativas de comportamento e não a autocompreensão e da autodeterminação de uma comunidade de pessoas de direito que também é. Nesse sentido, o direito pode tanto ser tomado

de maneira unilateral e distorcida para servir unicamente de instrumento de colonização do mundo da vida pelo sistema como, ao contrário, o direito pode ser portador de impulsos de reação à colonização e mesmo de movimentos ofensivos para orientar processos sistêmicos em um sentido determinado. NOBRE, 2008, p. 27

A teoria do direito habermasiana se distingue das concepções anteriores de direito que estavam fundamentadas na razão prática. Habermas substitui a razão prática pela razão comunicativa como originadora das normas jurídicas. Ele faz essa escolha devido à característica da razão comunicativa de não se limitar a nenhum ator singular nem a um macrossujeito político, portanto ela consegue conjugar, através do processo comunicativo voltado para o entendimento, os interesses coletivos. Nesse contexto modificado, o conceito de razão prática adquire novos contornos: não funciona mais como orientação direta para uma teoria normativa do direito e da moral, pois se transforma num fio condutor para a reconstrução do emaranhado de discursos formadores de opinião e preparadores da decisão na qual está embutido o poder democrático exercitado conforme o direito (HABERMAS, 1992, I: 21).

O direito, por se formado a partir da razão comunicativa, é capaz de fazer a articulação entre sistema e mundo da vida. Mas essa articulação não se dá sem conflitos. A linha entre a racionalidade instrumental e comunicativa dentro do direito é muito tênue e, por isso mesmo, Habermas inicia o livro *Direito e Democracia* com a discussão sobre a tensão entre facticidade e validade. Facticidade se refere à coação de sanções exteriores e validade se refere à força que conecta convicções racionalmente motivadas (HABERMAS, 1992, I: 47). Ou seja, o direito se encontra em uma tensão entre o âmbito interno da normatividade e coação (sistema de direitos, jurisprudência e jurisdição) versus uma tensão externa, referente a sua legitimidade, à realidade dos contextos sociais, uma tensão entre o poder político e a autonomia dos cidadãos. Como facticidade o direito impõe limites para ação estratégica e como validade o direito se baseia no reconhecimento intersubjetivo das normas jurídicas, sem o qual estas não desempenhariam o papel de integração social.

O aspecto da legitimidade das normas reside no fato de que os cidadãos são tanto destinatários das normas jurídicas como também

são seus autores. Ao mesmo tempo em que os cidadãos estão sujeitos à coerção da norma (facticidade), a norma só é criada através do reconhecimento intersubjetivo do processo comunicativo e só tem efetividade se a legitimidade desse processo comunicativo gerador for reconhecida por todos os participantes da relação (validade). O direito apresenta simultaneamente aos cidadãos o aspecto da coerção e da liberdade — coerção para os destinatários da norma e liberdade para seus legisladores. Só que no caso do direito, característica herdada da prática comunicativa que o funda, os sujeitos e os destinatários da ação são os mesmos. Assim, a liberdade contida no direito garante a liberdade do arbítrio de cada um como legislador, enquanto a coerção garante o reconhecimento (e respeito) recíproco dos direitos de todos. A ordem jurídica garante que “a liberdade do arbítrio de cada um possa manter-se junto com a liberdade de todos” (HABERMAS, 1992, I, 52). Mas para que a ordem jurídica cumpra com sua função de integração social é necessário que os participantes do processo de legislação saiam do papel de sujeitos privados do direito, deixem de agir guiados exclusivamente pelo sucesso, e assumam, como cidadãos, a perspectiva de participantes de uma comunidade fundada em princípios normativos de regulamentação da convivência estabelecidos através de processos de entendimento.

A partir de todas essas considerações feitas até agora podemos analisar a relação entre política e direito. A comunidade jurídica, para Habermas não se constitui através do contrato social, mas na base de um entendimento comunicativo. Assim, a solidariedade que sustenta o direito moderno é concentrada no papel de cidadão que surge do agir comunicativo. Por outro lado, a política precisa do direito para impor normas de comportamento e para conseguir sua legitimidade. Dessa forma, pode-se afirmar que a relação entre direito e política é de interdependência: o exercício do poder político precisa do direito, pois a dominação política tem que ser legitimada e organizada juridicamente, e o direito precisa das instituições políticas (mais especificamente do poder estatal) para conseguir efetividade em seu poder coercitivo.

A tensão entre facticidade e validade presente no direito apresenta-se também no próprio poder político, na medida em que o poder político pode ser dividido em poder comunicativo e poder administrativo (WERLE, SOARES, 2008, p. 130). O poder comunicativo organiza os

interesses divergentes através de um processo de debate e deliberação pública. Todas as decisões tomadas nesse processo comunicativo deságuam em políticas e leis, formuladas na linguagem do direito, e, para que essas políticas e leis tenham eficácia, elas precisam das instituições e das decisões do sistema político-administrativo. O direito é o meio pelo qual se articulam o poder comunicativo (responsável pela legitimidade) com o poder administrativo (responsável pela aplicabilidade das normas). O direito, por representar demandas normativas que advêm do processo comunicativo das esferas públicas ancoradas no mundo da vida, fornece legitimação ao exercício do poder político. E essa articulação feita pelo direito é possível pelo que Habermas (1992, I: 191) chama de princípio de discurso. O princípio do discurso tem o sentido cognitivo de filtrar temas e argumentos que, através do processo comunicativo, tenham obtido aceitação racional dos participantes e tem também o sentido prático de produzir relações de entendimento. Ou seja, através do processo comunicativo há simultaneamente uma normatização discursiva do direito e uma formação comunicativa do poder.

Por ser o elo entre poder comunicativo e poder administrativo, o direito se relaciona a diferentes fontes de integração: por ser uma prática de autodeterminação, exigindo dos cidadãos o exercício da prática comunicativa, o direito é fonte de solidariedade social, daí vem sua força integradora, mas, ao mesmo tempo, as instituições do direito (tanto público quanto privado) auxiliam no desenvolvimento do mercado e legitimam a organização do poder estatal. Essa assimilação entre integração sistêmica e solidariedade social traz implicações problemáticas, pois muitas vezes interesses econômicos e administrativos se servem da legitimidade do direito para impor sua dominação. O direito moderno acaba sendo um meio ambíguo de integração social, pois “Com muita frequência o direito confere a aparência de legitimidade ao poder ilegítimo” (HABERMAS, 1992, I, 62). Se a economia e o Estado se apropriam do sistema de direitos acaba acontecendo um privatismo da cidadania, na medida que os cidadãos são empurrados para a periferia do processo de decisão política e se tornam meros membros da organização social. Os direitos são vistos pelas pessoas como “presentes” concedidos paternalisticamente e a relação entre cidadão e Estado passa a se assemelhar à relação privada entre cliente e mercado (HABERMAS, 1992, I: 109).

A fim de evitar o uso instrumental do direito, é importante desenvolver práticas democráticas. Democracia, segundo Habermas, é um conceito que também deve ser reinterpretado através da teoria do discurso. Democracia é a forma de governo que providencia a institucionalização política necessária para manter as formas de comunicação que tornam possível a formação discursiva de uma vontade política racional. No procedimento democrático, os cidadãos determinam os rumos de sua vida privada e pública segundo concepções de bem e de justiça. Porém, essas questões éticas e de justiça não podem ser legitimadas a priori, mas são fruto de uma deliberação racional proveniente de processos comunicativos.

Com a institucionalização política de formas comunicativas, passa-se do princípio do discurso para o princípio da democracia, o qual se assenta no princípio de soberania popular. Nesse sentido, soberania popular pode ser interpretada como sendo formada pelo poder comunicativo dos cidadãos. O poder político é fruto da formação da opinião e da vontade estruturadas comunicativamente. Quando esse processo democrático de formação discursiva da opinião e da vontade tem como objetivo a resolução de problemas, há legitimidade suficiente para se institucionalizar juridicamente as regras e normas produtos do processo comunicativo. Como apenas a totalidade dos cidadãos é quem possui o poder comunicativo, então a competência legislativa também cabe apenas a essa totalidade de cidadãos (HABERMAS, 1992, I: 213). A soberania, na teoria do discurso, não é vista nem como sendo de posse apenas do povo (no sentido de totalidade) nem como algo perdido por entre o anonimato das competências jurídico-constitucionais, mas como poder produzido comunicativamente. A soberania popular, por ser comunicativamente produzida, é interpretada de modo intersubjetivo (HABERMAS, 1992, II: 24). Para que esse poder legislativo seja produzido comunicativamente, é necessário que o processo seja regulado pelo princípio do discurso e que haja condições de negociações equitativas. “O processo democrático que institucionaliza as formas comunicativas necessárias para uma formação política racional da vontade tem que satisfazer simultaneamente a diferentes condições da comunicação. A legislação realiza-se numa rede complexa de processos de entendimento e práticas de negociação.” (HABERMAS, 1992, I: 225). As deliberações públicas devem ser inclusivas, ou seja, a princípio, ninguém deve ser excluído e todos os

participantes devem ter iguais chances de acesso. A autonomia do processo comunicativo que deságua numa deliberação reside no fato de que os participantes estão subordinados apenas às regras da argumentação e a única coerção a que estão submetidos é a coerção do melhor argumento. Se esse pressuposto não for respeitado, não é possível falar em autonomia e não há como garantir que todos tenham as mesmas chances de falar, apresentar propostas, criticar, enfim, de serem ouvidos.

Ao formular as bases da democracia sobre um conceito discursivo, Habermas se distancia das concepções de democracia liberal e republicana e se aproxima do conceito de democracia deliberativa. Na visão liberal, a sociedade está organizada em torno do mercado e das liberdades individuais e o Estado deve apenas reconhecer e garantir esses direitos individuais. A política é vista como uma luta pelo acesso ao poder administrativo e a liberdade é identificada como pertencente à esfera privada. No modelo republicano, o mais importante são os direitos sociais e de participação. A liberdade está associada ao desempenho ativo da cidadania na forma de auto legislação. A liberdade consiste em sua visão positiva, de sujeitos politicamente responsáveis e iguais. Nesse modelo os interesses particulares são controlados em prol da formação de uma vontade coletiva, gerando uma necessidade da criação de laços de identidade entre seus membros.

O conceito de democracia deliberativa proposto por Habermas pode ser compreendido como um caminho intermediário entre a concepção liberal e a republicana. A proposta deliberativa se preocupa em garantir tanto a autonomia privada quanto a autonomia pública, sem, no entanto, se prender ao individualismo e utilitarismo liberal nem ao coletivismo excessivo e idealismo republicano. Para isso, sua preocupação volta-se para os processos de decisão e tomada de decisão, de acordo com a teoria do discurso. A democracia deliberativa se assemelha à concepção republicana na medida em que o poder comunicativo modela o poder administrativo, mas se diferencia desta, pois na democracia deliberativa a legitimidade do direito não se funda na unanimidade de posições de uma comunidade, mas nos procedimentos institucionalizados que viabilizam o balanceamento dos diversos interesses que convivem numa sociedade plural, levando à formação de uma vontade política que cria regras sobre matérias relevantes para todos. Ou seja, no modelo deliberativo há mais respeito pela

pluralidade do que no modelo republicano. Por outro lado, a democracia deliberativa, assim como o modelo liberal, reconhece o caráter estratégico na formação dos compromissos presentes na deliberação pública, se distanciando do idealismo republicano, e a diferença é que, enquanto o modelo liberal se concentra na satisfação de expectativas individuais, na democracia deliberativa o enfoque é na autodeterminação pública dos cidadãos que deliberam, na medida em que o Estado institucionaliza formas de comunicação que permitem a formação discursiva da opinião e da vontade (VITALE e MELO, 2008, p. 241).

Com o modelo de democracia deliberativa, Habermas não deixa de levar em conta o princípio da separação entre Estado e sociedade, mas o faz de uma forma diferente dos liberais. Enquanto no modelo liberal, a preocupação em fazer essa separação é para que a autonomia privada seja privilegiada por sobre a autonomia pública, na concepção habermasiana a separação entre Estado e sociedade, que visa impedir que o poder social se transforme em poder administrativo, sem passar antes pelo filtro da formação comunicativa do poder. A separação Estado e sociedade é vista sob o prisma dos conceitos sistema e mundo da vida, então a preocupação de Habermas é com a articulação entre sistemas políticos e econômicos e integração social baseada na solidariedade. A democracia deliberativa reconhece apenas os pressupostos comunicativos e condições do processo democrático como única forma de legitimação racional para as configurações políticas. Por isso, esse modelo de democracia busca equilibrar as diferentes fontes de integração social, na medida em que, por ser uma democracia discursiva, permite à solidariedade social a prevalência sobre os recursos de controle, a saber, o dinheiro e o poder administrativo, e com isso consegue garantir espaço para as demandas oriundas do mundo da vida (NEVES e LUBENOW, 2008, p. 251).

Na teoria do discurso, a política deliberativa não depende de uma cidadania capaz de agir coletivamente, mas da institucionalização dos processos comunicacionais e também do jogo entre deliberações institucionalizadas e opiniões públicas informais (HABERMAS, 1992, II: 21). Essa institucionalização dos processos comunicacionais depende do Estado, não visto como um sujeito superdimensionado, nem visto como aquele que representa a totalidade das normas constitucionais, mas sim como organizador dos processos de entendimento produzi-

dos intersubjetivamente. Assim, Habermas define o Estado de direito como um Estado que se organiza para garantir os processos comunicativos que dão origem às normas jurídicas e que garantem o processo democrático.

O Estado de direito, portanto, não é algo secundário, mas central para uma teoria discursiva do direito, na medida em que ele institucionaliza o uso público das liberdades comunicativas e regula a transformação do poder comunicativo em administrativo (HABERMAS, 1992, II: 21). A democracia só pode ser levada adiante se houver a institucionalização progressiva dos processos de formação racional da vontade. Mas essa institucionalização por si só não garante que o processo discursivo democrático esteja sendo respeitado. Para garantir que os processos comunicacionais não estão sendo solapados pelos imperativos sistêmicos e para garantir que, de fato, as instituições do Estado de direito regula a transformação do poder comunicativo em administrativo, é imprescindível o papel da esfera pública na formação discursiva da vontade.

[...] para impedir, em última instância, que um poder ilegítimo se torne independente e coloque em risco a liberdade, não temos outra coisa a não ser uma esfera pública desconfiada, móvel, desperta e informada, que exerce influência no complexo parlamentar e insiste nas condições da gênese do direito legítimo. (HABERMAS, 1992, II: 185).

A esfera pública é o vínculo que se constrói entre Estado de direito e democracia, na medida em que ela funciona como em alarme dotado de sensores que se espalha por toda a sociedade, ou seja, é através da esfera pública que os problemas sociais são levantados a fim de serem processados pelo sistema político.

Esferas públicas, na teoria do discurso, se referem a arenas formadas comunicativamente nas quais acontece a formação mais ou menos racional da opinião e da vontade sobre temas que necessitam de regulamentação e que são relevantes para toda a sociedade (HABERMAS, 1992, II: 22). Ao se referir à esfera pública, nesse momento de sua obra, Habermas não faz menção apenas às deliberações institucionalizadas dos órgãos parlamentares, mas principalmente às redes informais da esfera pública. Esferas públicas mobilizadas culturalmente geram a formação informal da opinião e são elas que mais

apropriadamente apresentam as demandas produzidas comunicativamente no âmbito do mundo da vida. Essas esferas informais, compostas por associações, movimentos sociais, etc., por estarem mais vinculadas às práticas cotidianas são mais porosas aos debates sobre os problemas sociais e, muitas vezes, essas reivindicações podem ser levadas ao sistema político.

O fato de que o movimento de luta por direitos originado nas esferas públicas informais passar a se desenvolver no sistema político institucionalizado só pode ser pensado a partir da ótica discursiva do direito e da democracia. Como o sistema político depende da legitimação dos processos comunicativos que formam as normas jurídicas, ele é obrigado a ser aberto às demandas que vêm das esferas públicas informais, chamadas de periferia do poder. Graças aos procedimentos próprios à democracia e ao Estado de direito, ou seja, devido ao fato deles serem formados comunicativamente, as opiniões desenvolvidas nas esferas públicas informais podem lutar por influência na esfera pública política institucionalizada. É através da ligação do direito com o poder político, que discutimos nas páginas acima, que se torna possível a abertura do núcleo sistêmico do poder administrativo aos fluxos comunicativos oriundos do mundo da vida (NEVES e LUBENOW, 2008, p. 254).

Quando nos servimos dessa ideia de democracia, que traduz em termos sociológicos a teoria do discurso, descobrimos que as decisões impositivas, para serem legítimas, têm que ser reguladas por fluxos comunicacionais que partem da periferia e atravessam as comportas dos procedimentos próprios à democracia e ao Estado de direito, antes de passar pela porta de entrada do complexo parlamentar ou dos tribunais (e às vezes antes de voltar pelo caminho da administração implementadora). Somente então é possível evitar que o poder do complexo administrativo ou o poder social das estruturas intermediárias que têm influência no núcleo central se tornem independentes em relação ao poder comunicativo que se forma no complexo parlamentar. HABERMAS, 1992, II: 88-89.

Considerações finais

Na teoria discursiva do direito habermasiana, formada a partir da sua teoria do agir comunicativo, temos um passo teórico importante na medida em que ele conecta a teoria da comunicação — considerada a priori extremamente abstrata — com questões práticas importantes para a prática política. Essa conexão só é possível, pois, nessa concepção, o direito é apresentado como mediador entre sistema e mundo da vida. A teoria discursiva do direito explica que as normas jurídicas são fruto da formação discursiva da opinião e da vontade, ou seja, são formadas no seio do mundo da vida seguindo a lógica da ação comunicativa, porém para garantir sua efetividade essas normas são institucionalizadas e se ligam aos meios de controle dinheiro e poder, seguindo a lógica sistêmica. Dessa forma, o direito também está sujeito à colonização de sua lógica comunicativa através da dominação dos imperativos sistêmicos.

A novidade é que, com sua teoria discursiva da democracia, Habermas aponta uma alternativa ao processo de colonização do mundo da vida pelo sistema: a institucionalização das normas construídas comunicativamente tanto serve para dar a elas a efetividade e força coercitiva de que elas precisam, como também as permite fazer o caminho inverso — as normas construídas comunicativamente são necessárias para dar legitimidade ao poder político que se estrutura no sistema através do poder administrativo. Assim, para evitar os abusos do poder administrativo e dos interesses econômicos por sobre a formação comunicativa da opinião e da vontade, é necessário, segundo Habermas, ter uma esfera pública ativa e que trabalhe para que as questões construídas no mundo da vida atinjam as instituições a fim de que elas sejam mais porosas às demandas construídas comunicativamente e não sejam apenas reflexo dos imperativos sistêmicos e da lógica instrumental. Na ação comunicativa e na centralidade da atuação da esfera pública é que se assentam as bases de uma teoria discursiva habermasiana da democracia.

Referências

CALHOUN, Craig (org). *Habermas and the Public Sphere*. The MIT (Massachusetts Institute of Technology) Press, 1992.

- COHN, Gabriel. A teoria da ação em debate. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). *Teorias da ação em debate*. São Paulo: Cortez, 1993, pp.63-75.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. Originalmente publicado em 1962.
- *Teoria do Agir Comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. Volumes I e II. Original: *Theorie des Kommunikativen Handelns*, 1981.
- *Direito e Democracia* (volumes I e II). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1997. Original: *Faktizität und Geltung*, 1992.
- MACCARTHY, Thomas. *La Teoria Critica de Jürgen Habermas*. Madrid: Editora Tecnos, 1998. Originalmente publicado em 1987.
- NEVES, Raphael; LUBENOW, Jorge. Entre promessas e desenganos: Lutas sociais, esfera pública e direito In: NOBRE, Marcos; TERRA, Ricardo (org.). *Direito e Democracia: um guia de leitura de Habermas*. São Paulo: Malheiros, 2008.
- NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- Introdução In: NOBRE, Marcos; TERRA, Ricardo (org.). *Direito e Democracia: um guia de leitura de Habermas*. São Paulo: Malheiros, 2008.
- REPA, Luiz. Jürgen Habermas e o Modelo Reconstutivo de Teoria Crítica. In: NOBRE, Marcos. *Curso Livre de Teoria Crítica*. São Paulo: Papyrus, 2008, p. 161-182.
- VITALE, Denise; MELO, Rúrion. Política deliberativa e o modelo procedimental de democracia In: NOBRE, Marcos; TERRA, Ricardo (org.). *Direito e Democracia: um guia de leitura de Habermas*. São Paulo: Malheiros, 2008.
- WERLE, Denílson; SOARES, Mauro. Política e direito: a questão da legitimidade do poder político no Estado Democrático de Direito In: NOBRE, Marcos; TERRA, Ricardo (org.). *Direito e Democracia: um guia de leitura de Habermas*. São Paulo: Malheiros, 2008.

Pierre Bourdieu e a teoria materialista do simbólico

JULIANA CLOSEL MIRALDI
julianamiraldi@gmail.com

Resumo

A questão fundamental da pesquisa apresentada reside na relação entre a esfera econômica e a simbólica da vida social na teoria de Bourdieu. Ela é emergida por uma declaração de Pierre Macherey em *Histoire des Dinosaurés* (1999); nele o autor critica Bourdieu por este não estabelecer uma lógica entre os campos sociais e não admitir uma determinação em última instância pelo econômico. Contudo, ao contrário do que sugere Macherey, Bourdieu em inúmeras passagens ao longo de sua obra atribui tal determinação ao econômico, sem cair, porém, no economicismo. A sutileza da relação de determinação em questão só pode ser apreciada diante de uma análise que contemple o esforço filosófico do autor em fundar uma teoria do conhecimento materialista. Faremos, por isso, uma incursão na episteme da teoria bourdieusiana, mostrando sua noção de causalidade, verdade e determinação, construídas no embate contra o subjetivismo e o objetivismo que separam antagonicamente a sociologia. Com isso, poderemos demonstrar que a construção do sistema teórico bourdieusiano é feita sob a égide de uma teoria materialista do simbólico que, sem ser uma síntese, supera conservando as contribuições adversárias.

Palavras-chave Bourdieu, epistemologia, materialismo, teoria sociológica.

Abstract

The fundamental question in this research presents the relation between the economic and symbolic spheres of the social life in Bourdieu's theory. However, as op-

posed of what Macherey suggest, Bourdieu in so many texts passages during your work attributes such determination to the economy, but without falling in the economism. The sutil relation of determination in question here just can be appreciated on an analysis which contemplate the philosophical effort of the autor founding a materialistic knowledge theory. So, in this paper we'll do an incursion in the episteme of bourdieusian theory, elucidating your notion of causality, of truth and of determination builded in the confrontation against subjectivism and objectivism which divides antagonistically the sociology. With this we can demonstrate that the construction of bourdieusian theoretical system was done not like a synthesis, but under a materialistic theory of symbolics.

Keywords Bourdieu, epistemology, materialism, sociological theory.

Prelúdio

Em meados da década de sessenta, em meio às reminiscências do estruturalismo clássico configurado por Lévi-Strauss e às turbulências críticas do pós-estruturalismo, Pierre Bourdieu inicia o processo de construção e de solidificação da sua teoria sociológica, cujo objeto específico não seria o fato social, tampouco a ação social, mas as práticas sociais, concebidas, a partir de desenvolvimentos sucessivos do arcabouço teórico bourdieusiano, como o objeto legítimo dessa ciência (BOURDIEU, 1984, p. 86). Mediante o conceito de *habitus*, os agentes nas estruturas passam a ser tratados não unicamente como passivos, ou melhor, meros efeitos destas, mas também se tornam ativos, pois compreendidos de modo dinâmico como estruturantes e estruturados, num duplo movimento de efeitos que cristalizariam um dos instrumentos mais relevantes para a sociologia e estabeleceriam um *front* de combate diante das filosofias da consciência e das teorias estruturalistas e mecanicistas (ORTIZ, 2002, p. 162). O conceito de *habitus*, em sinergia com o de campo, permite investigar mais profundamente os fenômenos sociais tornando-os inteligíveis em suas diferenças específicas, calcadas na própria prática social. Dessa maneira, a teoria sociológica de Bourdieu instaura um objeto ao mesmo tempo em que fornece instrumentos teóricos eficazes para compreendê-lo.

Diante da coerência indiscutível da lógica interna aos campos sociais — que se organizam por regras de jogo específicas as quais, por sua vez, privilegiam capitais específicos estabelecendo relações específicas entre dominantes e dominados — torna-se mister questionar Bourdieu sobre a relação que um campo manteria com os demais campos — religioso, político, científico, jurídico, econômico, artístico etc. —, ou seja, nos perguntamos a seguir a respeito da lógica que rege os campos sociais entre eles. Vemos que esta investigação, apesar de revestida por uma aparência “teoricista”, tem sua principal eficácia, e por isso mesmo sua principal demanda, nas pesquisas de casos concretos, sobretudo naquelas investigações em que o pesquisador defronta-se com diversos campos sociais e vê-se, ao fazer uso do arcabouço conceitual bourdieusiano, obrigado a investigar campo por campo sem jamais saber exatamente a partir de quais critérios é possível estabelecer uma relação entre eles.

Pierre Macherey em *Histoires de Dinosaure* (1999) chama atenção do leitor precisamente para essa questão. Afirma que o ponto fraco da sociologia de Bourdieu situa-se na orquestração da homologia entre os diferentes campos sociais, devido, sobretudo, à ausência de uma determinação em última instância pelo econômico, isto é, uma constante imanente a todos os campos regendo regras comuns de funcionamento destes através de um efeito de determinação econômica (MACHEREY, 1999, p. 302).

Aí é, sem dúvida, o ponto fraco da abordagem de P. Bourdieu que, mais fiel talvez sobre esse ponto que ele não credita, ou não gostaria de fazer-se creditar, às suas origens filosóficas, parece não ter renunciado à esperança de constituir sua sociologia num tipo de saber absoluto. Sobretudo, a dinâmica diferencial dos campos, se ela permite compreender como se distinguem posições no interior do campo onde elas se põe opondo-se, permanece cega ao problema da diferença entre campos que ela se contenta em justapor, sem poder fazê-los comunicar-se entre si. Qual lógica liga entre elas os diferentes campos sociais, uma vez eliminada a tese de uma relação de determinação em última instância, condenada porque parece dever privilegiar um entre eles subordinando-o univocamente a todos os outros? Como o campo filosófico, que define os limites no interior dos quais se desenvolve os trabalhos filosóficos, situa-se em rela-

ção aos outros estratos da atividade coletiva, campo político, campo estético, campo de produção de conhecimentos científicos ou tecnológicos, campo de crenças religiosas etc., a fim de manter-se na ordem do que Marx chamava de superestruturas. (MACHEREY, 1999, 302-303. Trad. minha).

Qual seria, então, o elemento imanente que orquestraria a relação entre os campos bourdieusianos? Como pode a teoria garantir que os diferentes campos sociais articulem-se internamente de maneira análoga e homóloga, visto que cada um deles possui regras de jogo diferentes que acabam por privilegiar a posse de capitais distintos assegurando, assim, a posição de dominância segundo lógicas também distintas? Parece que Macherey encontrou em Bourdieu aquilo que falta, aquilo que falha, o sintoma.

São, contudo, muitas as passagens nas quais Bourdieu se refere à relação econômica como determinante em última instância ao menos no modo de produção capitalista, o que é radicalmente diferente do economicismo que o autor critica duramente ao longo de todas suas obras. A fim de determinarmos o peso do econômico na teoria bourdieusiana no que diz respeito à lógica que se estabelece entre campos sociais, é preciso nos atentarmos para a epistemologia de Bourdieu, ou melhor, para as condições de possibilidade de uma teoria do conhecimento sociológico materialista, pois, como chama atenção Frédéric Vandenberghe (2010), Bourdieu, assim como muitos de seus contemporâneos franceses, só pode ser compreendido se levarmos em conta o contexto no qual esses intelectuais foram produzidos, ou seja, é preciso considerar a forte tradição epistemológica existente na França e, principalmente, na *École Normale Supérieure*, ainda mais, no momento em que a geração de Bourdieu estava sendo formada, o que se confirma pela enfática preocupação do autor ao longo de suas obras ao definir e construir uma teoria do conhecimento sociológico rigorosa e coesa a qual só seria possível, segundo ele, por um retorno obstinado ao mesmo objeto, por um *work in progress* como dizia James Joyce, a fim de eliminar qualquer equívoco lógico e epistêmico (Bourdieu, 2011, p. 9).

1 Os três modos de conhecimento: Subjetivista, Objetivista e Praxeológico

Questionar a episteme do autor é caminhar muitas vezes sobre um terreno tortuoso, entretanto necessário para uma compreensão rigorosa de temas que muitas vezes encontram-se escondidos ou subentendido na construção do sistema. É o caso do problema que procuro investigar na minha pesquisa de mestrado. Quando se trata de perquirir a homologia estrutural entre os campos e, mais especificamente e também problematicamente, o estatuto do econômico na teoria bourdieusiana, observa-se que a questão é tão minuciosamente velada que nos vemos obrigados a dois movimentos: por um lado, questionar o porquê dessa dificuldade em encontrar uma resposta clara e objetiva e, por outro, mergulhar na epistemologia a fim de averiguar, nas bases teóricas mais profundas os elementos que nos deem rigor metodológico para enfrentar a questão no sistema conceitual.

Bourdieu, no início do livro *O Senso Prático* (1980), argumenta que o progresso do conhecimento nas ciências sociais depende do “progresso do conhecimento das condições do conhecimento” (BOURDIEU, 2011, p. 9). Porém, a primeira fronteira que este trabalho de investigação encontra é a oposição entre subjetivismo e objetivismo que divide as ciências sociais em polos de produção de conhecimento antagônicos, intimamente vinculados a uma concepção antropológica e política de mundo. A fim de “*superar* o antagonismo que opõe esses dois modos de conhecimento *conservando*, porém as aquisições de cada um deles (...) é preciso explicitar os pressupostos que eles tem em comum (...), opostos ao modo de conhecimento prático” (Bourdieu 2011, p. 43, *grifo nosso*). Podemos, certamente, dizer que o lugar da determinação econômica e o papel que ela exerce numa conjuntura específica de entremeados de campos sociais pode ser melhor compreendida se vislumbrada diante da assídua disputa teórica que Bourdieu travou a fim de construir sua teoria do conhecimento materialista. Como veremos, a praxeologia — como modo de conhecimento da organização estrutural e das disputas sociais — não deve ser reduzido a um simples primado da prática como objeto privilegiado, mas investigado como uma resposta crítica à oposição entre conhecimento subjetivista e conhecimento objetivista.

A análise que Bourdieu faz do campo intelectual (1984) mostra que toda disputa teórica, que se trava no campo científico e filosófico, não é neutra, muito embora valha-se (inconscientemente inclusive) sempre da neutralidade (assim como do desinteresse) para se afirmar legitimando-se e, ao se legitimar, tem como contra efeito deslegitimar todas as outras teorias com as quais disputa. Por isso, Bourdieu (1997) afirma que os campos são sempre campos de força e de lutas, de relações entre dominantes e dominados, a fim de definir os limites das regras do jogo, conservando-as ou transformando-as, de tal modo que os agentes e as instituições que disputam no campo deformam o espaço entorno de si. É preciso compreender a produção teórica de Bourdieu no interior de sua própria lógica, *i.e.*, a disputa a respeito das teorias do conhecimento e o próprio fazer sociológico transformaram e deformaram o campo da sociologia em particular e das ciências humanas em geral. Contudo, tal transformação não deve ser entendida como uma tentativa egoísta e individual de acúmulo de poder, mas como jogos sociais que têm por princípio a *illusio* do jogo, a relação de conhecimento/desconhecimento que todos que se envolvem nas disputas possuem corporalmente enquanto disposições. A luta de Bourdieu contra as dicotomias que dividiam as ciências sociais na sua época é um esforço intelectual para positivar a sociologia enquanto ciência que percorreu suas obras desde o início. Mais especificamente, o tema dos três modos de conhecimento são diretamente abordados em Bourdieu no segundo capítulo de *Esboço de uma Teoria da Prática* (1972), entretanto, encontramos o mesmo debate e tentativa de demarcação teórico-prática na maior parte de suas obras, com especial ênfase para suas obras teóricas: além do já citado *Esboço*, que junto com *O Senso Prático* e *Razões Práticas* (1994) compõe suas três obras dedicadas ao estudo da prática, também sua última obra teórica *Meditações Pascalianas* (1997). Veremos como isso se faz, analisando cada uma das posições.

1.1 O modo de conhecimento subjetivista

Do interacionismo simbólico, passando pelo que Bourdieu chama de fenomenologia ingênua, etnometodologia e chegando até o ultra-subjetivismo de Sartre temos uma amostra do que Bourdieu considerou como sendo a posição teórica subjetivista que prima a relação dos

agentes em detrimento da determinação estrutural. Em comum, tais linhas teóricas enfatizam a experiência empírica ao apostarem que o conhecimento do mundo se dá pela relação de familiaridade que o cientista estabelece com ele, fruto de uma forma de apreender e de se relacionar com o mundo considerada “natural”, óbvia e imediata, *i.e.*, sem intermédio da reflexão. Ademais, dado que a determinação estrutural é afastada, trata-se, por isso, de um conhecimento que se dá pelas representações que os agentes sociais fazem do mundo, pela centralidade no sujeito livre e consciente.

Na dimensão antropológica podemos dizer que o conhecimento subjetivista encerra na ação do sujeito toda a construção espontânea e voluntária da realidade social, pois faz do agente, das relações intersubjetivas entre os agentes, e de suas representações, o princípio último de estratégias capazes de produzir e transformarem o mundo.

Mas não pode ir além de uma descrição que caracteriza como próprio a experiência vivida do mundo social, ou seja, a apreensão deste mundo como evidente, garantido (*taken for granted*): se é assim, é porque ele exclui a questão das condições de possibilidade dessa experiência, a saber a coincidência das estruturas objetivas e das estruturas incorporadas que oferece a ilusão da compreensão imediata, característica da experiência prática do universo familiar, e exclui ao mesmo tempo dessa experiência todo questionamento sobre suas próprias condições de possibilidade. (Bourdieu, 2011 [1980], p. 44)

Ao tomar o mundo como evidente na experiência dos agentes que o vivenciam, diríamos melhor, ao afirmarem que a prática imediata é a única maneira de compreender o mundo social fazendo do conhecimento científico um *Lebenswelt*, o subjetivismo produz uma descrição do mundo que não consegue se desprender da *doxa*, pois não coloca em questão as condições de possibilidade do conhecimento produzido e o complexo de relações que determinam as condições de possibilidade de produção deste conhecimento. Descrever o mundo não é conhecer o mundo, sobretudo, não é conhecê-lo cientificamente. Estar preso à *doxa* e fazer dela uma forma de conhecimento verdadeira da realidade é outra maneira de reafirmar o *arbitrário cultural* no qual o senso comum se encerra.

Colocar que a ciência não pode ser senão uma conceitualização da experiência comum, ela mesma constituída pela enunciação, ou seja, pela linguagem ordinária, como fato da etnometodologia, é, de outro modo, identificar a ciência da sociedade a um *registro do dado tal qual ele se dá*, ou seja, da ordem estabelecida (...). Vê-se aquilo que a análise que compreende a experiência ingênua do mundo social pode trazer a uma sociologia do conhecimento que é, inseparavelmente, uma sociologia da política ao manifestar os mecanismos gnoseológicos que contribuem ao manter a ordem estabelecida. (Bourdieu, 2000 [1972], p. 238-241. Trad. nossa. Grifo do autor)

Não apenas à fenomenologia e ao interacionismo simbólico serão atribuídos os erros do conhecimento que desconsidera as determinações estruturais na ação, também Sartre, por conceber um homem consciente (revolucionado pela tomada de consciência) e livre (para escolher e decidir) é criticado por Bourdieu por ter produzido uma teoria do conhecimento ultrasubjetivista que, neste caso, vê as ações sociais como estratégias conscientes e orientadas para fins explícitos “por não reconhecer nada que se assemelhe às disposições duráveis e as eventualidades prováveis, Sartre faz de cada ação uma espécie de confrontação sem antecedente do sujeito e do mundo” (Bourdieu, 2011, p. 70). Ao opor-se à sociologia objetivista por considerá-la uma apreensão do mundo inerte e não transformadora, na qual a classe operária é impotente e desmobilizada em relação às imposições estruturais, Sartre dá aos agentes sociais a tarefa de arrancar as classes da inércia levando-as, pela tomada de consciência, à transformação social que só pode ocorrer por um ato decisional livre e espontâneo (tão espontâneo quanto o Deus cartesiano que, por um ato livre da vontade, decide criar o mundo).

Isso porque se exclui por definição, ou seja, unicamente por aceitar a ideia de um sujeito econômico incondicionado economicamente — especialmente em suas preferências —, todo questionamento sobre as condições econômicas e sociais de disposições econômicas que as sanções de um estado particular de uma economia particular farão aparecer como mais ou menos razoáveis (em vez de racionais) caso se ajustem mais ou menos as suas exigências objetivas. (BOURDIEU, 2011 [1980], p. 78)

Para Bourdieu, Sartre é um profissional da consciência sem inércia, *i.e.*, sem passado e sem exterior, o que não pode deixar de ser uma ilusão. A decisão, ou a tomada de posição, depende sempre, para Bourdieu, de todas as escolhas anteriores do agente, de sua trajetória social que envolve um percurso educacional constituinte de disposições duradouras, mas também, e não menos importante, da atualidade de relações de poder dependente da história das estruturas e da maneira pela qual o agente insere-se nestas relações (como dominante ou dominado), as quais impõem uma lógica dos possíveis decisoriais produtoras, conjuntamente com as disposições, de uma ou outra prática social.

Em resumo, o conhecimento subjetivista esquece, ao defender uma concepção de homem livre, que a experiência imediata com o mundo é sempre mediatizada e que as abstrações e conceitos são fundamentais para sair da particularidade da experiência individual e produzir um conhecimento científico do mundo. Dito de outro modo, o conhecimento subjetivista é uma forma de conhecimento, mas não é um conhecimento adequado cientificamente, pois ignora que a produção científica envolve o questionamento das condições desta produção e de seus produtores e que, para a sociologia, não bastaria descrever as experiências vivenciadas, mas se deve buscar, para além da *doxa*, as causas e as determinações do que aparece como evidente na experiência. Tal trabalho envolve, necessariamente, levar em consideração que nem todos os atos decisoriais são livres e conscientemente orientados. Ademais, o conhecimento subjetivista tem fortes implicações políticas: de um lado, ao privilegiar a experiência vivida ele nega as abstrações conceituais, reafirmando o *arbitrário cultural* (que não é percebido como arbitrário) e as relações de dominação que ele fundamenta, legitimando e reafirmando a ordem estabelecida. Por outro lado, ele equivale todas as ações sociais, esquecendo que a realidade social é constituída por posições desiguais, de tal modo que nem todas as ações e atos decisoriais têm o mesmo peso, dado que os dominantes detêm o monopólio das instituições de legitimação de sua dominância (como, por exemplo, a escolar).

1.2 O modo de conhecimento objetivista

O segundo modo de conhecimento que podemos chamar de objetivista tem como corrente principal a hermenêutica estruturalista, da qual decorrem ainda algumas variações: os situacionistas e os representantes da teoria da ação. Nele se estabelecem relações objetivas (do tipo econômica ou linguística) que estruturam as práticas e as representações das práticas (frutos do conhecimento primeiro e imediato) por regras fixas e eternas que pretendem dar conta da infinidade de interações sociais e simbólicas. Enquanto no primeiro modo de conhecer temos o observador participante (de certo modo ingênuo), no segundo o observador trata o mundo social como um cenário, como um espetáculo do qual ele não participa e não faz parte.

O objetivismo incorre no erro de substancializar o modelo teórico que ele se propõe a analisar e constitui, através disso, uma relação intelectual com o objeto. Este saber soberano dedica-se a *interpretar* as práticas — concebidas como externas e espetaculares em relação ao sujeito cognoscente — de modo a importar para o objeto o princípio da sua relação com o objeto, esquecendo de analisar as condições de possibilidade da atividade científica em questão. Isso significa construir um conhecimento a partir de um ponto de vista que se nega como ponto de vista pelo apagamento do sujeito, *i.e.*, um conhecimento que se faz, sem sujeito conhecedor. O problema apontado por Bourdieu nesta abordagem consiste precisamente na nebulosidade da posição do sujeito como produtor do conhecimento, pois “o produtor de discurso sobre os objetos do mundo social que omite objetivar o ponto de vista a partir do qual se produz esse discurso tem boas chances de não apresentar senão esse ponto de vista” (BOURDIEU, 2011 [1980], p. 49), ou seja, pela *denegação* de sua posição como construtor do conhecimento ele tende a importar, ainda que inconscientemente, apenas o seu ponto de vista para o objeto.

O apagamento do sujeito, sob a aparência de neutralidade e objetividade científica produz uma realidade virtual, transcendente e distorcida em relação as práticas efetivamente realizadas pelos agentes. Toda representação que se impõe a um agente ou grupo é tomada então como um repertório de regras pré-fixadas e pré-fabricadas de coisas à fazer, determinadas, conscientemente muitas vezes, em como fazer. Daí a comparação da cultura a um mapa (essa realidade virtual)

no qual o pesquisador racionalmente se orienta já que ele é desprovido de domínio prático. Contudo, o objetivismo erra ao conceber a regularidade como a regra, ao tomar o modelo da realidade como a *realidade efetiva das coisas*.

O campo da linguística de Saussure é certamente o ponto central das críticas de Bourdieu ao objetivismo. Saussure define a língua como objeto autônomo e irredutível às suas atualizações concretas, as falas (BOURDIEU, 2000). A língua, enquanto sistema de relações objetivas, é transcendente e a-histórica e é ela, propriamente, que torna possível a comunicação entre dois agentes por uma relação intersubjetiva de descodificação. Porém, Bourdieu argumenta que o ato inconsciente de descodificação só é possível se ambos os agentes possuírem o domínio completo do código linguístico que, para o autor, varia de acordo com a trajetória pessoal e a estrutura do campo social; assim, todos os mal-entendidos seriam derivados da ilusão da compreensão. Tendo em vista a compreensão direta e intencional entre os agentes, Bourdieu acusa o objetivismo de etnocentrismo, pois parte da fé ingênua na identidade e igualdade humana, desrespeitando as diferenças e particularidades da história singular. Ademais, a comunicação imediata só pode ser assegurada se postulado um “inconsciente coletivo” estruturado e compartilhado por todos os agentes de uma determinada formação social, afastando todas as modificações e diferenciações da estrutura decorrentes das práticas sociais. Dito de outro modo, para Bourdieu, ao contrário de Saussure, a fala é condição de inteligibilidade da língua, pois a emissão e a recepção numa interação social dependem da relação entre a posição dos agentes na estrutura social e a estrutura que comanda a interação de tal forma que o domínio do código não é suficiente para dar conta da infinidade de variações que a realidade apresenta. Trata-se de privilegiar a lógica interna do modelo em detrimento dos usos que se faz dela e das condições sociais de sua utilização.

Por negar o domínio prático e a singularidade, o conhecimento objetivista acaba por reificar os conceitos abstratos, tratando-os como realidades substanciais, capazes de agir e coagir as práticas. Tratar, por exemplo, a classe operária ou a burguesia como sujeitos históricos é uma forma de personificar os conceitos com assertivas como “a classe operária luta” ou a “a burguesia pensa”. Isso não quer dizer que Bourdieu negue a existência de classe, ao contrário, em *Razões*

Práticas ele afirma que assumir teoricamente que não existem classes é o mesmo que assumir que não existem diferenças (um completo absurdo!), porém fazer das classes teóricas (no papel) classes na realidade só é possível por um trabalho político prático de mobilização e não por um discurso teórico.

Decorre da exposição anterior que o objetivismo, mesmo sendo uma etapa de conhecimento necessária, não pode ainda ser considerado científico e adequado para a ciência sociológica, pois desconsidera a prática, a produção da vivência material, como fundamento do conhecimento e prioriza o *logos* no lugar da prática. Produz, assim, um conhecimento abstrato transcendente a realidade vivida, a-histórico em relação às transformações e mudanças sociais de tal modo que as ações dos agentes são reduzidas às meras execuções programáticas das regras e modelos construídos teoricamente, projetando na realidade uma construção feita no papel. O objetivismo nega a relação prática com o objeto e ao se afastar da noção subjetivista do sujeito criador da história, concebe uma história que se faz por autômatos orientados por uma consciência coletiva (ou melhor, inconsciente social) das estruturas, uma espécie de *Deus ex machina*.

Um saber que se constrói como neutro, imparcial e objetivo visando a cientificidade esquece a característica fundamental da ciência humanas, ou seja, de que elas são feitas por pessoas, homens e mulheres historicamente determinados social e economicamente. Ao apagar o sujeito produtor do conhecimento apaga-se as condições sociais de produção deste conhecimento ao escondê-las sob a aparência de universalidade do saber proposto que é, efetivamente, o saber a partir de um ponto de vista. Deste modo, “sob a aparência de um materialismo radical, essa filosofia da natureza é uma filosofia do espírito que retorna a uma espécie de idealismo” (BOURDIEU, 2011, p. 68).

1.3 O modo de conhecimento praxeológico

Diante de tal impasse teórico, que não deixa de ser uma estagnação para o sociólogo que vislumbra suas possibilidades de atuação — afinal ou caímos no abismo da experiência livre e consciente ou no determinismo mecânico e rígido das estruturas —, Bourdieu propõe uma terceira via que, *sem ser uma síntese ou uma tentativa conciliatória das primeiras*, é mais uma operação de *superação* da dicotomia

anterior, muito próxima do sentido que Althusser atribui a inversão da dialética hegeliana realizada por Marx (1965), ou seja, uma superação que envolve a reestruturação de todo o sistema. A praxeologia é um retorno às práticas, mas um retorno que carrega consigo as contribuições do subjetivismo e do objetivismo, porém sem primar nem as experiências nem as estruturas, pois nela as práticas são entendidas como teórica e praticamente atravessadas pela prática num duplo movimento que relaciona

não só o sistema das relações objetivas que o mundo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas objetivistas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, ou seja, o duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade; esse conhecimento supõe uma ruptura com o modo de conhecimento objetivista, ou seja, uma interrogação sobre as condições de possibilidade e sobre os limites do ponto de vista objetivo e objetivante que apreende as práticas do exterior, como um fato consumado, em vez de construir o seu princípio gerador, situando-se no próprio movimento de sua efetuação. (Bourdieu, 2000 [1972] p. 235. Trad. Nossa)

A diferença entre o objetivismo e a praxeologia passa por uma reflexão crítica acerca da temporalidade da prática e da ciência, estabelecendo suas diferenças para que não se postule, *a priori*, o modelo/regra no lugar da prática que lhe dá origem, ou, o que seria o mesmo, o *opus operantum* no lugar do *modus operandi*. O tempo da ciência é atemporal de modo que é possível justapor simultaneamente, para efeito de análise, práticas que são postas em ação em situações distintas sucessivamente e são, muitas vezes, na realidade incompatíveis. Este é o trabalho de abstração (comparativo) por excelência da ciência que a praxeologia conserva, porém ela não exige, ao contrário do objetivismo, mais lógica da prática do que ela pode ter — por exemplo, atribuindo-lhe as regras e modelos nos quais as práticas se orientam —, pois os conceitos não podem enclausurar uma lógica que é feita para prescindir o conceito ou, como diz Marx, não se pode tomar a coisas da lógica pela lógica das coisas.

Diante disso, a praxeologia estabelece uma relação dialética entre a conhecimento científico e a lógica da prática, tendo sempre a prática

como baliza para qualquer produção teórica, o que faz da teoria uma tentativa de compreender a prática questionando, inclusive, as condições sociais de sua transformação. A ciência que Bourdieu propõe significa, então, “reconstruir o sistema socialmente constituído de estruturas inseparavelmente cognitivas e avaliativas que organizam a percepção do mundo em conformidade as estruturas objetivas de um estado determinado do mundo social” (BOURDIEU 2011, p. 156). A relação entre as disposições incorporadas, feitas corpo, e a estrutura estruturante — que para Bourdieu não é um monolítico, mas se organiza em campos relativamente autônomos que se causam transitivamente e imanentemente — é a chave para compreender a sutileza da concepção de terceiro modo de conhecimento em Bourdieu e não reduzi-lo, como faz Jeffrey Alexandre (2000), a uma tentativa falhada de síntese entre a teoria da ação e a teoria mecanicista da estrutura.

Por isso, o terceiro modo decorre de uma torção dos dois modos anteriores. Assim, o conhecimento praxeológico não é um retorno ao conhecimento fenomenológico, mas implica uma dupla *translação teórica* que:

opera, com efeito, uma nova inversão da problemática que a ciência objetiva do mundo social, como sistema de relações objetivas e independentes das consciências e das vontades individuais, a qual se constituiu pondo ela própria as questões que a experiência primeira e a análise fenomenológica dessa análise tendiam a excluir. (Bourdieu, 2000 [1972], p. 235. Trad. Nossa)

O conhecimento objetivista pergunta pelas condições de possibilidade do conhecimento fenomenológico, assim como o conhecimento praxeológico coloca em questão as condições de possibilidade (teóricas e sociais) do conhecimento objetivista. Em suma, “o conhecimento praxeológico não anula as aquisições do conhecimento objetivista, mas conserva-as superando-as, integrando aquilo que esse conhecimento tivera de excluir para obtê-las” (Bourdieu, 2000, p. 236). Só escaparemos das alternativas objetivismo/subjetivismo,

na condição de nos interrogarmos sobre o modo de produção e funcionamento da matriz prática que torna possível uma ação

objetivamente inteligível e de subordinarmos todas as operações da prática científica a uma teoria da prática e da experiência primeira da prática que nada tem a ver com uma restituição fenomenológica da experiência vivida e, inseparavelmente, com uma teoria das condições de possibilidade teóricas e sociais da apreensão objetiva ou, no mesmo ato, com os limites desse modo de conhecimento. (Bourdieu, 2000 [1972], p. 236-7. Trad. nossa)

Interrogar a própria ciência, investigando as condições de possibilidade do conhecimento que ela produz e, concomitante a isso, do produtor deste conhecimento é condição *sine qua non* para uma ciência sociológica materialista que não se constrói sem colocar em xeque a sua própria condição de produtora. Neste sentido, a realidade empírica, situada e datada, que é analisada pela praxeologia deve ser entendida, como dizia Bachelard, como um caso particular dos possíveis, numa dinâmica relacional que, como veremos adiante, foge a causalidade linear, mecânica, na qual cada prática é tomada em si mesma (BOURDIEU, 2011, p. 15). Além de uma relação específica de causalidade, a sociologia reflexiva de Bourdieu, a praxeologia, implica tanto numa concepção de verdade científica que se difere da postulada pelo subjetivismo e pelo objetivismo, quanto numa posição singular do observador enquanto produtor situado num campo específico.

2 A produção do conhecimento sociológico

Foi possível vislumbrar, ainda que brevemente, que as distinções entre as três teorias do conhecimento não são meramente especulativas ou teoricistas, mas se relacionam intimamente com uma visão de ciência e com um modo específico de produzir o conhecimento, além disso, culminam numa discussão política a respeito da função da ciência e da concepção antropológica. A problematização epistemológica desdobra-se em pontos fundamentais que, analisados, clarificam a questão central da pesquisa, a determinação em última instância pelo econômico, mostrando os alicerces materialistas da praxeologia. A questão da determinação e da causalidade, abordadas pela lógica da reflexividade — não do reflexo — esclarecem a relação entre teoria

e prática, entre ação e estrutura e, principalmente, entre o econômico e o simbólico. Já o problema acerca da posição do observador — diretamente relacionada às características do campo científico — coloca em primeiro plano na investigação científica a necessidade de pensar as condições de possibilidade de produção do conhecimento que implicará no último ponto abordado nesta investigação, a noção de verdade que um conhecimento científico sobre a realidade social pode produzir.

Enquanto no modo de conhecimento subjetivista temos um observador imparcial que é afetado pelas experiências do espaço social que ele se propõe a conhecer, produzindo descrições particulares, o segundo modo de conhecimento, objetivismo, coloca o observador como imparcial e neutro diante do objeto exterior que ele analisa, criando modelos e regras — clássico exemplo do intelectual na sua torre de marfim que olha o mundo sem participar dele. A praxeologia, ao contrário, trás um observador posicionado que toma distância em relação as posições particulares, mas entende que ele faz parte da produção do conhecimento que produz. Bourdieu afirma que a ciência materialista deve colocar em questão as condições sociais e materiais de produção do conhecimento, trazendo como parte da análise científica o questionamento das estruturas objetivas onde se produz um saber (o próprio campo científico) e, também, as disposições subjetivas desta produção (a trajetória social do produtor e a posição que ele ocupa no campo de distribuição de poder e capital no qual ele se insere). Da mesma maneira, a análise de uma obra implica uma análise do discurso, *i.e.*, no esforço para situá-la em relação as condições sociais de sua produção (produtor e campo de produção), o mercado para o qual ela foi produzida e pelos quais ela passou (BOURDIEU, 1982, p. 129). Deste modo, os agentes fazem os fatos científicos, mas não fazem como querem, pois fazem segundo uma posição num campo, posição esta que eles não fizeram, mas que ocupam, contribuindo para definir as possibilidades e as impossibilidades (conscientes ou não) de suas tomadas de posição.

Lembrar a dimensão social das estratégias científicas não é reduzir as demonstrações científicas a simples exibicionismos retóricos; invocar o capital simbólico como arma e alvo de lutas científicas não é transformar a busca do ganho simbólico na finalidade ou na razão de ser únicas das condutas científicas;

expor a lógica agonística de funcionamento do campo científico não é ignorar que a concorrência não exclui a complementariedade ou a cooperação e que, sob certas condições, da concorrência e da competição é que podem surgir os “controles” e os “interesses de conhecimento” que a visão ingênua registra sem se perguntar pelas condições sociais de sua gênese. (BOURDIEU, 2011 [1994], p. 86)

A praxeologia nos coloca uma tarefa difícil no momento da análise sociológica, mostrando como diversas esferas da vida social objetiva e subjetiva influenciam a produção de um conhecimento, assim como todas as tomadas de posição (todas as práticas). Diante disso, saímos do paradigma da causalidade linear ($A \rightarrow B$) para o que na França dos anos sessenta ficou conhecido por causalidade metonímica ou causalidade estrutural e que Bourdieu chamou de causalidade reflexiva. Trata-se de conceber uma relação causal nas suas múltiplas determinações, ou seja, “A” num complexo de relações causa “B” num outro complexo de relações. A relação entre o econômico e o simbólico deve ser entendida nesta perspectiva. Para tanto, o conceito de campo é fundamental, pois organiza as esferas da vida social em espaços relativamente autônomos de tal modo que mantenham certo grau de unidade, mas sejam também afetados uns pelos outros e pelo estado das relações políticas e econômicas que nunca penetram no campo de forma direta, mas refratada pelo seu grau de autonomia. Assim, “quanto mais os campos científicos são autônomos, mais eles escapam às leis sociais externas” (BOURDIEU, 1997, p. 23).

Essa estrutura é, a grosso modo, determinada pela estrutura da distribuição do capital científico num dado momento. Em outras palavras, os agentes (indivíduos e instituições) caracterizadas pelo volume do seu capital, determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, contrariamente, cada agente age sob pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele, tanto mais brutalmente quanto seu peso relativo seja frágil. Essa pressão estrutural não assume, necessariamente, a forma de uma imposição direta que se exerceria na inteiração (ordem, influência etc.). (BOURDIEU, 2004 [1997], p. 24)

Podemos então questionar qual é o estatuto da verdade na produção materialista. Para Bourdieu o conhecimento científico se dá por uma relação de adequação entre a ideia produzida e o ideado representado e objetivado, operando uma relação de distinção e especificação — por diferença e semelhança especificam-se. Em negativo: o conhecimento subjetivista entende a verdade do conhecimento como relativa, já que produzida por particularidades e de acordo com a relação que cada consciência estabelece com o mundo a sua volta, sentido e descrito. O conhecimento objetivista postula verdades transistóricas que não dão conta das mudanças e desvios das práticas sociais. Diferentemente, a verdade para a praxeologia é processual e deve se atualizar, por isso Bourdieu diz que toda análise científica deveria começar com “Tudo se passa como se...”, entretanto, isso não significa que não possamos produzir um conhecimento sobre o real ou que qualquer conhecimento é válido. Para efeito de análise daremos um exemplo: sabemos que a aceleração da gravidade na terra é de 10 m/s^2 , contudo sempre que um estudante de física faz e refaz o experimento de medição ele encontra resultados distintos ($9,7 \text{ m/s}^2$ ou $9,62 \text{ m/s}^2$ etc.). A verdade está, em todos os casos, adequada as condições objetivas da realidade social, mas não é a realidade social e menos ainda é sempre a realidade social. O conhecimento que a sociologia produz do mundo tem por objeto os campos de lutas e as estruturas de dominação que nunca são estáticas; enquanto ciência é parte do trabalho sociológico desvelar as relações de determinação nas quais os agentes sociais estão imersos e trazer como conhecimento aquilo que se encontra *denegado* (FREUD, 1925) no *arbitrário cultural*.

Bourdieu é perguntado, em *Questions de sociologie* (1980), porque a sociologia incomoda tanto, ele responde que ela incomoda, pois desvela as coisas que estão escondidas como, por exemplo, a relação entre sucesso escolar e origem social, ou ainda, a lógica específica do campo acadêmico (o interesse pelo desinteresse). Porém, ele diz, mesmo com este incomodo: “eu creio, malgrado tudo, que as relações sociais serão muito menos piores se as pessoas mesurassem ao menos os mecanismos que os determinam a contribuir à sua própria miséria” (BOURDIEU, 1980, p. 33. Trad. nossa).

Referências

- ALEXANDER, Jeffrey C. *La reduction : Critique de Bourdieu*. Paris : Editions du Cerf, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. EAGLETON, Terry. “A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista”, In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOURDIEU, Pierre (1972). *Esquisse d’une théorie de la pratique : précédé de trois études d’ethnologie kabyle*. Paris : Éditions du Seuil, 2000.
- . *Questions de sociologie*. Paris : Minuit, 1980.
- . (1980). *Le sens pratique*. Paris : Les Editions de Minuit, 1984.
- . (1994). *Raisons pratiques : sur la théorie de l’action*. Paris : Du Seuil.
- . *Méditations pascaliennes*. Paris, Seuil, coll. Liber, 1997.
- . (2011). *O Senso Prático*. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes.
- . *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2011.
- . *Sur l’État : Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris, Seuil, coll. Raisons d’agir, 2012.
- MACHEREY, Pierre. *Histoires de dinosaure : faire de la philosophie 1965-1997*. Paris : Presses universitaires de France, 1999.
- ORTIZ, Renato. (1983) *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. Coautoria de Renato Ortiz. São Paulo: Olho d’Água, 2003.
- VANDENBERGUE, Frédéric. *Teoria social realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte, MG; Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFMG: IUPERJ, 2010.

GT6

Migração

Movimento Internacional de Trabalhadores Haitianos: Do Acampamento na Amazônia Acreana à Agroindústria da Carne no Centro-Sul do Brasil

LETÍCIA HELENA MAMED

leticiamamed@gmail.com

Resumo

O trabalho apresenta o projeto de pesquisa sobre o processo social de constituição do movimento internacional de trabalhadores haitianos na Amazônia Ocidental, a experiência do acampamento de imigrantes instalado no Acre e as formas de inserção deles na agroindústria da carne no Centro-Sul do Brasil. A principal hipótese de investigação é que os ajustes estruturais do capital se associam às metamorfoses no mundo do trabalho e aos deslocamentos compulsórios de contingentes de trabalhadores em busca de estratégias de sobrevivência além das fronteiras nacionais. À luz do marco teórico-metodológico do marxismo, sob a perspectiva crítica do trabalho, o objetivo central do estudo é compreender o significado sociológico do fluxo internacional de trabalhadores haitianos, pretendendo situá-lo no terreno concreto do desenvolvimento do capital e suas desigualdades internacionais e regionais, e ao final revelar as formas particulares de exploração do trabalho associadas à nova configuração da acumulação capitalista.

Palavras-chave Trabalho; Precarização; Migração; Haitianos; Acre; Frigoríficos.

Introdução

No contexto das migrações internacionais, especialmente nas duas últimas décadas, há a configuração de novos fluxos e categorias que merecem ser investigados porque representam a síntese de situações histórico-estruturais e denunciam as especificidades da atual sociabilidade capitalista. Assim, partindo da nova morfologia social do trabalho na contemporaneidade (ANTUNES, 2006, 2013), esta pesquisa de doutorado estabelece como recorte empírico para análise a problemática da migração internacional de trabalhadores haitianos, que em circunstâncias de clandestinidade aportam na região da Amazônia Ocidental (Estado do Acre) e dela seguem para integrar a linha de produção da agroindústria da carne no Centro-Sul do Brasil.

Com um processo de formação social pautado por sucessivas crises econômicas e políticas, acompanhadas de inúmeras intervenções militares, o caso do Haiti é emblemático na periferia do capitalismo global. Isso porque, além dos problemas socioeconômicos que se arastam há anos no país e aprofundam sua desigualdade estrutural, o terremoto de alta magnitude que o acometeu em janeiro de 2010 acirrou os desdobramentos de uma crise latente (MAMED; LIMA, 2013a, 2013b).

Impelidos pela tragédia socioambiental, sob o espectro da fome e da miséria, e diante da dificuldade de acessar os países do capitalismo central, na América do Norte e Europa, os imigrantes haitianos têm feito do Brasil a referência para sua acolhida. A maioria é atraída pela posição do país como um mercado econômico emergente, o que fomenta expectativas de obtenção de emprego e estabilidade. As parcerias que o governo, ONGs e empresas brasileiras vêm firmando no Haiti em projetos de desenvolvimento também têm estimulado esse direcionamento.

1 Discussão

Os primeiros registros do trânsito de haitianos nas cidades acreanas de fronteira são de dezembro de 2010. O deslocamento até a Amazônia brasileira envolve uma série de redes ilegais de atravessadores e coiotes, ao custo médio de US\$ 2 mil a US\$ 5 mil pela viagem em grupos, nas quais eles são vítimas frequentes de extorsões, roubos, espan-

camentos, estupros e até mortes. Estima-se que até fevereiro de 2014, mais de 15 mil pessoas tenham acessado as rotas latino-americanas e chegado ao Acre pela Rodovia Interoceânica, principal porta de entrada no Brasil, sede da tríplice fronteira Brasil–Peru–Bolívia. Em média, 30 a 50 imigrantes, entre homens, mulheres, adolescentes e crianças, permanecem chegando diariamente à região.

O fenômeno demandou a configuração de uma estrutura de acampamento, que recebe, abriga e documenta os imigrantes, em uma espécie de preparação para o recrutamento das empresas brasileiras. Ao chegarem ao Acre, debilitados após quatro ou cinco dias de viagem, sem recursos para prosseguir até o Centro-Sul do Brasil, e sem perspectiva de ocupação na região, eles permanecem semanas abrigados em um local revelador da condição de precarização, no centro da cidade de Brasiléia (a 219 km de Rio Branco, capital do Acre). Improvisado e insalubre, o acampamento denuncia que a situação desses imigrantes do século XXI se assemelha à dos estrangeiros na composição da classe proletária na Inglaterra do século XIX (ENGELS, 1985).

As empresas que mais recrutaram estrangeiros nesses três anos de existência do acampamento foram as da construção civil, metalúrgicas, têxteis e, principalmente, da agroindústria da carne, estabelecidas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No último ano, por exemplo, o volume de contratações pelo segmento dos abatedouros industriais de carne superou as anteriormente já realizadas. O perfil do estrangeiro selecionado por elas é muito específico: homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência profissional ou escolarização. Desse modo, os imigrantes fora desse contorno tendem a ficar retidos no local, como é o caso dos idosos e das mulheres com filhos.

Nessa perspectiva, a particularidade do trabalho do imigrante é concreta, mas não está separada das problemáticas que se apresentam hoje ao mundo do trabalho como um todo. A investigação dessa circunstância é necessária e complexa em um contexto como o brasileiro, onde as políticas de proteção ao trabalho se mostram insuficientes para conter os efeitos dos fenômenos da flexibilização, desregulamentação e terceirização colocados em movimento nas últimas décadas (ANTUNES, 2006, 2013; DRUCK; BORGES, 2002).

As características específicas do movimento de haitianos pela Amazônia Ocidental e o modo como isso tem sido gerenciado politicamente pelo Brasil podem contribuir para que essa imigração represente um padrão precário de inserção no mercado brasileiro, no qual a condição de imigrante — sem conhecimento da língua, endividado, indocumentado ou parcialmente documentado —, passa a incidir na própria divisão do trabalho, ampliando a fragilidade do trabalhador diante do empregador.

Ao buscar o significado sociológico desse movimento internacional de trabalhadores, a pesquisa pretende examinar as formas violentas de exploração do trabalho associadas à nova configuração da acumulação capitalista, que desumanizam o trabalhador para assegurar a dinâmica de sua mundialização (ANTUNES, 2013; DRUCK, 2013; NELI; NAVARRO, 2013). Sendo a acumulação capitalista capaz de combinar formas modernas de exploração do trabalho a formas arcaicas de extração de mais-valor supostamente superadas (MARX, 1985), no caso dos haitianos, é possível perspectivar que a precarização do trabalho se manifesta de forma dobrada pela condição de dependência e vulnerabilidade social em que eles são disponibilizados ao capital.

2 Material e métodos

Com o propósito de contribuir, social e cientificamente para o avanço nas discussões que articulam os elementos centrais do processo de mundialização econômica, reestruturação produtiva do capital, reformas neoliberais e a maneira pela qual este processo afeta as metamorfoses do mundo do trabalho, o estudo em curso estabelece como eixo teórico-metodológico de análise crítica dos dados e exposição dos resultados, o materialismo histórico dialético.

O desenvolvimento dessa investigação combina pesquisa bibliográfica, documental e de campo, mediante a utilização das técnicas de observação direta, entrevista e questionário, de acordo com as normas éticas vigentes para a ciência. A metodologia de investigação social proposta pretende constituir, por um lado, indicadores qualitativos e quantitativos sobre o movimento internacional de trabalhadores pela Amazônia acreana, e por outro, uma interpretação crítica, atualizada

e estrutural da condição de trabalho deles no Brasil, contemplando, dialeticamente, sua diversidade, potencialidade e precariedade.

Referências

- ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- . *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 55-73.
- DRUCK, Graça; BORGES, Angela. Terceirização: balanço de uma década. *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, jul./dez. 2002, p. 11-39.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.
- MAMED, Letícia Helena; LIMA, Eurenice Oliveira de. Precarização estrutural e migração internacional de trabalhadores: a problemática dos haitianos na Amazônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA - SBS, 16., 2013, Salvador, *Anais*. Salvador: SBS, 2013a. Disponível em: <http://www.automacaodeeventos.com.br/sigeventos/sbs2013/inscricao/resumos/0001/PDF_trab-aceito-0025-1.pdf> Acesso: 11 set. 2013.
- MAMED, Letícia Helena; LIMA, Eurenice Oliveira de. Trabalho e Migração Internacional: O Caso dos Haitianos na Amazônia Ocidental. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA - ALAS, 29., 2013, Santiago. *Anais*. Santiago: ALAS, 2013b.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- NELI, Marcos Acácio; NAVARRO, Vera Lúcia. Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador na agroindústria avícola no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 287-304.

Processos migratórios entre trabalhadores rurais do Alto Médio Canindé piauiense para Região Central do Estado de São Paulo

LIDIANE M. MACIEL

lidiani.maciел@gmail.com

O objetivo do trabalho é discutir os processos migratórios entre a microrregião do Alto Médio Canindé, no Piauí, e a Região Central do Estado de São Paulo, têm-se como objeto as trajetórias migratórias de famílias de pequenos agricultores de Jaicós/PI, para Matão/SP, para colheita da laranja. As idas e vindas desses trabalhadores faz com que eles tenham suas vidas fragmentadas em dois tempos e dois espaços sociais. A metodologia utilizada é quanti-qualitativa e focada na análise dos espaços de origem e destino, inclui tabulações de dados de diferentes bancos e trabalho campo. A hipótese de trabalho é que as idas e vindas dos trabalhadores ao possibilitar uma intensa circulação em diferentes ruralidades e urbanidades os inserem em um processo de permanente de reafirmação e redefinição de identidades sociais. Com o trabalho pretendo demonstrar que eles não são agentes passivos dos fatores de expulsão ou atração, mas participam ativamente de um processo de reprodução das suas condições de vida.

Força de Trabalho Qualificada Imigrante: O caso do Brasil como país receptor

MARIA BERNADETE FIN FERREIRA CAMPOS
bernadete.bernadete@gmail.com

Este artigo tem por objetivo mostrar a importância de se empreender uma pesquisa de cunho sociológico a respeito das relações sociais do trabalhador qualificado estrangeiro que imigra para o Brasil, de maneira particular às ligadas a setores específicos do mercado brasileiro, tal como do setor petrolífero. A partir de uma análise acerca das principais teorias que envolvem o mundo do trabalho e o mundo da imigração internacional, o tema se apresenta imprescindível para a formação de um panorama sobre as condições sociais da força de trabalho qualificada e imigrante no mercado de trabalho brasileiro.

É preciso destacar que ao contrário da imigração de baixa qualificação, composta em grande parte por indocumentados (BAENINGER, 2011), a imigração qualificada foi pouco investigada, como componente da imigração internacional no Brasil nessas últimas décadas. É preciso lembrar que historicamente o desenvolvimento econômico, social e cultural brasileiro sempre esteve ligado à força de trabalho imigrante: seja quando se utilizava de força de trabalho escrava e negra; seja quando posteriormente se utilizou de força de trabalho proveniente da implementação, por parte de fazendeiros, de uma política de imigração financiada pelo governo que trouxe trabalhadores europeus para as fazendas brasileiras. O que distingue essa imigração da ocorrida a partir da segunda metade do século XX é a sua caracterização dada pelo crescimento da mobilidade espacial entre países de uma população com alta qualificação estar fortemente vinculada ao desenvolvimento econômico, tecnológico e científico do país. É imprescindível utilizar uma perspectiva de gênero (SASSEN, 2011; HIRATA, 2002) para indagar como as mulheres se inserem nesse mer-

cado e como essa força de trabalho se posiciona perante os direitos sociais da imigração qualificada como um todo.

Há um debate profícuo acerca da condição do trabalhador imigrante que engloba aspectos políticos, jurídicos, sociais e econômicos no qual a qualificação, a especialização do trabalhador¹ entra como elemento essencial na formação de um mercado mundial. O imigrante se constitui essencialmente como força de trabalho, e uma força de trabalho específica, ou seja, provisória, temporária, em trânsito. A partir desse princípio, o trabalhador imigrante será sempre definido como trabalhador e tratado como provisório, pois sua estadia estará sempre sujeita ao trabalho, a qual pode ser revogada a qualquer momento. Sendo que: “Como o trabalho (definido para imigrantes) é a própria justificativa do imigrante, essa justificativa, ou seja, em última instância, o próprio imigrante, desaparece no momento em que desaparece o trabalho que os cria a ambos.” (SAYAD, 1998, p. 55). Como evidencia Sayad (1998), quem emigra precisa acreditar em sua condição transitória uma vez que terá de abandonar o universo social, econômico, político, cultural ou moral ao qual pertence e aceitar viver num país estrangeiro. Para ele, ser estrangeiro e ser imigrado não são a mesma coisa, pois enquanto a categoria de estrangeiro remete a um estatuto jurídico, a categoria imigrado refere-se a uma condição social. Carlos Vainer (1996) argumenta que é justamente nesta e para esta condição social que o estatuto jurídico de estrangeiro ganha novos significados passando a funcionar como discriminante político, econômico, cultural. Sendo que “[...] num mundo contemporâneo que se quer globalizado e sem fronteiras, relações assimétricas entre Estados nacionais que, transpostas para a experiência cotidiana dos imigrados, são vividas com discriminação, exploração e dominação.” (VAINER, 1996).

O debate acerca da mobilidade internacional de trabalhadores emerge com força no contexto da nova reestruturação do capital ocorrida no final do século passado. Esse processo se deu em escala global, transformando as modalidades de trabalho já existentes e criando novas formas, objetivando recuperar o padrão de acumulação e a hegemonia dentro do espaço produtivo. Segundo Ricardo Antunes (2009) é

1. O termo “qualificado” carrega consigo muitos significados, a sua consideração enquanto categoria que define um tipo de trabalho pode ser encontrada em autores como BRAVERMAN (1974) e HIRATA (1994).

nesse período que as formas de extração de trabalho se intensificam de tal forma que “a noção de tempo e espaço são metamorfoseadas e tudo isso muda muito o modo do capital produzir as mercadorias”. Assim uma empresa pode ser substituída por várias pequenas unidades interligadas pela rede que produzirá muito mais com muito menos trabalhadores. (ANTUNES, 2009, p. 56). Essas novas modalidades de trabalho mascaram a exploração do trabalhador levando a uma precarização do mundo do trabalho, assim esse trabalhador vive “em uma fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais.” (VASAPOLLO, 2006 apud ANTUNES, 2009). Essa desregulação nas relações de trabalho, essa ausência de direitos também é vivenciada de maneira contundente pelo imigrante internacional. Dessa maneira, a “forma de ser” da classe trabalhadora na sociedade contemporânea deve levar em conta o trabalhador imigrante, o qual é parte integrante e fundamental do mundo do trabalho globalizado e apresenta particularidades próprias. (ANTUNES, 2008). Para Ursula Huws, o conceito de uma “sociedade do conhecimento” é praticamente uma construção ideológica que serve para dissimular o crescimento do trabalho “material”. Para ela, o que mudou foi a divisão do trabalho, a qual se aplica tanto no campo da precarização do trabalho, quanto no campo da produção e distribuição mundial. Por isso, a autora considera que a universalização crescente desses padrões de qualificação dos trabalhadores é essencial para a criação de um exército global de reserva de trabalhadores da informação, sendo um fator fundamental para a criação de um “cybertariado”. (HUWS, 2007).

No Brasil, as empresas de telecomunicações, de construção civil e as indústrias petrolíferas, principalmente após a descoberta do pré-sal, são exemplos de empresas que demandam essa força de trabalho o qual o mercado nacional não consegue suprir. Empresas especializadas na obtenção de vistos, têm como principal cliente empresas do setor petrolífero, onde estima-se que há um déficit de 3 a 4 milhões de profissionais especializados. Segundo Moreira Franco, o governo está elaborando uma pesquisa com empresas brasileiras e estrangeiras para se conhecer quais são as dificuldades na contratação de trabalhadores estrangeiros. Por outro lado, um empresário português, resolveu criar uma página no Facebook “Emprego no Bra-

sil para Portugueses” com o intuito de esclarecer dúvidas de como é trabalhar no Brasil. O interesse nas informações foi tão grande que a página recebeu assim que criada a adesão de 35 mil pessoas, tendo atualmente uma adesão de quase 58 mil pessoas. Além disso, o debate acerca da defasagem da atual lei de imigração, tanto no âmbito jurídico-administrativo das instituições governamentais quanto por órgãos de defesa de imigrantes no âmbito da sociedade civil com foco no Projeto de Lei 5.655/2009 é grande. Enquanto a nova lei não é implementada se discute se existe uma preferência por uma imigração de trabalhador qualificado.

A partir desse conjunto é possível constatar que a imigração qualificada abrange um amplo leque de questões que estão sendo discutidas na atualidade, principalmente nos países centrais. Todavia, mais do que nunca hoje os contextos periféricos também estão inseridos no circuito de mobilidade desses trabalhadores qualificados. Apesar das pesquisas sobre o tema no Brasil serem poucas, o caso do Brasil é emblemático dessa afirmação.

Referências

- AGÊNCIA BRASIL. *Governo elabora pesquisa para aprimorar lei e incentivar contratação de trabalhadores estrangeiros*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-01-29/governo-elabora-pesquisa-para-aprimorar-lei>>. Acesso em 28/08/2013.
- ANTUNES, Ricardo L. C. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. SP, Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo L. C. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. SP, Cortez Ed., 2008.
- ANTUNES, Ricardo L. C. O Trabalho, sua Nova Morfologia e a Era da Precarização Estrutural. *Theomai*, n. 19, 2009, pp. 47-57. Disponível em: <<http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/num19/ArtAntunes.pdf>>. Acesso em 14/06/2012.
- BAENINGER, Rosana. Estrangeiros autorizados a trabalhar no Brasil. In: *Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Centro de Gestão e Est. Strat. (CGEE), Brasília, DF, 2010.

- BAENINGER, Rosana (Org.). *Imigração Boliviana no Brasil*. Campinas, SP, NEPO-UNICAMP, v. 1, 2011.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Trad: Wanda Caldeira Brant. São Paulo, Boitempo, 2002.
- HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: FERRETTI, Celso João et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.
- HUWS, Ursula. O que mudou foi a divisão do trabalho. Entrevista com Ursula Huws. *Rev. Inst. Hum. Unisinos IHU on-line*. São Leopoldo, Ed. 216, 23/04/2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=854&secao=216>. Acesso em 23/08/12.
- SASSEN, Saskia. Dos Enclaves en las Geografías Globales Contemporáneas del Trabajo. In: ARAGONÉS, A. M. (coord.). *Mercados de Trabajos y Migración Internacional*. México, UNAM, Inst. de Invest. Econ., 2011.
- SAYAD, A. O que é um Imigrante? In: *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. SP, Ed. USP, 1998.
- VAINER, Carlos B. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: *Progr. Inst. Aval. e Acomp. das Migr. Inter. no Brasil Contemp.* Campinas, FNUAP, v.1B, 1996.

Categorias analíticas para o estudo do trabalho imigrante: Classe social, raça/etnia e gênero no caso dekassegui

MARIANA SHINOHARA RONCATO

mari_roncato@yahoo.com.br

Introdução

Pretende-se neste trabalho, uma discussão preliminar acerca da possibilidade do uso das categorias analíticas — classe social, raça/etnia e gênero — para o estudo do trabalho imigrante dekassegui. Para tal proposta, em um primeiro momento, será apresentado o debate do fenômeno social dekassegui, no que tange as suas relações de trabalho. Feito isso, em seguida, será realizada a tentativa de problematização do uso das categorias analíticas acima propostas para compreensão do trabalho imigrante. Acreditamos que a complexidade do trabalho imigrante requer a instrumentalização simultânea destas três contradições para o seu entendimento.

O fluxo migratório Brasil-Japão teve seu impulso a partir de 1990, com a *Reforma da Lei Migratória*, possibilitando que descendentes de japoneses de até terceira geração pudessem obter o *visto de residência* em solo japonês. Trata-se, portanto, de uma migração seletiva, por critérios de “consanguinidade”, incorrendo em um fluxo migratório de caráter mais burocratizado, se comparado a outros movimentos migratórios contemporâneos.

Conforme dados do Ministério da Justiça do Japão, em 2011, residiam 210 mil brasileiros em solo japonês. Deste contingente, os setores que mais empregam os dekasseguis são: a indústria de transformação, especialmente a automobilística, seguido pela indústria de eletroeletrônicos e na fabricação de “marmitex” de escala industrial

(HIGUCHI, 2010: 58). Passado mais de 20 anos do início do fluxo migratório, estes trabalhadores, em sua maioria, continuam circunscritos em um nicho de trabalho reservado aos imigrantes. As condições de trabalho do dekasegui são consideradas desgastantes, com longas e pesadas jornadas de trabalho, (OCADA, 2002; 2006), com proteções sociais tendencialmente ausentes que repercutem tanto em aspectos objetivos como subjetivos de seu cotidiano, assim como reflete toda em sua trajetória para o retorno ao país de origem.

A informalidade das relações de trabalho predomina (YASUDA, 2010), sendo eles, em sua maioria, contratados por empresas de terceirização, na forma de contratos temporários, *part-time job*, entre outras relações de trabalho flexíveis. Por estas razões, quando em épocas de baixa produção de uma empresa, reestruturação produtiva, ou em uma situação de crise econômica, são estes os primeiros a sofrerem os impactos destas na forma do desemprego.

Paralelamente, a classe trabalhadora japonesa, desde a década de 1990, começa a sofrer a degradação de suas condições de trabalho e vida mediante o aumento da informalidade do trabalho,¹ rebaixamento do salário, desemprego, como também no surgimento de novas formas de trabalhos denominados precários. Os chamados *working poor*, que são os trabalhadores abaixo da linha de pobreza pelos critérios estabelecidos pelo governo abrange 16% da população japonesa.

Nesse cenário, entendemos que o estudo do trabalho imigrante dekasegui necessita o esforço de reflexão em saber, *onde e como* este contingente se adentra na classe trabalhadora japonesa. Nesta perspectiva, tudo indica que o dekasegui seguramente faz parte da classe trabalhadora japonesa que vivencia as condições precárias de existência. Porém, a nosso ver, para além desta constatação, a classe trabalhadora constituída pelos imigrantes possuem determinações singulares em seu bojo que requer uma análise mais apurada, a saber, clivagem étnica e/ou racial e de gênero.

1. Em 2013, mais de 35% da força de trabalho japonesa em 2013 se encontrava nesta condição.

Problematização

Quando nos adentramos no universo de kasseguis, percebemos que além de sua inserção em determinados nichos de trabalho, sua vivência em território japonês é permeado pelo recorte de raça/etnia e gênero. Ao passo que um terço da classe trabalhadora japonesa se encontra na informalidade, quase que a totalidade dos brasileiros permanece como tais. Ou seja, sua condição étnica, em grande parte, determina o local de inserção no mercado da força de trabalho japonesa. Para mulher brasileira, além de ser mais vulnerável às relações de trabalho informais, mais suscetíveis a exercerem trabalhos de tipo *part-time job*, com maior índice de *turn over*, o preço de sua força de trabalho é consideravelmente mais baixo que o trabalhador homem de kassegui na mesma condição (RONCATO, 2013).

No trabalho, assim como na reprodução social de suas vidas, discriminações étnicas fazem parte de seu cotidiano. Vejamos a seguir um exemplo descrito por uma de kassegui:

[...] eu cheguei a conhecer uma menina que morava em Hokkaido e que eles só podiam fazer compra quando os japoneses tavam todos na casa. Tipo, o shopping, o supermercado fechava às 22h, e eles podiam ir 21:30, hora que não tinha mais ninguém, pra fazer compra. O cara da empreiteira levava todos no supermercado pra fazer compra, depois levava todos de volta pra casa. (idem, ibidem: 207).

Neste caso, os trabalhadores brasileiros eram coagidos a não frequentarem certos locais, restringindo sua liberdade de ir e vir. Casos de discriminações proferidas no local de trabalho não são raros, como narrado por outra de kassegui entrevistada que afirmou que seu supervisor era “machista” e “racista”, explica ela que:

Ah, assim tipo “é isso é coisa de brasileiro”, quando você faz uma coisa errada tipo, isso é coisa de brasileiro. Falava na frente da gente. [...] Ah, tipo que mulher não podia sair à noite, mulher não podia beber, ele bebia, e ia sair depois de trabalhar e daí ela falava [as outras trabalhadoras], “ah, a gente também vai”, [e ele] “não, vocês não podem, não sei o que, tem que ir para casa e fazer janta”. Sabe essa coisa bem...e ele era novo ele não era velho, ele tinha uns 45 anos e tinha este pensamento. (idem, ibidem: 208).

Neste exemplo, as opressões de gênero e de etnia se misturam com a inserção de classe do dekassegui, resultando em uma opressão própria que o trabalhador imigrante vivencia no local de trabalho. Desarte, consideramos o trabalhador dekassegui como um ser social paradigmático para o estudo da imbricação as categorias de raça/etnia, gênero e classe social. Caberia então, saber, de qual maneira esta intersecção ocorre o caso japonês de maneira mais aprofundada.

Considerações

No campo das Ciências Humanas brasileira, em alguma medida, a articulação entre classe, raça/etnia e gênero aparece em importantes estudos (Cf. FERNANDES [1972] 2007; GUIMARÃES, 2002; HIRATA, 2002; SOUZA-LOBO, 1991; SAFIOTTI, 1976, entre outros), assim como é também o escopo de reflexões francesas (FALQUET et. al, 2010; KERGOAT, 2010; 2012, entre outros), bem como refletidos pelas norte-americanas (COLLINS, 1991; DAVIS, 1981).

No caso do trabalhador dekassegui, pensamos ser útil o aporte de tais reflexões teóricas apontadas acima, atentando para a singularidade do caso japonês. Segundo Saffioti, pensando a condição da mulher, afirma que

Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa. (2009:19).

Com esta compreensão, o *nó* formado por estas três contradições (classe, raça/etnia e gênero) resultaria numa qualidade distinta das determinações que as precedem, não se tratando da somatória do racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão (SAFFIOTI, 1997; 2009). Nesta reflexão, acreditamos que podemos encontrar elementos chave para o estudo da trabalhadora e trabalhador dekassegui.

Referências

- COLLINS, P. H. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 1991.
- DAVIS, A. Y. *Women, race & class*. New York, NY: Vintage, 1981.
- FALQUET, J., HIRATA, H., KERGOAT, D., LABARI, B., LE FEUVRE, N., SOW, F. (Dir.), *Le sexe de la mondialisation*. Genre, classe, race et nouvelle division du travail, Paris, Presses de Sciences-po, Coll. Fait politique, 2010.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- HIGUCHI, N. Keizai kiki to Zainichi Burajirujin, Nani ga tairyō shitsugyō, kikoku wo motarashita noka.[3000?] *Oohara Shakai Mondai Kenkyū sho Zasshi*, no. 622/ 2010.
- HIRATA, H. Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo. Boitempo Editorial, 2002.
- KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 86, Mar. 2010.
- OCADA, F. *Nos Subterrâneos do Modelo Japonês Os 3ks*: Kitanai (sujo), Kiken (perigoso) e Kitsui (pesado). Araraquara, Dissertação (Mestrado em Sociologia), UNESP/Campus de Araraquara, 2002.
- *A aceleração da vida com fios partidos*: As motivações invisíveis da emigração de kassegui ao Japão em quatro estações. Araraquara, Tese (Doutorado em Sociologia), UNESP/Campus de Araraquara, 2006.
- RONCATO S. M. *Dekassegui, cyber-refugiado e working poor*: o trabalho imigrante e o lugar do outro na sociedade de classes. Campinas (Mestrado em Sociologia), Unicamp, 2013.
- SAFFIOTI, H. I.B. *A mulher na sociedade de classes*: Mito e realidade. São Paulo. Vozes, 1976.
- Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Série Estudos e Ensaios-Ciências Sociais/Flacso Brasil*, 2009.
- SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1991.

YASUDA, K. *Rupo, Sabetsu to hinkon no gaikokujin roudousha* Tokyo
Koubunsha shinsho, 2010.

Polarização da demanda atual de trabalho imigrante no Brasil

PATRICIA VILLEN

vilLENpatricia@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa as mudanças no atual contexto de imigração internacional no Brasil a partir da ótica do trabalho. A hipótese adotada identifica na nova configuração desse fenômeno no País a tendência à polarização na demanda de força de trabalho do imigrante, em um polo de empregos que exigem um determinado tipo de qualificação, com condições de trabalho mais favoráveis, e outro com baixa remuneração, bem como condições laborais precárias. São exploradas as aberturas teórico-analíticas dessa constatação, bem como as problemáticas que decorrem do tratamento legal diferenciado dessas modalidades de imigração, principalmente quanto à precarização das condições de trabalho dos imigrantes economicamente vulneráveis provenientes de países periféricos. As principais tendências da relação entre imigração e trabalho no Brasil são indicadas. Por fim, apresenta-se uma crítica que invoca a necessidade de considerar as causas estruturais do funcionamento do mercado de trabalho, em particular a divisão internacional e sexual do trabalho, para compreensão do desenvolvimento desse fenômeno no Brasil.

Palavras-chave imigração, trabalho, polarização

Abstract

This paper aims to analyze the current changes related to international immigration in Brazil from the point of view of Labor. The adopted hypothesis identifies a new configuration of this phenomenon determined by a polarized demand for immigrant

labor force. In one side, the insertion of immigrants in Brazilian labor market occurs in employments that require a certain level of qualification, with relatively favorable working conditions. In the other side, employments with low wages and precarious working conditions. Theoretical-analytical insights obtained from researches are presented as well as the distinct legal treatment given for those different kinds of immigration, mainly concerning the precarization of working condition for economically vulnerable immigrants coming from peripheral countries. Therefore the main trends of the reports between immigration and labor are presented. This study also states a criticism evocating the necessity to consider labor market's structural elements for the comprehension of current immigration in Brazil — notably the international and sexual division of labor.

Keywords immigration, labor, polarization.

Se o contingente de imigrantes residentes no País em relação aos nacionais ainda é reduzido (e com certeza não se mostra tão destacado quanto nos países centrais), o aumento contínuo das entradas e a fixação no território nacional denotam a necessidade de estudos sobre a conformação dessa nova realidade em sua relação com o funcionamento do mercado de trabalho e suas conexões com processos de âmbito global.

No atual contexto de início do século XIX, é possível verificar que o peso da imigração no Brasil passa a ser reavaliado, em diferentes dimensões - no trabalho, na saúde, na educação, na política, nas leis, na representação ideológica, no controle da entrada no país etc — e em suas novas configurações e características particulares.

A realidade do Brasil, como ressalta Baeninger (1996), desde os anos 1980 até hoje, vem sendo marcada por uma imigração com características novas em relação aos fluxos imigratórios, principalmente provenientes da Europa, do final do século XIX e início do XX. Hoje, os atores sociais responsáveis pelo aumento das entradas no Brasil são, em primeiro lugar os latino-americanos, mas também asiáticos, africanos, além dos refugiados políticos de diferentes nacionalidades.

Uma imigração portanto de caráter diferente daquela histórica, uma vez que principalmente circunscrita a contextos periféricos.¹

Além disso, na fase econômica e geopolítica favorável, dentro do quadro de crise nos países centrais, o Brasil aparece como destino interessante para emigrantes desses territórios que buscam trabalho ou uma oportunidade de inserção profissional, tendo em vista que o desemprego, principalmente entre os jovens, emerge como reflexo mais explícito dos problemas econômicos do centro e de sua própria periferia, como atualmente ocorre na zona euro. Não por acaso, o aumento na entrada de espanhóis, portugueses (ICMPD, 2013) e italianos coincide com o período posterior à eclosão da crise (2007).

O papel do imigrante, homens e mulheres, na composição da “classe que vive do trabalho” e seu lugar nas “novas morfologias” e na “forma de ser” do trabalho no Brasil (Antunes, 2009) nos colocam novos desafios teórico-analíticos ainda pouco explorados, que precisam ser empreendidos para o avanço no conhecimento do fenômeno da imigração internacional no Brasil.

No presente artigo, buscamos articular estudos produzidos no âmbito nacional e internacional para apontarmos tendências e expormos os traços gerais do quadro da imigração no Brasil na atualidade, possível de ser colhido a partir ótica do trabalho. Foi dado destaque às aberturas analíticas a serem exploradas na perspectiva que percebe uma inserção polarizada (Sassen, 2011) da força de trabalho do imigrante no mercado de trabalho brasileiro, ou seja, em um polo de empregos que exigem um determinado tipo de qualificação, com condições de trabalho mais favoráveis, e outro com baixa remuneração, bem como condições laborais precárias.

Sassen identifica a demanda polarizada da força de trabalho do imigrante enquanto tendência característica dos *novos circuitos de migração em escala global*, dinâmicos, multilocais e influenciados fortemente pelo espaço transnacional de circulação de capital e por políticas que o tornam viável. Tal constatação se embasa na convivência e na complementariedade de fluxos de profissionais com conhecimento técnico e especializado para atuar em “setores econômicos líderes” (Sassen, 2011:142), paralelamente à demanda de trabalhadores prove-

1. Shouchaud e Fusco destacaram como as migrações intrarregionais na América do Sul adquirem tendencialmente maior importância em números do que as migrações transoceânicas (Shouchaud et al., 2008).

nientes de países periféricos, em particular mulheres (Hirata, 2009; Falquet, 2006; Campani, 2002), que geralmente exercem atividades pouco remuneradas, muitas vezes informais e, muitas vezes, trabalham e vivem em situação indocumentada nos países de destinos.

A tendência predominante no ideal e nos princípios que orientam essas políticas é associar a imigração permitida e bem-vinda com uma rigorosa seleção de *profissionais qualificados*, funcionais ao modelo de desenvolvimento de uma economia “avançada”, teoricamente fundada na tecnologia e no conhecimento².

Esses dois polos, com visibilidade produzida ou não, parecem compor uma nova modalidade de imigração laboral também em expansão no Sul³. O caso do Brasil, que hoje ocupa uma posição intermediária na economia mundial, como mostraremos a seguir, é representativo de tal afirmação.

Nas duas próximas seções apresentaremos os traços gerais desses polos, apontando as principais tendências que podem ser identificadas na inserção da força de trabalho do imigrante no Brasil. Nossa atenção olha para o Brasil como um todo, mas se concentra, em particular no contexto de São Paulo, por ser o principal polo de atração de imigrantes, durante os anos posteriores à eclosão da crise mundial (2007) até hoje, tendo em vista o aumento das entradas neste período, segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Na conclusão, será feita uma crítica que invoca a necessidade de considerar as causas estruturais do funcionamento do mercado mundial de trabalho, em particular a divisão internacional e sexual do trabalho, para o entendimento dos reflexos no Brasil da configuração polarizada da demanda de força de trabalho imigrante e seus novos desafios teórico-analíticos.

-
2. Isso não significa, é claro, que não haja igualmente a forte demanda por força de trabalho fora desses parâmetros e, como não poderia deixar de ser, também porosidades funcionais nessas barreiras para circulação internacional de trabalhadores de classe baixa.
 3. Segundo Fazito (2008), esse desenho polarizado também pode ser verificado nos fluxos provenientes dos países do Mercosul para o Brasil.

1 O polo dos “cérebros produtivos”

No passado, a lavoura de café era o principal setor da economia brasileira que demandava “braços civilizatórios”, representados prevalentemente por imigrantes europeus — que podiam ser camponeses e analfabetos, desde que brancos — por serem considerados pelas políticas imigratórias do período (última metade do século XIX e início do XX) como portadores da modernização do País, a partir da substituição do regime de trabalho escravo àquele do trabalho livre (Villen, 2013b). Hoje, ao contrário, segundo o discurso oficial do governo, da mídia e de entidades privadas, a demanda de imigrantes se relaciona principalmente com um suposto “apagão da mão de obra qualificada” ou “escassez de talentos” em setores bastante diversificados de um capitalismo fortemente mundializado.

A modalidade de imigração qualificada no Brasil⁴ se dá principalmente por circuitos legalizados e de entrada facilitada para atuação em diversos setores de peso da economia nacional, no âmbito privado e público (contratação direta de médicos e professores ou indireta por empresas terceirizadas) sendo representada oficialmente como um produto da forte seletividade do mercado de trabalho, bem como das diretrizes da política nacional de desenvolvimento, principalmente para suprir a “falta” de profissionais qualificados no país (Villen, 2013b).

Petróleo, gás e energia; tecnologia da informação; logística; construção civil; infraestrutura; análise de sistemas; finanças; serviços públicos de saúde e educação são alguns dos setores que mais reclamam a falta de profissionais qualificados. Os grandes eventos esportivos que se darão em breve no país também servem de alibi à previsão muito próxima de um “colapso produtivo” por falta de força de trabalho qualificada.

4. É preciso lembrar que a mobilidade, tanto para homens quanto para mulheres, nem sempre é uma escolha. Por esse motivo, a compreensão em profundidade da natureza social do fenômeno de circulação do trabalho com perfil qualificados passa também pelo entendimento dos “imperativos” das relações laborais para a busca de um emprego, melhores salários, conquista da estabilização contratual — enquanto recurso para conseguir um contrato de trabalho com mais garantias ou a tempo indeterminado —, ascensão na carreira. Além disso, o imperativo da mobilidade, como mostrou Preston e D’Addario (2009), comporta um impacto de gênero.

Mesmo se esse “apagão” ainda não ganhou voz unânime para guiar as políticas públicas de emprego (Dieese, 2011)⁵ — implicando um debate que provoca até mesmo fortes polêmicas — como, por exemplo, recentemente em relação à importação de médicos para atuar no país —, essa necessidade de importar “cérebros produtivos” aparece como incontestável para os setores mais dinâmicos e de ponta da economia brasileira, sendo constantemente anunciada pela mídia do Estado de São Paulo nos últimos anos (Villen, 2013b).

O sistema de importação de força de trabalho qualificada não é um fenômeno restrito ao contexto brasileiro, tendo em vista que hoje se manifesta com força em muitos países, principalmente nos centrais.⁶ Como ressaltam Aragonés e Salgado, trata-se de um tipo de imigração que responde a novas exigências da reestruturação produtiva e seus padrões tecnológicos. A demanda por imigrantes qualificados e especializados para trabalhar em setores específicos, além de se revelar uma face da precarização do trabalho,⁷ é também um elemento vital dessas economias para manutenção da produtividade e da concorrência em escala mundial, para redução dos custos laborais e a geração de novos conhecimentos (Aragonés e Salgado, 2011).

Nos países centrais, a importação de profissionais qualificados atua como um sistema eficiente de trabalho flexível, que age também pelo fenômeno da fuga de cérebros, uma vez que propicia uma rápida contratação do profissional já formado, e também uma eventual demissão e expulsão do território nacional, caso sua força de trabalho se torne excedente, sem que o país receptor tenha investido na sua formação

-
5. Segundo estudo do DIEESE, “o Brasil não enfrenta um ‘apagão de mão de obra’, mas maiores dificuldades no recrutamento de determinadas ocupações de setores econômicos aquecidos” (Dieese, 2011:6).
 6. Há muitos estudos produzidos sobre esse fenômeno nos países centrais como o de Alarcón (2000) e Martin (2006). Esse tema foi, no entanto, pouco investigado nos países da periferia, como o Brasil.
 7. Não por acaso, em relação ao contexto Norte Americano, alguns autores se referem a tais profissionais como *cerebreros* ou *tecno braceros* para evidenciar alguns traços de exploração do trabalho qualificado, por meio do sistema de importação, semelhante ao sistema de recrutamento, principalmente de mexicanos, utilizado desde a metade do século XX para suprir a demanda de trabalho na agricultura (Alarcón, 2000). Sobre a tendência à organização política dessa imigração qualificada com base no limite do tempo de permanência, ou seja, a temporalidade dos “guest worker programs”, programas para trabalhadores hóspedes, inspirados no sistema alemão, consultar Martin (2006).

ou tenha que investir nos gastos com sua permanência (na aposentadoria, por exemplo) ⁸.

A disponibilidade dessa força de trabalho qualificada também é um instrumento para reduzir a pressão dos trabalhadores para o aumento de salários em setores da economia com escassez de profissionais especializados, considerando o fato importante de que a ligação dos imigrantes com sindicatos — principalmente para categorias com alto padrão de remuneração — é sempre mais difícil de ser estabelecida, principalmente no primeiro período de estadia no país de destino. Além disso, esse tipo de imigração também pode funcionar como instrumento para reduzir os custos de serviços públicos, por exemplo, na área da saúde (veja, por exemplo, a alta taxa de importação de médicos e enfermeiras pelos países centrais e agora também no Brasil⁹).

O desenho institucional da imigração no País indica a mesma tendência de aumento da imigração qualificada analisada por Aragonés (Baeninger, 2010). É, no entanto, um desafio analítico a ser enfrentado o entendimento da atuação desse fenômeno em contextos periféricos. Neste estudo, indicaremos algumas pistas que podem se mostrar úteis ao fim dessa investigação com relação às principais tendências do desenvolvimento dessa modalidade de imigração no Brasil, colhidas principalmente a partir da análise de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, relativos às entradas dentro do circuito legalizado de imigração por motivo de trabalho.

-
8. Refere-se aqui ao fenômeno da fuga de cérebros que pode representar uma perda significativa para o desenvolvimento econômico-social do país de origem desses emigrantes, apesar de possibilitar o envio de remessas e a aquisição de novos conhecimentos. Esses profissionais muitas vezes se formam pelo sistema público de educação, porém, com a emigração, não podem aplicar seus conhecimentos em benefício da sociedade do país de origem. Tal fenômeno atinge principalmente os países periféricos e adquire importância quando as proporções dessa emigração são tão grandes a ponto contribuir para escassez de profissionais qualificados para atuar nos países subdesenvolvidos, mesmo existindo um sistema público de formação desses profissionais.
 9. Em 2013, foram contratados 6.658 médicos estrangeiros e brasileiros radicados no exterior para atuar em 2.177 municípios espalhados no Brasil. Seguindo o mesmo regime aplicado aos cérebros produtivos, a contratação é temporária (3 anos), com salário de R\$10.000,00, mais a ajuda de custo. No total dos contratados em 2013, 5.400 são cubanos (neste caso a maior parte do salário vai para o governo de Cuba). A meta anunciada pelo governo de contratações em 2014 é chegar a 13.000 médicos (em janeiro de 2014 foi publicado um edital de candidatura).

Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que não se trata de um fenômeno novo no Brasil, porém que ganha força na atualidade, principalmente no período posterior à eclosão da crise nos países centrais (2007). Há um aumento expressivo de carteiras de trabalho concedidas a estrangeiros, de 29.488 autorizações de trabalho expedidas neste mesmo ano a 62.387 em 2013, segundo os dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O estudo de Baeninger e Leonnycy (2001) aponta as tendências e o perfil da imigração no Brasil a partir das autorizações de trabalho concedidas ao longo da década de noventa (1993-2000). O perfil oficial dos estrangeiros estampado nessas autorizações,¹⁰ segundo as autoras, é de profissionais direcionados à inserção no mercado de trabalho qualificado no Brasil, distribuídos em particular nos territórios de concentração da indústria e da alta tecnologia, São Paulo e Rio de Janeiro. Além de um relativo aumento das autorizações de trabalho¹¹ ao longo do período analisado, também é destacada a ligação de grande parte delas à demanda de força de trabalho pelas transnacionais e pelos polos tecnológicos do país.

Os dados referentes à década de 2000¹² confirmam essas tendências quanto à qualificação no circuito legalizado de entradas no País por motivo de trabalho, além de revelar também uma gestão de *caráter*

10. Baeninger e Leonnycy nos lembram que essas fontes são qualitativamente limitadas para uma análise mais precisa e aprofundada do perfil dos estrangeiros que exercem atividades laborais no Brasil, mas não deixam de ser úteis para indicar os traços gerais e também as tendências dos fluxos migratórios.
11. A autorização de trabalho é um requisito para a concessão de vistos a estrangeiros que entram no país em razão do exercício de uma atividade laboral com ou sem vínculo empregatício. Como ressaltam as autoras (Baeninger e Leonnycy, 2001), esse aumento se dá principalmente após o ano de 1998, quando a legislação nacional ampliou o leque de situações para o estrangeiro exercer atividades no país sem vínculo empregatício com o fim de incentivar investimentos. Por exemplo, no ano de 1999, 82% das autorizações já eram sem vínculo empregatício. É possível verificar que esse aumento é ainda mais significativo após a eclosão da crise (2007).
12. Os dados mais recentes (2011-2012) indicam os EUA, Filipinas, Reino Unido, Índia e Alemanha como os países que ocupam os primeiros lugares por número de autorizações de trabalho, dentro do total de 63.166 autorizações para homens e 7.358 mulheres, divididas em 3.834 vistos permanentes e 66.690 vistos temporários. Dos países da América Latina, Argentina, Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Haiti são os países com maior número de autorizações. Consultar: Ministério do Trabalho e Emprego, *Base estatística geral*: detalhamento das autorizações concedidas em 2011 e Perfil Migratório do Brasil 2009 — Ministério do Trabalho e Emprego.

temporário dessa modalidade de imigração, uma vez considerado o aumento nítido de vistos com prazo determinado (com limite de 90 dias, um ou dois anos, para estrangeiros com ou sem contrato de trabalho) em detrimento dos vistos permanentes destinados em grande parte a investidores ou executivos de transnacionais que atuam no Brasil (Baeninger, 2010).

O terreno de fundo que explica o modelo da política imigratória brasileira, teoricamente ditado pelos critérios do “interesse nacional” é, na prática, como ressalta Sant’Ana, a esfera econômica agindo “como principal mecanismo de filtragem da entrada de trabalhadores estrangeiros”. O autor mostra como há uma *oscilação* do posicionamento da política oficial entre a “abertura mais célere do mercado de trabalho a profissionais das empresas transnacionais e a investidores” e a defesa da necessidade de “proteção dos trabalhadores nacionais”. (Sant’Ana, 2001:76-77).

Pela análise da legislação que regulamenta a imigração no País¹³ e das normativas do Conselho Nacional de Imigração¹⁴ para a concessão do visto e da autorização de trabalho, é possível constatar como o imperativo da produtividade dita a demanda de importação de profissionais qualificados, ao passo que a “qualificação” aparece como critério pretensamente neutro — nas dimensões de classe, etnia, gênero, nacionalidade — que decide a sorte do imigrante para a entrada no país (Villen, 2013b).

O “controle” para concessão do visto de trabalho se dá pela comprovação de dois requisitos: titulação e experiência profissional. Quanto mais alto o primeiro, menos necessária é a comprovação do segundo (CNIg, N. 99, 12.12.2012). Cabe à empresa ou entidade que demanda essa força de trabalho demonstrar esses requisitos “qualitativos” do candidato para dar seguimento à concessão do visto de trabalho que permitirá a entrada e o exercício da atividade laboral no Brasil.

13. Esse critério seletivo está explícito no artigo 5º da lei 6815/80, que regulamenta a imigração no Brasil, determinando: “A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos” (§ único, artigo 16, Lei 6815/80). Esse critério continua presente no projeto de lei 5655/2009, atualmente em discussão para substituir a referida lei.
14. O CNIg foi criado em 1980 para cuidar dos assuntos relacionados à imigração. Este órgão colegiado é vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Outra possibilidade para conseguir o visto de trabalho é a comprovação de investimentos de capitais no País ou do vínculo da atividade laboral com os eventos esportivos (Copa das Confederações, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos), na preparação, organização, planejamento e execução de atividades afins (CNIg, n. 98, 14.11.2012).

Com exceção do caso de investimento de capitais que dá direito ao imigrante de conseguir um visto permanente, o único modo de conseguir um visto por motivo de trabalho no Brasil é possuir um vínculo formal com uma empresa ou empregador, que deve contratar o imigrante e conceder os documentos para que faça o pedido de visto temporário. E esse procedimento se dá pela comprovação, a partir da empresa, da imprescindibilidade da sua força de trabalho para os interesses do País, em função, é claro, da sua “qualificação”, ou seja, seus títulos e experiência laboral.

Portanto, só diante da comprovação do contrato formal de trabalho e da qualificação do imigrante, do investimento de capitais ou do vínculo formal de trabalho nos eventos esportivos, o Ministério do Trabalho e Emprego concede a autorização para trabalho no Brasil, o que automaticamente dá direito a um visto de trabalho, temporário ou permanente.

Embora diversas reformas tenham sido aplicadas ao longo desses últimos anos¹⁵ para facilitar a entrada e permanência de profissionais qualificados no País, na prática, só as grandes empresas ou entidades financeiras, em particular transnacionais, bancam esse procedimento para obter as autorizações. Essa tarefa não é fácil para o imigrante que precisa achar um empregador e um contrato formal de trabalho para fazer o pedido da autorização, principalmente em relação a postos com remuneração mais baixa e com vínculos de assalariamento em empresas de menor porte, uma vez consideradas as diferentes “formas da flexibilidade” e a marcante presença da informalidade, na história e no presente do mercado de trabalho brasileiro (Krein, 2013).

Há uma modalidade de divisão sexual do trabalho expressa hoje nas dinâmicas da imigração internacional do Brasil pela disparidade

-
15. Como, por exemplo, a maior facilidade para converter um visto temporário em permanente — desde que, é claro, se comprove a continuidade do contrato de trabalho, tendo em vista que grande parte dos vistos concedidos nos últimos anos foram temporários (para 90 dias, um ou 2 anos de estadia); a recente viabilização do pedido digital de visto e autorização de trabalho com aceitação de certificação digital entre outras medidas.

da composição de gênero nos fluxos legalizados e com perfil qualificado (Villen, 2013a). Segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego, no período posterior à eclosão da crise, principalmente de 2009 a 2013, o percentual de autorizações de trabalho para mulheres imigrantes dentro desse polo ficou em torno de somente 10%. Pode-se afirmar, portanto, que a “marca sexual da polarização das qualificações” (Hirata, 2002) atuante no mercado de trabalho brasileiro hoje está sendo reforçada pela imigração internacional.

O baixo percentual de mulheres no circuito de imigração qualificada não deixa de se revelar uma tendência também nos países centrais (Roulleau-Berger, 2010), até mesmo naqueles em que a composição de “gênero” é considerada pelas políticas migratórias — como o Canadá, país conhecido pelo protagonismo na atração de imigrantes com perfil qualificado (Preston e D’Addario, 2009).

Como ressalta Roulleau-Berger (2010) “poucas mulheres em migração têm acesso a cargos prestigiosos”, ou seja, seu estudo mostra que “a realidade complexa dos mercados de trabalho situa as mulheres em migração na margem [de seu funcionamento]” (Roulleau-Berger, 2010:156). Na França, a regra é, segundo a autora, o rebaixamento da qualificação¹⁶ e de salário (Op. cit.:157), além do fato de que os diplomas e o nível de estudos protegem pouco as mulheres imigrantes do desemprego (Op. cit.:83). Contudo, isso não significa que essas mulheres não estejam participando da construção de espaços econômicos transnacionais (nos setores da indústria, turismo, moda, arte, entre outros), que hoje exercem uma papel central para as novas formas de acumulação (Op. Cit.:169).

É certo portanto que a imigração dentro dos parâmetros seletivos da “qualificação” — considerados pelos Estados nacionais como aceitáveis enquanto teoricamente condizentes com os requisitos de funcionamento do mercado de trabalho em uma economia altamente internacionalizada — se revela uma tendência que ganha cada vez mais força no desenho institucional do fenômeno hoje no Brasil.¹⁷ Além das transformações na malha produtiva do país relativas à intensificação do processo de internacionalização, o tratamento legal

16. Essa tendência também se verifica, segundo Campani, na Itália. A socióloga explica a situação de “bloqueio” de acesso a empregos, principalmente os qualificados, enfrentado pelas mulheres imigrantes nesse contexto (Campani, 2002).

17. Esse desenho institucional não abrange os imigrantes em situação indocumentada.

diferenciado, a facilitação e incentivo da entrada e permanência no país denotam a necessidade do desenvolvimento de estudos científicos para uma melhor compreensão dessa modalidade de imigração e sua relação com o trabalho.

2 O polo dos trabalhos precários

Com acesso restrito a empregos qualificados ou que oferecem melhores condições de trabalho e remunerações, enfrentando barreiras burocráticas menos flexíveis para obtenção do visto e da autorização para exercício de atividades laborais, um outro perfil de imigrantes, não necessariamente em situação indocumentada — possuindo ou não título universitário e/ou experiências de trabalho também qualificadas¹⁸ —, com um alto percentual de mulheres, representa hoje a parte mais significativa em números do fenômeno no Brasil. Em regra, esse polo abrange imigrantes e refugiados provenientes de países periféricos¹⁹ da América Latina, África e Ásia.

No atual contexto de aumento das migrações em escala mundial, como explica o sociólogo Basso (2010), essa classe de trabalhadores em geral provenientes de países periféricos, componente dos principais fluxos nas últimas décadas para as economias centrais, ocupa o lugar de “protótipo da força de trabalho flexível” — sujeita a todas

18. Há muitos casos de imigrantes periféricos que, embora possuam títulos universitários ou técnicos, só conseguem se inserir em postos que não exigem qualificação. Do mesmo modo, muitas das atividades laborais que desenvolvem, por exemplo, na costura e no trabalho doméstico, requerem muitos conhecimentos, apesar de não serem reconhecidos pelo mercado de trabalho enquanto parâmetros de “qualificação” e melhores salários. Como explica Hirata, a noção de qualificação só pode ser entendida dentro da relação entre capital e trabalho, portanto de forma historicamente determinada (Hirata, 2002). Para uma síntese da discussão sobre os paradigmas da noção de qualificação na sociologia do trabalho, sobre os diferentes sentidos que o termo assume a partir de concepções ligadas a contextos específicos de organização e relações de trabalho, bem como sua ação enquanto marca sexuada do funcionamento do mercado de trabalho, consultar respectivamente Dubar (1999) e Hirata, (2002).
19. Sem considerar os dados referentes ao refúgio que abrangem diversificadas nacionalidades, os países mais representativos dessa modalidade de imigração são Bolívia, Paraguai, Peru e Haiti. No caso do Haiti, há fluxos dentro do circuito indocumentado e de vistos de caráter “humanitário”, categoria criada especificamente para cidadãos haitianos após o terremoto de 2010, que fez convergir a necessidade desses imigrantes saírem do país para melhorarem suas condições de vida com a demanda de força de trabalho pelo mercado brasileiro.

as formas de exploração, piores horários, ritmos pesados, péssimas condições de trabalho e baixa remuneração. Uma precariedade que se prolonga, como ressalta, na condição de vida do imigrante (habitação, educação, serviços de saúde).

Apesar da invisibilidade produzida dessa modalidade de imigração, há igualmente um aumento significativo de entradas após a eclosão da crise nos países centrais (2007)²⁰. Igualmente ao polo dos cérebros produtivos, essas entradas não representam uma novidade restrita à atualidade. Se considerada a imigração de coreanos e bolivianos no país, é possível entender que, pelo menos desde a década de 1960, esse padrão precário de inserção no mercado de trabalho a partir da imigração proveniente de países periféricos está presente no Brasil, com significativos fluxos dentro do circuito indocumentado (Silva, 2008; Freitas, 2010).²¹

Ao contrário de aparecer²² como uma imigração, vem representada, sobretudo, como *entradas extraordinárias que se impõem pelas fronteiras e trazem custos, ao invés de riqueza, a que também acompanha um tratamento legal diferenciado, de caráter prevalentemente emergencial* (anistia, vistos humanitários, reconhecimento do pedido refúgio, regularizações extraordinárias).²³ No mesmo sentido, esses imigrantes, principalmente nos primeiros meses de estadia, quando

-
20. Além do desaquecimento do mercado de trabalho nos países centrais, esse quadro também está relacionado com as políticas migratórias ali aplicadas para evitar a entrada e permanência de imigrantes economicamente vulneráveis, com consequências diretas na precarização de suas condições de trabalho e de vida nesses territórios (Basso, 2010).
 21. Nos anos 70 e 80, a imigração coreana ocupava o lugar dessa modalidade de imigração indocumentada e mais explorada economicamente. Hoje, os coreanos se destacam em posições de empreendedores, que muitas vezes se utilizam inclusive da força de trabalho dos próprios bolivianos.
 22. Se considerada a visibilidade que a imigração boliviana ganha na mídia, muito diferente de aparecer a função de seu trabalho para economia brasileira, bem como os benefícios da presença dessa comunidade e de sua cultura para a sociedade brasileira, na mídia vem destacado somente aspectos problemáticos de criminalidade, miséria, contravenção, como colocou em evidência Manetta (2012). Trata-se de um discurso que frequentemente associa “bolivianos e práticas sociais indesejáveis ou moralmente inaceitáveis” e que desta forma contribui à reprodução de estereótipos e de preconceitos nas práticas sociais (Manetta, 2012: 267).
 23. Como ensina Sayad, “exportam-se ou importam-se exclusivamente trabalhadores, mas nunca cidadãos atuais ou futuros. Essa é a condição necessária para que existam emigração e imigração. É uma exigência da ordem simbólica”, em particular para imigrantes de classe social baixa (Sayad, 1998:55).

não possuem redes de apoio no País, dependem das ajudas de entidades de caráter religioso (Caritas, Pastoral do Imigrante, etc) ou ONGs para conseguirem assistência social e jurídica, eventualmente a regularização de documentos.

Há setores bastante diversificados de atração dessa força de trabalho: indústria (principalmente têxtil e de confecção); agrícola; construção civil; abate de carnes, comércio informal; serviço doméstico (Dutra, 2012); serviços em geral (restaurantes, limpeza, bares etc), dentre outros que começam a absorver essa força de trabalho. Muitos desses setores reclamam também da “falta de mão de obra”, desta vez, para o perfil dos baixos salários (de um salário mínimo, para os que têm muita sorte a remuneração subir um pouco, mas não ultrapassa R\$1.200,00) e de atividades que requerem alto dispêndio de força física.

A imigração boliviana recebeu até o momento mais atenção por pesquisas²⁴ que mapearam esse padrão altamente precário de inserção no mercado de trabalho brasileiro, na indústria têxtil e de confecção, em oficinas de costura muitas vezes subcontratadas ou clandestinas, dentro da cadeia produtiva com enorme peso para a economia do País (Silva, 2012), que tem como ponta invisível o trabalho precário dos bolivianos e de outras nacionalidades. Esses estudos mostram como a condição de imigrante e a étnica passam a se refletir na divisão do trabalho (Rezera, 2010; Freitas, 2009; Silva, 2008; Azevedo, 2005).

Não se trata, como colocou em evidência Souchaud, da existência de um “nicho étnico” exclusivamente boliviano nessa indústria, mas sim de uma “atividade econômica” que para sobreviver aos padrões da reestruturação produtiva e da concorrência já se utilizava no passado recente da força de trabalho flexível e a baixo custo de imigrantes, em especial dos coreanos, e continua a se utilizar de outras nacionalidades, como por exemplo os paraguaios (Souchaud, 2012).

-
24. É possível verificar a existência de um campo de pesquisas já solidificado na análise, descrição e mapeamento dessa modalidade de imigração. Até o momento, a nacionalidade boliviana foi a mais investigada por esses estudos. No entanto, a partir de 2011, é sintomático o aparecimento de inúmeras pesquisas, espalhadas por todo o País, documentando a abrangência do fenômeno em diferentes localidades, bem como a presença dessa força de trabalho em diferentes setores da economia brasileira. Essas pesquisas abrangem outras nacionalidades além das latino-americanas, por exemplo, a haitiana, a chinesa e refugiados de diferentes nacionalidades.

Normalmente, emerge um vocabulário específico nessas pesquisas para mapear a experiência desses imigrantes nas oficinas de costura: “vida insalubre”, “condições degradantes de trabalho”, “segregação no interior do espaço urbano”, “preconceito/discriminação dos agentes públicos e da população local”, “degrado nas condições de saúde”, “trabalho forçado”, “clandestinidade”, enfim, dentre muitos outros, o “racismo” e a “xenofobia”.

De fato, é possível verificar que condições muito precárias se sobrepõem como tendências: jornadas de 12 a 17 horas, um padrão de remuneração pelo salário por peça (R\$0,15 a R\$4 a peça)²⁵ condicionado à produtividade do trabalhador e à demanda do mercado²⁶; empregos altamente marcados pela rotatividade, fábricas-dormitório, espaços pequenos com concentração de máquinas de costura e de trabalhadores; muito barulho, pouco ar e iluminação.²⁷ Logo, um conjunto de condições precárias de trabalho e de vida que são ainda mais agravadas pela situação de indocumentado.

Fatores portanto problemáticos que poderiam ser contrastados com outras experiências de imigrantes que conquistaram condições melhores de trabalho e de estruturação social, principalmente de grupos radicados há mais tempo no país. A importância de contrabalancear essas experiências laborais relaciona-se com uma perspectiva que evita “vitimizar” os imigrantes ou colocá-los em uma posição passiva, e ilumina, ao contrário, suas próprias iniciativas e respostas a condições adversas.

-
25. Esses estudos também mostram a gritante diferença do preço por peça produzida e o vendido nas lojas consumidoras dessa força de trabalho.
 26. O salário por peça implica em enormes vantagens produtivas para o empregador em detrimento de inúmeras desvantagens ao trabalhador, em particular pela imposição de ritmos intensos de trabalho para garantir o ganho de uma quantia decente no final do mês (tendo em vista que se recebe segundo o que se produz) e pela concorrência fomentada entre os próprios trabalhadores para superar patamares de produção. Trata-se de um sistema que impõe a disciplina de trabalho por meios indiretos, mas muito eficazes, como, por exemplo, a ilusão de não ter patrão e de ser responsável pelo próprio ganho (a partir da produtividade) ou, o que é ainda mais grave, do trabalhador ser livre para controlar seu tempo de trabalho.
 27. A essas condições de trabalho se associam as doenças do “corpo e da alma” (Basso, 2010), típicas da natureza desse trabalho imigrante: dor nas costas, doenças nos pulmões, anemia (decorrente da alimentação pobre de proteínas), alcoolismo, depressão, fobias derivadas da condição de indocumentados.

No entanto, é preciso ter cautela para não transformar casos isolados em regra ao se falar de experiências de trabalho essencialmente coletivas que, como apontado antes, não envolvem uma nacionalidade exclusiva e são condicionadas pelo funcionamento de atividades econômicas. Há uma exposição, o que não é sinônimo de aceitação passiva, a diversificados mecanismos de abusos e exploração, no trabalho e na vida social (preço de aluguéis, pagamento de juros extorsivos para enviar as remessas, etc), que atingem dimensões redobradas para aqueles em situação indocumentada (veja os empresários das fronteiras) e extremas, se levados em consideração o trabalho análogo à escravidão e o tráfico de humanos.

Isso porque, no sistema neoliberal, o aumento da imigração em escala global, principalmente a feminina (Hirata, 2009), é um movimento combinado com o processo generalizado de precarização do mundo do trabalho (Antunes, 2009). Além disso, o tratamento restritivo pelos Estados da circulação de imigrantes — atualmente bastante atuante nos países centrais e com reflexos também naqueles periféricos —, é um fator decisivo, como mostrou Falquet (2006), para formação de mercados de trabalho transnacionais, onde está presente também trabalho dos imigrantes em situação indocumentada, ainda mais atingidos por diferentes formas de exploração no trabalho e na vida social.

Além dessas condicionantes, no Brasil, essa imigração periférica reflete uma marginalidade sócio-econômica e cultural, produzida e reproduzida por diversos mecanismos, principalmente por um racismo antes de tudo estruturado no e pelo trabalho (Basso, 2000; Perocco 2011), que se reproduz por inúmeros processos, até mesmo pela sua “negação”, como colocaram em evidência Simai e Baeninger (2011). Por essas razões, a tarefa de estudar o racismo em relação a essa imigração não pode se desvincular do desvendamento do processo de exploração econômica dessa força de trabalho no Brasil.

Outro fator que não pode ser ignorado são as particularidades que o recorte de gênero nos revela, em especial a ligação entre migração feminina e a “marca sexual da precarização do trabalho” (Hirata, 2009). Estudos como o de Rezera (2012)²⁸ mostram como a mulher

28. Para colher o peso da presença feminina na imigração com perfil de baixa qualificação e dirigida à inserção em postos de trabalhos precários, a autora analisou as fichas

imigrante, no Brasil, é marcada pelas condicionantes do trabalho precário e em grande parte informal, além daquelas relacionadas à condição de imigrante, que muitas vezes conjuga fatores de vulnerabilidade econômica, com outros como o acesso a direitos, não conhecimento da língua, ausência de vínculos sociais na sociedade de destino (Villen, 2013a).

3 Conclusão

Há diversos motivos para não considerarmos essas duas modalidades de imigração, certamente não homogêneas ou simplisticamente duais²⁹, como um fato apenas conjuntural ou residual em relação ao funcionamento do mercado de trabalho brasileiro. No atual contexto da mundialização, é bastante evidente como o padrão de acumulação cada vez mais se sustenta na força de trabalho precária, flexível e em grande parte feminina, de imigrantes.

Em primeiro lugar, como ensina Basso (2003), a causa de fundo do atual contexto de deslocamento de imigrantes internacionais que tende a se acentuar (pelo menos no que se refere àqueles economicamente vulneráveis que compõem a maior parte do fenômeno ou às vítimas de guerras ou conflitos) são as *relações de força* e os mecanismos de *produção e reprodução* das desigualdades de desenvolvimento socioeconômico, *internamente* e *entre* os Estados-Nação. Desigualdades que, como coloca em evidência o sociólogo, são uma marca característica do funcionamento do mercado mundial pela divisão internacional do trabalho e se revelam com ainda mais força hoje, sendo os movimentos migratórios um sintoma de seus efeitos sociais perversos³⁰.

cadastrais preenchidas pelos imigrantes na Pastoral do Migrante na cidade de São Paulo para o auxílio no preenchimento do pedido da anistia de 2009. Segundo Rezera, 43% dos pedidos eram de mulheres, de 20 a 30 anos de idade, com baixa escolarização, majoritariamente com vínculo laboral em atividades de costura para indústria têxtil, sendo a nacionalidade boliviana a mais representativa desses pedidos.

29. Tendo em vista que esses polos estão interligados pelo mercado de trabalho.

30. Todas essas condicionantes não poderiam ser consideradas, é bastante evidente, como fatores que “anulam” as iniciativas e as escolhas individuais dos próprios imigrantes. Para Sayad (1998), o fenômeno da imigração tem uma natureza essencialmente coletiva (de classe), por esse motivo, o estudo das suas causas e efeitos estruturais, bem como

Além disso, como bem mostra Potts (1990), o desenvolvimento da economia capitalista sempre se apoiou estruturalmente na mobilidade internacional da força de trabalho. A nova configuração da imigração no Brasil não pode ser entendida em profundidade sem se considerar os processos de diferentes naturezas (econômica, política, cultural), relacionados com a constituição e desenvolvimento do mercado de trabalho no País, em especial as particularidades dessa formação na periferia do capitalismo, a partir do sistema de colonização e da divisão internacional do trabalho (Pochmann, 2001).

Há uma longa história da imigração em sua relação com o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, desde a importação da força de trabalho escrava na África, até o ápice das migrações de “trabalhadores livres”, europeus e também japoneses, principalmente na segunda metade do século XIX e início do XX (Castles e Miller, 1993). Essa história sempre esteve presente, mesmo se de forma numericamente não tão significativa ou mesmo invisível, ao longo de todo século XX e ganha força de novo na nossa atualidade.

Essas causas de fundo das migrações internacionais valem, como não poderia deixar de ser, para o entendimento do contexto de uma América Latina cada vez mais marcada pelos movimentos migratórios. Além das assimetrias no funcionamento dos mercados de trabalho nesse continente (Pochmann, 1996), as migrações intrarregionais estão relacionadas com o quadro geral de uma “integração desintegradora” dos países do “continente do labor” no mercado mundial e às mudanças nos padrões produtivos com seus inúmeros reflexos negativos no mundo do trabalho (Antunes, 2011). Por esses motivos, a análise da imigração laboral no Brasil não pode ser separada do contexto mais amplo do funcionamento do mercado de trabalho em escala global, em particular na América Latina.

É a nova realidade social da imigração no Brasil que nos convida a buscar o conhecimento de seus processos — acompanhados também de novidades e transformações ligadas às lutas e aos meios diversificados de questionamento da parte dos próprios imigrantes — sendo a ótica do trabalho essencial para sua compreensão.

de suas condicionantes, é necessário para consideração da sua dimensão subjetiva (Consultar Basso, 2003).

Referências

- ALARCÓN, R. Skilled Immigrants and *cerebreros*: foreign-born engineers and scientists in the high-technology industry of Silicon Valley. In: FONER, N. et al. *Immigration research for a new century: multidisciplinary perspectives*. New York: Russell Sage Foundation, 2000.
- ANTUNES, R. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAGONÉS, A. M.; SALGADO, U. Mercado de trabajo en la economía del conocimiento y el fenómeno migratório: El caso de Estados Unidos (1990-2006). In: ARAGONÉS, A. M. (Org.). *Mercado de Trabajo y migración internacional*. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2011.
- BAENINGER, R. Estrangeiros autorizados a trabalhar no Brasil. In: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, *Doutores 2010: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Brasília: CGEE, 2010.
- BAENINGER, R.; ANTICO, C. Questões decorrentes da emergência da migração internacional no Brasil. In: PATARRA, N. (Coord.); BAENINGER (Org.), R. *Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI*. Campinas. FNUAP, vol. 2, 1996.
- BAENINGER, R.; LEONCY, C. Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registros de entradas e saídas da Polícia Federal (Ministério da Justiça). In: CASTRO, M. G. (Coord.). *Migrações Internacionais: contribuições para políticas*, Brasília: CNPD, 2001.
- BASSO, P. Ascesa del razzismo nella crisi globale. In: BASSO, Pietro (Org.). *Razzismo di Stato*. Milano: Franco Angeli, 2010.
- Sviluppo diseguale, migrazioni, politiche migartorie. In: BASSO, P. & PEROCCO, F. (Orgs.) *Gli immigrati in Europa. Diseguaglianze, razzismo, lotte*. Milano: Franco Angeli, 2003.
- *Razze schiave e razze signore: vecchi e nuovi razzismi*. Milano: Franco Angeli, 2000.
- CAMPANI, G. *Genere, etnia e classe: migrazioni al femminile, tra esclusione e identità*. Pisa: ETS, 2002.

- CASTLES, S.; MILLER, M. J. *The age of migration: international population movements in the modern world*. London/New York: MacMillan Press, 1993.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS. *Qualificação e mercado de trabalho: apontamentos para política pública em regiões metropolitanas*, São Paulo: DIEESE, 2011.
- DUBAR, C. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. *Educ. Soc.*, vol. 19, n. 64, sep. 1999.
- DUTRA, D. *Mulheres migrantes peruanas em Brasília. O trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade*. Tese de Doutorado — Universidade de Brasília, 2012.
- FALQUET, J. Hommes en armes et femmes de servisse : tendances néolibérales dans l'évolution de la division sexuelle et internationale du travail, *Cahiers du Genre*, n. 40, 2006, pp. 15-37.
- FAZITO, D. Situação das migrações internacionais do Brasil contemporâneo. In: BRITO, F.; BAENINGER, R. (Orgs.). *Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais*. Brasília: CGEE, 2008.
- FREITAS, P. T. *Imigração e experiência social: o circuito de subcontratação transnacional de força de trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado — Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho, *Sociologias*, ano 11, n. 21, jan./jun., 2009, p. 24-41.
- . Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: Ferretti, C. J. et al. (Org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- INTERNATIONAL CENTER FOR MIGRATION POLICY DEVELOPMENT, *Migração Brasil-Europa: a situação dos migrantes brasileiros na Espanha e Portugal e de portugueses e espanhóis no Brasil, aspectos legais e vivencias*. Viena: ICMPD, 2013.
- KREIN, J. D. *As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil*. São Paulo: LTR, 2013.
- MANETTA, A. Bolivianos no Brasil e o discurso da mídia jornalística. In: BAENINGER, R. (Org.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas, São Paulo/Brasília, NEPO/ FAPESP/CNPq/UNFPA, 2012.

- MARTIN, P. et al. (Orgs.). *Managing Labor Migration in the Twenty-first Century*, New Haven/London: Yale University, 2006.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Perfil Migratório do Brasil, 2009*.
- . *Base estatística geral: detalhamento das autorizações concedidas em 2011*.
- OLIVER, E. Promoting Women? Lessons Learned from a Study of Mobility and Fixed-Term Work in Early Career Researchers. In: HELEN, S. et al. *Gender and Migration in 21st Century Europe*. Farnham: Ashgate, 2009.
- PEROCCO, F. Le discriminazioni razziali nel lavoro: un fenomeno sistematico e multidimensionale. In: FERRERO, M.; PEROCCO, F. (Orgs.). *Razzismo al lavoro: il sistema della discriminazione sul lavoro, la cornice giuridica e gli strumenti di tutela*. Milano: Franco Angeli, 2011.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- . Economia global e os direitos trabalhistas na periferia do capitalismo In: PATARRA, N. (Coord.); BAENINGER (Org.), R. *Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI*. Campinas. FNUAP, vol. 2, 1996.
- POTTS, L. *The World Labour Market: a history of migration*. London: Zed Books, 1990.
- PRESTON, V.; D'Addario, S. Recent Migrants in the Canadian Labour Market. Exploring the Impacts of Gender and Racialisation. In: MCKAY, S. *Refugees, Recent Migrants and Employment: Challenging Barriers and Exploring Pathways*. New York/London: Routledge, 2009.
- REZERA, D. N. *Gênero e trabalho: mulheres bolivianas na cidade de São Paulo: 1980 a 2010*. Dissertação de Mestrado — Universidade de São Paulo, 2012.
- ROULLEAU-BERGER, L. *Migrer au féminin*. Paris : Presses Universitaires de France, 2010.
- SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*, São Paulo: EDUSP, 1998.
- SASSEN, S. Dos enclaves en las geografías globales contemporáneas del trabajo. In: ARAGONÉS, A. M (Org.). *Mercado de Trabajo y mi-*

- gración internacional*. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2011.
- SHOUCHAUD, S. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo? In: BAENINGER, R. (Org.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas, São Paulo/Brasília: NEPO/ FAPESP/CNPq/UNFPA, 2012.
- SHOUCHAUD, S.; FUSCO, W. Diagnóstico das migrações internacionais entre Brasil, Paraguai e Bolívia. In: GALVÃO, A. C. F. (Org.). *Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais*. Brasília: CGEE, 2008.
- SILVA, C. F. *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*, Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, 2008.
- SILVA, S. C. *Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na metrópole de São Paulo. Os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- SIMAI, S.; BAENINGER, R. Racismo e sua negação: o caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo. *Revista Travessia* Numero 68, 2011, p. 49-62.
- VILLEN, P. Mulheres na imigração qualificada e de baixa qualificação: uma modalidade da divisão sexual do trabalho no Brasil, *VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho*, São Paulo, 2-5 de julho 2013a.
- . Qualificação da Imigração no Brasil: um novo capítulo das políticas migratórias?, *Revista Ruris*, Ceres-Unicamp, Campinas, 2013b, no prelo.

GT7

Desenvolvimento e Meio Ambiente

Respostas aos desafios das mudanças ambientais globais em níveis locais: os casos de São Paulo e Pequim

ALBERTO MATENHAUER URBINATTI

betomatur@hotmail.com

Este projeto irá se inserir e dialogar diretamente com o Projeto Fapesp “Mudanças Ambientais Globais: As Políticas Ambientais na China com referência ao Brasil” (2013/19771-7), sob a coordenação da Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira (IFCH/NEPAM/Unicamp). O objetivo é contribuir aos estudos do eixo Brasil–China, pretendendo investigar as respostas que vêm sendo estudadas, estruturadas e divulgadas nos municípios de São Paulo e Pequim às questões que surgem em relação ao tema das mudanças ambientais globais, entre elas as mudanças climáticas, e que podem afetar de forma direta estas zonas urbanas populosas. Nota-se um esforço de diferentes níveis — global, nacional e local — na busca por alternativas com o intuito de reduzir os efeitos e problemas causados por essas modificações no planeta, além dos riscos que se tornam cada vez mais presentes tanto no cotidiano das pessoas como na agenda política. Neste sentido, torna-se instigante a observação dos casos de São Paulo e Pequim, pelo fato das duas cidades serem centros industriais e econômicos de grande relevância e, portanto, ainda que tenham passado por diferentes processos de modernização, apresentam conjuntos de condições passíveis de serem associadas.

Polo Industrial de Manaus: Empresariamento da biodiversidade na fase da modernidade reflexiva

ANTÔNIO PEREIRA DE OLIVEIRA

aoliveira16@yahoo.com.br

Resumo

O estudo tem por objetivo apresentar de forma preliminar como se articulam as novas diretrizes do Polo industrial de Manaus — PIM, relativas à incorporação da biodiversidade amazônica no universo fabril moderno. Busca-se situar os elementos da realidade local no quadro das transformações engendradas pelo modelo produção industrial na sua etapa atual que inclui também uma crise ecológica global. Tomamos como eixo de interpretação a teoria da modernização reflexiva e de sociedade de risco, de Ulrich Beck, que, em sua análise, ao abordar a sociedade moderna, identifica que estamos em uma fase em que os efeitos deletérios da sociedade industrial deixam de ser colaterais e se tornam centrais para todos. Abordaremos a importância da biodiversidade nesse cenário de crise ecológica para, em seguida, situar os arranjos de garantias políticas internalizadas pelo Estado brasileiro com vistas a uma gestão ambiental sustentável. Por fim, trataremos da forma de como está se desenhando a apropriação da biodiversidade a partir de interesses empresariais e se constituindo como uma realidade local, no PIM.

Palavras-chave Indústria; Empresariamento; Biodiversidade; Biotecnologia.

Abstract

The study aims to present preliminary articulate how the new guidelines of the Industrial Pole of Manaus - PIM relating to the incorporation of Amazonian biodiversity in the modern industrial world. Seeks to situate the elements of local reality in the context

of the transformations engendered by the industrial production model at its current stage which also includes a global ecological crisis. We take as the axis of interpreting the Ulrich Beck's theory of reflexive modernization and risk society. This analysis, while addressing modern society, identifies that we are in a phase in which the deleterious effects of industrial society no longer side and become central to all. We will address the importance of biodiversity in the ecological crisis scenario to then situate the arrangements of political guarantees internalized by the Brazilian state with a view to sustainable environmental management. Finally, we will shape how you are drawing the appropriation of biodiversity from business interests and setting up as a local reality in PIM.

Keywords 1. Industry, 2. Entrepreneurship, 3. Biodiversity, 4. biotechnology

1 Introdução

O objetivo do artigo é apresentar de forma preliminar e sucinta, no quadro mais amplo das determinações mundiais, as iniciativas de empresariamento da biodiversidade na indústria em Manaus. Em vista de que o modelo de modernização na produção, circulação e consumo suscitam novas alternativas de mercado no contexto de uma crise ecológica sem precedentes.

Iniciamos pela análise que destaca a emergência de uma nova etapa da modernidade marcada pela radicalização da racionalidade e produtividade do conhecimento, da informação e também do desenvolvimento de participação política por fora das instâncias tradicionais, com a emergência de novos agentes políticos face aos perigos engendrados na modernidade.

Com a emergência de uma consciência global em torno dos riscos impostos pela crise ambiental sobreveio também a socialização das responsabilidades e mudanças de hábitos individuais e coletivos em seus aspectos econômicos, políticos e culturais. Emergiu concomitantemente, novos arranjos de garantias institucionais para fazer frente aos riscos que agora compromete o próprio sistema e a continuidade da espécie humana. Nesse sentido, o artigo situa a formulação dessas garantias políticas e suas contradições no bojo da cultura política bra-

sileira, marcada fortemente por traços do seu processo de formação social. E, por fim, discutiremos os contornos do processo de empresariamento da biodiversidade no contexto da atual etapa de modernização e de iniciativas locais na indústria e nas instituições de gestão ambiental, de pesquisa e de financiamento.

2 Modernidade Reflexiva e Construção de riscos na sociedade

Nos últimos tempos a ordem mundial tem sido alvo de constantes ameaças. Tornou-se evidente a falta de preocupação com os efeitos do progresso e que agora se apresenta como um risco que pode comprometer todo o sistema e a própria continuidade da espécie humana. “Na última década a dinâmica da ordem mundial tem sido profundamente marcada, do ponto de vista ecológico, pela emergência ou pela intensificação dos problemas socioambientais globais - riscos de acidentes nucleares ou biotecnológicos (...)” (FERREIRA, 2003: 89).

Ante a esses acontecimentos globais, a questão que todos se formulam é exatamente como chegamos a esse cenário? Ulrich Beck (2010), estudando as sociedades industriais ocidentais, formulou uma teoria que merece inteira atenção daqueles que já alcançam a dimensão do que está por vir. Para esse autor, vivemos uma fase em que desponta um tipo de modernidade ampla, solta e modificadora da estrutura. Trata-se de uma sociedade que tem em seu cerne um processo de inovação autônomo, razão pela qual suas bases e suas estruturas são condenadas a um processo permanente de obsolescência. Em contrapartida, emerge como sua correspondente natural, o que ele denomina “sociedade de risco”.

Trata-se de realidade inteiramente distinta daquela que se apresentava no período clássico da industrialização. Ela emerge, segundo Beck (2010), quando os perigos da sociedade industrial começam a dominar os debates e conflitos públicos, tanto políticos quanto privados. E, justamente nesse caso as instituições da sociedade industrial tornam-se produtoras e legitimadoras das ameaças que não conseguem controlar (BECK, 2012). Assim, sociedade de risco pode ser descrita como uma fase do desenvolvimento da sociedade moderna onde os riscos sociais, políticos, ecológicos e individuais, criados pelo

momento da inovação, iludem cada vez mais as instituições de controle e proteção da sociedade industrial (BECK, 2012).

Essa sociedade distingue-se pelo crescimento exponencial das forças produtivas, os riscos e ameaças tornam-se muito mais evidentes, desencadeando uma extensão previamente desconhecida. Reiteramos o questionamento anteriormente formulado, como chegamos a essa fase em que, ao lado da produção de riqueza em larga escala, se pronuncia um mundo imprevisível e de incerteza permanente? Para o autor a passagem para a sociedade de risco “ocorre de forma indesejada, despercebida e compulsiva no despertar *do* dinamismo autônomo da modernização, segundo os padrões dos efeitos colaterais latentes” (BECK, 2012: 17).

Esse dinamismo autônomo está presente desde o início da modernidade industrial e constitui sua essência. Um dinamismo no qual “as certezas da sociedade industrial (o consenso para o progresso ou a abstração dos efeitos e dos riscos ecológicos) dominam o pensamento e a ação das pessoas e das instituições na sociedade industrial” (BECK, 2012: 17). Esse impulso inicial, ao se exacerbar, gera uma nova realidade independente de desejos ou objetivos pessoais. Um processo objetivo, inerente ao próprio dinamismo da sociedade.

É possível afirmar, portanto, que os efeitos deletérios existentes na sociedade hoje, inclusive a crise ecológica, se insere nas determinações de um processo inteiramente objetivo, o dinamismo autônomo presente nos primórdios do modelo industrial, o qual imprime no espírito dos indivíduos uma certeza e um consenso em relação ao progresso. E é justamente essa forma de pensar que conduz a uma atitude de menosprezo ou abstração em relação aos efeitos e aos riscos produzidos pelo modelo industrial, tratando-os como efeitos colaterais até se deparar com a ameaça ecológica, pronunciada globalmente.

Em outros termos, a sociedade de risco surge na continuidade dos processos da modernização autônoma, que são cegos e surdos aos seus próprios efeitos e ameaças. De maneira cumulativa e latente estes últimos produzem ameaças que questionam e finalmente destroem as bases da sociedade industrial (BECK, 2012: 18).

É no âmbito desse dinamismo de progresso material, na produção de mercadorias, e de intenso desenvolvimento científico e tecnológico que as bases e as estruturas dessa sociedade caminham em sentido oblíquo. Para Beck (2012), modernidade reflexiva não se reporta a

uma ideia de reflexão ou autoconhecimento que havia despontado como um ideal nos primórdios da modernidade. Essa reflexividade da fase atual apresenta-se muito mais como autoconfrontação. Uma realidade em que o avanço da ciência e da tecnologia, no âmbito da modernidade reflexiva, comporta uma natureza confratual ante aos efeitos destrutivos do modelo industrial vigente. Um permanente caminhar para o futuro que acaba por recriar os riscos e os perigos, recorrentemente.

No fundo, os efeitos da sociedade de risco já não podem mais ser assimilados pelo sistema social vigente, uma vez que os padrões existentes em vez de solucionar os perigos e os riscos emergentes acabam por reiterá-los em níveis mais elevados. Isso significa que os mecanismos institucionais criados e desenvolvidos com a modernidade, o espaço da política institucional revela seus limites e se esvazia perante aos distintos e complexos efeitos criados pela sua própria dinâmica.

3 O Abalo ante a certeza da biodiversidade

Sob a égide da incerteza, própria da sociedade de risco, a ciência e a tecnologia desenvolvem-se, especializam-se e avançam cada vez mais. A partir de uma base cumulativa aprimoram formas de catalogação, classificação e tipificação da natureza num movimento de confrontação com os processos existentes das bases de sua própria formação. E, como assinala Antony Giddens (1991), o conhecimento novo (conceitos, teorias, descobertas) não torna simplesmente o mundo social mais transparente, mas altera sua natureza, projetando-o para novas direções.

Embora os conhecimentos sobre a natureza se reportem a um tempo pretérito, distante, e sua importância tenha lugar acentuado no desenvolvimento da ciência moderna, apenas recentemente o conceito *biodiversidade* possibilitou uma definição mais completa sobre os complexos sistemas naturais e, ao mesmo tempo, ganhou notoriedade e se difundiu numa perspectiva discursiva. Um movimento no campo da ciência que consiste num processo cada vez mais reiterado de racionalização, capaz de gerar descobertas de riquezas e potencialidades existentes, jamais alcançadas em outras épocas. E como todo processo dialético, a emergência das descobertas científicas é

recoberta também pelos seus limites e o reconhecimento cada vez mais aceito de que vivemos em um mundo, cuja riqueza natural está cada vez mais ameaçada e se pronuncia sempre mais incerta.

A definição da biodiversidade, enquanto conceituação científica, está envolta por uma fina discussão em seus vários campos de especialização. Um debate que está muito além dos propósitos desse artigo. Não se pretende aqui entrar nos meandros e nas especificidades da definição da biodiversidade. Para os objetivos aqui traçados, é factível trabalhar com as definições contidas nas convenções e nos relatórios oficiais.

A Convenção sobre a Diversidade Biológica — CDB, realizada em 1992, baseada em novos conhecimentos sobre a natureza, definiu diversidade biológica como uma “Variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas” (MMA, 1992: 9).

Depreende-se, portanto, que essa diversidade biológica pode ser entendida como uma associação de vários componentes hierárquicos: ecossistema, comunidade, espécies, populações e genes em uma área definida. Sabe-se que varia com as diferentes regiões ecológicas, sendo maior nas regiões tropicais do que nos climas temperados. Para os objetivos propostos neste estudo, cumpre enfatizar apenas a importância que a biodiversidade adquire especialmente com a emergência da crise ecológica em escala mundial.

A percepção de que caminhamos para uma realidade em que os meios de sustentabilidade humana se tornam cada vez mais escassos, imprime um componente ético de compromisso de todos. Em função disso, a mesma percepção de vulnerabilidade imprime maneiras de pensar e de agir tendo como referencia a formas de utilização das riquezas naturais, da biodiversidade.

A construção dessa percepção tem uma base científica e se processou por meio de conferências mundiais, como as de Estocolmo em 1972 e a do Rio de Janeiro em 1992,¹ das quais derivaram uma pro-

1. Após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, que teve como resultado concreto a assinatura de 5 documentos: 1. Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento; 2. Agenda 21; 3. Convenção Sobre Mudanças Climáticas; 4. Princípios para Administração Sustentável

fusão de estudos, artigos científicos, seminários, encontros, outras conferências, acordos, tratados e convenções. Ocorreu com essas conferências aquilo que Beck (2012) classifica como um elemento chave da sociedade de risco — a crise ecológica passou a dominar o debate mundial. A preocupação de sistematização e catalogação da natureza entrou na agenda de praticamente todos os países, inclusive e especialmente dos países em desenvolvimento, considerados endêmicos em biodiversidade.

Os estudos foram capazes de mostrar e mensurar — com uma margem relativa — o mapa da biodiversidade do planeta e as regiões detentoras dessa riqueza natural. De acordo com o Primeiro Relatório Nacional para Convenção sobre a Diversidade Biológica, o Brasil conta “com pelo menos 10% a 20% do número total de espécies do planeta. Tem, por exemplo, a flora mais diversa, com 50 a 56 mil espécies descritas de plantas superiores - ou 20 a 22% do total mundial” (MMARH, 1998: 12).

No próprio relatório se admite a impossibilidade de se lograr a conhecer com absoluta precisão toda a diversidade biológica brasileira, encontrável na área continental e na plataforma marítima, tal a sua extensão e complexidade. Segundo dados do IBGE, o bioma continental brasileiro de maior extensão, a Amazônia, e o de menor extensão, o Pantanal, ocupam juntos mais de metade do Brasil: o Bioma Amazônia, com 49,29%, e o Bioma Pantanal, com 1,76% do território brasileiro. Mapeados pela primeira vez os seis biomas continentais brasileiros - **Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa** - são apresentados no Mapa de Biomas do Brasil (2012). Onde só a Floresta Amazônica, considerada a maior floresta tropical remanescente, representa 3,7 milhões de Km² em território brasileiro (MMARH, 1998: 13).

Toda essa riqueza e sua potencialidade se situam no quadro dinâmico da crise ecológica global e conseqüentemente das preocupações socioambientais como descrevemos no início desse artigo. Uma realidade cujo cerne se encontra no dinamismo autônomo da sociedade industrial e que acabou por criar um mundo marcado por uma radica-

das Florestas e, 5. Convenção Sobre a Diversidade Biológica (CDB), o Brasil, entre outras ações, criou programas e promulgou leis tendo como referência os acordos realizados nos diferentes fóruns (ASSAD, p. 65, 2000).

lização sem precedentes da racionalização e risco iminente, que Beck (2010) conceitua como modernidade reflexiva e sociedade de risco.

Nessa nova etapa a racionalização econômica e científica atingem o máximo de radicalidade e, por sua natureza confratual, cria riqueza e produz socialmente os riscos. Beck (2010) assegura que a potencialização dos riscos faz com que a sociedade global se reduza a uma comunidade de perigos e inclusive os países ricos veem os efeitos de sua criação voltar contra si mesmos. Beck vaticina:

É precisamente com o avanço da sociedade de risco que se desenvolvem como decorrência as oposições entre aqueles que são afetados pelos riscos e aqueles que lucram com eles. Da mesma forma aumenta a importância social e política do *conhecimento*, e conseqüentemente do acesso aos meios de forjar o conhecimento (ciência e pesquisa) e disseminá-lo (meios de comunicação de massa). A sociedade do risco é, nesse sentido, também a sociedade da ciência, da mídia e da informação (BECK, 2010: 56).

Essa pode ser a base sobre a qual se assenta o conflito entre os países reconhecidamente detentores endêmicos em diversidade biológica e os detentores de ciência e tecnologia e, portanto, fonte de inumeráveis disputas quanto à conservação e apropriação das riquezas naturais existentes. Nesse sentido, ganham importância a mensuração dos valores da biodiversidade e suas possibilidades de apropriação industrial.

O Relatório elaborado pelo governo brasileiro apresenta o seu potencial segundo os distintos ramos de produção e inserção na economia de mercado. “O setor da agroindústria, por exemplo, que se beneficia diretamente deste patrimônio genético, responde por cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, calculado em aproximadamente US\$ 774 bilhões no ano de 1997” (MMARH, 1998: 12).

Por sua natureza confratual os conhecimentos existentes sobre o mapa da biodiversidade e suas potencialidades, como as acima descritas, tornam-se também ambivalentes. Podem servir tanto para a composição de uma apropriação sustentável quanto para potencializar ainda mais a economia baseada nos critérios de crescimento econômico. O que pode gerar reiteradas formas de conflitos em diferentes níveis.

A persistência do conflito entre a necessidade da contenção dos efeitos destrutivos inerentes ao próprio sistema moderno industrial e o seu desenvolvimento ainda sob os mesmos padrões industriais da modernidade simples, se converte numa luta envolvendo distintos agentes sociais que combina o local com o global, tendo como referência, agora, a percepção de que um futuro sombrio pode estar sendo gestado.

Se quisermos trabalhar com um enquadramento teórico conceitual do que acima foi descrito, podemos retomar o esquema analítico de Giddens (2000) da combinação dos dois eixos: 1. Política emancipatória e política da vida e, 2. A conexão entre o local e global. O primeiro representa por um lado, as aspirações individuais de uma ética pessoal e afirmação de identidade e, por outro, as aspirações emancipatórias relativas à justiça e igualdade social. O segundo, combinado com o primeiro representa o entrelaçamento daquilo que está próximo com os mecanismos abstratos globais.

Por esse esquema é possível entender o entrelaçamento dos conflitos que se estabelecem no âmbito de uma realidade concreta, como uma ética da vida, com as suas determinações abstratas e distantes, própria de uma sociedade globalizada. Talvez o conflito em torno da produção da soja transgênica nos forneça uma constatação empírica satisfatória. Além da utilização de uma vasta área para seu plantio, considerando que é o principal produto de exportação do país,² a utilização de uma semente geneticamente modificada, resistente a um tipo de herbicida (Glifosato),³ contem em si um perigo, um risco,

2. “A soja é o principal produto de exportação do Brasil e contribui fortemente para a melhoria da balança comercial do país. No último período houve uma rápida expansão do cultivo de soja no Brasil: em 1993 eram cultivados 10,6 milhões de hectares e em 2003 já se atingiu a área total de 18,5 milhões de hectares. A safra de 2003 totalizou 52,2 milhões de toneladas, sendo que em 1993 se atingiu 18,5 milhões de toneladas. A exportação de soja rendeu, em 2003, 6 bilhões de dólares e, em 2004, 8 bilhões de dólares em divisas ao país. A balança comercial positiva é importante para o pagamento da dívida externa. O entusiasmo com o agronegócio e a estabilização da balança comercial externa, ambos diretamente relacionados, integram a concepção de governabilidade do governo brasileiro.” (Pesquisa site internet feita em 13/07/2013. Site: Revista Espaço Acadêmico - nº 48 — Maio/2005 — ISSN 1519.6186 <<http://www.espacoacademico.com.br/048/48andrioli.htm>>)
3. O glifosato é um herbicida sistêmico, não seletivo, desenvolvido para matar ervas, principalmente perenes. É o ingrediente principal do Roundup, herbicida da Monsanto. Wikipédia.

que afeta os indivíduos no seu universo particular de produção e, ao mesmo tempo, converte-se num debate público de interesse global.

A importância da biodiversidade se converte também na importância da ciência, da tecnologia, da engenharia genética, da biotecnologia. Sobretudo porque na modernidade reflexiva persiste uma racionalidade instrumental. “A confiança na ciência e na pesquisa é professada. Sua racionalidade teria sido capaz até hoje de encontrar soluções para todos os problemas. As críticas à ciência e as inquietações em relação ao futuro, em contraposição, são estigmatizados como ‘irracionalismo’ (BECK, 2010: 55).”

A despeito dessa confiança professada não se pode esquecer que uma das características da sociedade atual é também a ambivalência. Como bem chama atenção Giddens (2000: 153), “em condições de modernidade, o mundo social nunca pode formar um ambiente estável em termos de entrada de conhecimento novo sobre seu caráter e funcionamento”. Diz ele, a circularidade do conhecimento social incorpora elementos da natureza via os componentes tecnológicos dos sistemas abstratos. Ai reside à ambivalência do mundo atual e, por conseguinte a não aceitação de uma certeza científica. Entra em cena um componente importante da experiência, da vivência dos indivíduos em seus universos concretos. A percepção dos riscos, segundo Beck (2010: 67), fica evidente em pesquisas comparativas de opinião em nível internacional, aplicada a populações de países industriais.

4 Os mecanismos de garantias políticas

Como podemos pensar em mecanismos de garantias políticas numa sociedade cujo cerne é o dinamismo autônomo, uma sociedade que avança em suas transformações permanentemente? Talvez o melhor caminho seja pensar que os arranjos políticos e institucionais se inserem em contextos concretos e que refletem diferentes níveis de conflitos existentes na sociedade. Portanto, os arranjos políticos e institucionais não podem ter uma natureza estável.

Outra questão que se coloca é: como podemos admitir que marcos regulatórios e arranjos institucionais sejam capazes de controlar aquilo que Antony Giddens (1991) tão bem classificou numa metáfora, o carro de Jagrená da modernidade? Mais uma vez poderíamos

admitir — ainda que pareça impossível controlar os processos que emergem do dinamismo autônomo da modernidade e seus riscos, que a “minimização dos riscos de alta consequência transcende todos os valores e todas as divisões exclusivistas de poder” (GIDDENS, 1991: 154). Em outros termos, não se pode abrir mão de tentar.

Ainda cabe perguntar, como pensar a internalização, por parte do Estado brasileiro, de arranjos institucionais e uma prática política que possibilite certa eficiência ante aos riscos ambientais inerentes a essa etapa da modernidade? Essa questão diz respeito ao próprio processo de formação brasileiro e seus dilemas de ampliação da participação política e de controle social de suas riquezas.

Esses são os parâmetros que podem nos ajudar a pensar os mecanismos de garantia política no âmbito da modernidade reflexiva. Os arranjos políticos e institucionais que visam reduzir os riscos existentes e futuros podem ser tratados como uma tentativa de absorver os conflitos, de ordená-los e colocá-los numa condição de estabilidade para que o sistema industrial siga seu rumo. Em outros termos, os riscos são tratados como questão de ordem.

É um equívoco pensar que as questões de risco são questões de ordem. Tratar os riscos nesses termos é, na verdade, reafirmar “a forma pela qual a lógica instrumentalmente racional do controle e da ordem é conduzida em virtude de seu próprio dinamismo AD ABSURDUM” (BECK, 2012: 24). Evidentemente que o autor está se referindo aos modelos institucionais que não conseguem mais responder aos complexos e variados níveis de conflitos que se gestam no interior da atual fase sociedade moderna.

Podemos considerar também a natureza ambivalente da sociedade atual. Por essa ótica, a tentativa de enquadrar os conflitos nos padrões da sociedade industrial, como uma resposta reflexiva àquilo que já não consegue mais esconder, os riscos, e, como uma forma de assimilar as oposições que se disseminam e se tornam públicas, reiteradamente, pode conter sua contradição. Giddens (1991) chama atenção para a natureza fortemente confratual do pensamento orientado para o futuro, um elemento essencial da reflexividade da modernidade, o qual pode ter implicações positivas ou negativas. Em outros termos, mesmo que os mecanismos de controle dos riscos sejam pensados a partir de uma lógica instrumental, ainda assim, permanecem abertas outras possibilidades por onde a história pode seguir.

A tomada de consciência da existência do risco como uma ameaça que se estende a todos indistintamente, caracteriza o estágio atual da sociedade de risco. É uma consciência que emerge com a ameaça ecológica, quando esse tema domina o debate mundial. Numa aproximação mais concreta as Conferências de Estocolmo, 1972, e Rio de Janeiro, 1992 e o Relatório Brundtland, podem ser considerados marcos históricos importantes. Deles se extraíram não apenas a preocupação comum com os riscos globais e sistêmicos, mas também fóruns, acordos, convenções e outras formas de normatização da utilização das riquezas naturais.

Ferreira (2003), fazendo uma reflexão sobre a conferência do Rio de Janeiro, avalia como um marco histórico que não se inicia em 1992 e nem termina depois disso. E ressalta que apesar das fragilidades de suas resoluções, ela acabou propiciando um ponto de encontro dos vários atores sociais. Essa conferência marca definitivamente a importância da questão ambiental.⁴

É nesse quadro mais amplo de determinações e injunções que é possível refletir a respeito dos esforços e experiências que marcam os processos de internalização e formulação de arranjos políticos, legais e institucionais referente à questão ambiental no Brasil. E isso é ainda mais desafiador quando percebemos que essa realidade não pode abstrair de categorias como globalização e mundialização, as quais se tornam fundamentais para compreensão da realidade. Reiteradamente decisões locais se entrelaçam com situações globais.

Numa sociedade em que cada vez mais as constelações institucionais da sociedade industrial têm mais dificuldade em assimilar as distintas demandas daqueles que não participam diretamente das esferas tradicionais da política, quais seriam as possibilidades e os limites presentes na realidade brasileira?

Para Ferreira (2003) a existência de uma configuração de poder capaz de pressupor a existência de atores sociais que compartilhem do controle social de forma mais ou menos equivalente poderia se constituir numa possibilidade plausível. Mas, segundo a autora, apesar de ter se industrializado e se modernizado, persiste no Brasil elementos conservadores que se encontram no seu processo de formação social

4. “Em 1994, a ONU realizou a Conferência sobre População, no Cairo, e sobre a Mulher, na China, e em 1995, a Conferência sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhague. A problemática ambiental foi discutida em todas elas” (Ferreira, 2003, p. 94).

e política. Prevaecem ainda elementos patrimonialistas, burocráticos e autoritários. Esses elementos imprimem uma dificuldade na ampliação da participação, no respeito à universalidade das regras e na distinção entre público e privado.

É interessante notar que para Ferreira (2003) esses elementos coexistem com uma legislação ambiental atualizada. Segundo a autora, “a importância discursiva da questão ambiental traduziu-se numa legislação comparativamente avançada, porém os comportamentos individuais estão muito aquém da consciência ambiental presente no discurso” (FERREIRA, 2003: 107).

O caráter excludente das formas de participação política colide com a existência de marcos regulatórios e garantias políticas avançadas, formuladas no âmbito da questão ambiental. Em função disso, a gestão pública acaba por ceder aos interesses privados em detrimento das demandas públicas e coletivas. Nesse sentido, assiná-la: “A formação do Estado brasileiro corresponde a uma estrutura de poder concentrada e exclusivista; obedece a processos de decisão que respondem a interesses particulares de grupos mais bem organizados e, finalmente, segue um forte padrão tecnocrata, hierárquico e formalista de resolução de conflitos” (FERREIRA, 2003: 80)

Quando se faz um exame dos arranjos legais e institucionais relativos à gestão pública ambiental, percebe-se a atualidade do Estado brasileiro nessa matéria. O Brasil, em 05 de junho de 1992, assinou a Convenção da Biodiversidade e, em 28 de fevereiro de 1994, ratificou, e o decreto nº 2.519, de 16 de Março de 1.998, promulgou a Convenção sobre Diversidade Biológica assinada no Rio de Janeiro.

A Convenção da Diversidade Biológica tem importância central na organização sistêmica dos elementos de garantias políticas e institucionais relativas à questão ambiental. A assinatura do Protocolo de Cartagena, sobre Biossegurança, a criação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, que regula o acesso ao patrimônio genético, são algumas garantias que derivaram da sua adoção.

Wolff (2000) num estudo sobre o grau de adequação da legislação brasileira aos parâmetros da Convenção da Diversidade Biológica, concluiu que apenas um artigo deixou de ser contemplado. Essa constatação pode induzir a um erro de consideração, de pensar que a gestão ambiental é plenamente satisfatória. Porém, é importante

considerar as mediações e as contradições próprias da cultura política brasileira.

Constata-se uma profusão de leis, decretos, normas, resoluções que compõem o arcabouço da legislação ambiental e cria condições institucionais para uma gestão ambiental moderna, consubstanciada nos parâmetros constitucionais e dos tratados e convenções os quais o Brasil é signatário. Citamos apenas algumas, dentre as quais as mais recentes: a) Que institui o sistema nacional de Unidades de conservação da natureza; b) que estabelece mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados — OGM e seus derivados; c) Que dispõe sobre a gestão das florestas públicas para gestão responsável; e d) Que regula a propriedade industrial.

Em função dos objetivos do artigo, estamos nos limitando apenas à apresentação desse sistema de garantia políticas e institucionais. A intenção é demonstrar que os marcos legais e institucionais de gestão ambiental pública se encontram bem delineados ante aos desafios colocados pela sociedade de risco. Contudo, é preciso dizer também que os conteúdos desses arranjos merecem uma atenção mais cuidadosa para que se possa realizar a análise do que está consolidado como arranjo institucional e a sua incidência sobre os diferentes interesses existentes na sociedade brasileira.

Sabemos que algumas dessas leis mencionadas foram aprovadas sob fortes pressões e conflitos expressos publicamente, envolvendo distintos agentes políticos em vários níveis. Uma disputa em torno de dispositivos legais, que em última instância estava se discutindo os riscos e os perigos ecológicos em face de uma política voltada para o crescimento econômico. A Lei de Biossegurança, aprovada em 2005,⁵ sob forte pressão da agroindústria, especialmente dos plantadores de grãos (maior produto de exportação do país), não apenas liberou a plantação da soja transgênica como concentrou na Comissão Técnica

5. **LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005.** Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados — OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança — CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança — CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança — PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

Nacional de Biossegurança (CTNBio) a competência para liberação da pesquisa e do plantio de transgênicos.

5 O empresariamento da biodiversidade

5.1 Contextualização

O empresariamento da biodiversidade no âmbito das indústrias sediadas em Manaus tem contornos gerais bem definidos e, de certo modo, já exposto no início desse artigo. Faz parte do mesmo dinamismo autônomo que colocou em evidência não apenas o progresso nos modelos de produção industrial, mas também a produção social de riscos. Em que pese estar essa indústria situada numa região preservada ambientalmente, não reduz o impacto da emergência de uma crise ecológica global. A própria existência da indústria de artefatos de padrões tecnológicos avançados sugere um processo de desterritorialização da produção. Em outros termos, de um processo produtivo que se vincula ao local por meio dos dispositivos abstratos produzidos pela sociedade industrial moderna em sua atual fase de desenvolvimento. E, ao mesmo tempo, o local é modelado por eventos distantes.

O mesmo dinamismo autônomo que produziu a descentralização da produção por várias localidades do mundo e que gerou a produção social dos riscos — da crise ecológica, impulsiona “as respostas que podem resolver todos os problemas” — inclusive os riscos ambientais. Assim, a mesma ciência que descobre a riqueza da biodiversidade cria também o conhecimento e a tecnologia para sua apropriação e inclusão no mundo das mercadorias. Essa é a lógica que se esconde por trás dos impulsos de incorporação da biodiversidade no universo da produção fabril. O Polo Industrial de Manaus faz um movimento nessa direção.

5.2 Breve descrição do PIM

Constitui o núcleo de um modelo de desenvolvimento criado em 1967, cujo objetivo era gerar uma dinâmica econômica nos Estados que compõe a Amazônia Ocidental. Hoje, o Polo Industrial conta com mais de quatrocentas fábricas, distribuídas nos ramos de eletroeletrônico, duas rodas, metalurgia, química, bebidas entre outros.

Representa 95% da economia do Estado e tem em média anualmente um faturamento acima de R\$ 40 milhões de reais. Os seus insumos de fabricação, em sua maior parte, é importada do exterior ou do Sudeste brasileiro. Seu órgão administrativo é a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Atualmente investe fortemente em inovação de processos e produtos. A partir dos anos de 1990⁶ precisou racionalizar o processo produtivo para manter a competitividade com o mercado mundial e nacional. Além disso, como parte do debate global sobre a crise ecológica e conservação da natureza, seu órgão gerenciador, assimilando os interesses relacionados ao aproveitamento da biodiversidade, começou a tecer, em seus planos estratégicos, iniciativas de inserção no biomercado.

5.3 Arranjos institucionais

A formação de um desenho institucional que se direciona para gerar uma infraestrutura de empresariamento da biodiversidade no Amazonas, pelos estudos efetuados preliminarmente obedece basicamente três pilares: a) a formação de mecanismos políticos e institucionais de gestão ambiental; b) investimento em biotecnologia; e, c) parcerias institucionais público-privadas. As informações que seguem foram extraídas de fontes secundárias, especialmente de relatórios e análises ambientais realizadas para fornecer diagnósticos.

1. *Mecanismos políticos e institucionais*: Sob a pressão da emergência da crise ecológica global e do impulso de conservação da biodiversidade o governo do Estado do Amazonas aprovou a Lei de Mudanças Climáticas e, na mesma lei, criou o sistema estadual de Unidades de Conservação, órgão de gerenciamento ambiental e programas com fins de preservação ambiental tais como Fundo Ambiental, Bolsa Floresta e Zona Franca Verde. Paralela a essas iniciativas, o modelo de industrial, que tem a

6. A reforma do Estado orienta-se, assim, no sentido da promoção de mudanças estruturais na economia e sociedade brasileiras. Desenvolve-se como contraponto nacional do desajuste global do capitalismo. Configura-se como uma resposta aos efeitos de mudanças estruturais outras, originadas do amplo processo de transnacionalização da economia protagonizado pelas corporações nacionais. Nesse sentido, o que está em jogo, de fato, é o processo de transnacionalização da economia nacional e o papel a ser nele desempenhado pelo Estado (CARVALHO, p. 41, 2002).

Suframa como seu órgão gerenciador, contou com a aprovação do Processo Produtivo Básico para a produção de medicamentos, por meio da Lei interministerial 241, de novembro de 2012.

2. *Investimento em biotecnologia*: A formação de capacidade e infraestrutura para a biotecnologia é tida como decisiva para o desenvolvimento econômico do século XXI. A implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) deve contribuir para que as empresas passem a investir nas áreas de produtos farmacêuticos, bioinseticidas, enzimas, óleos essenciais, antioxidantes, corantes naturais, aromatizantes, entre outras. (CEPAL, 2007)
3. *Parceria Público-privadas*: As parcerias público-privadas e o apoio às atividades de pesquisa em conjunto com empresas privadas fazem parte da estratégia da Secretaria de Ciência e Tecnologia - SECT. E, alguns arranjos produtivos locais (APLs) tiveram reflexos positivos, nas áreas de: pesca e piscicultura, produtos fitoterápicos e cosméticos, fruticultura, madeira-móveis, mandiocultura, ecoturismo, produtos graneleiros (grãos e soja), produção de palmito, de guaraná e de óleo de palma (dendê), petróleo e gás natural (CEPAL, 2007: 119).

5.4 Negócios, empresas e produtos da biodiversidade

Como explanamos anteriormente, a biodiversidade desponta dentre os demais temas planetários a partir dos anos de 1980 juntamente com outras questões ambientais de amplo alcance relativas à crise ecológica. Ela oferece condições para que o homem disponha de recursos que atendam suas necessidades. Mas não apenas isso.

Albagli (1998) chama atenção para pelo menos duas motivações que contribuíram para a emergência da consideração da perda da biodiversidade e do seu caráter estratégico: o primeiro relaciona-se ao aumento da percepção, pelos cientistas e por crescentes segmentos da sociedade, a respeito da urgência e da importância de se tomarem medidas para resguardar a existência dessas variedades formas de vida. A segunda se relaciona com uma mudança no padrão técnico-científico que possibilita a manipulação da vida em nível genético, o

que pode alargar seus usos e aplicações. Essa última razão revela-se de fundamental importância para os segmentos econômicos.

Em função do acima descrito muitos especialistas buscam métodos que possibilitem medir o valor da biodiversidade tanto em termos de serviços ambientais quanto em termos de seu aproveitamento no mercado. De acordo com o primeiro relatório nacional para a diversidade biológica, baseado em estudos de Costanza et al (1997), menciona entre U\$16 trilhões e U\$54 trilhões, com a média de U\$33 trilhões, o valor anual dos serviços ecológicos proporcionados por 16 tipos de ecossistemas do nosso planeta.⁷

Além dos cálculos estimados por especialistas em relação às potencialidades da biodiversidade já existe um amplo mercado de produtos dos vários ramos de produção que vem sendo afetado pelo novo padrão técnico-científico, com vistas à racionalização da produção e maior condição de competitividade. Países como Brasil aprovam leis não apenas para regulamentar o direito de propriedade intelectual, mas também para regulamentar atividades que envolvem organismos geneticamente modificados, como já nos referimos em outro momento. O fato é que existe um amplo mercado em desenvolvimento. E, nesse sentido, a biodiversidade torna-se matéria-prima da biotecnologia.⁸ “O aproveitamento da biodiversidade no mercado transformou-se em um negócio expressivo: a venda de medicamentos derivados de plantas nos EUA, em 1990, já alcançava US\$ 15.5 bilhões. Em 1985, somando-se EUA, Europa, Canadá, Austrália e Japão, esse mercado movimentou US\$ 43 bilhões” (LEONEL, 2008: 23).

Esses dados revelam em parte a importância que a biodiversidade está adquirindo na economia de mercado. E, por outro lado, nos ajuda compreender porque o modelo industrial local por meio de seu órgão gerenciador, SUFRAMA, está já algum tempo tratando desse tema em seus Planos Estratégicos e, ao mesmo tempo, tomando iniciativas para se inserir nesse novo mercado. E são justamente os contornos dessa participação que precisam ser examinados.

7. Ver MMARH, 1998, p. 12.

8. “qualquer técnica que utilize organismos vivo (ou partes de organismos), com algum dos seguintes objetivos: produção ou modificação de produtos; aperfeiçoamento de plantas ou animais e descobertas de micro-organismos para usos específicos” (Ramalho, 1990, 204)

Costa Junior (2010) apresenta um levantamento em que pelo menos seis empresas (médio porte) de dez que tiveram seus projetos aprovados, estão atuando na produção de cosméticos em Manaus. Essas empresas atuam com o apoio do Programa de Incubação de Empresas de Bases Tecnológicas (PIEBT). Além dessas citadas, a Cogins, uma multinacional alemã, trabalha com fornecimento de óleos naturais para as indústrias dos ramos de cosméticos. Essa empresa trabalha com quatro comunidades, nos estados de Rondônia, Amapá, Amazonas e Acre (Enriquez, 2008).

A natura, a maior empresa de cosméticos do país, já algum tempo vem trabalhando com produtos que incorporam a biodiversidade amazônica. Segundo Enriquez, a empresa lançou no mercado no ano de 2000 a linha Ekos. Outra empresa farmacêutica, a Novamed, do grupo EMS, teve seu projeto aprovado na SUFRAMA, em 2012, e as suas instalações já estão em franco andamento.

6 Considerações finais

A emergência da sociedade de risco fez tocar o alarme para todos indistintamente. Isso significa dizer que todos são obrigados a conviver com a incerteza. E em níveis sempre mais renovados de conhecimento, tecnologia e produtividade o modelo industrial segue seu curso. Em meio à ameaça e a incerteza o impulso dinâmico da produção de mercadorias permanece. Novas oportunidades são criadas e recriadas, inclusive sob o enfoque de resolução dos problemas e das ameaças. Na arena política, cujos padrões de funcionamento permanecem presos ao período clássico da sociedade industrial, busca-se assimilar e contornar a emergência de uma complexa gama de conflitos que se criam e se recriam sob o mesmo impulso do dinamismo de produção de riqueza e produção social do risco.

A descoberta da biodiversidade se torna ambivalente, pode servir como condição para a humanidade adaptar-se às mudanças em curso, propiciando condições adequadas e sustentáveis de vida, e pode também se tornar instrumento econômico no seio de um novo padrão técnico-científico, inaugurado pela biotecnologia.

A globalização imprime uma totalidade contraditória. O local e o global se entrelaçam. E nesse contexto desenvolvem-se as iniciativas

e as oportunidades negócios. O empresariamento da biodiversidade na indústria local está imbricado a esse contexto.

Referências

- ALBAGLI, Sarita. Da biodiversidade à biotecnologia: a nova fronteira da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 1, p. 7-10, jan/abr. 1998.
- ANDRIOLI, Antônio Inácio. A nova lei de biossegurança: o governo Lula derrota a si mesmo. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 48, maio de 2005 Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/048/48andrioli.htm>>. Acesso em 13 jul. 2013.
- ASSAD, Ana Lúcia. *Biodiversidade: Institucionalização e programas governamentais no Brasil*, Tese de Doutorado, Campinas: Unicamp, 2000.
- BECK, Ulrich, GIDDENS, Antony, LASH, Scot. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- CARVALHO, Marcelo Bastos Seráfico de Assis. *Globalização e empresariado – Estudo sobre a Zona Franca de Manaus*, São Paulo: Annablume, 2011.
- . *A reforma do Estado no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Campinas: Unicamp, 2002.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). *Análise ambiental e de sustentabilidade do Estado do Amazonas*, Chile, 2007.
- CMMAD (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). *Nosso Futuro Comum*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.
- ENRIQUEZ, Gonzalo Enrique Vásquez. *Desafios da sustentabilidade da Amazônia: Biodiversidade, cadeias produtivas e comunidades extrativistas integradas*. 2008. 460 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.
- FERREIRA, Leila da Costa. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

- GIDDENS, Antony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. GABINETE DO MINISTRO. *Portaria Interministerial No- 241, de 7 de novembro de 2012* estabelece Processo Produtivo Básico para medicamentos industrializados na Zona Franca de Manaus.
- MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HIDRICOS E DA AMAZONIA LEGAL. *Primeiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica*, Brasília-DF, 1998.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *A convenção sobre a diversidade biológica*. Decreto Legislativo, nº 2, de 5 de junho de 1992, Brasília: MMA, 2000.
- RAMALHO, Yolanda M. Melo. Et al. *Biotecnologia: cenário internacional e perspectivas para o Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES/DEEST/AP, 1990.

Projetos de intervenção urbanística no Centro Velho de São Paulo: estudo sobre seus impactos nos movimentos sociais por moradia

LEIANNE THERESA GUEDES MIRANDA

lannethe@gmail.com

1 Introdução e Justificativa

A forma de ser da sociabilidade humana na produção da cidade é marcada por uma relação complexa entre as esferas da materialidade e da subjetividade dos sujeitos históricos atuantes nesse espaço urbano. Dentro da citada relação complexa, manifestam-se fortes contradições, impulsionadas pela dinâmica do capital imobiliário-construtor e sua forma de atuação através das parcerias público-privada, articuladas de dentro do Estado. Certamente, toda essa dinâmica cria significativos impactos aos trabalhadores presentes ali no Centro Velho de São Paulo, fato que impõe um desafio à presente pesquisa. Sinteticamente, é precisamente as mudanças no dia a dia desses trabalhadores que justificam a necessidade deste estudo.¹

De acordo com Maricato (2000), as cidades passam a ser desmontadas mediante a reestruturação produtiva vigente no neoliberalismo, cujos padrões de “[...] uso e ocupação do solo, apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho de Estado, foi aplicado a apenas uma parte das nossas grandes cidades: na chamada cidade ‘formal ou legal’. [...]” (MARICATO, 2000, 123).

Além dessa constatação, é preciso registrar que, dentro do sistema capitalista de produção, o processo de urbanização necessariamente

1. Ao falar de Centro Velho de São Paulo nos referimos aos bairros Luz, Sé, República, Santa Efigênia, Bom Retiro, Pari, Brás, Mooca, Belém, Cambuci, Liberdade, Bela Vista, entre outros, cuja centralidade fora deslocada para outros pontos da cidade.

representa uma produção social do espaço marcada por relações sociais classistas. De acordo com Fix (2011), dentro do processo de desenvolvimento das cidades, estão presentes

[...] disputas que remetem à contradição básica da terra urbana nas cidades capitalistas, ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca, lugar da reprodução da força de trabalho e da urbanização do capital. Disputas que tendem a se acirrar quando a produção do meio ambiente construído se cristaliza em um circuito imobiliário configurando diversas frações de capital (FIX, 2011, 78).

Tais papéis, dentro do processo de produção das cidades, são desempenhados por meio de certos mecanismos característicos, quais sejam, o mercado residencial restrito, conversão do espaço público em privado ou semi-privado, investimentos regressivos das gestões urbanas, manipulação do orçamento público para fins de acumulação privados, parcerias público-privada, reserva de mercado imobiliário, concessões de gestão desse espaço e especulação fundiária. Todos esses mecanismos são colocados em prática pelas subprefeituras, prefeituras e governos estaduais, bem como são regidos por “[...] legislação ambígua ou aplicação arbitrária da lei” (MARICATO, 2000, 160). Na cidade de São Paulo, esta pesquisa pode notar que tais mecanismos

[...] situam-se na área de expansão do capital imobiliário, a fim de constituir ou consolidar polos de negócios, as chamadas novas centralidades; ou, ainda, em regiões consideradas “deterioradas”, como o centro histórico, integrando um projeto de “recuperação” ou “revitalização”. Assim, o mecanismo tem sido utilizado em tentativas de abertura de novas frentes de expansão, bem como de retorno do capital ao Centro. (FIX, 2012: 5).

Neste quadro de contradições e conflitos, há de se considerar a presença do planejamento estratégico urbano, o qual vem se realizando a partir de uma racionalidade empresarial. De acordo com Vainer (2000), “[...] a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades estão à venda” (VAINER, 2000, 78). É aí que surge a parceria público-privada (PPP) entre os setores, cada vez mais intensa e enrijecida pela especulação imobiliária que é

“[...] uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos [...]; [portanto] caracteriza-se pela distribuição coletiva dos custos de melhoria das localizações, ao mesmo tempo em que há uma apropriação privada dos lucros [e dos espaços] provenientes dessas melhorias” (SABOYA, 2013: 48).

Os estágios de produção da cidade sob as modelagens dos mais variados projetos de revitalização/reurbanização retratam o anúncio de um verdadeiro conjunto de espetáculos mercadológicos. Em outras palavras, os espaços objetos das propostas de intervenção urbana testemunham a supressão da questão habitacional e a criação de uma política de *image-making*, ou seja, a cidade acaba por tornar-se um produto vendido por aquilo que atrai aos olhos (ARANTES, 2000). Nesse processo, Estado e capitalistas tornam-se “parceiros da exclusão [e] descartam o restante da população para criar uma cidade própria” (FIX, 2012: 11).

2 Objetivos

A presente pesquisa estudará as propostas de intervenção urbana no Centro Velho de São Paulo, realizadas entre os anos de 2005 a 2013, a fim de perceber como essa reformulação, por intermédio da especulação imobiliária apoiada na parceria público-privada (PPP) impacta as formas de reprodução dos trabalhadores mais empobrecidos daquela região.

Para realizar esse objetivo geral é preciso considerar alguns objetivos específicos, quais sejam: 1) apreender a estrutura e o processo de realização de tais propostas de intervenção, a exemplo do Projeto Nova Luz e outros projetos de intervenção, no quadro da atual conjuntura do Município de São Paulo, como o Projeto PPP- Habitacional Casa Paulista; 2) apreender as possíveis alterações em relação à ocupação e ao uso do solo do perímetro urbano delimitado nas propostas; 3) estudar a lógica especulativa do sistema imobiliário-construtor frente à parceria público-privada (PPP's) e à dinâmica da produção e reprodução do capital nesse espaço; 4) identificar e selecionar os

movimentos sociais com os quais esta pesquisa trabalhará e 5) identificar, por meio dos relatos dos trabalhadores presentes nos referidos movimentos sociais, como tais projetos alteraram suas vidas e suas estratégias de reprodução.

3 Material e métodos

Por se tratar de uma pesquisa teórica, partiremos de uma análise bibliográfica e documental para compreender os fenômenos políticos, sobretudo, econômicos e sociais, que marcam as contradições existentes entre as classes sociais daquela região, no período estabelecido. Para tal, dados descritivos, quantitativos e qualitativos serão acompanhados pelo levantamento de notas oficiais divulgadas pelo governo municipal nos mais diversos meios de veiculação do assunto e, somando-se a isso, uma análise dos fenômenos observados na pesquisa de campo e material será pontuada, considerando aí as bibliografias já consultadas e leituras futuras, lançando mão dos acervos de bibliotecas da UNICAMP, USP e UNESP; bem como, de dados ofertados pelo IBGE, IHGSP, IPEA, Ministério das Cidades e pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Além desses expedientes, como método de identificação das formas de reprodução da sociabilidade material e subjetiva dos sujeitos atingidos por tal reformulação urbana, será utilizado o expediente de entrevistas com os participantes e lideranças dos movimentos sociais.

4 Forma de análise dos resultados

Tem-se como hipótese que o processo em resposta às necessidades das novas relações estabelecidas entre governo municipal em conjunto com os mais diversos tipos de ação empresarial para a produção da cidade, não se restringe apenas a uma atração especulativa, política e econômica da relação de interesse entre essas representações; nem mesmo, a um simples deslocamento marcado pela segregação socioespacial e pelo processo de periferização aos quais está submetida a parcela empobrecida da população da região central, mas, também, à imposição de uma reestruturação profunda da sociabilidade que envolve desde as práticas cotidianas de produção de suas condições

de existência até as marcas mais entranhadas da sua conformação subjetiva. Confirmada essa hipótese, o entendimento da realidade existente passará ao questionamento das características de supressão que a atual gestão política de planejamento urbano imprime sobre aquela população por meio da produção da cidade, ou seja, como a dissociabilidade exercida sobre os trabalhadores empobrecidos revela novas e distintas formas de organização popular, a exemplo dos movimentos sociais de luta por moradia, e novas formas de participação social e política desses sujeitos.

Referências

- ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C (Orgs). *Cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 11- 74, 2000.
- FIX, M. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia. Unicamp, 2011.
- . A “fórmula mágica” da parceria público privada: Operações urbanas em São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/fix_formulamagicaparceria.pdf>. Acesso em 04 de março de 2012.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C (Orgs). *Cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 121-192, 2000.
- SABOYA, R. O que é especulação imobiliária. In: *Urbanidades: Urbanismo, planejamento urbano e planos diretores*. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2008/09/o-que-e-especulacao-imobiliaria/>>. Acesso em janeiro de 2013.
- VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. (Orgs). *Cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 75-122, 2000.

China: Reconstrução Histórica da Internalização da Problemática Ambiental (1978-1992)

LISANDRA ZAGO

zagolisandra@gmail.com

Resumo

Nas últimas três décadas a China vem despontando no cenário mundial como uma potência cujo desenvolvimento econômico está pautado na produção de riscos ambientais. Devido ao tamanho do país e da população, os problemas ambientais na China tornam-se relevantes na contemporaneidade, pois apresentam reflexos que impactam tanto a dimensão humana quanto física e, considerando que no mundo atual o global e o local se unem numa mesma dinâmica, os riscos produzidos por esse país podem ser alargados para além de suas fronteiras e configuram inquietações que assumem dimensão mundial. O recorte temporário remete a 1978 a 1992, período de início das reformas políticas nacionais chinesas até a aposentadoria de Deng Xiaopang, o responsável pela implantação e execução deste projeto de reforma. Este trabalho corresponde a pesquisa em desenvolvimento, abordando a China, potência mundial, cujo desenvolvimento econômico está pautado na produção de riscos.

Palavras-chave China; Desenvolvimento Econômico; Riscos Ambientais; Política Ambiental.

Abstract

In the last three decades, China has emerged on the world stage as a power whose economic development is founded on the production of environmental risks. Due to the size of the country and population, environmental problems in China become relevant in contemporary times, since they have reflexes that impact both human and

physical dimension, and considering that the current global and local world unite in the same dynamics, risks produced by this country may be extended beyond its borders and shape concerns that assume global. Temporary clipping refers to 1978 to 1992 period of the early Chinese national policy reforms to retirement Deng Xiaopang, responsible for the implementation and enforcement of this renovation project. This work represents the research in development addressing China, world power, whose economic development is founded on the production of risks.

Keywords China, Economic Development, Environmental Risks; Environmental Policy.

Introdução

O acelerado dinamismo da economia chinesa, intensificado após as reformas de 1978, atraiu a atenção da comunidade internacional preocupada com os riscos ambientais, local e globalmente produzidos. Como um grande canteiro de obras a todo vapor, o ritmo frenético do rápido crescimento vem acompanhado de prejuízos ambientais significativos que se estendem para além de suas fronteiras, a exemplo do aquecimento global, que provoca impactos e perspectivas de controle ambiental em todas as sociedades (BECK, 1998; GIDDENS, 2000; OECD, 2011; ZHANG, 2011, GONG, 2011).

A China é um país de cultura milenar, provavelmente uma das primeiras civilizações ainda existentes, cujo horizonte de desenvolvimento deve ser enfrentado pela intelectualidade ocidental. Possui 663 cidades, sendo 654 na China Continental, sete em Taiwan, além de Hong Kong e Macau. Abrange cerca de 1/15 da superfície terrestre, 1/5 da população e a segunda economia do mundo (GONG, 2013).

Grande parte da população chinesa viveu ao longo de milhares de anos e ainda vive em condições ambientalmente adversas. Com aproximadamente 1/3 de sua superfície constituída por desertos e com cerca de 40% de seu relevo montanhoso e acidentado, resta ao país apenas 1/4 de sua terra em condições para a produção de alimentos. Além disso, a China sofreu ao longo de sua história com desastres ambientais provocados principalmente por eventos climáticos e, para

agravar a situação, a China tem grave carência de água doce, sendo os recursos hídricos o equivalente a apenas 1/4 per capita da média mundial (GONG, 2013).

Antes de 1949, a organização social chinesa apresentava uma estrutura social semifeudal, sendo que apenas 10% do total da produção eram provenientes de produtos industrializados. Somente após 1978 o país entrou num período promissor caracterizado por profundas reformas nas esferas econômica e política em direção a um cenário de abertura internacional, iniciado por Deng Xiaoping (1905-1997), um dos importantes membros do Partido Comunista Chinês e líder político nacional entre 1978-1992 (SILVA, 2008).

Deng Xiaoping foi o responsável pela execução do plano das “Quatro Modernizações” nos campos da agricultura, indústria, defesa, ciência e tecnologia com a finalidade de realizar transformações econômicas, militares e, especialmente, por tornar a China uma grande potência mundial. Desde então, a economia chinesa apresenta contínua e elevada taxa de crescimento econômico, variando entre 8 e 10% ao ano, por um período de quase 30 anos (ZHANG, 2011, UEHARA, 2013, GONG, 2013).

Até os anos 80, a China ainda era considerada uma sociedade essencialmente agrária, mas nessa década, a mudança no uso da terra foi relativamente lenta em razão da reforma econômica ter ocorrido principalmente nas zonas rurais, cujas terras haviam sido distribuídas por famílias individuais para a produção agrária. Com a reforma agrícola, estas mesmas famílias de agricultores de atividades primárias tornaram-se, a partir da década de 90, a nova força de trabalho do desenvolvimento urbano (GONG, 2013). Com a mudança principalmente na zona rural, iniciou-se o período de urbanização numa “velocidade sem precedentes, a mais rápida na história” (GONG, 2013, p. 178).

Ainda que mantendo a atual política de filho único,¹ projeções estatísticas afirmam que população da China deverá aumentar nos próximos 20-40 anos entre 1,4 bilhão (e com algumas mudanças na política populacional) e 1,6 bilhão entre 2025 e 2050. Certamente haverá desafios a enfrentar com o aumento populacional, mas tal expansão demográfica é combinada com o crescimento econômico e já é esperada para as próximas duas décadas. A China planeja se transformar em uma economia baseada em serviços e em uma sociedade ambientalmente sustentável (GONG, 2013).

Porém, a China, devido ao seu desenvolvimento econômico, industrial e rápida expansão, tem aumentado o consumo de energia, de emissões de poluentes, de poluição do ar e da água. Conforme destacado pelo sociólogo Steven Yearley (2009), a emissão de gases de efeito estufa na China superou em 6% as emissões medidas nos EUA no ano de 2007. Ainda de acordo com o estudioso britânico, o que chama a atenção nesse fato não são apenas os índices de emissão verificados na China e, sim, a rapidez na qual o país superou as estatísticas Norte Americanas. Consequentemente e em decorrência das alterações climáticas verificadas, a China enfrenta a diminuição de recursos hídricos, chuvas ácidas, acelerado desmatamento e tempestades de poeira que ultrapassam as fronteiras e agravam as ameaças à saúde humana (FERREIRA e BARBI, 2013).

Devido ao cenário de degradações ambientais, efeitos sanitários associados e a urgente necessidade de “limpar” o país, é recente a conscientização do governo central sobre a necessidade da criação/desenvolvimento de leis voltadas para a proteção ambiental. Entretanto, o governo chinês tem “[...] enfrentado dificuldades na aplicação das normas e fragilidade na concepção de execução, monitoramento, fiscalização e cobrança de se fazer cumprir com eficácia as novas políticas ambientais” (ZHANG, 2011, p. 07). A partir daí, além da preocupação ambiental do governo central chinês, Organizações Não Governamentais

-
1. A política do filho único lançada pelo governo chinês no fim da década de 70 consiste numa lei em que proíbe qualquer casal de ter mais de um filho e os que tiverem são punidos com severas multas. Porém, as regras oferecem uma série de exceções e ambiguidades, por exemplo, em grande parte da China rural, a família pode ter um segundo filho se o primeiro nascer do sexo feminino. O objetivo desta lei é controlar o crescimento da população e facilitar o acesso da população em sistemas de educação e saúde de qualidade (GONG, 2013).

mentais (ONGs) se tornaram mais ativas na estrutura organizacional deste contexto, por meio de ações em educação e conscientização pública que possuem papel social fundamental na reflexão sobre o horizonte de incertezas, ambiguidades e fragilidades que caracteriza o problema ambiental na China (WU, 2009).

A discussão proposta nesta pesquisa será acompanhar detalhadamente o processo de construção e alavanque da problemática ambiental na China, país continental, populoso, historicamente marcado por desastres ambientais e cercado de condições adversas, que pôde transformar-se numa incrível potência econômica mundial em menos de 30 anos. Porém, este caso não é apenas de sucesso, vem acompanhado de um grave problema que alerta a comunidade chinesa e a comunidade internacional, que são os desastres ambientais. Essa é a principal contradição que move não apenas essa investigação, mas grande parte da reflexão intelectual no universo da sociologia ambiental.

Ainda que disposto a promover e a intensificar um desenvolvimento sustentável, o governo central chinês tem encontrado resistência de grupos locais que visam especificamente o resultado econômico — além das próprias contradições e dissensos internos. Nesta pesquisa será abordado este processo histórico dialogando com as informações contemporâneas no que se refere ao desenvolvimento da política chinesa nos últimos anos e as continuidades e mudanças no cenário da internalização da problemática ambiental na China entre o período do início da reforma até o ano de 1992.

1 O problema e hipóteses da pesquisa

Essa pesquisa desenvolve-se a partir das seguintes questões:

1. Quais são as implicações ambientais do projeto de Reforma (1978-2050) para a China?
2. Quais são as consequências ambientais desta acelerada modernização?
3. Quais são as medidas de proteção ambiental utilizadas pelo governo central neste cenário de acelerado desenvolvimento econômico?

Trabalha-se com as seguintes hipóteses:

Hipótese central A China é uma potência mundial, cujo desenvolvimento econômico está pautado na produção de riscos.

Subsidiando a sugerida hipótese central, apontam-se ainda outras três hipóteses específicas:

1. A comunidade internacional observa com preocupação o destino ambiental da China devido à velocidade do desenvolvimento geral da sua economia. A situação ambiental é uma problemática já levantada pelos governos central e local para o crescimento econômico do país;
2. A China é palco de múltiplos desastres ambientais que desencadeiam inquietação e instabilidade social local e global;
3. O governo central chinês, preocupado principalmente com os reflexos da economia, está internalizando a responsabilidade ambiental, mobilizando-se para a conscientização, prevenção e reparação.

2 Argumento das hipóteses

1. A comunidade internacional observa com preocupação o destino ambiental da China devido à velocidade do desenvolvimento geral de sua economia. A situação ambiental é uma problemática já levantada pelos governos central e local para o seu crescimento econômico do país.

No começo da década de 1970, “[...] a China buscou sair de seu isolamento, ainda em 1976 estava pobre e subdesenvolvida” (SILVA, 2008, p. 76). Visando o desenvolvimento econômico do país, trilhou relações diplomáticas e comerciais com os Estados Unidos, Japão e Europa. Iniciou em 1978 o projeto de Reforma e Abertura (1978-2050), um processo de abertura política e econômica com o objetivo de implantar um “socialismo de tipo chinês²” e, assim, elevar o padrão de vida e de consumo

2. Corresponde a Revolução Cultural que ocorreu entre 1966 e 1976, com Mao Zedong objetivando fazer a China moderna, independente, poderosa e fora do subjugado

da população; abertura da economia ao exterior; modernização e eliminação da pobreza e analfabetismo (SILVA, 2008).

Com a Reforma, a economia chinesa tem alcançado resultados notáveis. Entre 1980 e 2011, a taxa média de crescimento anual variou entre 8% e 10%, colocando a China em 2010 como a segunda maior economia do mundo. Como reflexo disso, tornou-se um ator internacional de forte influência em várias áreas, e seu crescimento econômico tem preocupado seus vizinhos asiáticos e os EUA. Isso porque a sua influência internacional pode ser considerada maior do que a da URSS durante a Guerra Fria, que era restrita quase que exclusivamente aos seus vizinhos e “[...] os EUA não conseguiram restringir a atuação chinesa na Ásia” (UEHARA, 2013, p. 16).

Devido ao rápido crescimento econômico associado à degradação ambiental e ao aumento dos custos e riscos à saúde, criou-se um delicado ponto de atenção no projeto de reforma. Os problemas de abrangência ambiental como, por exemplo, tempestades de areia e chuvas ácidas, tem causado aumento no custo e atraso em obras. Prevenir e reparar a degradação ambiental foram as melhores soluções encontradas pelo governo central chinês, fazendo-se necessária a implantação e o funcionamento das políticas ambientais (ZHANG, 2011).

A política ambiental na China não corresponde apenas ao mecanismo de desenvolvimento sustentável, conscientização e sanção, os desastres ambientais geram, todos os anos, altíssimos custos financeiros aos cofres públicos e privados nacionais. As promessas reiteradas pelo Primeiro Ministro Chinês em Copenhague de redução da intensidade das emissões de carbono e de rigorosa coordenação das políticas e medidas decretadas, como se pode perceber, recaí sobre um mundo cada vez mais interde-

Moscou, com seus ideais e dominação. “[...] o agente de implementação do plano passou a ser a juventude universitária, por meio dos Guardas Vermelhos — organização política da juventude socialista chinesa, que recebeu grande liberdade de atuação e expressão do governo, para implantar os objetivos do plano. A Revolução visou reorganizar toda a sociedade e o Partido Comunista Chinês (PCC), no sentido de implantar o socialismo e acabar com a ideologia burguesa” (OLIVEIRA, 2008, p. 69).

pendente, sobretudo com relação às mudanças climáticas que envolvem, sem distinção, a todos os países.

É nesse sentido que a mudança de status internacional da sociedade chinesa nos últimos anos, sobretudo no período destacado para o desenvolvimento desta pesquisa, merece atenção especial da comunidade científica brasileira, com cuidado especial para os problemas de ordem ambiental que não atingem apenas o território chinês, mas que se configuram como tema de preocupação global.

2. A China é palco de múltiplos desastres ambientais que desencadeiam inquietação e instabilidade social local e global.

Devido ao tamanho do país, densidade populacional, importância econômica e relevância internacional,³ os problemas ambientais na China tornam-se relevantes na contemporaneidade. Considerando que no mundo atual o global e o local se unem numa mesma dinâmica, os riscos produzidos por esse país podem ser alargados para além de suas fronteiras e configuram inquietações de dimensões planetárias.

O convívio com os desastres naturais é inevitável a todas as pessoas do planeta, em maior ou menor grau, independente da ação do homem (NUNES, 2009). E assim tem sido com a China ao longo de sua história, palco de múltiplos desastres naturais que ultimamente foram acentuados devido ao processo de reestruturação pelo qual o país tem passado nas últimas décadas. As calamidades são causadas por impactos ambientais provocados pelo homem ou pelos próprios desastres naturais, e o resultado tem sido milhares de perdas humanas.

Nunes (2011) descreve “calamidade” como o ápice de um processo construído cotidianamente onde, principalmente em áreas de registros crônicos ou negligenciados, colocam-se como grave

3. Não apenas por isso, faz-se necessário considerar a expressividade histórica do país e sua importância econômica fundamental para o mundo (a China, de certa maneira, é a planta industrial do mundo inteiro). Disso também deriva a sua relevância internacional, de como ela encontra-se conectada com o destino econômico de inúmeros países mundo afora — questões de cambio; consumo de matéria prima; balança comercial; inovação científica, tecnológica e desenvolvimento/modernização; problemas ambientais entre outros, são temas que devem ser estudados.

problema a desestruturação da sociedade, infringindo perdas humanas, materiais e ambientais, prejuízos financeiros, dificultando a retomada do crescimento nacional. Na China, os eventos climáticos são extremos, como secas, enchentes e tufoes nas regiões costeiras e tempestades de neve ou areia no interior da região norte, entre outros, que, em geral, desencadeiam inquietação e instabilidade no país.

A discussão sobre a mudança climática tem dominado a agenda ambiental desde meados dos anos 90, sendo inicialmente voltada para a compreensão da problemática ambiental entre os países desenvolvidos, sendo propagada para o estudo do problema mundo afora (BLUEMLING e MOL, 2013). Em 2007, a questão das mudanças climáticas entrou definitivamente nas agendas da comunidade científica, dos governos e da sociedade civil em quase todos os países do mundo com o lançamento dos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). No entanto, Alves (2009) critica o desempenho de governantes e sociedade civil na necessidade da redução da vulnerabilidade⁴ às mudanças climáticas. Segundo o autor, ainda é dispensada pouca atenção a esta problemática porque a maior parte da presente e futura vulnerabilidade às mudanças climáticas acontecerão em países pobres e em desenvolvimento, e atingirão principalmente as populações de baixa renda.

O número de mortos na estação de chuvas chinesa é de milhares de pessoas devido às ocorrências de afogamentos ou desaparecimentos, além de milhares de casas, meios de transportes e plantações destruídas. As mudanças climáticas têm intensificado desastres em seu território todos os anos, inevitavelmente a população se depara com a fome, frio, proliferação de doenças, inanição, aumento no valor dos alimentos, propagação de animais nocivos, angústia psicológica, prejuízo na qualidade de vida e inúmeros outros problemas (DEMAJOROVIC, 2006; PAN, 2009, GONG, 2013).

4. Vulnerabilidade é definida como uma situação em que estão presentes três elementos (ou componentes): exposição ao risco; incapacidade de reação; e dificuldade de adaptação diante da materialização do risco (ALVES, 2009).

Os riscos da sociedade contemporânea como, por exemplo, aquecimento global, gases de efeito estufa, risco nuclear, risco tecnológico, entre outros, tem o potencial de afetar indistintas populações que, em maior ou menor grau, estão expostas inevitavelmente ao convívio com os desastres naturais (GIDDENS, 2000). O efeito estufa e as mudanças climáticas, que ganham visibilidade através das enchentes e das secas, anunciam os limites ecológicos.⁵ Em escala continental e transcontinental, as chuvas e os temporais extremos e anormais, bem como a escassez extrema das águas, são provocadas por mudanças climáticas que, por sua vez, resultam da emissão industrial desenfreada dos chamados gases estufa, que esquentam artificialmente a temperatura do planeta, sendo liberados na produção e na operação de quase todas as mercadorias industriais (NUNES, 2009). A íntima conexão entre riscos ambientais e o destino social das diferentes populações chinesas, portanto, justifica a importância do estudo aqui planejado. Se a modernidade radicalizada possui o risco como elemento estruturante da organização do mundo social, a análise da questão ambiental na China, assim sendo, apresenta-se como elemento central para a compreensão do arranjo contemporâneo que se verifica entre sociedade e meio ambiente no que se refere à dinâmica prática de vida e à análise teórica proposta pela sociologia.

3. O governo central, preocupado principalmente com os reflexos da economia, está internalizando a responsabilidade ambiental, mobilizando-se para a conscientização, prevenção e reparação.

O governo central chinês, a fim de lidar com a crescente escala de problemas ambientais, tem se mostrado mais engajado no tratamento dos inúmeros problemas ambientais mundiais ao longo das últimas décadas, mas enfrenta, constantemente, o dilema entre priorizar o crescimento econômico ou a proteção ambiental (FERREIRA & BARBI, 2012, 2013).

A China, dado o seu relevante papel econômico na contemporaneidade, tem sido o foco de diversos tipos de análises: econô-

5. Significa que indiferente da fronteira física ou econômico, um desastre natural ou ambiental pode se estender por nações diversas.

mico, social, político, ambiental entre outros, dependendo do foco e das instituições envolvidas, o que deriva desde avaliações internacionais às reivindicações e conscientizações de ONGs locais, sem dúvida com destaque especial a questão ambiental. A gestão ambiental nesse país foi estimulada pela conferência da ONU de 1972. Em 1973, a China fez sua primeira conferência nacional cujo trabalho resultou, em 1974, na publicação de um documento que recomendava a criação de uma política de proteção ambiental. Em 1979, iniciou o processo de desenvolvimento de uma base legal para a proteção ambiental. E, a partir de 1984, ocorreram diversas mudanças na política nacional obrigando as companhias poluidoras a seguir as regras para o controle da poluição, acrescido a uma série de padrões nacionais relativos à qualidade do ar (FERREIRA & BARBI, 2012, 2013).

Em 1989 foi criada a Lei de Proteção Ambiental, que estabeleceu quatro princípios de governança: a coordenação da proteção ambiental, a prevenção de poluição, a responsabilidade do poluidor e a importância da gestão ambiental. A proteção ambiental realmente começou a exercer importante papel na política chinesa a partir dos anos de 1990, quando seis leis e regulamentos ambientais foram revisados e/ou aprovados (CHAK K & XIAOHONG, 2008; FERREIRA & BARBI, 2012, 2013; LEI XIE, 2009, 2011; ZHAO, 2011a, 2011b; ZHANG, 2011). Essas Conferências e debates mostram que é crescente o nível de consciência ambiental do governo central chinês, também manifestado nas organizações de grupos voluntários e nas ONGAs, organizações não governamentais de ambiente (FERREIRA & BARBI, 2012, 2013).

Ao longo das últimas três décadas a China tem descentralizado, transferido e atribuído responsabilidade e controle na tomada de decisão para os governos locais e empresas. A cooperação do governo local é fundamental para o global, resultando no cumprimento das metas ambientais estabelecidas. O caso é que muitas vezes o que o centro quer, não é necessariamente o que o centro consegue. “Os governos locais consideram o desenvolvimento econômico uma prioridade, e veem a aplicação

rigorosa das taxas baixo padrão de consumo, como um fardo pesado para as empresas locais, prejudicando assim o desenvolvimento local” (ZHANG, 2011, p. 15).

O governo central precisa da cooperação dos governos locais para obter as políticas implantadas, sem eles não há sentido definir e defender as metas nacionais de meio ambiente. Mesmo no cenário de controvérsias (ambiental x econômico), o governo central tem investido nos projetos de desenvolvimento sustentável e internalização da responsabilidade ambiental, mobilizando-se para a conscientização, prevenção e reparação.

3 Objetivos gerais e específicos

Esta proposta está inserida na linha de pesquisa “*Ambiente e Tecnologia*” e dialoga com a proposta do Projeto Temático: “*Mudanças Ambientais Globais: As Políticas Ambientais na China com referência ao Brasil*”, Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM-UNICAMP), Processo FAPESP n. 2013/19771-7, coordenado pela Prof^a Dr^a Leila da Costa Ferreira. Esse projeto temático busca investigar a trajetória pela qual o eixo Brasil-China tem internalizado a problemática ambiental, especialmente no que diz respeito às questões climáticas, analisando prioritariamente duas esferas sociais fundamentalmente presentes neste processo: a esfera governamental e a comunidade científica.

Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é investigar como o governo central da China tem discutido e problematizado, através de suas legislações, fóruns, e outros espaços, os desafios frente às mudanças climáticas e os problemas ambientais gerados por seu desenvolvimento econômico acelerado.

Os objetivos específicos são:

- Analisar o Projeto de Reforma da China;
- Fazer um levantamento histórico identificando os principais problemas ambientais e as respostas institucionais;
- Levantamento e análise da participação da China nos Acordos Internacionais relacionados à problemática ambiental;

- Identificar e analisar as medidas políticas relacionadas à mudança climática, questão da segurança e prevenção de desastres ambientais.

4 Procedimento metodológico da pesquisa

Para a concretização dos objetivos propostos neste projeto de pesquisa, serão adotados diferentes métodos de investigação, incluindo, sobretudo, a análise sistemática de fontes primárias e secundárias, a exemplo da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e a realização de entrevistas semiestruturadas.

A partir de uma revisão da literatura sobre a questão ambiental de um modo geral e da questão ambiental presente no contexto sócio-político chinês, será elaborado análises detalhadas acerca dos fatos sociais e históricos relevantes para o desenvolvimento da questão ambiental no período histórico selecionado, bem como identificar as continuidades e mudanças da China com relação ao tema desta pesquisa. Essa etapa é de fundamental importância, pois se trata do núcleo empírico da investigação proposta, sendo o caminho viável para a reconstrução da internalização ambiental na política chinesa.

As fontes documentais, neste sentido, sustentarão o panorama de desenvolvimento das preocupações e discussões ambientais, de riscos, de catástrofes, de normatizações, de acordos ou sanções. As fontes documentais serão obtidas por informantes diversos, como dados do IPCC, fóruns internacionais, artigos científicos, notas e relatórios técnicos, matérias em diferentes mídias, documentos técnico-científicos elaborados por ONGAs (Organização não Governamental Ambiental), agências ambientais estatais da China e pesquisadores da Universidade Fudan/Xangai. Nesse contexto, especial destaque deve ser dado à cooperação internacional atualmente existente entre a UNICAMP e a Fudan University, uma das principais e mais prestigiadas universidades chinesas. Através deste acordo de cooperação, estudantes brasileiros já foram enviados para a Fudan University, bem como a UNICAMP já recebeu pesquisadores chineses para palestras e reuniões. A Prof^a Leila da Costa Ferreira, orientadora deste estudo, por exemplo, já conferiu palestra, à convite da Fudan University, sobre justiça ambiental durante encontro denominado “The 4th Annual

Forum for the future world: social justice in transitional societies: China and the world”. Trata-se, portanto, de sólida cooperação internacional que será usufruída para a realização desta proposta de pesquisa. Em se tratando de uma universidade profundamente internacionalizada, as principais dificuldades de pesquisa encontradas em solo chinês serão significativamente reduzidas. Destaca-se, sobretudo, o contato com dois professores lotados na Fudan University: Sujian Guo, no Departamento de Ciência Política e diretor do Centro de Estudo Político EUA-China; e Deng Zhenglai, Diretor da Fudan Centro de Pesquisa da China Contemporânea.

A abordagem das perguntas será variada, porém o raciocínio será intensificado conforme a necessidade de enriquecimento de dados, discussão do objeto, problematização dos dados distintos entre outros. Abordar-se-á cientistas, técnicos e lideranças ambientais para ir além do documento e se aproximar do raciocínio de forma flexível, valorizando o colaborador e enriquecendo a investigação. Nesse âmbito, novamente a cooperação com a Fudan University surge como elemento chave para a plena realização dos objetivos de pesquisa. Trata-se de ponto estratégico para a realização desta investigação e que, portanto, deve integrar o desenho metodológico desta pesquisa, sendo o principal local para a coleta de material empírico — fontes primárias e secundárias — bem como local privilegiado para o detalhamento mais íntimo da organização da internalização da problemática ambiental na China das últimas décadas. A facilidade de comunicação em língua inglesa no local de pesquisa é outra vantagem que deve ser necessariamente ressaltada; além disso, a produção local é em grande parte em língua inglesa; além disso, as conversas facilitam a localização de documentos jurídicos traduzidos para o inglês que pautam a internalização da problemática ambiental.

Do ponto de vista teórico, pretendemos no caminhar da tese desenvolver, portanto, a reconstrução histórica da problemática ambiental dialogando com três clássicos da teoria social contemporânea, que debatem os reflexos da questão ambiental: Anthony Giddens, Jürgen Habermas e Ulrich Beck. Conforme Ferreira (2011, p. 13):

Esses autores [Giddens, Habermas e Beck] fizeram importantíssima reavaliação da teoria social clássica, o que proporcionou uma reinterpretação da organização institucional da moderni-

dade, investigando a origem de novos movimentos sociais e a importância dessa emergência, além de permitir o exame dos novos interesses econômicos e políticos que moldam as atuais políticas públicas ambientais.

Com Giddens (1991, 2000) estudaremos as origens e os efeitos da degradação do ambiente, a partir do desenvolvimento e da dinâmica das sociedades modernas, atributo do poder político e cultural. Com Habermas (1987) discutiremos como surgiram as transformações culturais e os conhecimentos morais modernos sobre o ambiente, a legitimidade de argumentos racionais e a formulação de políticas públicas pelos diversos segmentos da sociedade e do Estado. Com Ulrich Beck (1998, 1999) debateremos a globalização do risco, o potencial catastrófico da degradação do meio ambiente no nível global.

Em termos metodológicos e diante das questões que encontraremos, pretendemos fazer as análises visando uma discussão ampla e crítica sobre a reconstrução histórica da problemática ambiental na China e os aspectos que circundam a questão dos riscos e respostas políticas à mudança climática.

Referências

- ALVES, Humberto Prates da Fonseca. Metodologias de integração de dados sociodemográficos e ambientais para análise da vulnerabilidade socioambiental em áreas urbanas no contexto das mudanças climáticas. In: HOGAN, Daniel Joseph; MARANDOLA JUNIOR, Eduardo (Orgs.) *População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais*. Campinas: Núcleo de Estudos de população-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2009.
- BECK, U. *Risk Society. Towards a New Modernity*. Sage Publications. London. Thousands Oaks. New Delhi. 1998.
- . *The Reinvention of Politics*. Polity Press. Cambridge. Oxford, 1999.
- . “Momento cosmopolita” da sociedade de risco. Trad. Germana Barata e Rodrigo Cunha. 10/12/2008. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=41&id=501>>. Acessado em abril de 2013.
- BLUEMLING, Bettina e MOL, Arthur P. J.. Implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Adicionalidade na China:

- Uma Análise Institucional. In: FERREIRA, Leila da Costa; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Orgs.) *China & Brasil: desafios e possibilidades*. São Paulo: Annablume; Campinas: CEA, Unicamp, 2013.
- CHAK K. C.; XIAOHONG Y. Air pollution in mega cities in China. *Atmospheric Environment*, 42 (2008) 1-42.
- DEMAJORIC, J. Geração e distribuição de riscos: acesso a informações e a questão da vulnerabilidade dos países em desenvolvimento. *Portularia*. v. IV, n. 2, 2006, [39-8], ISSN 1578-0236. Universidad de Huelva.
- DUPUY, J-P. *Introdução à Crítica da Ecologia Política*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1980.
- FERREIRA, Leila da Costa (org). *A questão ambiental na América Latina: teoria social e interdisciplinaridade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- FERREIRA, Leila da Costa; BARBI, Fabiane. *Questões Ambientais e prioridades políticas na China*. Trad. Germana Barata. 10/04/2012.
- FERREIRA, Leila da Costa; BARBI, Fabiane. Algumas questões sobre as preocupações ambientais no Brasil e na China (Justiça social e sociedades em transição). In: FERREIRA, Leila da Costa; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Orgs.) *China & Brasil: desafios e possibilidades*. São Paulo: Annablume; Campinas: CEA, Unicamp, 2013.
- GIDDENS, Antony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- . *Mundo em Descontrole*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2000.
- GONG, Peng. Mudança no Uso do Solo e na Urbanização a Partir da Década de 1980 na China. In: FERREIRA, Leila da Costa; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Orgs.) *China & Brasil: desafios e possibilidades*. São Paulo: Annablume; Campinas: CEA, Unicamp, 2013.
- GORZ, A. *Ecológica*. São Paulo: Annablume, 2010.
- HABERMAS, Jürgen. *A Nova Intransparência*. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, 1987.
- ILLICH, I. *A Convivencialidade*. Publicações Europa-América. Lisboa, 1976.

- LEI XIE. *Environmental Activism in China*, Routledge: London and New York, 2009; 213 pp.: ISBN 9780415478694, US\$150.00 resenhado por: Chun-Chieh Chi. *International Sociology*, v. 26, n. 2: pp. 219-221, mar. de 2011.
- , China's Environmental Activism in the Age of Globalization. *Asian Politics & Policy*, v. 3, n. 2, pp. 207-224. University of Exeter, United Kingdom, 2011.
- NUNES, Lucí Hidalgo. Mudanças climáticas, extremos atmosféricos e padrões de risco a desastres hidrometeorológicos. In: HOGAN, Daniel Joseph; MARANDOLA JUNIOR, Eduardo (Orgs.) *População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais*. Campinas: Núcleo de Estudos de população-Nepe/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2009.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Reformas Econômicas na China. *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, n. 5, pp. 3-8, abr-jun 2005.
- OCDE, 2011. *China's Emergence as a Market Economy: Achievements and Challenges*. OECD contribution to the China Development Forum; 20-21 March 2011, Beijing.
- OPHULS, W. *Ecology and Politics of Scarcity*. W.H. Freeman and Company. San Francisco, 1977.
- PAN, J. Abordagem das Mudanças Climáticas Mediante Desenvolvimento Sustentável. *eJournal USA*, v. 14, n. 9, setembro de 2009. Disponível em <<http://www.embaixada-americana.org.br/HTML/ijse0909p/0909p.pdf>>. Acessado em julho de 2012.
- SILVA, H. P. M. Reforma e abertura na China: vinte e cinco anos. *Fragmentos de Cultura*. Goiânia, v. 18, n. 1/2, p. 67-68, jan.–fev. 2008.
- UEHARA, Alexandre Ratsuo. Política Externa da China e as Relações Bilaterais com o Brasil. In: FERREIRA, Leila da Costa; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Orgs.) *China & Brasil: desafios e possibilidades*. São Paulo: Annablume; Campinas: CEAv, Unicamp, 2013.
- WU, F. *Environmental Activism in China: 15 years in review, 1994-2008*. Paper prepared for Harvard-Yenching Institute Working Paper Series. With author's permission, 2009.
- YEARLEY, Steven. Sociology and Climate Change after Kyoto: What Roles for Social Science in Understanding Climate Change? *Current Sociology*, v. 57, n. 3, pp. 389-405, mai. de 2009.

- ZHAO, Z. Non-Traditional Security and the New Concept of Security of China. In: BRAUCH, H.G. et al. (eds.), *Coping with Global Environmental Change, Disasters and Security*, Hexagon Series on Human and Environmental Security and Peace 5, DOI doi:10.1007/978-3-642-17776-7_15. Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2011a.
- . *Towards Sustainable Cities in China*. SpringerBriefs in Environmental Science 1, DOI doi:10.1007/978-1-4419-8243-8_2, Jingzhu Zhao 2011b.
- ZHANG, Zhong Xiang. *Energy and Environmental Policy in China. Towards a Low-carbon Economy. New horizons in environmental economics*. Cheltenham, UK / Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, 2011.

O desenvolvimento econômico da Índia, entre a tradição e modernidade: Um encontro entre as castas e a meritocracia.

MARIANA FAIAD BATISTA ALVES

marifaiad.alves@gmail.com

Resumo

A indústria de tecnologias da informação e comunicação (TICs) da Índia é, atualmente, o grande carro-chefe da economia do país. Ao lançarmos um olhar mais próximo a esta indústria, vemos pontos importantes no desenvolvimento econômico indiano onde a tradição milenar não dá sinais de desaparecer em prol da universalização da modernidade Ocidental. Com base em uma vasta revisão bibliográfica da extensa produção acadêmica acerca das TICs na Índia, aliado a um período de pesquisa na cidade de Bangalore — polo tecnológico do país- argumentamos que a indústria tecnológica indiana possui uma relação estreita com o sistema de castas. De fato, nossa hipótese é a de que a indústria tecnológica na Índia tem no sistema de casta um de seus principais alicerces. E seguimos na argumentação de que o discurso da meritocracia, tão caro à indústria tecnológica, ao invés de abrir novas possibilidades, acaba indo de encontro e fortalecendo o sistema de castas.

Palavras-chave Índia, tecnologia da informação e comunicação, sistema de castas, meritocracia, tradição e modernidade.

Ao buscar informações sobre as tecnologias da informação e comunicação (TIC) na Índia, o material produzido pelas ciências econômicas mostra um país cuja indústria tecnológica não para de crescer. A cidade de Bangalore, situada no estado sulista de Karnataka, estava no centro de todas estas análises como um *cluster* de empresas de

TICs bem sucedido devido à construção de um ambiente empreendedor favorável. A cidade conta com um dos melhores centros de pesquisa científica do país, o *Indian Institute of Science*, e uma das escolas mais prestigiadas de engenharia de software e da computação, o *Indian Institute of Information Technology*, formando mão de obra qualificada; além disso, conta com incentivos fiscais para empresas do setor tecnológico. A indústria de TICs é venerada na Índia; é peça importante do rápido crescimento econômico e da integração bem-sucedida da Índia com o mercado mundial. E dela decorre o poder simbólico que anuncia a entrada indiana à modernidade tecnológica (MUKHERJEE, 2008, p. 2).

O material elaborado pela professora da Universidade da Califórnia em Berkeley, Annalee Saxenian, sobre a “circulação de cérebros” e seus efeitos nos países em desenvolvimento, proporcionou um desdobramento da literatura inicial, propiciando um olhar além das ciências econômicas. A autora argumenta que os indivíduos que deixaram seus países de origem em busca de melhores condições de vida no estrangeiro estão agora revertendo o processo de “fuga de cérebros”. Esses indivíduos estão retornando a seus países de origem para formar relações de negócios ou, mesmo, para montar seus próprios negócios enquanto mantêm laços sociais e profissionais com os Estados Unidos no processo que ela chama de “circulação de cérebros” (SAXENIAN, 2005, p. 36). Tendo em vista o número de imigrantes indianos bem qualificados posicionados em empresas de TICs no Vale do Silício, na Califórnia, ela aposta que as redes sociais formadas pelos imigrantes que retornam ao seu país e seus contatos nos EUA (indianos em sua maioria, mas não somente) são a grande chave para compreender o sucesso indiano frente às Tecnologias da Informação e Comunicação.

Esta literatura aponta para algo muito forte e particular entre os indianos, que possibilitou esta “circulação de cérebros” como fator crucial no crescimento econômico do país. A hipótese norteadora deste ensaio é exatamente pensar se a força que sustenta estas redes sociais tão fortes e tão fundamentais para o crescimento econômico da Índia poderia ser alocada no sistema de casta.

O sistema de castas, entre outros tantos atributos, pressupõe uma especialização profissional. Esta especialização se relaciona diretamente com atributos religiosos, como pureza e impureza. O sistema de castas será muito discutido no curso deste ensaio — tanto a te-

oria clássica como sua forma contemporânea —, porém, para esta introdução, basta nos atermos à divisão primordial do sistema e suas especializações correspondentes.

Brâmanes sacerdotes, professores, responsáveis pelos rituais e pela transmissão do conhecimento religioso;

Kshatryia aristocratas, governantes, responsáveis pela ordem e pela segurança;

Vaishya comerciantes;

Shudras servos, trabalhadores pouco qualificados.

Abaixo destas quatro divisões primordiais, conhecidas por Varnas, e fora do sistema, temos os Dalits, que são considerados como sem castas.

Antes de continuarmos na apresentação da nossa hipótese, faz-se necessária uma nota explicativa. A elite indiana não é composta única e exclusivamente por membros da casta Brâmane. No entanto, apostamos que parte substancial dos protagonistas da indústria tecnológica seja composta por membros da casta Brâmane. Os dados governamentais não classificam as pessoas por castas; pelo menos, não classifica a elite. Os programas de ação afirmativa para membros das castas inferiores, dos quais a Índia é pioneira, recorrem à classificação. Sabemos, com isso, a que castas pertencem os indivíduos aptos a participarem destes programas, mas não sabemos ao certo as castas dos protagonistas da indústria de TICs. Existem dados que comprovam a maioria brâmane na indústria de TICs em certas cidades, ou em certas empresas, e também estudos que apontam para a maioria brâmane no setor sem apresentar dados que sustentem esta afirmação. Ou seja, existem estudos que apontam para uma maioria brâmane no setor, mas nenhum deles faz um levantamento estatístico especialmente voltado para as castas; com isso, estamos lidando com suposições. Supõe-se que uma maioria de 69 por cento dos profissionais bem qualificados do setor sejam brâmanes (TAUBE, 2004). No curso de minha investigação de campo, que resultou na dissertação “Entre o Arado e o Celular, a Índia” (2010), pude afirmar que os Brâmanes compõem a maioria dentro deste setor particular por diversas frentes.

Primeiramente, meus dados de campo me mostraram um grupo de estudantes de engenharia de software do qual a esmagadora maioria era brâmane. Suas conexões sociais eram estabelecidas com outros membros da mesma casta.

Em segundo lugar, Louis Dumont (1992), assim como diversos outros autores, apresenta a conexão entre brâmanes e o conhecimento intelectual. Na atualidade, é possível encontrar uma maioria brâmane em profissões de viés intelectual, como professores universitários, pesquisadores e cientistas (DOSSANI, 2005; FULLER, 1999). As possibilidades profissionais geradas pelas TICs, de trabalho menos intensivo e mais abstrato, abriram um mercado no qual a casta mais alta do sistema hierárquico indiano se adaptou com facilidade.

Um terceiro ponto é que os programas de ações afirmativas dão suporte a esta hipótese. Os defensores das reservas de cotas apontam para a homogeneidade do setor de TICs e reivindicam a urgência de se incluir, na indústria tecnológica, profissionais de outras castas.

Em quarto lugar, existem dados que apontam a maioria brâmane nos programas de engenharias das escolas e das universidades mais renomadas do país, ocupando, com isso, os postos mais qualificados da indústria tecnológica indiana.

Por último, as castas mais altas frequentam as melhores universidades britânicas desde os tempos do colonialismo, ou seja, membros das castas mais altas transitam entre o Ocidente e a Índia com muita facilidade. A circulação de conhecimento entre indianos na Índia e indianos no Ocidente não é novidade. A novidade, agora, é que o conhecimento transmitido gera crescimento econômico.

Atualmente, é possível observar um alto número de estudantes indianos nas universidades norte-americanas (SAXENIAN, 2000, 2005, 2006; SHARIF, 2006; TAUBE, 2004). Segundo dados coletados por Taube (2004), oito por cento dos estudantes de pós-graduação nas universidades dos Estados Unidos são indianos. Dados levantados por Saxenian (2000) apontam que 64 por cento dos títulos de doutores em engenharia na Califórnia concedidos para estrangeiros são para indianos. A mesma autora ainda aponta que um terço dos profissionais das TICs na Califórnia é estrangeiro, e, dentre eles, dois terços são chineses e indianos (SAXENIAN, 2005; TAUBE, 2004, p. 99). No entanto, não há dados que comprovem a maioria brâmane nos cursos relacionados às TICs nas Universidades norte-americanas,

tampouco nas empresas de TICs, pois não há pesquisas que levantem estas estatísticas. Podemos assumir que os indianos que estão nos EUA para estudar ou empregados em empresas relacionadas às TICs são brâmanes se supormos que estes estudantes no estrangeiro sigam a mesma composição social que os estudantes nas universidades indianas, e, conseqüentemente, nos postos de trabalho da indústria de TICs. Podemos, então, prever uma maioria brãmame na Califórnia, formando uma rede social estreita com os brâmanes da Índia.

Com isso, lançamos a hipótese de que a indústria das TICs indiana é bem sucedida e de alcance global porque parte da elite, integrantes da casta Brãmame que se dedicam à pesquisa e aos estudos, assim como mantêm um contato intenso com o Ocidente, se identificaram com este tipo de trabalho. Eles exercem o tipo de trabalho intelectual exigido pela indústria de TICs com maior facilidade do que, digamos, se embrenhar em meio às minas de carvão ou bauxita.

1 Um breve olhar sobre as castas na teoria sociológica

Vamos iniciar a discussão sobre o sistema de castas com dois grandes autores: Louis Dumont e M. N. Srinivas. Ambos presenciaram e contribuíram, cada um a sua maneira, com a sedimentação das ciências sociais indianas.

O ponto principal de divergência entre ambos se dá na busca por uma unidade sociológica para o estudo da Índia. Dumont afirma que a Índia só pode ser estudada por meio do sistema de castas, enquanto Srinivas aposta que, sem ter em vista as particularidades da vila rural, muito pouco se pode apreender da Índia, incluindo o sistema de castas (PEIRANO, 1990). Dumont apoia sua teoria nas Varnas; Srinivas, por sua vez, dá preferência às castas.

M. N. Srinivas, em seu *Varna and Caste* (2002), apresenta a diferença que existe entre os dois conceitos, “varna” e “casta”, que, em diversas ocasiões, acabam erroneamente passando por sinônimos. O conceito de *Varna* foi introduzido, pela primeira vez, em um dos textos sagrados que compõem o *Vedas*: um conjunto de quatro livros (*Rigveda*, *Yajurveda*, *Samaveda* e *Athrvaveda*) que formam as bases da filosofia e religião hindu. A palavra “*Veda*” deriva do Sânscrito “*vid*”, que significa conhecer (em hindi moderno, *Vidya* significa educação).

Assume-se que é no primeiro livro, o *Rigveda*, que as Varnas foram mencionadas pela primeira vez. Nele, os seres humanos seriam classificados em quatro categorias: Brâmane, Kshatriya, Vaishya e Shudras. Abaixo destes grupos, existe um quinto, os Intocáveis: os Dalits.

As Varnas são categorias Hindus encontradas por todo o país e têm todo o suporte intelectual, assim como o ritualístico e o espiritual da tradição. Porém, por meio de alianças e rupturas, diversas outras categorias surgiram, as *Jati*, ou castas. Diferentemente das quatro Varnas — categorias amplas e pan-indianas —, as castas são inumeráveis, pequenas, locais e endógamas. Enquanto que as Varnas apresentam uma hierarquia vertical, as castas apresentam relações horizontais: para cada Varna existe um número imenso de castas que se relacionam entre si de forma particular por apresentarem um estatuto similar. As relações hierárquicas apresentadas nas Varnas são refletidas nas castas; o ponto principal da diferença entre as categorias Varna e Casta se dá precisamente na imensa ramificação das castas.

Dumont embarca na discussão do sistema de castas buscando desvendar os mecanismos sutis que fazem dele uma instituição presente em toda a Índia. Sua grande contribuição, a meu ver, é a de unir, em uma única análise, totalidade e hierarquia. Hierarquia, para ele, é a força fundamental que sedimenta o sistema de castas, é a “existência de uma ordem de precedência, uma gradação de estatutos” (DUMONT, 1992, p. 128). Hierarquia, neste sentido, se refere à articulação de valores fundamentais da ideologia da sociedade indiana, uma união entre fatos concretos e valores morais. Na Índia, a hierarquia se dá por conta da ideologia, que não é moldada por relações de poder, fato que fica claro na análise que Dumont faz da relação e, fundamentalmente, da associação entre membros das castas Brâmane e Kshatriya. O fator que divorcia a ideologia das relações de poder é que os Brâmanes, sendo eles um grupo pertencente ao domínio ritual, sempre abdicou da busca pela riqueza em nome de estudos introspectivos dos textos sagrados, mas, ainda assim, sempre permaneceram no topo da hierarquia. Já os verdadeiros donos do poder econômico foram os proprietários de terra, a casta Kshatriya.

Dumont aponta que a hierarquia não funciona por meio das relações econômicas, armando sua teoria com o sistema *jajmani*: um sistema econômico de trocas de favores, muito em voga na Índia rural,

que é determinado pela ideologia mesma que permeia a hierarquia. O autor propõe que é no estatuto religioso que encontraremos a resposta. Para isso, ele parte de uma análise que pressupõe uma abstração das particularidades do sistema e abraça uma visão ampla e, de certa forma, estática do sistema como meio de viabilizar categorias possíveis de análise.

A divergência principal entre Dumont e Srinivas se dá no ponto de partida da análise de ambos: ao ter como ponto de partida as quatro Varnas, Dumont faz uma análise do todo, que mais adiante irá englobar o particular. Srinivas, por sua vez, ao iniciar sua análise pelas castas, acaba fazendo o caminho inverso. Nesta inversão, o sistema como um todo acaba sendo definido de formas distintas.

Na análise do todo, Dumont inicia sua análise pelos extremos da hierarquia — os Brâmanes e os Dalits, e define a ideologia por traz da hierarquia: a distinção entre o puro e o impuro. A ideologia colocada como essa distinção é, segundo Dumont, a grande responsável pelo funcionamento do sistema, ao invés de outras forças, como, por exemplo, o poder político na forma de distribuição de renda. Esta ideologia está clara nos extremos do sistema, por isso ele aposta em uma análise que os isola. Ele faz a distinção entre “zona extrema” e “zona mediana” da gradação dos estatutos da casta e aponta que diversos autores, entre eles Srinivas, tecem uma crítica à análise com base nos extremos, na qual o puro e o impuro estão em evidência, e criticam Dumont por apostar que a zona extrema é “menos importante que a zona mediana, na qual, reconhecem com razão, a ação do poder” (1992, p. 128). Segundo esses autores, argumenta Dumont, existe uma congruência entre distribuição do poder (e da riqueza) e o estatuto religioso, exceto nos “extremos”, em que a queda do Dalit e, sobretudo, a precedência do sacerdote sobre o senhor da terra (Brâmane sobre Kshatryia) são mais claras. Para Dumont, o que acontece nos “extremos” do sistema é essencial.

Nesta análise, Dumont faz uso da teoria clássica das Varnas para expor as relações de poder sublimadas nas relações entre sacerdote e rei, a saber: como se dá a subordinação do rei Kshatrya ao sacerdote Brâmane, sendo o rei o proprietário de terra, valor máximo da sociedade. Com isso, ele aposta nas relações travadas entre os Brâmanes e os Kshatryias de forma singular: na teoria das Varnas, estas duas castas primeiras, unidas de forma singular, se voltam sobre as duas

castas seguintes, Vaishya e Shudras, permitindo que o príncipe participe em algum grau “da dignidade absoluta de que ele é o servidor” (1992, p. 130).

Srinivas, ao partir das vilas, que na terminologia de Dumont seriam a “zona mediana” do sistema, traz à análise as relações de poder e as relações econômicas como fatores imprescindíveis para se compreender o movimento dentro do sistema. Focando nas castas, Srinivas propõe mobilidade no sistema, no qual Dumont enfatiza o estático. Mas atenção para o conceito de mobilidade em questão: Srinivas não propõe que o foco nas castas apresente possibilidade de mudanças na ideologia que molda a hierarquia. A mobilidade do sistema é parte fundamental do mesmo.

Na análise das vilas rurais, Srinivas mostra que no âmbito local, nas zonas medianas, a hierarquia nem sempre é clara. Ele apresenta diversos aspectos que podem impulsionar uma ou outra casta a assumir o papel de dominante. Com isso, é possível ver relações mais sutis entre os grupos. Srinivas aponta que:

[...] it may come as a surprise to some to know that in spite of the great interest in the institution of caste, no one had seen fit to go and live in a multicasite village and record in detail the inter-actions between the various castes. [...] My study has convinced me of the enormous value of studying all Indian sociological problems in single villages. I do not say all sociological problems can be studied in the villages, but only many of the most important ones (1955, p. 228).

Nestas “*multi caste villages*” as relações sociais são muito mais complexas do que as relações analisadas com base nas quatro varnas. Mais complexas pois, além da complexidade das relações verticais entre as quatro varnas, temos relações horizontais entre as castas. E, com isso, *multi caste villages* que, segundo Srinivas, são a grande maioria das vilas rurais do país, que não podem possuir funções sociais e identidades estáticas. Além das categorias fixas (ainda que estas mesmas possam tomar diversas configurações, como Hindu, Muçulmano ou Síque), é possível identificar os indivíduos e grupos de acordo com a forma como estes se identificam com as diversas possibilidades que tais afiliações oferecem. Por exemplo: uma pessoa se identifica como sendo Hindu: Brâmane ou Kshatryia? Terá como língua materna

o kannada, bengali ou hindi? É muçulmana, *sunni* ou *sufi*? Além disso, há que se considerar como tal pessoa se comporta em situações de conflito: com quais grupos sociais formaria alianças e em quais circunstâncias? Ao lado de qual grupo se colocaria nestes casos, e assim por diante, ao mesmo tempo em que tais afiliações são sempre passíveis de serem mudadas e reconfiguradas.

Se focarmos no ideal das Varnas (ou numa leitura da realidade indiana embasada nos textos sagrados, como faz Dumont, leitura que é criticada por Srinivas), a hierarquia do sistema se apresenta estática, pois a identidade do grupo deve seguir a uma das quatro Varnas. Srinivas, por outro lado, aponta que a hierarquia do sistema de casta está longe de ser uma categoria estática, pois, tendo em vista que as castas são inúmeras, o autor consegue visualizar uma aproximação entre elas. Esta aproximação se dá principalmente nas relações das castas dominantes. A posição dominante é variável, pois existe mobilidade entre as castas; a mobilidade social foi sempre possível por meio daquilo que chamou de Sanskritization. Apresentamos o conceito nas próprias palavras do autor:

A low caste was able to rise to a higher position in the hierarchy by adopting vegetarianism and teetotalism, and by sanskritizing its ritual and pantheon. In short, it took over as far as possible, the customs, rites and beliefs of the Brahmins, and the adoption of the Brahminical way of life by a low caste seems to have been frequent, though theoretically forbidden (SRINIVAS, 1956, p. 30).

Este conceito foi desenvolvido em seu estudo sobre as mudanças sociais entre os guerreiros Coorgs, que se encontravam em posição marginal ao Hinduísmo em tempos antigos. Os Coorgs eram um grupo tribal externo ao hinduísmo e, conseqüentemente, fora do sistema de castas. Porém, ao entrar em contato com as castas Brãmãne e Lingayat — castas que desfrutavam de um status alto nos rituais Hindus —, começaram a imitá-los. A imitação não foi suficiente, fora necessário também, ao mesmo tempo, reivindicar o seu pertencimento a uma casta superior, neste caso, os Coorgs reivindicaram pertencimento à casta dos Kshatriya.

Srinivas desenvolveu e ampliou este conceito em seu ensaio “Notes on Sanskritization and Westernization” (1956), em que apontou uma

particularidade importante nestes processos: certamente, não é possível que um indivíduo adote condutas de uma casta mais alta — vegetarianismo e abstinência alcoólica, por exemplo, e se assuma como membro de uma casta mais alta. O que acontece na realidade é que a mobilidade social engloba todo o grupo social, e deve ser impulsionada pelo grupo, demandando um esforço em conjunto para que todo um grupo possa ascender socialmente. Para que o processo de sanscritização se sedimente na vida social de certo grupo, é necessário que todo o grupo embarque em práticas sanscritizadas. Este processo não é rápido; o mais comum é que a próxima geração se beneficie dos resultados da sanscritização (SRINIVAS, 1956, p. 492). Ou seja, um grupo trabalha para que seus descendentes usufruam de um status melhor. Uma vez que a mobilidade social se dá por meio de grupos, e não de indivíduos, o grupo deve ser grande o suficiente para constituir uma unidade endógama por si, caso contrário deverá recrutar meninas oriundas da casta para a qual se almeja ascender (1956, p. 493). Sanscritização é uma fonte de divisão no sistema de castas. E vale repetir um ponto importante da análise de Srinivas: por mais que o sistema crie novas divisões, elas não abalam a solidez do sistema como um todo. As castas sanscritizadas calcaram um status maior para seu grupo; eles não forjaram um combate contra o sistema como um todo. Dentro do sistema de castas, o processo de sanscritização é parte importante no processo de mobilidade social. As diferentes castas têm nas Varnas um modelo de imitação.

Por outro lado, o autor aponta para um processo similar, o de Ocidentalização, que igualmente providencia um canal de mobilidade social. Neste caso, o processo funciona especialmente entre as castas mais altas. Mas Srinivas aponta casos em que o processo de ocidentalização acontece dentro das castas mais baixas, como forma de reivindicação de poderes que estão centralizados nas mãos dos Brâmanes. Ou seja, ambos os processos não se excluem mutuamente, e as castas mais baixas não estão isentas da ocidentalização. Na Índia moderna, os dois processos estão conectados.

As castas não Brâmanes em processo de sanscritização adotam não apenas o ritual Brâmane, mas também certas instituições e valores Brâmanes. Álcool e carne são proibidos. De uma viúva Brâmane, mesmo se for bastante jovem, é esperado que raspe a cabeça e deixe de lado joias ou qualquer tipo de ostentação em suas vestimentas. A

vida sexual lhe é negada. Entre os Hindus, enfatiza-se a virgindade das noivas, fidelidade das esposas e castidade das viúvas. Tais práticas são especialmente acentuadas entre as castas mais altas (SRINIVAS, 1956, p. 484). O processo de sanscritização resulta em uma atitude rígida com relação às mulheres, pois o código pelo qual uma mulher não Brãmame tem de seguir não é tão rígido (1956, p. 485).

O crescimento de ideias teológicas Sânskritas aumentou durante o governo britânico. O desenvolvimento das comunicações proporcionou certa sanscritização de áreas previamente inacessíveis, e o aumento na alfabetização levou a sanscritização para grupos com status inferior na hierarquia das castas. Pode-se afirmar que, ironicamente, a ocidentalização da Índia auxiliou na sua sanscritização (SRINIVAS, 1956, p. 486).

E o processo de ocidentalização dos Brãmanes apresenta outra ironia. Os colonizadores britânicos eram o molde a ser copiado (assim como os Brãmanes são o alvo no processo de sanscritização). Mas os britânicos consomem carne vermelha, álcool e cigarro, uma dieta altamente poluidora para os padrões dos Brãmanes. Por outro lado, eles possuem poder político e econômico, novas tecnologias, conhecimento científico e literatura. Com isso, as castas mais altas, ao se ocidentalizarem, adquiriram valores e hábitos comuns àqueles que estavam abaixo na hierarquia (SRINIVAS, 1956, p. 487). Apesar da tradição literária e acadêmica que posicionava os Brãmanes em local próximo aos Britânicos, em certos outros aspectos eles eram os que mais sofriam na corrida para a ocidentalização. Para o Brãmame mais ortodoxo, os britânicos, ao comerem carne de vaca ou porco, ao beberem uísque e ao fumarem charutos e cachimbos, eram a presença viva da impureza ritualística. No entanto, eles possuíam o poder econômico e político que os Brãmanes tanto almejavam.

O resultado da ocidentalização dos Brãmanes é que eles se colocaram em uma posição intermediária entre os Britânicos e o resto da população. O resultado, como coloca Srinivas, foi a criação de uma nova casta secular, sobreposta ao sistema tradicional, no qual os Britânicos estavam no topo e os Brãmanes ocupavam o segundo lugar (1956, p. 490).

Com isso, o processo de mobilidade social nas zonas extremas do sistema é mais problemático. Em primeiro lugar, os Brãmanes entram em total desacordo com suas práticas ao embarcar no processo de oci-

dentalização. Em segundo lugar, o processo de sanscritização não está disponível aos Dalits. Por mais que um grupo Dalit se dedique à sanscritização, ele é incapaz de cruzar as fronteiras da intocabilidade. É um anacronismo de certos grupos que se encontravam fora do sistema de casta (a ver os grupos tribais, a exemplo dos Coorgs) mas que, por meio do processo de sanscritização de suas práticas ou adoção de práticas novas, conseguiram entrar no sistema de casta, geralmente desfrutando de um status maior, enquanto uma casta intocável está sempre forçada a permanecer intocável (1956, p. 493).

Se o processo de ocidentalização superar o processo de sanscritização, as bases do hinduísmo podem começar a ruir. Srinivas diz que o Hinduísmo varia muito em cada região da Índia, e que a base de sua organização, aquilo que o mantém organizado, é o sistema de castas (e toda a hierarquia do puro e impuro). Sendo o sistema de castas a base que sustenta o Hinduísmo, se ele desaparecer, a religião seguirá o mesmo fim (1956, p. 495). Contudo, as castas não irão desaparecer tão facilmente frente a ocidentalização da Índia. Por um lado, é impressionante a força e a elasticidade do sistema, assim como sua capacidade de se ajustar a novas circunstâncias. Por outro, a ocidentalização, de certa forma, também acaba por favorecer a sanscritização.

Dentre as possibilidades de engajamento profissional dos Brâmanes, todas estão ligadas à transmissão do conhecimento. Isso os mantém dentro da hierarquia. Para tanto, eles estavam sempre em contato com estudos de textos sagrados, e, ao mesmo tempo, com ciências auxiliares como a gramática ou a astronomia, a matemática e a geometria (XIANG, 2001). Eles estiveram sempre dentro de um universo de desafios intelectuais que muito se assemelha ao que chamamos hoje de economia do conhecimento, composta tanto por pesquisas farmacêuticas, biotecnologia como de software.

O processo de ocidentalização — não só pela adoção de valores e condutas, mas também pela imigração e pelo contato direto com o Ocidente — os aproximou do mercado das TICs. O contato com o Ocidente não é novidade para a elite brãmãne, que já entendeu que esse processo é peça fundamental para se manter como elite no mundo do qual a Índia não está isolada.

2 Um breve olhar sobre as castas na Índia pós-colonial

O papel das castas pode ter mudado com a independência da Índia e com o estabelecimento de um sistema político democrático, mas não deixou de existir. O sistema de castas na Índia atual possui um papel ainda central na política democrática do país, apresentando-se como um instrumento de mudança sociopolítica (PANJAK, 2007, p. 334).

O reconhecimento do papel político das castas na atualidade do país teve seu marco inicial na *Mandal Commission*. A Comissão foi estabelecida em 1979 pelo primeiro-ministro Morarji Desai com o objetivo geral de mapear a desigualdade da sociedade indiana e, com isso, elaborar medidas de inclusão desses grupos, institucionalizando as ações afirmativas com base nas castas e nos grupos étnicos. A Índia foi o primeiro país no mundo a ter políticas de ação afirmativa determinadas pela Constituição (ALAM, 2010).

Em um primeiro momento, a comissão tinha por objetivo levantar dados acerca dos Dalits, chamados de “*scheduled caste*” (SC), para poder elaborar ações de inclusão. Mas logo em seguida, outros setores da sociedade civil iniciaram um movimento para serem incluídos nos programas de reservas de cotas por afirmarem que não eram somente os Dalits que estavam em situação desfavorável por razões que remetem às castas. A pressão destes grupos, principalmente de membros da casta Shudras, assim como de grupos tribais, culminou em levantes sociais violentos entre os anos de 1980 e 1990 (PANJAK, 2007). Como consequência, foram incluídos nas listas governamentais os grupos tribais, que nunca integraram o sistema de casta, por não serem hindus, como os Coorgs, estudados por Srinivas, intitulados “*scheduled tribes*” (ST), e outras castas menos favorecidas englobadas na categoria de “*Other Backward Castes*” (OBC).

Os resultados da Comissão *Mandal* oficializaram, em âmbito nacional, as desigualdades do sistema de castas. A comissão recomendou a reserva de postos de trabalho no governo, no setor público, nos bancos nacionais, em todas as universidades e faculdades e em todo o setor privado que contasse com qualquer tipo de assistência financeira por parte do governo (KUMAR, 1992, p. 291).

A entrada em cena dos Dalits e de outros grupos (OBC e ST), facilitada pelas ações afirmativas dentro do sistema político e do Estado,

incentivou a criação de partidos políticos novos, formados por membros de uma mesma casta (das castas indicadas na comissão *Mandal*), fazendo com que elas encontrassem um novo espaço social para atuar (PANKAJ, 2007, p. 337).

Os grupos favorecidos pela comissão Mandal, os Dalits (SC) e os grupos tribais (ST), juntos representam 23,5 por cento da população total do país; ainda, a comissão calculou um adicional de 52 por cento da população como parte de outras castas menos favorecidas (OBC). O número total de indivíduos classificados em categorias que os fazem aptos a usufruir das reservas de cotas acabou somando um total de três quartos da população total da Índia. Seria inviável propor ações afirmativas para toda esta parcela da população do país. A Suprema Corte Indiana determinou que as reservas de cotas não podem ultrapassar a marca dos 50 por cento da população. Com isso, a comissão recomendou a reserva de cotas para apenas 27 por cento da população classificada por *Other Backward Caste* (KUMAR, 1992, p. 291).

Finalmente, os Dalits, que estavam fora de qualquer possibilidade de mobilidade social — o processo de sanscritização sempre lhes fora negado —, encontraram uma porta de entrada para postos de trabalho dentro do Estado. Ao mesmo tempo, conseguiram uma entrada no sistema de representação política. Em 1997, os indianos democraticamente elegeram como presidente o Dalit K. R. Naryanan.

Mas nem todos os membros de grupos menos favorecidos ficaram contentes com as reservas de cotas. Enquanto que o levantamento da comissão *Mandal* reposicionou o sistema de castas com as políticas de reserva de cotas, seus dados desconsideraram as minorias religiosas existentes no país. As reservas de cotas foram idealizadas principalmente para os membros menos favorecidos da comunidade hindu, que compõe a maioria da população. As minorias religiosas, compostas por muçulmanos (12% da população do país), cristãos, siques, budistas e jainistas, não tiveram espaço; eles não se enquadram na categoria de *Scheduled Caste*, uma vez que os grupos classificados como tal (SC) são os Dalits, assim como não se enquadram na categoria *Other Backward Caste* (OBC), pois não são uma casta. Para ser membro de determinada casta, o indivíduo deve ser membro da comunidade hindu.

Membros destes grupos integram atualmente um movimento social que reivindica a inclusão de reserva de cotas para as minorias religiosas. O movimento mais forte e de maior acesso é o da comunidade muçulmana.

A política de reserva de cotas para castas inferiores, Dalits e tribos, encontra apoio e sustentação na esfera pública, mas o setor privado se mantém lento para implementar uma política de inclusão. O setor das tecnologias da informação e comunicação é especialmente a favor da meritocracia, afirmando ser contra o sistema de cotas, e creditando e divulgando que, pela meritocracia, é possível quebrar o sistema de castas e gerar mobilidade social.

3 Casta e meritocracia

Na Índia, assim como na maioria dos países, as ações empreendedoras consistiam em empresas de negócios que pertenciam a grandes famílias tradicionais e/ou empresas multinacionais. Há quem aposte que o setor das TICs esteja quebrando este círculo. Anna Lee Saxenian (2006), ao analisar o impacto dos fundos de capital de risco no país, aponta que antes do setor das TICs contar com estes fundos, era raríssimo encontrar no cenário empresarial indiano o que se chama de “primeira geração de empreendedores”. Até então, o que se via eram grupos pertencentes a famílias tradicionais (Tatá, Mittal, entre outras) que dominam o setor empresarial indiano há diversas gerações. E a autora continua, apontando que os novos empreendedores do setor das TICs contam com um capital intelectual — em oposição ao capital físico das famílias tradicionais e das multinacionais — aliado ao fundo das empresas de capital de risco para iniciar um novo empreendimento. Dentre as informações obtidas nos estudos da *National Association of Software and Services Companies* (NASSCOM) e pelo *Software Technology Parks of Índia* (STPI), há uma estimativa de que 1.905 unidades novas registradas no período de 2001 a 2005 pertencem a empreendedores da “primeira geração de empreendedores”, que iniciam um novo empreendimento sem obrigatoriamente possuir o capital inicial necessário.

Porém, as empresas de software recrutam principalmente profissionais formados nas engenharias e em áreas relacionadas à computação.

Os fundos de capital de risco investem em profissionais capacitados para gerir um negócio que venha a proporcionar lucros. Estudos mostram que a percentagem de estudantes das castas mais baixas ou pertencentes aos grupos tribais formados em faculdades de engenharia é baixa (muito menor do que a percentagem destes na população indiana), e ainda corroboram que jovens hindus, pertencentes às castas mais altas, são de duas a quatro vezes mais aptos a se graduarem do que os membros das castas mais baixas ou da comunidade muçulmana (UPADHYA, 2007; DESHPANDE, 2006; DESHPANDE; YADAV, 2006; MOHANTY 2006). Jovens hindus, membros da casta Brâmane, representam 67 por cento dos graduados em engenharias e tecnologia do país (DESHPANDE, 2006, p. 2439).

Nesta esteira, o estudo elaborado pela antropóloga indiana Carol Upadhy (2007) no *National Institute of Advanced Studies* da cidade de Bangalore aponta para a fragilidade do discurso de meritocracia no setor das TICs. A indústria tecnológica indiana é constantemente aclamada, seja pelo estado, pela mídia ou por seus líderes, como uma fonte significativa de empregos para os jovens indianos formalmente educados. Os líderes da indústria frequentemente afirmam que a falta de mão de obra qualificada faz com que tenham de aumentar o leque de possibilidades, abrindo oportunidade de trabalho para jovens das castas mais baixas, bem como da área rural do país. Uma narrativa comum é a de que a contratação profissional não depende de conexões sociais, tampouco depende das reservas de cotas: a contratação é feita exclusivamente pela meritocracia. O discurso recorrente dos empresários das TICs é que a meritocracia seria uma força capaz de quebrar as algemas do sistema de casta.

Porém, o estudo de Upadhy, chamado “*Employment, exclusion and ‘merit’ in the Indian IT industry*” (2007), mostra um panorama bem distinto. De fato, outras pesquisas condizem com Upadhy (OMVEDT, 2003; FULLER; NARASHIMAN, 2006), estando todos de comum acordo quando o assunto é meritocracia na indústria tecnológica indiana. Ainda que cada um destes estudos trate de cidades diferentes — Upadhy trata de Bangalore, Omvedt trata de Pune e Mumbai, Fuller e Narashiman tratam de Chennai —, os autores chegam a mesma conclusão: embora o discurso sobre mérito aparente para uma abertura de possibilidades de contratação, o discurso de meritocracia nos remete, mais uma vez, às castas.

In Pune they just assume that anyone working in computers is a Brahmin” (OMVEDT, 2003, p. 1).

Esta frase é proferida por um Dalit, recém-ingressado no mercado das TICs na cidade vizinha a Mumbai. O estudo de Upadhyya aponta que a maioria esmagadora dos profissionais das TICs em Bangalore são hindus (88 por cento), sendo que os Brâmanes são a maioria na indústria tecnológica da cidade (mais de 50 por cento).

A grande *Infosys*, empresa fundada por Narayana Murthy (brâmane) — uma empresa de capital bilionário —, financiou um seminário sobre o papel dos Dalits na atualidade da Índia: “*Contemporary Dalit Issues*”, no ano de 2003. Murthy apenas proclamou que “*We have our international compulsions*”, avisando os Dalits que empresas particulares não podem se permitir a rigidez de um sistema de reserva de cotas (OMVEDT, 2003, p. 2). E Murthy continua: “*I am not concerned about the caste of an employee as long he/she commands merit. But if it helps in the process of selection on merit, so be it*”.

A Índia é um país com uma longa tradição comercial, e, em sua maioria, os empregos foram sempre distribuídos de maneira nepotista, ora seguindo laços pessoais, ora por meio de relações entre moradores da mesma região e por meio de afinidades de casta (JODKHA; NEWMAN, 2007). O sociólogo indiano Surinder Jodkha apresenta, em seu estudo acerca de casta e meritocracia na indústria tecnológica, dados instigantes que apontam a falácia da geração de empregos para castas mais baixas. Segundo o estudo, os empregadores falam do passado, dominado pelo favoritismo e pelo bairrismo, como um período deixado para trás, que já não existe mais. Quanto mais a Índia se moderniza, explica um dos entrevistados, mais se opera estritamente de acordo com a meritocracia (JODKHA; NEWMAN, 2007, p. 4126). Será? Sim, certamente a Índia moderna opera de acordo com a meritocracia. A pergunta correta a ser feita não é se a meritocracia realmente funciona na indústria de TICs, mas qual o significado de meritocracia no contexto indiano.

It [Meritocracy] is the latent brahminism of our culture asserting itself (BALAGOPAL, 1986, p. 1573).

Definir meritocracia, na Índia, é instigante: o mérito se confunde como sendo parte da personalidade dos aspirantes ao posto de trabalho e acaba se conectando com o sistema de castas em dois momentos

específicos. Em primeiro lugar, o modelo de meritocracia na Índia coloca o contexto familiar dos candidatos em uma posição central no processo de contratação, e o mérito se confunde com esse contexto. Espera-se de um candidato bom comportamento se ele vier de uma família que o tenha criado em um ambiente adequado. Se o candidato tem irmãs ou irmãos formalmente educados, é um sinal de que a família fez um bom trabalho (JODKHA; NEWMAN, 2007; UPADHYA, 2007). Por contexto familiar, estes estudos mostram que os empregadores (i) questionam o ambiente familiar onde o candidato fora criado; (ii) questionam o nível de educação dos pais, irmãos e irmãs; e (iii) dão preferência sempre para aqueles que já vivem no meio urbano. A família é considerada como o alicerce da personalidade dos indianos.

Em segundo lugar, os funcionários de Recursos Humanos das empresas são treinados para contratar pessoas que possam trabalhar juntas de forma harmônica. Para isso, elas precisam pertencer a grupos que possuam um bom relacionamento entre si, ou seja, os empregadores jamais contratariam, para exercer uma tarefa em conjunto, membros de castas conflitantes. Menos ainda membros de religiões distintas. Eles se preocupam com as consequências sociais do convívio entre membros pertencentes a grupos antagônicos (JODKHA; NEWMAN, 2007, p. 4129).

Vale lembrar que a Índia é um país formado à meia-noite do dia 15 de agosto de 1947, quando a região que estava sob domínio britânico, também conhecida por subcontinente indiano, foi dividida em dois países: a Índia e o Paquistão. Este momento é conhecido como a Partilha da Índia. O Paquistão era composto de duas partes separadas, o Paquistão Ocidental (atual Paquistão) e o Paquistão Oriental. Em 1971, com o apoio da então primeira ministra indiana Indira Gandhi, o Paquistão Oriental conquistou a independência, tornando-se o atual Bangladesh.

A época da partilha do subcontinente é conhecida como uma das maiores movimentações humanas da História, quando milhões de hindus deixaram o Paquistão rumo à Índia, e milhões de muçulmanos deixaram a Índia rumo ao Paquistão (Ocidental e Oriental). A agitação e a revolta na época desencadearam um período de violência en-

tre hindus e muçulmanos que continuam até hoje (HAUB; SHARMA, 2006; PANDEY, 1996).

O projeto de Índia enquanto Estado-nação multicultural fora problemático desde sua elaboração, por desde o início apostar na separação das maiores comunidades religiosas da região. Este fato histórico, associado a um sistema social hierárquico milenar e presente, faz com que entender a Índia exija esforços imensos.

Com isso, nossa atitude frente aos indianos não poderia ser outra coisa senão ambígua. Esta ambiguidade não vem de uma incerteza sobre ser contra ou a favor do sistema de casta, das cotas, ou das escolhas tomadas pelos seus dirigentes, ela é decorrente da certeza de que, para moldar sua modernidade, os indianos precisam da coragem de rejeitar a modernidade estabelecida por outros. Pois a Índia tem diversas ferramentas para propor ao mundo alternativas de modernidades; mas muitas vezes parece esquecer de seu passado e seguir a cartilha de se tornar um espelho do Ocidente. É como aponta o protagonista de “Os Filhos da Meia-Noite” sobre os dilemas de Aadam Aziz ao retornar à Caxemira após anos na Alemanha: “ele estava preso num meio-termo estranho, apanhado entre a fé e a incredulidade, e afinal de contas isso era apenas uma charada” (RUSHDIE, 1981, p. 23).

Referências

- ALAM, M. S. “Social exclusion of Muslims in India and deficient debates about Affirmative Action: suggestions for a new approach”. *South Asia Research*. v. 30, n. 1, p. 43-65, feb. 2010.
- ANEESH, A. Virtual Migration. In: *Virtual Migration, the programming of globalization*. Duke University Press, 2006.
- ARORA, A.; ATHREYE, S. The software industry and India’s economic development. *iInformation, Economics and Policy*. v. 14, Carnegie Mellon University, p. 253-273, 2002.
- ARORA, A.; GABARDELLA, A. (Orgs.). *From Underdogs to Tigers: the rise and growth of the software industry in Brazil, China, India Ireland, and Israel*. Oxford University Press, 2005.
- ATHREYE, S. The Indian software industry and its evolving service capability. In: *Industrial and Corporate Change Advance Access*. March 21, p. 01-26, 2005.

- BALAGOPAL, K. Anti-Reservation, Yet Once More. *Economical and Political Weekly*. v. 21, n. 36, p. 1572-1574, 1986.
- BASANT, R. Bangalore Cluster: Evolution, Growth and Challenges. *Working Paper n. 2006-05-02 Indian Institute of Management Ahmedabad*, 2006 p. 1-34
- BASU, K.; MAERTENS, A. The pattern and causes of economic growth in India. *Oxford Review of Economic Policy*, v. 23, n. 2, p. 143-167, 2007.
- BIAO, X. Gender, dowry and the migration system of indian information technology professionals. *Indian Journal of Gender Studies* oct. p. 357-380, 2005.
- CHATTERJEE, P. *Our Modernity*. Rotterdam: Sphix; Dakar: Codesria, 1997
- DAS, S. The Nehru Years in Indian Politics. *Edinburgh Papers in South Asian studies*. Centre for South Asian Studies, School of Social & Political Studies, University of Edinburgh n. 16., p. 2-35, 2001.
- D’COSTA, A. Software outsourcing and development policy implications: an Indian perspective. *International Journal of Technology Management*. p. 705-723, 2002
- DESHPANDE, S. Exclusive Inequalities: Merit, Caste and Discrimination in Indian Higher Education Today. *Economic and Political Weekly*. v. 41, n. 24, p. 2438-2444, 2006.
- DESHPANDE, S.; YADAV, Y. Redesigning Affirmative Action: Castes and Benefits in Higher Education. *Economic and Political Weekly*. v. 41, n. 24, p. 2419-2424, 2006.
- DOSSANI, R. *Origins and growth of the software industry in India*. Stanford Center for International Development: Stanford University, 2005.
- DOSSANI, R.; KENNEY, M. Went for Cost, Stayed for Quality?: Moving the Back Office to India. *Berkeley Roundtable on the International Economy*. UC Berkeley, p. 7-40, 2003.
- DUMONT, L. *Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EdUSP, 1992.
- FULLER, C. J. The Brahmins and Brahminical Values in Modern Tamil Nadu. In: GUHA, R.; PARRY, J. P. (Eds.). *Institutions and Inequalities: Essays in Honour of Andre Beteille*. Delhi: Oxford University Press, p. 30-55, 1999.

- Information technology professionals and the new-rich middle class in Chennai (Madras). *Modern Asian Studies*, v 41 (1), p. 121-150, 2007.
- FULLER, C. J.; NARASIMHAN, H. Engineering colleges, 'exposure' and information technology professionals in Tamil Nadu. *Economic and Political Weekly*, v. 41, n. 3, p. 258-288, 2006.
- GUPTA, D. Introduction. The certitudes of caste: when identity trumps hierarchy. In: *Contributions to Indian Sociology*, p.x-xv, 2004.
- HARDING, E. U. After IBM's exit, an industry arose; India offers a development alternative for U.S. firms facing make/buy decision. *Software Magazine*, v. 15, nov. 1989.
- HIRSCHFELD, K. IT Professionals Forums in India: Organisation at a Crossroads. *Report on a Visit to IT Professionals Forum*. Nyon: Union Network International, 2005.
- JODHKA, S. S.; NEWMAN, K. In the name of Globalisation: meritocracy, productivity and the hidden language of Caste". *Economic and Political Weekly*, v. 42, n. 41, p. 4125-4132, 2007.
- KOKHOVA, S. V.; SUKHAREV, G. India: targeting for the status of a global IT superpower. In: *Indian government software policies and their benefits*. Moscow: University Publishing House, 2001.
- KUMAR, D. The affirmative action debate in India. *Asian Survey*, v. 32, n. 3, p. 290-302, 1992.
- MOHANTY, M. Social inequality, labour market dynamics and reservation. *Economic and Political Weekly*, v. 41 (35), p. 3777-3789, 2006.
- MUKHERJEE, S. The Bangalore Brand: uneven geographies of India's hi-tech boom. In: *Markets and Modernities' Working Paper*, University of Toronto, Canada. mar. 2008, 37p.
- OMVEDT, G. Dalits in the World of IT. *Human Rights Solidarity*, v. 13, n. 4, 2003.
- PANDEY, G. The time of the Dalit conversion. *Economic and Political Weekly*, v. 41, n. 18, p. 1779-1788, 2006.
- PANJAK, A. K. Engaging with discourse on caste, class and politics in India. *South Asia Research*, p. 333-353, 2007.
- POSTER, W. Who's on the Line? Indian call center agents pose as americans for U.S.-outsourced firms. *Industrial Relations*, v. 46, n. 2, p. 271-304, 2007.

- RODRIK, D.; SUBRAMANIAN, A. From “Hindu growth” to productivity surge: the mystery of the Indian growth transition. In: *IMF Staff Papers*, v. 52, n. 2. 2000, 43p.
- RUDISILL, K. A traditional Tamil Brahmin marriage in Washington DC: performance of culture and the ideal self. *South Asian Popular Culture*, v. 7, n. 2, p. 141-152, July 2009.
- RUSHDIE, S. *Os filhos da meia noite*. Lisboa: Dom Quixote, 1981
- SAXENIAN, A. Regional networks and the resurgence of Silicon Valley. *California Management Review*, v. 1, n. 33. Fall: ABI/INFORM Global, p. 89, 1990.
- . Silicon Valley’s new immigrant entrepreneurs”. *Working Paper*, n. 15. Santa Cruz: University of California, may 2000.
 - . From Brain Drain to Brain Circulation: transnational community and regional upgrading in India and China. *Studies in Comparative International Development*, v. 40, n.2, p. 35-61, 2005.
 - . *The New Argonauts: Global Search and Local Institution Building*. Center for the Study of Economy & Society – Cornell University Press 2007
- SRINIVAS, M. N. Village Studies and their significance, In: MAJUMDAR, D. N. (Ed.). *Rural Profiles*. v. 1. Lucknow: Ethnographic and Folk Culture Society, 1955.
- . A Note on Sanskritization and Westernization”. *The Far Eastern Quarterly*, v. 15, n. 4, p. 481-496, 1956.
 - . Caste in Modern India. *The Journal for Asian Studies*, v. 16, n. 4, p. 529-548, 1957.
 - . *Social Change in Modern India*. Berkeley: University of California Press, 1966.
 - . Varna and Caste. In: *Collected Essays*. Bombay: Oxford University Press, 2002.
- TAUBE, F. A. Culture, innovation and economic development: the case of South Indian ICT clusters. In: ROMIJN, H.; MANI, S. (Eds.). *Innovation, learning and technological dynamism of developing countries*. United Nations Press, 2004.
- UPADHYA, C. Employment, exclusion and ‘merit’ in the Indian IT industry”. *Economic and Political Weekly*, v. 42, n. 20, p. 1863-1868, 2007.
- . Management of culture and management through culture in the Indian software outsourcing industry. In: UPADHYA, C.; VASAVI,

A. R. (Eds.) *In an outpost of the Global Economy: work and workers in India's Information Technology Industry*. New Delhi: Routledge, p. 101-135, 2008.

XIANG, B. Ethnic Transnational Middle Classes in Formations: a case study of Indian Information Technology Professionals. *Paper presented in the 52nd Annual Conference of Political Studies Association (UK) Aberdeen, 2001.*

Trabalho e natureza: relações entre estranhamento, fetichismo da mercadoria e crise ambiental

PEDRO MARTINS VICENTE
pmartinsvicente@gmail.com

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza (MARX, 1985)

O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2010: 84)

Esses dois trechos, separados por alguns anos de reflexão e trabalho crítico, evidenciam o entendimento de Karl Marx acerca do processo necessário e dialético entre homem e natureza - ou de um organismo consigo mesmo. Necessário porque apenas a partir da mediação entre eles, aquilo que o autor chama de trabalho social, que o ser humano consegue modificar a natureza a sua volta para reproduzir sua existência enquanto se diferencia do macaco e dos outros animais a quem está, a despeito das diferenças, unido por traços evolutivos e pela coexistência no mesmo planeta. Dialético porque, para Marx, enquanto o humano a transforma também o faz a si próprio, em constante *devir*.

Durante o processo histórico da modificação do ambiente, a relação, mediada pelo trabalho, entre homem e natureza foi se tornando cada vez mais complexa. O uso dos recursos naturais se dá como se estes não fossem parte do próprio corpo externo humano. O esgotamento de uma série de elementos não renováveis já é um horizonte

próximo, assim como diversas mudanças ambientais que dificultam a vida humana, e a possível (ou até mesmo já realizada) extinção de espécies.

Para refletir um pouco sobre o entrelaçamento dos problemas do trabalho e do ambiente, destaco os acontecimentos narrados no texto *The limits of environmentalism without class* de John Foster, sintomático para explicitar o desafio em questão (FOSTER, 2004: 104-136). No noroeste dos Estados Unidos, a militância ecológica se opunha às madeireiras que destruíam as florestas da região e ameaçavam a existência de várias espécies, dentre elas um tipo de coruja pertencente àquela área. Em pouco tempo, como é relatado, as madeireiras e a opinião midiática utilizaram o discurso de que a diminuição da produção iria afetar cerca de vinte e cinco mil postos de trabalho. Por fim, militantes ambientais se chocaram com os próprios trabalhadores, devido em grande parte aos limites de classe dos primeiros, e a mesma luta (pela emancipação do trabalho e da natureza) fora dividida violentamente, enquanto a classe que de fato se aproveitava da natureza continuou a explorar o trabalho e as florestas daquela região.

A problemática de nossa pesquisa é a divisão entre homem e natureza, principalmente entre esta e a classe trabalhadora. De que forma o ser humano está apartado da natureza? Qual a importância do trabalho nesse processo? Como o trabalhador, aquele que efetivamente se relaciona com o ambiente natural no processo de produção, está alienado/estranhado dele? Quais as conexões do sistema social do capital com esse processo? Quais as possibilidades de diálogo entre a classe trabalhadora e o problema ambiental do ponto de vista da ideologia e das lutas? Estas são as principais perguntas de partida da presente proposta de pesquisa.

No sentido de aprofundar a discussão acerca da crise ambiental em relação ao trabalho e à sociedade como um todo, pretendo retomar os conceitos de trabalho estranhado e fetichismo da mercadoria. O intuito de retomá-los se dá no ímpeto de investigar a ruptura entre homem e natureza, não só a partir de um prisma filosófico, mas também no âmbito da discussão da economia política. Mergulhar nas categorias marxianas acerca do trabalho faz-se fundamental para entender a dinâmica da relação entre homem e natureza, bem como suas atuais manifestações dentro do sistema do capital tal qual se apresenta hoje.

No capitalismo, a realidade do labor interconecta-se e se confunde com a questão do problema ambiental.¹ A organização do trabalho humano, bem como a distribuição e apropriação dos resultados desta atividade, são fatores cruciais à relação travada entre homem e natureza, e à utilização desta última. A esse respeito, e tendo em perspectiva o capital, Mészaros nos aponta que:

Naturalmente, a relação entre os indivíduos e a humanidade depende do modo como a interação necessária entre os seres humanos e a natureza é mediada, sob as circunstâncias dadas, por um conjunto de relações sociais historicamente determinadas. O problema sério e em princípio insuperável para o sistema do capital é que ele sobrepõe as inevitáveis mediações de primeira ordem entre a humanidade e a natureza um conjunto de mediações alienantes de segunda ordem, criando, por meio disso, um círculo vicioso 'eternizado' - e conceitualizado dessa maneira mesmo pelos maiores pensadores da burguesia - do qual não pode haver escapatória uma vez que se compartilhe da perspectiva do capital (MÉSZAROS, 2007:40)

Desta forma, a relação metabólica entre homem e natureza mediada pelo trabalho é submetida a outras formas historicamente determinadas - ou *mediações alienantes de segunda ordem*. O capital enquanto processo social não só engendra a necessidade da acumulação, do trabalho excedente e da valorização do mundo das coisas, como as tornam absolutas ao mesmo tempo em que relativiza todo o resto, incluindo a natureza e seu caráter finito (MÉSZAROS, 2007: 27). O tempo relativo (aquele do trabalho excedente) é transformado em algo absoluto, natural, enquanto o tempo natural, absoluto (aquele da vida humana, da finitude dos recursos naturais) é relativizado. Dessa forma, o filósofo húngaro indica importantes elementos da relação entre trabalho e natureza no capital.

1. A preocupação com a natureza e seu uso pelo homem não é, absolutamente, uma novidade. John Bellamy Foster aponta em seu **Marx's Ecology: materialism and nature** que uma série de autores já se ocupavam deste tema: de Epicuro a Darwin e Marx, todos autores pertencentes, na visão do autor, à tradição materialista. Notadamente, a recente preocupação com a crise ambiental, bem como sua explosão midiática, pode ser observada pelo crescimento e divulgação do tema, tanto a partir de trabalhos acadêmicos, reportagens jornalísticas e campanhas de marketing e propaganda de diferentes empresas e corporações, quanto de programas políticos e, não coincidentemente, reuniões de cúpula de Estados.

O processo de reprodução do sistema do capital necessita da máxima exploração da natureza e da, nas palavras de Ricardo Antunes, classe-que-vive-do-trabalho. O capital necessita da exploração do tempo de trabalho excedente para se reproduzir. Assim, um sistema direcionado por esta relação e pelo imperativo da acumulação invariavelmente direciona a atividade produtiva no sentido de esgotar recursos naturais e humanos. De tal forma que nos encontramos de frente, neste início de século XXI, ao grave problema da crise ecológica.

A crise ambiental é, de acordo com uma série de autores dos quais destaco alguns abaixo, uma crise do sistema do capital. Na apresentação da revista *Margem Esquerda*, nº14, Ivana Jinkings e João Alexandre Peschanski identificam que a crise ecológica traz à tona a fundamental contradição do capitalismo entre sistema produtivo e condições de produção, pois a conquista histórica de lucro sobre lucro não pôde se dar senão com a destruição de trabalhadores e da natureza, contraditoriamente minando sua própria capacidade de reprodução. O sociólogo norte-americano John Bellamy Foster indica que, no capitalismo, o homem se separa da natureza, deixando o caminho livre para que o sistema destrua os recursos naturais e ameace as próprias condições de existência na terra em favor da acumulação de capital.

Assim, a crise ambiental têm importantes conexões com a forma de ser da sociedade do capital: a busca pela acumulação mediante produção excedente, a necessidade de aumentar cada vez mais os padrões de consumo de uma parcela da população mundial, o gasto de recursos e trabalho com produção de armas e veículos bélicos, a utilização destes mesmos recursos para feitura de uma série de mercadorias produzidas para durar pouco, a não adoção de medidas ecologicamente sustentáveis em favor dos lucros (e do aumento destes), a égide de uma sociedade baseada no carbono e no combustível fóssil, a relativização do tempo, a separação entre homem e natureza, etc., só para citar algumas.

Tomando como ponto de partida tais leituras que identificam o profundo imbricamento entre crise ambiental e capitalismo, pretende-se analisar o tema a partir do trabalho por entender que as relações de produção são essenciais para refletir e investigar a ruptura entre homem e natureza, e a própria crise ambiental. O enfoque será a inves-

tigação dos conceitos de trabalho alienado/estranhado e fetichismo da mercadoria, e de como eles se relacionam com a problemática da natureza.

Referências

ALTVATER, Elmar. *The Future of the Market: an essay on the regulation of money and nature after the collapse of 'actually existing socialism'*. Londres: Verso, 1993.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. A atualidade de Marx para o debate sobre tecnologia e meio ambiente in *Revista Crítica Marxista*, n. 27, 11-25p, 2008. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo153Artigo1.pdf>. Acesso em: 17/08/2013.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.

— . As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas de estranhamento (alienação). *Caderno CRH*, Salvador, n.37, 23-45p, jul/dez. 2002

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. *Revista Crítica Marxista*, n. 12, pp. 105-117. São Paulo: Boitempo, 2001. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7505folad.pdf>. Acesso em: 16/08/2013.

FOSTER, John Bellamy. *Ecology Against Capitalism*. New York: Monthly Review Press, 2002.

— . *Marx's Ecology*. New York: Monthly Review Press, 2000.

— . *The Ecological Revolution*. New York: Monthly Review Press, 2009.

— . *The Great Financial Crisis*. New York: Monthly Review Press, 2009.

LÚKACS, Gyorg. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MADEIRA, Welbson do Vale. *Contribuições marxistas acerca do "problema ambiental" e diálogos com os "críticos da modernização"*. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7309_Madeira_Welbson.pdf>. Acesso em: 28/07/2013.

Margem Esquerda: ensaios marxistas, n. 14, maio de 2010.

MARX, Karl. *O Capital*. (v. 1). São Paulo: Nova Cultural, 1985.

— . *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

- MÉSZAROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.
 - *The Structural Crisis of Capital*. New York: Monthly Review Press, 2010.
 - *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- PINASSI, Maria Orlanda. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- RANIERI, Jesus. *Trabalho e Dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir*. São Paulo: Boitempo, 2011.

GT 8

Tecnologia, Internet e Políticas Públicas

A articulação entre o meio cinematográfico e o Estado no século 21: a razão econômica como base da política pós-Embrafilme

ANA PAULA DA SILVA E SOUSA
apsousa2211@gmail.com

Tendo como ponto de partida a premissa de que, no cinema, as políticas públicas têm origem na articulação feita por artistas e profissionais do setor, esta pesquisa se debruça sobre os desdobramentos desse fato social no desenvolvimento da política cinematográfica brasileira entre 2001 e 2011. A análise da relação entre o meio cinematográfico e o poder explorará a convergência entre política, cultura e esfera pública, incluindo-se na vertente da sociologia da cultura interessada em compreender a atividade audiovisual naquilo que ela tem de exterior ao fazer cinematográfico.

Neste estudo, serão explorados os fundamentos político-ideológicos daqueles que estiveram no coração do processo de repolitização do cinema brasileiro (DAHL, apud AUTRAN, 2012), iniciado com o 3º Congresso Brasileiro de Cinema (CBC), primeiro grande encontro do setor na chamada era da retomada, inaugurada com o filme *Carlota Joaquina*, de 1995 (NAGIB, 2003). Apesar de, no decorrer dos anos 1990, a classe ¹cinematográfica ter se mobilizado para, entre outras coisas, aprovar a Lei do Audiovisual (1993), o 3º CBC é considerado um marco da reaproximação dessa classe com os poderes legislativo e executivo federais.

Realizado em Porto Alegre, entre 28 de junho e 1º de julho de 2000, o 3º CBC foi antecedido por dois eventos de igual natureza realizados na década de 1950: o 1º CBC, em 1952, e o 2º CBC, no ano seguinte.

1. O termo “classe cinematográfica” é aqui usado no sentido corrente, ou seja, no sentido empregado pela mídia e pelo próprio setor. Sabe-se, porém, que, na Sociologia, o conceito de classe é muito mais complexo. Se mantido no decorrer da pesquisa, esse termo será futuramente problematizado.

Tão grande quanto a distância temporal são as diferenças conjunturais entre um momento e outro. Apesar disso, um ponto em comum une os três congressos: nesses eventos, cineastas e produtores criaram as bases do que seria a política cinematográfica que futuros governos adotariam e desenharam as feições da relação entre cinema brasileiro e Estado.

O principal resultado do 3º CBC foi a edição, em 2001, da Medida Provisória 2228-1 (MP 2228-1), ponto de partida desta investigação. A MP, que criou a Agência Nacional de Cinema (Ancine), restabeleceu, 12 anos após a extinção da Embrafilme pelo presidente Fernando Collor de Mello, o vínculo direto de cineastas, produtores e distribuidores com o governo. Os processos que antecederam e sucederam a assinatura da MP 2228-1 e a implantação da Ancine redefiniram o jogo de forças que comandaria o setor pela década seguinte. Esta investigação se estende até 2011, quando foi aprovada a Lei 12.485, que criou novas regulações para o mercado de TV paga e impôs cotas de produção nacional para os canais estrangeiros. Assim como aconteceu com a MP 2228-1, essa lei foi costurada pelo governo em parceria com articuladores do setor audiovisual.

Ao analisar as relações entre o meio cinematográfico e o Estado durante esse período e investigar a articulação entre agentes privados e governo, a pesquisa estabelecerá um diálogo indireto com os estudos que procuraram compreender a aliança entre o Cinema Novo e uma ditadura militar de direita (BERNARDET E GALVÃO, 1983; XAVIER, 2001; JORGE, 2002; FERNANDES, 2008). Na última década — marcada pela aproximação entre cineastas e *majors* de Hollywood e pela consolidação da GloboFilmes (JOHNSON, 2004; IKEDA, 2011) — a aliança parece ter se dado entre um cinema de mercado e um governo de esquerda.

A literatura que servirá de base para a pesquisa divide-se em dois campos do conhecimento: a sociologia da cultura e os estudos político-econômicos do cinema. As vertentes da sociologia da cultura das quais este trabalho se aproxima mais diretamente são: indústria cultural e trajetórias artísticas e intelectuais. Já no caso da pesquisa cinematográfica, este estudo insere-se nas discussões relativas às relações entre Estado e cinema.

A abordagem da indústria cultural é aquela derivada dos estudos culturais da Escola de Birmingham, hoje desdobrados em estudos

sobre as Indústrias Culturais e Criativas. Uma fonte teórica central será o materialismo cultural de Raymond Williams (1958, 1983; 1976), que oferece instrumental para a análise dos aspectos políticos, econômicos e sociais da cultura. Para a compreensão das especificidades brasileiras serão utilizados os estudos de Renato Ortiz, mais especificamente, *A moderna tradição brasileira* (1988) e *Cultura Brasileira e identidade nacional* (1985).

Também essenciais para a interpretação sociológica do campo cinematográfico são os estudos relativos às relações entre intelectuais e política levados a cabo por autores como Michel Löwy (1979) e Frederic Jameson (1994). A justificativa para essa linha analítica é que, apesar de não se encaixarem à perfeição na definição de intelectuais como categoria social, algumas das personalidades ligadas ao cinema brasileiro desempenham, historicamente, o papel de porta-vozes de ideias de nação e, frequentemente, são chamados pela mídia para opinar sobre variados temas.

No que diz respeito à política cinematográfica, a pesquisa levará em conta os trabalhos de Toby Miller (2005), teórico das relações entre os cinemas locais e Hollywood; Thomas Guback (1969), pioneiro analista da indústria cinematográfica internacional; e Françoise Benhamou (2007) e Laurent Creton (2009), que olham para o cinema sob a perspectiva da economia da cultura.

Fundamentais para a pesquisa serão, ainda, os estudos a respeito da relação histórica entre o cinema brasileiro e o Estado feitos por José Mário Ortiz Ramos (1983), Randal Johnson (1987), Anita Simis (1996), Tunico Amancio (2000) e Jean-Claude Bernardet (2009) — cabe ressaltar que todos enfocam processos anteriores aos anos 2000. Foi Ramos (1983, p. 13) quem formulou a indagação que ainda se mostra relevante para este estudo:

Como se processam as relações de força no interior do cinema brasileiro, como se comportam os grupos produtores culturais diante do Estado, como se dá, enfim, no campo cultural, a busca da hegemonia — tentada até mesmo por um Estado ditatorial —, que tem sua origem nas relações entre classes sociais?

A hipótese preliminar sobre a qual o trabalho se assenta é a de que, no século 21, a política cinematográfica brasileira, refletindo um movimento mais amplo da cultura e da sociedade na era neoliberal

(HARVEY, 2008), passou a aderir ao discurso da economia e do mercado. É sabido que, já nos anos 1970, a questão do cinema como mercado e indústria exigiu “dos intelectuais do INC [Instituto Nacional de Cinema] e da Embrafilme um discurso que fosse coerente com as perspectivas de desenvolvimento econômico” (ORTIZ, 1985, p. 110). No entanto, o que parece ter mudado, no século 21, é que a sobreposição dos interesses individuais aos coletivos tornou-se descarada — ou legitimada.

Se antes havia uma tensão entre o projeto de revolução e o ideário industrial (BERNARDET, 1978; VIANY, 1999), hoje as discussões sobre interesse público e defesa da identidade nacional (MILLER E YÚDICE, 2002) parecem ter sido de uma vez por todas substituídas pela razão econômica que, na visão de autores como Bourdieu (1998) e McGuigan (2004), passou a dominar todas as esferas da vida. Apesar de a articulação coletiva ter se mostrado decisiva para a constituição de uma determinada política, o que parece ter sido privilegiado é um cinema mais individualista, cujo sucesso é medido pelos resultados financeiros nas bilheterias.

A fim de examinar essa hipótese, vai se construir uma morfologia do campo cinematográfico a partir de uma investigação detalhada da atuação dos diversos atores na construção da política em vigor, fechando o foco sobre a mudança da ação de um plano coletivo para um plano mais individualista.

Os principais objetivos da pesquisa são: (1) reconstituir o contexto político e social em que os agentes do setor atuaram e em que medida seus discursos foram sendo alterados ao longo do tempo; (2) explorar o processo de dominação de um discurso, ou um modelo de cinema, sobre outro, e eventualmente atrelá-lo a uma nova configuração da cultura em escala global; (3) entender até que ponto cada uma dessas políticas ou movimentos refletem o grau de proximidade de determinados cineastas, produtores e distribuidores com o poder público.

Será possível, assim, compreender de que maneira, no campo cinematográfico, se reproduz a recorrente ausência de distinção entre as esferas pública e privada, marca, segundo Sergio Miceli (2001), da relação entre intelectuais e Estado no Brasil. De acordo com o autor, os grupos sociais estratégicos tendem, no País, a pautar-se pela lógica do afeto e do favor. Isso me parece particularmente verdadeiro no caso do cinema contemporâneo, em que um grupo de cineastas, produtores

e distribuidores tem acesso não apenas ao centro de poder decisório, mas ao dinheiro advindo de incentivos fiscais – indiretamente, recursos públicos. Essa parcela do setor demonstra ser capaz de mobilizar capitais que outros grupos não possuem e moldar políticas culturais que, em alguns casos, não necessariamente se inserem em uma visão pública de cultura, criando assim um “cinema dilacerado por um emaranhado de compromissos contraditórios” (SCOREL, 2005, p. 48)

Pretende-se ainda desenhar um quadro que mostrará o quanto as vozes do cinema foram sendo alteradas. Se, durante muito tempo, quem falou e teorizou foram cineastas como Glauber Rocha ou Carlos Diegues, na última década o papel de articulador parece ter sido, em alguma medida, transferido para instâncias do cinema mais ligadas à produção e comercialização. As novas vozes, mais do que o discurso da cultura ou da identidade nacional, tendem a enfatizar o conceito, hoje em voga, das indústrias criativas – indústrias que têm origem na criatividade individual e que têm potencial para gerar empregos e riquezas (HOWKINS, 2001; HESMONDALGH, 2007).

Trata-se, enfim, de uma investigação situada no campo da Sociologia da Cultura que pretende, por meio da pesquisa de campo e da análise teórica, contribuir para o conhecimento do campo cinematográfico como um espaço de disputas simbólicas e econômicas e também para a reflexão a respeito da trajetória política e ideológica dos profissionais do setor.

Referências

- ALVARENGA, Marcus Vinícius Tavares de. *Cineastas e a formação da Ancine (1999- 2003)*. São Carlos: Dissertação de mestrado em Imagem e Som – Universidade Federal de São Carlos, 2010.
- AMANCIO, Tunico. *Artes e manhas da Embrafilme*. Niteroi, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2000.
- AUTRAN, Artur. Gustavo Dahl: ideário de uma trajetória no cinema brasileiro. *Rebeca: Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audio-visual*, 2012, pp. 264-281.
- BECKER, Howard e GEER, Blanche. 1969. Participant observation and interviewing: A comparison. In McCALL, G.; SIMMONS, J.

- (Orgs.) *Issues in Participant Observation: A Text and Reader*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1969, pp. 322-331.
- BENHAMOU, Françoise. *A economia da cultura*. São Paulo: Ateliê Editorial. 2007.
- BERNARDET, Jean-Claude; GALVÃO, Maria Rita. *Cinema — repercussões em caixa de eco ideológica*. São Paulo: Brasiliense / Embrafilme, 1983.
- BERNARDET, Jean-Claude. *Trajétória crítica*. São Paulo: Pólis, 1978.
- . *Cinema brasileiro: propostas para uma História*. Segunda Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *The field of cultural production*. Cambridge: Polity Press, 1993.
- . A reasoned utopia and economic fatalism. *New Left Review* 227, January-February, 1998, pp. 125-30.
- CALDWELL, John Thornton. 2008. *Production Culture: Industrial Reflexivity and Critical Practice in Film and Television*. Durham and London: Duke University Press, 2008.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2013.
- CRETON, Laurent. *Économie du cinéma : perspectives stratégiques*. Paris : Armand Colin, 2009.
- ESCOREL, Eduardo. *Adivinhadores de Água*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- FERNANDES, Luciano Miranda Silva de Moraes. *O Estado aos cine-manovistas: inserção em redes sociais e multiposicionalidade*. Porto Alegre: Tese de doutorado em Ciência Política — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- GEERTZ, Clifford. *The interpretation of cultures: selected essays*. New York: Basic Books, 1973.
- GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks*. New York: International Publishers, 1971.
- GUBACK, Thomas. *The European international film industry: western Europe and America since 1945*. London: Indiana University Press, 1969.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HESMONDHALGH, David. *The cultural industries*. London: Sage, 2007.

- HESE-BIBER, Sharlene e LEAVY, Patricia (Orgs.). *Handbook of emergent methods*. London: The Guilford Press, 2008.
- HOWKINS, John. *The creative economy*. London: Penguin, 2001.
- IKEDA, Marcelo. *O modelo das leis de incentivo fiscal e as políticas públicas cinematográficas a partir da década de 90*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado em Comunicação — Universidade Federal Fluminense, 2011.
- JAMESON, Frederic. Reificação e utopia na cultura de massa. *Crítica Marxista*, Vol. 1, nº 1, São Paulo, Brasiliense, 1994, pp. 1-25.
- JOHNSON, Randall. *The film industry in Brazil: culture and the state*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1987.
- . The Brazilian Retomada and Global Hollywood. In: LILLO, G. e MOSER, W. (Orgs.) *History and Society: Argentinian and Brazilian Cinema since the 1980s*. Ottawa: Legas Publishing, 2007, pp. 87-100.
- JORGE, Maria Soler. *Cinema Novo e Embrafilme: cineastas e Estado pela consolidação da indústria cinematográfica brasileira*. Campinas: Dissertação de mestrado em Sociologia — Unicamp, 2002.
- LÖWY, Michael. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARSON, Melina Izar. *Cinema e políticas de Estado: da Embrafilme à Ancine*. São Paulo: Escrituras/Iniciativa Cultural, 2009.
- MC GUIGAN, Jim. *Rethinking cultural policy*. Maidenhead: Open University Press, 2004.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MILLER, Toby e YÚDICE, George. *Cultural Policy*. London: Sage, 2002.
- MILLER, Toby et. al (Orgs.) *Global Hollywood 2*. London: BFI, 2005.
- NAGIB, Lucia. *The new Brazilian cinema*. Londres: I.B. Tauris, 2003.
- ORICCHIO, Luiz Zanin. *Cinema de Novo: um balanço crítico da retomada*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira — cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ORTIZ, Renato. *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

- RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, Estado e lutas culturais: anos 50, 60, 70*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- RIDENTI, Marcelo. Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60?. In: BASTOS, E.R., RIDENTI, M. e ROLLAND, D. (Orgs.) *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez Editora, 2003, pp. 197-212.
- ROSALDO, Renato. *Culture & Truth: The remaking of social analysis*. London: Routledge, 1993.
- SHAW, Lisa e DENNISON, Stephanie. *Brazilian national cinema*. New York: Routledge, 2007.
- SIMIS, Anita. *Estado e cinema no Brasil*. Sao Paulo: Annablume, 1996.
- SOUSA, Ana Paula. Temporada de Caça. *Revista Filme B*. Rio de Janeiro, Setembro, 2012, pp. 10-16.
- SOUSA, Ana Paula. *Protection or Intervention? The analysis of the Brazilian attempt to create a comprehensive audio-visual policy in 2004*. Londres: Dissertação de mestrado em Indústrias Culturais e Criativas – King’s College London, 2013.
- VIANY, Alex. *O processo do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.
- WILLIAMS Raymond. *Culture and Society: 1780-1950*. New York: Columbia University Press, 1958, 1983.
- WILLIAMS Raymond. *Keywords: a vocabulary of culture and society*. London: Fontana Press, 1976.
- XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Apontamentos sobre o movimento *Occupy Wall Street*: Crise econômica e ideologia

NARA ROBERTA DA SILVA
nararoberta@gmail.com

Este trabalho apresenta o atual estágio de uma investigação acerca do movimento *Occupy Wall Street* (OWS). Cerca de quatro anos após o início da crise do mercado imobiliário americano, a emergência do OWS chamou a atenção para as consequências econômicas e, sobretudo, sociais de tal crise. Como parte das grandes mobilizações iniciadas em 2011, o OWS apresenta algumas das características de um recente ativismo político: uso da internet e redes sociais como ferramenta de organização associado à ocupação de espaços públicos; defesa da horizontalidade; ausência de demandas formais e específicas; construção da unidade/identidade através da raiva, indignação e/ou descrença em relação ao sistema político vigente, sintetizadas em consigna de fácil identificação. Sendo assim, ao momento priorizamos uma análise dos precedentes e dos desdobramentos da chamada Grande Recessão, com base nos preceitos de Marx, capaz então de nos dar subsídios para uma concisa avaliação de certos aspectos do OWS — por ora coletados através de pesquisa bibliográfica. Desse modo, abre-se caminho para futuramente avaliarmos o fenômeno da ideologia a partir deste movimento — objetivo principal da presente pesquisa.

Marco Civil e Reforma da Lei de Direito Autoral: A relação entre sociedade e Estado no meio cibernético

RAPHAEL DE SOUZA SILVEIRAS

rapha.phh@hotmail.com

Resumo

Este trabalho investiga a atuação do Estado e da sociedade civil em duas consultas públicas realizadas pela Internet no Brasil. Foca-se principalmente a atuação do Estado, o modo como se exerceu o poder nesses espaços, tendo como referência teórica a concepção de poder em Michel Foucault. O Marco Civil da Internet foi uma consulta pública cujo objetivo era obter uma relação harmônica entre direito e rede por meio da regulamentação da Internet brasileira. A consulta para a reforma da Lei de Direito Autoral foi realizada com a finalidade de manter o equilíbrio entre direito de acesso a conteúdos e o Direito Autoral, visto que a Lei atual de Direito Autoral (9610/98) está defasada frente ao desenvolvimento tecnológico. Tenta-se compreender qual o caminho que essas consultas públicas apontam em relação à atuação do Estado brasileiro na Internet com a construção desses dois dentre os inúmeros “espaços” que compõem estes meios eletrônicos, como o Estado está lidando com a Internet no que se refere à maior participação da sociedade civil na constituição de políticas públicas.

Palavras-chave Internet; Governança; Consulta Pública; Poder.

Abstract

This paper investigates the performance of the State and civil society in two Brazilian public consultations that were conducted on the Internet. Focuses mainly state

action, how it exercised power in these spaces, using as theoretical reference the conception of power in Michel Foucault. The Marco Civil da Internet was a public consultation which was aimed to obtain a harmonious relationship between law and network through the regulation of the Brazilian Internet. The consultation on the reform of the Law of Copyright was held in order to maintain the balance between the right of access to content and the copyright law, as the current Copyright Law (9610/98) is lagged back of the technological development. Here, we try to understand which path these public consultations point regarding the role of the state in the Internet with the construction of these two among the many “spaces” that compose the electronic means of political participation, how the State is dealing with the Internet regarding increased participation of civil society in the formation of public policy.

Keywords Internet; Governance; Public Consultation; Power

Introdução

A consulta pública para o Marco Civil da Internet (MC) foi um importante acontecimento sobre a regulamentação da Internet no Brasil, pois não há uma instrumentação jurídica para isso no país.¹ O objetivo foi o de construir uma espécie de “Constituição” da Internet no Brasil. A consulta pública para a reforma da Lei de direito autoral (LDA) aconteceu com a finalidade de garantir uma harmonia entre direitos autorais e os demais direitos fundamentais e sociais, e também pelo fato de a Lei ser de 1998 (9610/98), e estar desatualizada frente às novas tecnologias. Essas consultas aconteceram principalmente por meio da Internet.

Há abundante material sobre a história da Internet e o modo como esta rede de redes penetrou a sociedade (Cf., entre outros: ABBATE, 1999; BOASE, 2004; CASTELLS, 2000; NAUGHTON, 1996; WELLMAN, 2001; WELLMAN; HOGAN 2004). Para este trabalho, é importante frisar que a Internet é uma tecnologia que possibilita a informação, comunicação e ação. A compreensão sobre o que ela auxilia a

1. Este trabalho é parte do resultado dos estudos para a elaboração de minha dissertação de mestrado. Neste trabalho, desenvolvemos um texto que explora parte do que está presente na dissertação, a qual será disponibilizada em breve.

desenvolver no contemporâneo é fundamental para o entendimento das relações sociais que utilizam a Internet, um conjunto de elementos técnicos que possibilitam a relação entre máquinas, entre humanos e entre máquinas e humanos. É importante salientar que há um aumento mundial de pessoas que acessam a Internet, ainda que os números não alcancem metade da população mundial.² Outro elemento importante a se destacar quanto à Internet é o fato de ela estar abarcando outros meios de comunicação, como a televisão e a telefonia. Isto evidencia sua importância e disseminação na sociedade contemporânea. O Marco Civil da Internet e a reforma da Lei de direito autoral são um modo de se ter acesso qualitativo à sociedade civil sobre assuntos específicos, onde o meio fulcral de comunicação foi a Internet; este é um novo modo de fazer política que flexibiliza a noção de representatividade na constituição ou reformulação de políticas públicas, mas que não substitui a representatividade política em si. E as duas consultas apontam um caminho sobre o modo de atuação do Estado brasileiro no que se refere à utilização da Internet.

A arquitetura da Internet possui uma infraestrutura física e outra lógica que se interpenetram. Sua constituição é semelhante à de um computador, possuindo software — conjunto de instruções técnicas que operam os dispositivos — e hardware — entendido como o arranjo lógico de peças físicas onde operam os conjuntos de instruções de softwares. Se o hardware pode servir como apoio de outras estruturas de software, é no projeto robusto de padronização de softwares que se faz a caracterização da Internet. Sua camada física é constituída por cabos, redes sem fio, satélites, etc. e a camada lógica é formada por um complexo de protocolos que definem o modo como os dados devem ser organizados para que saiam de um ponto e cheguem a outro. A camada lógica específica e organiza a informação para seu tráfego na camada física. Diante desta infraestrutura e seu funcionamento, há um complexo tráfego de informações, uma intrincada dinâmica da Internet, deslocamentos que acontecem por um emaranhado de cabos, redes sem fio, etc. Inúmeros dados passam constantemente a participar deste fluxo de informações

2. Cf. International Telecommunication Union, disponível em: <<http://is.gd/nte4yx>>. Todos os links deste trabalho foram encurtados por meio do compressor de endereços is.gd, cf. <<http://is.gd/description.php>>, e todos os links foram acessados em 14 mar. 2013.

enquanto outros deixam de fazer parte do mesmo. Existem alguns sistemas que tentam fotografar e armazenar portais, vídeos, textos, áudios e softwares que são disponibilizados na Internet durante algum espaço de tempo.³ No entanto, muitas informações trafegam pela rede e não são fotografadas. Deste modo, a Internet influi na concepção de que a realidade é fugidia e seu conteúdo ilimitado. E é justamente inserido nesta dinâmica que encontramos esses dois portais de consulta pública: <<http://culturadigital.br/marcocivil/>>; <<http://www2.cultura.gov.br/consultadireitoautorale/>>.

Neste sentido, a própria condição virtual de parte destas consultas públicas demonstra a dinâmica das mesmas, ao passo que uma análise sobre elas e seus desenlaces, um estudo que se objetiva em algo preso a um espaço-tempo — como um artigo — não pode assumir senão a dimensão de fotografia ou videograma de um filme que transpassa os dois portais acima mencionados. Mas como o próprio Durkheim coloca em *As regras do método sociológico* (1895), deve-se realizar trabalhos progressivos de abordagem, ir cercando esta realidade fugidia cada vez mais de perto a fim de compreendê-la, realidade esta que o humano talvez nunca abarque completamente. E é neste espírito que desenvolvemos este trabalho, tendo como objetivo fotografar algo que represente parte desse processo.

1 Marco Civil da Internet

O Marco Civil da Internet surge em uma conjuntura na qual se demandava de um arcabouço jurídico para auxiliar juízes a julgar casos de delitos cometidos na rede de redes. Leis sobre a Internet são fundamentais para não acontecer equívocos de julgamentos dos juízes, como o clássico de Cicarelli em 2007. Ela processava o YouTube por um de seus usuários ter disponibilizado um vídeo no qual a modelo estaria em relações sexuais com seu namorado numa praia da Espanha. Uma decisão judicial bloqueou o acesso ao YouTube no território nacional, mas esta medida foi suspensa (Cf. FOLHA ONLINE, 2007). Esta situação demonstra a necessidade de uma lei para auxiliar os juízes diante de casos semelhantes. Outro fator que contribuiu para o surgimento da referida consulta foi o Projeto de Lei 84/99,

3. Como o caso do *Internet Archive*, cf. <<http://is.gd/GvGuAd>>.

popularmente chamado de PL Azeredo ou AI-5 Digital. Este projeto de lei prescrevia crimes cometidos por meio da Internet. Com sua aprovação, criar-se-ia uma lei criminal antes de uma Constituição da Internet. No entanto, a movimentação da sociedade civil em defesa da anulação do PL Azeredo no Congresso se fortaleceu apenas em 2007. A tramitação do PL estava avançada no Congresso e ele deveria ser aprovado de qualquer modo. Neste ano, Ronaldo Lemos (2007) — então coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (CTS/FGV-Rio) — fez um texto defendendo o Marco Regulatório da Internet ao invés de um Marco Regulatório Criminal da Internet. Por meio de pressões da sociedade civil o governo bloqueou temporariamente o PL Azeredo no início de 2009.

No mesmo ano, o então presidente Lula participou do 10º Fórum Internacional de Software Livre, realizado em Porto Alegre-RS. Na fala do presidente, ele atribuiu ao ministro da justiça na época — Tarso Genro — a responsabilidade de resolver o problema sobre esse projeto de lei que se pautava na censura.⁴ Ainda que a responsabilidade de resolver este problema não coubesse diretamente ao Ministério da Justiça, a Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL) do Ministério foi o setor responsável pela consulta pública do Marco Civil da Internet.

O Marco Civil surge neste contexto e conta com o posicionamento, ainda que tardio, da sociedade civil contra o PL Azeredo; o MC serviu como contraponto à proposta de Eduardo Azeredo. Este foi aprovado em 2012, mas com alterações que o deixaram praticamente inofensivo (Cf. BRASIL, 2012). Para realizar a consulta, a SAL contou com o apoio de vários atores, como o Ministério da Cultura (MinC) e o CTS/FGV-Rio. O CTS foi parceiro da SAL desde a concepção até a objetivação da consulta, além de auxiliar no desenvolvimento da interface do portal. Foi uma relação na qual não houve transferência de dinheiro público (ALMEIDA, 2013), onde a decisão foi, em última instância, da SAL. Deste modo, é importante destacar que a concepção de obra coletiva se deu na organização da consulta e pela participação direta da sociedade. Estes pontos foram fundamentais para alcançar uma diversidade de perspectivas em relação ao debate proposto.

4. Cf. Discurso do Presidente Lula no FISL 2009, disponível em: <<http://is.gd/99aIUE>>.

Como colocado, o Marco Civil da Internet se realizou em duas fases, de 29 de outubro de 2009 a 17 de dezembro do mesmo ano; e do dia 08 de abril de 2010 a 20 de maio do referido ano. De modo geral, as contribuições se deram pelo portal da consulta. Para tanto, o participante deveria se cadastrar no site,⁵ informando uma série de dados como nome de usuário, email, endereço, cidade, estado, telefone e biografia. Após isso, bastava o usuário acessar o site e comentar o texto em consulta. Na primeira fase havia um texto base para a construção de uma minuta de anteprojeto de lei; na segunda uma minuta de anteprojeto de lei. O texto da primeira fase foi dividido em três eixos: 1) Direitos individuais e coletivos; 2) Responsabilidade dos atores; e 3) Diretrizes governamentais. Esses eixos foram constituídos por vários tópicos e em cada tópico havia um pequeno texto que o problematizava. O participante poderia comentar cada um dos tópicos. Na segunda fase, o anteprojeto construído por meio da colaboração dos usuários da primeira fase possuía 34 artigos, os quais foram divididos em cinco capítulos: 1) Dos direitos e garantias dos usuários; 3) Da provisão de conexão e de serviços de Internet; 4) Da atuação do poder público; e 5) Disposições finais.

Um elemento de suma importância no que diz respeito ao modo de participação é o fato de os organizadores da consulta utilizarem como referência a estrutura de comentários de um blog, no qual é possível fazer comentário sobre o comentário de outro ator. Este mecanismo possibilitou o desenvolvimento de debates entre os participantes, de modo que foi perceptível o aprimoramento de seus argumentos conforme o desenvolvimento da consulta, principalmente entre os atores individuais, os quais possuíam maior dinâmica no debate na medida em que não dependiam de um coletivo para publicar seus comentários. Nesse sentido, os comentários não necessariamente eram contribuições à elaboração do texto, visto que alguns comentários tratavam de coisas diversas, desde a explicação do funcionamento da arquitetura da Internet até conflitos entre os participantes. Entre os conflitos, um que achamos importante destacar foi o que aconteceu entre direito e tecnologia. Isto porque parte significativa dos comentários clivava o debate para o direito ao passo que outros, em menor quantidade,

5. Tanto o portal do Marco Civil quando da reforma da LDA utilizaram o WordPress, plataforma para publicação pessoal e coletiva, livre e gratuita.

dissertavam sobre o assunto a partir da tecnologia — como o funcionamento da Internet. Como parte significativa desses comentários se preocupavam com os não versados no assunto, era possível agregar aprendizado sobre essas duas áreas presentes no MC e entender o modo como seus interlocutores encaravam o debate na medida em que com um processo aberto, o comentário de todos os participantes estava disponível para a organização, participantes e observadores da consulta.

Em entrevista, Pedro Abramoway (2013) — secretário da SAL no início da consulta e hoje professor do CTS/FGV-Rio e diretor de campanhas da Avaaz — e Guilherme Almeida (2013) — assessor da SAL — apontaram a preocupação de se realizar este modelo de consulta na medida em que os participantes poderiam se valer de xingamentos em relação ao Estado, etc. O SAL resolveu lidar com a possibilidade desses inconvenientes e o resultado foi, neste sentido, positivo. Pois as colocações se concentraram nas temáticas que envolviam o debate.

Mas o portal da consulta não foi o único meio de realizar colaborações. Concentraram parte da divulgação nas redes sociais virtuais — como Twitter, Orkut e Facebook — e participaram de conferências, seminários e etc. para os quais eram convidados e em todos esses espaços aceitavam debater e receber novas contribuições. Divulgaram a consulta por redes sociais, portais, e-mails, rádio, televisão, etc. Assim, os organizadores conseguiram acessar atores que estavam neste campo de ação.

Entre os participantes destacam-se acadêmicos, instituições públicas e privadas, parlamentares, favoráveis e atores que se opuseram ao Marco Civil. Para realizar a gestão, controle e acompanhamento da consulta a SAL contou com o apoio do CTS e contrataram uma pessoa responsável por dedicar 90% de seu tempo ao MC — Paulo Rená — e uma estagiária. E se na primeira fase a ideia geral era captar temas e orientações gerais do público, na segunda tinha-se como intuito a orientação dos comentários para a elaborar o texto final. A análise dos dados se deu por meio da leitura de todos os comentários, os quais influíram na confecção do texto final. Um exemplo da importância das contribuições é o fato de nos textos em debate não haver necessidade de ordem judicial para retirar da Internet conteúdos impróprios, que violasse direitos autorais, etc., facultando aos provedores de conteúdo — como YouTube, Facebook, Gmail — a utilização

de mecanismos automáticos para a remoção de conteúdos. Através do debate, este dispositivo jurídico não se apresentou no texto final da consulta pública.

O retorno aos participantes foi intenso, com comunicação constante durante o processo, divulgação de um arquivo com todos os comentários após cada fase da consulta e atualização do portal até 2012. Após isso, o site não recebeu atualizações, de modo que o participante ou mesmo pessoas interessadas no assunto não dispunham mais deste portal enquanto aquele que concentrava informações acerca do desenvolvimento desse processo. Em nossa perspectiva, este foi um ponto falho não apenas do Marco Civil como também do portal da reforma da LDA.

Ao contabilizar as contribuições realizadas no site da consulta, e-mails, referências em sites Twitter, etc., chega-se a mais de 2300 comentários. E durante o processo houveram mais de 123 mil visitas ao site. De acordo com nossa contabilização,⁶ foram 686 comentários na primeira fase da consulta e 1295 na segunda alcançando o número de 1981 contribuições. Os números são baixos, mas a intenção era trabalhar com o caráter qualitativo. Acreditamos que o aumento de contribuições deve ser uma das prioridades no desenvolvimento de outras consultas públicas, visando a pluralidade de contribuições sobre o objeto em consulta.

Após a constituição de um texto final, resultado de todo esse processo de consulta pública, o texto foi debatido pelos ministérios envolvidos para o executivo alcançar um consenso. Após isso, ele para a Casa Civil e em seguida para o Congresso, tornando-se o PL 2126/2011. Na Câmara dos Deputados o texto está sofrendo diversas alterações, entre elas a obrigatoriedade de armazenagem de dados da Internet em território nacional, sobre a qual dissertaremos a seguir.

A partir do acompanhamento das duas fases da consulta e do que aconteceu após ambas concebe-se que o debate sobre o Marco Civil concentrou-se em quatro pontos: 1) privacidade; 2) neutralidade de

6. Houveram vários trechos repetidos das contribuições dos participantes nos compêndios das duas fases da consulta, estes dados não foram sistematizados pelos organizadores como os da consulta pública para a reforma da LDA. Desse modo, não podemos asseverar a precisão em relação aos números nos quais chegamos. Contudo, eles são próximos aos que chegaram Sampaio, Bragatto e Nicolás, (2013).

rede; 3) imputabilidade da rede; e 4) obrigatoriedade de armazenagem de dados da Internet em território nacional.

1. A privacidade é considerada um direito fundamental, presente na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* das Nações Unidas (1948) e na *Constituição Federal do Brasil* (1988). Mas há exceções para a violação de privacidade por meio de ordem judicial. Na consulta, a maioria dos atores se mostraram favoráveis à manutenção da privacidade do usuário na Internet, a diferença se encontrava no modo de mantê-la. Uma das principais críticas em relação à privacidade refere-se às teles se valerem comercialmente dos dados que retêm sobre a navegação dos usuários. Estas empresas reclamam por não poderem lucrar com esses dados ao passo que os servidores de conteúdo podem (NAZÁRIO, 2013: *online*). No caso dos servidores de acesso, o problema se coloca porque se o usuário se sentir incomodado com o trato de seus dados ele não necessariamente terá a disponibilidade de outro servidor de acesso para ser contratado. Esta situação se encontra em grande parte do país.⁷

O anonimato está vinculado à privacidade, mas sua vedação está na *Constituição Federal* — inciso IV do artigo 5º (BRASIL, 1988: *online*). Entretanto, sabe-se que o anonimato é fundamental em diversas circunstâncias, como em denúncias a corruptos e sigilo de fontes jornalísticas. No MC defende-se o anonimato, salvo ordem judicial. E há meios de se identificar o usuário,⁸ ainda que eles possam ser burlados no atual desenvolvimento tecnológico, como é o caso de invadir o computador de um usuário. Isto sensibiliza a identificação do usuário, pois torna complexo saber quem está utilizando certo computador em determinado momento. Todavia, há casos em que se consegue comprovar práticas ilegais no uso de determinado usuário, como nas duas prisões que ocorreram durante a Campus Party do Brasil⁹ deste ano pelo fato de indivíduos estarem compartilhando conteúdo de pornografia infantil no evento (Cf. MORA, 2014).

7. Cf. Atlas Brasileiro de Telecomunicações (2013).

8. Como a utilização de biometria, iris, reconhecimento de voz e senhas.

9. Grande evento de inovação tecnológica, entretenimento eletrônico e Internet.

2. A neutralidade de rede refere-se a todas as informações trafegarem na Internet recebendo o mesmo tratamento, mesma velocidade, sem sofrer limitação ou controle no envio, recebimento ou transmissão de dados. Por exemplo, se compro determinada velocidade de acesso para navegar na Internet, não pode haver discriminação na velocidade do meu acesso se eu entrar no site x ao invés do y. A quebra da neutralidade de rede pode ser utilizada para que provedores de acesso influenciem seus usuários a comprar um pacote com maior velocidade de acesso ou para condicioná-los a utilizar um portal ou serviço em detrimento de outro. De modo geral, defendeu-se a neutralidade de rede nas consultas, ainda que as empresas de teles se posicionassem contra por meio dos mais diversos discursos que, em última instância, revelaram que o interesse na quebra da neutralidade referia-se a modelo de negócios: “Não estamos falando de liberdade, mas sim do velho e bom dinheiro, de modelo de negócios”, disparou o vice-presidente da TIM, Mario Girasole, um executivo pouco afeito a tergiversações” (GROSSMANN, 2013: *online*).

3. A inimizabilidade da rede refere-se a não se responsabilizar os intermediários da rede pelas práticas do usuário. Como intermediários, referimo-nos tanto aos servidores de acesso quanto aos servidores de conteúdo. Um exemplo foi a condenação dos fundadores do The Pirate Bay — site mundialmente conhecido de indexação de arquivos —, os quais foram acusados e condenados por facilitarem downloads de arquivos ilegais (Cf. KLOSE, 2013). Ao invés de encontrar os milhares de usuários do site, opta-se por responsabilizar seus fundadores, o que torna um servidor responsável pelas práticas de seus usuários. Esta responsabilização faz sentido, por exemplo, para empresas que trabalham com conteúdos possuidores de direitos autorais por facilitar a inibição desses conteúdos na Internet.

4. Após as revelações de Edward Snowden¹⁰ na qual foi explicitado também que o governo brasileiro era espionado pelo governo dos EUA, apareceu no debate a defesa de que a armazenagem de dados dos usuários da Internet no Brasil deveriam acontecer no território nacional a fim de se ter maior transparência sobre esses dados (Cf. CONVERGÊNCIA DIGITAL, 2013; NAZÁRIO, 2013) e também com o intuito de que eles seguissem a legislação brasileira. Pois hoje parte significa dessas informações são armazenadas nos servidores dos Estados Unidos e, por conseguinte, seguem a legislação deste país. Esta medida não implica em maior segurança dos dados, pois os mesmos podem ser transferidos para suas filiais nos EUA. O questionamento que colocamos é em que medida o governo brasileiro não estaria disposto a realizar procedimentos semelhantes aos que realizaram o governo estadunidense. Por meio deste armazenamento — o qual aconteceria sem aviso prévio —, cria-se a potência de vigilantismo, afetando a privacidade dos usuários por meio de uma espécie de gravação de todas as conversas telefônicas realizadas no território nacional. É importante frisar que o governo brasileiro já está presente na Internet praticando o vigilantismo, como é o caso de a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) ter monitorado as redes sociais virtuais durante os protestos de 2013 (Cf. JORNAL DO BRASIL, 2013; e RIZZO; MONTEIRO, 2013).

Posteriormente ao processo de consulta pública o texto foi alterado em inúmeros pontos e o acréscimo da obrigatoriedade de armazenagem de dados da Internet em território nacional foi apenas um deles. Essas alterações fizeram com que ativistas defensores do Marco Civil passassem a se colocar contra o mesmo. Ainda assim, há um consenso de que esta lei é um avanço no que se refere a um marco regulatório da Internet no Brasil. Dois dos principais problemas para sua aprovação é o fato de as empresas de teles terem conseguido realizar *lobby*

10. Edward Snowden é um ex-analista de inteligência que trabalhava como terceirizado da Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA) e forneceu documentos sigilosos sobre um programa de vigilância eletrônica intitulado PRISM. Para informações e acesso à linha do tempo desse caso, cf. <<http://is.gd/anXml.d>>.

no processo legislativo, corroborando para a alteração do PL e também conflito entre o Palácio do Planalto e a base aliada, problemas partidários que acabam por orientar o desenlace do Marco Civil da Internet (Cf. PASSARINHO, 2014).

2 Reforma da Lei de direito autoral

O debate sobre a reforma na Lei de direito autoral surge numa conjuntura em que havia (e ainda há) significativo descompasso entre direitos autorais e novas tecnologias. Jandira Feghali, vice-presidente da Comissão Especial formada em 1997 para concluir a tramitação do projeto de lei que se tornou a LDA em 1998, afirma que muito se avançou na época em que constituíram a LDA, mas seria necessário realizar uma reforma da LDA e tocar em vários pontos que na época não foram debatidos (FEGHALI apud VERMELHO.ORG, 2013: *online*).

Dois fatores entre 2005 e 2006 influenciaram a revisão da LDA. O primeiro foi críticas em relação ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição das músicas a seus atores (Ecad), em especial sobre o modo de arrecadação e distribuição do dinheiro proveniente dos direitos autorais. Além disso, o Ecad não possuía um órgão que o regulasse. E outro foi sobre a ABDR — Associação Brasileira de Direitos Reprográficos —, a qual começou a processar diretórios acadêmicos, professores e estudantes por xerocarem livros ou parte dos mesmos, o que gerou o *Movimento Copiar Livro é Direito* (2006).

Em 2005 surge a demanda do Fórum Nacional para o Direito Autoral na I Conferência Nacional de Cultura. Entre suas diretrizes, definiu-se a realização de uma série de debates públicos sobre direitos autorais. O início desse processo se deu enquanto Gilberto Gil estava no MinC e passou até o momento por outras três administrações: Juca Ferreira, Ana de Hollanda e Marta Suplicy. A partir desses debates, cria-se na administração de Juca Ferreira um anteprojeto de lei tendo como referência discussões anteriores à consulta pública. E foi para opinar sobre essas propostas de alterações da Lei 9610/98 que abriram a consulta pública.

O período para contribuição foi do dia 14 de junho de 2010 até 31 de agosto do mesmo ano. No dia em que a consulta foi ao ar o MinC

publicou no site as principais mudanças propostas para a modernização da LDA, estas alterações afetariam autor, cidadãos e investidores (Cf. MINC, 2010b). Para contribuir na consulta era necessário se cadastrar no site informando, entre outros, nome completo, CPF, cidade, estado, se a manifestação era individual ou coletiva. Na participação o usuário deveria escolher um dispositivo a ser comentado, informar a opinião em relação ao mesmo e, caso concordasse com ressalvas ou discordasse da alteração, precisava informar se o dispositivo deveria ser excluído, alterado ou que se mantivesse como era antes das alterações sofridas pelo anteprojeto de lei. Uma prática que não foi possível nos comentários era a de comentar o comentário do outro. Isto dificultou a comunicação entre os participantes dentro do próprio portal da consulta bem como o desenvolvimento de debates. Neste sentido, a consulta recebeu um caráter mais formal do que a do Marco Civil, ainda que possuísse a mesma simultaneidade nas contribuições do que esta.

A divulgação da consulta se deu por meio da imprensa de relevância nacional, como jornais, televisões, etc. O MinC contratou duas empresas para dar assessoria ao Ministério, uma de imprensa e outra de publicidade. Além disso, criaram um material de divulgação. Os participantes da consulta foram usuários comuns interessados no assunto e as mais diversas instituições e pessoas que de algum modo são afetadas pela Lei. Um mês após o término da consulta, o MinC disponibilizou uma planilha com todas as contribuições. Após a consulta, os organizadores processaram as contribuições adquiridas e o MinC fez uma proposta resultante dessas análises, as quais se deram a partir da divisão dos artigos em consulta entre a equipe responsável por ela e, após isso, sentaram em grupo para discutir cada um dos pontos e o texto final de cada artigo. O texto final foi encaminhado para o GIPI (Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual) para a manifestação dos ministérios. A proposta foi aprovada praticamente em sua totalidade e, a partir disso, o MinC disponibilizou um relatório que analisava as contribuições da consulta (Cf. MINC, 2010a). No total foram 7863 contribuições realizadas no site.

No final de 2010 o texto estava pronto para ser enviado ao Congresso. Ana de Hollanda é anunciada como a nova ministra da cultura. Esta notícia não foi encarada de maneira positiva pelos ativistas favoráveis a alteração da Lei, na medida em que Ana de Hollanda era

considerada partidária do Ecad — uma das principais entidades que se opuseram à reforma da LDA. Esta preocupação sobre a continuidade da reforma da LDA e a permanência do contato que o MinC havia estabelecido com a sociedade civil se objetivou em uma *Carta Aberta* (2010) de representantes da sociedade civil à Dilma e Ana de Hollanda. No primeiro mês de mandato, a então ministra da cultura retirou as licenças *creative commons*¹¹ do site do MinC, algo que foi encarado por ativistas como oposição à cultura livre. Em março, Marcos Souza — um dos principais idealizadores da reforma da LDA — foi afastado do seu cargo de diretor de direitos intelectuais no MinC. Em abril, Ana de Hollanda prossegue com a reforma da LDA e lança uma segunda fase de consulta pública.

A segunda fase ficou aberta para contribuição do dia 25 de abril de 2010 a 30 de maio do mesmo ano. Mas se na primeira fase havia a publicação instantânea das contribuições, na segunda a pessoa física deveria preencher um formulário enquanto o participante institucional poderia realizar sua contribuição por meio de um documento — como uma carta — a ser enviada para o endereço físico ou eletrônico do MinC. Nesse sentido, a informação era retida no MinC, não sendo acessada pelos demais participantes da consulta.

A justificativa nas contribuições se dividia em duas partes: de fato — apresentação demonstrando a necessidade de modificação e/ou aprimoramento de determinada seção do anteprojeto; jurídica — argumentação tomando como base legislação nacional e internacional referente à seção comentada. Nota-se que a contribuição demandava um conhecimento jurídico do participante, algo que restringe a participação dos não versados sobre o assunto. O número de participantes da segunda fase foi significativamente menor do que o da primeira. A primeira fase teve 7863 colaborações enquanto a segunda 178. Na primeira fase as contribuições foram de 843 indivíduos e 149 instituições, e na segunda os números se invertem, sendo 76 pessoas físicas e 92 pessoas jurídicas.

As contribuições da segunda fase foram publicadas no dia 11 de agosto de 2010 e no mesmo dia foi encaminhado ao GIPI o texto final.

11. As licenças *creative commons* são diferentes das licenças tradicionais, nas quais todos os direitos do autor são reservados. Elas seguem uma perspectiva mais aberta, permitindo cópia e compartilhamento do conteúdo produzido com redução de restrições de acesso a esse conteúdo.

Em novembro este texto foi enviado para a Casa Civil. No texto final foi incorporado alguns pontos, entre eles a retirada de sites, blogs, etc., sem a necessidade de ordem judicial, de conteúdos que infrinjam a lei de direitos autorais. Deste modo, esse processo poderia se tornar mecânico e o responsável por sua publicação não teria condições de resistir à retirada do conteúdo.

Ana de Hollanda sai do MinC em setembro de 2012, antes de sua versão da reforma da LDA ir ao Congresso. Em seu lugar assume Marta Suplicy, a qual parece ter um posicionamento mais próximo ao de Gil e Juca do que Ana de Hollanda. Nos primeiros meses de seu mandato realizou uma reunião com ativistas que participavam ativamente do MinC antes da administração de Ana de Hollanda. Além disso, Marcos Souza é readmitido ao cargo de diretor de direitos intelectuais.

Segundo Marcos Souza (2013), há um anteprojeto de lei consensuado e praticamente pronto para ir ao Congresso, mas até o momento o Executivo não apresentou este projeto à Câmara. É importante salientar que pelo fato de neste ano haver Copa no Brasil e também por ser um ano eleitoral, torna-se mais complicado o envio deste anteprojeto ao Congresso. Como este anteprojeto não foi apresentado à sociedade civil, não é possível aferir o impacto da consulta no mesmo. No entanto, acredita-se que ele seguirá uma linha próxima ao texto da consulta. E “[a] lei continua injusta, privilegiando os intermediários/empresas. A lei continua sendo uma das mais rígidas do mundo em relação ao cidadão. A única coisa que melhorou foi quanto à presença do Estado e a questão da gestão coletiva (Ecad) por conta da aprovação da lei^[12]” (SOUZA, 2014: [email]). É importante frisar que mesmo com a aprovação de uma reforma próxima ao texto final da primeira fase da consulta, o mesmo não trata do compartilhamento de arquivos pela Internet, um dos meios pelos quais há grande fluxo de conteúdos que infringem os direitos autorais.

3 Considerações “conclusivas”

Nas duas fases do Marco Civil e na primeira da reforma da LDA os organizadores valeram-se dos dois fluxos de informação que estão

12. Cf. Brasil (2012).

presentes no bojo da Internet: recepção e emissão — a exceção está na segunda fase da reforma da LDA. Fizeram isto seguindo também o caráter simultâneo possibilitado pela Internet, algo que contribuiu para o desenvolvimento de debates e transparência do processo de obtenção de informações para, posteriormente, aferir em que medida as contribuições fizeram parte do texto oriundo dessas consultas. Este modo de apropriação da Internet apresenta-se como uma tendência no Brasil, na medida em que setores do governo e algumas instituições se valem da consulta pública pela Internet, possibilitando a participação direta da sociedade. Nas duas consultas o processamento dos dados foi parecido, mas o modo de disponibilização de um documento referente ao processamento dessas informações foi diversificado. Enquanto o MC apresentou documentos que eram uma espécie de compêndio das contribuições, a primeira fase da reforma da LDA construiu um relatório apresentando uma problematização com as contribuições do processo e apontando qual o posicionamento adotado em relação a cada uma das seções em consulta, já a segunda fase apresentou apenas um compêndio com as contribuições que receberam. No que diz respeito ao portal das consultas, o Marco Civil e a primeira fase da LDA hospedaram os mesmos no domínio culturadigital.br e se valeram de uma estrutura com código de fonte aberto. Além disso, havia um contato direto entre os organizadores das duas consultas, como o fato de Marcos Souza se alocar na SAL quando foi deposto de seu cargo. Mas os pontos centrais entre essas duas consultas são o debate sobre o acesso à informação — como acesso a conteúdos que violam a LDA, acesso e comercialização de dados dos usuários da Internet, limite de acesso à informação por meio da quebra da neutralidade de rede, entre outros — e a relação entre direito e tecnologia.

No tocante à relação entre direito e tecnologia, pode-se verificar que o Estado tenta legislar as novas tecnologias. No entanto, as leis existentes sobre as mesmas são, de modo geral, específicas, de modo que se tornam defasadas em pouco tempo, não conseguindo assim abarcá-las. A ideia do Marco Civil parece interessante na medida em que funciona como uma lei genérica, uma espécie de “Constituição” que servirá como referência para o desenvolvimento de leis específicas. Já na reforma da LDA o compartilhamento de arquivos pela

Internet não seria legislado, ou seja, esta lei não conseguiria abarcar um modo fulcral de circulação de conteúdos na Internet.

Foucault dissertou sobre essa relação entre Estado e relações sociais. Segundo ele, o Estado possui certa centralidade porque todos os outros tipos de relação de poder a ele se referem. Isto porque se produziu uma estatização contínua das relações de poder (FOUCAULT, 1995). A Internet passa a ser mais um desses espaços de relações de poder onde o Estado quer atuar com maior intensidade. No entanto, ela parece ser ainda mais fugidia do que a realidade sobre a qual Durkheim dissertava. Isto porque sua estrutura é extremamente extensa e os modos de escapar dessa estatização, os contrapoderes, são inúmeros.¹³ E a tendência é a de que apareçam outros, algo que se vincula com a concepção de poder em Foucault na medida em que ele existe na medida em que há a potência da liberdade (FOUCAULT, 2006) — o que evidencia sua ineficácia constitutiva. Mas também graças ao complexo de conexões que constituem a Internet, há maior potência para o exercício do controle na mesma. Ainda assim, é importante frisar que, como colocado por Castells (2004: 25): o próprio desenvolvimento da Internet mostra “a capacidade das pessoas para transcender as regras institucionais, superar as barreiras burocráticas e subverter os valores estabelecidos no processo de criação de um novo mundo”.

De modo geral, as consultas públicas cumpriram com a função de construir um espaço aberto e direto de participação da sociedade civil na constituição ou reformulação de leis. O fato de ser um processo aberto contribuiu também para identificar atores e seus posicionamentos. Um exemplo disso foi perceber que o próprio governo não tem consenso em suas colocações sobre o Marco Civil da Internet. No caso do MC, o problema se concentrou após a consulta, quando o texto entrou no Congresso e sofreu alterações que, em certo sentido, não são condizentes com o texto construído por meio de um processo colaborativo juntamente com a sociedade civil. Já na reforma

13. Como exemplo, destacamos: utilização de servidores em outros países no caso de não estar de acordo com as leis sobre o assunto que regem o território nacional; procedimento de encriptar informações que trafegam na rede para que outros atores — senão o ator para quem se envia a informação — não leiam essas informações; e a utilização de uma “Internet” não indexada pelos mecanismos de busca padrão, como a *Deep Web* (Cf. BERGMAN, 2001).

da LDA, ficou nítido a dificuldade de prosseguir com ela nas trocas de ministros do MinC, algo que atravancou a chegada de um texto final no Congresso. Diante disso, no que se refere ao questionamento de “como o poder se exerce”, preocupação central de Foucault (1995) ao analisar as relações de poder, pode-se dizer que as consultas públicas possibilitaram uma concentração de saber na rede — ciente de que há uma relação entre poder e saber em Foucault (2008) —, mas este saber foi acessado não apenas pelos organizadores como também por participantes e observadores. Assim, a sociedade civil pode vigiar as práticas do Estado no que se refere à construção de um texto que condiga com as contribuições realizadas e cobrar do Estado a aprovação de um texto que esteja alinhado a essas contribuições — como a pressão que fizeram para a aprovação do texto na Câmara dos Deputados. Mas quem tem a possibilidade de aprovar isso é, em última instância, o Estado. Assim, existe a diferença neste espaço de interação social, diferença que se torna ainda mais evidente após o processo de consulta. O objetivo da consulta pública era auscultar a sociedade valendo-se da prerrogativa de não necessariamente seguir o que ela indicasse, ainda que o custo político para isso fosse alto, pois um processo como o de consulta pública pela Internet — ainda mais nos moldes do Marco Civil — estimula a integração da sociedade para a defesa de fins específicos.

Tanto o Marco Civil quanto a reforma da LDA continuam se movimentando. E mesmo que os respectivos projetos de lei e anteprojetos de lei se tornem lei, haverá vários desdobramentos sobre os mesmos na medida em que há a tentativa do Estado de legislar sobre as novas tecnologias e também porque as mesmas caminham e, em várias circunstâncias, não podem se valer da estrutura jurídica estabelecida para dar prosseguimento a seus passos.

Referências

- ABBATE, J. [1999] *Inventing the Internet*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.
- BERGMAN, M. [2001] White Paper: The Deep Web: Surfacing Hidden Value. *JEP – The Journal of Electronic Publishing*. v. 07, n. 01, ago. 2001. Disponível em: <<http://is.gd/FZhzP3>>.

- BOASE, J.; WELLMAN, B. [2004] “Personal Relationships: On and Off the Internet”, in PERLMAN, D.; VANGELISTI, A. *Personal Relations*. Cambridge University Press. Livro publicado em 2006. Versão deste capítulo: dez. 2004. Disponível em: <<http://is.gd/7KeaUI>>.
- CASTELLS, M. [1996] *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1)
- [2001] *A galáxia da Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- DURKHEIM, E. [1895] *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção tópicos)
- FOUCAULT, M. “O Sujeito e o Poder”, in RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 230-249
- *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e escritos; V)
- [1975] *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LEMONS, R. [2007] Internet brasileira precisa de marco regulatório civil. *UOL*. Tecnologia, 22 de maio de 2007. Disponível em: <<http://is.gd/yG7syg>>.
- NAUGHTON, J. [1999] *A Brief History of the Future. The Origins of the Internet*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1999.
- SAMPAIO, R.; BRAGATTO, R.; NICOLÁS, M. [2013] Inovadora e democrática. Mas e aí? Uma análise da primeira fase da consulta online sobre o Marco Civil da Internet. *V Congresso da Compólitica*: Curitiba, 2013. p. 01-31
- WELLMAN, B. [2001] Physical Place and Cyber Place: The Rise of Personalized Networking. Reviews the implications of technological changes in computer-mediated interaction for changes in the network society, especially personalization. Continues the story of “Changing Connectivity” (above). *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 25, n. 2, pp. 227-52, 2001.
- WELLMAN, B.; HOGAN, B. [2004] “The Internet in Everyday Life”, in BAINBRIDGE, W. *Berkshire Encyclopedia of Human-Computer Interaction*. Great Barrington, MA: Berkshire Publishing, 2004, pp. 389-97.

Documentos consultados

- ATLAS Brasileiro de Telecomunicações. [2013] São Paulo: Converge Comunicações, 2013.
- BRASIL. [1988] Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <<http://is.gd/Uwefcr>>.
- Lei Nº 12737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 30 nov. 2012. Disponível em: <<http://is.gd/1FdX6h>>.
- Lei Nº 12737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 30 nov. 2012. Disponível em: <<http://is.gd/1FdX6h>>.
- CARTA aberta de Representantes da sociedade civil à presidente Dilma Roussef e à ministra da cultura Ana Buarque de Hollanda. [2010]. Disponível em: <<http://is.gd/gWLMOK>>.
- MANIFESTO copiar livro é direito. [2006]. disponível em: <<http://is.gd/Mth1Dy>>.
- ONU – Organização das Nações Unidas. [1948]. Declaração Universal dos Direitos Humanos. [online]. Disponível em: <<http://is.gd/YCEqXb>>.
- MINC – Ministério da Cultura. Relatório de Análise das Contribuições ao Anteprojeto de Modernização da Lei de Direitos Autorais [2010]. Brasília: Diretoria de Direitos Intelectuais, 2010a.
- SOUZA, Marcos. Marcos Souza: email. [25 fev. 2014]. Email. Email enviado a Raphael Silveiras.

Jornais

- CONVERGÊNCIA Digital. Governo insiste em armazenamento de dados obrigatório no Marco Civil. *Convergência Digital*, 14 ago. 2013. Disponível em: <<http://is.gd/HUGX9P>>.
- Neutralidade de rede: a briga é por dinheiro. *Convergência Digital*, 30 out. 2013. Disponível em: <<http://is.gd/fs1WAb>>.
- FOLHA ONLINE. Cicarelli perde ação contra YouTube. 2006. Disponível em: <<http://is.gd/1BSUF>>.

JORNAL do Brasil. Abin passou a monitorar informações das redes sociais. *Jornal do Brasil*, 22 jun. 2013. Disponível em: <<http://is.gd/N7J62R>>.

MINC – Ministério da Cultura. Lei do Direito Autoral: Principais mudanças propostas na modernização da legislação. *Notícias do MinC*. 2010b. Disponível em: <<http://is.gd/cSNhYU>>.

MORA, Marcelo. Presos 2 suspeitos de compartilhar pornografia infantil na Campus Party. *G1*, 01 fev. 2014. Disponível em: <<http://is.gd/ONfXdf>>.

NAZÁRIO, M. O. Senado debate marco civil sobre direitos e deveres dos internautas. *Senado Federal – Portal de Notícias*, 23 ago. 2013. Disponível em: <<http://is.gd/9wQOBD>>.

PASSARINHO, N. A pedido do Planalto, Alves adia votação do Marco Civil da Internet, *G1*, 12 mar. 2014. Disponível em: <<http://is.gd/R5CjbZ>>.

RIZZO, A.; MONTEIRO, T. Abin monta rede para monitorar internet. *O Estado de S. Paulo*, 19 jun. 2013. Disponível em: <<http://is.gd/a2QDTD>>.

VERMELHO.ORG. A nova Lei do Direito Autoral virá em 2014? *Portal Vermelho*. 12 dez. 2013. Disponível em: <<http://is.gd/r0AgzV>>.

Links mencionados

CONSULTA Pública para Reforma da Lei de Direito Autoral. Página Inicial. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/consultadireitoautoral/>>.

ITU – International Telecommunication Union. Data Explorer. Disponível em: <<http://is.gd/nTe4yx>>.

INTERNET Archive. About. Disponível em: <<http://is.gd/GvGuAd>>.

MARCO Civil da Internet. Página Inicial. Disponível em: <<http://culturadigital.br/marrocivil/>>.

Áudios e vídeos

ABRAMOWAY, P. Pedro Abramoway: entrevista. 15 de abr. 2013. Skype. Entrevista concedida a Raphael Silveiras.

ALMEIDA, G. Guilherme Almeida: entrevista. 09 mar. 2013. Skype. Entrevista concedida a Raphael Silveiras.

JPISSIN. Discurso do Presidente Lula no FISL 2009. 2009. Disponível em: <<http://is.gd/99aIUE>>.

KLOSE, S. The Pirate Bay Away from Keyboard. 2013.

SOUZA, M. Marcos Souza: entrevista. 08 mai. 2013. São Paulo. Entrevista concedida a Raphael Silveiras.